ELSEVIER

Ciro Flamarion Cardoso
Ronaldo Vainfas

Novos Domínios da História

Sumário

Introdução – História e conhecimento: uma abordagem epistemológica 1

Capítulo 1 – História, memória e tempo presente 21

Capítulo 2 – História e poder: uma nova história política? 37

Capítulo 3 – História e teoria política 55

Capítulo 4 – História das relações internacionais 73

Capítulo 5 – História e movimentos sociais 95

Capítulo 6 – Nova história militar 113

Capítulo 7 – História e cultura material 133

Capítulo 8 – História e antropologia 151

Capítulo 9 – História oral: velhas questões, novos desafios 169

Capítulo 10 – História e Biografia 187

Capítulo 11 – Micro-história 207

Capítulo 12 – História e textualidade 225

Capítulo 13 – História e imagem: iconografia/iconologia e além 243

Capítulo 14 – História e Fotografia 263

Capítulo 15 – História e cinema 283

Capítulo 16 – História e Informática 301

Conclusão – Avanços em xeque, retornos úteis 319

Novos Domínios da História

Preencha a **ficha de cadastro** no final deste livro
e receba gratuitamente informações
sobre os lançamentos e as promoções da Elsevier.

Consulte também nosso catálogo completo,
últimos lançamentos e serviços exclusivos no site
www.elsevier.com.br

ORGANIZADORES
Ciro Flamarion Cardoso
Ronaldo Vainfas

Novos Domínios da História

ELSEVIER

CAMPUS

© 2012, Elsevier Editora Ltda.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Copidesque: Jean Xavier
Revisão: Alexandra Resende
Editoração Eletrônica: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Elsevier Editora Ltda.
Conhecimento sem Fronteiras
Rua Sete de Setembro, 111 – 16º andar
20050-006 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Rua Quintana, 753 – 8º andar
04569-011 – Brooklin – São Paulo – SP – Brasil

Serviço de Atendimento ao Cliente
0800-0265340
sac@elsevier.com.br

ISBN 978-85-352-4892-0

Nota: Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação ao nosso Serviço de Atendimento ao Cliente, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.

Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso desta publicação.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

N848 Novos domínios da história / organizadores Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-352-4892-0

1. História - Filosofia. 2. História - Metodologia. I. Cardoso, Ciro Flamarion S. (Ciro Flamarion Santana), 1942-. II. Vainfas, Ronaldo, 1956-.

11-6145. CDD: 901
CDU: 930.1

El universo (que otros llaman la Biblioteca) se compone de un número indefinido, y tal vez infinito, de galerías hexagonales, con vastos pozos de ventilación en el medio, cercados por barandas bajísimas. Desde cualquier hexágono se ven los pisos inferiores y superiores… Yo afirmo que la Biblioteca es interminable. Los idealistas arguyen que las salas hexagonales son una forma necesaria del espacio absoluto o, por lo menos, de nuestra intuición del espacio. Razonan que es inconcebible una sala triangular o pentagonal. Básteme, por ahora, repetir el dictamen clásico: la Biblioteca es una esfera cuyo centro cabal es cualquier hexágono, cuya circunferencia es inaccesible.

(Jorge Luis Borges, *La biblioteca de Babel*, 1944).

Os Autores

ALEXANDRE BUSKO VALIM – Professor adjunto de história do cinema na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua nos cursos de História, de cinema e no programa de pós-graduação em história. Doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pós-doutor na Carleton University (Ottawa, Canadá) e autor de artigos e livros sobre história social do cinema e na área de história do brasil.

ANA MARIA MAUAD – Professora associada de teoria, métodos e historiografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no curso de graduação em história e do programa de pós-graduação em história. É pesquisadora do CNPq e do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, onde se dedica aos estudos sobre História oral e história da imagem, com ênfase em fotografia e cinema. Autora de numerosos artigos sobre fotografia, memória e história oral, publicou pela EDUFF o livro *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias* (2008).

BENITO BISSO SCHMIDT – Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do CNPq, é doutor em história pela UNICAMP e autor de diversos artigos sobre o gênero biográfico no campo do conhecimento histórico e de livros como *Em busca da terra da promissão: a história de dois líderes socialistas* (Porto Alegre: Palmarinca, 2004).

CÉLIA CRISTINA DA SILVA TAVARES – Professora de história moderna do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e do programa de pós-graduação em história social dessa mesma instituição. Doutora pela Universidade Federal Fluminense (UFF), é membro da *Companhia das Índias* (núcleo de história ibérica e colonial na época moderna) e líder do Núcleo de Estudos Inquisitoriais (NEI).

CIRO FLAMARION CARDOSO – Professor titular de história antiga e medieval da Universidade Federal Fluminanse (UFF), onde atua no curso de história (graduação) e no programa de pós-graduação em história; é membro do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (CEIA-UFF) e publicou numerosos livros e artigos sobre história antiga, história da América (escravidão negra) e teoria e metodologia da história. Foi o vencedor do Prêmio Delavignette (França) em 2000.

ESTEVÃO C. DE REZENDE MARTINS – Professor titular de teoria da história e de história contemporânea da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador I do CNPq, atua na graduação em história e nas pós-graduações em história e em relações internacionais. Possui inúmeros livros e artigos na área de teoria e metodologia da história, em história das relações internacionais e em história contemporânea.

HEBE MATTOS – Professora titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenadora do Projeto Memórias do Cativeiro do Laboratório de História Oral e Imagem da mesma universidade (www.historia.uff.br/labhoi/escravidao). Pesquisadora I do CNPq, é autora de livros, artigos e filmes historiográficos sobre história social da escravidão e do pós-abolição. Dentre os livros, podemos citar *Das cores do silêncio*, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1993.

HENRIQUE ESPADA LIMA – Professor do Departamento de história e do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em história pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do CNPq, publicou *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades* (Civilização Brasileira, 2006).

LUIZ CARLOS SOARES – Professor titular de história moderna e contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro da *Companhia das Índias* (núcleo de história ibérica e colonial na época moderna). Doutor pela University College London (Inglaterra), é pesquisador I do CNPq e do *Cientista do Nosso Estado*, da Faperj, além de autor de livros sobre escravidão e história da ciência. Publicou *Reflexões sobre a guerra* em parceria com Francisco Carlos Teixeira da Silva (Sete letras, 2010).

MARCELO REDE – Professor de história antiga da Universidade de São Paulo (USP) e do programa de pós-graduação em história social da mesma universidade. Mestre pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor pela Universidade de Paris-Sorbonne, coordenador do Laboratório do Antigo Oriente Próximo (LAOP-USP) e membro estrangeiro do laboratório "Histoire et archéologie de l'Orient cunéiforme" (HAOC-CNRS-Nanterre).

MÁRCIA MARIA MENENDES MOTTA – Professora associada em história moderna e contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no curso de graduação e no programa de pós-graduação em história. Pesquisadora I do CNPq e *Cientista do Nosso Estado*, da Faperj, publicou diversos trabalhos sobre a questão agrária no Brasil, entre eles: *Jogos da memória*, sobre conflitos de terra e amnésia social no oitocentos e ganhou o segundo lugar na categoria Ciências Humanos do Prêmio Jabuti, em 2006, pela obra *Dicionário da Terra*.

MARCOS FELIPE DE BRUM LOPES – Mestre em história social pelo programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense (UFF), no qual atualmente cursa o doutorado com o apoio do CNPq. Pesquisador do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF), atua na área de história da fotografia, fotojornalismo e cultura visual no século XX. Publicou *Mario Baldi: fotógrafo austríaco entre índios brasileiros*, em conjunto com o antropólogo Christian Feest. Atualmente, é historiador do Museu Casa de Benjamin Constant (IBRAM).

MARIA REGINA CELESTINO DE ALMEIDA – Professora associada da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua na graduação (história da América colonial) e na pós-graduação. É membro do Núcleo de Pesquisas em História Cultural (NUPEHC/UFF) e pesquisadora do CNPq, além de autora do livro *Metamorfoses indígenas – identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Prêmio Arquivo Nacional 2001.

MARIETA DE MORAES FERREIRA – Professora do Instituto de História da Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do CPDOC/FGV. Presidente da Associação Brasileira de História Oral (1994-1996), presidente da Internacional Oral History Association (2000-2002), doutora em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós doutorado na EHESS, Paris; pesquisadora I do CNPq e editora da Revista Brasileira de História, publicou vários trabalhos sobre história oral e memória.

RONALDO VAINFAS – Professor Titular de História Moderna da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro da *Companhia das Índias* (núcleo de história ibérica e colonial na época moderna). Doutor pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador I do CNPq e *Cientista do Nosso Estado*, da Faperj, e autor de artigos e livros nas áreas de história moderna, colonial e teoria da história. Recebeu o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda (Biblioteca Nacional) em 2009.

SONIA REGINA DE MENDONÇA – Professora do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisadora I do CNPq, coordenadora do Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil (UFF), doutora em história pela Universidade de São Paulo (USP) e autora de numerosos livros e artigos sobre Estado e agricultura no Brasil, história do Brasil recente e teoria da história.

ULPIANO T. BEZERRA DE MENESES – Professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), titular aposentado de história antiga e orientador do Programa de história social do departamento de história da USP. Doutor em arqueologia clássica pela Universidade de Paris (Sorbonne), dirige o Museu de Arqueologia e Etnologia/USP e o Museu Paulista/USP. É autor de trabalhos sobre: arqueologia mediterrânica; história da arte antiga; iconografia; cultura visual; cultura material; patrimônio cultural; museus.

VIRGÍNIA FONTES – Professora do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-FIOCRUZ. Pesquisadora do CNPq, é coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Marx e o marxismo da UFF (NIEP-Marx) e do Grupo de Estudos de Epistemologia-FIOCRUZ. Doutora pela Universidade de Paris X (Nanterre), é também autora de artigos e livros sobre teoria da história, história do Brasil recente e história contemporânea.

Apresentação

Novos domínios da história é obra dedicada, antes de tudo, a complementar *Domínios da história*, publicado em 1997, livro que, para satisfação nossa, firmou-se como obra de referência para os profissionais da área. A razão principal de voltarmos à difícil tarefa de reunir e coordenar numerosos autores em torno de um empreendimento comum foi sabermos que, por mais que contenha numerosos e variados capítulos, *Domínios da história*, ao ver a luz pela primeira vez, só cobria muito seletivamente o amplo leque de opções de enfoque e pesquisa presentes na Galáxia de Heródoto – expressão sugestiva para designar o mundo dos historiadores.

Queremos, então, explorar territórios não penetrados – ou pouco frequentados – naquela ocasião, seja porque estavam em estágio inicial enquanto áreas de pesquisa, seja porque ainda não encontravam receptividade nos projetos dos historiadores brasileiros. Entre esses novos campos, talvez os melhores exemplos sejam os da "nova história militar", "a história do tempo presente" e a própria "micro-história – deveras mencionada nos antigos debates em torno da *nova história,* porém pouco conhecida e praticamente não aplicada, enquanto metodologia, nas pesquisas realizadas no Brasil durante a década de 1990.

A par dos novos territórios, incluímos no presente volume alguns domínios muito tradicionais, quase canônicos, que têm sido objeto de renovação nas últimas décadas, como a chamada "nova história política", a "biografia histórica" e a "história das relações internacionais". Até onde há renovação ou não nesses campos de estudo ao leitor avaliar.

Verticalizamos, ainda, a abordagem de campos que estavam diluídos, no livro de 1997, em capítulos mais gerais, os quais, pela especialização que vêm alcançando nas últimas décadas, merecem tratamento especial. É o caso das relações entre história e imagem, história e fotografia, história e cultura material, história e cinema, e história e práticas discursivas. A história oral, uma das principais lacunas do livro anterior, resgata seu devido posto neste livro – ela que, queiram ou não, tornou-se metodologia essencial nas pesquisas realizadas no Brasil nos últimos anos, cada vez mais voltadas para temas contemporâneos.

Alguns capítulos retomam temas presentes no livro anterior, com a devida atualização, pois abrangem áreas-chave da pesquisa histórica desde o século XX, a saber: a "História dos movimentos sociais" (no qual se aprofunda um campo da *história social* hoje frequentadíssimo pelos pesquisadores) e as relações entre "História e antropologia" (lembrando-se que vários *novos domínios* da história incluídos neste volume ancoram sua renovação na crescente *antropologização* de seus temas e objetos). Enfim, não teríamos como evitar a retomada de um tema de ordem metodológica, não raro técnica, como é o lugar da informática na pesquisa histórica – sendo este um campo em que o ritmo e a qualidade das inovações alcançam, indiscutivelmente, o *status* de verdadeira "revolução tecnológica".

Mais ainda do que em 1997, hoje em dia só uma equipe relativamente numerosa de especialistas poderia dar conta dos múltiplos setores que devem ser tratados, cada um deles palco de divergências e debates que podem ser muito acesos. A exemplo do que fizemos em 1997, também aqui a introdução e a conclusão da obra ocupam a função de balizar o debate. A primeira, "História e conhecimento: uma abordagem epistemológica", oferece ao leitor o estado da arte da disciplina na atualidade, discorrendo sobre a lógica das modalidades básicas do conhecimento histórico, a partir de uma tipologia original e didática: o reconstrucionismo, o construcionismo e desconstrucionismo. A segunda, "Avanços em xeque, retornos úteis", dialoga com a introdução, partindo da tipologia epistemológica ali desenvolvida, mas se dedica a refletir, em uma perspectiva geral, sobre a "novidade" atribuída a diversos *novos domínios* da história.

Vale lembrar, a propósito, que um ano antes da primeira edição de *Domínios da história*, o historiador francês Gérard Noiriel constatava que, entre historiadores, nos últimos tempos se assistiu à multiplicação das polêmicas, mas, paralelamente, a uma retração das controvérsias. Com isso, ele queria expressar, em primeiro lugar, que, nas décadas que se seguiram imediatamente à Segunda Guerra Mundial, os debates podiam enfrentar pesquisadores com posturas bem variadas, até mesmo situados em polos opostos de sua disciplina, às vezes também do espectro político. No entanto, falavam a mesma linguagem e compartilhavam algumas convicções e regras – por exemplo, quanto à verdade, às formas de validação e à objetividade do conhecimento histórico – aceitáveis para a maioria dos profissionais.

Em contrapartida, mais perto de nós no tempo, os debates, se bem que numerosos e acirrados, configuram, segundo Noiriel, polêmicas, e não controvérsias. Com isso queremos dizer que neles enfrentam-se historiadores cujas divergências mostram existir um terreno comum muito menor (e defendido com maior dificuldade) do que no passado. A multiplicação de polêmicas seria mesmo "uma das provas mais espetaculares da dimensão das incompreensões que minam a comunidade".[1] Independentemente da opinião que se possa ter a respeito, não parece ser duvidoso que a história apresente, hoje em dia, uma diversidade

1 NOIRIEL, Gérard. *Sobre la crisis de la historia.* Madrid: Cátedra, 1997.

de temáticas, abordagens e concepções muito mais evidente do que acontecia, digamos, há trinta ou quarenta anos.

Uma situação dessas, que neste início do século XXI é ainda mais dispersa e crivada de contrastes do que já era em 1997, faz que essa tentativa que renovamos de um mapeamento de tendências, gerando um novo volume em conjunto com este em novo recorte, possa ser útil aos que ensinam e pesquisam história – ou, mais em geral, aos que se interessam de alguma maneira por nossa disciplina. Queremos crer que também poderá servir aos cultores das ciências humanas e sociais em geral.

Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas
Julho de 2011

Introdução

História e conhecimento: uma abordagem epistemológica

Ciro Flamarion Cardoso

Problemas específicos da epistemologia das ciências sociais e humanas

Podemos distinguir cinco feixes de problemas que costumam aparecer quando são discutidos os aspectos epistemológicos das ciências sociais e humanas (entre elas a história) ao abordar o que teriam de próprio ou específico (Piaget, 1972).

(1) Nas ciências humanas e sociais, a consciência e a razão existem *tanto no sujeito quanto no objeto*, posto que nelas os seres humanos são tanto sujeito quanto objeto do conhecimento, o que torna a relação sujeito-objeto, bem como a objetividade do conhecimento científico, assuntos problemáticos. Esse ponto, antes invocado com frequência, enfraqueceu-se como critério de distinção ao descobrir-se que, também nas ciências naturais, o sujeito interage com o objeto que pesquisa e o modifica.

(2) Os seres humanos têm corpo, mente (razão) e também um inconsciente, bem como sentidos; possuem uma carga genética; existem em um nível individual, mas integram também conjuntos ou sociedades (ou, segundo outro ângulo de abordagem, pertencem a uma cultura determinada). Devem todos esses itens ser levados em conta no exame do processo de conhecimento quanto ao sujeito epistêmico e ao objeto do conhecimento nas ciências sociais e humanas, ou só alguns deles seriam pertinentes (devendo os outros ser considerados epistemologicamente secundários ou irrelevantes)?

(3) As ciências humanas e sociais coexistem com outras: as formais e as naturais. Trata-se, no caso de cada um desses grupos de ciências, de uma modalidade específica do conhecer humano, ou, pelo contrário, um único modelo epistemológico convém a todas as disciplinas que se pretendam científicas? Ou a algumas delas, mas independentemente da natureza de seus objetos respectivos? É possível opor, como fazia o empirismo lógico, as ciências formais (matemática, lógica) às factuais (tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais e humanas); alguns acreditavam que as primeiras teriam uma estrutura que privilegiaria a construção axiomática e a dedução, ao passo que, nas outras, predominaria a

indução; todavia, essa opinião começou a ser fortemente criticada já no século XIX. Quis-se também separar as ciências em que o tipo de objeto permite a experimentação (como física, química, biologia e psicologia) daquelas em que isso não ocorre (por exemplo, geologia, sociologia). Nos exemplos dados até agora, em cada conjunto formado segundo a aplicação do critério adotado apareceriam tanto ciências naturais quanto humanas e sociais, mas é igualmente possível defender a noção de que as ciências naturais e as que se ocupam dos homens são radicalmente diferentes entre si pelo fato de que, quando o objeto são os seres humanos, é impossível não se considerar questões atinentes ao valor e à significação. Essa foi a posição, por exemplo, dos neokantianos alemães do século XIX e do início do século XX.

(4) As ciências sociais e humanas são homogêneas em suas características epistemológicas ou existem divergências e hierarquias em seu interior? Foi possível, outrora, transpor a oposição entre o nomotético (o estabelecimento de leis ou regularidades) e o idiográfico (a abordagem só do que é único e irrepetível) para dentro do conjunto das ciências que se ocupam com os homens em sociedade, considerando que algumas delas estabelecem leis ou regularidades – economia, demografia, sociologia, enquanto a História está confinada ao único e irrepetível, a singularidades não passíveis de generalizações legaliformes. Ou poder-se-ia afirmar, com Claude Lévi-Strauss, que algumas das ciências que se ocupam com o homem colocam-se fora de qualquer sociedade particular para se interessarem por todas as sociedades e suas diferenças no tempo e no espaço (história, antropologia), ao passo que outras, pelo contrário, situam-se no interior de um único tipo de sociedade, cujas características básicas tomam como ponto de partida e consideram uma referência inescapável para suas análises (economia). As primeiras estão desprovidas dos meios institucionais de interferência no curso das decisões e dos eventos, ao passo que as do segundo tipo possuem canais de atuação social e institucional: planos econômicos; decisões sobre a ação de empresas; psicólogos a serviço do governo, ou de entidades privadas, consultados sobre contratações e eliminando disfunções e atritos (Lévi-Strauss, 1966).

(5) Em uma interpretação específica e extrema dos descobrimentos da linguística e da semiótica, bem como das relações entre conhecimento e linguagem, desenvolveu-se um ramo especial de estudos epistemológicos voltado – em especial no tocante aos estudos humanos e sociais – para o papel do discurso, da retórica e dos aspectos textuais na construção do conhecimento, o qual pode até apresentar o conhecimento sobre o social ou o que se pretende afirmar sobre o passado humano como mero "efeito do discurso": textos se opõem a textos ou remetem a outros textos; mas a sociedade em si, ou a história que os homens fizeram no passado, seriam objetos inatingíveis de conhecimento *em si mesmas*. Este tema será tratado no capítulo "História e textualidade", neste mesmo volume.

As discussões sobre a epistemologia da história inserem-se no campo de indagações mais amplo invocado até agora, além de apresentarem especificidades que trataremos de examinar.

As modalidades básicas da epistemologia da história

Não é possível afirmar que existam apenas três posturas epistemológicas diante da história, mas as modalidades *básicas* ou principais – de que dependerão as escolhas teórico-metodológicas centrais – são somente três, que podemos denominar *reconstrucionista*, *construcionista* e *desconstrucionista* (Munslow, 1997, p. 153), as quais funcionam em um ambiente de historiadores que, além de mutável no tempo, apresenta trocas e influências. Assim, as três modalidades epistemológicas – heterogêneas por si só – agem umas sobre as outras, podem mesclar-se até certo ponto e, em função das trocas e debates, afastam-se do que seria, em cada uma delas, um estado mais "puro" (ou, caso se prefira, "ortodoxo").

Reconstrucionismo

No século XIX, quando a história-disciplina se profissionalizava, no ambiente em formação dos historiadores tomava forma um consenso amplo em torno das regras do método que se deveria aplicar na geração do conhecimento histórico. Os elementos que confluíram em tal método vinham se formando ao longo dos Tempos Modernos, desde o século XVII, e se reuniram naquilo que veio a ser denominado "escola metódica" da história.

Tratava-se de uma concepção empirista do trabalho histórico, enxergando-o como centrado na manipulação rigorosa e imparcial, segundo certas regras, das fontes primárias disponíveis, entendidas à época como sendo, quase sempre, textos escritos – admitindo-se, em um plano menor, o emprego de algumas outras categorias de materiais. Acreditava-se que um conhecimento verdadeiro da história que os homens fizeram coletivamente no passado (a história-objeto) podia ser atingido pela história-disciplina (a que se dedicavam os historiadores, entendidos como sujeitos epistêmicos) mediante um trabalho adequado daqueles profissionalmente treinados na manipulação, crítica e objetiva, dos testemunhos ou fontes.

Os passos no tratamento das fontes estariam constituídos por procedimentos analíticos, seguidos de procedimentos sintéticos, especificados em detalhe nos manuais tradicionais de metodologia da história. Entretanto, muitos historiadores "metódicos" eram céticos quanto à possibilidade de se chegar a estabelecer uma causalidade aplicável aos fatos e processos históricos em função de ser a história uma ciência da observação indireta. Outros adotavam o esquema indicado primeiro por Tucídides (século V a. C.), com sua distinção entre causas remotas e imediatas, bem como aceitando a tendência do historiador grego a separar as causas dos pretextos, ou outros esquemas igualmente imprecisos.

Havia inseguranças no tocante à síntese e à explicação históricas, mas muitos historiadores "metódicos" dos séculos XIX e XX acreditavam obter conhecimentos históricos válidos, verdadeiros, que permitissem a reconstrução do passado mediante a investigação racional, independente e imparcial dos documentos deixados pelo passado em questão. Isso porque: (1) os fenômenos de percepção indireta não são irreais: os fatos históricos existem independentemente do historiador e podem ser conhecidos por inferência, embora de

maneira incompleta; (2) é possível uma síntese que reúna os fatos históricos em esquemas coerentes ao reconstruir-se a história de períodos diferentes do nosso mediante um raciocínio baseado na semelhança dos fatos do passado com os fatos humanos atuais, estes sim, observáveis diretamente – um procedimento que apelava implícita ou explicitamente para a noção de uma natureza humana estável e cognoscível que resultava do mero senso comum (Langlois; Seignobos, 1946).

A visão reconstrucionista da história-disciplina perdeu força ao longo do século XX, na medida em que se debilitou a crença em uma cognoscibilidade científica ilimitada baseada na acumulação indutiva de dados e fatos, bem como em um processo de conhecimento em que um sujeito "objetivo e imparcial" se colocasse diante do objeto que tratava de conhecer, de que era distinto, em favor da cognoscibilidade limitada e da noção de que o sujeito, ativo e não só contemplativo, interfere no objeto que vem a conhecer e, mais em geral, no próprio processo do conhecimento. Embora forçados a fazer concessões (variáveis de um a outro autor) aos novos modos de encarar o conhecimento científico – em menor número do que os construcionistas de que falaremos depois – há ainda hoje, e houve recentemente, um número relativamente grande de historiadores reconstrucionistas, alguns muito influentes, entre os quais podemos citar G. R. Elton, Arthur Marwick, H. Trevor-Roper, John Tosh (por exemplo: Elton, 1967; McCullagh, 1998). Na história econômica "formalista", há positivistas à moda antiga que acreditam lidar com realidades, e não com representações do passado.

O reconstrucionismo, ao se desenvolver no século XIX, compartilhava as concepções otimistas da época (embora, na segunda metade do século, tais concepções fossem criticadas por posturas diferentes) acerca do conhecimento, da possibilidade de identificar fatos e dados válidos independentes do observador – neste caso, o passado humano – com os quais empreende a sua reconstrução, dotando-a de verdade. O trabalho histórico seria acumulação contínua de conhecimentos válidos, e alguns chegavam a especular que, uma vez esgotado seu objeto, o processo de conhecimento histórico teria fim, pelo menos no tocante a seu aspecto analítico. Esta visão espelhava a concepção indutiva empirista das ciências factuais (naturais e sociais) – da qual um dos expoentes foi William Herschell –, uma concepção de ciência ainda importante no século XIX, mas que tendia a perder terreno conforme aquele século avançava.

A partir de meados do século XIX, avolumaram-se as críticas ao indutivismo empirista como concepção de como se gerariam os conhecimentos nas ciências não formais, ou factuais (as ciências naturais e aquelas dos homens em sociedade) e ganharam terreno as teses da cognoscibilidade limitada, da existência de limites à objetividade ou imparcialidade do sujeito cognoscente. Em lugar de uma visão das ciências baseada no indutivismo empirista, passou a predominar a que atribuía um caráter hipotético-dedutivo ao método científico. Fatos e dados já não apareciam como independentes do sujeito epistêmico ou cognoscente,

uma vez que este sempre interviria na escolha, na construção e na delimitação dos dados e fatos utilizados.

Percebe-se que a atitude metódica em matéria de como pesquisar e escrever história com seus supostos epistemológicos foi compatível com diferentes concepções filosóficas acerca da história que os homens fazem coletivamente e da história-disciplina que a estuda. É comum confundir as duas coisas – por exemplo, apresentar o historismo alemão, ou o historicismo posterior, mais ou menos derivado daquele mas apresentando diversas diferenças, como se fossem o mesmo que a história metódica em si–, mas isso é inexato e simplifica algo bem mais complexo.

Construcionismo

A postura construcionista é heterogênea, mas sempre inclui: (1) a consciência de que o sujeito cognoscente intervém ativamente no processo de conhecimento, o que, em certos casos, é encarado como a presença necessária do elemento subjetivo na pesquisa científica (Max Weber), contudo, para os marxistas, isso não constitui uma verdade, uma vez que estes acreditam que o sujeito cognoscente expressa uma realidade transindividual objetiva; (2) a convicção de que o ponto que se acaba de mencionar não anula a reivindicação de objetividade quanto ao processo de conhecimento, mas sim torna necessário que se leve em conta o caráter ativo do sujeito epistêmico; (3) o modelo para o processo metodológico conducente ao conhecimento científico é, neste caso, hipotético-dedutivo (e não, indutivo), o que, porém, se cumpre na prática segundo modalidades variáveis.

Nessa posição básica sobre o conhecimento histórico há tendências numerosas e, como foi dito, heterogêneas, entre elas: (1) as diferentes correntes marxistas ou inspiradas pelo marxismo, sendo muitos os historiadores que poderiam ser citados (E. P. Thompson e os demais membros do "Grupo" de historiadores do Partido Comunista Britânico, Philip Foner, Eugene Genovese, Pierre Vilar, Albert Soboul); (2) Max Weber e os cientistas sociais – incluindo historiadores – por ele inspirados; (3) os chamados "novos historiadores" norte-americanos: Charles Beard, Frederick Jackson Turner e James Harvey Robinson; (4) a tendência denominada, em forma inexata, escola dos *Annales* (revista fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre), em especial a primeira e a segunda gerações dos *Annales*: 1929-1969; (5) intelectuais mais difíceis de associar a uma escola determinada, como o historiador britânico E. H. Carr.

O passado só pode ser entendido a partir do presente: o historiador pertence à sua própria época, à qual está vinculado, e seu instrumento de trabalho mais evidente ao construir suas sínteses, isto é, a linguagem natural, na forma em que a emprega, também pertence inescapavelmente à sua época, ou seja, o uso da linguagem nega-lhe, então, a "neutralidade", razão pela qual não existiria uma verdade histórica de todo "objetiva". Achavam os historicistas que a história não oferece um significado, mas sim uma pletora de significados, nenhum deles necessariamente melhor ou mais adequado do que outro; os desconstrucio-

nistas chegam também, por outros caminhos, a essa mesma conclusão. Isso, porém, não acontece com os construcionistas, pois estes acreditam ser possível decidir acerca dos graus de validade das interpretações usando critérios que remetem a como foram construídas, embora não se possa pretender à cognoscibilidade ou verdade "total" ou "definitiva".

Segundo os construcionistas, a posição dos historiadores indutivistas, empiristas ortodoxos, tornou-se insustentável depois de Marx e de Freud. Marx mostrou que a visão de uma época sobre si mesma não corresponde à realidade profunda da época em questão, pois, se a explicação fosse dada na superfície descritiva das coisas, a ciência seria ociosa, e Freud possui, para os historiadores, a importância de ter demonstrado a falsidade da velha ilusão de que os motivos alegados pelos humanos para explicar suas ações de fato as expliquem (ver, por exemplo: Carr, 1976). Atente-se, porém, para o fato de que a teoria psicológica ou a psicanálise costumam manejar supostos sobre os invariantes da natureza humana e o peso explicativo desta, bem mais numerosos do que a maioria dos historiadores se dispõe a conceder (Berenzon Gorn, 1999, p. 107).

Passando agora às críticas ao construcionismo, um reconstrucionista, ao explicar sua fidelidade ao próprio ponto de vista (admitindo em suas versões recentes algumas brechas para as hipóteses e a dedução ao lado da posição indutiva central), assumiria uma opinião similar à do epistemólogo Mario Bunge. Após apresentar 12 características ou critérios cujo conjunto permitiria designar certos campos de pesquisa como científicos, Bunge observa que, além das ciências plenas, existem "semiciências" – entre elas todas as ciências sociais, incluindo a história – que não conseguem realizar o equilíbrio entre teoria e trabalho empírico presente nas ciências maduras (Bunge, 1985, p. 29-30).

Tudo depende, então, da opinião sobre o grau efetivo de cientificidade que se acredita que apresentam as ciências dos homens em sociedade, sem excluir a história. Não seria difícil, portanto, criticar o enfoque construcionista como ilusão cientificista ou, até mesmo, como equiparação meramente metafórica aos procedimentos das verdadeiras ciências a partir de uma compilação de deficiências nas características *cabais* dos procedimentos hipotético-dedutivos tais como aparecem nessas ciências em sua etapa atual, ou, então, salientando o fato de nelas explicação e previsão não coincidirem.

Exemplificando as modalidades do construcionismo

Marxismo

Nos debates epistemológicos do século XIX, Friedrich Engels tomou partido claramente a favor da importância das hipóteses para as ciências, assumindo, portanto, uma posição contrária à dos indutivistas. Assim, na *Dialética da natureza* lemos o seguinte: "A forma do desenvolvimento da ciência natural, na medida em que se manifesta o pensamento, é a hipótese". Esse raciocínio foi por ele estendido às "ciências históricas", em que "as teorias se deslocam umas às outras". Tal como Marx, Engels também afirmava claramente

o caráter ativo do sujeito no processo do conhecimento, "a influência da atividade humana sobre o pensamento", posto que a "modificação da natureza pelos homens" – e não unicamente a natureza como tal – é a verdadeira base do pensamento humano (Engels, 1979, p. 130, 139).

As premissas principais da teoria marxista do conhecimento são duas: (1) as categorias e esquemas lógicos (dialéticos) existem fora e independentemente do pensamento, como leis gerais do desenvolvimento do universo; estas últimas se refletem na consciência coletiva do grupo humano; (2) o homem pensa não em unidade imediata com a natureza, mas sim em unidade com a sociedade historicamente determinada que produz a sua vida material e espiritual, e realiza o contato humano com a natureza.

Para o marxismo, o conhecimento é uma imagem subjetiva da realidade objetiva, um reflexo do mundo exterior nas formas de atividade e na consciência humanas. O mundo das ideias não nasce da psicologia individual, nem da fisiologia do cérebro, portanto, afirmá-lo não passa de uma capitulação diante de uma visão antropológico-naturalista, a-histórica, da essência do homem, visto somente como parte da natureza. Marx considerava o homem um produto do trabalho – socioistoricamente determinado–, que transforma o mundo exterior e, ao mesmo tempo, modifica o próprio homem. O conhecimento, o mundo das ideias, não resulta de uma contemplação passiva da natureza, mas surge como forma e produto da transformação ativa da natureza pelo trabalho. Existe, portanto, um elemento mediador entre o homem que pensa e a natureza: o trabalho, ou a prática, ou a produção – termos a serem entendidos em sua acepção mais ampla, não se limitando à práxis política em forma exclusiva.

O conhecimento é a forma da coisa fora dela, no homem ativo, é uma forma socialmente determinada de atividade humana. As imagens ou formas surgem não a partir de esquemas universais de funcionamento do pensamento, nem de uma contemplação passiva da natureza, mas sim como formas da determinação socioistórica do homem. As imagens gerais articulam-se sem premeditação, independentemente da vontade e da consciência dos homens individuais, embora por meio de sua atividade. A ideia está codificada materialmente nas estruturas nervosas do cérebro, mas essa materialidade não é a própria ideia, e sim sua forma de expressão no corpo orgânico do indivíduo. Por essa razão, quando Marx afirma que o ideal é somente o material transposto e traduzido na cabeça do homem, seria um erro interpretar a palavra "cabeça" em termos naturalistas e individuais, visto que, na verdade, trata-se da cabeça "socialmente desenvolvida" do homem social, cujos elementos – sobretudo a língua e as categorias lógicas – são produtos e formas do desenvolvimento social. O objeto só pode ser fixado idealmente quando se cria a capacidade de reconstruí-lo ativamente com apoio na linguagem e nos projetos, transformando assim a palavra em prática e, mediante tal prática, em coisa.

O conhecimento vem a ser, então, o ser real da coisa exterior na fase de seu processo de formação, na atividade do sujeito como imagem interior. O ser ideal da coisa não se

confunde com o ser real, nem com as estruturas materiais do cérebro e da língua, por meio das quais existe no interior do homem individual. Sendo uma forma do objeto exterior, é diferente dos instrumentos de sua percepção (cérebro, linguagem, estruturas lógicas); mas também é diferente do objeto exterior por estar reificado como imagem subjetiva tanto no corpo orgânico do homem, como na linguagem. A ideia, ou conhecimento, é, pois, o ser subjetivo, o ser de um objeto em outro e mediante outro.

Um grave desvio consiste em fetichizar a língua ou as estruturas lógicas encaradas como uma linguagem, até porque linguagem e estruturas lógicas são artefatos humanos e refletem necessariamente o conjunto das relações sociais. O desvio mencionado, em vez de conduzir à descoberta, com ajuda da língua e das estruturas lógicas, da lei da existência do objeto em um conjunto histórico-social dado (ou seja, a essência do objeto em questão), leva o indivíduo a enfrentar a linguagem e as fórmulas lógicas como se fossem um absoluto não criado, deificado ou "naturalizado"; essa possibilidade surge, por exemplo, ao serem a lógica e a língua atribuídas em forma simples ao funcionamento nervoso, fisiológico, do cérebro concreto, individual.

Da concepção do conhecimento como forma socio-historicamente determinada de atividade humana resulta que só podemos conhecer de acordo com as condições de nossa época e até onde estas possam chegar. Outrossim, sendo cada objeto de conhecimento infinito em suas características e conexões, não pode ser esgotado em um ato único (finito) de conhecimento. Os homens tentam conhecer o sistema do mundo na sua conexão total, mas jamais poderão cumprir plenamente tal tarefa. Essa é uma contradição que se resolve na evolução infinita e no progresso da humanidade mediante a sucessão – infinita para fins práticos – das gerações humanas: tende-se ao conhecimento absoluto e completo por meio de conhecimentos parciais que, segundo a riqueza da práxis social de cada época, aproximam-se mais ou menos do objeto real.

O filósofo marxista polonês Adam Schaff, a respeito especificamente do conhecimento histórico, esclarece que o passado, sendo passado, já não pode, em si, mudar, transformar-se. Entretanto, a visão do passado liga-se aos objetivos que se atribuem ao futuro; e a visão do futuro, tal como a do passado, forma-se necessariamente no presente. A história é reescrita repetidamente no tempo "porque os critérios de valoração dos acontecimentos passados variam com o tempo e, por conseguinte, a percepção e seleção dos fatos históricos mudam para modificar a própria imagem da história" (Schaff, 1974, p. 326).

Weberianismo

Para Weber, a validade objetiva do saber empírico nas "ciências culturais" tem a seguinte base: a realidade dada é ordenada segundo categorias que são subjetivas no sentido de serem pressupostos de nosso saber e de estarem ligadas a suposições sobre o valor da verdade que só o saber empírico pode fornecer. Ele o pode fazer mediante conceitos e juízos que

não são a realidade empírica, nem cópias dela, mas permitem ordená-la pelo pensamento de modo válido. No domínio das ciências empíricas do social e da cultura, a possibilidade do conhecimento bem fundamentado daquilo que, *para o pesquisador*, é essencial na riqueza infinita do devir liga-se ao uso contínuo de pontos de vista de caráter especificamente particular que, em última análise, estão todos na dependência de ideias de valor cujo fundamento não deriva da própria matéria empírica. A objetividade do conhecimento na ciência social depende de que o dado empírico seja sempre organizado segundo ideias de valor, as únicas que lhe podem conferir pertinência para o conhecimento.

Para Weber, as disciplinas do social, incluindo a história, são "ciências da cultura" – disciplinas que consideram os acontecimentos da vida humana sob o ângulo de sua significação e seu valor para a cultura. Inexiste uma análise "científica objetiva" da vida social, ou seja, não há "manifestações sociais" que independam de pontos de vista especiais e unilaterais graças aos quais se deixem selecionar para constituir o objeto da pesquisa ou de uma exposição organizada. Isso se deve à finalidade particular (ou seja, não geral) do conhecimento em ciências sociais, desde que pretenda ultrapassar a mera consideração formal (descritiva) das normas da coexistência social. A ciência social é uma ciência da realidade que trata de compreender a originalidade da realidade da vida social para descobrir a estrutura das relações e da significação cultural de suas diferentes manifestações e, também, para descobrir as razões pelas quais, historicamente, ela se tenha desenvolvido da maneira como o fez e não de outra maneira. O conhecimento na ciência da cultura liga-se a pressupostos "subjetivos", já que se ocupa unicamente dos elementos da realidade que tenham alguma relação com os acontecimentos aos quais *o pesquisador* atribua uma significação cultural. Entretanto, uma vez acomodando tal subjetividade do pesquisador na origem – no planejamento da pesquisa a empreender, de como levá-la a cabo –, o desenvolvimento mesmo de tal pesquisa pode ter um caráter perfeitamente objetivo.

Weber acreditava ser absurdo achar que a finalidade das ciências da cultura pudesse consistir na elaboração de um sistema fechado de conceitos que condensasse a realidade em uma articulação definitiva, a partir da qual fosse possível em seguida voltar a deduzir tal realidade. O surgimento incessante de problemas culturais sempre novos, heterogêneos relativamente aos que os precederam, garante que a esfera daquilo que possa adquirir significação e importância, e, assim, tornar-se uma "individualidade histórica", permaneça sempre flutuante.

Refutando a tendência a importar para as ciências da cultura os métodos praticados pelas ciências da natureza, propunha como conceito adequado para as primeiras o *tipo ideal*, uma construção que, para Weber, teria o caráter de uma "utopia", já que seria obtido acentuando pelo pensamento determinados elementos da realidade. Sua relação com a realidade consiste no seguinte: ao constatar ou suspeitar que certas relações agiram sobre a realidade, podemos representar para nós, de modo intuitivo e compreensível, a natureza particular dessas relações mediante um tipo ideal. A finalidade desse conceito construído é, quanto à

pesquisa, formar um juízo de imputação causal, não sendo o tipo ideal uma hipótese, mas ajudando a formular hipóteses; e, quanto à exposição, não se trata de uma exposição do real, mas de uma proposta que permite dotar a exposição de meios unívocos de expressão. Obtém-se um tipo ideal acentuando unilateralmente um ou diversos pontos de vista e encadeando uma multidão de fenômenos dados isoladamente, difusos e separados, que foram achados na pesquisa, ordenando-os segundo os mencionados pontos de vista escolhidos unilateralmente, com a finalidade de formar um quadro de pensamento homogêneo. Um quadro assim, em sua pureza conceitual, nunca será achado na realidade. O trabalho histórico determinará, em cada caso particular, o quanto a realidade se aproxima ou se afasta desse quadro ideal. Aplicado com prudência, o tipo ideal é um conceito que desempenha o serviço específico que se espera dele em proveito da pesquisa e da clareza da exposição.

O tipo ideal não é a realidade histórica "autêntica"; mas sim um quadro de pensamento, um conceito-limite puramente ideal ao qual se compara e mede a realidade para esclarecer o conteúdo empírico de certos elementos importantes dessa realidade. O tipo ideal é uma imagem na qual construímos relações mediante a categoria de possibilidade objetiva, isto é, as relações que nossa imaginação, formada e orientada segundo a realidade, julga serem adequadas. Trata-se de uma tentativa de apreender as individualidades históricas ou seus diferentes elementos mediante conceitos genéricos (Weber, 1965, p. 117-213).

"Escola" dos Annales

As características mais marcantes da tendência historiográfica que gravitava em torno da revista *Annales* entre 1929 e 1969 foram apresentadas em 1997, segundo um ponto de vista específico, na introdução de *Domínios da história*. Aqui, em lugar de repetir o que lá se encontra, buscarei outro ângulo de abordagem, derivado sobretudo de Georg G. Iggers.

O autor alemão aponta aspectos centrais, para além de uma diversidade inegável de enfoques de método, nas obras surgidas no longo período que, para ele, deve ser considerado, desde antes da fundação da revista *Annales* (1929), começando com a tese de Lucien Febvre em 1912. Alguns dos elementos desse terreno comum seriam: (1) ausência, nas obras dos historiadores de algum modo ligados aos *Annales*, da percepção, nas sociedades humanas, de uma instituição central unificadora ou que sirva de fio condutor, pois a economia, o Estado e as próprias pessoas aparecem integrados em uma consideração holística ou global da sociedade; (2) ruptura com a noção historicista tradicional de um tempo uniforme em progressão linear, em favor de temporalidades múltiplas; trata-se também da negação da existência de um único ponto de referência temporal que possa organizar uma narração simples centrada em tal referência; (3) forte institucionalização da tendência a partir de 1946, quando se viu centrada na sexta seção da *Ecole pratique des hautes études*, desde 1972 transformada em um centro universitário independente (*Ecole des études en sciences sociales*) contando com financiamento da instituição francesa voltada para a pesquisa científica

(C.N.R.S.); a institucionalização, de um lado, favoreceu a interdisciplinaridade e, em função dela, a receptividade e a expansão, tornando factíveis trabalhos em equipe e projetos coordenados que muitas vezes usavam o tratamento eletrônico de dados; de outro lado, trazia um viés cientificista e o apelo a um jargão ininteligível para a maioria; (4) os *Annales* não foram uma tendência imóvel ao longo das décadas, mas o seu prestígio e o seu alto grau de institucionalização garantiam-lhe a possibilidade de impor seu próprio selo àquilo que podia ir sendo adotado ao longo do tempo, um selo cujo cerne talvez fosse a tensão entre uma visão de ciência muitas vezes fortemente empírica, com o risco de cair em ilusões positivistas, ao mesmo tempo, porém, que sempre se insistia no fato de que, se há estruturas, elas implicam um componente mental sem o qual não poderiam existir; (5) por último, a historiografia surgida em torno dos *Annales* tinha preferências bastante precisas e, embora isso não seja tão marcante até a década de 1930, posteriormente a escolha de temas recaiu no pré-moderno e no início dos Tempos Modernos, não na história posterior à Revolução Francesa, nem na Revolução Industrial em suas diferentes etapas (Iggers, 1995, p. 49-58).

Dentre os movimentos intelectuais surgidos no século XX no ambiente específico dos historiadores profissionais, o dos *Annales* foi, de longe, o mais influente na construção de uma história científica por sua insistência na formulação de hipóteses verificáveis (a "história-problema"); por seu espírito crítico muito desenvolvido quanto às possibilidades e os limites efetivos da documentação; pela visão global que, recusando a singularidade do "fato histórico" isolado, abriu possibilidades de sistematização, de visão holística e estrutural; e por sua abertura a novos métodos, técnicas e problemáticas, o que permitiu que a história se aproveitasse, criticamente, dos avanços de outras ciências.

Isto não significa que inexistissem problemas, lacunas e sombras no quadro. É evidente, por exemplo, que, se por um lado o combate contra a história tradicional deu grande impulso à tendência dos *Annales*, por outro conduziu a certas deformações, uma vez que, se os historiadores tradicionais só enxergavam o político, a nova tendência deixou de lado excessivamente a questão do *poder*.

Marc Bloch e Lucien Febvre preferiram sempre travar o seu "combate pela história" de novo tipo de dois modos: criticando as concepções tradicionais e dando o exemplo de *como fazer* mediante os exemplos presentes em suas próprias pesquisas. Não apreciavam envolver-se em discussões abstratas como as que viciam os debates tradicionais entre os filósofos e os teóricos da história (muitos dos quais não são historiadores profissionais). Essa relativa despreocupação com a epistemologia e com a teoria permaneceu forte no grupo dos *Annales* depois da época dos fundadores. Pode-se constatar, por exemplo, no conjunto desse grupo, a ausência de uma teoria da mudança social. É possível que, também nesse ponto, tenhamos em parte um efeito da luta contra a história tradicional, cuja concepção era essencialmente genética (causação linear de uns fatos singulares por outros). Tal ausência não deixou de ter consequências graves: por exemplo, a tendência a dissolver os cortes qualitativos maiores em uma pluralidade de níveis que acaba por sugerir uma continuidade radical da história

humana, tendendo a destruir sistematicamente as sínteses explicativas globais em favor de uma visão segmentada e eclética.

Tendência perceptível é também certo receio dos métodos apoiados na dedução e uma preferência (implícita) pela síntese indutiva baseada em um empirismo relativamente estreito – tendência sempre muito presente entre historiadores profissionais. Mais do que hipotético-dedutiva, a prática dos historiadores *annalistes* era sem dúvida hipotética (a "história-problema", a noção de que os documentos não falam por si, devem ser interrogados), mas muito pouco dedutiva.

Com todas as suas limitações, a historiografia que gravitava em torno dos *Annales* nos anos que vão de 1929 a 1969, ao manter, apesar de tudo, a sua pretensão a uma visão holística ou global do social e o seu respeito à especificidade das diferentes formações histórico-sociais, desafiava, nas palavras de Immanuel Wallerstein, "o modo culturalmente dominante de análise nas ciências sociais (...), universalizante, empirista, tendente a separar o político do econômico e estes da cultura, profundamente arrogante, etnocêntrico e opressivo" (*apud* Stoianovich, 1978, p. 48).

Desconstrucionismo

Para os pós-modernos, as afirmações filosóficas ou científicas devem ser submetidas a um interrogatório retórico, isto é, a um processo de *desconstrução*. Sempre se descobriria, assim, que a literatura é o assunto central da filosofia ou da ciência, o modelo da verdade a que a filosofia e a ciência aspiram. Partindo de uma crítica de estilo, acham que se descobrem comunicações indiretas subjacentes ao texto, pelas quais este nega ou contradiz o seu próprio conteúdo declarado (Cahoone, 1996).

Na visão pós-moderna, o projeto de Sartre e de Merleau-Ponty – o desejo de fundir as ideias de Marx, Freud e Husserl – fracassou porque a linguística, a semiótica e a antropologia derivadas de Ferdinand de Saussure demonstraram, mediante a análise estrutural do sentido, que nenhum sujeito (fenomenológico) precisa intervir para que as significações se produzam. Pode-se considerar que o pós-modernismo representa a soma do estruturalismo (despojado de suas pretensões científicas) com Nietzsche, Heidegger e Lacan, para quem o "eu" é radicalmente descentrado, não passando de uma ilusão a sua unidade construída.

A noção de "discurso" como padrão de significados é central para a concepção histórica pós-moderna, entretanto, isso será tratado, neste mesmo volume, no capítulo "História e textualidade".

Vejamos agora algumas das ideias de Hayden White, que exemplifica a questão do conhecimento histórico na perspectiva desconstrucionista. Para tal autor, o discurso histórico não é um discurso científico, pois não supõe um método específico para estudo daquilo que pretende ser o seu objeto – segundo White, o passado. Dever-se-ia distinguir: (1) a realidade passada, objeto de estudo dos historiadores; (2) a historiografia, discurso escrito

dos historiadores acerca do objeto mencionado; e (3) a filosofia da história, um estudo das relações possíveis entre (1) e (2).

Acontecimentos, pessoas, estruturas e processos do passado podem ser objetos de qualquer disciplina humana ou social e, às vezes, até mesmo de uma ciência natural. Tais elementos podem ser estudados historicamente porque pertencem ao passado, mas não é isso, porém, o que os torna históricos. Tornam-se históricos unicamente na medida em que forem *representados* como tema de um tipo especificamente histórico de escrita.

A teoria literária é importante tanto para a historiografia quanto para a filosofia da história, porque a história tem de ser escrita antes de ser recebida como história. Isso não quer dizer que os acontecimentos, as pessoas, as instituições, as estruturas ou processos do passado não tenham existido; que não possamos ter informações mais ou menos precisas acerca de tais aspectos passados; e que estes últimos não possam tornar-se conhecimento (informação transformada em conhecimento) mediante a aplicação de métodos de determinadas disciplinas. Mas a informação sobre o passado não é, por si só, histórica; na realidade, é só uma informação "arquivística", à qual podem vir a aplicar-se diferentes práticas discursivas, e a "verdade" histórica não passa do efeito de um dado tipo de discurso.

O discurso histórico não produz informação nova acerca do passado, visto que tal informação, há muito conhecida ou recentemente descoberta, é somente uma condição prévia para que seja possível a composição desse discurso, o qual não oferece um conhecimento novo acerca do passado porque a história não tem método. Nesse ponto, Hayden White apoia-se em Paul Veyne: a história não tem método porque não faz exigências, bastando-lhe que as coisas a relatar tenham acontecido.

Sendo assim, a história não é ciência, pois esta busca exatidão. O que o discurso histórico de fato produz são *interpretações* que se referem às informações do passado de que o historiador disponha, as quais podem variar, mas têm em comum seu tratamento em um *modo narrativo de representação*, sem o qual não há história que se possa reconhecer como tal. Vê-se que a concepção de White é essencialmente hermenêutica e baseada na imposição de uma forma narrativa (*emplotment*).

A narrativa sempre foi e continua sendo o modo predominante da escrita da história. Por conseguinte, o problema central para qualquer teoria da escrita da história não consiste em ser ou não possível o enfoque científico ao estudar-se o passado, mas sim em explicar por que a história continua sendo narrativa e explicar a função da narratividade na produção do texto histórico. Os discursos históricos produzem interpretações narrativas acerca do passado ao serem escritos, dando, assim, origem a um objeto específico, que é o texto historiográfico – um texto acerca do qual podem ser produzidos outros, filosóficos ou críticos (White, 1994).

As concepções discursivistas acerca da História criticam por igual e com os mesmos argumentos tanto a postura reconstrucionista quanto a construcionista, baseados em algo que consideram *prévio*: as estruturas narrativas e retóricas *precedem* quaisquer considerações

metodológicas ou epistemológicas que empreguem os historiadores daquelas duas posturas, anulando, de certo modo, em ambos os casos a crença de que se possa atingir o conhecimento da história em si, ou seja, da história que os homens fazem coletivamente.

Muitas das posições chamadas pós-modernas partem de Friedrich Nietzsche, para o qual a Razão seria, exclusivamente, *vontade de poder*, por mais que tenda a mascarar tal coisa. A consequência básica da opção por Nietzsche pode ser chamada de *perspectivismo*, isto é, cada pensamento ou teoria não passa de interpretação, válida só no interior de um quadro de valores e concepções cuja aceitação nada tem a ver com qualquer correspondência suposta com a realidade mas, sim, com o propósito a que serve, inteligível só em termos da vontade de poder.

As críticas ao desconstrucionismo têm seguido caminhos variados. Talvez a mais séria, do ponto de vista epistemológico, tenha a ver com o *status* insatisfatório do conceito central de *discurso*. Como se constitui, de onde vem, como muda o discurso, entendido como moldura categorial ou imaginário social? As respostas tentadas pelos pós-modernos oferecem a respeito concepções inadequadas, incompletas, sobretudo considerando a importância que concedem ao conceito de discurso tal como o definem (cf. Cabrera, 2001, p. 68-76).Uma das respostas mais frequentes é achar que toda nova situação social é sempre apreendida e conceitualizada mediante as categorias herdadas da situação precedente, que são modificadas para exercer a nova função; assim, a realidade social não gera as categorias ou os conceitos que lhe serão aplicados, mas sim interage com um sistema categorial preexistente. Isso recorda as teorias sobre a origem da vida na Terra que afirmavam que ela veio de outros astros, e dizer que o sistema discursivo se forma, em cada caso, por meio da intertextualidade com um discurso mais antigo equivale, simplesmente, a jogar para trás o problema da origem, em lugar de dar-lhe solução. Outra resposta eventual é que os indivíduos, ao utilizarem o sistema discursivo, seja quando o reproduzem como é, seja em certas condições, o modificam e, nessa opinião, haveria uma aproximação pelo menos parcial com posturas de certos semiotistas, com a ressalva importante, porém, de que tais autores preservavam a noção de um sujeito agente racional, coisa que não ocorre com os pós-modernos mais radicais, uma vez que, para eles, os seres humanos só podem ser constituídos como sujeitos pela mediação do discurso.

O que se nota, em última análise, é que, ao se fetichizar a tal ponto o discurso, ele é de certa maneira absolutizado e reificado.

A "nova história cultural": com um pé em cada mundo?

No início da década de 1960, a assim chamada história social (ou história economico-social) tinha grande importância na França e na Inglaterra, e era influente em outros países, embora o que se chamava "história tradicional" de fato continuasse a predominar quantitativamente. A história social apresentava, na época, diversas modalidades, como a tendência dos *Annales* e diversas correntes marxistas ou próximas

ao marxismo. Ela se caracterizava: (1) pela diminuição da concentração na política e nas instituições como objetos de estudo e uma preferência por temáticas econômicas, sociais *stricto sensu* (hierarquia e estratificação, movimentos sociais, mobilidade social) e demográficas; (2) por uma visão antissubjetivista e anti-individualista da sociedade, aceitando como base teórica que ela existe objetivamente, tal como a causalidade social; as explicações não se baseavam, como na história "tradicional", no sujeito, segundo a visão burguesa da sociedade como soma de indivíduos, e já não se insistia nas intenções subjetivas como explicação; a subjetividade, mais do que explicativa, deve ser explicada e reflete um contexto social; (3) o sujeito é social, coletivo, e a causalidade transcende as vontades individuais, que podem não perceber as verdadeiras causas; (4) a esfera social e econômica forma uma estrutura objetiva, autônoma, cujo funcionamento produz significados intrínsecos: a esfera do mental e do cultural consiste em representações do ser social.

Nos anos 1980, nota-se, no que acreditavam os historiadores vinculados à história social (ou economico-social), a flexibilização da crença nos vínculos de determinação entre o contexto social e a consciência. Fala-se de uma autonomia relativa da cultura, ou do imaginário, ou também da política (posto que, desde a década precedente, ocorrera uma retomada de importância de parte de uma história política já não "tradicional", mas sim atualizada pelos vínculos estabelecidos com a ciência política). Acredita-se em um papel mais ativo dos indivíduos na formação dos significados, e uma nova conceituação das relações sociais insiste na historicização da experiência (E. P. Thompson), mais do que em seus vínculos com uma estrutura abstrata de classes, por exemplo. Roger Chartier ressalta a noção de "representação coletiva", e ocorre uma retificação do objetivismo social, tornando-o menos unilateralmente causal do que no passado.

As especificidades da assim chamada "terceira geração" dos *Annales* desembocaram em dois editoriais publicados na revista em 1988 e em 1989, que marcaram o que ficou conhecido como "virada crítica" (*tournant critique*) na tendência historiográfica centrada na revista. Tal "virada crítica" tinha elementos semelhantes à "virada linguística" pós-estruturalista e pós-moderna, mas também apresentava especificidades importantes, sendo que a mais relevante foi que os historiadores franceses da "virada crítica" sempre relutaram em abandonar de todo o *desideratum* de uma análise científica social e interdisciplinar em história em favor de outra que fosse eminentemente discursiva. Também se preocuparam em preservar a integridade da história considerada ciência social do tempo; até então, os *Annales* haviam encarado a pluralidade de especializações e temáticas históricas como um enriquecimento, mas agora começavam a preocupar-se com a ameaça de uma explosão irremediável da disciplina (Noiriel, 1997, p. 149-162).

É comum que se fale também em uma "virada" cultural e em uma "nova história cultural". Se observarmos esta última, verificaremos que não transcende de todo o objetivismo dicotômico que considera, nessa ordem hierarquizada, o par realidade social/representação,

mas, sem dúvida, o reformula. Em outras palavras, trata-se somente de uma faceta no interior da "virada crítica".

A revisão dos modelos explicativos disponíveis ocorreu a serviço de um interesse crescente pela cultura, sendo possível perceber uma insatisfação com explicações a partir da economia ou dos interesses de classe. Na noção de cultura enfatizaram-se os mecanismos interpretativos e os valores, e muitos agora passaram a crer que a cultura não é mera função do material, do social, uma vez que as crenças e atividades rituais das pessoas, por exemplo, interagem com as expectativas socioeconômicas, e os efeitos dessas interações proveem a explicação das condutas e da origem das relações sociais.

A transformação descrita – mesmo parcial – renova as temáticas; os rendimentos, preços e salários recuam diante das práticas culturais, dos códigos cognitivos, da ordem simbólica; a antropologia torna-se interlocutora privilegiada dos historiadores; e a história total ou holística continua sendo almejada como antes, mas, ao mesmo tempo, é considerada de difícil realização, visto que se multiplicam as temáticas, as fontes, os métodos e os enfoques. Outro fator do recuo do holístico foi uma preferência crescente pelo enfoque micro e pela história do quotidiano, que causou uma espécie de refração da determinação pelo social em que se acreditara anteriormente. Os indivíduos tomam decisões e adotam estratégias que não são passíveis de inferência direta a partir da posição social de cada um deles, e acredita-se agora que a esfera cultural pode operar sobre o economico-social e recriá-lo, modificá-lo.

Teóricos influentes, como Pierre Bourdieu, por exemplo (seguido nessa posição por Roger Chartier), ou Anthony Giddens, declaram querer ir além da oposição simples entre objetivismo e subjetivismo, entre "física social" e "fenomenologia social", entre fisicalismo e psicologismo; procura-se um equilíbrio, uma integração harmoniosa entre determinação social e autonomia da consciência. Existe sem dúvida um condicionamento material da vida social, mas as condições materiais não afetam a conduta de uma maneira imediata, fazem-no por mediação da cultura e das experiências individuais. As ações da vida social são simbolicamente mediadas.

A consciência não é um reflexo passivo das condições sociais, visto que resulta de um desvelamento ativo das propriedades dessas condições. Os significados são um atributo da realidade, mas só adquirem vida quando são ativados pela prática, que os formula social e culturalmente; já a produção de significações ocorre no cruzamento, na tensão ou na negociação entre estruturas e representações. Os interesses não afloram na consciência por si mesmos, mas fazem-no mediante disposições culturais dos indivíduos, e a experiência ajusta interesses e condutas. Existe uma mediação simbólica. A cultura não é um mero reflexo, mas sim uma instância em si mesma a ser considerada, além de ser dinâmica. O ideal e o material interpenetram-se, ou seja, todas as práticas, incluindo as tecnológicas e as econômicas, dependem também de ações significativas e de representações. Sendo assim, a realidade só pode ser apreendida mediante as tradições culturais estabelecidas, e as mudanças sociais e econômicas não agem sobre seres humanos que sejam páginas em branco; pelo contrário,

atuam sobre indivíduos portadores de tradições culturais estabelecidas, de um "capital simbólico" acumulado.

Os historiadores culturais separam-se do objetivismo. Eles acreditam que as ações não podem reduzir-se a reflexo ou efeito das estruturas e afirmam o interacionismo simbólico, pois também é verdade que as estruturas não podem ser reduzidas a efeitos das ações. Não se trata, portanto, de uma volta ao "sujeito natural", nem à *Verstehen* (compreensão) weberiana – embora a influência de Max Weber aumente entre historiadores. Poder-se-ia falar de um *causalismo social limitado*, ou *fraco*. A ação remete causalmente à experiência e às representações, mas estas remetem ao mundo; a realidade social é captada mediante os recursos culturais disponíveis e só assim se torna ação, mas essa realidade impõe limites significativos que os sujeitos não estão livres de ultrapassar. As categorias cognitivas dos sujeitos são interiorizações simbólicas da realidade, que lhes é externa e existe independentemente delas. Continua em uso, então, uma teoria das ideologias (mas não das ideologias como falsa consciência), e as categorias serão tanto mais eficazes quanto mais estiverem adequadas às propriedades intrínsecas do social em si.

Quando se chega até aí, é óbvio que alguns darão um passo extra e se distanciarão da causalidade social. Roger Chartier chegou a dizer que as representações coletivas são matrizes que conformam as práticas a partir das quais o mundo social é construído. Tal posição (bastante atenuada depois) revertia o laço causal como era percebido na história social ou economico-social, ou seja, significaria abandonar a história social da cultura em favor da história cultural do social. Percebe-se que até mesmo na época em que expressava sua opinião mais extremamente "culturalista", Chartier continuava a insistir no caráter científico da história e a afirmar que, nas representações coletivas, estão incorporadas as divisões da organização social. Em outras palavras, o passo decisivo em direção ao pós-modernismo não foi dado por ele, nem pelos cultores da nova história cultural em sua maioria, embora às vezes oscilassem contraditoriamente entre posturas dificilmente conciliáveis; e, sobretudo, flertassem com a filosofia analítica anglossaxônia (contraditória com a crença em uma ciência social objetiva). Pierre Bourdieu propôs um "individualismo metodológico", mas no contexto de relações marcadas pelo *habitus*, sistema de regularidades objetivas, provenientes em última análise do coletivo, que estabelecem o que é considerado "razoável" quanto a ideias e condutas.

Enxerga-se a necessidade de levar em conta tanto a realidade social quanto a percepção dela, ou seja, as visões de mundo fazem parte da realidade e participam de sua construção, e disso derivam não só as posições de Chartier, mas também as de E. P. Thompson, para quem a classe social é o mesmo que a consciência de classe, isto é, não importam as "classes em si", economicamente determinadas, só as "classes para si", dotadas de uma consciência específica, cuja formação é preciso estudar historicamente e não deduzir estruturalmente.

A linguagem deixa de ser vista como exclusivamente mimética, pois, além disso, ela é também gerativa. A sociedade é o resultado da dialética entre a linguagem como espaço

social e a linguagem como agente social, e tais posições retomam teorias já formuladas há décadas por Mikhail Bakhtin.

A nova postura sociocultural incentiva um recorte mais micro dos objetos de análise, pois avançam a micro-história e a história do quotidiano. A razão disso é a vontade de captar a interação entre estrutura e ação, entre constrições estruturais e singularidades individuais; como queria Natalie Zemon Davis, importa perceber as interações, pequenas, muitas vezes invisíveis quando se escolhem recortes maiores do objeto: deseja-se enxergar a dinâmica da experiência (Bentley, 1999, p. 137-160; Cardoso, no prelo).[1]

Conclusão

Ao ocupar-se do embate entre tendências epistemológicas em história, o estudioso deve levar em conta que *todas* as posturas epistemológicas aqui tratadas continuam presentes e ativas, sendo falso acreditar que alguma delas tenha sido refutada com consenso (pretendê-lo é simples arrogância); que os historiadores usam muitas vezes conceitos pouco claros, insuficientemente definidos, mas a era em que se podiam refugiar em uma espécie de inocência epistemológica já passou; e que as críticas de uma tendência a uma outra só fazem sentido quando se baseiam em uma refutação detalhada e dotada de base historiográfica suficiente, não bastando que se limitem a invocar princípios ou generalidades derivados de algum teórico favorito (argumento de autoridade desprovido de valor mas fácil de praticar).

Referências

BENTLEY, Michael. *Modern historiography: an introduction.* Londres; Nova York: Routledge, 1999.

BERENZON GORN, Boris. *Historia es inconsciente: la historia cultural. Peter Gay y Robert Darnton.* San Luis Potosí (México): El Colegio de San Luis, 1999.

BUNGE, Mario. *Seudociencia e ideología.* Madrid: Alianza Editorial, 1985.

CAHOONE, Lawrence. *From modernism to postmodernism: an anthology.* Cambridge (Mass.); Oxford: Blackwell, 1996, p. 1-28.

CABRERA, Miguel Angel. *Historia, lenguaje y teoría de la sociedad.* Madrid: Cátedra, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Nova História Cultural: com um pé em cada mundo?* (Capítulo em livro coletivo no prelo.)

CARR, E. H. *¿Qué es la historia?* Barcelona: Seix Barral, 1976.

ELTON, G. R. *The practice of history.* Londres: Collins-Fontana, 1967.

ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IGGERS, Georg. *La ciencia histórica en el el siglo XX.* Barcelona: Labor, 1995.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos.* São Paulo: Renascença, 1946.

1 Baseio toda esta última parte da introdução em artigo meu, em processo de publicação, onde se acharão as referências bibliográficas pertinentes.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Critères scientifiques dans les disciplines sociales et humaines. *Aletheia.* 4 maio 1966, p. 189-236.

McCULLAGH, C. Behan. *The truth of history.* Londres; Nova York: Routledge, 1998.

MUNSLOW, Alun. *Deconstructing history.* Londres; Nova York: Routledge, 1997.

NOIRIEL, Gérard. *Sobre la crisis de la historia.* Madrid: Cátedra, 1997.

PIAGET, Jean. *Épistémologie des sciences de l'homme*. Paris: Gallimard, 1972.

SCHAFF, Adam. *Historia y verdad: ensayos sobre la objetividad del conocimiento histórico.* Traduzido por Ignasi Vidal Sanfeliu. México: Grijalbo, 1974.

STOIANOVICH, Traian. Social history: perspective of the *Annales* paradigm. *Review.* vol. 1, n. 3-4, 1978, p. 19-48.

WEBER, Max. *Essais sur la théorie de la science.* Paris: Plon, 1965.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. *Estudos históricos.* vol. 7, n. 13, 1994, p. 23-48.

Capítulo 1

História, memória e tempo presente

Márcia Maria Menendes Motta

Memória e tempo presente: colocação do problema

Em meados dos anos 1980, um embate entre visões distintas sobre o papel da história nazista para a construção/reconstrução da identidade alemã ficou conhecido como "querela dos historiadores". Seu início ocorreu com a publicação, em 1986, de um artigo polêmico de Ernst Nolte, após a repercussão da visita do presidente norte-americano Ronald Reagan, em 8 de maio de 1985, a um campo de concentração nazista e também ao cemitério em Bitburg, onde estão enterrados os soldados alemães, muitos da SS, a tropa de elite do III Reich. A união simbólica – representada pelas visitas em memória das vítimas e dos criminosos – havia suscitado manifestações e reflexões sobre o significado daquele acontecimento. Segundo Nolte, ao contrário de outras tragédias da humanidade, a experiência nazista havia deixado marcas indeléveis na história alemã e ela era reiteradamente lembrada como uma história do passado que havia fincado raízes no presente. Na contracorrente dos historiadores dedicados a compreender a especificidade do nazismo e o caráter único do extermínio de judeus e ciganos nos campos de concentração, o autor defendera que a história era recheada de exemplos trágicos – deportações, torturas, campos de morte, extermínios de grupos inteiros de pessoas inocentes – similares àqueles ocorridos quando do regime do partido nacional-socialista alemão de Adolf Hitler.

Para o autor, era preciso desnudar também os interesses dos descendentes dos perseguidos que desejavam manter o status e o privilégio tributário daquele passado que se firmava cada vez mais no presente. Haveria então razões menos nobres para que o Holocausto se mantivesse como um passado que não passava. Como desdobramento, a consequencia para os historiadores era que, nesse caso, pareciam ter sido revogadas as regras mais simples: "que todo passado tem que tornar-se cada vez mais reconhecível em sua complexidade, que o contexto em que ele se consolidou torna-se cada vez mais visível, que os retratos em branco e preto dos contemporâneos em luta são corrigidos e as exposições anteriores, submetidas à razão" (Nolte, 1989, p. 13).

A repercussão ao texto de Nolte não foi menos intensa. Um pouco mais tarde, o filósofo alemão Jurgen Habermas escreveu o artigo "Tendências apologéticas", discutindo os argumentos anteriores de Nolte e sustentando que o passado nazista não deveria ser jamais esquecido. Para Habermas, era preciso se perguntar quais eram os interesses que estariam sublimados no esforço de consagrar destinos coletivos, sem diferenciar vítimas e criminosos. Para o filósofo, a visita ao cemitério não somente desvelava a tentativa de apagar as marcantes diferenças entre ambos, como também reacendia a noção de que o verdadeiro inimigo da Alemanha era o bolchevismo. "O aperto de mão dos generais veteranos na presença do presidente norte-americano pode finalmente confirmar-nos que sempre estivemos do lado certo na luta contra o inimigo bolchevique" (Habermas, 1989, p. 18).

Em sua crítica aos argumentos dos chamados revisionistas alemães – incluindo Nolte – Habermas sustentou que o passado não pode ser esquecido, e a singularidade do extermínio nazista não poderia ser ignorada pelos historiadores interessados em reconstruir a identidade alemã. O argumento central do autor é o de que havia de fato relações complexas entre criminalidade e normalidade no cotidiano nazista, entre a destruição e a "energia vital produtora". No entanto, exatamente por isso tornava-se necessário investir em uma compreensão "distanciadora (que) libera a força de uma recordação reflexiva, ampliando, com isso, o espaço de jogo para um tratamento autônomo de tradições ambivalentes" (Habermas, 1989, p. 25-26).

Outro historiador alemão, Hinnerk Bruhns, também considerou que a construção de uma nova identidade alemã no contexto da reunificação não deveria eliminar a experiência de Auschwitz. Segundo ele, era legítimo guardar na memória coletiva alguns esforços em prol da democracia nos períodos anteriores ao nazismo, inclusive ressaltando "determinadas possibilidades não realizadas desse passado". Mas a verdade é que aqueles elementos tinham menos importância como parte da identidade alemã "do que os que marcaram o advento e os horrores do nazismo" (Bruhns, 1990, p. 8).

A querela dos historiadores opunha assim visões distintas sobre o passado, ou melhor, sobre as leituras que o passado nazista tinha no presente, sua inscrição ou exclusão, nos monumentos e museus a serem construídos para a concretização de uma identidade e de uma unidade desejadas. Mas não era somente na Alemanha que se reunificava que a questão parecia candente.

Em 1987, Pierre Vidal-Naquet, conhecido por seus estudos sobre história antiga, publicou um conjunto de textos em livro com título sugestivo: *Les assassins de la mémoire. Um Eichmann de papier et autres essais sur le révisionnisme* [Os assassinos da Memória. Um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo]. Vidal-Naquel decidira unir seus textos em um só livro, sob a alegação, deveras preocupante, de que havia aumentado consideravelmente o número de textos e de adeptos da corrente revisionista, que negava a existência das câmaras de gás de Hitler e o extermínio dos judeus. O historiador francês era contundente em sua posição, recomendando discutir os argumentos dos revisionistas, ana-

lisar a construção de suas mentiras, mas jamais discutir com eles. As principais conclusões dos revisionistas não passariam de uma falsificação histórica, cujo objetivo último era "um extermínio no papel que substitui o extermínio no real" (Vidal-Naquet, 1988, p. 45).

Vidal-Naquet alertava ainda para a confusão suscitada em torno do termo *revisionista*, que tendia a confundir o leitor menos atento. Os revisionistas do Holocausto não realizavam uma análise crítica do passado que colocasse em pauta novas questões, novos problemas, antes sublimados. O que eles produziam não era história, pois não era um relato histórico com pretensões de revisar algumas conclusões sobre o passado.

As discussões em torno dos revisionistas iluminavam também os debates sobre as fontes utilizadas e a serem utilizadas para compreender a experiência nazista. Não havia prova documental que poderia afirmar – sem nenhuma dúvida – que a solução final teria sido o resultado de uma política do partido nacional socialista alemão, ordenada por Hitler e aceita pelos centros de poder. Os sobreviventes dos campos de concentração silenciaram ao longo de décadas, receosos de que seus testemunhos parecessem inverossímeis, e o jogo das memórias perseguia os que buscavam compreender o passado para lhe conferir algum sentido diante da profusão de imagens, restos e esqueletos que vinham à luz onde menos se esperava.

Na Alemanha, na França, na Itália, em vários países os "protagonistas anônimos da história" (para usar um termo de Ronaldo Vainfas) produziam interpretações conflitantes sobre o passado e leituras diversas sobre as permanências no presente. Na Itália, por exemplo, o episódio conhecido como massacre de Civitella havia produzido ao menos duas memórias em confronto. A tragédia ocorreu em 29 de junho de 1944, envolvendo o assassinato de 115 civis da cidade italiana de *Civitella* pelas tropas de ocupação alemã como represália em decorrência do aniquilamento de três de seus soldados por membros da resistência italiana. Para os sobreviventes, as viúvas e os filhos das vítimas, havia a memória que se consagrou pela negação do papel da resistência naquela cidade, responsabilizando os membros dos *partisans* pela morte de seus entes queridos. Para eles, havia uma memória que se afirmava pela culpabilidade do grupo que visou resistir – irresponsavelmente – à ocupação alemã; mas para a memória oficial, no entanto, o massacre deveria ser visto como um importante episódio da resistência, cujas vítimas foram identificadas como símbolos, mártires da liberdade e, por esse motivo, a tragédia simbolizaria o papel dos italianos na resistência à ocupação alemã. (Portelli, 1996).

Na França, onde também se mantiveram muitas zonas de sombra, as experiências da resistência produziram igualmente embates e interpretações distintas. Do ponto de vista empírico havia ainda muita coisa a ser conhecida tanto do ponto de vista do conhecimento dos fatos propriamente ditos, como em relação à definição, à composição de seus integrantes e às modalidades de ações da luta clandestina. Para Bédarida, quanto mais um acontecimento é rico de significados e humanidades, mais as leituras históricas se multiplicam, às

vezes se completando, às vezes se afrontando. No caso da resistência francesa, em toda parte, "o mito invadiu a história" e muitas eram as memórias em disputa. (Bédarida, 1986, p. 76).

Do ponto de vista do eixo central de nossa proposta, a questão está fundamentada em duas perguntas: se aceitamos que há sempre um jogo de embates de memórias, restar-nos-ia apenas inventariá-las, mesmo que pensadas no plural, reconhecendo a impossibilidade de se chegar às evidências que confirmem ou relativizem seus conteúdos? Como lidar com o confronto de memórias em uma história do tempo presente? Tais questões são importantes na medida em que nos obrigam a não somente reconhecer a complexidade do objeto, mas também a estabelecermos primeiro uma diferenciação entre memória e história.

A memória, a história e o tempo: histórias de um confronto

Um dos primeiros trabalhos dedicados a compreender o papel da memória coletiva foi o de Maurice Halbwachs, que havia escrito seu texto poucos anos antes de ser assassinado pelos nazistas. O livro, publicado postumamente em 1950, só adquiriu a importância devida muitos anos depois. Os argumentos de Halbwachs são incisivos quanto à impossibilidade de se escrever a história no tempo presente, pois, se a memória e a história se opõem, a primeira não pode alimentar a segunda. Para se escrever a história, seria preciso um distanciamento seguro para que os acontecimentos a serem recolhidos e classificados não fossem, por assim dizer, contaminados pela lembrança ainda viva dos homens. Assim, "enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, ou mesmo fixá-la, pura e simplesmente" (Halbwachs, 1990, p. 80).

Talvez a principal qualidade da obra de Halbwachs seja ter apontado que não há apenas uma memória coletiva que se opõe à história, mas sim várias memórias. Logo, é possível dizer que há apenas uma história e distintas memórias sobre um acontecimento, e se não há parcerias entre ambas, é porque as memórias coletivas só podem acionar o passado até certo limite, sendo o tempo um diferencial importante que as impede de conhecer os fatos. A história, por sua vez, parece precisar "esperar que os antigos grupos desapareçam, que seus pensamentos e sua memória se tenham desvanecido, para que ela se preocupe em fixar a imagem e a ordem de sucessão dos fatos que agora é a única capaz de conservar" (Halbwachs, 1990, p. 109).

Passados tantos anos desde a publicação da primeira edição, a obra de Halbwachs tornou-se o ponto de partida de muitas das discussões sobre a relação entre história, memória e tempo presente. Uma série de estudos questionou a impossibilidade de ser fazer história no tempo atual, e a ideia-chave das críticas feitas àquele autor é a relação entre memória e tempo. É verdade que ele também teve o mérito de reconhecer que a sucessão do tempo não é apenas uma sucessão necessária, cronológica, mas também que suas divisões e a duração entre as partes resultam de convenções e costumes, expressando inclusive uma noção de ordem. A sequência temporal seria, assim, algo necessário, já que o ser humano precisa encontrar "pontos de referência definidos que possam valer para todas as consci-

ências" (Halbwachs, 1990, p. 93). Nesse sentido, a história é um resumo, pois a ela cabe fazer uma síntese, por isso é importante que o historiador esteja seguramente afastado do acontecimento para que possa apoiar-se em fatos escritos, jornais de época e nas memórias escritas por aqueles que viveram o acontecimento.

Quaisquer que tenham sido as intenções de Halbwachs, os historiadores têm clareza de que o tempo é uma construção histórica, além de ser vivenciado de modos distintos por diferentes culturas. O tempo linear como condutor do progresso é uma criação da Europa do Iluminismo (Hartog, 1990) e, na prática histórica, ele vai se identificando com a cronologia em uma sucessão de fatos aparentemente coerentes, mas que na verdade são produtos de escolhas do historiador. No entanto, a ideia de que só o distanciamento pode produzir a história nem sempre foi algo indiscutível, visto que não há nada mais distante no tempo que as reflexões de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso. Convicto de que somente a história do tempo presente poderia ser científica, ele concluiu – diferentemente dos que escreveram depois dele – que a história se faz no sentido inverso da memória.

No século XIX, os historiadores também passaram a defender a separação entre história e memória, mas por um viés oposto, sustentando que esta termina onde começa aquela (Hartog, 1990, p. 15). Assim, é mais do que razoável admitir que a memória e a história não são sinônimos, pois, diferentemente da primeira, a história aposta na descontinuidade, visto que ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão; ela é manejada, reconstruída a partir de outros interesses e em direção diversa, e, para se opor à memória, a história tem ainda o objetivo de denunciar e investigar os elementos que foram sublimados ou mesmo ignorados pela memória.

Quando falamos de memória, devemos levar em conta que ela constrói uma linha reta com o passado, alimentando-se de lembranças vagas, contraditórias e sem nenhuma crítica às fontes que, em tese, embasariam essa mesma memória. Ela é ainda, segundo Nora, "um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente". (Nora, 1993, p. 9). Por conseguinte, a memória é também positiva e positivista, reafirmando, muitas vezes, um passado de riquezas que antecipa um futuro pleno de potencialidades.

Se entendermos que a memória só se explica pelo presente, isso significa também afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo. São, assim, os apelos do presente que explicam por que a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente.

É preciso destacar ainda que a memória exerce um poder incomensurável na construção de uma identidade de grupo, consagrando os elementos pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem. A força dessa memória aglutinadora é realimentada, reforçada, reinventada constantemente, principalmente em situações em que uma reflexão externa tenta solapar ou minar os elementos que unem o grupo e lhe conferem um sentido particular.

A história, por sua vez, "é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais" (Nora, 1993, p. 9). Isso significa que, ao contrário da memória, a história busca uma representação crítica do passado, o que não elimina, porém, o perigo de o historiador incauto apenas restaurar memórias. A história seria, então, uma operação intelectual que, ao criticar as fontes, reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação na qual o que importa não é só a noção de um consenso, mas também a do conflito. Nesse sentido, ela não serve para glorificar o passado, pois o que ela realiza, na maioria das vezes, é a deslegitimação de algo construído pela memória, e que muitas vezes permanece escrito, registrado, mantido no presente.

Seria, então, possível fazer uma história do tempo presente, operando com a ideia de que a história pode também deslegitimar memórias ainda tão atuais? Quais seriam as vantagens para o historiador na revisitação crítica dessas memórias? Como manter o distanciamento e estabelecer a diferenciação entre as memórias e a história que se quer reconstruir?

Em primeiro lugar, as memórias são fontes históricas, pois elas nos ajudam a identificar o que tem sido lembrado, recordado por um ou vários grupos sociais. É possível identificar a permanência de uma determinada leitura sobre o acontecimento, as contradições e visões distintas, os elos que ligam certos grupos e afastam os outros. Enquanto fontes históricas, elas merecem passar por uma análise crítica, capaz de desconstruir as memórias consagradas por um coletivo.

Em segundo lugar, as memórias também são fenômenos históricos, que Peter Burke denomina história social da recordação. Nesse sentido, "dado que a memória social, tal como a memória individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar a maneira como variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, bem como a forma como se modificam ao longo do tempo" (Burke, 1992, p. 238). Para entendermos o que isso significa, devemos nos ocupar em compreender quais são os elementos constitutivos da memória e como são moldadas as recordações que a compõem.

Os elementos constitutivos da memória

Em "Memória e identidade social", Michel Pollack procurou definir os elementos constitutivos da memória. Em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente ou, em outras palavras, aqueles que fazem parte de nós mesmos, portadores de lembranças de um passado que se quer único. Em segundo lugar, os vividos "por tabela", ou seja, as possibilidades abertas pelo fenômeno de projeção ou de identificação tão forte com um passado, que pessoas que não o viveram se sentem coparticipantes e sujeitos desse mesmo passado. Isso significa dizer que é possível nos lembrarmos de algo que não nos atingiu diretamente, mas que, por uma razão ou outra, contaminou nossa própria lembrança. Assim, é coerente registrar que há acontecimentos que traumatizam tanto um grupo, que a memória daquele fato por ser "transmitida ao longo de séculos com altíssimo grau de identificação". Um terceiro elemento assenta-se na ideia de que a memória também é constituída por personagens,

uma vez que há sempre exemplos de indivíduos que personificam determinada lembrança. Por último, os chamados lugares da memória, que podem ser representados por museus, arquivos e monumentos (Pollack, 1992, p. 202). Elas também são expressas pelo surgimento e pela consolidação das cerimônias públicas, sejam as que se referem à fundação/independência/revolução das nações, sejam as que se referem às datas de nascimento e morte de seus líderes, mártires de outrora, que, por coragem ou destino, ajudaram a construir o país. Muitas vezes organizada pelo próprio Estado, a comemoração tem como função celebrar acontecimentos identificados como atos fundadores da comunidade nacional (Raynaud, 1994) e muitas vezes visam consagrar a existência de uma unidade política nem sempre tranquila. De qualquer forma, os lugares de memória têm um claro conteúdo pedagógico ao imprimirem, ou buscarem imprimir, uma continuidade temporal com o passado, a partir – como já sabemos – dos valores do presente.

Os elementos constitutivos da memória são importantes na medida em que nos ajudam a compreender sua força e o seu poder, pois, a partir desses elementos, ela realiza um esforço de unidade física dos membros que compartilham lembranças singulares. Logo, tais elementos são também um fenômeno socialmente construído, o que também nos permite afirmar que a memória e a identidade "são valores disputados em conflitos sociais" (Pollack, 1992, p. 204).

É preciso, portanto, estar atento ao fato de que a memória se constrói na lembrança, mas também no esquecimento. Em outras palavras, o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos. Tal aspecto é de fundamental importância para delinearmos a relação entre passado e a história do tempo presente.

Nesse mesmo artigo, Pollack exemplifica a relação entre lembrança e esquecimento com a memória sobre o apelo feito pelo General de Gaulle em 18 de junho de 1940, quando pediu à nação francesa que resistisse aos alemães. Em uma pesquisa nos anos 1950, Pollack demonstrou que poucos eram os resistentes que se lembraram do mencionado discurso. No início dos anos 1990, quando escreveu o artigo, ele identificou o oposto, sendo raro encontrar algum resistente que negasse ter ouvido o memorável discurso, transformado naquele momento em parte da memória nacional (Pollack.1992, p. 206).

Um exemplo marcante e trágico da produção do esquecimento é analisado por Pollack em outro de seus textos, no qual ele afirma que muitos sobreviventes dos campos de concentração retornaram à Alemanha e à Áustria e ficaram em silêncio, sem revelarem a outrem as experiências vivenciadas na prisão nazista. Duas razões principais explicariam, segundo Pollack, a opção pelo esquecimento: a primeira seria em razão do esforço para diminuir ou negar o sentimento de culpa entre os que os viram ser deportados e a segunda, esse mesmo sentimento vivido pelos sobreviventes, atormentados pela lembrança do que tinham feito para escapar dos campos de extermínio e das câmeras de gás. Nesse jogo

da memória, o esquecimento era parte importante na construção de uma memória sem traumas (Pollack, 1990)

Em um dos seus mais belos livros, Tzvetan Todorov resgatou detalhes aparentemente sem importância que construíram heróis anônimos, que resistiram e ajudaram outros a resistir nos campos de concentração, realizando tarefas aparentemente banais, como cantar uma música todos os dias, declamar um poema, admirar o sol; esses são exemplos de ações cotidianas que nos tornam humanos (Todorov,1994).

Mas o esquecimento, assim como a lembrança, não é somente uma escolha individual, mas também coletivo. Compreender o que esquecemos e o porquê é um elemento por demais importante para se apostar na legitimidade de uma história do tempo presente. (Pollack, 1989)

O historiador diante da amnésia social

Operar com a construção da amnésia social é uma chave de leitura importante para se compreender os porquês dos esquecimentos. Nesse sentido, se a memória está assentada em mecanismos de depósito e armazenamento de lembranças, ela pode ser identificada também como "um sistema de esquecimento programado". É verdade ainda que "sem o esquecimento, a memória humana é impossível" (Menezes.1992, p. 16). Os indivíduos não conseguiriam sobreviver se fossem capazes de lembrar todos os fatos de sua existência, incluindo não somente as más lembranças e frustrações, mas também as boas recordações.

Mas, quando falamos de grupos sociais, devemos estar cientes de que existem o que poderíamos chamar de projetos de esquecimentos, coisas e fatos que não devem ser lembrados, sob pena de ameaçar a unidade do grupo e sua identidade, fragilizando e/ou colocando em questão o interesse comum.

Para entendermos como se dão "as regras de exclusão, supressão ou repressão" devemos sempre perguntar: "quem quer que esqueça o quê, e por quê"? (Menezes.1992 p. 248). Em outras palavras, quais os interesses que estão por trás da amnésia que se construiu sobre um fato de outrora. São múltiplas também as formas de amnésia social, e as produzidas oficialmente são bem conhecidas. Basta lembrar o *stalinismo* e o constante processo de produção de esquecimentos de antigos líderes, posteriormente identificados como inimigos da nação. Podemos também exemplificar com o caso brasileiro, a exemplo da insistência dos órgãos de repressão militar em produzir laudos falsos sobre a morte, na verdade assassinatos, de críticos e opositores ao regime militar.

Mas a questão fica mais complexa quando pensamos que a produção de esquecimentos, se é que podemos falar assim, não é somente oficial. Ela se produz no confronto entre memórias em disputas, entre grupos cujos embates constroem versões opostas, destruindo fatos relevantes para seus opositores. Não é à toa que, para muitos pesquisadores, os historiadores são "os guardiões de fatos incômodos, os esqueletos no armário da memória social". (Burke, 1992, p. 251).

Assim, quando falamos de amnésia, devemos estar atentos às conjunturas históricas que explicam a maneira pela qual se operou o esquecimento de determinado acontecimento. É preciso atentar também para o fato de que, sendo a tarefa do historiador a deslegitimação de memórias, tal operação implica resgatar as evidências e construir, para seu objeto de pesquisa, os conflitos de interpretações. Conflitos estes que, no seu conjunto, conferem algum sentido ao passado, para além do simples relembrar de determinado grupo.

Descortinar a amnésia e desvelar acontecimentos esquecidos não constitui tarefa fácil, pois exige crítica e erudição, e escapar da memória consagrada por um grupo implica alguma forma de distanciamento crítico perante os fatos que a compõem. Para contrapô-la, não basta, portanto, afirmar que as construções da memória são mentiras, até porque elas não são. Se dissermos que a memória retira do passado alguns fatos e os escolhe para responder às demandas do presente, isso significa afirmar que elas não são meras fantasias, mas sim lembranças especiais, comemoradas como tais e que guardam um elo, ainda que linear – como já sabemos – com um passado idealizado. Assim, se elas retiram do passado "aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém" (Halbwachs, 1990, p. 81), é preciso entender as razões pelas quais somente alguns fatos são escolhidos e quem e por que esqueceu e fez esquecer outros fatos.

Para questionar a memória, é preciso, então, reconstruir uma gama variável de interpretações da evidência que se pretende estudar, pois somente assim conseguimos nos aproximar da realidade então vivida, fugindo do perigo de um juízo moral que se antecipe ao resgate da evidência, contaminando a própria investigação. Além disso, é preciso reconhecer, antes de tudo, que o passado ou o presente estudado foi ou tem sido vivido por grupos diversos, que construíram e constroem embates, concepções de vida, visões de mundo e projetos de sociedade.

É fundamental reconhecer, ainda, que a história não se satisfaz com a narrativa. Não basta, portanto, redigir um acontecimento, relendo o documento ou o testemunho oral como se ele fosse a "fonte da verdade", porque, para se fazer história, é preciso estar atento aos aspectos aparentemente sem importância, detalhes muitas vezes desprezíveis, termos e palavras sem sentido em uma primeira aproximação.

Aprender a fazer história significa também aprender a cruzar fontes, produzir embates entre elas e conflitos de interpretações sobre uma evidência; para tanto, é preciso fazer perguntas novas às fontes velhas, em um incessante processo de escape de uma resposta previamente definida e dada como certa, uma vez que fugir das certezas significa, em suma, assumir o caráter detetivesco do historiador.

Deve-se estar atento à historiografia de seu tema. Toda a produção é datada e, nesse sentido, ler e reler a historiografia, fazer a história da história de seu objeto de pesquisa permite rever posições, verificar em que medida as conclusões de uma época (inclusive a atual) podem estar baseadas em memórias, ou melhor, podem ter ajudado a produzir memórias. Pois queiramos ou não, "todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história de nosso próprio

tempo quando olhamos o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem *somente* a história do seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele, e podem inclusive falsificar o passado e o presente, mesmo sem a intenção de fazê-lo (Hobsbawm.1996, p. 14).

Para deslegitimar a memória, é preciso insistir "na distinção entre o fato histórico verificável e a ficção" (Hobsbawm. 1997, p. 288), questionar sempre as tradições inventadas de nossa "comunidade imaginada", com suas lembranças e lugares, e reconhecer, por fim, que "essa tal comunidade" produziu e produz esquecimentos, isto é, amnésias de fatos incômodos da memória nacional. Mas se isso é possível quando analisamos períodos mais recuados, em tese protegidos pelas poeiras do tempo, é factível pensar em uma história que se alimenta do tempo presente? Em outras palavras, é coerente afirmar que a história do tempo presente é um campo de investigação tão legítimo quanto qualquer outro? A nosso ver, sim.

A história do tempo presente em constantes desafios

A história do tempo presente é, sem dúvida, o lugar mais visível e privilegiado para a análise do embate entre história e memória. Ela adquiriu notoriedade e foi se tornando mundialmente conhecida a partir de 1978, quando foi criado na França o *Institut d'histoire du temps présent* (*IHTP*), fundado e dirigido até 1990 por François Bédarida, um dos mais importantes estudiosos do nazismo e da resistência francesa. Até a sua morte, este autor francês esteve à frente do instituto, conferindo-lhe aos poucos o status de *lócus* privilegiado dos estudos voltados para o tempo presente francês. Segundo os informes do próprio instituto, [1] sua história se escreve dentro de um duplo contexto: em primeiro lugar, a anamnese coletiva que viu o despertar de uma memória europeia e internacional da Segunda Guerra Mundial e de suas sequelas e, em segundo, o surgimento de uma nova historiografia contemporânea, "entendida em seu sentido etimológico, que ganhou plena legitimidade no campo científico". Para os autores filiados ao instituto, a dimensão dos acontecimentos do século XX permitiram o desenvolvimento – por intermédio de suas pesquisas – de uma particular sensibilidade ao peso dos acontecimentos traumáticos e à confrontação das testemunhas com relação à demandas sociais e ao espaço público. Tornaram-se particularmente importante, por exemplo, as discussões sobre a experiência do governo de Vichy em sua relação com os chamados crimes contra a humanidade (Rousso, 2003).

A consolidação de uma história do tempo presente é também o resultado da divulgação das pesquisas do já mencionado Michel Pollack, um dos mais importantes historiadores do tempo presente em seus estudos sobre as memórias do nazismo. As contribuições de Pollack possibilitaram a aceitação da importância dos testemunhos diretos, ao reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade podem ser vistas a partir de um novo enfoque, não mais como uma desqualificação, senão como uma fonte adicional para a pesquisa (Ferreira, 2000).

---

1 Disponível em: <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Frubrique1&lang=fr.html>.

De qualquer forma, nos primeiros anos de sua existência, havia várias dúvidas sobre a pertinência de se estudar a história do próprio tempo pelos historiadores. Ela foi objeto de desconfiança quando de seu nascimento, já que para muitos ela estaria ancorada em testemunhos diretos, em depoimentos recolhidos no que se convencionou chamar de história oral. Havia razões para a desconfiança, pois escrever sobre o presente é escrever sobre si mesmo, ou melhor, sobre a leitura que você tem daquilo que observa, suas escolhas, suas lembranças e seus esquecimentos. Nesse sentido, a história do tempo presente estaria contaminada pelo próprio historiador com seus conceitos e preconceitos.

Reconhecido como um dos mais importantes, senão o mais importante pesquisador da história contemporânea, Eric Hobsbawm, autor de dezenas de livros sobre o século XIX, escreveu um texto intitulado "O presente como história: escrevendo a história de nosso próprio tempo". Para ele, havia certa verdade na afirmação corrente de que toda a história seria de uma forma ou de outra uma "história contemporânea disfarçada" (Hobsbawm, 1997, p. 243). Ainda segundo o autor, a expressão "história do seu próprio tempo" implica que sua experiência individual seja também coletiva, e o fato é que, embora a maioria das pessoas não vivencie os marcos da história mundial ou nacional em seu tempo de vida, elas os aceitam como consenso. A experiência da guerra, por exemplo, pode ser muito diversa daquele que, como ele, nunca disparou um tiro como militar e a de outro historiador, o britânico Edward Thompson, que servira como comandante de tanques na campanha da Itália. Se isso é um fato para historiadores da mesma geração, o que dizer então das diferenças entre gerações?

As palavras do autor fazem muito sentido quando se analisa, por exemplo, a experiência do golpe de 1964 e o período da ditadura militar no Brasil. No entrecruzamento de memórias, há distintas percepções sobre o passado, ou seja, dos que viveram diretamente a consequência do fechamento do regime e dos que nasceram e foram criados ouvindo as histórias de horror nos porões da ditadura. Ou ainda daqueles que cresceram crédulos de que o golpe militar transformou o Brasil em um país ainda mais feliz, como na música: "*Este é um país que vai pra frente… Uô Uô Uô Uô Uô… De uma gente amiga e tão contente…*"[2] Assim sendo, se o "passado é outro país", na feliz expressão de Hobsbawm, há diferenças entre contá-lo por tê-lo vivido diretamente, como acontece com os mais velhos, e resgatá-lo nas memórias de outrem. Além disso, diferentemente dos historiadores voltados para tempos mais remotos, o ponto do debate não está na localização de documentos, muitas vezes de sua recuperação e no cruzamento de fontes dispersas. O problema relativo às fontes na história do tempo presente é o inverso, pois ela corre o risco de errar não pela carência, mas pelo "excesso incontrolável de fontes primárias" (Ibidem: 254).

---

2 Trata-se da música "Este é o Brasil que vai pra frente", gravada pelo grupo Os Incríveis no LP intitulado *Disco de ouro*, de 1977, que fez que muitos acusassem os membros da banda de ser simpatizantes da ditadura militar. *Fonte*: Fróes, Marcelo. *Jovem Guarda em ritmo de aventura*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 216, disponível no Google Books. (N. E.)

O número, às vezes incomensurável de fontes, dificulta certamente a análise e demarca uma fronteira às vezes fluida entre a informação jornalística e a análise histórica. Esquadrinhar as razões para que determinado fato tenha sido divulgado, enquanto outros foram sublimados ou mesmo ocultos, exige domínio do tema que se está estudando. Neste sentido, a reflexão histórica só pode ser bem sucedida se assentada na erudição factual e historiográfica, única forma de filtrar o documento, questioná-lo logo na primeira leitura, sobretudo se ele expõe algo próximo às expectativas do historiador.

Mas há ao menos duas razões para se apostar na riqueza das análises ancoradas no tempo presente. Em primeiro, porque há um aspecto de não somenos importância. Quem sempre decide qual é o conjunto de fontes a ser analisado é sempre o historiador. Cabe a ele a escolha dos documentos que lhe permitam dialogar com o acontecimento, para construir uma narrativa, "uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica" (Rousso, 1996: 86). Tal aspecto é comum a todas as linhas de investigação, temática ou temporal. Em outras palavras, todos os historiadores elegem suas fontes e elas são, por assim dizer, construídas como tais através de um método que pretende histórico.

Em segundo lugar, se "o testemunho colhido *a posteriori,* por sua própria natureza, é uma das características da história do tempo presente" (Rousso, 1996, p. 87), há várias outras fontes objetos de análise, como a imprensa, as memórias escritas, as imagens produzidas na mídia, entre tantas outras. Se o mar de fontes produzidas na contemporaneidade pode nos levar ao afogamento, a riqueza do corpus documental é sem dúvida estimulante e desafiadora. As inúmeras portas de entrada para a pesquisa são um convite quase irresistível, principalmente para os que consolidaram sua trajetória em uma temática marcada por rupturas, mas também por continuidades inscritas no presente.

Não é à toa que em um interessante jogo de descoberta e de redescoberta de fontes e temas, uma série de trabalhos veio à luz na esteira da história do tempo presente. Alguns somaram esforços para discuti-la a partir de uma perspectiva de história cultural, como os estudos de Sirinelli na França durante os anos de 1960, na emblemática era dos *Beatles* e *Che Guevara*. (Sirinelli, 2004) Há ainda os que ressaltam a ligação entre história do tempo presente e a dinâmica das relações internacionais, principalmente após a queda do muro de Berlim, em 1989, como no trabalho de Vizentinni sobre o fim da guerra fria e a ordem liberal, consolidação e crise (Vizentinni, 2004.)

Outros procuraram centrar o enfoque na relação entre tempo presente e nova história política, como os decisivos estudos de René Rémond. Este último autor, bastante conhecido no Brasil e em vários países por sua contribuição aos estudos da história política, ajudou a construir novas e vigorosas possibilidades de investigação: o papel dos partidos, a dinâmica das eleições, a mídia e a política, entre outros. (Rémond, 1996). No Brasil, há ainda os que dialogam com a nova história política para desnudar a trajetória dos exilados, como nos trabalhos de Denise Rollemberg. (Rollemberg, 2008). Há também os que têm

discutido o acesso à documentação produzida pelo e a partir do golpe de 1964, objeto de reflexão de Beatriz Kushnir, por exemplo (Kushnir, 2002). Outros, como Ana Mauad, tem procurado refletir sobre a mídia e suas imagens na produção de distintas leituras sobre os acontecimentos contemporâneos, como seu estudo sobre o *11 de setembro* nos Estados Unidos (Mauad, 2007). Destaca-se ainda o grupo inserido no Laboratório do Tempo Presente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, interessado na inserção do Brasil na América Latina e na política internacional.

Resta-nos ainda uma questão: em que momento, em que tempo histórico é possível afirmar que se está refletindo sobre o tempo presente. Onde ele começa? A resposta não é fácil de ser obtida, uma vez que, por razões óbvias, o presente de hoje é o passado do amanhã. Como estabelecer um tempo presente que legitime o eixo de reflexão? Para os franceses, o trauma do governo de Vichy e a ocupação nazista foram o ponto zero para a elaboração de uma discussão pautada nas permanências do passado no presente e para a consolidação de uma história do tempo presente no país. A experiência da ocupação alemã, a postura política dos simpatizantes do nazismo, dos que se mantiveram alheios ao que acontecia e dos chamados *partisans*, ou seja, do que se inseriam nos movimentos de resistência, produziram diversas memórias e uma complexa história sobre o passado francês.

Na Alemanha, como já vimos, o nazismo, a xenofobia e o antissemitismo são pontos de destaque para se desnudar o passado de um país que aliou uma modernização espetacular à uma política de extermínio de seres humanos. As consequências da separação da Alemanha em dois territórios, com sistemas políticos e econômicos distintos, alimentaram também uma rica reflexão sobre os passados diversos das duas Alemanhas, atravessadas por divisões de grupos, de classes, mas às vezes também, de separação no interior das famílias. Nos países do Leste Europeu, a queda do muro de Berlim e a reunificação alemã foram também elementos de inflexão decisivos para a história do tempo presente.

No Brasil, é possível asseverar que parte significativa dos estudos tem como marco inaugural o golpe de 1964 e seus desdobramentos. Vale dizer que inúmeros trabalhos procuram discutir os embates entre memórias na sua relação com a experiência da intervenção militar no Estado brasileiro e que uma geração de historiadores somou esforços para recuperar as dimensões conflitivas daquele passado e suas marcas – às vezes indeléveis – inscritas no presente.

De forma geral, no entanto, podemos falar de duas gerações voltadas para a história do tempo presente. A primeira é a de seus fundadores, ligados aos institutos criados a partir de 1945. Em muitos países, o trauma da guerra culminou com a criação de institutos nacionais, responsáveis pela preservação da documentação concernente ao período nazista e a atuação dos *partisans*. Em vários locais, a preservação da documentação traduziu-se em uma verdadeira obsessão para levantar e organizar as fontes produzidas pela resistência, como a imprensa clandestina, cadernos de anotações, memórias escritas pelas personagens etc. Ao contrário do que se imagina, não se tratava ainda da *história oral* propriamente dita,

senão da busca e da recuperação de todos os documentos que pudessem resguardar aquela dramática história.

Uma segunda geração é tributária da legitimidade alcançada por aquela primeira geração de historiadores, quando a história do tempo presente firma-se como um campo de reflexão legitimado em vários países. A partir daí, os historiadores foram reconhecendo que a definição de *tempo presente* implica uma continuidade temporal entre o período estudado e a redação do objeto. Em outras palavras, há indubitavelmente uma "unidade temporal do sujeito e do objeto", sendo o historiador contemporâneo dos acontecimentos que ele quer registrar e refletir (Lagrou, 2007, p. 36). Assim sendo, o ponto zero da constituição de um tema pelo historiador do tempo presente se confunde com a trajetória intelectual do pesquisador, ou seja, ele vive e escreve sobre o seu tempo.

De todo modo, não há como negar que a história do tempo presente é portadora de um desafio: como se manter distante das posições do senso comum, das opiniões políticas muitas vezes confundidas por interesses menos nobres? Que tipo de engajamento é possível em uma história que está imersa no cotidiano do próprio historiador que a constrói? Como também sinaliza Rousso, a história pertence antes de tudo àqueles que a viveram, sendo um patrimônio comum a todos nós (Rousso, 1997, p. 98). Sendo assim, a história do tempo presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos, de como vivemos, do que estamos consagrando como memória e, por contraste, do que estamos esquecendo.

À guisa de conclusão

As desconfianças deram lugar a um crescente interesse pela história dos acontecimentos atuais, e a produção sobre o tempo "de agora" firmou-se como um campo de conhecimento dos mais vigorosos. São inúmeros os estudos produzidos sobre o tempo presente, sobre o passado "de ontem", e são também incontáveis as temáticas que se formam em torno dessa linha de reflexão. Em torno dela, pretende-se estudar as minorias, os excluídos, as memórias dos movimentos sociais, a amnésia dos tempos de opressão e muito mais. Fontes antes ignoradas ou mesmo desprezadas iluminaram novas possibilidades de pesquisa, e cartas e correspondências pessoais, diários, anotações e bilhetes unem-se às entrevistas orais dos que agora são chamados a contar sua versão dos fatos. A história já não é mais aquela... Ela se torna coparticipante dos acontecimentos; vive-se e conta-se sobre o que se vive.

Mas nunca é demais lembrar que os estudos sobre o tempo presente impõem um conhecimento ainda mais aprofundado sobre o passado e é um desafio ainda maior para os historiadores, já que a ausência de erudição pode estimular estudos superficiais, ancorados em depoimentos diretos, produzidos pelas memórias dos entrevistados e recolhidos acriticamente, reafirmando assim uma memória não coincidente com as evidências empíricas. Nesse sentido, longe de ser um campo de investigação particularmente fácil em virtude da enorme disponibilidade de fontes, a história do tempo presente exige o domínio da histó-

ria e da historiografia que se produziu e se produz sobre o tema de pesquisa. É necessário conhecer e dar a conhecer o debate das interpretações sobre o fenômeno estudado, pois, sem isso, a história que se quer registrar se confunde indelevelmente com a memória que se desejou questionar.

Para concluir, vale ressaltar que, para se fazer a história do tempo presente, é preciso manter um distanciamento que não é dado pelo tempo, mas sobretudo pela ética, que é quase sempre algo que todo mundo acha que tem na medida certa... Porém, se "a realidade história procede de uma mistura complexa de objetividade e subjetividade na elaboração do saber" (Bédarida, 1997, p. 224), precisamos nos manter vigilantes, lidando com nossos preconceitos e manejando com muito cuidado nossas posições políticas no diálogo com nosso trabalho científico. Como destaca Hobsbawm, um autor cujo engajamento é inegável, "existe muita erudição engajada que é trivial, escolástica ou, quando vinculada a uma estrutura doutrinária ortodoxa, empenhada em provar a verdade predeterminada da doutrina" (Hobsbawm, 1997, p. 151). Assim, vincular-se a uma história do tempo presente não significa encobrir os acontecimentos e as lembranças que às vezes desnudam a incompletude do homem, suas contradições e incertezas. É preciso certa dose de coragem para tirar os "esqueletos dos armários".

Referências

BÉDARIDA. "L´histoire de la résistance. Lectures d'hier, chantiers de demain". In: *Vingtième Siécle. Revue d´histoire.* n. 11, 1986, p. 75-90.

BRUHNS, Hinnerk. *A past that won't go away*. UNESCO courrier, April, 1990.

BURKE, Peter "A história como memória social". *O Mundo como Teatro*. Lisboa: Difel, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. "História do tempo presente: desafios". In: *Cultura Vozes.* Petrópolis, v. 94, n.3, 2000, p. 111-124.

HABERMAS, Jürgen. "Tendências Apologéticas". *Novos estudos CEBRAP.* São Paulo, n. 25, 1989, p. 16-27.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. "A memória e o tempo". *O Correio da Unesco.* v. 18, n.5, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o arquivo dos DOPS (RJ e SP). *Discursos Sediciosos*. Rio de Janeiro, n. 7, 2002, p. 207-212.

LAGROU, Pieter. "Sobre a atualidade da história do tempo presente". In: PÔRTO JR., Gilson (org). *História do tempo presente.* Bauru: EDUSC, 2007, p. 31-45.

MAUAD, Ana "Dimensões do presente: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao *World Trade Center* e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001". In: PÔRTO JR, Gilson (org). *História do tempo presente.* Bauru: EDUSC, 2007, p. 223-262.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais". *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1992, p. 9-23.

NOLTE, Ernst. "O passado que não quer passar". *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 25, 1989, p. 10-15,.

NORA, Pierre. «Entre memória e história. A problemática dos lugares". *Projeto História*. São Paulo, n. 10, 1993, p. 8-28,.

_____. "La loi de la memóire". *Le Débat*. Paris, Gallimard, n. 78, jan-fev, 1994.

POLLACK, Michael "Memória e identidade social". *Revista estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 201-215.

_____. "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2 (3):3-15 1989.

_____. *L'expérience concentrationnaire: essai sur le maintien de 1'identité sociale.*Paris, Éditions Metailié, 1990.

PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Vila di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum". FERREIRA, Marieta; Amado, JANAÍNA. *Usos e abusos da história oral.* 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.103-130.

RAYNAUD, Phillippe. "La commémoration: illusion ou artífice". *Le Débat.* Paris, Gallimard. n. 78. 1994.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ROLLEMBERG, Denise; ROLLAND, Denis; MUZART, I.. "Mémoires en exil, mémoires d'exil". In: IDELETTE Muzart; ROLLAND, Denis. (Org.). *L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire.* Paris: L'Harmattan, v. 1, 2008, p. 17-34.

ROUSSO, Henry. "O arquivo ou o indício de uma falta". Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, 1996, p. 85-91.

_____. "A memória não é mais o que era". In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral.* 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 93-101.

_____. *L'Événement, la mémoire, l'histoire.* Paris: Gallimard, 2001.

SIRINELLI, Jean-François. "Este século tinha sessenta anos. A França dos sixties revisitada" *Tempo*. Niterói, n. 16, 2004, p. 13-33.

TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. São Paulo: Papirus, 1994.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória.* Campinas: Papirus, 1988.

VIZENTINNI, Paulo. "A vida após a morte: breve história mundial do presente pós fim da história". *Tempo*. Niterói, n. 16, 2004, p. 35-57.

Capítulo 2

História e poder: uma nova história política?

Ciro Flamarion Cardoso

Este capítulo começa com algumas noções, muito seletivas, sobre a ciência política e seu objeto, necessárias porque o surgimento de uma história política diferente da tradicional, sobretudo a partir de 1970, dependeu do contato com essa ciência social. Tais considerações são, até certo ponto, escolhas pessoais, já que estamos diante de uma disciplina ainda mais diversa internamente do que as outras que se ocupam do homem em sociedade. A seguir, as considerações de espaço nos permitirão tratar unicamente de uma seleção de temas pertinentes, dentre os que tiveram maior impacto entre os historiadores do poder e da política. Inúmeras temáticas ficarão, portanto, de fora; mas um texto como este é necessariamente seletivo. Os temas escolhidos são: o *aggiornamento* da história política e o insucesso das tentativas de sua desconstrução; uma escolha de conflitos intelectuais altamente aguerridos, de fundo historiográfico, que fizeram avançar a história política e, ao mesmo tempo, tornaram mais claras as suas tendências – conflitos esses fortemente vinculados a problemas e disputas atinentes ao poder no mundo contemporâneo; e um tema mais monográfico, escolhido por sua influência em muitas pesquisas recentes e analisado mediante um exemplo: o da cultura política. O Capítulo 3, "História e teoria política", escrito por Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes, cobre outra vertente da maior importância, derivada centralmente de Antonio Gramsci e de Pierre Bourdieu.

Prolegômenos: algumas considerações sobre o poder de Estado e a ciência política

De um ponto de vista descritivo, em linhas gerais o campo da ciência política como existe atualmente cobre cinco domínios principais que são, segundo o objeto centralmente abordado: o governo, a administração pública, as relações internacionais (neste volume, objeto de interesse próprio em outro capítulo que não este), o comportamento político e as políticas públicas. Os dois últimos subsetores foram os de desenvolvimento mais recente (Blondel, 1996).

A ciência política trata, entre outras coisas, da *teoria dos sistemas políticos, de suas legitimações e dos modos de dominação*. Por sua vez, "sistema político" é a noção que engloba (e substitui) outras – Estado, poder, regime – e se define como um sistema de interações mediante o qual são feitas e implementadas as alocações de valores dotadas de autoridade em qualquer sociedade. O objeto da ciência política também pode ser considerado como o conjunto das estruturas induzidas das relações de autoridade e de obediência estabelecidas com vistas a um fim comum.

A politização de uma sociedade consiste na existência de uma autoridade (princípio mediador) exterior à comunidade de base. Quando a integração social (ou sociopolítica) é bem-sucedida, a politização pública aumenta; pelo contrário, quando a sociedade se desintegra, aparece a privatização da política, e a politização pública se enfraquece. Em caso de total desintegração (anomia, revolução), o Estado pode desaparecer ou ser substituído por outro, de organização diferente. Alguns acham que, hoje em dia, embora não fosse pela via revolucionária, o Estado-nação tenderia a um radical enfraquecimento sob o golpe tanto do individualismo exacerbado quanto da mundialização do capital. Não parece, entretanto, que o mesmo se aplique, pelo menos no mesmo grau, aos Estados Unidos da América, potência hegemônica ou mesmo única potência efetiva no mundo de hoje. Existem autores que postulam que a "verdadeira" política passe hoje em dia, muitas vezes, por entidades supranacionais, exemplificadas pela Europa, pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) e pelo Fórum Social Mundial (FSM). As ONGs e o FSM demonstrariam uma internacionalização dos protestos e das lutas populares, ou seja, a sociedade civil, organizando-se em forma crescentemente internacional, estaria tratando de suprir a indiferença e as deficiências do "Estado mínimo" neoliberal em matéria social todavia, não enxergo grande base empírica para tais afirmações. Também me parece inexistir uma alternativa efetiva ao Estado como forma de organização capaz de levar a cabo, tanto no presente como no futuro, a administração da sociedade e as mobilizações sociais imprescindíveis.

A *política* poderia ser definida como a resultante – dinâmica e ao mesmo tempo sistêmica (daí a noção de "sistema político") – de todos os fenômenos implicados pela conquista e pelo exercício do poder. Resta saber até que ponto a integração em um sistema pode ser conseguida mediante um engodo, isto é, o apelo legitimador falacioso a um "interesse geral" ou "bem comum", fator ideológico que o conceito de política ou de sistema político oculta. A realidade estaria dada por uma dialética do conflito e da ordem sociais, encarada sob o ângulo do que se convencionou chamar de "política". Tal dialética definiria um "campo político" que seria, precisamente, o objeto estudado pela ciência política. Esta última só pôde surgir naqueles casos – Grécia clássica, mundo moderno e contemporâneo – em que a sociedade já não se percebesse como regida pela providência, por Deus ou pelos deuses e, assim, pudesse interrogar a si mesma racionalmente, discutir as normas e problematizar sua própria existência, não acreditando que as suas instituições fossem evidentes ou naturais. No caso dos Tempos Modernos, o século XVI vê o início da ruptura com a ordem extrasso-

cial: Maquiavel e, em seguida, Hobbes, afirmam a separação (fundadora) entre moral e política, portanto, entre teologia e política. Torna-se pelo menos virtualmente possível, a partir de então, o *desideratum* humano de compreender e controlar a vida comum dos homens em sociedade. Mais em geral, pode-se dizer que, entre o século XVI e o XVIII, consolida-se a visão das sociedades humanas como organizadas em três esferas, cada uma podendo ser objeto de estudos específicos: a social (sociedade civil), a política e a economia.

No caso específico do estudo da política, a questão central parece ser a seguinte: como é possível que tantos homens, povos ou nações suportem às vezes o que lhes impõe um tirano, se este só pode ter o poder que outros homens lhe concedam? Alguns chamam isso de "mistério da obediência civil", da submissão voluntária, e, nessa ordem de ideias, a ciência política pode parecer uma inimiga a ser combatida ou (mais frequentemente) ignorada ao tentar pôr a nu aquilo que está oculto e, portanto, se desconhece. Dominadores e dominados não veem necessariamente com bons olhos a desmistificação dos processos em que são gerados os mitos fundadores da integração e da participação, a exposição de um passado esquecido (ou em que não se pensa a fundo) ou a análise do imaginário social que aparece reproduzido no sistema institucional. Tanto os que acham que devem comandar, quanto os que escolhem (livre ou inconscientemente) obedecer não têm, de ordinário, desejo ou interesse de que alguém venha desmontar analiticamente o mecanismo bem azeitado, porém implícito, de seu compromisso tácito.

Norbert Elias acredita que exista a intervenção necessária, no conhecimento do social, concomitante ou alternadamente, da *lógica do compromisso* e da *lógica do distanciamento* – o que, ao contrário do que acham os pós-modernos radicais do giro linguístico, permitiria justificar um conhecimento científico do social, feito de adequações graduadas (isto é, melhores ou piores, conforme os casos), falíveis e sempre provisórias, o que afinal caracteriza qualquer conhecimento científico –; no entanto, Elias também acha o seguinte:

> Uma imagem realista (oferecida pelo observador distanciado), expressada em público, pode [...] debilitar a coesão e o sentimento de solidariedade do grupo e, com eles, sua capacidade de sobrevivência. [...] de fato, em todos esses grupos existe um grau de distanciamento que nenhum de seus membros pode ultrapassar sem aparecer aos olhos do grupo como um herege (ou converter-se em tal), sem importar que suas ideias ou teorias concordem com os fatos observáveis e se aproximem daquilo que chamamos "verdade" (Elias, 1990: 26).

A passagem que reproduzo participa da convicção, muito geral entre os cientistas sociais conservadores, de que o que existe é necessário e deve ser preservado – ou cuidadosa e lentamente reformado. Também se parece com os argumentos baseados na *raison d'État*, em nome da qual já houve quem defendesse ou fizesse qualquer coisa, por exemplo: mentir aos cidadãos, praticar a censura sistemática das notícias e até da correspondência

privada, bem como suspender as liberdades constitucionais em tempo de guerra, quando o governo decreta estado de sítio ou de emergência, ou simplesmente invocando necessidades nascidas da luta contra o terrorismo; nos Estados Unidos, quando da Segunda Guerra Mundial, internar em campos cidadãos estadunidenses de origem japonesa (mas não alemã ou italiana); praticar repressões violentas contra os opositores, reivindicando até mesmo a tortura como algo imprescindível em certas circunstâncias; e manter a política externa fora de qualquer controle de parte da sociedade civil (especificamente para o caso brasileiro: Lopes, 2008).

Friedrich Meinecke, em 1924, defendia esta postura:

> A razão de Estado é o princípio fundamental da conduta nacional, a primeira lei do movimento do Estado. Dita ao estadista o que deve fazer para conservar a saúde e a força do Estado. O Estado é uma estrutura orgânica, cujo pleno poder só se pode manter deixando que, de um ou outro modo, seu crescimento continue. A expressão razão de Estado indica paralelamente tanto o caminho quanto a meta de tal crescimento, que não podem ser escolhidos ao acaso. [...] A "racionalidade" do Estado consiste em entender a si mesmo e ao mundo que o cerca, e em derivar de tal entendimento os princípios de ação. [...] Para cada Estado existe, em cada momento dado, uma linha ideal de ação, ou seja, uma razão de Estado ideal. Discerni-la é a pesada tarefa tanto do estadista que age quanto do historiador que observa (*Apud* Finley, 1980, p. 64).

Caso siga o conselho metodológico de Meinecke, o historiador da política estaria obrigado a assumir uma visão *a priori* substancialista, organicista e quase mística do interesse nacional, que na prática não passaria, em cada caso concreto, da naturalização de uma dada formulação *ad hoc* da razão de Estado que, em sociedades marcadas por extrema desigualdade, refletiria invariavelmente interesses de grupos dominantes sempre muito minoritários do ponto de vista social. Um historiador desses estaria *ipso facto* mal preparado para o exercício de uma função crítica e propenso, no mundo de hoje, a aceitar, por exemplo, o pensamento único neoconservador, com seu *there is no alternative* (não há alternativa).

Parece-me impossível discutir algo assim sem de imediato formular – mesmo, ou sobretudo, no caso das democracias contemporâneas – a questão do limite do mandato dos homens políticos, por exemplo ao ler esta passagem de Jacques Julliard (1982, p. 35):

> Em um país democrático, a arte de governar pode ser sintetizada como uma arbitragem permanente entre o desejo de tomar a melhor decisão – que não é sempre a mais popular – em termos dos interesses do país e a tentação de tomar a decisão que favorecerá mais a reeleição dos líderes.

A passagem confunde "a melhor decisão em termos dos interesses do país" com a decisão que os líderes políticos e os tecnocratas a seu serviço *acham* ou *alegam* ser a melhor para o país. Nas condições reais das democracias representativas contemporâneas, não é o mesmo, de jeito nenhum, nem é mera nuance! Como as plataformas políticas divulgadas em processos eleitorais não costumam entrar mesmo nos detalhes mais básicos, já que são formuladas de maneira voluntariamente vaga, ideias como essas de Julliard dão a impressão de que os eleitores devem passar aos líderes que elegem um cheque em branco. O historiador citado está simplesmente aceitando, assumindo acriticamente a linguagem do poder em vez de vê-la de fora e criticá-la. E se a "melhor decisão" – que a elite iluminada constituída pelos "líderes" aparentemente sempre conhece e se considera chamada a definir – não for "a mais popular", poderíamos concluir que, em tais casos, "o povo" está errado ou equivocado? No tocante ao dilema indicado na frase de Julliard, o melhor seria que os líderes deixassem de populismos e impusessem a "melhor decisão para o país"?

A questão central da legitimação do poder não deve ser abordada somente por meio do exame jurídico de seus fundamentos. É preciso, também, saber como e por que aquilo que Gaetano Mosca denominou "classe política" e Wright Mills e Thomas Bottomore "elite do poder", uma vez no controle dos recursos de uma organização que seus membros sabem como funciona, com frequência não justifica seu poder somente pelo fato de detê-lo, mas também procura assentá-lo sobre um sistema de representações jurídicas e morais decorrente de crenças e doutrinas amplamente admitidas na sociedade por ela governada, procurando reforçar noções de solidariedade e associação contratual entre governantes e governados.

O estudo da autoridade supõe que sejam considerados pelo menos três elementos: os detentores do poder (real ou formal); o fundamento constitutivo do poder dos detentores; e o modo em que tais detentores o possam ser, o que remete à questão da dominação e suas formas. Se "política" é um termo polissêmico – sendo que, ao contrário das línguas latinas, o inglês discerne utilmente como coisas distintas *polity*, *policy* e *politics* –, também o é outra noção fundamental, a de *poder*.

Aqui se coloca toda a problemática do uso do poder, incluindo o emprego considerado legítimo da força ou da violência. Entretanto, força e violência não explicam tudo; além de serem, por sua vez, palavras polissêmicas, donde o uso, hoje em dia, de expressões como "poder simbólico". A coação, material ou simbólica, consciente ou não, é, sem dúvida, de importância capital na regulação social; mas as pessoas obedecem também por outras razões, incluindo o interesse, o cálculo ou a estratégia. As ações humanas vinculam-se à aptidão para organizar o pensamento em estratégias cognitivas e em roteiros de ação, na dependência das informações auferidas durante um processo em curso. O poder não serve somente para reprimir, mas também para organizar a trama social mediante o uso de saberes, o que é de grande relevância, já que tal poder não é o atributo de alguém que o exerce, mas sim uma relação. Se as personagens em presença (indivíduos, grupos, partidos, homens políticos) nada tiverem a trocar, não poderão entrar em uma relação de poder, isto é, uma

relação de força de que não é possível para qualquer das partes em presença retirar-se, mas na qual ninguém pode estar totalmente privado, pois, se assim fosse, teríamos saído da esfera propriamente política.

Se o poder não é somente dominação, mas também troca, depende igualmente de uma crença partilhada na autoridade. Quem dá uma ordem acredita ter o poder e o direito de ordenar, fazer, comandar; e quem recebe a ordem acredita ser seu dever obedecer, porque a socialização interioriza nos atores intervenientes um dado tipo de valores que produzem uma aceitação pelo menos relativa de um modo de vida em sociedade que inclui o seu sistema político, seja ele qual for. De fato, a socialização é uma das chaves do poder político, e os meios de forçar e sancionar negativamente são reservados aos recalcitrantes ou desviantes. Além disso, a autoridade legitimadora pode estar ou não institucionalizada com clareza enquanto código em cujo quadro o uso do poder é organizado como um meio de ação. A articulação entre poder e autoridade foi formalizada por Max Weber, para quem a autoridade pode ser legal-racional, tradicional ou carismática (três tipos ideais não necessariamente excludentes) e, em função dessas categorias, os mecanismos de obediência ou submissão voluntária são distintos.

Toda coletividade organiza papéis de dominação/sujeição, e certos cientistas sociais afirmam que o poder não passaria de um instrumento para cumprir, como sistema específico que é, uma função na sociedade e em nome dela. Mas isso é uma falsa ingenuidade, pois mesmo os funcionalistas reconhecem que o poder é funcional para a coesão social, mas *também* para os interesses específicos dos grupos que o detêm, e, por esse motivo, ao tratar do poder, é mais realista considerar centralmente o conflito.

Em todo caso, é difícil, na área de ciência política, estabelecer fronteiras claras entre pressão, influência, anúncio ou aplicação de sanções (positivas ou negativas), por um lado e, por outro, a ação persuasiva simbólica, efetiva mas não física, que pode chegar a transformar a situação de um ator, em seu detrimento ou em seu favor, a ponto de fazê-lo redimensionar sua forma de agir com relação ao outro ator (por exemplo, abandonando a sua resistência ou mudando o seu voto). O poder político é um sistema organizado de interações múltiplas cuja eficácia depende de aliar o monopólio da coerção à busca de uma legitimidade mínima, para garantir formas de participação que tornem possível tal sistema, e essa participação depende do êxito da socialização política (interiorização de normas que permitam o funcionamento dos mecanismos de regulação social no campo da política). A socialização política pode ser definida como o conjunto dos mecanismos e processos sociais formadores e transformadores dos sistemas individuais de representações e atitudes políticas, de modo a possibilitar a reprodução de um sistema político por meio de apoios ativos ou passivos, o que implica a interiorização e a aceitação de normas, valores, regras do jogo e princípios (Bonfils-Mabillon; Étienne, 1998).

A história política: seu "aggiornamento" e as tentativas tendentes à sua desconstrução

Quando os organizadores da obra coletiva *Faire de l'histoire* confiaram a Jacques Julliard, em 1974, a tarefa de expor o que poderia ser a história política como opção respeitável na trajetória da assim chamada "escola dos *Annales*" (Julliard, 1974), e quando novamente um empreendimento similar lhe foi encomendado pelos coordenadores do volume norte-americano *The New History* (Julliard, 1982), ele começou tratando de demonstrar a especificidade da política como objeto. Existem problemas políticos que resistem às modificações da infraestrutura e não se confundem com as correntes culturais que prevalecem no momento e, além do mais, o século XX assistiu a um acréscimo do papel da política nas sociedades, visto que domínios que no passado eram deixados à "natureza" e às forças "espontâneas" – como a economia (segundo a teoria liberal, sujeita a uma regulação "natural" pelo mercado), a demografia e até mesmo a cultura (no sentido de cultura intelectualizada) – passaram a ser objetos de políticas específicas. Na prática, o poder de Estado pesa bem mais sobre os cidadãos hoje em dia do que, por exemplo, o de Luís XIV e outros monarcas absolutos sobre seus súditos. Assim, é lógico que exista uma visibilidade maior dos fatos políticos no mundo contemporâneo, o que leva a querer estudá-los também em sociedades nas quais podiam ser bem menos visíveis.

Segundo Julliard, a renovação do campo da história política só poderia ocorrer mediante o contato com a ciência política e pelo abandono da curta duração como interesse exclusivo, adotando uma preocupação com a longa duração, ocupando-se com os fenômenos que indicassem permanência além daqueles vinculados à mudança. Em suma, pregava uma transformação da história política bem dentro da tradição dos *Annales*: abertura às ciências sociais, longa duração e quantificação.

Também achava necessário, entretanto, nuançar as convicções dos *annalistes* acerca da relação entre estrutura e acontecimento, isto é, a crença em uma determinação que vai da estrutura para o acontecimento, nunca o contrário. A esse respeito, o autor se lembra de um livro de Paul Bois sobre os camponeses do oeste da França, que, segundo Emmanuel Le Roy Ladurie, mostra um acontecimento – a ação dos *chouans* e sua repressão sob a Revolução Francesa- como gerador de uma estrutura que sustenta a posição constantemente de direita dos camponeses ocidentais (em especial os do departamento de Sarthe) em função de terem sido desiludidos com a venda das terras nacionalizadas, decidida pelos revolucionários, venda que não beneficiou os camponeses, visto que estes não tinham os meios para adquiri-las, mas sim à burguesia urbana. Mesmo ao se contextuar o evento estruturalmente, o acontecimento passageiro originou uma mentalidade duradoura, ou seja, a curta duração gerou a longa duração.

No texto publicado em 1982, Julliard distinguiu vários tipos de história política. Haveria, em primeiro lugar, a *história política como história narrativa*, que no fundo se confunde com a história narrativa tradicional, em que a política domina a exposição cronolo-

gicamente ordenada do que acontece às sociedades humanas. Trata-se de um gênero que com frequência imita a biografia, uma vez que adota metáforas biológicas de nascimento, crescimento, maturidade e morte.

Em seguida, a *história política como um sistema explicativo*. Nesse caso, a política proporciona as principais hipóteses da explicação que se constrói. Assim, às vezes uma história centrada no Parlamento parece dar conta do que vem acontecendo aos ingleses há vários séculos, ou, em outras palavras, a história coletiva dá a impressão de derivar das expressões deliberadas das elites. Nessa ordem de ideias, variantes seriam trazidas por uma preocupação centrada na história das ideologias por uma insistência nas motivações psicológicas dos líderes.

Em terceiro lugar, teríamos a *história política vista como uma sociologia histórica do poder*, na linha, por exemplo, das análises weberianas e seus tipos ideais, como poder carismático, burocracia e tantos outros. Mediante a descontinuidade, a tipologia e a comparação sistemática, e sob a influência tanto da sociologia quanto da ciência política, esse tipo de história sacrifica a política até certo ponto, tal como se manifesta em fatos concretos, a uma tentativa de compreensão do significado subjacente de tais fatos. A estrutura do poder, as estratégias na perspectiva de uma teoria da decisão e a linguagem do poder tornam-se mais importantes do que o estudo dos seus efeitos tais como tomam corpo nas ocorrências políticas específicas. Eis aí uma atitude que, no mesmo livro de 1982, o britânico Peter Clarke declararia – assumindo postura das mais conservadoras – ser ilegítima para os historiadores, os quais, achava ele, por mais que possam aprender com a comparação e a teoria, estão de fato e em última instância preocupados com aquilo que só aconteceu uma vez. As explicações causais, principalmente em história política, deveriam aceitar o papel inelutável da contingência, daquilo que é trivial e que, em certos casos, supera em força causal as regularidades estruturais que interessam às ciências sociais.

Voltando à tipologia de Julliard, por último teríamos a *história política na longa duração*, que se trata, no fundo, de uma história da cultura política em vinculação com o sistema de crenças e mais preocupada com as persistências do que com as mudanças. Falando de regiões de um mesmo país, convergentes em suas estruturas, mas com comportamentos políticos persistentemente divergentes, diz Julliard que, diante de estruturas sociais e econômicas comparáveis, a cultura é que faz a diferença. No estudo de determinada cultura política seria importante levar em conta coisas como um evento formador (como aquele relativo ao Sarthe francês) e os "círculos de pensamento" em que toma forma uma tradição de longa duração. Voltarei adiante à noção de cultura política.

Roy Foster, especialista em história da Irlanda, acredita igualmente que a história política precisa ser escrita como recriação de uma cultura política, o que exige uma ênfase naquilo que as pessoas pensavam que estavam fazendo e nas razões pelas quais o queriam fazer, tanto quanto no resultado real (muitas vezes não pretendido) de suas ações. Assim, os historiadores da política deveriam concentrar-se tanto nas intenções e preocupações dos

políticos, quanto nos eventos da política. A cultura política é algo complexo, denso, rico e estável demais para ser reduzido a uma mera superestrutura e, ao mesmo tempo, o conhecimento das contingências não precisa negar a relevância de padrões mais vastos.

O esforço de Jacques Julliard, entre outros, para a reabilitação e renovação metodológica da história política, sobretudo a partir da década de 1970, teve precedentes importantes desde meados do século XX, dentre os quais podem ser tomados como exemplos seletivos, na historiografia francesa: Georges Lefebvre e Albert Soboul, com relação aos aspectos políticos da Revolução Francesa; o estudo quantitativo dos resultados eleitorais e do comportamento dos eleitores franceses em numerosos estudos de vários historiadores; e os esforços de René Rémond, como pesquisador e professor, no sentido de constituir uma história política renovada (Lévêque, 1993).

O *aggiornamento* metodológico da história política certamente não se limitou à historiografia francesa, que talvez continue a ser a de maior influência na América Latina. Um volume britânico coletivo preparado por Juliet Gardiner nos mostra, na Grã-Bretanha, tendências que, na década de 1980, seriam *grosso modo* comparáveis às categorizadas por Julliard de um ponto de vista francês. Na apreciação crítica acerca da história política contida no volume em questão tomaram parte, além do já mencionado Roy Foster, outros cinco historiadores: T. P. Wiseman, G. R. Elton, Ronald Hutton, John Turner e Kenneth O. Morgan (Gardiner, 1988, p. 18-30).

Caso as tendências no campo da história política que se depreendem da leitura de Jacques Julliard e do volume coletivo britânico que utilizei como referência sejam representativas – e creio que são –, delineiam a seguinte situação: a história política tendeu a abandonar as ingenuidades do narrativismo tradicional em favor de posições mais de acordo com a moderna ciência política. Tal relação com a politologia, semelhantemente à que se desenvolveu com a antropologia, foi seletiva e raramente muito profunda. A história política procedeu ao seu *aggiornamento* no interior dos estudos históricos vistos em conjunto, por obra de historiadores de variada tendência, inclusive alguns notoriamente tradicionais em muitos pontos, como é o caso de René Rémond, na França.

Um momento importante, mas ambíguo em suas repercussões sobre as ideias acerca da história política nas últimas décadas, parece ser a publicação, em 1974, de um famoso artigo de Pierre Nora, intitulado "A volta do acontecimento". O texto em questão se restringia à análise das perspectivas da história do presente, ou história imediata, um presente em que os meios de comunicação de massa "democratizam" o evento – isto é, o tornam imediatamente acessível a milhões de pessoas – mas, ao mesmo tempo, o produzem, metamorfoseiam (e vulgarizam, dramatizando-o em analogia com os "casos" do dia a dia e da crônica policial noticiados nos jornais – em francês, *faits divers*), gerando um "paradoxo do acontecimento": o próprio deslocamento da mensagem narrativa em direção a suas virtualidades imaginárias, espetaculares, parasitárias, permitiria ao historiador do estritamente contemporâneo inserir os eventos em uma série. Porém, em lugar de procurar reduzir o

acontecimento, ele culminaria neste, fazendo conscientemente surgir o passado, o espessor histórico, as estruturas, em lugar de fazer inconscientemente surgir o presente no passado (ou seja, projetar o presente no passado). Em outras palavras, os acontecimentos permitiriam evidenciar o sistema (Nora, 1974).

As reflexões de Pierre Nora no seu escrito de 1974 se limitavam, naquela ocasião, ao mundo estritamente contemporâneo e situavam-se no contexto da tendência dos *Annales*. Houve, pelo contrário, diversos historiadores que encararam o "retorno do acontecimento" como algo muito mais geral, aplicável, por exemplo, à história *de qualquer época*. Em tal contexto, alguns, no bojo do pós-modernismo, consideraram a "volta do acontecimento" como uma oportunidade propícia à desconstrução da história política e de seus objetos maiores. Vários caminhos foram trilhados para tentar essa desconstrução, e o mais conhecido no Brasil foi o de desviar a ênfase da *política* para o *poder* e, então, mediante algum tipo de construção do conceito de poder que negasse prioridade na análise ao poder *estatal*, propor "novos objetos", diferentes daqueles de que se ocupa a ciência política. Dentre tais tentativas, a mais famosa entre nós é provavelmente a de Michel Foucault (1981). A influência foucaultiana sobre os historiadores foi enorme no tocante a temáticas, muito menor quanto à *démarche* metodológica propriamente histórica:

> A influência no terreno da história, no entanto, foi menor do que a frequência com que é citado parece indicar. Suas propostas metodológicas, na forma como apareciam formuladas, eram dificilmente aplicáveis à prática, e suas experiências pessoais de escrever história eram inaceitáveis, baseadas que estavam num conhecimento fragmentado e escasso das fontes, agravado pelo uso de citações textuais adulteradas e pela formulação de afirmações de forma vaga, o que não permitia submetê-las à crítica" (Fontana, 2004, p. 387-388).

Outra modalidade de ataque aos objetos maiores da história política, a de Theodore Zeldin no sentido de desconstruir a noção de "identidade nacional francesa" – mas com intenções interpretativas muito mais gerais de tipo pós-moderno –, foi brilhantemente criticada por Gertrude Himmelfarb (1987, p. 121-142). Tomarei aqui outro exemplo, um enfoque de base antropológica que desvia a própria noção de poder para longe das definições habituais centradas no poder *político*.

Peter Wilson, em um livro de 1988, parte da definição de Bertrand Russell, para quem o poder seria "a produção de efeitos pretendidos", e da de Steven Lukes, que acredita que o poder reside não na produção real de efeitos, mas também na capacidade de produzi-los; assim, seria preciso separar o poder factual do poder potencial ou virtual. Lukes também critica o termo "pretendidos", já que os efeitos do poder podem não ser intencionais, ao passo que Wilson propõe tomar a palavra "efeitos" não como consequências de natureza material, observáveis e eventualmente quantificáveis, como pretendia sem dúvida Russell, e sim em

um sentido menos sensível ou físico, mas não menos real, entendendo-a como "impressão". Assim, o poder pode consistir em dar a outras pessoas, mediante certas ações, a impressão de *ser capaz* de fazer algo sem de fato fazê-lo. Jean Baudrillard já havia dito que o poder é uma simulação em perspectiva de si mesmo. Isso abre a porta a um estudo do poder como espetáculo, como ritual, no sentido de transmitir a ideia de que se possui a capacidade de produzir outros efeitos mais materiais, sem ter, no entanto, de realizá-lo de verdade. Por esse motivo Wilson opõe as "surrealidades" do poder – em que se concentra – às suas "realidades".

Cita, em seguida, a opinião de Hannah Arendt de que o poder se definiria como a habilidade humana não só de agir, mas de agir em concerto, ou seja, o poder é um poder das pessoas umas em relação às outras, é uma ação conjunta ou grupal, e não uma função, como em Russell, mas uma maneira de ser, dependente da unidade de um grupo. Jürgen Habermas criticou a opinião de Arendt como sendo um retorno à noção de "contrato social", de "lei natural", o que explicaria o fato de a autora voltar sempre à questão da *pólis* grega, um ângulo que purifica a política de conflitos economicossociais incômodos e da necessidade de administrá-los. Para Wilson, o valor da definição de Arendt consiste em apontar para o fato de que indivíduos, isolados quanto a outros aspectos, quando agem em grupo, em uníssono, tornam-se uma fonte do poder e de sua eventual delegação. Mas, como decide um grupo a quem delegar o poder? Wilson considera, quanto a isso, que uma pessoa precisa de certo modo já estar "no poder" *antes* de ver-se delegar tal poder por um grupo. Também por esse caminho Wilson salienta o que chama de "poder surreal" em lugar de concentrar-se no "poder real" (Wilson, 1988, p.117-150).

As propostas que conduzem, por esses e outros caminhos, a uma dissolução dos objetos habituais da história política não são consensuais. Muito longe disso, a história política continua a existir e é praticada por um número muito considerável de especialistas.

Dois conflitos historiográficos: a apropriação revisionista da Revolução Francesa e os debates atinentes ao fenômeno nazista e suas repercussões

Pela própria natureza de seu objeto, a história política é mais suscetível do que outras modalidades de pesquisa histórica de suscitar reações fortes, em especial no que diz respeito tanto a temas de atualidade, quanto a temas mais antigos, mas que envolvam ícones adotados por movimentos contemporâneos (assim, se o nacionalismo macedônio indignou-se com a imagem de Alexandre, o Grande, tal como apresentada em um filme recente, isso teve muito mais a ver com suas reivindicações presentes do que de fato com o Alexandre histórico ou com o filme). As reações à flor da pele também aparecem na obra de historiadores. Ao tratar da Segunda Guerra Mundial, François Bédarida refere-se às explicações soviéticas do conflito com a frase: "Será preciso dar mais detalhes sobre tais intepretações em que a história se vê prisioneira da canga da ideologia e em que o esquemático disputa com o artificial?" Ora, logo adiante, ao tratar da noção e do *desideratum* de uma unidade

europeia, retomados durante a guerra e também logo após a vitória contra o nazismo, e cujo fito declarado era, na ocasião, livrá-los da marca da "exploração odiosa de uma ideia justa pelo regime názi" (neste ponto, o autor está citando um artigo de jornal), o texto do próprio Bédarida aborda o assunto sem qualquer observação ou ressalva: "Em um domínio mais positivo, temos a construção europeia, filha dos anos de guerra e herdeira da esperança nutrida em meio aos horrores da época pelos povos da Europa ocupada". Onde foi parar, neste caso, o espírito crítico? Acaso ideologias interesseiras e socialmente específicas estiveram ausentes dessa retomada do ideal de uma Europa unida? Derivaram as tentativas efetivas de uma unidade europeia só ou principalmente de "um ideal de paz e de concórdia" gestado durante a Segunda Guerra Mundial? Dois pesos e duas medidas, portanto, em um mesmo capítulo (Bédarida, 2003, p. 106-108).

O primeiro episódio que quero recordar é a reinterpretação conservadora da Revolução Francesa divulgada por François Furet e sua equipe, com auge na comemoração do segundo centenário daquele movimento, ocorrido em 1989 (Garcia, 2000). O que se desejava, na fase dos últimos estertores da Guerra Fria – o bicentenário mencionado coincidiu com o fim da União Soviética –, era exorcizar, na sequência de episódios e processos do século XVIII e do início do século XIX, o que Eric Hobsbawm chamou de "ecos da Marselhesa", isto é, o seu caráter de paradigma das revoluções do futuro, das explosões de 1848 até a revolução bolchevique (Hobsbawm, 1990). Desejava-se também eliminar a noção de "revolução burguesa" ou, na verdade, qualquer interpretação social que a tradição historiográfica há muito vinculava à Revolução Francesa. É certo que o revisionismo a respeito começara já antes, em 1964, quando Alfred Cobban atacara a noção de seu caráter de classe. Sua opinião – que seria continuada e modificada posteriormente nas obras de Simon Schama – teve grande acolhida na França de parte de historiadores conservadores, em especial François Furet, um ex-comunista cuja intervenção no debate, no comando de um grupo de historiadores, foi saudada e ampliada pelos meios de comunicação em seu próprio país, que passaram a apresentá-lo como o maior especialista na história da Revolução Francesa – avaliação altamente duvidosa se for examinada a sua trajetória intelectual até então, isto é, até as vésperas do bicentenário aludido; com relação ao vastíssimo universo dos estudos sobre a Revolução, Furet havia escrito uma pequena síntese em colaboração com Denis Richet (1966) e outro ensaio, em 1978, também ele, como o livro precedente, não baseado em pesquisa aprofundada. Isso não impediu que, no dicionário crítico que dirigiu em 1988, tivesse a audácia de ignorar de todo a obra de Albert Soboul, um historiador marxista que, pelo contrário e sem dúvida alguma, era um especialista da Revolução Francesa com abundante pesquisa baseada em fontes primárias (Furet, 1988). No entanto, essa investida conservadora, altamente ideológica e muito pouco acadêmica acabou sendo de grande utilidade não por seus resultados bibliográficos próprios, que são pobres, mas por provocar, de imediato e ao longo de vários anos, um "pós-revisionismo" de excelente qualidade – a que se vincularam Pierre de Saint Jacob, Philip T. Hoffman, John Markoff e vários outros autores –, extremamente

crítico quanto às realizações dos "revisionistas" franceses e anglossaxônios (Fontana, 2004, p. 358-365).

Vou referir-me agora aos conflitos historiográficos, por certo muito mais acirrados, que acompanharam as discussões acerca do nazismo e de suas ações. Como era de se esperar, o debate foi mais agudo na Alemanha, que sentiu a necessidade de entender e exorcizar o passado nazista, mas ganhou também vários outros países e, nesse caso, interesses políticos e ideológicos de signos diversos tiveram igualmente um grande impacto.

Em plena Guerra Fria, como enfrentar objetivamente o fato de que, logo antes de sua queda, o partido nazista tivesse oito milhões de membros? Ou de que industriais alemães que continuavam vivos, ativos e poderosos houvessem usado mão de obra escrava sob o regime nazista (sendo pouquíssimo molestados em 1945 ou depois)? Que o regime de Adenauer e mais tarde o de Kohl contassem entre seus colaboradores pessoas que haviam participado da perseguição racial? Sendo assim, surgiu a tendência historiográfica de culpar unilateralmente o próprio Hitler e um pequeno número dos principais dirigentes nazistas, livrando de culpa todos os demais.

O panorama intelectual mudou, entretanto, com a escola historiográfica de Bielefeld (Hans-Ulrich Wehler, Jürgen Kocka), que tratou de formular em termos diferentes a trajetória alemã, bem como o debate aceso sobre as ações genocidas do nazismo, em especial no caso do extermínio frio e programado dos judeus – o aspecto de longe mais analisado e aludido – mas igualmente em relação aos eslavos nas regiões ocupadas. Também aí existiu a tentativa de empurrar a culpa integral para um pequeno grupo de burocratas a serviço do regime názi. A disputa intelectual acirrou-se muito na chamada *Historikerstreit* de 1986-1987 ao virem à luz certas formas de defesa – expostas, por exemplo, por Ernst Nolte, Andreas Hillgruber e Joachim Fest – das atividades nazistas, cuja estratégia foi quase sempre a de sua comparação com outras ações genocidas ou racistas (de Stálin; dos Estados Unidos no Vietnã; alegando haver um racismo exacerbado por parte dos sionistas ou mesmo ao afirmar sem pejo coisas com esta: estando a Alemanha em guerra e sendo os judeus favoráveis aos Aliados, era absolutamente lógico tomar medidas contra eles!). A réplica não se fez esperar, encabeçada por Jürgen Habermas, já em 1986.

Tal disputa tinha um fundo político inescapável, seja a serviço das posições conservadoras a serviço, seja das socialdemocratas. Ela voltou a recrudescer em 1996 com a publicação de um livro de Daniel Goldhagen, que tratava de transferir a culpa pelo genocídio à totalidade do povo alemão. Discutiu-se muito, nessa conjuntura, a banalização e a burocratização do Mal. Chegou, por fim, o momento de abordar a responsabilidade dos industriais em seu apoio desde muito cedo a Hitler e, posteriormente, em seu uso de trabalho escravo sob o nazismo, um tema ventilado desde muito antes – afinal, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, o magnata industrial alemão Fritz Thyssen escrevera sem rodeios: "Sustentei Hitler e seu partido durante os dez anos que precederam a ascensão de ambos ao poder" (Thyssen, 1942, p. 21) – mas que só ganhou impacto historiográfico na década de 1990.

Nessa fase do conflito intelectual (sobretudo entre 1997 e 1999) historiadores profissionais que aceitaram redigir histórias das empresas alemãs, nas quais tratavam de inocentar ou camuflar a responsabilidade política dos empresários envolvidos com o hitlerismo, também foram acusados de vender-se em troca de remunerações altas.

Como no caso dos debates sobre a Revolução Francesa, esses acerca do nazismo, dentro e fora da Alemanha, geraram obras de qualidade variável. Talvez, no caso especificamente historiográfico e alemão, a importância maior deles, além da demonstração de ser impossível calar a consciência social em assuntos de tal magnitude, tenha sido facilitar um dos canais na abertura da historiografia da Alemanha, anteriormente muito ancorada ainda em um historicismo tacanho, a correntes renovadoras de grande importância e alta qualidade, a começar pela já mencionada escola de Bielefeld (Meier, 1994; Bédarida, 2003, p. 203-219, 259-266; Fontana, 2004: 366-377).

No bojo da nova história cultural francesa: a cultura política

O exemplo escolhido para expô-lo aqui é o artigo consagrado por Serge Berstein à noção de cultura política, em uma coletânea cujo tema é a história cultural (ou nova história cultural) sob o foco teórico-metodológico. Parece-nos um bom exemplo porque, no interior da tendência historiográfica mencionada, o autor a vê como alternativa desejável a outras maneiras de abordar a explicação histórica dos comportamentos políticos, já que

> [...] ofereceu uma resposta mais satisfatória do que todas as que haviam sido propostas até então; trate-se da tese marxista de uma explicação determinista dada pela sociologia, da tese idealista pela adesão a uma doutrina política ou das múltiplas teses defendidas pelos sociólogos do comportamento, incluindo os psicanalistas. Forçoso é constatar que o historiador, ao aplicar a situações políticas precisas esses padrões de análise, é levado a concluir que só lhe permitem considerar de maneira parcial os fenômenos complexos que tenta compreender (Berstein, 1999, p. 389-390).

Outro elemento que torna este texto de Berstein um bom exemplo da nova história cultural na análise de temas políticos é que, como Jean-François Sirinelli, o autor enfatiza a importância da noção de *representações* em qualquer definição do que é uma cultura política, por constituir o que diferencia esta última de uma ideologia ou de um conjunto de tradições.

Berstein vê uma das razões da superioridade, que enxerga no enfoque em termos da cultura política, no fato de não ser esta noção algo que pretende explicar tudo. Configura, pelo contrário, um parâmetro complexo que não conduz a uma explicação unívoca. Cai em contradição com tal postura, porém, em certos pontos de seu texto, ao apresentar a cultura

política como "elemento *determinante* da ação futura", ou ao afirmar que "*determina* as motivações da ação política" (Berstein, 1999, p. 401, 403).

A cultura política – ou mais exatamente, como veremos, as culturas políticas – são uma parte somente da cultura do grupo tomada em sua totalidade. Em matéria política, permitem

> [...] compreender as motivações das ações dos homens num momento de sua história, por referência ao sistema de valores, normas e crenças que partilham, em função de sua leitura do passado, suas aspirações para o futuro, suas representações da sociedade, do lugar que ocupam e da imagem que tenham da felicidade. Todos esses são elementos que dependem do ser profundo, variam em função da sociedade em que estejam elaborados e permitem compreender melhor as razões das ações políticas, que, assim, aparecem de maneiras diversas, e não somente como epifenômenos (Berstein, 1999, p. 405).

Dentro de uma mesma sociedade ou país existem múltiplas culturas políticas, as quais coincidem em certos aspectos por existirem também valores mais gerais compartilhados pela sociedade considerada globalmente. Quanto aos valores partilhados no interior de uma dada cultura política, se sua difusão for suficientemente ampla poderá surgir uma cultura política dominante que – em suas relações hierárquicas, em uma mesma sociedade, com culturas políticas diferentes – poderá ser fator de modificação destas últimas; mas ela também recebe influências das outras. As culturas políticas não são imutáveis, uma vez que se transformam em função dos contatos entre si e da incidência de outros fatores, como respostas que devem dar aos problemas que se vão renovando, conjunturas e circunstâncias incidentes também variáveis no tempo e "traumatismos" graves – outros autores preferem a expressão "períodos críticos"– que afetem a sociedade, consequentemente, suas culturas políticas (o autor dá alguns exemplos relacionados à França, como o caso Dreyfus, as derrotas militares como aquela conducente à humilhação diante da Alemanha quando da Segunda Guerra Mundial, os acontecimentos de maio de 1968, entre outros).

Os períodos críticos, em especial aqueles marcados por crises de legitimidade (como foram, na França e em grandes áreas da Europa, os anos 1789-1815) suscitam respostas novas – que, no entanto, tardam décadas em tornar-se o núcleo de uma cultura política socialmente difundida, já que esta, para funcionar, precisa ser coerente e estruturada. Os processos de socialização que agem nas sociedades humanas são os que garantem a difusão social das culturas políticas: família, escola, forças armadas, ambiente de trabalho, sindicatos, partidos políticos e meios de comunicação. A ação desses diferentes elementos difusores pode ser contraditória. Uma cultura política deve ser entendida tanto como algo coletivo, quanto em sua interiorização em cada indivíduo, pois, uma vez que este, submetido a diferentes influências, chega à maturidade, as seleções que realizou constituem um conjunto que dificilmente mudará no futuro, a não ser pela incidência do que o autor chama de

"traumatismo" grave, e tenderá a orientar suas ações em matéria política. Percebe-se, então, que uma mesma cultura política possa comportar nuances e subdivisões em função de interiorizações seletivas provindas de processos de socialização que também favorecem o surgimento de variantes, algumas das quais podem ser categorizadas em termos de gerações.

A análise que faz Berstein de como emergem novas culturas políticas e de como elas mudam apresenta o mesmo problema que percebo, mais em geral, em uma nova história cultural com frequência pós-estruturalista em suas concepções acerca do poder: a natureza e a identidade dos sujeitos sociais, individuais ou coletivos, tendem a esfumar-se, a não ser objeto de análise, reificando-se em um "isto" (em lugar de um "quem") subjacente às explicações.

Da mesma maneira, ao tratar de como pode chegar a desaparecer uma cultura política até então importante ou mesmo hegemônica, lemos em Berstein coisas que entram em contradição com suas premissas, além de serem inaceitáveis metodologicamente: "nenhuma cultura política pode sobreviver indefinidamente a uma contradição forte demais com as *realidades*" (grifos meus); ou, ao expor um exemplo que escolhe:

> A esclerose da cultura comunista, apegada a um modelo obreirista do século XIX e a uma leitura dogmática do marxismo, muito distanciada da *realidade* das sociedades evoluídas do século XX, produto do crescimento, tem muito a ver com sua perda de influência e, portanto, com o declínio do Partido Comunista. Em outros termos, mesmo se as representações diferem da *realidade objetiva*, não podem estar em contradição com ela, sob risco de perderem toda credibilidade e desaparecerem (Berstein, 1999, p. 398, 399).

Tais formulações desnudam duas enormes deficiências metodológicas, curiosas por sua (pelo menos aparente) ingenuidade. Em primeiro lugar, partilham um defeito presente desde o início nos estudos derivados dos *Annales* em matéria de temas como mentalidades, representações ou imaginário coletivos: considerá-los antônimos da "realidade". Ora, uma representação coletiva, por exemplo, em sua qualidade de representação, existe e é tão real quanto uma cadeira, um campo cultivado ou uma sinfonia, independentemente da discussão de quais sejam as suas relações com outros setores da realidade natural e social. Em segundo lugar, se nos momentos sociais de "traumatismo" grave, ou nos "períodos críticos", a "realidade" – e nos exemplos dados por Berstein fica claro que ela inclui proeminentemente aspectos estruturais de tipo econômico-social – é tão decisiva para o nascimento e a desagregação das culturas políticas, com que direito foi, então, evacuada da análise em favor das representações, se precisa ser invocada novamente nas explicações mais importantes de todas como uma espécie de fator externo? E não entrará tal fato em contradição com a pretensão do autor no sentido de as culturas políticas, encaradas como representações sociais/individuais estruturadas, proporcionarem uma explicação melhor do que as que se baseiem nos aspectos estruturais?

Conclusão

O *aggiornamento* da história política, intensificado a partir da década de 1970, ocorreu, dentro ou fora da tendência dos *Annales*, quase todo no interior de uma atitude epistemológica que não questionou o realismo do objeto e, portanto, manteve-se coerente com as características tradicionais da "segunda geração" dos *Annales*, cujas noções haviam predominado, em linhas gerais, até o final da década de 1960. Entretanto, em paralelo, como vimos, ocorreu um esforço de desconstrução dos objetos tradicionais da história política, cujo êxito foi pequeno entre os cultores específicos desse ramo dos estudos históricos. Não foram sobretudo historiadores políticos *stricto sensu* aqueles seduzidos por posições como as de Michel Foucault ou Jacques Derrida, mas sim outros tipos de historiadores, que se interessaram por temáticas relativas ao poder de um ponto de vista culturalista, muitas vezes antropologizante, ou dentro das concepções foucaultianas. Isso provavelmente se deveu ao fato de que, se os historiadores políticos no sentido estrito da palavra aceitassem para sua disciplina alguma das diferentes formas de desconstrução, estariam diluindo irreparavelmente os contornos da história política, que é disciplina voltada, a partir de posições – aliás variadas – buscadas na ciência política, para uma teoria do Estado e do poder de Estado, e não, por exemplo, para uma "microfísica do poder" à maneira de Foucault.

Dito isso, não está excluído que o objeto tradicional tanto da história política quanto da ciência política se transforme em um futuro próximo a ponto de tornar-se irreconhecível em função das mudanças drásticas e já em curso que prenunciam o que alguns denominam "sociedade informática". (Para as mudanças na "formação política da sociedade", cf. Schaff, 2001, p. 53-70).

Referências

BÉDARIDA, François. *Histoire, critique et responsabilité.* Paris: Complexe, 2003.

BERSTEIN, Serge. La cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para una historia cultural.* México: Taurus, 1999, p. 389-405.

BLONDEL, J. Ciência política. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 80-85.

BONFILS-MABILLON, Béatrice; ÉTIENNE, Bruno. *La science politique est-elle une science?* Paris: Flammarion, 1998.

ELIAS, Norbert. *Compromiso y distanciamiento.* Barcelona: Península, 1990.

FINLEY, Moses I. *Vieja y nueva democracia.* Barcelona: Ariel, 1980.

FONTANA, Josep. *A História dos homens.* Bauru: EDUSC, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FURET, François (org.). *Dictionnaire critique de la Révolution Française.* Paris: Flammarion, 1988.

GARCIA, Patrick. *Le bicentenaire de la Révolution Française: pratiques sociales d'une commémoration.* Paris: CNRS, 2000.

GARDINER, Juliet (org.). *What is history today?* London: Macmillan, 1988.

HIMMELFARB, Gertrude. *The new history and the old: critical essays and reappraisals.* Cambridge: The Belknap Press, 1987, p. 121-142.

HOBSBAWM, Eric J. *Ecos de la Marsellesa.* Barcelona: Crítica, 1990.

JULLIARD, Jacques. La politique. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *Faire de l'histoire. II. Nouvelles approches.* Paris: Gallimard, 1974, p. 229-250.

_____. Political history in the 1980s: reflections on its present and future. In: RABB, Theodore K.; ROTBERG, Robert I. (orgs.). *The new history: the 1980s and beyond.* Princeton (New Jersey): Princeton University Press, 1982, p. 29-44.

LÉVÊQUE, Pierre. História política. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas.* Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 379-387.

LOPES, Dawisson Belém. A plausibilidade de uma gestão democrática da política externa: algumas hipóteses (insatisfatórias) sobre o caso brasileiro. *Cena Internacional.* v. 10, n. 2, 2008, p. 98-118.

MEIER, Christian. Scholarship and the responsibility of the historian. In BÉDARIDA, François (org.). *The social responsibility of the historian.* Providence; Oxford: Berghahn, 1994, p. 25-39.

NORA, Pierre. Le retour de l'événement. In: LE GOFF, Jacques; NORA ,Pierre (orgs.). *Faire de l'histoire. I. Nouveaux problèmes.* Paris: Gallimard, 1974, p. 210-230.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática.* São Paulo: Brasiliense, 2001.

THYSSEN, Fritz. *Eu financiei Hitler.* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

WILSON, Peter J. *The domestication of the human species.* New Haven; Londres: Yale University Press, 1988.

Capítulo 3

História e teoria política

Sonia Regina de Mendonça

Virgínia Fontes

Uma visão abrangente das transformações sofridas pela história política de suas origens até hoje exigiria analisar diferentes posições teóricas, historiográficas e problemas nacionais diversificados, bem como uma enorme gama de temas, o que ultrapassa o escopo deste capítulo. Pretendemos fornecer uma visão panorâmica, abordando aspectos da relação entre teoria, poder, política e história. Explicitaremos algumas vertentes teórico-metodológicas que predominaram ao longo do século XX e passaremos em seguida a analisar renovações atualmente em curso na história política no Brasil.

Peripécias da história política

A história política foi a modalidade mais significativa da historiografia do século XIX, período de construção tanto de Estados-nação no mundo europeu e americano, quanto do estabelecimento de tradições nacionais. Seus distintos autores supunham que uma perfeita descrição dos fenômenos do Estado e de seus agentes corresponderia ao próprio processo histórico, sendo esta a base de sua matriz interpretativa. Período de constituição da própria disciplina histórica, lastreada em boa parte nos institutos históricos e geográficos, tratava-se de estabelecer fatos, datações e documentos privilegiados para consolidar o que se esperava que viesse a ser uma história plenamente científica. Escassas dúvidas pairavam sobre o papel central da personalidade dos grandes líderes e estadistas, e os temas históricos giravam em torno de batalhas, relações internacionais, decisões ou hesitações dos ocupantes dos principais postos políticos. A história política devia tanto a vertentes aristocráticas quanto republicanas de cunho liberal, defrontando-se com intensos debates coligados às lutas sociais então emergentes e à desigualdade no ritmo de consolidação dos Estados nacionais. Nesse sentido, tendências como o historicismo alemão ou a ênfase francesa na "civilização" apontavam para nuances e divergências no seio da disciplina em construção.

Fora do ambiente universitário, outros vieses teóricos questionavam duramente aquela produção histórica, provindas de Nietzsche, por exemplo, ou de uma filosofia engajada na luta social e política, como em Marx e Engels. No mundo universitário, a linhagem

fortemente positivista sofreria intenso ataque, desde meados do século XX, em particular oriundo da Escola dos *Annales* em seu combate à hipervalorização da história política e ao predomínio de métodos descritivos, resultando em um verdadeiro banimento dessa vertente histórica política dos panteões historiográficos, o que não significa sua eliminação, sobrevivendo em diversas instituições, inclusive francesas, como a École des Chartes (de cunho monarquista). A crítica dos *Annales*, em que pese sua defesa de uma "história-problema", não promoveu uma real renovação da história política, bloqueando-a.

Somente na década de 1970, a história política ressurgiria sob novos formatos, no contexto de modificações expressivas verificadas no âmbito da própria Escola dos *Annales*, tendo como precursores Pierre Nora e Jacques Julliard. Para além do âmbito francês, o novo padrão, mais próximo da ciência política, seria adotado, com outros matizes, por historiadores anglo-saxões. Essa "nova" história política apresenta dois aspectos principais: a tendência a abandonar as "ingenuidades do narrativismo tradicional em favor de posições mais de acordo com a moderna ciência política" e enfoques "predominantemente conservadores do ponto de vista das concepções sociais e políticas defendidas ou manifestadas por seus autores" (Cardoso, 2011, p. 9).

A reflexão teórica sobre poder e Estado no século XIX

A análise das grandes matrizes teóricas concorrentes que deram – e ainda dão – sustentação à história política é condição para a apreensão das clivagens posteriores: a liberal e a marxista. Apresentamos alguns grandes embates na reflexão teórica sobre Estado, poder e política, e os contornos mais atuais que conduziram ao predomínio de uma fragmentação historiográfica que gerou inúmeras "autonomias relativas", conducentes a uma quase apartação entre sociedade, política, cultura e imaginário. Para tanto, abordaremos alguns desdobramentos contemporâneos dessas matrizes, reapropriadas por inúmeros autores.

Da descrição política à teoria das elites

A matriz filosófica liberal tendia a sobrepor-se às demais, influenciando quase toda a reflexão sobre as bases do poder, do Estado e da política, e assentava-se solidamente sobre a então jovem economia política, a produção da Escola Histórica Escocesa, recebendo, ainda, influxos das teorias utilitaristas. Para tal matriz, a sociedade compõe-se de indivíduos cuja natureza suscita condutas egoístas e agressivas; o Estado seria o pacto necessário para garantir, a partir de sua externalidade contratual, os direitos naturais tidos como fundamentais: a vida e a propriedade. Distante de qualquer desígnio divino, o Estado assumia claramente uma feição de convenção que incorporava, por um lado, um aspecto temível – o monopólio da violência física – e, por outro, guiava-se por uma racionalidade imanente, que pairava acima e fora da sociedade. Nesse registro, o Estado tornava-se "entidade autocontinente", um "sujeito de razão" derivado do direito natural e "presentificado" na tradição legada pelos "três grandes": Hobbes, Locke e Rousseau, apesar de suas diferenças. Estas seriam unifica-

das por seu método, que pretendia conferir às ciências sociais o mesmo estatuto das ditas "exatas", substituindo a *interpretatio* pela *demonstratio* no estudo das regularidades do comportamento moral/político dos homens (Bobbio, 1987, p. 23).

Dessa matriz derivaram várias tendências, resultantes inclusive das significativas modificações políticas relacionadas às lutas populares. O pensamento liberal ramifica-se hoje em extensa árvore genealógica, pois, desde finais do século XIX, a emergência da sociedade de massas conduziu a remodelações teóricas A renovação apresentada pela "teoria das elites", inaugurada pelos italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, oscilava entre defender o caráter aristocrático dos governos e manter um perfil aristocrático mesmo naqueles autoproclamados democráticos. Cada um a seu modo – o primeiro mais militante e o segundo mais cientificista – sustentou a ideia de que em toda sociedade existe inexoravelmente uma minoria que, por atributos "especiais" – dons, competências ou recursos – detém o poder, dirigindo a maioria, consolidando um conjunto de teses antidemocráticas e anti-igualitárias (Grynszpan, 1986, p. 12).

O marxismo e a luta teórica sobre Estado e poder

A obra de Marx e Engels situa-se na polêmica com o liberalismo, desde seus fundamentos econômicos até suas derivações históricas e políticas. Nessa matriz teórica, a sociedade não pode ser tomada como mero somatório de indivíduos, como o supunham os pensadores liberais tanto para o momento denominado "Estado de natureza", quanto para o "Estado [ou sociedade] civil", fruto do contrato social firmado, em teoria, entre o governante e cada um de seus governados.

Para a matriz marxista, se há uma natureza humana biológica, esta é duplicada por uma forma especificamente socioistórica de existência, integradora das transformações produzidas pelos próprios seres sociais seja sobre a natureza, seja sobre o conjunto (ou partes) das relações nas quais se inserem. A isso podemos chamar, propriamente, historicidade. A sociabilidade deixa de limitar-se ao âmbito do político, conforme os teóricos liberais, como se este fosse o espaço privilegiado do exercício da vontade coletiva consciente (Bobbio; Bovero, 1987, p. 140). O Estado não procede, aqui, de pacto ou acordo, mas emerge do conjunto das relações sociais para assegurar a continuidade da produção e reprodução de sua existência; tampouco consiste em uma exigência da natureza humana, sendo fruto das diferenciações internas da vida social, que conduziram à divisão em classes. Nesse viés teórico, o poder do Estado não se explica a partir de si mesmo, encontrando suas raízes nas formas de dominação vigentes na vida social (econômicas, sociais, culturais, políticas etc.). Marx, sem dedicar-se extensamente ao tema, ocupou-se, sobretudo, da crítica ao Estado sob o capitalismo, buscando apreender o modo pelo qual uma entidade nascida do conjunto das lutas sociais aparecia como se fosse externa – o que era legitimado pelo pensamento liberal. Rastreando a base social do processo de produção e reprodução do capital, identificava o Estado como a organização do conjunto da dominação de classe, devendo responder

ao mesmo tempo às necessidades de reprodução ampliada do capital e à contenção das contradições dela decorrentes, pela violência e pela produção da obediência social (fetiche, ideologia).

Autores marxistas posteriores tenderam, entretanto, a derivar diretamente as relações políticas ou culturais de uma base econômica cristalizada, convertendo, dessa maneira, o Estado em uma espécie de objeto manipulável por uma classe dominante supostamente homogênea. Tais apropriações mecanicistas do marxismo, designadas "vulgata", aproximaram-no do estruturalismo (originado na linguística), gerando uma tradição pouco dialética e histórica, porém amplamente disseminada no meio universitário. Outros desdobramentos do marxismo, entretanto, mantiveram as bases originais e avançaram na construção teórica sobre a composição e transformações no Estado capitalista.

Do abandono do Estado à nova história política

Em paralelo ao escasso debate historiográfico sobre as relações entre Estado, poder, cultura e política, nos anos 1970 novas tendências teóricas enfatizaram alguns desses temas, desconectando-os da centralidade estatal. Mencionaremos apenas a contribuição de Foucault, talvez o autor mais influente nos estudos sobre o poder feitos por historiadores. Tratava-se, agora, de localizar nos mínimos espaços sociais as formas pelas quais se multiplicavam poderes que, por um lado, reproduziam as estratégias de dominação e, por outro, criavam novos mecanismos de opressão/subordinação. Abandonados a centralização e o controle exercidos pelo Estado, o foco passa a incidir sobre os micropoderes e sua capilaridade. Certamente, tal abordagem não subsidiou uma historiografia propriamente política, mas sim outra de cunho culturalista.

Sob a dupla influência da ciência política e da filosofia foucaultiana, as chamadas nova história política e/ou cultura política abriram novos campos de investigação para os historiadores, não obstante ainda distantes de um consenso, diante das polêmicas e críticas que suscitaram derivadas, sobretudo, de politólogos. Já os historiadores evitaram as disputas explícitas quanto ao papel preciso da cultura política, pois os que achavam o termo útil simplesmente tomavam-no como autoevidente (Formisano, 2001, p. 404). Para seus defensores:

> A Nova Historia Politica promete suplantar esses debates com uma ampla síntese. Tal síntese será alcançada por uma alargada concepção do "político" e pela erosão dos velhos "limites", significando que a Nova História Política pode acomodar diversas perspectivas históricas dentro de uma rede metodológica que refuta a ideia de que a história política é monolítica (Epstein, 2002: 255).

Todavia, persistiram, mesmo entre os historiadores políticos, questionamentos sobre a nova modalidade do saber histórico. Os anos 1960 e 1970 testemunharam uma grande

expansão do alcance da história social, a qual, ao englobar inúmeros subcampos, pressionou historiadores de várias especialidades a se reconverterem em "historiadores sociais". As "bases sociais da política" adquiriram considerável popularidade explicativa, da mesma forma que, nos anos 1990, todos pareciam ter se tornado "historiadores culturais". Os imperativos da nova história cultural tornaram-se tão dominantes que muitos historiadores políticos buscaram legitimar seus trabalhos alegando que iluminavam a "cultura política", termo que acabou por confundir-se com a nova história política (Formisano, 2001, p. 395). Essta "nova" cultura política tenderia, para Formisano, a repetir a distensão anterior da história social no tocante às dimensões do poder e da politica.

A rigor, não houve apenas uma "velha história política", mas várias e, diante delas, a nova história política promoveria três rupturas-chave: admitir que jamais foram politicamente neutras; apontar que todas tentaram substituir uma abordagem monolítica por outra; e sinalizar que todas evitaram explicar a relação entre mudança social e política. A nova história política refutaria as definições restritivas axiais das "velhas" histórias políticas (a ênfase na "alta política" das elites) e valorizaria a "política popular". Entretanto, descartaria grupos socioeconômicos supostamente homogêneos (os "trabalhadores") e desacreditaria as explicações marxistas sobre as relações entre classes sociais (Epstein, 2002, p. 256).

Secundarizando a centralidade do Estado e dos grupos dominantes, a nova história política disseminou sua própria noção de "poder" apresentada, sobretudo, a partir da chamada "história vista de baixo", voltada ao estudo do comportamento político (eleitoral) de segmentos das massas anônimas e dos ditos "homens comuns" em sua cotidianidade, enfatizando a investigação de seus valores, suas práticas simbólicas, seus ritos e até mesmo seus sentimentos. Trata-se de uma especialidade que, partindo da crítica tanto ao estruturalismo quanto ao culturalismo extremados, encontra-se no limite entre as análises racionalistas e as pós-modernas.

> A Nova História Política propõe uma complexa inter-relação entre linguagem e estrutura [...]. Ela rejeita a perspectiva absolutamente sem referencial do pós-modernismo sobre a linguagem, que sugere que "nada existe fora do texto", pois isso significa que os estudos da linguagem são mais descritivos do que explicativos. Todavia, a não referência à linguagem é problemática, pois o entendimento dos textos requer um entendimento da "realidade", mesmo que não diretamente descrita ou produzida pelo texto. Logo, a nova história política estabelece a necessidade de uma aceitação da "realidade" para além do discurso (Epstein, op. cit., p, 257).

Uma tônica da nova especialidade é priorizar a análise das representações, dos ritos e dos símbolos de poder, sem deixar de lado a discursividade, presentes nas memórias coletivas, basicamente estudadas a partir das técnicas da história oral.

Como alerta Ronald Formisano (2001, p. 396), dentre os problemas inerentes à nova história política está a focalização excessiva dos "adornos do poder" em detrimento de seus objetivos materiais e suas consequências, reiterando a "colagem" –ou con-fusão – entre nova historia política e cultura política. Para o autor, trata-se de uma "derrota da abordagem cultural para a politica", derivada do equívoco de seus pioneiros em insistirem em uma definição subjetivo-psicológica de cultura política, partilhando da companhia "da grande maioria dos antropólogos", que a tratavam como comportamental e psicologizante (Formisano, op. cit., 412). Outra crítica dirige-se aos historiadores que emprestam à "cultura política" inúmeros sentidos, sem qualquer definição precisa, ao contrário dos cientistas políticos – entre os quais o conceito se originou há quatro décadas –, engajados em sua contínua reavaliação, discutindo suas implicações metodológicas e resultados substantivos. "Que os historiadores apareçam isentos desses debates não é surpreendente, dada a sua corrente indiferença para com a ciência política e a relativa inescrutabilidade da ciência em si, sobretudo dentre os novos historiadores culturais" (Formisano, op. cit., 394).

Por que um conceito considerado tão difícil pelos especialistas goza de tanta popularidade? Para Novick (1988, p. 295), um dos politólogos pioneiros no tema, conceitos "guarda-chuva" entram na moda exatamente por sua indeterminação, e "cultura politica" pertence a esse grupo, ou seja, é um "conceito deliberadamente vago". Ademais, muitos novos historiadores culturais usam cultura política para evitarem considerações clássicas sobre o poder e quem o exerce ou, em outras palavras, quem obtém o que, por que e como. Tais historiadores fariam bem ao ter em mente a imprecisão do conceito que tanto utilizam, sobretudo em função da confiança que depositam em suas definições sobre as disposições individuais e mentalidades, traduzidas em termos como "orientações", "atitudes", "crenças", "valores" etc. O "giro histórico" no estudo da cultura política remonta aos últimos trinta anos; o conceito necessita, entretanto, de um exame consciente, em especial das comparações e das diversas dimensões do poder na sociedade (Elkins; Simeon, 1979, p. 129).

Estado, poder e politica
Perspectivas críticas sobre a história política

Embora a corrente anteriormente explicitada seja a mais divulgada, existem outros matizes teórico-metodológicos na historiografia, produzindo novas reflexões, problemas e metodologias em história política.

Se é impossível e indesejável superar a antinomia entre consciência e ação, isso não deve significar a redução do papel do conhecimento e sua função de explicar tanto a complexidade do real quanto as condições de sua apreensão. Uma história política envolve definir os contornos do que se chama "política", envolve identificar formas culturais, midiáticas, linguísticas, ideológicas e representacionais sob as quais os agentes significam suas existências; envolve ainda as inúmeras interações sociais nas quais estão imersos os seres históricos (economia, família, instituições etc.). Todavia, nenhum desses traços pode ser isolado e

analisado de forma estanque em si mesmo, como se nada devesse ao conjunto social no qual se afirma, adquire e produz sentido.

Assim, o primeiro elemento a considerar é que a análise da política não deve limitar-se a produzir abstrações tão amplas e genéricas que eliminam exatamente aquilo que lhe define os contornos, mesmo que tais abstrações sejam sugestivas e sedutoras. Hannah Arendt, por exemplo, ao procurar extrair categorias intrinsecamente políticas, isto é, válidas em todas as sociedades (ou, ao menos, para as *soi-disant* ocidentais), localiza-as incansavelmente na *pólis* grega e retoma-as para o mundo contemporâneo como se carregassem em si mesmas seus conteúdos (Cardoso, 2011, p. 12). Ora, os contornos da política não estão dados a partir dela própria, como, aliás, ocorre em todas as dimensões da vida humana. É na complexa teia de relações sociais que configura um período ou processo histórico que podemos encontrar e definir tanto as formas de poder e sua cristalização quanto os movimentos que, aberta ou discretamente, envolvem conflitos e disputas por ele.

Não há consenso entre os historiadores sobre qual elemento permite identificar um momento ou processo histórico. Para alguns, tal distinção inexiste ou é irrelevante; para outros, se estabelece a partir das representações que os sujeitos fazem sobre si mesmos. Consideramos a própria produção/reprodução da vida social como o solo a partir do qual todas as dimensões da mencionada vida social se imbricam; entretanto, é consensual para os historiadores que vivemos no período da máxima extensão do capitalismo. É, portanto, do Estado – e das formas políticas – sob o capitalismo que tratará esta parte. A crescente complexidade dos Estados permite compreender a própria revalorização contemporânea da história política e, também, sua extensão para outros períodos, expressando certa transferência – quiçá ingênua – de problemas contemporâneos para outros quadrantes temporais (Cardoso, op. cit.: 5).

Diferentemente das sociedades precedentes, a capitalista repousa sobre a maciça produção de seres sociais "livres", ou seja, expropriados das condições de produção de sua própria existência no âmbito de seu pequeno grupo de socialização originária (família, grupo de parentesco extenso, vizinhança etc.). As divisões em classes sociais – separando proprietários das condições sociais de produção da massa de seres sociais disponíveis para o mercado de trabalho – são simultaneamente presentes e veladas pela evidência do não pertencimento singular a qualquer fidelidade específica. O papel do Estado, na escala atual de concentração da propriedade, torna-se muito mais crucial do que em qualquer outro período, pois ele deve atuar compondo o conjunto díspar, concorrente e contraditório das diferentes frações do próprio capital – assegurando sua aparência como produto da necessidade de cada um – e como resultado do puro exercício das vontades singulares (expresso, por exemplo, por meio do voto).

Ora, o que é política, nesse caso? A contenção da violência existente em cada indivíduo, contenção necessária diante da natureza humana bélica e indomável? Essa permanece uma explicação recorrente, apresentando o Estado como uma espécie de única razão acima

da desrazão humana. Em contrapartida, persiste e multiplica-se uma visão que, minimizando tal perspectiva, faz repousar nas inúmeras e indefiníveis vontades e desejos contraditórios dos seres sociais uma vontade soberana, fruto de escolhas feitas por sujeitos tornados, assim, plenamente políticos e democráticos. Em ambos os casos, o fundamento histórico sobre o qual se erige o Estado desaparece, e as relações sociais que lhe deram origem e sustentação parecem esfumar-se sob a natureza humana, indomável, de um lado, ou proativa, de outro. Em outro viés, a evidência do controle direto de alguns grupos econômicos sobre instituições e espaços do Estado tende a fazer crer sua derivação, de modo imediato, dos grandes interesses e corporações, como se fosse sua tradução quase direta. A enorme concentração de recursos econômicos de fato atua sobre o Estado e, para alguns, isso parece eliminar o conjunto das relações sociais.

A contribuição do filósofo sardo Antônio Gramsci, elaborada ainda na década de 1930, supera tais versões parciais e seus impasses. Sua contribuição fundamental, claramente no âmbito do marxismo, é o conceito de estado ampliado. A reflexão gramsciana integra e ultrapassa as dicotomias vontade *versus* imposição, sujeito *versus* sociedade e base *versus* superestrutura por meio de uma análise cuja ênfase é histórica, tanto no sentido da construção das formas de intervenção social das classes, dos grupos e das frações de classe, quanto no sentido de remeter ao processo de expansão da dinâmica socioeconômica capitalista em sua relação com a política.

Gramsci e a política

O conceito de Estado ampliado permite identificar a íntima correlação entre as formas de organização das vontades (singulares e coletivas), a ação (imediata ou mediata) e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instâncias específicas do Estado em seu sentido restrito (sociedade política). Gramsci supera a dualidade das análises que contrapunham a base à superestrutura, integrando a sociedade civil e a sociedade política em uma só totalidade, em permanente interação, no âmbito do que ele considera as superestruturas.

> [...] Seria possível medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima [...]. Por enquanto, podem-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como "privados") e o da "sociedade política ou Estado"', planos que correspondem, respectivamente, à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico" (Gramsci, 2000-2002, v.1, p. 20).

O conceito de Estado ampliado transborda as fronteiras institucionais do Estado tal como dicionarizado no senso comum (Estado restrito), identificando as formas pelas quais integra a vida cotidiana em seus múltiplos aspectos. Porém, dialeticamente, o Estado ampliado resulta, exatamente, das distintas formas de organização e conflito da vida social, constituindo uma relação social entre forças desiguais segundo Poulantzas. O modo pelo qual o pensador italiano chega a tal reconceituação é igualmente singular e inovador. O caminho clássico, no âmbito do marxismo, apontava para a ideologia como forma peculiar de transmutação/ocultação, como construção de uma percepção comum, transfigurando interesse particular em interesse "geral". O poder estatal, mesmo expressando uma dominação de classe, não poderia realizar-se como agente apenas coercitivo, "detentor do monopólio da violência legitima". Em Gramsci, a própria construção das vontades (coletivas e organizadamente) torna-se objeto preferencial da análise, uma vez que o conceito de aparelhos privados de hegemonia, forma preponderante na sociedade civil, permite coligar o processo pelo qual se elaboram as consciências, atingindo a organização do poder do Estado (sociedade política). Como se observa, emerge aqui um conceito de cultura que, longe da mera erudição dos sábios ou de pairar acima do conjunto da vida social – inclusive em suas formas mais duras e repressivas –, integra a ampliação do Estado.

> O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura (Gramsci, 2000-2002, v. 5, p. 139).

Cultura, para Gramsci, compõe-se do conjunto dos projetos e visões de mundo – pautados por valores, crenças e autopercepções de indivíduos e grupos sobre seu lugar social – desenvolvidos por cada classe ou fração, em permanente disputa. O Estado ampliado guarda também uma dimensão de consenso, obtido a partir da ação das vontades coletivas organizadas nos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, bem como da atuação do Estado restrito, que tende a promover/generalizar a visão-projeto da fração de classe hegemônica em um dado bloco histórico. É a disputa pela afirmação da hegemonia de certa fração de classe – organizada em seus aparelhos privados de hegemonia – que institui não só a política, como o Estado ampliado, ambos indissociáveis da cultura. Logo, em Gramsci, cultura e política são inseparáveis, mas não à maneira dos que pretendem reduzi-las ao espaço etéreo das ideias e representações sem vínculos com a base socioeconômica de onde emergem, tampouco como os que as analisam como um conjunto homogêneo, desprovido de conflitos e tensões, "apaziguados" por abordagens culturalistas.

Tornando, pois, plenamente histórico – isto é, repousando no solo concreto das relações sociais – o conceito de cultura, Gramsci elabora extensa reflexão sobre o papel dos intelectuais, além de aprofundar as premissas de base marxista e construir um conceito de

intelectual que, sem apagar a função "cerebral" ou erudita, nem desconsiderar a extensa divisão social do trabalho, redefine-o a partir da constatação – que certamente não significa ser de senso comum – de que todos os homens são intelectuais, pois mesmo os trabalhos físicos mais mecânicos exigem um mínimo de atividade intelectual criadora (Gramsci, 2000-2002, v.2, p. 18). Na sociedade capitalista "ocidental" (em que se complexificou a sociedade civil em função, inclusive, das lutas populares), o intelectual responde a uma função social. Não à toa, toma como primeiro exemplo, o próprio organizador do processo produtivo (burguês) e seus "gestores", como difusores de certa concepção de natureza, de mundo, de vida social e, sobretudo, de disciplina e de obediência.

O autor, todavia, não se limita a este formato, avançando para compreender os intelectuais cuja função "técnica" parece distanciá-los da concretude das relações sociais, uma vez que estes detêm a função subalterna de elaborar, difundir e naturalizar um projeto que lhes parece tecnicamente fundado, da mesma maneira como outros apresentarão o momento histórico das relações sociais como "necessárias à própria vida humana". Cumprem, pois, a função social de intelectuais orgânicos, que os liga ao processo de produção da existência (no sentido mais imediato da produção econômica), mas também à reprodução do conjunto das formas de ser adequadas a essa produção. Trata-se de intelectuais produtores da hegemonia dos setores, frações ou classes dominantes (Gramsci, 2000-2002, v. 2, p. 16).

Gramsci está atento às contradições que a realidade desse processo produtivo amplifica, apontando para a existência de intelectuais também ligados às classes subalternas, agentes organizadores das lutas contra-hegemônicas. Em um e em outro caso, sua constituição responde às modalidades concretas da organização da vida sob as condições do capitalismo. O intelectual – para Gramsci o persuasor permanente – favorece a construção da vontade coletiva no aparelho de hegemonia, por ele também ser entendido como "partido". Por tal razão, em sua militância política, Gramsci exorta os setores subalternos (o conjunto das classes dominadas) a multiplicarem seus próprios aparelhos privados de hegemonia, de modo a defender-se e contrapor-se à extensão crescente da dominação de classes que, nutrida dentro e fora do Estado, tende a impor-se como "natureza da cultura". Como se observa, a concepção de política se encontra, agora, igualmente ampliada (Gramsci, 2000-2002, v. 3, p. 85).

Gramsci, Bourdieu e a política

Entretanto, a pertinência das classes sociais não esgota a distinção entre suas diferentes frações, quer as dominantes, quer as dominadas. Nesse sentido, a reflexão aqui desenvolvida – base de uma metodologia que busca conferir utilização mais segura do arsenal teórico de Gramsci na realização de pesquisas empíricas em história política – ancora-se em outro autor-chave, complementando as postulações gramscianas: o sociólogo francês Pierre Bourdieu. Sua sociologia revela um pensamento materialista e sensível à realidade das classes sociais. Longe do exacerbado estruturalismo que lhe costuma ser atribuído, Bourdieu refina a análise sobre as mediações entre sujeito e grupos sociais, superando a dicotomia entre in-

ternalidade e externalidade pela via da cultura. Segundo Burawoy (2010, p. 16), os paralelos entre Gramsci e Bourdieu – malgrado suas contribuições teóricas e práticas distintas – são bastante evidentes, uma vez que o primeiro foi pensador marxista das superestruturas por excelência. Ademais, ambos empreenderam a crítica a determinismos que povoaram o marxismo e desenvolveram concepções sofisticadas sobre a luta de classes, dando importância menor à economia, para concentrar-se em seus efeitos. Ambos debruçaram-se sobre questões ligadas à dominação e sua reprodução, convergindo, igualmente, para a consideração dos elementos culturais (simbólicos) em suas respectivas análises.

Comungando de origens sociais similarmente modestas e rurais e de preocupações teóricas comuns, as diferenças entre eles não devem ser omitidas. Os fundamentos dos conceitos de campo, violência simbólica e *habitus*, estruturantes do pensamento de Bourdieu, são distintos daqueles que lastrearam os de hegemonia, consciência e intelectuais em Gramsci. Enquanto a violência simbólica, por exemplo, implica o desconhecimento da dominação como tal, a hegemonia remete ao consentimento e à dominação (o consenso ativo dos governados). Por outro lado, entretanto Gramsci – e falamos de uma perspectiva marcada pela expansão sem precedentes do capitalismo, por ele não vivenciada – não esmiúça a mistificação presente nas próprias relações de trabalho (Burawoy, 2010, p. 51). Quando Bourdieu postula a "dupla verdade do trabalho" (Bourdieu, 2001, p. 237) – ou, segundo Burawoy, o "ocultamento da garantia da produção excedente" – aponta para certa conformidade dos indivíduos ao capitalismo, fundada sobre argumentos pautados no inconsciente e materializados na noção de *habitus*: a interiorização de disposições e apropriações profundas inculcadas e externalizadas na prática (Burawoy, op. cit., p. 89).

O maior "pomo da discórdia" entre ambos os pensadores reside, para Burawoy (op. cit., p. 57-59), na incompatibilidade entre dois conceitos: o de intelectual orgânico – rejeitado por Bourdieu em face de sua visão peculiar sobre o intelectual (para ele apenas o de atuação acadêmica) – e o de hegemonia – por ele retraduzido a partir da violência/poder simbólicos. Já Gramsci, em sua dupla condição de pensador e militante, buscava a verdade tanto nos textos acadêmicos como nas experiências das classes sociais, defendendo a existência de uma dose de bom senso presente no senso comum dos trabalhadores, apesar de encontrar-se o primeiro soterrado pelos sedimentos das ideologias dominantes, expressando a própria contradição na experiência da vida cotidiana:

> Pode-se dizer que ele [o homem-massa ativo] possuiria duas consciências: a primeira que está implícita em sua atividade prática, ligando-o à realidade [...] na transformação prática do mundo; e a segunda, só superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e absorveu de forma acrítica. Mas essa noção verbal não é desprovida de consciência (Gramsci, 1971, p. 333).

Aqui reside, para Gramsci, um dos fundamentos da historicidade, pois a contradição entre o real experimentado e sua explicação "natural" atua impulsionando novas readequações ou uma efetiva transformação. Também evidencia o papel do intelectual orgânico dos subalternos, incumbido de combater as ideologias dos dominantes e de organizar o bom senso. Para Gramsci, a filosofia é crítica e superação do senso comum e da religião e, nesse sentido, coincide com o "bom senso". Segundo ele, um grupo social com uma concepção de mundo embrionária e manifestada na ação de forma descontínua e ocasional pode tomar emprestado de outro grupo, por razões de submissão social e intelectual, uma concepção que não é sua, o que mostraria, ao mesmo tempo, o fundamento da hegemonia e a importância de sistematizar-se, crítica e coerentemente, as próprias intuições do mundo e da vida para possibilitar uma cultura de novo tipo. (Gramsci, 2000-2002, v. 1, p. 96). Já Bourdieu nega que as classes dominadas possuam um núcleo de bom senso sob o senso comum, visto que padecem de total incompreensão sobre sua posição no mundo (Bourdieu, 2007). Dessa forma, nenhum papel caberia aos intelectuais, exceto o de delas se distanciarem, sob pena de incidirem em dois equívocos, o vanguardismo e o populismo (Bourdieu, 1974, p. 122-23). Quanto ao poder simbólico, umbilicalmente ligado ao *habitus*, Bourdieu o transmuta em uma espécie de "objeção" ao conceito de hegemonia fundada, em termos gramscianos, no consenso. Enquanto a hegemonia é aberta e explícita, a violência simbólica é sorrateira, tendo como sua precondição o desconhecimento de seu exercício. Logo, a submissão à dominação seria, para o sociólogo francês, uma questão de crença/*habitus* (inconscientes), sem envolver a produção de uma consciência crítica.

Apesar dessas diferenças decisivas, o paralelo entre hegemonia e poder simbólico é enorme, já que operam com a expansão do Estado: para Gramsci, por englobar os aparatos ideológicos estatais e a própria sociedade civil; para Bourdieu, por ser este o detentor do "monopólio legítimo" da violência *simbólica* (Bourdieu, 1996, p. 99). Ademais, existem evidências de que a emergência de "campos" relativamente autônomos, tal como analisados por Bourdieu, coincidiu com a emergência das sociedades civis, na acepção de Gramsci.

> A articulação entre vários campos relativamente autônomos, no interior do campo do poder, assim como a articulação entre diferentes associações dentro da sociedade civil, é algo que não possui natureza única, sendo, antes, objeto de lutas inclusive em relação *às estruturas que estruturam essas lutas* (Burawoy, 2010, p. 68)

Divergências à parte vale reter a contribuição que os conceitos de Bourdieu acrescentam às reflexões de Gramsci. Sem recusar a organização da sociedade em classes, Bourdieu estabelece a frutífera diferença entre condição de classe e posição de classe:

> Levar a sério a noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição em uma estrutura social historicamente definida e por ser afe-

> tada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui *propriedades de posição* relativamente independentes de propriedades intrínsecas como, por exemplo, um certo tipo de prática profissional ou de condições de existência (Bourdieu, 1974, p. 3)

Considerar as propriedades de posição dos agentes sociais impede a transferência indevida de esquemas explicativos de uma sociedade a outra, ou mesmo a outra época de uma mesma sociedade. As propriedades de condição são irredutíveis àquelas de posição, pois estas não podem ser consideradas de um prisma estático, dependendo de inúmeras variáveis para além da condição socioeconômica, diversificando-se segundo as posições ocupadas pelos atores sociais de uma mesma classe ou fração nos distintos campos – ou aparelhos de hegemonia na acepção gramsciana – onde transitam. Bourdieu insiste que as características das diferentes classes sociais não dependem somente de sua condição na estrutura social, mas também de seu peso funcional – ou posições – nessa estrutura (Bordieu, 1974, p.12-13). Se as proposições estruturais estabelecem regularidades emanadas das homologias de sua condição de classe, não cabe menosprezar o que os membros de uma classe/fração devem à sua posição, incluindo desde sua formação escolar-profissional até sua filiação a entidades de consagração e demais instâncias dotadas de capital simbólico, onde se encontram com indivíduos das demais classes que compõem a totalidade.

São essas "marcas de distinção", segundo Bourdieu (2007), os meios pelos quais os sujeitos sociais se exprimem ao incorporá-las, manifestando-se, em suas ações, a partir de valores como "hierarquias de honra" ou "distinções simbólicas". Uma ressalva, no entanto, se faz importante: elas são, para Bourdieu, sempre secundárias em relação à condição de classe: "[...] as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir desses bens, ou melhor, por meio do consumo, e mais, por meio do consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, *as diferenças de fato em distinções significantes*" (Bourdieu, 1974, p. 16). Dessa forma, apesar de dotados de fundamentos teóricos diferenciados, os conceitos de hegemonia e violência simbólica mais se apoiam do que se anulam, sendo ambos necessários, "mais companheiros do que antagonistas" (Burawoy, 2010, p. 76-77).

Aproximações desse tipo permitem-nos avançar sobre temas fundamentais para o historiador, tais como o porquê de atores sociais oriundos de uma mesma classe ou fração, embora organicamente vinculados ao mesmo aparelho de hegemonia, assumirem posições/projetos políticos que, embora similares em seu fundamento (ou *doxa*), distinguem-se em sua(s) prática(s). A explicação de tal diferença repousa em suas propriedades de posição, simbolicamente sobredeterminadas por *habitus* diferentes, malgrado sua idêntica condição de classe. Tudo isso evidencia a relevância da conjugação das contribuições de Gramsci e Bourdieu para a análise do Estado, da política e do poder. Concordamos com Burawoy ao afirmar que há "muito mais coisas na hegemonia do que a simples coordenação concreta

dos interesses ou amarras ligando a sociedade civil ao Estado" (1990, p. 48), e é isso que permite a incorporação do papel coadjuvante desempenhado pelo *habitus* na reprodução da dominação, muito embora este possa tornar-se protagonista na configuração de novas ordens sociais, em situações de transição.

Assim, nem a chamada nova história política de que muitos se dizem "herdeiros" pode resumir-se à política como "espetáculo", nem a chamada cultura política pode restringir-se ao estudo das manifestações dos "de baixo" – ou das "elites" –, sob pena de esvaziar-se a questão mais cara à história: a complexa integração dos diferentes níveis da vida social.

> Toda análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a *naturalizar* os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os "agentes politicamente ativos" e os "agentes politicamente passivos" e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinando da estrutura de distribuição do capital (Bourdieu, 1989, p. 163)

Considerações como as até aqui tecidas empalidecem noções fartamente presentes nas obras de alguns historiadores políticos brasileiros, tais como "oligarquias", "elites letradas" ou "individualidades teatrais", que escamoteiam a real complexidade da história política e do poder, reduzindo-a a esquemas explicativos ingênuos ou unilaterais de realidades socio-políticas-culturais mais sofisticadas. À guisa de exercício interrogamo-nos sobre a capacidade explicativa de noções como "oligarquia" e "elites". Bobbio define etimologicamente oligarquia como "o governo de poucos", porém, lembra que ela "não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma especifica de governo. Mas se limita a chamar nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado [...]" (Bobbio et al., 1992, v. 2, p. 835). Ora, qual governo não o foi no decorrer da história? A rigor, sequer se trata de um conceito, apesar de sua farta utilização. Boa parte da historiografia brasileira relativa às primeiras décadas do século XX refere-se a uma "República oligárquica", desvinculada de quaisquer outras noções teoricamente estruturantes – como classes (condição e posição), estrutura, hegemonia, *habitus* ou mesmo poder simbólico – esvaziando-a de conteúdo heurístico. De igual forma, a noção de "elite" reforçou a de oligarquia, nos termos de Mosca e Pareto, que viam o governo das elites como o único possível, eliminando o teor relacional entre totalidade social e política.

Em contrapartida, um diversificado grupo de historiadores, cientistas sociais e políticos brasileiros têm levando a cabo pesquisas adotando o arsenal teórico de Antonio Gramsci e também de Pierre Bourdieu. Tais estudos evidenciam uma precoce ocidentalização da sociedade brasileira desde inícios do século XX, demonstrando a existência de um Estado bem mais complexo do que as formulações simplificadoras o deixavam supor. Solidamente

ancorados na acepção gramsciana de que o Estado resulta da forma de organização da vida social e de que, no seu formato ampliado, abrange a sociedade civil, as pesquisas começaram a desvendar formas mais precisas de instauração de organismos estatais – Ministérios e demais agências públicas – a partir da atuação de aparelhos de hegemonia de determinadas frações da classe dominante. A condição de classe homogênea dessas frações, entretanto, velava intensas disputas, somente discerníveis a partir da detalhada análise de suas posições de classe. Tal procedimento implica reproblematizar as pesquisas empíricas, pois envolve esmiuçar e identificar trajetórias familiares, escolares, profissionais, além da participação dos agentes estudados em aparelhos privados de hegemonia (Mendonça, 1997; 2010).

A referência ao pertencimento de classe, mesmo já sendo capaz de apontar para disputas intraclasse exige, no entanto, ir além e compreender as formulações culturais emanadas desses aparelhos de hegemonia, identificando o processo de formação de intelectuais e seu papel de formuladores organicamente imbricados a sua fração de classe e seus aparelhos de hegemonia pelo vínculo do *habitus*. Nesse ponto, poder social, formulação teórica e definições técnicas se conjugam e transbordam os limites estreitos de cada uma dessas agências, procurando converter-se em necessidade social ou interesse geral. Logo, dentro e fora do Estado restrito constitui-se o que se pode, legitimamente, chamar de história política. Esta se recusa a isolar a base socioeconômica das tênues formulações intelectuais ou culturais e somente dessa forma avança na compreensão do estreito liame entre frações de classe e organização da educação, evidenciando o elo empírico entre as condições de exercício do poder, a escola e o saber (Mendonça, 1999; 2010a; Pronko, 2003).

Se as obras citadas lastreiam-se na original conjugação entre Gramsci e Bourdieu, cabe mencionar numerosos outros estudos que também avançaram a partir da correlação entre sociedade civil e sociedade política descortinando, ao longo de todo o século XX, uma nova complexidade da sociedade e do Estado brasileiros, até aqui inatingida pela história política tradicional (Bianchi, 2001; 2010). Nessas pesquisas aprofunda-se a análise da adesão a entidades culturais (aparelhos privados de hegemonia), seu papel na configuração e reconfiguração da política, das remodelações do próprio Estado restrito e da emergência de novos formatos ideológicos adequados às novas frações hegemônicas (Dreifuss, 1987; Neves, 2005). O tema da política torna-se, assim, passível de estudos plenamente históricos e de correlacionar os fundamentos sociais do poder à estruturação do Estado ampliado, abrangendo temáticas até então pouco absorvidas por historiadores (Fontes, 2010)

Conclusão

A história política, qualquer que seja sua adjetivação, permanece um terreno de conflitos teóricos, metodológicos e políticos. Após longo ostracismo, ela experimentou renovações e retomadas com base em referenciais teóricos clássicos, seja no âmbito do marxismo, seja no do liberalismo, embora com graus de difusão bastante diferenciados pelo predomínio inconteste do pensamento de corte liberal na contemporaneidade. A tentativa de

eliminar esse conflito primordial, realizada pela assim denominada nova história política ou cultura política revela-se insuficiente. Mantém-se a linha de clivagem expressa, inclusive, na existência de novas formulações que pretendem dar conta das relações entre Estado, poder, política e história sem abandonar a noção de totalidade social e os fundamentos do poder, isto é, as classes sociais.

Referências

BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em construção: A trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. *Um Ministério dos industriais.* Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 4. ed. v. 2. Brasília: EdiUnb, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Meditações pascalianas.* Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996.

BURAWOY, Michael. As transformações dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* n. 3, 1990, p. 29-50.

_____. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CARDOSO, Ciro F. "A teoria política e a tentação culturalista." Niterói: 2011, mimeo.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.* 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ELKINS, D.; SIMEON, R. A cause in search of its effects, or what does political culture explain? *Journal of Comparative Politics*. Nova York, n.11, 1979, p. 127-149.

EPSTEIN, James. How important is "New Political History"? *Journal of British Studies*. Chicago: Chicago University Press, 2002, p. 255-258.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. *Teoria e história*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; Editora EPSJV-Fiocruz, 2010.

FORMISANO, Ronald. The concept of political culture. *Journal of interdisciplinary history.* Baltimore, v. 31, n. 3, 2001, p. 393-426.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000-2002. 6 volumes.

_____. *Selections from the prison notebooks*. Nova York: International Publishers, 1971.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1999.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
_____. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.
_____. *O patronato rural no Brasil recente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
_____. *Estado, educação rural e influencia norte-americana no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2010a.
NEVES, Lucia M. W. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.* São Paulo: Xamã, 2005.
NOVICK, Peter. *That noble dream: the "objectivity question" and the American historical profession*. Ithaca: Cornell Universtiy Press, 1988.
PRONKO, Marcela. *Universidades del trabajo en Argentina y Brasil*. Montevideo: Cinterfor, 2003.

Capítulo 4

História das relações internacionais

Estevão de Rezende Martins

O conceito e seu campo

A expressão *relações internacionais* refere-se ao sistema de relações e fluxos transfronteiriços (políticos, econômicos, culturais, demográficos e militares), materiais ou imateriais, que possam estabelecer-se entre dois ou mais indivíduos, grupos ou coletividades, notadamente os estados.

O caráter organizado e institucional dessas interações confere às unidades políticas, notadamente os estados soberanos, uma primazia de fato e de direito. Essa expressão sucede aos termos anteriormente usuais para descrever as relações entre países e seus organismos multilaterais, como diplomacia, relações exteriores e negócios estrangeiros. Nesse sentido, pode-se dizer que relações internacionais existem desde a Antiguidade – a organização da polis, internamente, e sua inserção para além de si, externamente, modelaram a forma contemporânea de conceber o sistema político para dentro e para fora.

Os estados não subsistem, contudo, isoladamente. A necessidade de coexistência faz que estabeleçam relações entre si, interações de cunho político, econômico, social e cultural que se dão de forma complexa e nem sempre harmoniosa, oscilando da cooperação ao conflito.

Desde a Paz de Vestfália (1648), com que foi encerrada a Guerra dos Trinta Anos e com a qual se pôs fim às assim chamadas "guerras de religião" na Europa, o Estado era considerado o único ator do espaço internacional. O caráter político e jurídico da soberania estatal fez da política de organização e funcionamento do estado o tema prioritário da história do campo, mas essa situação se altera significativamente na segunda metade do século XX. Com o surgimento de um maior fluxo de informações e das redes de comércio, as relações para além do âmbito doméstico dos países tornam-se mais evidentes, abrindo espaço para uma gama variada de agentes, como instituições internacionais, organizações não governamentais, empresas transnacionais e também protagonistas individuais.

Como aponta Williams Gonçalves (2011), *relações internacionais* constituem um campo acadêmico de conhecimento interdisciplinar que estuda as relações internacionais como

um dado empírico – obviamente complexo – da cena mundial interestatal e intersocial. Essa duplicidade nominativa por vezes abre espaço para ambiguidades e desentendimentos entre a base empírica de referência e a reflexão analítica sobre ela. A história das relações internacionais não escapa a essa duplicidade, visto que se desenvolve tanto como apreensão e análise da organização e sequência das relações entre estados e nações no tempo, quanto como contribuição das teorias e dos métodos historiográficos para lidar com esse sistema.

Amado L. Cervo (2001) situa no século XIX a consagração do campo aberto das relações internacionais sob dois pontos de vista: de uma parte supera-se a vinculação estreita com a formalidade estatal pura, que, de certa maneira, caracteriza a abordagem da questão sob a denominação de história diplomática. Essa abordagem se distingue por dois elementos: a ela somente interessa os atos praticados pelos agentes públicos estatais – consignados em "diplomas" (documentos) igualmente formais – e os tratados. A história diplomática privilegia com isso o caráter jurídico-institucional do ato reduzido a termo formal por estados para valer para eles e entre eles e, por esse motivo, a história diplomática aparece vinculada ao direito internacional em suas diversas variantes por longo tempo. A *História diplomática do Brasil* (1959), de Delgado de Carvalho, é um exemplo marcante dessa perspectiva.

De outra parte, expande-se o campo de interesse das relações internacionais para além da formalidade estatal. Cervo aponta para a originalidade de Leopold von Ranke como a fonte do impulso criador desse campo expandido. Sistematizador da renovação historiográfica do século XIX, Ranke, tanto quanto Gustav Droysen, cunhou o paradigma científico da história contemporânea (Martins 2010). Ambos os autores mantêm, contudo, a âncora do projeto de universalização civilizatória do modelo europeu. Esse modelo de organização estatal e social deveria difundir-se por ser considerado o melhor dos mundos possíveis para si e para os demais, levando em conta três questões: a exemplaridade organizacional interna dos estados europeus, notadamente a Prússia, a Grã-Bretanha e a França; a emergência de forças não estatais, a partir da vivência institucional, religiosa ou social; e a correlação entre ação interna e política externa, e seu reflexo nos processos de rivalidade e concorrência, especialmente os conflitos armados (Cervo 2001, p. 7824).

Do ponto de vista temático, as relações internacionais contemporâneas expandem seu escopo. O caráter formal dos estados e de seus projetos tanto de autoafirmação interna quanto externa colocou, durante muito tempo, a questão da segurança (territorial, econômica e militar) no topo da agenda, em especial a defesa dos interesses nacionais perante ameaças externas efetivas ou supostas. Contra o pano de fundo do século XX, as relações internacionais passaram a englobar temas como cooperação política, instauração e preservação da paz, prevenção e resolução de conflitos armados, integração regional, comércio bi e multilateral, organismos internacionais, desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente, solidariedade humanitária, comunicação e informação e análogos. Trata-se de um campo do conhecimento que, a despeito de sua autonomia, é marcado por uma profunda interdisciplinaridade, influenciado pelo direito, pela economia, pela história, pela ciência

política, assim como por outros saberes. Consequentemente, as relações internacionais inserem-se no campo das ciências sociais como um todo, sugerindo a interseção de círculos disciplinares, cujas fontes são múltiplas, formando o mosaico interdisciplinar de um campo com ênfases variáveis. O acelerado processo de expansão das tecnologias da informação e do acesso às fontes referentes à atuação interna e internacional dos estados e demais instituições na cena mundial contribui para a diversificação do campo das relações internacionais.

As relações internacionais articulam-se em dois grupos de fatores empíricos da vida nacional e internacional. O primeiro grupo é de natureza material: os fatores geográfico, demográfico, econômico, financeiro, monetário, tecnológico, científico e militar; o segundo é de natureza cultural e compreende os fatores político-ideológico, comunicativo, jurídico e pessoal (notadamente a atuação de dirigentes políticos). A dimensão histórica não se restringe a elaborar uma lista sequencial dos eventos conexos com a ação estatal e dos episódios por ela causados ao longo de determinado período. Tal cronometria factual aparece com frequência nos textos de direito internacional e tem a ver com o princípio da precedência jurisprudencial. A análise histórica que se constrói no campo das relações internacionais, em particular desde a segunda metade do século XX, visa reconstituir os contextos políticos, sociais, econômicos e culturais que envolvem e engendram as circunstâncias em que as ações políticas internas e externas – estatais ou não – foram realizadas.

A institucionalização acadêmica das relações internacionais é um fenômeno recente e concentra-se em dois tipos de atuação: organizações privadas, como o *Council of Foreign Relations* (Nova York, 1921, que edita a revista *Foreign Affairs*) e organizações públicas, como os centros e cursos de universidades. O impulso para essa evolução veio da rude experiência da Primeira Guerra Mundial e o foco inicial da disciplina foi bem específico: compreender a natureza da guerra a fim de promover a paz entre as nações. A tradição liberal serviu como marco teórico inicial, duramente questionado em função do advento da Segunda Guerra Mundial, e o fracasso da Liga das Nações contribuiu para o advento do paradigma realista nas relações internacionais, que considera os estados como atores racionais que atuam em um ambiente anárquico, no qual os ganhos jamais podem ser absolutos. Assim, a disciplina é inicialmente marcada pelo debate entre liberais e realistas, para, em seguida, vivenciar uma multiplicação de perspectivas teóricas – escola inglesa, interdependência, neorrealismo, neoliberalismo, teoria crítica, feminismo, construtivismo, entre outras. Nesse ínterim, é comum a sistematização da evolução histórica das relações internacionais, enquanto campo de estudo, por meio de debates entre correntes divergentes, tais como idealistas *versus* realistas, nas décadas de 1920 e 1930; tradicionalistas *versus* behavioristas, em 1950 e 1960; neorrealistas *versus* neoliberais, em 1970 e 1980; e reflexivistas *versus* racionalistas, desde os anos 1990. Tal sistematização não abarca a completude das análises acerca do internacional, priorizando abordagens universalistas da chamada corrente dominante da disciplina.

Os realistas

Os realistas organizam suas teorias em torno de quatro fatores, a saber: a predominância do político em um ambiente caracterizado pelo confronto entre as relações interestatais e os fluxos transnacionais sempre cada vez mais intensos; a anarquia original do sistema internacional, cuja regulação se buscaria; a presença de uma estrutura inercial e resistente na história dos estados, que condiciona a liberdade de ação das instituições que constituem o sistema internacional; e a preferência explícita por uma teoria abrangente das relações internacionais, que reconheceria uma autonomia própria ao sistema internacional.

Essas abordagens predominaram por um longo período no campo das relações internacionais, debruçando-se sobre conflitos e rivalidades, e suas análises recorrem ao poder do estado e apontaram para a tese de que a sociedade internacional só pode ser estável se existir um sistema de forças que se equilibre.

A investigação das causas e fatores dos conflitos se faz de diversas perspectivas. A perspectiva inspirada no pensamento de Karl Marx, mesmo que de maneira difusa, foi uma presença forte nos anos 1950-1980, impulsionada tanto pelas correntes filosóficas e historiográficas no Ocidente, quanto pela militância política na lógica da Guerra Fria. Essa perspectiva privilegia os fatores econômicos na organização das relações internacionais e explica os conflitos pelos fenômenos de dominação e exploração. Para ela, a concorrência entre os estados capitalistas leva inevitavelmente à guerra (tomando como exemplo a Primeira Guerra Mundial), e a pressão, exercida pela exploração das riquezas mundiais, conduz à resistência dos povos oprimidos. O velho tema da luta de classes foi assim transposto para o plano internacional. A pertinência do diagnóstico acerca do caráter extremo dos conflitos independe de sua origem ideológica e parece confirmada pelo pragmatismo estatal e econômico continuado.

Um tema recorrente na análise histórico-política das relações internacionais, o conceito de hegemonia tem suas raízes no pensamento neomarxista. Transposto para as relações internacionais, esse conceito é aplicado aos mecanismos empregados por uma potência dominante para convencer a sociedade de que a ordem por ela imposta aproveita a todos.

Já nos anos 1970, o canadense Roberto Cox (Cox; Jakobson 1974), inspirado pela leitura de Gramsci, defendia uma nova visão da ordem mundial. Sua ideia consistia no fato de que a teoria neorrealista está a serviço de todos os que detêm poder no capitalismo globalizado, perspectiva esta que lhe parece insuficiente para dar conta do fenômeno internacional. Diferentemente dos neorrealistas, para Cox a economia e a política mundiais só podem ser compreendidas se colocadas na perspectiva histórica que determina as condições da estabilidade da ordem mundial.

O poder hegemônico não se define mais exclusivamente a partir dos recursos materiais (econômicos e militares) do estado dominante, mas resulta da conjunção de três elementos: o poder, as ideias e as instituições. Assim, uma verdadeira hegemonia, única, que asseguraria a estabilidade desejada do sistema, exige o consentimento explícito dos que estão a

ela vinculados ou subordinados. Esse consentimento nasce na e pela sociedade civil e, em escala mundial, pela sociedade civil internacional, importante fator de mutação, a qual seria o contrapeso indispensável ao predomínio do realismo pragmático de cunho econômico. As finanças, a produção e o comércio são fatores importantes na constituição e no exercício da hegemonia, tal como definidos por Immanuel Wallerstein (1974), mas não esgotam as dimensões complexas da histórica social e cultural das pessoas e das comunidades. Para a história das relações internacionais, a equação não pode restringir-se somente a esses fatores e, por força da agenda temática das relações internacionais contemporâneas, há uma espécie de revalorização da história econômica ao lado da política.

As abordagens geopolíticas costumam estudar os conflitos a partir da geografia física, econômica e humana e levam em conta as variáveis intervenientes nas estratégias político-militares adotadas pelos estados, em particular a história – conflituosa na maioria das vezes, embora não necessariamente – de ocupação e consolidação territorial. De acordo com tal tese, o poder provém seja do domínio das terras, seja dos mares. As abordagens geoeconômicas consideram que a política externa já não se define somente pela defesa de interesses políticos, mas que "interesse nacional" inclui inevitavelmente os objetivos econômicos que estão por trás e adiante das lógicas de confronto.

A geoeconomia permite ter uma grade de análise mais refinada das relações entre o estado e seus parceiros nacionais, e é complementada pela abordagem geopolítica na compreensão dos conflitos e rivalidades dos poderes na corrida por assegurar zonas de influência estratégica (defesa avançada, na mesma lógica da contenção de George Kennan), de garantia de alimentação da matriz energética (mais e mais vital) e de mercados comerciais fluidos.

Os supranacionalistas

Ao lado da perspectiva realista-pragmática, há os teóricos da supranacionalidade que entendem que o modelo dos estados nacionais autárquicos está há muito superado. Esses autores também manejam quatro fatores, embora não os mesmos: o confronto permanente e mal resolvido entre uma ordem estatal que subsiste e os fluxos internacionais que escapam ao controle dos estados; a tendência à globalização, que acarreta reações de reforço do local (contraposto aos poderes centrais intraestatais); a constituição de redes, próprias ao desenvolvimento global de atividades, que se organizam fora da inserção territorial e se subtraem ao controle estatal interno (ou pelo menos tentam); e a preferência operacional por uma sociologia das relações internacionais voltada para os protagonistas individuais "espontâneos" (ou seja, não encarregados de desempenhar um papel formal no, pelo e para o Estado).

De acordo com os adeptos das teses supranacionais, o desenvolvimento das relações internacionais contemporâneas está fortemente marcado por fenômenos de interdependência e institucionalização da vida internacional, e duas escolas vinculam-se a essa tendência: os federalistas e os funcionalistas. Essas escolas defendem a superação da soberania estatal pela multiplicação das solidariedades econômicas e tecnológicas entre os estados no seio de

organizações internacionais que se transformariam progressivamente em solidariedades políticas, na sequência das transferências necessárias de competência, efetuadas pelos estados membros, em benefício de instituições supranacionais.

A escola federalista adotou uma concepção do federalismo que considera o direito internacional uma expressão da solidariedade entre os indivíduos e deixa de lado o que considera não ser mais do que ficções jurídicas, como a soberania do Estado, que não passaria de uma ilusão – uma pseudopessoa. A sociedade internacional é (ou deve ser) constituída de indivíduos, e as relações interpessoais prevalecem sobre as relações interestatais. Essa solidariedade produziria regras objetivas comuns, seguidas de instituições e práticas comuns, uma visão que coincide com a dos funcionalistas, que utilizam o conceito de função interdependente e consideram que a função da criação de organizações internacionais é articular os interesses dos estados membros, dando-lhes expressão, agregando-os e tornando-os interdependentes. Essa articulação, produzida em detrimento das políticas nacionais em sentido estrito, produziria as regras que a organização deve consolidar, cumprir e fazer cumprir. Em outras palavras, a organização exerceria uma função de socialização, as limitações das soberanias adotadas pelos estados se encaminhariam paulatinamente para a transição das solidariedades econômicas às solidariedades políticas e a humanidade tomaria gradualmente consciência de sua unidade.

Outra análise fundada na interdependência, a escola sistêmica, é obra principalmente de teóricos norte-americanos dos anos 1960, principalmente David Easton e Karl W. Deutsch. Um sistema é uma análise global que inclui todos os elementos e todos os protagonistas internacionais que nele atuam e, quando um elemento se modifica, essa mudança provoca uma reação de todos os demais elementos constitutivos. O sistema se sustenta nos meios cultural, econômico, religioso, político etc., e deles recebe demandas, regulando-os e modificando-os ao reagir às demandas surgidas, reações (decisões ou ações) estas que atuam sobre o meio e engendram novas demandas. Essa teoria sistêmica está calcada nas concepções de sistema (e de organismo) da biologia e da cibernética e situa-se em um nível de generalidade que lhe permite abranger realidades extremamente diversas, correndo o risco de não perceber contextos mais específicos. Ela não se pronuncia sobre o que se passa concretamente no interior do sistema que permita a este ajustar-se a quaisquer situações.

Utilizada no estudo histórico das relações internacionais, essa escola integra parâmetros diversos: de um lado, o número de atores públicos e privados, protagonistas ativos do sistema global e/ou de sistemas regionais e, de outro, a natureza homogênea (em que os estados pertencem ao mesmo arquétipo e partilham a mesma concepção das relações internacionais) ou heterogênea (os estados adotam valores contraditórios) do sistema.

O sistema se refere a diversos modelos: unipolar, bipolar ou multipolar, rígido ou flexível, representativos das relações de poder. Um sistema unipolar (homogêneo) dispõe de um único polo de decisão (para determinados autores, e até mesmo para governos, seria o caso atual da superpotência norte-americana); um sistema bipolar pode ser homogêneo quando

dois polos de poder, de força equivalente e compartilhando os mesmos valores, dominam as relações internacionais ou heterogêneo, quando os dois polos defendem concepções opostas de sociedade. Esse sistema bipolar, como no caso da Guerra Fria é chamado rígido (conflito Leste-Oeste aberto entre 1947 e 1962) ou flexível (com o surgimento do movimento dos não alinhados e o abandono da ameaça efetiva do uso da força). No caso de um sistema multipolar, diversas entidades políticas, de tamanho comparável e de força militar equivalente, coexistem e concorrem entre si, formando um sistema de equilíbrio (mesmo se precário) que visa evitar o predomínio de uma entidade sobre as demais.

Uma teoria análoga, a governança global, foi elaborada nos anos 1990, por James N. Rosenau (2006) e enfatiza a noção de autoridade, definida com relação a mercado ou setor específico, sem pressupor uma hierarquia específica ou prévia do poder. Ela se exprime nas relações estabelecidas entre os diversos atores participantes, independentemente de serem institucionalmente estatais.

A combinação de globalização e nível local favorece o surgimento de forças novas no âmbito das sociedades, que causam um duplo processo de integração e de fragmentação, contribuindo para a dissolução da autoridade centralizada no estado nos níveis mundial, nacional e infranacional. Esse desdobramento político da organicidade clássica do poder no estado é objeto de numerosos estudos contemporâneos.

As escolas marcantes na segunda metade do século XX

Os modelos anglo-americanos: a prevalência da política e a lógica do poder estatal

O trauma da Segunda Guerra Mundial e de suas terríveis consequências impôs à agenda internacional a absoluta necessidade de refletir e assegurar uma paz duradoura. O olhar histórico é considerado uma via de acesso incontornável para construir uma equação analítica pertinente, e o interesse pelos estudos de história das relações internacionais se acentua já na década de 1950. O espírito de inovação modificou seu foco histórico, evoluindo da forte ênfase empiricista para abordagens sistêmicas, cuja característica é a prevalência do realismo político na atuação dos agentes públicos, refletida na escola realista da ciência política, que se dedica principalmente aos agentes políticos formais no dia a dia.

A insuficiência da mera perspectiva politológica, malgrado a persistência da escola realista, conduz a um movimento renovador, em cujo centro encontram-se a dimensão histórica e a colocação em perspectiva de longo prazo dos eventos do tempo presente político, econômico e estratégico. A obra *Vinte anos de crise: 1919-1929,* de Edward H. Carr, publicada originalmente em 1939, formula duas grandes perplexidades: a do esgotamento da fórmula idealista das boas intenções (legado do pensamento de Woodrow Wilson) e a da rudeza pragmática dos interesses dos estados, principalmente os dos mais fortes.

A sociedade anárquica, publicada por Hedley Bull em 1977, *A expansão da sociedade internacional*, obra organizada por Bull e Adam Watson em 1984, e *A evolução da socieda-*

de internacional, publicada por Watson em 1992, tornaram-se leituras clássicas da escola inglesa, representativas do cruzamento analítico do fato político com a análise histórica. Os especialistas ingleses em relações internacionais argumentam em favor da indispensabilidade da leitura e releitura crítica dos grandes autores das concepções políticas desde o século XVII: Bodin, Grotius, Hobbes, Pufendorf, Locke, Hume e Kant. A marca distintiva desses autores clássicos, de interesse para a inovação no século XX, estava em dois pontos essenciais: a regulação internacional das relações entre estados e governos e a perspectiva da instauração de uma paz perpétua.

O sistema de estados ou sistema internacional constitui-se a partir de relações de força, de jogos de interesses e de práticas jurídicas, e importa conhecer e explicar não apenas essa dimensão formal, mas os modos pelos quais a rede de interações evoluiu (e evolui) para o reconhecimento da comunidade de valores e das práticas de ação, que sustentam a formação de uma sociedade internacional cuja determinação decorre do compartilhamento de ideias (Martins, 2007). Tal substrato comum é próprio do sistema em suas formas originais e lhes confere a sensação de legitimidade normativa para além de seus próprios integrantes. É essa a lógica que se encontra no sistema europeu de estados e em seu caminho gradual para a sociedade internacional europeia e para a exportação de seu modelo para os circuitos internacionais dos séculos XV e XVI (expansão colonial) e XX e XXI (expansão do paradigma da democracia liberal representativa). O modelo europeu prevaleceu na organização das relações internacionais mundiais e, em suas modulações extraeuropeias, até o século XXI iniciante. O desafio contemporâneo da transformação do modelo originalmente europeu e de sua modificação pelo contato com as regiões do mundo em que se disseminou está na agenda tanto da teoria quanto da história das relações internacionais.

Os autores ingleses e norte-americanos elaboraram, nessa agenda, os conceitos de sistema e sociedade internacional como chaves interpretativas da vida internacional contemporânea. A dispersão e o conflito dos interesses nacionais, que levaram à percepção de que o mundo internacional seria anárquico, impuseram a necessidade de produzir categorias analíticas que dessem conta das táticas de sobrevivência das nações, ou seja, que utilizassem a história para construir teorias do consenso negociado, por exemplo. Jean-Baptiste Duroselle e Adam Watson reconhecem que teoria e história das relações internacionais andam de mãos dadas. O objetivo que se dão é o de explorar e sistematizar a dimensão cognitiva e os ideais, valores e pressupostos reais da vida internacional e, assim, os mais adaptados a investigá-la.

O deslocamento do eixo decisório do sistema internacional (ocidental), após a Segunda Guerra Mundial, da Europa devastada para os Estados Unidos, colocou esse país também no centro da reflexão. O papel dos Estados Unidos tanto no plano interno como externo trouxe para a análise política e para sua história recente um longo percurso evolutivo. O primeiro momento de projeção, após a Primeira Guerra Mundial, acabou neutralizado pela tendência isolacionista prevalente já no mandato de Woodrow Wilson. O dilema entre

confinar-se a si ou entender-se como ator internacional pesou sobre a atuação dos pensadores norte-americanos. Somente o impacto da Segunda Guerra Mundial, em suas duas frentes, na Europa e na Ásia, de certo modo forçou o país e seus acadêmicos a enfrentar a tarefa de pensar-se em um contexto mais amplo que suas próprias fronteiras. Até então, a história diplomática clássica, documental e oficial, manteve-se como a prática dominante. Embora metodicamente rigorosa, essa história norte-americana estava circunscrita a certo provincialismo formal autocentrado, como se pode ver na obra de Samuel F. Bemis (1938).

A concepção da cena internacional como arena de defesa avançada passou a ser tributária da lógica dos interesses nacionais exacerbados, que sustentam a necessidade da expansão da presença norte-americana mundo afora. Teóricos realistas e historiadores consensualistas, como Hans Morgenthau, George F. Kennan e Walter Lippmann, preferiam o Estado como ator das relações internacionais e conclamavam a unidade nacional no enfrentamento da ameaça externa, sucessivamente o nazi-fascismo e o comunismo. O conhecimento elaborado ficou marcado pela ideologia e pelo oficialismo.

O refinamento crítico seguiu adiante nas últimas décadas do século XX. Parte da abertura crítica decorre da abertura dos arquivos e do manejo de grandes quantidades de documentos, nos Estados Unidos, na Rússia e em outros países, como do fim da Guerra Fria. O recurso de tecnologias avançadas de pesquisa contribui para tal avanço, e foi assim que o historiador econômico Alan S. Milward reconstruiu, com base em informações empíricas novas e abordagens criativas, a história das relações intraeuropeias no século XX, analisando o processo de integração europeia a partir de uma perspectiva pragmática. Sua dissecação crítica do período da Segunda Guerra Mundial e da ânsia por uma paz duradoura já apresentava a concepção da integração europeia como o caminho mais viável e como o indicador maior do cosmopolitismo (supranacionalismo) como antídoto contra o vírus belicista.

Nos Estados Unidos, autores como Arthur M. Schlesinger Jr., Stephen E. Ambrose, John W. Spanier, Stanley Hoffmann, Robert Gilpin, Samuel P. Huntington e John Lewis Gaddis debruçaram-se sobre um problema novo, surgido com a queda do muro de Berlim: que papel definir para os Estados Unidos em um mundo sem Guerra Fria e sem a União Soviética. O foco se concentrou então nas condições de funcionamento da cena internacional na hipótese de os Estados Unidos permanecerem como a única potência presente em todas as partes do mundo. Os historiadores desse país permanecem ainda marcados por seu passado hegemônico, se não reféns de suas limitações, e essas limitações derivam da frustração da teoria internacional em explicar a evolução da vida internacional e a miríade de variações interpretativas. O campo da teoria das relações internacionais ganha, assim, uma dimensão eclética, em que a história é posta a serviço de determinados objetivos "pós-imperiais": explicar o mundo em torno da neoprevalência do poder econômico e do poderio militar, mesclados com o poder da negociação e da persuasão.

Nos Estados Unidos, pode-se falar em escolas de teoria política, dentre as quais se destaca, após a longa hegemonia da escola realista e neorrealista, a construtivista, mas não

há uma escola de história das relações internacionais, como em diversos países da Europa. Como o imperativo metódico do realismo mitigado (o mundo é o que é e se afirma por intermédio de nosso discurso científico sobre ele), o construtivismo não é arbitrário. A escola construtivista retoma uma tradição de cunho weberiano, na qual a contingência e a especificidade históricas das estruturas sociais (inclusive as políticas internacionais) têm de ser levadas em conta. Do ponto de vista historiográfico, o núcleo central da reflexão norte-americana continua na história diplomática clássica, em que a atividade memorialista de agentes políticos desempenha forte papel.

A escola francesa: a teoria das forças profundas e do protagonismo social

O giro historiográfico que inseriu o estudo das relações internacionais no campo das ciências sociais tem suas raízes nas décadas de 1920 e 1930, em que a perplexidade com os descaminhos subsequentes à Primeira Guerra Mundial e ao fim do grande concerto das nações do século XIX era imensa. A renovação foi impulsionada pelos historiadores franceses a partir do Instituto de História das Relações Internacionais Contemporâneas, criado em 1935 na Sorbonne e dirigido por Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle, René Girault e Robert Frank. Em 1984 o Instituto recebeu o nome de Pierre Renouvin, ao qual se vincula o Centro de Pesquisa de História das Relações Internacionais Contemporâneas. Como afirma Cervo (2001), "mesmo reconhecendo o papel preponderante dos estados, em particular das grandes potências e dos impérios (Duroselle, 2000), os franceses apreenderam a dimensão social das relações internacionais (Renouvin, 1954) e deram ênfase especial à economia como fator de longo prazo interveniente no jogo das relações internacionais (Girault, 1979)".

Tendo em vista a complexidade de fatores que intervêm nos processos políticos, econômicos e culturais internos como externos, os historiadores franceses elaboraram uma proposta teórica apta a dar cabo da tarefa explanatória vinculada à realidade do sistema internacional e que não fosse tributária de determinismos de qualquer natureza, a rede de causas múltiplas, na qual a reflexão se ocupa tanto da base empírica histórica quanto dos modos de abordá-la e analisa-la. O reconhecimento da diversidade fatorial e da interdependência das variáveis examinadas em particular em um cenário em que se contrapõem resistentes tradições do estado-nação e crescentes interdependências mundiais foi um ganho notável.

Essa proposta visava estabelecer uma pauta de diretrizes formais para romper as limitações do oficialismo e da história diplomática tradicional. Amado Cervo sintetiza assim essa pauta:

a) A pesquisa histórica busca circunscrever todos os componentes da vida internacional que contem para sua efetivação, e não apenas os agentes estatais clássicos.
b) Incumbe ao historiador investigar as origens e causas das relações internacionais.

c) A pesquisa destina-se a identificar os objetivos da ação internacional, o que inclui a determinação dos agentes, o papel da informação, tanto quanto os meios, fins e riscos do planejamento estratégico.
d) Para bem delimitar seu objeto de estudo, o historiador reconstitui o processo das relações internacionais ao longo do tempo, demonstrando o movimento de relações simétricas ou assimétricas em todos os campos, isto é, negociações e conflitos em matéria política, militar, comercial, territorial, cultural.

De acordo com Duroselle, a teoria das relações internacionais, com a qual a história das relações internacionais dialoga, está fundamentada em conhecimento empírico e orienta-se pela exigência cognitiva de estabelecer regularidades, regras e padrões descobertos, isolados e sintetizados ao longo da investigação histórica. Em entrevista ao jornal *Le Monde*, Duroselle afirma que

> existem dois elementos no esforço do historiador. O primeiro é decisivo: o historiador deve buscar os acontecimentos. Apenas depois que ele acumulou os fatos o mais precisamente possível é que entra o segundo elemento, a interpretação. Se o historiador não interpreta, se ele não tenta encontrar explicações, ele não exerceu sua profissão. A interpretação é o que há de mais interessante para o historiador, mesmo se a História nunca é segura, já que ninguém poderá provar que a sua interpretação é ou não justa. (Entrevista publicada postumamente na edição de 20 set.1994).

A escola brasileira (e argentina): sociedade e estado na conformação da (des)ordem mundial

No Brasil, assim como na Argentina, a história diplomática primou pela ênfase na ação dos estados, nos fatos da ação governamental e no discurso oficial. Essa forma de fazer história política da atuação internacional do estado, embasada no direito internacional público, aparece na obra de João Pandiá Calógeras, no Brasil, e em Vicente G. Quesada, na Argentina. José Honório Rodrigues, com seu livro pioneiro no campo da abordagem histórica do binômio clássico "interesse nacional e política externa", aponta para a mudança de perspectiva na abordagem tradicional da questão.

Os principais desafios que se colocam para as relações internacionais dizem respeito à contraposição entre operacionalidade do saber teórico por ela produzido e comprometimento normativo com a transformação da realidade social. A obra decisiva nesse campo, cuja síntese fixou marco de referência na historiografia contemporânea das relações internacionais, é *Inserção internacional. Formação dos conceitos brasileiros*, de Amado Luiz Cervo (2008). Antes dela, duas outras obras haviam dado o impulso instituidor do campo da história das relações internacionais: *História da política exterior do Brasil* (2008), de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, e *História das relações internacionais contemporâneas* (2007), livro organizado por José Flávio Sombra Saraiva.

O Brasil integra, assim, a rede mundial de polos de investigação e formação em relações internacionais, na qual alcançou posição de destaque. Inicialmente voltado para os estudos da política externa do país, o campo abriu o leque e tornou-se referência na fundamentação teórica e na diversidade temática em relações internacionais. O momento inaugural foi a criação do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), no Rio de Janeiro, em 1954 (em Brasília desde 1993; edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI); seguido pelo curso de graduação em relações internacionais – o primeiro do país – na Universidade de Brasília (UnB), em 1974, e o programa de pós-graduação no Departamento de História, em 1976 (a partir de 2002 no Instituto de Relações Internacionais da mesma Universidade). Em 2011, a área de relações internacionais conta com 98 cursos de graduação e 14 de pós-graduação (dos quais cinco com doutoramento). A contribuição reflexiva do pensamento brasileiro em RI, metodicamente articulado com especialistas argentinos, põe em relevo a originalidade da perspectiva de análise fora e para além das assim chamadas escolas inglesa, francesa ou norte-americana, e em diálogo com elas.

A renovação metódica e a inovação temática da pesquisa em relações internacionais na região se deram no Departamento de História da Universidade de Brasília e no Instituto de Investigaciones de Historia Econômica y Social da Universidade de Buenos Aires, cujos trabalhos marcam o desenvolvimento da área desde a década de 1980. A perspectiva latino-americana de uma autonomia reflexiva sustentou a transformação de métodos e teorias na abordagem das questões internacionais para fora e para além dos paradigmas prevalentes no Hemisfério Norte. Os temas da segurança e dos conflitos armados deixaram a linha de frente, dada a tradição regional entrementes pacificada, embora a questão da segurança hemisférica volte mais tarde, a partir dos anos 2000, a integrar a agenda estratégica. Ganharam importância os problemas ligados ao desenvolvimento e à autonomia econômica e financeira, uma vez que o argumento dos pesquisadores latino-americanos recorre à constatação de que o tema do desenvolvimento foi uma constante das políticas externas das potências desde os anos 1930.

Grandes análises históricas das políticas externas, de acordo com Cervo, em particular do Brasil e da Argentina, assim como da estrutura e do funcionamento do sistema das relações internacionais ao longo do tempo, desde a perspectiva da autonomia crescente – real ou almejada – da região, foram elaboradas por José Paradiso, Juan Archibaldo Lanús, Paulo G. F. Vizentini, Clodoaldo Bueno, Amado Luiz Cervo e Raúl Bernal-Meza. O interesse foi expandido para examinar o contexto regional na América do Sul e as relações com a potência hegemônica do Norte, os Estados Unidos, ou com a África. As relações regionais no Cone Sul foram (e são) objeto de pesquisas mais e mais ampliadas. Com a diversificação acelerada das relações internacionais após a queda do muro de Berlim, o leque dos pontos de interesse abriu-se ainda mais, pois, além das questões bilaterais ou multilaterais (organismos internacionais), emergem os temas conexos com a bilateralidade complexa (entre organismos de integração regional, como no caso da União Europeia e o Mercosul) ou com

novos atores no cenário (como China, Índia, África do Sul e os países árabes), bem como o interesse em desbravar as propostas políticas de um caminho próprio direto. Nesse sentido a diversificação das iniciativas governamentais (G-20, BRIC e análogas) é reforçada pelo interesse suscitado pelo notável incremento da iniciativa econômica (atores privados no plano do comércio).

Os historiadores concentraram suas análises nas possibilidades econômicas abertas pela expansão do capitalismo e nos mecanismos a serem adotados para superar o atraso. A experiência anterior da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e das teorias desenvolvimentistas da dependência representou um desafio que vencesse o "complexo de inferioridade" pós-colonial e abrisse perspectivas críticas autônomas. Visava-se a uma reflexão que fosse além do dilema tradicional da alternativa regional de política externa: escolher um desenvolvimento autônomo, fundamentado em uma economia nacional robusta e sustentável, ou o desenvolvimento associado às forças econômicas internacionais, baseado no capital externo e nas empresas. Em meio a um mundo bipolar e mergulhado na globalização crescente ao final do século XX, o cenário gerou fortes e vivazes debates. Entre seus temas, estavam a legitimidade do desenvolvimento, a desigualdade entre os países, as relações assimétricas entre as superpotências e os países em desenvolvimento, a cooperação, dependência e exploração internacional, a durabilidade das estruturas de poder e de bem-estar, entre outros próprios à experiência latino-americana de inserção internacional.

Temas e agendas da história das relações internacionais no século XXI

As relações internacionais são, pois, um campo de estudos autônomo, caracterizado pela pluralidade de orientações teóricas que dialogam entre si. Influenciados em sua gênese por uma abordagem politológica, muitos pesquisadores do internacional, em perspectiva histórica, se restringiram inicialmente ao estado soberano como objeto de pesquisa fundamental. As profundas alterações sofridas pelo ordenamento mundial com o fim da Guerra Fria, o desaparecimento da União Soviética e o aprofundamento da globalização financeira no fim do século XX provocaram uma reorientação dos aspectos epistemológicos, ontológicos e metodológicos da disciplina.

Em meio às viragens e continuidades das análises em relações internacionais, destaca-se que seu objeto deslocou-se gradativamente das relações eurocêntricas, ou euro-americanas, e passou a lidar com as diversas áreas do mundo. Não existem contornos estáticos ou acordos definitivos acerca de problema específico, atores primeiros ou métodos particulares de verificação a ser unicamente tratados pelas relações internacionais, contudo, busca-se estabelecer três grandes linhas de reflexão: os fundamentos teóricos (em plena ebulição no início do século XXI), os procedimentos metódicos (com a prática interdisciplinar abrangente) e a elaboração de um pensamento internacional. A ideia é compreender intenções e

ações que extrapolam a dimensão doméstica, circunscrita seja por estados, seja por nacionalidades, e que se tornam teias dinâmicas entre o local, o regional e o global.

Os eixos principais da reflexão elaborada no Brasil dos anos 1990 em diante são a elaboração conceitual e teórica quanto à inserção internacional, ao reordenamento internacional e à sociedade internacional; as relações entre política interna e política externa; o redimensionamento da concepção de segurança internacional e regional; o desenvolvimento sustentável e a meio ambiente; os atores não governamentais e seu papel nas negociações internacionais; multilateralismo e bilateralismo (sistema norte-americano, Estados Unidos, Europa, Mercosul); a política externa do país, notadamente a partir de sua guinada "independentista" a contar do governo Jânio Quadros; a busca de estruturação e consolidação de uma posição de liderança do país no âmbito regional (América do Sul, Atlântico Sul, Sul-Sul – Índia, Brasil, África do Sul); as iniciativas em direção de outros espaços regionais (organizados ou não), como África, Ásia e mundo árabe; o horizonte de liderança no plano comercial (articulação no âmbito da Organização Mundial do Comércio e as novas coalizões político-econômicas: os agrupamentos sob as siglas "G"); o projeto de protagonismo global (candidatura a assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, interesse pelas operações de paz, presença no campo dos direitos humanos).

Os prazos longos e as inércias sócio-culturais

O século XX oferece uma perspectiva de longo prazo com relação às iniciativas multilaterais, na qual se acompanha o esforço de instaurar uma institucionalização sempre mais e mais complexa, a contar de 1919, com a criação da Sociedade das Nações (SDN). Com o intervalo forçado pela crise internacional e pela Segunda Guerra Mundial (1929-1945), abre-se o espaço da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de 1945, cuja carta fixa os principais objetivos do sistema: a preservação da paz e da segurança internacional de interesse das grandes potências, não somente por uma cooperação e uma solidariedade contra a agressão, mas também contra a pobreza e o subdesenvolvimento.

O movimento contínuo de institucionalização desemboca em uma grande diversidade de organizações internacionais, ao lado e para além do sistema ONU. São exemplos dessas instituições a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Conselho da Europa, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a União Africana, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Associação das Nações da Ásia do Sudeste (ASEAN) e a Liga dos Estados Árabes. Todas essas organizações interestatais produziram, por vontade de seus estados membros, um complexo sistema de normas, coligidas sob a designação de direito das relações internacionais. A viabilidade desse sistema depende simultaneamente da manutenção da prevalência organizadora dos estados e do fomento da emergência de uma sociedade internacional. A interação multifatorial entre esse sistema e a vida própria dos estados acaba por relativizar a distinção interno/externo nas políticas e ações coletivas.

Caminha-se para o reconhecimento de uma comunidade, de uma sociedade no sistema internacional. A distinção entre comunidade e sociedade internacional foi introduzida, ao final do século XIX, pelo sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, e retomada por Max Weber. Os dois termos se distinguem pelas conexões de interesse entre seus membros (sociedade) ou pelas conexões valorativas (comunidade). Essa sociedade ainda não dispõe de um tecido institucional próprio, um governo mundial democrático, capaz de manter a paz pela força do direito. A sociedade internacional aparece atualmente como um estágio intermediário entre o cada um por si (estado de natureza) e o todos por um (estado de comunidade). A sociedade internacional é caracterizada por sua ambivalência entre regulação e anarquia, ordem e desordem e mantém um forte caráter interestatal, embora possua entrementes certa dimensão transnacional.

Na evolução da sociedade internacional atuam duas correntes aparentemente contraditórias, a globalização e a fragmentação, e um aspecto significativo dessa evolução está no surgimento de organizações não governamentais e supranacionais (ONGs) atuantes nos campos cultural, religioso, humanitário e ecológico. Esse fenômeno é fomentado pelo rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, que acentuam as diferenças entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Essa sociedade, como dito anteriormente, hesita entre a regulação e a anarquia, a ordem e a desordem, mas não seria essa uma característica histórica da sociedade relacional que, em todas as épocas, sempre viu o confronto de mecanismos de ordenação e regulação com forças desestabilizadoras interessadas em derrubar a ordem instalada? Afinal, essa sociedade internacional é a adição, precária, de sociedades nacionais (e, com isso, interestatal) ou se constrói em estrutura própria (fazendo-se, assim, transnacional)? A reflexão conduz a analisar o fenômeno, ao menos na duração do século XX, sob a óptica da dialética do "ainda não" e do "já em parte".

O estado continua sendo o componente essencial de uma sociedade de coexistência entre estados soberanos, por conseguinte "ainda" interestatal, na qual a realidade contemporânea das relações internacionais impõe constatar uma sociedade transnacional "já em parte", na qual os protagonistas atuam para além das fronteiras, em conjunção de solidariedades temáticas, para o bem e para o mal.

Uma sociedade globalizada ou fragmentada?

A globalização como ideia não é própria da segunda metade do século XX. O mundo mediterrâneo do século XV, na análise de Fernand Braudel, já apresenta características de "global" (mesmo se as dimensões não sejam geográfica e conscientemente planetárias). Os progressos fulgurantes das trocas e das técnicas, notadamente de comunicação, tornaram o mundo menor e acentuaram a interdependência dos estados e dos povos.

A globalização multiforme alcança os domínios político, econômico e cultural, e estende-se por força de inúmeros fatores tecnológicos (desaparecimento virtual das fronteiras) e econômicos (desenvolvimento do multilateralismo). A globalização política resulta da

tomada de consciência dos estados acerca da necessidade de regular as relações entre si em função de imperativos novos. A maior parte dos problemas já não pode mais ser tratada e resolvida em escala nacional, visto que globalização é, de certo modo, linear (alcança todos os estados, independentemente de seu tamanho) e transversal (atravessa quaisquer campos). Tem-se uma transição da esfera nacional à esfera mundial, e a noção de globalização inclui fenômenos nem sempre bem diferenciados: fatos – como a circulação de pessoas e de bens, ou mesmo de empresas; política econômica, em especial a liberalização comercial (de bens e serviços), financeira (capitais) ou a liberalização dos mercados de trabalho. No entanto, liberalização não é sinônimo de deixar correr, uma vez que os processos se contradizem.

A globalização é um processo dinâmico acerca do qual não se pode dizer que um dia estará "completo", pois faz parte dele o processo de reordenamento do mundo em zonas regionais integradas, visto como etapa do multilateralismo subsequente à bipartição política e econômica da Guerra Fria. Se certos processos de integração regional são anteriores à queda do muro de Berlim, esse fenômeno de certo modo os acelera e multiplica. Na década de 1990, as associações regionais de caráter político e, sobretudo, econômico, não chegavam a 25. Na década de 2010, já passam de cem. O caso da União Europeia é certamente o mais bem-sucedido, e seu modelo negociado de organização política supranacional resiste às dificuldades internas e externas, e vem se impondo como fórmula política, econômica, comercial, monetária, financeira, cultural e social eficiente.

A erosão da autoridade estatal

A fragmentação se caracteriza por certo ressurgimento dos nacionalismos e dos particularismos, consequências de uma profunda crise identitária e pela agravação da assimetria econômica e comercial própria ao subdesenvolvimento. O ressurgimento dos nacionalismos parece impor-se como uma evidência após as reviravoltas políticas ocorridas a partir do final da década de 1980. A desagregação dos regimes comunistas europeus ensejou o reaparecimento de identidades nacionais sufocadas, em alguns casos, desde a Primeira Guerra Mundial.

O nacionalismo forçosamente institui inclusão e exclusão, e o desaparecimento das ideologias oficiais acelerou sua reafirmação com o duplo efeito instrumental: legitimar e mobilizar. Ao mesmo tempo, o esgarçamento do modelo de estado-nação, adotado ao longo das diversas independências políticas após 1947 e sucessivamente nas demais vagas de autonomia (anos 1960 e 1970, e depois em 1990, para antiga região de controle soviético) mostra-se mais e mais ineficaz. A febre nacionalista nos Bálcãs recorreu ao retorno ao passado como a recuperação de um futuro que nunca pudera se realizar e cuja vez teria chegado. Assim, a concepção étnica da nação, forjada na Alemanha do século XIX, ressurge com toda a capacidade desagregadora prevista por Ernest Renan, como o explosivo mais perigoso de todos os tempos.

Esse ressurgimento pode ser analisado igualmente como uma forma de resistência à modernidade em escala global. A eclosão desses nacionalismos parece ir ao encontro de um processo de globalização que se supunha encaminhar-se, ao revés, para a expansão da consciência da condição humana e de uma solidariedade generalizada. A globalização produz entre os excluídos um fenômeno de rejeição, causador de reações identitárias. O princípio da universalidade, que postula uma homogeneidade perfeita da sociedade e do mundo, parece conduzir ao caos, e não à harmonia. As zonas de incerteza aumentam e se expandem para fora da esfera do estado de direito, e tal fragmentação leva, assim, ao enfraquecimento do estado-nação, visão esta que é defendida por alguns teóricos das relações internacionais. Zaki Laïdi (1994) afirma que a globalização desestabiliza o estado e favorece a emergência de movimentos identitários – fenômeno que se fundamenta na lógica da tribo (comunidade próxima) – por perda da coesão social. A globalização dos particularismos manifesta-se igualmente pela internacionalização dos conflitos internos. O fim da fratura Leste-Oeste, por longas décadas sinônimo de confronto por países terceiros interpostos e de tentativas de regulação de relações tensas e conflituosas, expôs não poucos países a contestações internas desestabilizadoras que deixam fragilizado não somente os estados, mas também os organismos internacionais multilaterais.

A ONU é impotente diante de tais conflitos. Criada para resolver conflitos clássicos entre estados organizados no âmbito da teoria tradicional da soberania e da autonomia absolutas, não sabe como lidar com o ressurgimento dos nacionalismos parcelares, nem como reformar-se para enfrentar as novas realidades mutantes. Segundo Pascal Boniface (1994), a fragmentação do mundo resulta da ação de forças profundas que querem fazer coincidir a identidade linguístico-cultural com o formato jurídico e político do estado-nação, por vezes para não mais do que umas poucas centenas de milhares de indivíduos. O surgimento de uma nação organizada em um microestado (situação cada vez mais frequente) não é um fim em si e coloca desafios sérios à história política e cultural contemporânea.

O fenômeno da fragmentação do mundo pode ser explicado principalmente pela difusão cada vez mais intensa das paixões identitárias, chamada por alguns autores de etno-nacionalismo. As assimetrias políticas, econômicas e sociais permanecem, assim, um ponto nevrálgico da agenda de pesquisa da teoria e da história política internacional e, entre essas assimetrias, incluem-se as questões do pragmatismo comercial e da persistência do liberalismo econômico, da segurança (já não só militar, mas energética e alimentar) e da soberania, temas de certa teimosa persistência – ou, quem sabe, de incontornável atualidade.

O ator clássico internacional segue sendo o Estado, protagonista-chave das relações internacionais em cuja sombra se dá uma expansão sustentada de organizações para-estatais multilaterais. A ele se juntam, em fenômeno tipicamente contemporâneo, os movimentos sociais transnacionais das organizações não governamentais de cunho político ou empresarial.

A perspectiva histórica e seu papel fecundante nas relações internacionais

O campo da história das relações internacionais não é apenas o tópos da interseção de causalidades múltiplas investigadas e postas em relação pela pesquisa empírica e respectiva estruturação interpretativa. Ele é, igualmente, o lócus em que o longo prazo dos processos e de seus desdobramentos prima sobre o mero registro das ocorrências isoladamente e, também, o campo do mundo político, no qual tem lugar a reação dos povos à conformação de suas instituições internas e dos atos de seus protagonistas políticos a partir de suas necessidades (reais ou interpretadas), de seus valores, de suas prioridades e de suas preferências. Nele aparecem também as reações das sociedades quando se contrapõem a outras e projetam olhar e experiência para além de suas fronteiras. O trabalho dos historiadores reflete essa pesquisa de múltipla face.

O desenvolvimento e aprofundamento da histórica no campo das relações internacionais dependem sempre de uma conservação criteriosa e cuidadosa dos acervos documentais, de uma investigação multifatorial e de uma síntese interpretativa ponderada. No caso do estudo das relações internacionais, fortemente dependentes de análise das ações estatais, o acesso aos arquivos dos governos e das organizações internacionais tem de ser assegurado.

O avanço do conhecimento nesse campo demonstrou a necessidade de diversificar as fontes, indo além dos arquivos diplomáticos oficiais – necessários, mas não suficientes para responder às muitas questões postas pelos analistas da cena internacional. As muitas escolas e correntes que se espalharam pelo mundo revelam que as relações internacionais consolidaram-se como campo de estudos dos historiadores, pois, ao desenvolverem métodos coerentes e consistentes de pesquisa, os historiadores de relações internacionais romperam o círculo vicioso do estudo do tema entre política e direito, e o saber acumulado por essa vertente cresceu proporcionalmente à importância das relações internacionais nas vidas das pessoas e das sociedades ao longo dos séculos XIX e XX.

O itinerário dessa acelerada expansão seguiu dois caminhos institucionais complementares. Em 1981, historiadores formalizam a Comissão para a História das Relações Internacionais, filiada ao Comitê Internacional de Ciências Históricas, fórum ativo de intenso intercâmbio entre especialistas, em que se debate a agenda temática das relações internacionais, seus fundamentos teóricos e suas opções metódicas, desde a perspectiva histórica. Ao mesmo tempo em que consolida suas linhas de pesquisa, a história das relações internacionais desenvolve intensa colaboração com as disciplinas afins, notadamente a ciência política, a economia e o direito. Esses quatro grandes "protagonistas cognitivos" concorrem para a reflexão – atual e desenvolvida – que elabora teoria(s) das relações internacionais ou sobre elas se debruça. Nessa convergência, ou ao menos interseção, mantém-se a preocupação de estabelecer certo balanço entre as quatro variáveis prevalentes no campo das relações internacionais: a política, a economia, o direito e a história.

Quando se dá o entrecruzamento dessas quatro variáveis, os especialistas se circunscrevem em uma espécie de eixo articulador da cena internacional. Essa teia de especializações serve de fundamento para a análise incorporar com pertinência as forças profundas, as grandes mentalidades estruturantes, atuantes na vida social, incluída a internacional. Nesse diálogo, os teóricos compreendem que a abertura crítica que suas bases empíricas ganham com a perspectiva histórica, e os historiadores reconhecem que as propostas teóricas contribuem para a compreensão da realidade passada e de sua persistência no presente.

Teoria e história são complementares. Todos os grandes autores do campo das relações internacionais buscam associar teoria e história, recorrendo à evidência e à hipótese, ao passado e ao presente, aos fatores internos e aos externos, ao empírico e ao teórico, à compreensão e à decisão. A cooperação entre a pesquisa em relações internacionais e as demais ciências sociais levou à convicção de que o desenvolvimento da área, após a Guerra Fria e em uma era de novas relações entre as diversas regiões do mundo, requer novos conceitos, novas estratégicas metódicas e novos objetivos. As categorias clássicas bastante proficientes no passado, como estado-nação e interesse nacional, são desafiadas por conceitos novos, como cidadania universal e governança global. Tais categorias, assíduas no debate, se veem inseridas em uma discussão renovadora acerca de sistema e sociedade internacional, responsabilidade global e não mais só nacional. Cultura, mentalidade, valor, crença e diversidade estão em revisão diante do desafio posto pela superação dos simplismos maniqueístas das ideologias que caracterizaram a Guerra Fria; e interesse, pragmatismo, rentabilidade econômica ou estratégica, "razão de Estado" e semelhantes precisam ser repensados para dar conta de situações como a opressão e a violência internacional, solidariedade e indiferença, exploração e cooperação, o exercício do poder e a autodeterminação dos povos. Além disso, realiza-se uma análise multifatorial e de interdependência global em (praticamente) todos os campos da atividade interna e externa – dupla perspectiva – também dupla expectativa – teórica com relação à combinação entre o local, o regional, o nacional e o internacional.

O conhecimento historiográfico é beneficiário da consistência decorrente do método empírico analítico que firma a primazia da indução sobre a dedução e, não obstante, é necessário repensar continuamente a história e provocar rupturas interpretativas, como se pode constatar nas obras de Amado Cervo, de Jürgen Osterhammel (2005) ou de Ulrich Beck (1986). Uma agenda ampla, que espelha em sua diversidade a do mundo em transformação no século XXI, multipolar e assimétrico, com novos pelos políticos e econômicos de catalisação, como apresentam Antonio Carlos Lessa e Henrique Altemani, a partir do exemplo brasileiro.

Referências

BECK, Ulrich. *Risikogesellschaft – Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt/Meno: Suhrkamp, 1986. Publicado no Brasil sob o título: *Sociedade de risco – rumo à modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BEMIS, Samuel. *A Diplomatic History of the United States.* Nova York: Henry Holt & Company, 1938.

BONIFACE, Pascal (org.). *La puissance internationale*. Paris: Dunod, 1994.

CARR, Edward. H. (1939). *Twenty years' crisis: 1919-1929. An introduction to the study of international relations*. Londres: MacMillan, 1939. A segunda edição foi publicada no Brasil sob o título: *Vinte anos de crise* – 1919-1939. Brasília: Editora da UnB, 2001.

CERVO, Amado Luiz. History of International Relations. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Cambridge, Nova York, Amsterdã: Elsevier, 2001, p. 7824-7829.

_____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____.; SARAIVA, J. F. S.; DÖPCKE, Wolfgang. *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COX, Robert W.; JACOBSON, Harold K. *The Anatomy of Influence: Decision Making in International Organization*. Londres: Yale University Press, 1974.

DEUTSCH, Karl W. *The analysis of international relations*. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1968. Publicado no Brasil com o título: *Análise das relações internacionais.* Brasília: Editora da UnB, 1978

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais*. Brasília/São Paulo: Editora da Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Coleção Relações Internacionais, 2000.

EASTON, David. *The political system. An inquiry into the state of political science*. Nova York: Knopf, 1965

_____. *A system analysis of political life*. Nova York: John Wiley and Sons, Inc., 1965.

GIRAULT, René. *Histoire des relations internationales contemporaines*. Paris-Nova York-Barcelona: Masson, 1979.

GONÇALVES, Williams. Relações Internacionais, 2011. Disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf. Acesso em: 21 fev. 2011.

LAÏDI, Zaki. *Un monde privé de sens*. Paris: Fayard, 1994.

LESSA, Antonio C.; OLIVEIRA, Henrique A. (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas.* São Paulo: Saraiva, 2006, 2 vols.

LUTTWAK, Edward. *Strategy: the logic of war and peace*. Edição revista e aumentada. Massachusetts: Harvard University Press, 2002.

MARTINS, Estevão de Rezende. *Cultura e Poder*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010.
OSTERHAMMEL, Jürgen. *Globalization: A Short History*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
RENOUVIN, Pierre. *Les Relations internationales de 1870 à 1914*. Paris: Centre de documentation universitaire, 1954.
ROCHA, A. J. R. *Relações Internacionais: Teorias e Agendas*. Brasília: IBRI / Funag, 2002.
RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
ROSENAU, James N. *The study of world politics*. Oxford: Routledge, 2006.
SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz *O crescimento das relações internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.
SMOUTS, Marie-Claude. *As novas relações internacionais: práticas e teorias.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
VIZENTINI, P. G. F. *Introdução à história das relações internacionais*. Porto Alegre: Faculdade Portoalegrense de Educação, Ciências e Letras, 1985.
WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern world-system. Volume I: Capitalist Agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century*. Nova York/Londres: Academic Press, 1974;
_____. *Volume II: Mercantilism and the consolidation of the european world-economy, 1600-1750*. Nova York: Academic Press, 1980;
_____. *Volume III: The second great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840's*. San Diego: Academic Press, 1989.
_____. *Historical capitalism, with capitalist civilization*. Londres: Verso, 1995.
WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Capítulo 5

História e movimentos sociais

Hebe Mattos

Introdução

O presente artigo aborda o tema história e movimentos sociais de um duplo ponto de vista: o da história da história dos movimentos sociais em sentido estrito e o da influência dos movimentos sociais na história da historiografia, em especial da história social.

Pensar o tema "movimentos sociais" como objeto da história implica problematizar dois temas-chave para a história social nas últimas décadas: a construção de identidades coletivas e a problemática da agência social na história. Quando e como se constituem agentes sociais coletivos nos processos históricos? O quanto ações e escolhas dos atores sociais, individuais e coletivos importam para o devir histórico de uma dada sociedade?

Conforme abordado no artigo "História social", da coletânea *Domínios da história* (Cardoso; Vainfas, 1997, p. 45-59), a partir dos anos 1980 e da crise dos paradigmas estruturalistas, as abordagens historiográficas sobre o social tenderam, predominantemente, a enfatizar as identidades coletivas como processos dinâmicos, sobretudo socioculturais.

Por outro lado, a agência social e as relações entre indivíduo e sociedade tornaram-se questões cruciais. Desde o final do século passado, a imprevisibilidade do devir histórico impôs-se como tema à sociedade contemporânea. No novo contexto, conseguir iluminar como o passado foi vivido enquanto presente pelos atores envolvidos tornou-se um dos principais objetivos dos historiadores e transformou a crítica aos teleologismos em questão fundamental.

As identidades coletivas como problema histórico e a prática historiográfica na virada do século XX

A história social formulou classicamente como problema central de análise a interação de atores históricos coletivos – as classes, os grupos sociais, as categorias socioprofissionais – na conformação de estruturas sociais. Com a crise dos paradigmas estruturalistas, a interação entre os atores, seus projetos conscientes e a imprevisibilidade da fabricação do social tenderam a substituir-se às estruturas sociais como principais problemas de pesquisa.

O culturalismo marxista de E. P. Thompson e a chamada história vista de baixo tiveram um papel pioneiro nesse deslocamento. Thompson, ao criticar o estruturalismo marxista de Althusser e partir do princípio de que as identidades de classe eram construídas a partir de experiências culturalmente compartilhadas, foi pioneiro em formular a assertiva de que as identidades coletivas não eram dadas pelas estruturas sociais, mas construídas historicamente. Os processos de construção de identidades deviam ser desvendados pela pesquisa histórica explorando os universos culturais e a agência social dos homens e mulheres comuns. A obra do próprio Thompson, e também de historiadores da escravidão atlântica por ele influenciados, ainda nos ano 1970 e 1980, como Eugene Genovese, Herbert Gutman, Eric Foner, Rebeca Scott, entre outros, marcaram decisivamente os campos historiográficos da história social do trabalho e da história social da escravidão no Brasil, bem como sinalizaram para uma aproximação crescente entre história e antropologia (Mattos, 2008).

Por outro lado, desde a fundação da Revista *Annales*, na França, em 1929, a própria disciplina histórica define-se a partir de empréstimos e diálogos teóricos com as demais ciências sociais. A sociologia, de matriz marxista ou funcionalista, foi sobremaneira influente nas abordagens socioeconômicas da chamada Escola dos *Anmalles*, e a viragem para o cultural na historiografia francesa esteve, por sua vez, fortemente influenciada pela antropologia estruturalista, com inspiração em Durkheim. Em ambas as perspectivas prevalecia a convicção de que havia estruturas e segredos a serem desvendados para além da consciência e das identidades dos atores históricos (Revel, 1998).

Mais recentemente, a ênfase em uma perspectiva política e processualista do social não deixa de ter inspiração na sociologia de Max Weber, quando coloca ênfase nas identidades e nas motivações conscientes para a compreensão de processos históricos concretos, ainda que com novas ênfases. Nesse campo, destaca-se a influência, entre os historiadores do social, da abordagem antropológica de Fredrik Barth, deslocando a ênfase das pesquisas para os processos generativos, tributários da construção de fronteiras étnicas e sociais, bem como das interações e conflitos daí decorrentes.

A partir da Itália, o movimento da micro-história foi o que mais profundamente sistematizou essa tendência entre os historiadores que reivindicavam o estudo do social em sentido estrito. A partir dessa perspectiva, todas as identidades coletivas passam a ser pensadas como fabricadas ou construídas historicamente e, portanto, definidas mais politicamente do que a partir de culturas compartilhadas. O movimento italiano da micro-história tinha considerável diversificação interna, mas uma de suas vertentes exerceu grande influência na prática da história social *stricto sensu* em quase todo o mundo. A variação de escala e a retomada de trajetórias de vida e biografias como forma de acesso aos processos de fabricação do social se tornariam uma viragem importante e amplamente influente na pesquisa em história social dos anos 1990, em um contexto historiográfico cada vez mais globalizado. Tal movimento encontra-se bem representado na publicação na França, em 1996, do livro *Jogos de escala*, organizado por Jacques Revel, publicado no Brasil em 1998, com textos dos

principais expoentes da vertente social da micro-história italiana e um capítulo específico sobre a influência de Fredrik Barth.

A perspectiva processualista e generativa de fabricação do social retirou aos poucos a problemática das identidades não somente do campo socioeconômico, mas também do cultural *stricto sensu*, para introduzi-la no universo da política. Os processos de sociogênese e etnogênese tornaram-se objeto da história, portanto, pensar a construção da classe operária em determinado contexto histórico, por exemplo, implicava abordar não apenas como condicionantes socioeconômicos passavam a ser percebidos por meio de "culturas de classe", mas principalmente seu uso político e relacional para afirmar "identidades de classe" em contextos específicos.

Desde o final dos anos 1990, tal perspectiva tornava-se amplamente presente entre os historiadores do social no Brasil. Tive a oportunidade de organizar, em 2001, um dossiê da revista *Tempo* sobre o tema "Identidades coletivas: cultura e política", que compunha uma boa amostra do dinamismo da abordagem naquele momento. No dossiê, um artigo de Mario Grinzpan registrava a ruptura crescente com o formalismo e o substancialismo que até meados dos anos 1970 informava a produção dos historiadores, elencando diferentes autores (Thompson, Geertz, Ricoeur, Elias, Bourdieu) que tinham contribuído, a partir de diferentes referenciais teóricos, para consolidar a nova tendência. Para tanto, destacava a crescente atenção prestada às decalagens semânticas e aos processos de ressemantização, bem como às disputas de sentido e de representação, e aos efeitos performativos, tornando a gênese social de grupos, instituições, práticas e costumes temas preferenciais para os historiadores sociais.

A questão da constituição histórica de novas identidades coletivas era o mote do dossiê e perpassava todos os artigos. Alban Bensa, antropólogo francês, abordava a invenção da identidade *Kanak* na Nova Caledônia; Maria Regina Celestino de Almeida, a etnogênese dos índios aldeados no Rio de Janeiro colonial; e o próprio Mario Grinzpan, a sociogênese de um grupo social reconhecido como posseiros no contexto rural da Baixada Fluminense da segunda metade do século XX.

Em outros dois artigos, entretanto, de autoria de A. J. R. Russell-Wood e de Elizabeth Kiddy, a gramática cultural profunda da África subsaariana e do catolicismo africano, respectivamente, eram tomados como elementos básicos para o entendimento dos processos de identificação coletiva em que se inseriram os milhões de escravizados trazidos da África ao Brasil e seus descendentes. Eram matrizes culturais profundas, acionadas, entretanto, por processos de identificação regidos por relações políticas variáveis no tempo e, por esse motivo, necessariamente dinâmicos e internamente diferenciados.

Conforme então assinalei na *Introdução* do número da revista de que estamos tratando, tomada de uma perspectiva histórica, necessariamente dinâmica e particular, a rigidez da oposição entre abordagens políticas ou culturalistas, comum à antropologia, sem chegar a dissolver-se, atenuava-se. Mais ancorada em um polo ou outro, a prática historiográfica combinava cultura e política para apreender os processos de identificação coletiva na história

Os movimentos sociais como objeto de pesquisa

A despeito da centralidade dos intercâmbios com a antropologia nas abordagens sobre agência social e identidades coletivas entre os historiadores nos últimos vinte anos, a categoria "movimentos sociais" remete a uma abordagem mais específica, de inspiração marcadamente sociológica. Os temas da identidade coletiva, da agência política e da transformação social estão implícitos na categoria que diz respeito a um tipo de ação coletiva na qual, *grosso modo*, grandes grupos informais de indivíduos ou organizações, voltados para objetivos específicos, resistem ou propõem uma mudança social.

O primeiro autor a utilizar o termo foi o sociólogo alemão Lorenz von Stein na sua *História do movimento social francês de 1789 ao presente*, publicada em alemão em 1850. Ele utilizava a categoria para definir um movimento que ia da sociedade para o Estado, criado em função das desigualdades econômicas da sociedade industrial. A definição do movimento social como resposta a uma privação econômica, carência ou situação de exploração marcou a maioria das abordagens sociológicas sobre o tema até a primeira metade do século XX, compartilhada nas suas linhas gerais por abordagens behavioristas ou de influência marxista. As perspectivas funcionalistas consideravam as manifestações de protesto popular sinais de uma disfuncionalidade do sistema social, as quais estariam, portanto, fadadas à provisoriedade ou à institucionalização. O pensamento marxista relacionava o protesto social à estrutura de classes e o considerava fator essencial para a mudança social. Nos dois casos, porém, de uma forma geral, os movimentos sociais eram vistos como ações não institucionalizadas e potencialmente ameaçadoras à ordem social.

Na segunda metade do século, a teoria dos movimentos sociais consolidou-se como um campo de discussão específico dentro da disciplina sociológica (Gohn, 1997). As teorias sociológicas behavioristas nos Estados Unidos ou as teorias das sociedades de massa na Europa continuaram abordando os movimentos sociais basicamente como resultante de uma carência ou falta, ou ainda como reação irracional à modernização, com ênfase para aspectos de psicologia social. Neil Smelser, em 1962, publicou sua *Theory of collective behavior*, que atualizava a abordagem funcionalista sobre o tema ao reconhecer aspectos criativos aos movimentos sociais para ajustar o sistema social em momentos de crise. Mantinha, porém, a percepção dos movimentos sociais como condutas coletivas extrainstitucionais de vida necessariamente curta, fadados ao desaparecimento ou à institucionalização (Junco, 1995).

No pós-guerra e durante a Guerra Fria, paradoxalmente, o paradigma marxista se tornaria cada vez mais influente entre os cientistas sociais, especialmente na Europa. Uma explosão de pesquisas abordou o protesto popular como resultante da estrutura de classes e das contradições da sociedade capitalista moderna. Na década de 1960, a sociologia do trabalho e também a história social do trabalho estavam consolidadas como campos de pesquisa, com especial ênfase sobre o movimento operário, e o estudo sobre associações operárias, seus congressos internos e formas de organização, assim como abordagens quantitativas e seriais dos movimentos grevistas tornaram-se cada vez mais comuns nas décadas seguintes.

Do ponto de vista historiográfico, a conhecida escola marxista britânica revelou-se especialmente influente. *The making of the English working class* (1964), de E. P. Thompson, ao propor como questão a construção da identidade de classe, influenciou diretamente as discussões teóricas sobre a construção de identidades coletivas na teoria sociológica dos movimentos sociais. A tradição francesa de análise serial da Escola dos *Annales* também se fez presente, enfrentando de forma original a questão da agência histórica ao empregar a metáfora dos atores sociais para analisar as greves operárias, com a publicação de *Les ouvriers en grève, France 1871-1890* (1975), de Michelle Perrot. Na Itália, na Espanha ou na América Latina, as abordagens históricas e sociológicas sobre o movimento operário multiplicaram-se e, na mesma época, também se consolidaram pesquisas sobre protesto escravo e identidade escrava nos Estados Unidos, sob a influência da Nova Esquerda americana.

A explosão de novos movimentos sociais na década de 1960, com origem em setores das classes médias dos países industrializados, como o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, o movimento estudantil e o movimento feminista, que acabariam por ser tornar presenças permanentes no cenário politicossocial das sociedades industrializadas, colocaria o primado do paradigma funcionalista e as convicções teóricas marxistas em cheque. Qualquer que fosse a perspectiva teórica, os novos movimentos sociais impunham aos pesquisadores repensar o porquê e o como da agência coletiva e seu papel na transformação social. O desenvolvimento, nos Estados Unidos, da *teoria da mobilização de recursos* e, na Europa, dos estudos sociológicos sobre os chamados *novos movimentos sociais* podem ser pensados, em grande medida, como uma resposta a esse novo contexto (Gohn, 1997).

A teoria da mobilização de recursos considerava os movimentos sociais enquanto grupos de interesse organizados, rejeitando a noção de falta ou carência e a provisoriedade a partir das quais as abordagens funcionalistas os caracterizavam. Segundo a teoria, para o desenvolvimento de um movimento social, o fundamental era a capacidade de mobilização de recursos para encaminhar as reivindicações do grupo, muito mais do que as privações que o levaram a formular a reivindicação. Dialogando diretamente com a emergência dos chamados novos movimentos sociais, considerava que a prosperidade relativa das sociedades contemporâneas facilitava o surgimento do protesto social organizado, e não o contrário, e também o surgimento de formas específicas de organização no seio da chamada sociedade civil. Os movimentos sociais passariam a ser abordados, pelos pesquisadores adeptos desse paradigma, como atores coletivos organizados, capazes de fazer escolhas racionais a partir de uma análise de custo-benefício em todas as fases do movimento. Nesse sentido, as pesquisas se concentraram nos aspectos organizacionais e de acesso a recursos, humanos e financeiros, para ação, propaganda, e na formação de redes organizativas e na criação de oportunidades para a ação.

Na Europa, a teoria dos novos movimentos sociais, em sentido aparentemente inverso, concentrou a sua análise no entendimento dos processos de construção de identidades coletivas que davam origem à mobilização dos novos grupos. Para essa teoria, as identidades

coletivas dos novos movimentos sociais eram, antes de tudo, construções históricas e culturais, e este seria o processo que deveria ser sociologicamente estudado.

Em comum aos dois paradigmas achava-se a percepção do conflito social como um aspecto constitutivo das democracias liberais contemporâneas, que não provocaria necessariamente ruptura ou desestabilização da ordem estabelecida, mas, antes, pressionaria pela ampliação de direitos de grupos relativamente desprivilegiados. O debate foi intenso entre as duas teorias no final da década de 1980, e um simpósio em Michigan, em 1988, consolidou os resultados iniciais do debate e resultou no livro *Frontiers in social theory*, de 1992, organizado por A. Morris e C. M. Mueller (Gohn, 1997).

Desde os anos 1990, as teorias sociológicas dos movimentos sociais tornaram-se cada vez mais contextuais e históricas, e, ainda que com perspectivas diferentes, passaram a ser considerados elementos que valorizavam a agência humana e a imprevisibilidade dos processos sociais, como as estruturas de oportunidade política (Sidney Tarrow), o inventário e variação de repertórios de formas de contestação (Charles Tilly) ou, ainda, o papel do ator individual e da noção de projeto (Alain Touraine).

Nesse sentido, para muitos analistas, a categoria movimentos sociais seria específica às modernas sociedades industriais e aos estados nacionais em que se organizaram. De certa forma, classe, nação e modernização seriam pré-condições para a existência de movimentos sociais e, portanto, o tema diria respeito, fundamentalmente, à história contemporânea.

Outros formularam definições mais abrangentes.

> Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desa*fi*o contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores a*fi*rmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso... (MacAdam; Tarrow; Tilly, 2009: 21)

Do ponto de vista historiográfico, cabe perguntar se, com a expressão "movimento sociais", enunciamos uma categoria geral ou eminentemente histórica, circunscrita a um determinado tipo de sociedade. Para muitos teóricos, os movimentos sociais são formas intrinsecamente modernas de associação, mas não há, porém, consenso sobre esse ponto. As mais variadas formas de protesto popular, motins, campanhas, greves, tumultos, todos têm sido objeto da história e, se tomarmos a categoria em sua acepção mais ampla, em qualquer contexto histórico as mobilizações sociais podem ser pensadas como uma expressão das contradições e hierarquias específicas da sociedade estudada. Movimentos camponeses em sociedades agrárias ou movimentos religiosos em Estados teocráticos podem ter forte base social e serem considerados movimentos sociais em sentido amplo. O processo de modernização nas sociedades não ocidentais gera também inúmeras situações em que formas de mobilização "modernas" e "tradicionais" se combinam e se superpõem, esvaziando de sentido esse tipo de classificação.

Charles Tilly, sociólogo e historiador, e um dos mais importantes estudiosos dos movimentos sociais, publicou, em 2004, uma ampla história dos movimentos sociais no contexto do processo de modernização gerado pelo capitalismo (Tilly, 2004). Se os movimentos sociais já existiam pelo menos desde o tempo em que "cultos religiosos dissidentes" ou "rebeldes tribais" desafiaram o poder de igrejas e impérios, o estabelecimento dos regimes parlamentares no século XIX teria dado origem aos movimentos sociais contemporâneos no contexto de Estados nacionais. O movimento operário e o movimento abolicionista britânico teriam sido pioneiros, espalhando o seu repertório de atuação para os Estados Unidos e pelo restante da Europa, e, ainda segundo Tilly, por meio da imprensa, do trabalho missionário e do colonialismo, para os demais continentes.

Do ponto de vista de Tilly, os militantes dos movimentos sociais nacionais sempre afirmaram algum tipo de síntese entre identidade e interesse. Ele não considera os processos de reconhecimento ou mudança de identidades coletivas como invenção dos chamados "novos" movimentos sociais dos anos 1980 e procura demonstrar o "trabalho de criação de identidade" entre muitos dos grupos orientados por interesses no início do século XIX.

> A transformação da vida de pré-moderna a moderna tornou a política popular uma das fontes principais da construção de sentido e de identidade na vida social. Consideramos que isso é uma lição duradoura de *The making of the English working class*, de E. P. Thompson (1964). Com isso, Thompson liberou a análise de classe de sua prisão produtivista, mas deixou de lado modos não classistas de formação da identidade coletiva e a relação específica entre a ação coletiva e a identidade coletiva (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009, p. 29).

Para pensar a "relação específica entre ação coletiva e identidade coletiva", o recurso à microanálise apresentou-se como estratégia comum à antropologia, à sociologia e à história. Os movimentos sociais têm sido estudados historicamente do ponto de vista de suas identidades e interesses por intermédio de documentos, declarações, mas também por meio das performances públicas pelas quais manifestam suas reivindicações.

Os movimentos sociais como interlocutores da história

É lugar comum dizer da influência dos movimentos sociais na historiografia sobre eles, e são muitos os balanços historiográficos que associam as lutas antirracistas e do movimento negro no mundo atlântico com a história da historiografia da escravidão, o movimento socialista com a história social do trabalho ou, ainda, a influência do feminismo no surgimento do campo da história das mulheres e, depois, do gênero de uma maneira mais geral (Foner,1990; Cardoso; Vainfas, 1997, p. 45-60; 275-296).

O tema dos movimentos sociais como objeto de pesquisa no Brasil desenvolveu-se no bojo de uma nova cultura histórica formada a partir do surgimento de cursos de pós-gradu-

ação crescentemente numerosos, a partir dos anos 1970, que se tornava mais atualizada com a produção acadêmica internacional, especialmente francesa, italiana e norte-americana, e criativa do ponto de vista da pesquisa empírica e do seu tratamento metodológico. Mas também dialogou diretamente com o movimento de redemocratização do país e com o surgimento de novos movimentos sociais.

Chamados à época de "década perdida", em função das muitas crises econômicas então vividas pelo país, os anos 1980 foram, antes de tudo, tempos de grande efervescência social e política, começados logo após a revogação do AI-5, em 1979, e terminando com a aprovação de uma nova constituição em 1988 e a eleição direta de Presidente da República. Entre outras mudanças importantes próprias do contexto de redemocratização, o ressurgimento do movimento operário esteve diretamente relacionado à formação do campo da história social do trabalho na pesquisa histórica desenvolvida nos centros de pós-graduação.

Nessa época, em que se consolidavam os cursos de doutorado em história no país, o movimento operário paulista durante a Primeira República era redescoberto pelas pesquisas, sobretudo na Universidade de São Paulo; além disso, ao mesmo tempo que se criava a linha de pesquisa em história social do trabalho da Universidade de Campinas, consolidava-se o tema do movimento operário carioca como um dos principais objetos de pesquisa da linha de história urbana da Universidade Federal Fluminense. Em sintonia com as pesquisas sobre movimento operário desenvolvidas principalmente no contexto europeu, consolidava-se um campo de discussão que tomava as identidades de classe, a agência política e o cotidiano dos trabalhadores como questões centrais.

Desde a década de 1970, sob pressão dos novos movimentos sociais, especialmente o movimento negro e os movimentos de mulheres, novas questões se impunham à historiografia em todo o mundo.

No Brasil dos anos 1980, foi intenso e nem sempre pacífico o intercâmbio entre historiadores da escravidão e ativistas do movimento negro, mas pode-se dizer que se influenciaram mutuamente. "Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia", texto de João Reis e Eduardo Silva publicado em 1989, soube bem sintetizar as bases do diálogo entre historiografia acadêmica e movimentos sociais ocorridos naqueles anos (Mattos, 2008).

Na década seguinte, os campos tanto da história social do trabalho quanto da história social da escravidão, ainda muito definidos por uma abordagem de influência marxista, foram confrontados com outras identidades, além das de classe. Os movimentos feministas trouxeram a questão do gênero, pensada como construção relacional, para a agenda historiográfica. Não se tratava apenas de fazer uma história das mulheres, mas de pensar as desigualdades de gênero nas culturas de classe ou na experiência do cativeiro. A importância da imigração na constituição da classe operária brasileira trazia também a questão das etnicidades como tema a ser enfrentado ao mesmo tempo que a crescente importância dos movimentos negros nos anos 1990 começava a impor uma agenda de pesquisa sobre os processos de racialização.

A problemática do gênero, entendida como produto de relações de poder e de construções históricas relacionais, implicou uma ampla revisão de escopo internacional nas análises clássicas sobre movimentos de trabalhadores ou sobre a história social da escravidão. No mundo da fábrica, a exclusão da mulher do mundo do trabalho foi, desde o início, apenas parcial, apesar de existirem, obviamente, marcantes desigualdades de gênero no universo operário. No mundo da escravidão, a destituição legal do homem escravo do pátrio poder e o peso das hierarquias de gênero e idade nas culturas africanas dão bem a medida do quanto ganham em complexidade as análises quando se parte dessa perspectiva. Fora do mundo do trabalho, a perspectiva das relações de gênero permitia romper ainda mais radicalmente com a dicotomia entre público e privado, "genderizando" a análise dos processos sociais (Cardoso; Vainfas, 1997, p. 275-296)

O mesmo acontecia para a temática das relações raciais. Tendo em vista que a raça como construto biológico do pensamento científico ocidental do final do século XIX e início do XX simplesmente não tem correspondência na realidade, o estudo das relações racializadas tornava-se terrivelmente complexo. Muitos movimentos negros no mundo atlântico tenderam a buscar um substrato cultural substantivo nas culturas de matrizes africanas para referendar suas identidades, gerando um pensamento afrocentrista de ampla circulação no mundo acadêmico internacional. Por outro lado, a crítica ao essencialismo culturalista também se fez presente nesse campo, engendrando a temática da racialização como questão de pesquisa. Assim, estruturou-se todo um campo de pesquisa pensando a construção de identidades racializada como processo histórico e social, em especial as experiências de construção de hierarquias e identidades racializadas diretamente relacionadas à escravidão africana no mundo atlântico (Gilroy, 2001; Mattos, 2008; Sansoni et al, 2008).

As abordagens não essencialistas da problemática das identidades sociais traziam consequências do ponto de vista do fazer historiográfico e, em especial, definiam novas maneiras de formular os problemas com relação à história social e, em particular, aos movimentos sociais.

Na verdade, o campo de discussão era amplo e muitas vezes conflituoso. Raça, classe, gênero e etnicidades tenderam muitas vezes a ser pensados como identidades substantivas, assentadas em dadas experiências culturais compartilhadas, determinando múltiplas identidades, com base no paradigma que se convencionou chamar multiculturalista. Em diálogo com esse enfoque, as abordagens processualistas inspiradas em Fredrik Barth enfocavam a cultura como fluxo e as identidades como construções relacionais, em que certos atores selecionavam e se apropriavam de determinados elementos culturais para se afirmar politicamente (Barth, 2000). Nesse sentido, a fixação das identidades seria sempre dependente da existência de estruturas políticas que as organizavam na esfera pública. Aproximamo-nos, aí, de uma nova viragem de consequências historiográficas e, dessa perspectiva, abordar os processos históricos de construção de identidades era ir além das fronteiras da história social *stricto sensu*, ou mesmo da história cultural, para fazer também uma história política.

História política e agência social: conectando historiografias

A diluição de fronteiras entre o socioeconômico, o cultural e o político é uma das mais interessantes inovações na evolução recente da historiografia sobre os movimentos sociais. De uma abordagem econômico-social predominante nos anos 1970 e após uma virada para o cultural nos anos 1980, o diálogo e os debates em torno da nova história política surgem como novidade marcante e influente em grande parte da historiografia mais recente sobre o tema.

Para ilustrar esse ponto, tomarei o exemplo da historiografia sobre escravidão e processos de racialização no Brasil, que conheço mais a fundo. A história social da escravidão já há algumas décadas se organiza como campo específico de pesquisa que ultrapassa as historiografias nacionais, voltando-se para o espaço atlântico. Desse ponto de vista, tem reivindicado dialogar com a história política *stricto sensu* de cada um dos Estados europeus e norte-americanos que garantiram a legalidade e a legitimidade da instituição escravista. Tem-se proposto também pensar as ações dos escravizados como ações de consequências políticas e as fronteiras entre escravidão e liberdade, como construções políticas.

Os resultados conseguidos são significativos e começam, no Brasil, a forçar o diálogo com a historiografia política mais clássica, conectando diferentes tradições historiográficas. Hoje, a partir de diferentes pontos de vistas teóricos, conectar a historiografia da escravidão com a história política da colonização portuguesa na América aparece como objetivo historiograficamente desejável, pois a história da escravidão traz uma perspectiva atlântica para a análise, permite pensar o peso das lógicas políticas africanas na construção das redes de poder imperiais, as metamorfoses das identidades dos africanos escravizados na América, sua ação política coletiva enquanto escravizados, forros e livres, a construção de hierarquias entre a população livre e as relações de dominação e legitimação da sociedade escravista como questões políticas da ordem colonial (Mattos, 2008).

No contexto de formação dos Estados nacionais, a questão é ainda mais evidente. A escravidão como problema político e a ação coletiva de escravos, forros e livres descendentes de africanos são questões centrais para a estruturação dos novos Estados com base em princípios políticos liberais. A definição de cidadania redefinia os sentidos da legitimidade da escravidão, às vezes racializando-a definitivamente, como no contexto norte-americano, às vezes, emprestando dimensões específicas aos processos de racialização e ao funcionamento da escravidão no país, como no caso brasileiro. No cotidiano de livres e escravos se fazia política, mas também nos momentos de rebeldia explícita, e os movimentos sociais de escravos e camponeses livres pressionaram diretamente o leque de opções políticas em jogo na construção do Estado imperial (Mattos, 2008).

Nesse campo, o trabalho com trajetórias individuais de escravizados e ex-escravos, muitas vezes iniciadas na África, tem permitido uma extraordinária ampliação do nosso entendimento dos processos de fabricação, legitimação e instabilidade das sociedades escravistas e dos arranjos políticos que as governavam.

A virada para o século XXI marcou também um novo auge na historiografia sobre o tema, engendrando um movimento ainda bastante ativo de busca de estratégias metodológicas que permitam a reconstituição histórica de trajetórias individuais como forma de compreender os processos de individuação e os modos de agência política de personagens sociais subalternos.

As biografias de ex-escravos têm se revelado janela fundamental para estudar os trânsitos e entrelaçamentos entre condição, classe e identidades raciais. Trabalhadores escravizados e livres dividiam experiências no Brasil dos séculos XIX e XX, e, desde então, os movimentos de mobilização racial e de classe se apresentam como ações políticas ao mesmo tempo diferentes e conectadas. Conforme já assinalamos, pensar as identidades de gênero como problema político também permite estudar sob nova perspectiva os movimentos sociais organizados, possibilitando superar a dicotomia entre o público e o privado.

Movimentos sociais e história da memória

As tensões recentes entre memória, história e movimentos sociais têm tido um impacto importante na reflexão historiográfica. Em um primeiro movimento, a história profissional buscou demarcar-se da memória, presença do passado no presente diretamente ligada à construção de narrativas legitimadoras de identidades dos mais variados tipos. Pierre Nora, em um texto consagrado, diagnosticou a explosão memorial como característica da contemporaneidade, ao mesmo tempo que definia a construção de lugares de memória como objeto de estudo (Nora, 1984). Nesse tipo de enfoque, a história era um pouco a antimemória, o ofício que, por intermédio de um saber científico, metodologicamente controlado, desconstruía as narrativas memoriais vigentes, revelando seus processos políticos de construção e engendrando a história da memória como campo de análise.

Em pouco tempo, as fronteiras entre memória e história não se mostraram assim tão simples, visto que esta, desde sua consolidação como disciplina no século XIX, funcionou por muito tempo como uma espécie de memória erudita da nação, ainda que metodologicamente controlada. Sem dúvida, a história-problema, entendida como ciência social, aprofundou o afastamento da disciplina das formas vigentes de memória coletiva. Apesar disso, o evidente paralelismo entre a formulação de questões pela historiografia e pela história de alguns movimentos sociais, conforme procuramos evidenciar anteriormente, torna quase óbvia a percepção de que as questões formuladas pelos historiadores são determinadas pelas questões do tempo presente. Essa assertiva empresta à historiografia um papel fundamental, ainda que não preponderante, enquanto construtora de memória e, nesse sentido, a história da historiografia é parte integrante, ainda que com perfil específico, da história da memória.

Nesse novo quadro, são cada vez mais frequentes os casos de politização do passado e de interações complexas entre alguns historiadores, enquanto especialistas, e os movimentos sociais contemporâneos.

Duas coletâneas foram pioneiras em pensar o problema do papel dos historiadores diante dos usos políticos do passado no mundo contemporâneo. Jacques Revel e François Hartog organizaram a coletânea *Les usages politiques du passé,* que incluía uma série de estudos de caso abordando desde revisionismo histórico de sentido político, passando pela patrimonialização de bens culturais, até o turismo histórico (Hartog; Revel, 2001). Em inglês, o mesmo Jacques Revel, com Giovanni Levi, publicou *Political uses of the past*, analisando casos de confrontos sobre narrativas históricas de denso significados políticos no mundo mediterrâneo (Levi; Revel, 2002).

Temas políticos cruciais e traumáticos, como o Holocausto ou o genocídio armênio, suscitam polêmicas sobre fatos históricos, sobre os quais, muitas vezes, os historiadores são chamados a se posicionarem. Não estão, entretanto, sozinhos. Dialogam com outros especialistas, com destaque para jornalistas, legisladores, especialistas em Direito, além dos próprios ativistas e seu poder de testemunho. Em um momento em que movimentos sociais ligados a grupos oprimidos ou subalternizados reivindicam a construção de memórias específicas e o turismo cultural toma dimensões de mercado, ampliam-se ainda mais fortemente os campos de disputa em torno do passado e seus sentidos cambiantes ao longo do tempo, bem como entre diferentes grupos sociais (Guimarães, 2007).

A potencialidade de violência existente no contexto de rivalidades nacionais e étnicas dá uma dimensão por vezes dramática à questão, mas a importância da memória para a identidade reivindicada pelos movimentos sociais contemporâneos empresta também ao fenômeno uma dimensão mais cotidiana nas democracias modernas, ainda que não menos importante.

Memórias concorrentes – por vezes em franco conflito – estão na gênese de novas identidades sociais coletivas, construídas e transformáveis ao longo da história. Organizadas em movimentos sociais, elas muitas vezes colocam em cheque as culturas históricas acadêmicas estabelecidas.

Na tradição francesa, a noção de dever de memória consolidou-se a partir da reivindicação por parte de determinados movimentos sociais do direito à memória, com relação a fatos traumáticos do passado de determinados grupos sociais, que permaneceriam produzindo efeitos no presente e, por isso, exigiriam políticas públicas de reparação (Heymann, 2007).

A pressão dos movimentos sociais na França resultou nas chamadas "leis memoriais". A primeira delas, conhecida como lei Gayssot, foi aprovada em 13 de julho de 1990, como resposta a manifestações antissemitas, e proibia discriminações com base em etnia, raça, nacionalidade ou religião, bem como penalizava *a negação pública da verdade histórica do extermínio em massa de judeus.* Depois disso, duas leis foram aprovadas em 2001, a primeira

em 29 de janeiro, em que a França reconhecia como fato histórico o genocídio armênio pelo Império Otomano em 1915, e a segunda em 21 de maio, em que o país reconhecia o tráfico de escravos e a escravidão atlântica como crimes contra a humanidade. O reconhecimento de uma nova lei, em 2005, sob pressão de antigos colonos franceses emigrados do Norte da África, reconhecendo o papel positivo da colonização francesa, acendeu um intenso debate. Um grupo prestigioso de 19 historiadores, que incluía Pierre Nora e Vidal-Naquet, redigiu um manifesto exigindo "liberdade para a história", que reivindicava a suspensão de todas as lei memoriais. Outro grupo, mais numeroso, reunido no Comitê de Vigilância sobre os Usos Públicos da História, pedia a revogação da lei de 2005, considerando-a ilegal diante dos princípios da lei Gayssot, pois cometeria discriminação baseada em etnia ou nacionalidade ao negar a violência do processo colonial, mas defendia, no entanto, que se mantivessem vigentes as demais leis (Heymann, 2007).

De fato, a divisão entre os historiadores profissionais tornava evidente que as fronteiras entre memória e história, bem como as relações entre historiadores e movimentos sociais, não tinham respostas simples, nem poderiam ser simplesmente ignoradas.

O tráfico atlântico de escravos, reconhecido como crime contra a humanidade pela UNESCO, é um bom exemplo do caráter globalizado e da multiplicidade de agentes envolvidos nesse tipo de processo. A organização de movimentos de mobilização racial de caráter transnacional que reivindica a reparação pela herança racializada da diáspora forçada de africanos no Atlântico produzida pelo tráfico negreiro está na base da reivindicação e envolve países de três continentes.

Nos Estados Unidos, e na tradição anglófona de uma maneira geral, desde a década de 1970 desenvolveu-se o campo da chamada "public history", articulando os historiadores profissionais em atuação na esfera pública – seja na assessoria a museus, movimentos sociais, sítios de memórias, seja na realização de filmes, documentários ou espetáculos históricos – e, ao mesmo tempo, buscando refletir crítica e historicamente sobre o processo. O National Council on Public History (ncph.org) edita desde 1971 o periódico *The Public Historian*.

Apesar da relativa antiguidade do campo que estamos mencionando, ele sofreu um incremento notável na última década, e a história das formas de representação pública do passado tornou-se um tema de interesse crescente dos historiadores profissionais.

Algumas perspectivas historiográficas analisam criticamente o que percebem como excesso de memória no mundo contemporâneo ou, dito de outra forma, os modos como a memória tem subjugado a história, conforme o manifesto dos historiadores franceses no caso analisado anteriormente. Muitas abordagens vão pensar a explosão memorial contemporânea como uma espécie de manipulação de determinados intelectuais e esferas do poder político para forçar determinados enquadramentos de memória e construir novas representações do passado em função de interesses políticos do presente. Parece, entretanto, a mim e a outros historiadores, que a explosão memorial e os interesses políticos a ela ligados são fruto

da articulação política de movimentos sociais – independentemente de se concordamos com eles ou não – diante dos quais o autismo do mundo acadêmico é simplesmente impossível. É imprescindível ao historiador repensar suas formas de articulação e participação nos conflitos memoriais da contemporaneidade, e, para isso, torna-se crucial a chamada história pública ou, simplesmente, a articulação entre o saber acadêmico e o público produtor e/ou consumidor de representações sobre o passado de uma maneira geral.

Buscarei concluir este capítulo acompanhando um processo bastante ilustrativo das relações entre movimentos sociais, processo legislativo, conhecimento acadêmico, produção de políticas públicas, memória e historiografia, com base no movimento negro brasileiro e em suas reivindicação de memória da escravidão, temas com os quais tenho lidado diretamente há vários anos.

Desde a década de 1950, algumas iniciativas do governo brasileiro indicavam uma espécie de "dever do Estado", assumido com relação às populações afro-descendentes. Em 1951, foi sancionada a Lei Afonso Arinos (Lei nº. 1.390), que tornou o preconceito racial uma contravenção penal. Em 1985, a lei foi ampliada, incluindo, entre as contravenções penais, não só a discriminação baseada na raça/cor, mas no sexo ou no estado civil. Era a chamada Lei Caó (Lei nº. 7.437).

De 1990 para cá houve um significativo aumento das discussões sobre ações afirmativas e direitos de reparação para as populações afrodescendentes, mas, sem dúvida, seus fundamentos repousam na Constituição Federal de 1988, quando ficou clara a necessidade de implementar medidas capazes de promover, de fato, a igualdade sancionada pela lei e a valorização da diversidade étnica e cultural brasileira. A Constituição de 1988 garantiu, nos Artigos n. 215 e 216, proteção às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e estendeu a noção de direito às práticas culturais. No Artigo n. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT n. 68), concedeu direito à terra aos descendentes de escravos mediante a titulação dos quilombos.

A aprovação do Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira de 1988, que reconheceu o direito à titulação coletiva das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, foi resultado direto da pressão do movimento negro brasileiro nos trabalhos constituintes, particularmente, naquele momento, por ação da senadora Benedita da Silva. Aprovado o artigo, ele teve repercussão direta sobre diversos grupos rurais que se organizavam como movimentos camponeses, reconhecidos como "terras de pretos", que se baseavam no uso comunitário de terras tradicionais. Na década de 1990, com apoio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que prevaleceu sobre as associações de historiadores como órgão técnico para fazer o parecer sobre as chamadas terras remanescentes de quilombos, iniciou-se um amplo processo de etnogênese ligado à organização de um novo movimento social, autodenominado quilombola.

Apesar da orientação da ABA falar em ressemantização da noção de quilombo, associando-a a uma identidade coletiva presente de portadores do estigma de descendentes de escravos, ameaçados nos seus usos tradicionais de terras coletivas, a noção histórica de quilombo, associada a grupos de escravos fugidos, continuou presente nos discursos públicos ou nos de contestação jurídica da implementação do artigo nos últimos anos.

Como resposta, os grupos já então organizados na Associação Brasileira das Comunidades Remanescentes de Quilombo tiveram de enfrentar a memória da escravidão que os estigmatizava e que, anteriormente recusavam com frequência. Em muitos casos, passaram simplesmente a assumir positivamente o antigo estigma de descendentes de escravos, transformando-o em memória de resistência, sob influência direta do discurso memorial do movimento negro; em outros, tornaram públicas memórias subterrâneas da experiência da escravidão de seus antepassados e recuperaram práticas tradicionais agora patrimonializadas, como o jongo e o samba de roda, que agora poderiam lhes assegurar a autenticidade contestada de remanescentes de quilombos (Pollak, 1989).

A visibilização de memórias e tradições orais antes escondidas ou encapsuladas produziu, em alguns casos, não apenas os efeitos de autenticidade desejados, mas fez também emergir indícios históricos preciosos para os historiadores da escravidão, do pós-abolição e do tráfico atlântico de escravos. Essa interação direta entre pesquisa histórica e movimentos sociais, no caso de muitas comunidades remanescentes de quilombos, tem resultado em produtos historiográficos que abordam, concomitantemente, a história do tempo presente, de enquadramento da memória para a construção da nova identidade, e a história do grupo na longa duração, utilizando narrativas memoriais conjugadas a outras fontes como forma de acesso à experiência de seus antepassados desde o século XIX (Rios; Mattos, 2005).

A memória da escravidão e as reivindicações de reparação do movimento negro brasileiro reproduziram no Brasil, em certa medida, as divisões entre especialistas acontecidas recentemente na França. Um manifesto com a assinatura de intelectuais, historiadores e cientistas sociais contra políticas brasileiras de ação afirmativa baseadas em princípios raciais foi respondido com um contramanifesto de apoio às reivindicações. Historiadores foram aos jornais atuar como publicistas, defendendo um e outro ponto de vista sobre a questão (Abreu; Mattos; Vianna, 2009).

O excesso de memória e de disputas em torno de passados sensíveis é, em grande parte, corolário da multiplicação de atores políticos, formalmente reconhecidos como tais, nas sociedades contemporâneas. Trata-se de processo inescapável, mantida uma perspectiva de democratização. Os historiadores não têm o monopólio do discurso sobre o passado, mas não parece razoável que desistam de participar dos embates em curso e, para tanto, parece essencial reconhecer que a condição de especialista não dá ao profissional de história o poder de dizer como o que aconteceu no passado deve ser lido no presente. Ainda assim, sem abrir mão de seus posicionamentos políticos como cidadãos, os historiadores podem acionar sua condição de especialistas para explicar de que maneira o que aconteceu no passado tem sido

lido ao longo do tempo, formando memórias concorrentes. A história pública, a história do tempo presente e a história da memória são campos da historiografia que tiveram um desenvolvimento crescente na última década, não apenas em função de uma pressão genérica da memória característica da contemporaneidade, mas fundamentalmente por uma pressão específica das novas dinâmicas políticas dos movimentos sociais sobre os profissionais de história.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; VIANNA, Carolina. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, v. 1, p. 181-198.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas – Fredrik Barth*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONER, Eric (org.). *The New American History.* Filadélfia: Temple University Press, 1990.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência.* São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: CEAA/UCAM, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha et al. (orgs.). *Cultura política e leituras do passado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (orgs.). *Les usages politiques du passé.* Paris: EHESS, 2001.

HEYMANN, Luciana. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Direitos e cidadania.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

JUNCO, José Alvarez. Aportaciones recientes de las ciências sociales al estudio de los movimientos sociales. In: Carlos Barros (org.). *Historia a debate: III. Otros enfoques.* Santiago de Compostela: Historia a Debate, 1995

LEVI, Giovanni; *REVEL,* Jacques (orgs.) *Political uses of the past: the recent Mediterranean experience*. London: Routledge, 2002.

MATTOS, Hebe. O olhar do historiador: territórios e deslocamentos na história social da escravidão no Brasil. In: HEINZ, Flavio M.; HARRES, Marluza Marques (orgs.). *A história e seus territórios*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 49-61.

_____. (org.). Dossiê – Identidades coletivas: cultura e política. *Tempo.* v. 6, n. 12, 2001.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, 2009, p. 11-48.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. 1989, p. 3-15.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire, la problématique des lieux, in _____. (org.). *Les lieux de mémoire: I La République*. Paris: Gallimard, 1984.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

SANSONI, Lívio; SOUMONNI, Elisée; BARRY, Boubacar. *Africa, Brazil, and the construction of trans-Atlantic Black identities.* Trento (NJ): Africa World Press, 2008.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TILLY, Charles. *Social Movements, 1768-2004*. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

Capítulo 6

Nova história militar

Luiz Carlos Soares

Ronaldo Vainfas

História militar: a "velha" e a "nova"

Na história das sociedades, todos os movimentos que se autointitulam *novo* tendem a fazer uma caricatura do *antigo*, quando menos para realçar a novidade do que se pretende novo. Basta lembrar o caso extremo da Revolução Francesa, que inventou o conceito de *Antigo Regime* para espatifar a antiga ordem social. O mesmo ocorre com a história da historiografia, na qual os fundadores da revista e do movimento dos *Annales*, em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre, tripudiaram sobre a historiografia historicista do século XIX, reduzida por eles à mera descrição factual de episódios políticos, em contraposição a uma história-problema, totalizante e interdisciplinar. Referiram-se à sua proposta como uma *nouvelle histoire* caracterizada, antes de tudo, por ser uma história social no sentido amplo. Décadas depois, na virada dos anos 1960 para os anos 1970, os historiadores franceses voltaram a propor uma segunda edição, por assim dizer, do conceito de *nova história*, nesse caso voltada contra o marxismo determinista e contra o excessivo materialismo da "escola braudeliana", propondo estudar temas que estavam à sombra a pesquisa histórica: o cotidiano, os sentimentos e as mentalidades. O que eles pretendiam era fazer a história subir "do porão ao sótão", para usar expressão corriqueira na época.

Esse confronto não se restringiu, é óbvio, à historiografia francesa do século XX, mas ocorreu em outros países e atravessou variados domínios da história – a *new economic history*, surgida no final dos anos 1950, a nova história cultural dos anos 1980-1990 e a nova história política posterior aos anos 1970. Entre o *novo* e o *velho*, porém, há muitas continuidades que as propostas de inovação preferem ocultar ou minorar, e o mesmo se dá no campo da história militar, cuja *nova história* brotou na década de 1970 para se afirmar nos últimos trinta anos como campo específico.

Onde residem as novidades? Como sugere Marcos Antônio Sanches, elas residem, em primeiro lugar, na adoção de uma perspectiva interdisciplinar, o que implica estudar a guerra em sentido amplo, isto é, suas relações com a economia, a sociologia, a psicologia social, a ciência política, a antropologia, a filosofia… Em segundo lugar, residem na relativização

da guerra como objeto exclusivo da história militar, propondo novos objetos e abordagens. Em terceiro lugar, residem na rejeição da subordinação da história militar à história política, questionando as "razões de Estado" como campo por excelência da explicação histórica – o que equivale a uma crítica frontal à lei enunciada por Carl von Clausewitz (1780-1831), para quem a "guerra era a continuação da política" por outros meios (Sanches, 2010, p. 2-5). Em quarto lugar – acrescentamos – a novidade reside em certa "antropologização" dos temas inscritos na história militar, como estudos de minorias em contexto de guerras, os problemas de identidade cultural no seio de exércitos e as investigações sobre tradições culturais de longa duração na composição das forças armadas (a tradição dos *samurais* no exército japonês, por exemplo, durante a Segunda Guerra mundial).

Como costuma ocorrer nesses embates entre o *novo* e o *velho* na história da historiografia, os novos historiadores militares reduzem a história militar tradicional ao estudo das guerras, das estratégias militares, dos armamentos, das batalhas e, certamente, dos grandes militares. A exemplo de outros domínios da história, também aqui os termos da ruptura enunciada não são exatos.

Mas talvez o campo dessa nova história militar (NHM) seja mesmo um dos que mais promete novidades, quer teoricamente, quer no tocante a seus objetos de estudo, como veremos a seu tempo. Em contrapartida, é possível dizer que a *história militar* já nasceu *velha*, na medida em que a guerra é tão antiga quanto a história da humanidade e, sobretudo, porque a guerra foi o grande objeto dos historiadores na aurora da história, enquanto gênero narrativo, pelo menos no mundo ocidental.

História da guerra na aurora da História

A História Militar deu sinal de vida na Antiguidade grega, enlaçada com o nascimento da narrativa histórica. Não surgiu com aquele nome, é claro, senão como história da guerra, mas há consenso entre os estudiosos do mundo antigo que a narrativa histórica surgida na Grécia foi sempre fiel ao étimo *histôr* (testemunha), ou seja, dotada de um espírito investigativo e voltada para a ordenação dos fatos humanos, não divinos. Essa foi, aliás, a primeira grande característica da história na sua infância grega: os deuses foram deixados de fora. A história buscou afastar-se do tempo imemorial do mito para debruçar-se sobre o passado próximo, narrado com a maior precisão possível. Nesse sentido, o lendário Homero (século VIII a. C.), provável autor da *Ilíada,* não fez propriamente uma história da Guerra de Tróia, (séculos XIV-XIII a. C.), senão poesia épica, onde os fatos reais se confundem com lendas e personagens mitológicos.

François Hartog considera que a invasão da Grécia pelos persas, da qual resultaram Guerras Médicas (490-479 a. C.), foi o fator decisivo para o surgimento dessa *consciência histórica* e, por conseguinte, do relato histórico. Não por outra razão, Heródoto (c. 485-420 a. C.) é considerado o "pai da historiografia" por sua obra sobre as guerras greco-pérsicas, conhecidas simplesmente como *histórias* (Hartog, 1999, p.15-31). Tucídides (460-396 a.

C.), outro grande autor dessa época, foi também celebrizado por sua *História da Guerra do Peloponeso,* travada entre Atenas e Esparta (434-404 a. C.) – ele que, além de cronista, foi *estratego* (general) do exército ateniense naquele conflito. Xenofonte (430-355 a. C.), também militar ateniense, completa essa seleta lista de historiadores gregos dedicados à crônica militar. Foi autor de *Anábase,* narrativa de uma expedição contra os persas perpetrada pelos "dez mil mercenários", neles incluído o autor da obra.

Os romanos seguiram a cultura grega também na questão da narrativa histórica. Políbio (203-120 a. C.), grego que viveu em Roma, escreveu sobre as guerras púnicas entre os romanos e os cartagineses (264-146 a. C.). Júlio César (100-44 a. C.), virtual fundador do império romano, escreveu os *Comentários sobre a Guerra Gálica* e os *Comentários sobre a Guerra Civil*, ele que, por sinal, foi o maior protagonista desses conflitos. Tácito (55-125 d. C), talvez o principal historiador da Roma antiga, reconstituiu a expansão do Império Romano em seus *Anais* e na obra *Histórias*.

É verdade que os historiadores antigos não escreveram apenas histórias de guerras, mas também de instituições, conspirações e imperadores e, tampouco os textos de *história militar* dos historiadores antigos se limitaram à descrição de batalhas, visto que muitos incursionaram no campo da política, investigaram as causas das guerras, examinaram os *casus belli* e produziram relatos etnográficos de grande valor em meio à descrição dos povos e exércitos em conflito. Talvez não seja exagero dizer que, para os historiadores antigos, desde Heródoto, a guerra era o principal fator explicativo das mudanças históricas, um autêntico "motor da história". O grande historiador militar John Keegan, um dos maiores estudiosos da guerra na atualidade, chegou a declarar, com certo exagero, que "a história escrita das sociedades é, em grande medida, uma história das guerras" (Keegan, 2006, p. 492).

De qualquer modo, vale a pena repetir que a história militar nasceu, no Ocidente, no coração da própria história, enquanto crônica testemunhal, além de entrelaçada com a história política. No século XIX, quando a história consolidou seu estatuto científico, ancorada em métodos refinados para o tratamento das fontes e reconstituição factual, a guerra e a política ocupariam posição de destaque no trabalho dos historiadores, pelo menos no âmbito dos compêndios e das "histórias nacionais". Mas, ao contrário do sugerido por Keegan, a história da guerra tendeu a subordinar-se, pouco a pouco, à história política, não chegando jamais a ocupar o proscênio "na história escrita das sociedades".

A "velha história militar" a serviço da política

Desde a Antiguidade greco-romana, como vimos, a história militar se confundia com a história das guerras. Apesar de não se limitarem a descrever batalhas, é certo que os historiadores fizeram delas o foco das narrativas, não raro laudatórias aos vencedores, quando não escritas por cronistas a serviço de imperadores.

Segundo Marie-Paule Caire-Jabinet, a prática do fazer história foi pouco a pouco aperfeiçoada, durante a Idade Média, graças ao trabalho incansável dos monges, bem como dos

cronistas das chancelarias reais ou senhoriais, tendo como marca dessa especialização silenciosa o cuidado com a organização dos documentos. Mas a Idade Média foi, por excelência, a era da *história providencialista*, inspirada em Santo Agostinho, ou seja, a Providência Divina foi colocada como o "motor da história", inclusive das guerras.

A história militar produzida no período medieval pode ser vista nos relatos das Cruzadas – inspirados no providencialismo, porém dotados de alguma autonomia, como na *Gesta Dei per Francos*, de Guibert de Nogent, narrativa da segunda cruzada (1104-1108). Tanto na *Gesta* de Nogent como em outras "gestas" dedicadas às Cruzadas, Deus é o protagonista, cabendo aos combatentes o papel de coadjuvantes. A Guerra dos Cem Anos (1337-1453) também foi um estímulo para as crônicas de guerra, destacando-se as *Chroniques de France, d'Angleterre et de païs voisins*, obra escrita por Jean Froissart no final do século XIV (Claire-Jabinet, 2003, p. 17-45).

Uma característica marcante da obra de Froissart pode ser estendida à história militar gestada no mundo greco-romano e aperfeiçoada na Idade Média: a *parcialidade dos autores* na interpretação dos acontecimentos. Por mais cuidadosa que fosse a descrição dos fatos e a recolha das fontes, esses proto-historiadores militares sustentavam a causa dos príncipes aos quais serviam e eram cronistas oficiais e palacianos. Na Época Moderna, tal característica se agigantaria, na medida em que as monarquias ampliaram seu poder, sem falar na "invenção da imprensa", atribuída ao alemão Joahanes Gutenberg (1368-1468), criador do tipo mecânico móvel para a impressão de livros.

É possível, porém, buscar nexos mais profundos, quiçá teóricos, entre a história militar e a história política, para além da conexão sociológica imediata apontada anteriormente. Refiro-me aos textos sobre a "arte da guerra" (que não se confundem com as histórias de guerras), cujas reflexões misturam estratégia militar com arte de governar. Seu maior representante, no Ocidente, não poderia deixar de ser Nicolau Maquiavel, cuja *Arte da Guerra* foi escrita por volta de 1520. Tornou-se livro de cabeceira de Frederico II, principal rei prussiano do século XVIII (1740-1772) e do próprio Napoleão Bonaparte, maior estrategista militar do século XIX, que governou a França por 15 anos.

A *Arte da Guerra* é uma obra erudita sobre estratégia e tática militares, escrita em forma de diálogo e baseada nos exemplos da Antiguidade, mas não se reduz a um manual sobre táticas de guerra, pois mantém relação estreita com a "arte da política" desenvolvida no livro maior do autor, *O príncipe* (1513) – principal receituário de governo elaborado no Ocidente. Os especialistas na obra maquiaveliana sugerem que o nexo entre os dois livros encontra-se no último capítulo de *O príncipe*, na altura em que Maquiavel advoga um rei para a Itália, um rei que, para alcançar tal status político, deveria ser também um grande estrategista militar. Nas duas obras, Maquiavel formulou, de maneiras diferentes, duas *leis* complementares: a de que o maior objetivo do príncipe (ou governante) deveria ser o do conservar o próprio poder e a de que o príncipe não deveria ter outro objetivo, nem pensamento, senão o da arte da guerra. Maquiavel produziu uma teoria militar mesclada com

filosofia política, tomando muitos governantes antigos como exemplo, enquanto outros seguiriam seu modelo até os dias atuais.

Outro modelo desse gênero literário provém do Extremo Oriente: a *Arte da Guerra,* do chinês Sun Tzu, escrita no remoto século IV a. C. Maquiavel não leu esse precioso manual, somente traduzido para o francês em 1772 por iniciativa do jesuíta Joseph-Marie Amiot. Sueli Barros Cassal, tradutora do texto para o português, resume bem a obra: "Sun Tzu forja a figura e um general super-homem, cujas qualidades são o segredo, a dissimulação, a astúcia e a surpresa. Esse general deve evitar cinco defeitos básicos: a precipitação, a hesitação, a irascibilidade, a preocupação com as aparências e a excessiva complacência" (Sun Tzu, 2000, p. 8-9). O receituário do autor chinês, enquanto manual militar foi seguramente seguido por Mao Tsé-Tung na resistência aos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, bem como na luta revolucionária vitoriosa em 1949.

Maquiavel não leu Sun Tzu – nem poderia –, mas o militar e historiador alemão Carl von Clausewitz (1780-1831) leu tanto o florentino do século XVI, quanto o escritor chinês da remota Antiguidade, antes de escrever sua obra magna: *Da guerra: a arte da estratégia,* publicação póstuma (1832). Considerada pelos militares de todos os quadrantes como a "bíblia da estratégia", Clausewitz também incluiu a estratégia militar no campo da filosofia política. É dele a famosa frase: "a guerra é continuação da política por outros meios"; noutra passagem, "a guerra é uma parte da política"; e numa terceira, a melhor de todas: "a arte da guerra, no seu ponto máximo, é a política, mas a política que trava batalhas, e não a política que escreve notas" (Clausewitz, 2005, p. 292-295).

Declínio da história da guerra, eclipse da história militar

Clausewitz lançou a história militar no palco da história justamente por considerar que a guerra exprimia, mais do que qualquer outra ação humana, a função da política como "motor da história". Por isso mesmo seu modelo consolidou a história militar enquanto apêndice da história política, modelo seguido pelos historiadores do século XIX dedicados ao estudo da guerra. De objeto por excelência da história na antiguidade greco-romana, a guerra passou a ser um ramo da história política no século XIX, justamente no período em que a história se afirmou enquanto ciência, o que significa que, ao contrário do que reza o senso comum, a história da guerra – "a política que trava batalhas" – ocupou papel secundário na historiografia oitocentista.

Os grandes historiadores do século XIX não foram, com efeito, historiadores militares, nem deram grande atenção à guerra como "motor da história". Até mesmo a história política, reconhecida como hegemônica em vários balanços da historiografia ocidental, só triunfou para valer nas histórias nacionais e nos compêndios de história geral. Bastaria listar, apenas de passagem, alguns dos grandes nomes da historiografia oitocentista para comprovar que o primado da história política no século XIX foi bem menor do que muitos sugerem.

Entre os franceses, Jules Michelet (1798-1874), que muitos enquadram na "escola romântica", publicou sua *História da Revolução Francesa* (1848) em perspectiva global, atento às demandas e sentimentos populares; Fustel de Coulanges (1830-1889), historicista assumido, destacou-se pelo estudo da civilização grega, como no clássico A *cidade antiga* (1864). No caso alemão, palco do historicismo, Leopold von Ranke (1795-1886) dedicou grande parte de sua obra ao estudo da Reforma Luterana e, sobretudo, da Igreja Católica – como em sua *História dos papas* (1834-36). Joahan Droysen (1808-1884), compariota de Ranke, foi autor de uma portentosa *História do helenismo*, publicada nos anos 1830. Wilhem Dilthey (1833), mais filósofo do que historiador, publicou um *Estudo sobre a história do espírito alemão*. Theodor Mommsen (1817-1903) foi autor de uma monumental *História de Roma*, em três volumes (1854-1856). Entre os ingleses, Thomas Carlyle (1795-1881), enquadrado na "escola romântica", como Michelet, publicou uma *História da Revolução Francesa* (1837) com grande ênfase nas lutas sociais (também foi autor de *Cartismo*, de 1839). Henry Buckle (1822-1862) escreveu uma *História da civilização na Inglaterra* considerada clássica (1856-1861). Nossa lista – antes de tudo argumentativa – não ficaria completa sem o suíço Jacob Burckhardt (1818-1897), autor de *A cultura do Renascimento na Itália* (1860), livro atualmente considerado um modelo de história social da arte.

Poderíamos fazer uma lista contrária que demonstrasse o primado da história política na historiografia oitocentista? Sem dúvida! E nela poderíamos incluir diversos autores citados no parágrafo anterior, como Michelet com sua *História da França* (1855-67); Ranke, que se dedicou à história da casa de Brandenburgo desde que se tornou historiador oficial da corte dos Hohenzollern, nos anos 1840; Thomas Carlyle, maior defensor do papel decisivo dos grandes personagens na história (Cromwell, Frederico II da Prússia, Napoleão) e muitos outros.

De todo modo – e esta é a razão desse atalho – a historiografia oitocentista esteve longe de se limitar à história política, ao contrário da visão estereotipada que se lhe impuseram os historiadores do século XX (sobretudo os franceses dos *Annales*). Vista de perto, a historiografia oitocentista parece ter se preocupado, antes de tudo, com a problemática de uma "história das civilizações" (*Civilisation*, na versão francesa, *Kultur*, na versão germânica). Também não se dedicou fundamentalmente às "histórias nacionais", tampouco se limitou à história événementielle, sendo rica na reflexão teórica e metodológica – o que não surpreende, considerada a formação filosófica de boa parte desses historiadores (Martins, 2010).

O prestígio da história política nesse "século da história" foi mais epidérmico do que real, veiculada pelos Estados europeus que, sem dúvida, instrumentalizaram a história para construir as ideologias nacionais. Afinal, o século da *história* e da *ciência* foi também o século dos *nacionalismos* (Hobsbawm, 1998). O que dizer da história militar nesse contexto, uma vez que a guerra perdeu prestígio como tema central dos historiadores? Foi eclipsada, submetida ao estudo da diplomacia e dos debates constitucionais.

Exílio da História militar

Se a história militar já ocupava lugar precário na historiografia do Oitocentos, seja a romântica, seja a historicista, ela ficou ainda mais indigente no século XX: simplesmente banida, aos poucos, da historiografia profissional e acadêmica. Um tremendo paradoxo, sem dúvida, considerando que o século XX foi marcado pelas duas guerras mundiais, pelo incremento da tecnologia militar a níveis extremos, pelo uso da bomba atômica e pelas guerras *quentes* que explodiram em meio à chamada *Guerra Fria*. Como explicar esse divórcio entre as prioridades da historiografia e as evidências de um mundo ameaçado por armas de destruição em massa?

Antes de tudo, o desapreço pelo estudo das guerras no mundo acadêmico – e, por conseguinte, da *velha história militar* – pode ser explicado pelo crescente prestígio do movimento dos *Annales*, desde os anos 1930, e da historiografia de orientação marxista no pós Segunda Guerra Mundial (Paret, 1993, p. 212).

No caso da historiografia francesa, a história militar se reduziu a pó. Os fundadores dos *Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch, desde sempre advogaram a excelência da história social como modelo, valorizando os aspectos socioeconômicos, de um lado, e as "utensilagens mentais", de outro. Nas décadas de 1950-1960, durante a chamada "era bradudeliana", a história dos fatos históricos, inclusive os miltares, foi confinada no que Braudel chamou de história événementielle – história do tempo curto, superficial – em contraste com a história das estruturas, essa sim, a grande história da vida material, do determinismo geográfico e da longa duração. A chamada "terceira geração", por sua vez exilou de vez a história militar, nos anos 1970-1980, ao investir na "história das mentalidades" como campo privilegiado da pesquisa histórica.

Quanto ao marxismo, em nenhuma de suas versões a história militar mereceu atenção, a começar por Marx e Engels, para os quais as guerras não passavam de uma expressão da luta de classes. Os estudos sobre imperialismo inspirados na obra de Lenin aprofundaram essa tendência, em particular a tese de que a Primeira Guerra Mundial foi uma guerra entre potências imperialistas – entendidas como as que sediavam o capitalismo monopolista (a "etapa superior do capitalismo…"). Em Gramsci, o campo da política, embora valorizado, manteve-se circunscrito à reflexão mais geral sobre blocos de poder e construção de hegemonias. No marxismo britânico, Hobsbawm deu contribuição relevante para pensar a política em escala mundial, mas se manteve fiel ao determinismo econômico. E.P. Thompson, que rompeu com o determinismo economicista em favor de um modelo "culturalista" da história, sobrevalorizou, por isso mesmo, as lutas cotidianas da classe operária em formação e seus respectivos significados simbólicos. Em todas essas vertentes (inclusive a thompsoniana), a guerra foi tratada como dimensão *acidental* da história.

A consolidação das estruturas sociais como campo por excelência da pesquisa historiográfica no pós-1945 marginalizou de vez a história militar do mundo acadêmico, para o que também contribuíram, segundo alguns autores, os horrores da Segunda Guerra Mun-

dial. Apesar de tudo, a história militar não desapareceu, ao contrário, alcançou um nível de especialização até então inexistente. Tornou-se um campo de estudos em si mesmo ao se livrar da tutela da história política e abrigou-se nas sessões históricas das Forças Armadas de diversos países. Os historiadores militares, em geral oficiais com experiência de campo, valeram-se de sua *technical expertise* e do controle dos arquivos para construir, por assim dizer, uma segunda versão da *velha história militar*, uma história mais técnica, centrada em temas de logística, estratégia, armamentos e na análise de grandes operações na história das guerras (Mancuso, 2008, p. 3-4).

As Forças Armadas de diversos países (inclusive do Brasil) desenvolveram, nos últimos 50 ou 60 anos, uma estrutura de pesquisa e ensino da história militar altamente especializado, estimulado a formação de historiadores voltados para a análise e interpretação de fatos militares não apenas para o ensino nas escolas de cadetes (o que já constava da tradição das escolas militares), mas também para prestar assessoria aos comandos – a exemplo do "historiador do Estado-Maior", no caso dos Estados Unidos (Sanches, 2010, p. 10).

A especialização da história militar só aumentou a distância entre a pesquisa nesse campo e os historiadores profissionais, desconfiados, não raro com razão, da orientação política dos estudiosos da guerra abrigados nas Forças Armadas. Muitos historiadores interessados em estudar a guerra viram-se em dificuldades tanto no meio acadêmico, onde eram vistos como suspeitos de comprometimento com os militares, quanto no meio militar, onde eram vistos como "amadores" ou "estranhos no ninho".

John Keegan, um dos pioneiros da nova história militar, oferece um belo depoimento a esse respeito, ao contar sobre como decidiu se tornar um historiador militar: "uma decisão temerária, pois havia poucas vagas acadêmicas para essa disciplina", quase todas inseridas nas academias militares. Não obstante, ele enfrentou o desafio e conseguiu ingressar no corpo docente na Real Academia Militar de Sandhurst (Inglaterra). "Tinha 25 anos e não sabia nada sobre o exército" – afirmou – embora fosse um especialista na história das guerras (Keegan, 2006, p. 13).

A nova história militar: temas e objetos

A reticência do mundo acadêmico diante da história militar não vale para o conjunto das ciências humanas. Sociólogos e cientistas políticos estudaram aspectos centrais das Forças Armadas, a exemplo da relação entre elas e as sociedades na qual estavam inseridas, de questões ligadas à identidade social do militar e da polêmica entre opinião pública e as ações militares. Também nesse campo, vale dizer, as ciências sociais saíram na frente dos historiadores.

No campo da história militar, o sociólogo norte-americano Quincy Wright (1890-1970) foi um grande precursor ao publicar *A study of war* em plena Segunda Guerra Mundial (1942). Considerando que o significado da guerra varia conforme o tipo de sociedade e da cultura que as move (ou sofre), Wright elaborou uma tipologia composta de quatro

grupos de causas possíveis: forças materiais, influências racionais, instituições sociais e reações de personalidade (Wright, 2008). Propôs, assim, um modelo aberto e adequado à guerra que flagelava o mundo na década de 1940, mas os historiadores custaram a enxergar o potencial desse modelo.

A nova história militar somente desabrochou a partir dos anos 1980, beneficiando-se, em grande medida, da crise dos paradigmas deterministas. Ela não deixa de ser, em certa medida, mais um derivativo da chamada *nova história* – um rótulo vago, demasiado amplo para definir qualquer campo historiográfico, porém válido ao apontar para a *dêbacle* dos modelos explicativos monocausais que dominaram a historiografia em boa parte do século XX.

Vale prosseguir a apresentação da nova história militar retomando a introdução de Keegan ao seu clássico *Uma história da guerra,* na qualo autor que, no primeiro ano de docência na Real Academia Militar de Sundhurst, em 1960, notou que o pessoal militar não acadêmico era composto de veteranos da Segunda Guerra Mundial. Os mais novos tinham lutado na Coreia ou nas guerras coloniais. Usavam todos uniformes cobertos de fitas de medalhas. Os uniformes também variavam muito, conforme as armas em que serviam. "Aquilo me alertara – prossegue Keegan – para o paradoxo de que os uniformes não eram uniformes… Os regimentos definiam-se sobretudo por sua individualidade. A fidelidade ao regimento era a pedra de toque de suas vidas. Tribalismo – arremata – eis o que havia encontrado" (Keegan, 2006, p. 14-15).

As palavras de Keegan iluminam uma característica original de parte dos estudos da nova história militar, a *antropologização* de diversos temas, ou seja, a busca de diferenças no seio de um mesmo exército; as metamorfoses identitárias dos soldados; as relações entre pelotões em missão com as comunidades em contato; a experiência individual dos combatentes, a dor, o sofrimento, o voluntarismo, a covardia, a esperança na vitória ou na simples sobrevivência. Buscar o *rosto da batalha* passou a ser um dos propósitos da disciplina, em vez de narrá-la pelo alto.

Steven Spielberg expôs, no cinema, essa nova faceta da história militar em seu *O resgate do soldado Ryan* (1998). Não apenas pelo enredo do filme – o resgate de um jovem recruta por ordem do Estado Maior dos Estados Unidos, único sobrevivente dentre quatro irmãos mortos em combate – senão por intermédio da longa sequência inicial sobre o desembarque na Normandia. Filmados em *close* minutos antes do desembarque, alguns soldados vomitam, outros rezam, e todos aguardam a morte certa tão logo fossem abertas as comportas dos anfíbios…

A tendência "antropologizante" da história militar pode ser vista, com nitidez, na recente produção acadêmica desvinculada das instituições militares. As pesquisas não se restringem aos séculos XX e XXI, mas abarcam a história da "guerra viva" em diversas épocas, mesclada com história sociocultural ou socioeconômica, memória, etnicidade, metamorfoses identitárias.

Uma breve recensão bibliográfica poderá ilustrar as possibilidades da nova história militar, a começar pelos autores pioneiros como John Keegan, autor de diversas obras, a exemplo de *The face of battle* (1976), livro clássico em que comparou, do ponto de vista dos soldados, três batalhas de épocas diferentes: a batalha de Azincourt (1415), de Waterloo (1815) e do Somme (1916). A obra foi traduzida para o português e publicada pela Bibliex com o título de *A face da batalha* (2008). Outro livro pioneiro foi o de Paul Fussel, (1975), reconstrução da experiência dos soldados na Grande Guerra com base na memória de seis poetas ingleses que lutaram no front, sendo que ele mesmo, historiador de ofício, foi ex-combatente na Segunda Guerra Mundial.

Passando à década de 1980 e ampliando o escopo temático, Noel Perrin (1981) publicou uma obra dedicada ao estudo da tradição militar dos *samurais*, não obstante o contato do Japão com o Ocidente, no século XVI, e as pressões imperialistas, sobretudo norte-americanas, no século XIX – assunto retratado no filme *O último samurai*, de Edward Zwick (2003). Fred Anderson (1984), por sua vez, publicou uma obra na qual analisa a emergência de uma consciência antibritânica entre os cidadãos de Massachusetts que combateram os franceses e seus aliados indígenas, sob bandeira inglesa, naquela que ficou conhecida como "The French and Indian War" (1756-1763). Anderson reconstrói o esboço de uma consciência patriótica que, se não chegava a ser nacional, exprimia uma identidade regional (embebida pela tradição dos Pais Peregrinos, os fundadores da colônia de Massachusetts no século XVII). Outro livro inovador nessa década foi o de John Dower (1986), obra que analisa a guerra entre os Estados Unidos e o Japão não apenas no campo do conflito entre imperialismos, mas também como um confronto entre duas ideologias tremendamente racistas – a ponto de o autor qualificar a guerra do Pacífico como uma "sangrenta guerra racial". Dower, especialista em história japonesa, mantém-se neutro em face das ideologias em confronto, sem demonstrar simpatia por nenhum dos lados, e ainda discute a intrigante questão de como foi possível a rápida transição de um ódio recíproco e visceral para o estágio de cooperação no imediato pós-guerra.

Alguns historiadores preferiram recuar no tempo, desvendando a história por meio das guerras entre os séculos XV ao XVII. É o caso de J. R. Hale (1986) no livro em que estuda o impacto das "guerras modernas" sobre populações europeias ao longo de 200 anos, isto é, o problema do recrutamento, a formação de bandos com identidade própria no seio da soldadesca, as perturbações na economia, os saques e os impostos. O livro é um modelo para os estudiosos da época moderna, tempo em que a guerra era decidida nas retaguardas, entre saques e violências contra os "civis", mais do que nos campos de batalha.

Da Europa às Américas, Jill Lepore (1999) publicou um livro sobre a famosa guerra liderada por Metacom, chefe dos algonquinos, chamado pelos ingleses de *rei Filipe*, contra os colonos da Nova Inglaterra (1675-1676). O livro conta a história da resistência dos algonquinos ao avanço dos colonos (obrigados a recuar até o litoral atlântico) e descreve as crueldades perpetradas pelos dois lados. Mas concentra o foco na questão identitária,

sugerindo que a *revolta de Metacom* resultou no enrijecimento da fronteira cultural entre os *anglos* e os nativos. Os índios, dali em diante, jamais seriam considerados parte do povo norte-americano – base da cultura "genocida" posta em prática pelos norte-americanos na conquista do Oeste ao longo do século XIX.

Vale terminar esse panorama bibliográfico com dois livros novamente dedicados à Segunda Guerra Mundial, considerando a representatividade deles no campo da nova história militar e, sobretudo, a repercussão que alcançaram, não só editorialmente, mas em outras *midias.*

Em primeiro, *Citizens soldiers*, livro publicado por Stephen Ambrose em 1997, best-seller sobre a luta dos soldados norte-americanos na frente ocidental, com destaque para a batalha de Bulge, nos Países Baixos, quando enfrentaram a última cartada de Hitler para deter a coligação anglo-americana. Não resta dúvida de que Ambrose celebra a bravura dessa resistência – e nisso namora os valores da *velha história militar* (antes havia publicado livros sobre o comandante dos Aliados, Dwight Eisenhower). Mas, em *Citizens soldiers*, a opção de contar a história da batalha a partir de soldados, sargentos e tenentes exprime um aspecto essencial dos estudos socioculturais da nova história militar – uma espécie de história militar "from bellow". O livro foi traduzido para várias línguas, inclusive para o português, recém publicado pela Bibliex com o título de *Soldados e cidadãos* (2010). Ambrose ensaiou o *Citizen soldiers*, em 1992, ao publicar *Band of Brothers*, estudo mais específico sobre a atuação de um regimento norte-americano na batalha de Bulge, base da minissérie homônima coproduzida por Tom Hanks e Seteven Spielberg (2001). Ambrose é um expoente da nova história militar, embora tenha militado por longo tempo na *velha*. Historiador e professor universitário, foi nada menos do que o principal consultor de *O resgate do soldado Ryan*, de Spielberg.

O segundo livro é o de Bryan Mark Rigg (2003), jovem historiador norte-americano, autor de um livro que aborda nada mais, nada menos que o engajamento de alemães com alguma origem judaica no exército do III Reich. Eram meio-judeus, um quarto de judeus, boa parte deles nem conhecia direito suas origens judaicas até pesquisarem nos arquivos sinagogais alemães (atendendo a campanha nazista cujo lema era "Procure a sua avó judia!). Na maioria dos casos, eram *judeus não judeus* (como diria Jean-Paul-Sartre dos judeus franceses): não frequentavam a sinagoga, não possuíam educação judaica e, na verdade, muitos eram oficialmente cristãos. Só se "descobriram" judeus, do ponto de vista *racial*, em razão da política *arianista* do nazismo. Rigg estuda o drama de consciência desses homens, suas tentativas de obter um *certificado de arianização*, a vontade de muitos de servir em armas ao Reich alemão. O livro é um exemplo perfeito de uma nova história militar preocupada com as metamoforses identitárias de uma minoria incerta (*mischlinge*, mestiços): viam-se como alemães, mas eram vistos pelo Estado como quase judeus, e muitos foram condecorados por atos de bravura na guerra.

A recensão bibliográfica que temos feito sugere que a nova história militar constitui, em ampla medida, uma contribuição da historiografia britânica e norte-americana à renovação dos estudos históricos. Mas se trata, nesse caso, da historiografia acadêmica – que superou os constrangimentos que pesavam sobre os estudos militares no meio universitário, o que não quer dizer que a historiografia abrigada nas instituições militares não tenha sido tocada pelos ventos da nova história militar. Bastaria, por exemplo, consultar o catálogo do *U. S. Army Center of Military History*, em especial os títulos publicados nos últimos vinte anos (disponível em http://www.history.army.mil/catalog/index.html). No entanto, ainda predominam ali os estudos com forte dose de *technical expertise*, voltados para as grandes operações militares dos Estados Unidos, isto é, as duas guerras mundiais do século XX, a guerra da Coreia e do Vietnã, a guerra do Golfo, a invasão do Afganistão e a recente invasão do Iraque. Um estudo mais detalhado desse catálogo daria, aliás, em excelente artigo sobre a historiografia da nova história militar em ambiente institucional.

No Brasil a nova história militar apenas ensaia os primeiros passos. A obra de Ricardo Salles sobre a guerra do Paraguai foi, talvez, o marco inaugural dessa nova história no Brasil (sem prejuízo dos estudos de diversos cientistas políticos e sociólogos sobre identidade dos militares brasileiros, seu papel na nossa história etc.) A grande referência atual é a obra organizada por Celso Castro (et al.), *Nova história militar brasileira* (2004), abordando desde o período colonial até a atualidade.

A nova história militar: abordagens e conceitos

A nova história militar não apenas apresenta novos objetos para o seu campo de estudos, aproximando-a da história sociocultural e da história socioeconômica, como também vem desenvolvendo novas abordagens investigativas, com a introdução desses novos objetos e, até mesmo, ao focalizar os temas clássicos estudados pelas gerações anteriores de historiadores.

Dentre os temas clássicos revisitados pela nova história militar estão a periodização das guerras mundiais e a inserção da história da guerra na história das relações internacionais. O primeiro deles vem sendo debatido pelos historiadores socioeconômicos a partir de diferentes referenciais de abordagem, mas sempre preocupados com questões relevantes que emergem de seus debates acerca da formação do mercado mundial a partir do século XVI e da mundialização ou globalização econômica.

Esses debates têm trazido, efetivamente, a necessidade de se repensar a periodização das guerras mundiais não no que se relaciona a sua duração, mas a uma perspectiva de análise de não se restringir os conflitos bélicos de dimensão global ou mundial às duas grandes guerras travadas no século XX (a de 1914-1918 e a de 1939-1945). Os conflitos ou guerras de dimensão mundial devem ser entendidos a partir do processo da expansão comercial europeia que, ao proporcionar o contato direto dos europeus com povos africanos e asiáticos, bem como a colonização do continente americano, resultou naquilo que o

historiador mexicano Leopoldo Zea chamou início de um processo de "*universalização da história*", com o fim das histórias estritamente "locais" ou "regionais" (Zea, 1991, p. 5-6). Evidentemente, devemos entender o significado dessa preocupação do historiador mexicano não no sentido de uma "universalização" absoluta, mas naquilo que se relaciona a uma articulação de diversas regiões do planeta a uma rede mercantil global ou mundial, que se constituiu gradativamente, a partir do século XVI, originando a formação de amplos sistemas de colonização ou impérios coloniais controlados pelas potências emergentes europeias (originalmente Portugal e Espanha, e, posteriormente, Holanda, França e Grã-Bretanha).

Assim, as potências europeias começaram a travar uma violenta disputa por mercados e territórios, que foi intensificada pela Revolução Industrial e pela consolidação (em escala mundial) do sistema capitalista no século XIX. Portanto, toda e qualquer guerra travada pelas grandes potências a partir do século XVI, teve um forte impacto sobre o mercado mundial, afetando a vida de populações em diversos continentes, o que nos leva a repensar a ideia de que somente no século XX aconteceram conflitos de dimensão mundial ou global. Seguindo essa lógica, deveríamos considerar que conflitos bélicos, tais como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714), a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e as Guerras Napoleônicas (1803-1815) tiveram dimensões globais ou mundiais e não se restringiram apenas às disputas intraeuropeias.

Embora esses quatro conflitos tenham se dado em uma escala tecnológica que muitos especialistas consideram "inferior" à das duas grandes guerras do século XX, pode-se dizer que eles foram conflitos armados de grandes proporções, em que as grandes potências europeias buscaram o controle ou a hegemonia comercial e territorial, de enorme impacto sobre o desenvolvimento de diversos povos e regiões do planeta. Assim, a Guerra dos Trinta Anos, a Guerra da Sucessão Espanhola, a Guerras dos Sete Anos e as Guerras Napoleônicas poderiam ser vistas, respectivamente, como a Primeira, Segunda, Terceira e Quartas Guerras Mundiais, considerando-se as duas travadas no século XX, consequentemente, como a Quinta e Sexta Guerras Mundiais. (Soares, 2010, p. 16-18).

Com relação à inserção da história da guerra na história das relações internacionais, pode-se dizer que este último campo de reflexão hoje está situado muito além das perspectivas tradicionais de história política ou história diplomática que procuravam focalizar os embates e conflitos que se davam no concerto das nações e a trajetória dos grandes homens que eram responsáveis pelas táticas e estratégias de guerra ou ações diplomáticas. A história das relações internacionais caracteriza-se atualmente por uma grande complexidade de temas e abordagens que assumem, cada vez mais, um caráter inter ou multidisciplinar, associando-se a diversos campos da própria história e das ciências sociais (ciência política, economia, sociologia), além do direito internacional e da filosofia.

Desse modo, pensar as relações internacionais historicamente implica não somente um exercício de reflexão sobre temas bastante multifacetados, em função da sua complexidade constitutiva e processual, mas também significa que entendê-los, analítica e interpreta-

tivamente, pressupõe a utilização de abordagens bastante variadas que se originam em uma perspectiva de síntese entre diversas formulações de natureza teórica advindas das diversas ciências sociais, do direito internacional e da filosofia. Consequentemente, a inserção da problematização da guerra no âmbito da história das relações internacionais aponta para o reconhecimento de uma perspectiva de investigação que, na sua base, articula-se a uma reflexão intelectual inter ou multidisciplinar, contribuindo assim para a ampla renovação da história militar.

Por outro lado, não devemos nos esquecer de que importantes acontecimentos e processos históricos contemporâneos estiveram e estão na base dessa renovação da história militar e da sua abertura de espaços para a introdução de novas problemáticas conceituais, entre as quais podemos citar, por exemplo, os conceitos de "guerra sem fronteiras", "guerra assimétrica" e "terrorismo de estado".

O primeiro deles foi desenvolvido pelos estudiosos da guerra a partir dos ataques aos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, realizados pelo grupo terrorista Al-Qaeda, chefiado por Osama bin Laden. Esses ataques (com grandes aviões comerciais sequestrados) foram direcionados para as "Torres Gêmeas" do *World Trade Center*, em Nova York, e para o prédio do Pentágono, em Washington, atingindo diretamente os centros do poder financeiro e político-militar dos Estados Unidos. Outro avião sequestrado pelo grupo terrorista se dirigia provavelmente para a Casa Branca, quando caiu numa área campestre da Pensilvânia, segundo a versão oficial, em virtude da resistência dos passageiros e tripulantes aos sequestradores.

Posteriormente, o governo do Presidente George W. Bush declarou uma "cruzada internacional" contra o terrorismo, naquele momento representado pela Al-Qaeda e outros grupos islâmicos a ela associados, obtendo franca simpatia de governos de diversos países europeus, da China, da Índia e da Rússia. Tão logo os Estados Unidos formaram uma coalizão de países aliados, atacaram o Afeganistão e o governo islâmico-fundamentalista do grupo Talibã, que dava abrigo ao chefe máximo da Al-Qaeda, a seus principais colaboradores e a muitos dispositivos desse grupo terrorista. A derrota dos Talibãs se deu rapidamente, e os Estados Unidos colocaram no poder novos dirigentes mais aliados à política de Washington, que ainda hoje se mantêm no poder. Embora mais recentemente os Estados Unidos tenham conseguido assassinar Osama bin Laden em seu esconderijo de Abotabad, no Paquistão, a guerra contra os Talibãs e a Al-Qaeda ainda não chegou ao seu final, uma vez que esses grupos têm apresentado grande resistência.

Posteriormente, o governo George W. Bush alegou que o Iraque, do ditador Saddam Hussein, estava envolvido com atividades terroristas e desenvolvia armas de destruição em massa, procurando apresentar "provas irrefutáveis" dessas alegações, que foram consideradas inconsistentes pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Nestsas acusações, os norte-americanos foram seguidos pelo governo da Grã-Bretanha, chefiado por Tony Blair, e, apesar da contrariedade manifestada por grande parte da comunidade

internacional, atacaram o Iraque em março de 2003, iniciando uma guerra que teve a participação de forças aliadas britânicas, italianas, espanholas, polonesas etc. Os reais interesses norte-americanos, e de seus incondicionais aliados britânicos, nessa Segunda Guerra do Iraque foram imediatamente revelados e se vinculavam às possibilidades de controle da segunda maior reserva de petróleo do mundo e à reconstrução da infraestrutura iraquiana, parcialmente destruída já na Primeira Guerra (1991) e, agora, completamente destruída pelos bombardeios aliados.

Saddam Hussein foi deposto e, depois, capturado e condenado à morte, mas os Estados Unidos e seus aliados tiveram de enfrentar uma forte resistência de grupos iraquianos contrários à ocupação estrangeira, generalizando-se também uma situação de guerra civil entre os diversos segmentos político-religiosos do país, na qual a própria Al-Qaeda (antes inexistente no Iraque) também veio participar, utilizando seus métodos terroristas de grande impacto. Apesar do anúncio da retirada das tropas norte-americanas do Iraque, feito pelo atual presidente Barack Obama, parece que essa Segunda Guerra do Iraque está longe de terminar, o que implica, consequentemente, que a paz também está longe de reinar nesse país.

A Al-Qaeda ainda realizaria uma série de ações terroristas em cidades europeias, como os ataques de 11 de março de 2004 em Madri, capital espanhola, e 7 de julho de 2005 em Londres, capital britânica, além de ataques e tentativas malsucedidas em outros países. Mas o que mais chama atenção na guerra travada pelos Estados Unidos e seus aliados contra o grupo terrorista Al-Qaeda é que essa é uma "guerra sem fronteiras", nos seus mais amplos sentidos conceituais, primeiramente porque os Estados Unidos não declararam guerra a um "estado nacional" estabelecido, com um território definido, mas sim a um grupo terrorista que atua em rede, que possui células fragmentadas e com um grande grau de independência, que se estruturou de forma horizontalizada, sem uma rígida hierarquia, e se espalhou invisivelmente por muitos países. Um segundo sentido conceitual se relaciona ao fato de que a Al-Qaeda também não procura desenvolver uma guerra territorializada contra os Estados Unidos e seus aliados. Obviamente, seus ataques se dão, de forma coordenada e imprevisível, contra alvos civis ou militares inimigos em cidades ou em alguns pontos de um território definido, mas esses ataques são pontuais e, se não forem ações de grupos ou indivíduos suicidas (como foram as de 11 de setembro e de Londres e Madri), seus perpetradores procuram se retirar de cena e não deixar nenhum vestígio da sua presença. Mesmo no Iraque, onde um braço da Al-Qaeda passou a atuar, seus atos terroristas apresentam as mesmas características descritas anteriormente. Assim, essa guerra desterritorializada assume a característica de uma "guerra de movimento" em toda a sua plenitude.

É importante assinalar que algumas formas de atuação terrorista ou os métodos de organização da Al-Qaeda foram copiados por grupos ou organizações políticas islâmicas que desenvolvem resistência a poderes constituídos em diversas partes do mundo. Algumas

delas se declararam aliadas da Al-Qaeda, como o grupo separatista Abu Sayaf (que luta pelo estabelecimento de um estado independente no Sul das Filipinas), ou se juntaram a ela, como os diversos grupos Salafistas do Norte da África, que se fundiram e passaram a se chamar Al-Qaeda no Magreb. (Silva, 2010, p. 121)

Talvez na Guerra do Afeganistão as ações dessa rede terrorista, em aliança com os Talibãs, tenha adquirido uma certa territorialidade em função das suas próprias necessidades estratégicas para enfrentar os pesados ataques norte-americanos. Entretanto, essa territorialidade apresenta uma característica de "guerra irregular" tradicional pelo fato de que as ações de resistência da rede e de seus aliados tenham se transformado em ações típicas de guerrilha, que podem combinar a "guerra de movimento" com a "guerra de posições", com objetivo de recuperar o território e cidades dos quais foram desalojados.

Associado à ideia de "guerra sem fronteiras", também podemos ver o surgimento do conceito de "guerra assimétrica". Esse tipo de guerra não deixa de se caracterizar como uma "guerra irregular", mas, ao contrário da forma tradicional representada pela guerrilha, ele apresenta maior flexibilidade e um caráter de guerra de desgaste e desmoralização do inimigo, visando muito mais à vitória no campo político do que no militar. De acordo com Darc Costa, a "guerra assimétrica" é constituída pelas seguintes características ou "assimetrias": "assimetria do poder econômico e financeiro, muitos recursos *versus* poucos; assimetria de capacidade bélica, relativa e absoluta; assimetria de estruturação organizacional, hierarquia *versus* rede", além da "assimetria de objetivação, número quase infinito de alvos *versus* poucos para o adversário; assimetria de resultados, indiferença de resultados no curto e médio prazos contra a necessidade de resultados expressivos do adversário no curto prazo; e assimetria comportamental, não sujeita a regra alguma, inclusive admitindo o suicídio na ação *versus* o adversário que está sempre preso a regras e convenções". (Costa, 2004, p. 425-426)

Desse modo, a "guerra sem fronteiras" que os Estados Unidos e seus aliados desenvolvem contra a Al-Qaeda e outros grupos terroristas também se caracteriza como uma "guerra assimétrica", sendo essa modalidade de guerra um desdobramento daquela primeira, mas que, na realidade, acabam por se confundir.

O conceito de "terrorismo de Estado" também emergiu com mais força a partir das guerras norte-americanas mais recentes e tem sido utilizado nos mais amplos sentidos, referindo-se a realidades e processos históricos diferenciados do tempo presente, mas seu uso também tem se dado na tentativa de entendimento de ações e práticas violentas dos regimes autoritários ou totalitários do século XX, o que evidentemente revela que os estudiosos do tema e os agentes políticos mundiais não chegaram a desenvolver uma referência conceitual mais consensual acerca do "terrorismo de estado" e que o entendimento desse fenômeno ainda passa por clivagens político-ideológicas bem diferenciadas. Assim, como no entendimento do conceito de terrorismo convencional, o que é "terrorismo de Estado" para certas formulações político-ideológicas pode não ser para outras.

Muitos setores de esquerda, que têm uma visão crítica e contestatória da política planetária hegemonista dos Estados Unidos, afirmam que as ações norte-americanas, na guerra ao terrorismo e nas guerras do Afeganistão e do Iraque, têm se caracterizado por um constante "terrorismo de Estado", sobretudo nesses dois países, com a utilização de métodos que procuram introduzir o medo em suas populações com o objetivo de realização plena dos interesses norte-americanos. Entre esses métodos amedrontadores, são também destacados os frequentes bombardeios da aviação norte-americana que atingiram diversas cidades do Iraque e os intensos bombardeios realizados atualmente por aviões não tripulados nas regiões tribais do Afeganistão. Estão arroladas ainda ao conjunto de "práticas ilegítimas" e às ações terroristas dos Estados Unidos as torturas e humilhações cometidas por soldados norte-americanos contra os presos de Abu Ghraib (no Iraque) e Guantánamo (em Cuba), que, apesar das acusações que lhes foram imputadas, não tinham, em sua grande maioria, relações com a Al-Qaeda e o terrorismo. Até mesmo o recente ataque à casa que servia de esconderijo para Osama Bin-Laden, em Abotabad, no Paquistão, que resultou na morte do líder da Al-Qaeda, está incluído entre as práticas de "terrorismo de Estado" desenvolvidas pelos Estados Unidos, pela forma violenta e unilateral em que foi planejada a ação do comando especial da marinha norte-americana, passando por cima das autoridades paquistanesas.

Obviamente, governantes e políticos dos Estados Unidos e dos países aliados, além de estudiosos e profissionais da mídia que estão em um campo ideológico de defesa das posições oficiais norte-americanas, não estendem que as ações militares da maior potência mundial (principalmente durante o governo Bush) se configurariam como "terrorismo de estado". Estas seriam "ações legítimas" na grande cruzada contra a Al-Qaeda e seus aliados, estes, sim, grupos terroristas, pois defendem que as ações terroristas são somente aquelas perpetradas por grupos ou indivíduos e não se relacionam com a esfera do Estado.

Grande parte das ações dos governos de Israel contra os palestinos também tem sido vistas como "terrorismo de estado". Da mesma maneira que os Estados Unidos, Israel alega que utiliza ação militar enérgica para combater ou revidar os atos terroristas dos grupos palestinos, hoje praticamente efetuados pelos militantes do grupo Hamas, que controla a Faixa de Gaza. Mas, na prática, Israel vem utilizando de modo desproporcional do seu poderio militar para tentar submeter tanto a população da Faixa de Gaza, como a da Cisjordania, controlada pelo grupo Al-Fatah, que tem uma postura maior de diálogo com os israelenses e ainda aposta em uma solução negociada para a criação de um estado palestino.

A recente "Primavera Árabe" também tem trazido um novo entendimento para o conceito de "terrorismo de estado" associado aos regimes autoritários ou totalitários dos diversos países árabes do Norte da África e do Oriente Médio (Tunísia, Líbia, Egito, Bahrein, Iémen, Síria), que enfrentaram, ou ainda enfrentam, revoltas e protestos da sua população. Esses regimes (em sua maioria longas ditaduras personalistas) estavam ou ainda estão utili-

zando indiscriminada e sistematicamente métodos de tortura, perseguição e prisão em massa, forte censura de imprensa e opinião, massacre de grupos opositores etc., com objetivo de intimidá-los e garantir sua continuidade no poder. Embora sem enfrentar, no momento, as mesmas turbulências que os países anteriormente mencionados vêm enfrentando, a Arábia Saudita e o Marrocos são outros dois países árabes cujos regimes são associados às práticas do "terrorismo de Estado"; e não podíamos nos esquecer do Irã, dominado por um intransigente regime teocrático xiita que se coloca como um dos principais opositores dos Estados Unidos e de Israel, na cena política internacional.

O conceito de "terrorismo de Estado" vem sendo utilizado também para a caracterização das ações e práticas das ditaduras militares e civis latino-americanas entre os anos 1960 e 1980, sobretudo no Chile, na Argentina, no Brasil, no Uruguai, na Paraguai e na Nicarágua. Os regimes militares desses países, marcados por um profundo anticomunismo e uma estreita aliança com os Estados Unidos, desenvolveram violentos aparatos repressivos para conter as oposições mais legalistas ou os grupos armados de esquerda. Os aparatos repressivos dessas ditaduras recorriam sistematicamente a massacres, sequestros, assassinatos, torturas etc., como forma de intimidar não somente as oposições organizadas, mas o conjunto da população desses países, utilizando, por outro lado, o recurso da propaganda para garantir um certo nível de apoio e legitimidade.

Não devemos nos esquecer de que o conceito de "terrorismo de Estado" pode ser ainda aplicado tanto às ações e práticas dos países com regimes nazi-fascistas, no século XX, como a Itália mussolinista, a Alemanha hitlerista, a Espanha franquista e o Portugal salazarista, como também aos países com regimes comunistas, cujos exemplos mais notórios foram a União Soviética (na época stalinista) e a China (na época maoísta), além de outros exemplos de menor expressão, mas de igual nível de violência. Os regimes racistas estabelecidos na África do Sul e na antiga Rodésia do Sul (depois Zimbábue), no pós-independência, também desenvolveram ações e práticas de "terrorismo de estado" para sustentar a rígida segregação racial que excluía a grande maioria negra da população e garantia direitos sociais e políticos apenas para a minoria branca.

Indicamos, assim, uma variedade de situações em que o conceito de "terrorismo de Estado" pode ser utilizado e, embora preso às clivagens político-ideológicas, acreditamos que é possível estabelecer um núcleo comum de elementos para uma melhor explicitação desse conceito: o "terrorismo de Estado" é um conjunto de ações e práticas organizadas pelos estados nacionais constituídos (sejam eles regimes autoritários ou totalitários, ou ainda potências com projetos de hegemonia regional ou mundial), com o objetivo de combater as oposições, resistências ou dissidências com base na violência generalizada e sistemática, que inclui massacres, prisões, sequestros, assassinatos, torturas etc., intimidando não apenas seus oponentes mais diretos, mas também o conjunto de suas populações.

Referências

AMBROSE, Stephen. *Soldados cidadãos. Do desembarque do exército americano nas praias da Normandia à Batalha das Ardenas e à rendição da Alemanha. 7 de junho de 1944 a 7 de maio de 1945.* Rio de Janeiro: Bibliex, 2010.

ANDERSON, Fred. *A people's army: Massachusetts soldiers and society in the Seven Years' War*. Chapell Hill: The University of North Carolina Press, 1984.

CASTRO, Celso et al. (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CLAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Uma introdução à historiografia*. Bauru: EDUSC, 2003.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra: a arte da estratégia.* São Paulo: Tahyu, 2005.

COSTA, Darc. Guerras assimétricas. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.) – *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.* Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2004.

DOWER, John. *War without ,mercy: race and power in the Pacific War*. Nova York: Pantheon, 1986.

FUSSEL, Paul. *The great war and modern memory.* Oxford: Oxford University Press, 1975.

HALE, J. H. *War and society in Renaissance Europe, 1450-1620*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LEPORE, Jill. *The name of war: King Philip's war and the origins of american identity.* Londres: Vintage, 1999.

MANCUSO, Amanda P. A História militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural. *Revista História em Reflexão* (eletrônica). Dourados (UFGD), vol. 2, n.4, jul/dez 2008, p. 1-22,

MARTINS, Estevão (org). *A história pensada: teoria e método na historiografia oitocentista.* São Paulo: Contexto, 2010.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KEEGAN, John. *A face da batalha.* Rio de Janeiro: Bibliex, 2008.

PARET, Peter. The history of war and the new military history. In: *Understanding war: essays on Clausewitz and the History of military power*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PERRIN, Noel. *Giving up the gun: Japan's reversion to the sword, 1543-1879* Boston: David R. Godine, 1981.

SANCHES, Marcos Guimarães. A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. *Revista Brasileira de História Militar*. n. 1, 2010, p. 1-13.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Lições de guerra: o Iraque e o terrorismo na era da assimetria global. In: SOARES, Luiz Carlos; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Reflexões sobre a guerra.* Rio de Janeiro, FAPERJ – Editora 7 Letras, 2010.

SOARES, Luiz Carlos. A guerra capitalista permanente. In: SOARES, Luiz Carlos; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Reflexões sobre a guerra.* Rio de Janeiro, FAPERJ – Editora 7 Letras, 2010.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SUN TZU. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

ZEA, Leopoldo. El descubrimiento de la América y la universalización de la história. In: _____ (Org.). *El descubrimiento de América y su impacto em la história.* México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

Capítulo 7

História e cultura material[1]

Marcelo Rede

Entre a história e a cultura material, as relações oscilaram da precariedade à rejeição; o divórcio é antigo, profundo e difícil de superar, e a constatação tem ao menos um duplo sentido. Em geral, os historiadores desprezaram ou falharam em considerar adequadamente as articulações entre a vida social e a materialidade, e, apesar de sua grande diversidade, raramente as teorias acerca da experiência histórica reconheceram a importância da dimensão material da existência humana. Em segundo lugar, a historiografia foi tímida ou totalmente inapta em incorporar as fontes materiais ao seu processo de geração de conhecimento. De berço e por vocação sedimentada, optou por privilegiar as fontes escritas de toda espécie, conferindo à cultura material, no melhor dos casos, um papel ilustrativo ou de corroboração. Além disso, vale acrescentar que, no sentido inverso, a situação não é melhor, visto que, em muitos domínios – na arqueologia e na história da arte, também na antropologia e nos estudos da tecnologia, entre outros – as análises centradas na cultura material debruçaram-se excessiva ou exclusivamente sobre os atributos físicos dos objetos, suas características técnicas ou plásticas, marginalizando dimensões fundamentais caras à abordagem historiográfica, como o contexto social e a dinâmica temporal. Os resultados foram, por vezes, muito precisos quanto a formas e estilos, matérias e técnicas, tipologias e seriações, mas frequentemente decepcionantes para se entender historicamente as sociedades.

Os problemas situam-se, assim, tanto no nível ontológico da consideração sobre a natureza das sociedades, como no nível epistemológico das condições de construção de um saber histórico sobre elas. Ambas as deficiências estão intimamente ligadas, e enfrentá-las implica um esforço duplo: a reconsideração das noções acerca da materialidade do social e, igualmente, a proposição de abordagens que permitam a definitiva integração da cultura material na operação heurística da historiografia.

1 Gostaria de reconhecer minha enorme dívida com Ulpiano Bezerra de Meneses, pioneiro dos estudos de cultura material entre nós. Sem seus ensinamentos, suas orientações de leitura e suas próprias reflexões, este texto não teria sido escrito.

Nas ciências humanas, muitas foram as tentativas que, com maior ou menor sucesso, procuraram mobilizar as realidades físicas (dos artefatos às paisagens; dos corpos às estruturas urbanas) para a produção de conhecimento. Significativamente, os principais esforços deram-se à margem da historiografia, e essas trajetórias múltiplas, em que é possível reconhecer linhagens evolutivas, rupturas e contribuições mais ou menos avulsas, serão objeto de nossa primeira parte; em seguida, trataremos de refletir sobre as possibilidades de uma abordagem apta a resgatar da penumbra a incontornável materialidade em que se lastreia a organização das sociedades; e, por fim, apontaremos algumas condições necessárias ao uso da cultura material como fonte histórica.

A cultura material nas ciências humanas: abordagens e tendências

Sem desconsiderar os precedentes que indicam um interesse pontual ou preparam o terreno para o que viria em seguida (cf. Schnapp, 1993), pode-se dizer que o século XIX viu emergir uma noção mais formalizada de cultura material, entendida como um amplo segmento de realidades físicas definidas por sua inserção na atividade humana. Desde logo, portanto, a natureza cultural da ação do homem impunha-se como critério fundamental, que servia, inclusive, para distinguir, no infinito campo das coisas materiais, os elementos a serem considerados propriamente parte da experiência social e, consequentemente, foco da atenção do estudioso. Do ponto de vista deste, a cultura material era, principalmente, toda sorte de matéria processada pelo homem e que lhe podia fornecer informação sobre a evolução cultural, e foi esse o espírito que marcou as primeiras definições de artefato na arqueologia ou na antropologia. Do mesmo modo, a ênfase na aplicação da técnica sobre a matéria forneceu as bases para a abordagem evolutiva que fez da narrativa da trajetória das sociedades uma sucessão ascendente de estágios tecnológicos, tendo como exemplo precoce e representativo o modelo das três idades – Pedra, Bronze e Ferro – formulado por volta de 1850.

Por sua própria situação histórica, o século XIX foi marcado por uma aguçada sensibilidade com relação aos ingredientes materiais da trajetória social (o que foi válido, igualmente, para a vida biológica da espécie, como mostram os primeiros passos da teoria da evolução, com Darwin e outros). Por um lado, a Revolução Industrial confrontou parte da Europa com um inédito volume de bens, caracterizados por serem produtos mercantis e levarem consigo as marcas de um fabuloso processo tecnológico, por circularem em um mercado em consolidação interna e expansão em escala mundial, por serem parte de um circuito de descarte, substituição e superação pela inovação nunca antes conhecido em tal velocidade, por representarem, enfim, a materialização de um ideal de progresso socialmente valorizado. É difícil pensar as primeiras reflexões sobre esse novo mundo, inclusive as de Marx, sem o impacto, e eventualmente o mal estar, gerado pelo espetáculo de produção, circulação e consumo que o homem oitocentista tinha diante dos olhos. Por outro lado,

a colonização pôs os europeus em contínuo contato com populações distantes, sobretudo africanas, asiáticas e da Oceania. À antropologia emergente, que acompanhou de perto e fez parte do processo de expansão, coube o esforço intelectual de inserir tais sociedades, vistas como "primitivas", em uma linhagem evolutiva que tendia a ser universalizante e situava a Europa no cume civilizacional. O grande fluxo de objetos – machados, canoas, totens, vasilhas, colares, arcos, plumagens etc. –, que formou e enriqueceu as coleções das metrópoles, serviu de base material às interpretações dos estudiosos, uma vez que esses objetos tornavam-se decisivamente dados acerca das formações sociais e de seu posicionamento em uma escala considerada científica, bem como ofereciam as provas palpáveis de muitas das proposições correntes na teoria cultural contemporânea, de Henry Lewis Morgan a Edward Tylor.

O ganho de potencial explicativo dos objetos é, aliás, notório. Nos séculos anteriores, os gabinetes de curiosidades haviam sido regidos pela busca do extraordinário, do que se afastava das categorias convencionais pela forma exótica, pela singularidade, pela distância com relação ao mundo "normal". Diferentemente, nas coleções etnográficas do século XIX, impera a lógica da taxonomia, o estabelecimento de padrões que permitiriam conferir concretude às ideias sobre a organização social dos povos sob observação dos estudiosos europeus. Um veemente cientificismo orientou todo o esforço e fez buscar inspiração nas ciências naturais, já bem avançadas em termos de critérios de verificabilidade do saber, e uma das consequências institucionais dessa lógica foi o fato de as coleções etnográficas serem abrigadas nos museus de história natural. Foi assim que as estratigrafias da geologia, as mutações dos fósseis na biologia ou os estudos estilísticos da tecnologia, por exemplo, ofereceram os princípios ordenadores das coleções etnográficas, das escavações arqueológicas, dos estudos da "arte primitiva" e, mais geralmente, das ciências humanas (Buchli, 2004a, p. 180; Hicks, 2010, p. 30-ss.).

O colecionismo etnográfico que marcou a formação da antropologia não perdurou, pelo menos não como norteador da nova disciplina. Há, aqui, uma primeira cisão importante, que já se verificara na historiografia: nesta, a eleição das sociedades dotadas de escrita como zona de interesse e, consequentemente, a afirmação do *status* privilegiado do documento escrito, prolongavam uma herança secular proveniente da exegese bíblica e da erudição dos estudos textuais greco-latinos. Uma divisão do trabalho impôs-se, fazendo as sociedades sem escrita migrarem para a órbita dos arqueólogos e dos pré-historiadores. Na antropologia, a tendência inicial – que teve em Pitt Rivers um marco, visto que seus trabalhos foram intensamente lastreados nos estudos empíricos dos objetos e sua coleção etnográfica tornou-se um museu homônimo, na Universidade de Oxford, em 1884 – cedeu lugar à era de monografias sobre a organização social dos agrupamentos humanos. O estudo dos objetos foi paulatinamente marginalizado e circunscreveu-se ao universo dos museus, no qual perseverou a lógica da coleta, da classificação e de análises cujo escopo eram os próprios artefatos, os quais não deixaram, aliás, de cumprir, nas exposições, sua função de

tornar visível e tangível o espetáculo programático em que a Europa e, na sequência, os Estados Unidos reforçavam a superioridade de sua identidade civilizada, herdeira direta de algumas grandes civilizações de outrora, como os gregos e os romanos, em oposição a povos que, no passado ou no presente, situavam-se em escala inferior ou nas bordas da linha dominante do progresso. Do mesmo modo, o campo do folclore foi, durante grande parte do século XX, um refúgio de estudos da cultura material, sobretudo das camadas populares, cuja pretensão só raramente ultrapassou os limites das propriedades empíricas para investir, em uma perspectiva historicamente empobrecedora, nas formas de vida cotidiana.

Nas décadas iniciais do século XX, as obras de Bronislaw Malinowski, Alfred Radcliffe-Brown, Franz Boas e de grande parte da antropologia anglo-saxônica privilegiaram o trabalho de campo e consagraram temáticas como as formas religiosas ou rituais, as trocas econômicas ou simbólicas, a organização institucional, sem falar no mito e no parentesco, que se imporiam rapidamente como problemas condutores da disciplina. O deslocamento foi amplo e coincidiu, *grosso modo*, com a passagem de uma perspectiva difusionista (em que a identificação da origem e o acompanhamento da migração das técnicas a partir da análise dos objetos eram centrais) para a abordagem funcionalista (que enfatizou os comportamentos sociais captados pela "observação participante", sem grande intermediação dos documentos materiais). Se acrescentarmos que, nos passos subsequentes, a grande influência da antropologia francesa de Émile Durkheim e de Marcel Mauss impôs uma concepção de "fato social" amplamente abstrata, institucional e relacional, além de priorizar uma abordagem mais conceitual, entenderemos por que, durante a primeira metade do século XX, a cultura material permaneceu à margem das vias predominantes nas ciências sociais.

Como era de se esperar, as coisas materiais permaneceram no centro da arqueologia. A situação foi, contudo, bem variada. Uma vertente tradicional dominante prolongava a visão centrada nos objetos, e sua contribuição maior foi estabelecer – com grande rigor, diga-se de passagem – as relações entre os materiais arqueológicos e os perfis culturais a que pertenciam, afinando a cronologia e a distribuição espacial dos achados. Tratava-se, contudo, de uma arqueologia pouco afeita à interpretação do sistema social e de suas mutações, mas houve, porém, esforços alternativos, por exemplo: as décadas de 1930 e 1940 viram o aparecimento das teorias de Vere Gordon Childe sobre as "revoluções agrícola e urbana", que mobilizavam o evolucionismo e o difusionismo, sob forte influência marxista, para explicar o processo de transição do neolítico e o aparecimento das sociedades complexas no antigo Oriente Próximo. É, sem dúvida, o exemplo maior de um esforço analítico a partir da cultura material, mas não foi essa, todavia, a regra.

É contra o que considerava como acomodação descritiva e classificatória que a chamada *New Archaeology* se insurge nos anos 1960. Para os novos arqueólogos, a equação entre tipologias de objetos e culturas ou "povos" parecia simplista e insuficiente, e a ambição ampliava-se no sentido de considerar a arqueologia não apenas uma técnica de obtenção de informações, mas uma verdadeira ciência social, cujos esforços deveriam explicar os processos de trans-

formação das sociedades: daí a designação arqueologia processual. Uma especial atenção foi dada às articulações do grupo com o meio ambiente e ao papel da cultura, inclusive a material, como mecanismo de adaptação. Lewis R. Binford, o patrono da nova escola, em um artigo de 1962, intitulado "*Archaeology as anthropology*", já enunciava a íntima relação entre os dois campos: era na antropologia (particularmente, em uma antropologia cultural nos moldes de Leslie White) que os arqueólogos deveriam buscar as ferramentas teóricas para explicar, para além do registro material do sítio, o funcionamento dos agrupamentos humanos, a fim de entender como e por que os comportamentos culturalmente moldados dos agentes eram o que eram (Watson; Leblanc; Redman, 1971).

O advento da *New Archaeology* teve o efeito de uma estrondosa mudança de paradigma, potencializada pelo forte caráter panfletário de seus proponentes, e provocou reações à altura do impacto, tanto favoráveis como críticas. Para os dois polos da equação que nos interessa aqui – a cultura material e a história –, limitemo-nos a apontar algumas implicações. A primeira delas talvez seja um ganho positivo e praticamente inédito no que diz respeito à formação do próprio campo documental. Habitualmente, os objetos singulares e o conjunto do sítio haviam sido tomados como um dado estático, sem qualquer reflexão consistente acerca da transformação que os levara de realidades vivas, funcionando em um contexto social, até um depósito arqueológico. A *New Archaeology* introduziu uma preocupação fundamental com a composição do registro material: as reflexões sobre a trajetória de artefatos e estruturas até a formação do sítio foram amparadas pela observação etnográfica da utilização (incluídos os padrões de descarte) dos elementos materiais nas sociedades vivas, a etnoarqueologia. Do mesmo modo, experimentações laboratoriais visando verificar o comportamento físico dos materiais e dos processos de decomposição e preservação permitiram afinar o entendimento do universo residual que o pesquisador tem sob os olhos. Buscava-se, assim, não apenas entender melhor o campo heurístico da disciplina, mas também assegurar bases mais sólidas para o raciocínio explicativo que pressupunha deslocar a atenção do sítio arqueológico como *lócus* documental para o assentamento como *lócus* sociológico de atividade humana (David; Kramer, 2001). Trata-se de um postulado que pode ser generalizado, com ganhos evidentes, para todo o campo da cultura material.

Quanto à história, de certo modo, a *New Archaeology* reagiu a uma perspectiva tradicional, que privilegiava as configurações "civilizacionais" e as sucessões cronológicas. A isso opôs uma ênfase no sistema cultural, no sentido antropológico da expressão, e na articulação entre os subsistemas tecnológicos, econômicos, sociais etc., e buscou, igualmente, uma apreciação holística das sociedades, conferindo importância aos mecanismos de interação entre homem e ambiente, em diapasão neoevolucionista, muito em voga na antropologia norte-americana dos anos 1960.

Diante de uma narrativa meramente descritiva e que privilegiava os eventos idiossincráticos a partir de induções documentais (que identificava como marca da historiografia, não sem certo exagero militante), a *New Archaeology* opôs um viés analítico, amplamente

baseado nos modelos dedutivistas das ciências sociais, inspirados, por sua vez, nas ciências naturais. Dois efeitos colaterais devem ser notados pelo historiador: em primeiro lugar, o esvaziamento da diacronia, a diminuição da capacidade de perceber e explicar a dinâmica de mutação social em benefício de uma visão mais sistêmica e estrutural, o que permitiu até mesmo a caracterização da arqueologia processual como anti-histórica e, em segundo lugar, uma marginalização das dimensões ideológicas da realidade, dos sistemas simbólicos. A pouca importância conferida pela primeira geração de novos arqueólogos às representações sociais em geral será, de fato, essencial para se entender os desdobramentos da *New Archaeology* e as novas tendências nos estudos da cultura material.

Os sinais de uma guinada profunda na consideração da cultura material já se acumulavam desde fins da década de 1960 e provinham das influências conjuntas do estruturalismo de Lévi-Strauss e da semiologia de fundamentação linguística de Ferdinand de Saussure. Os autores franceses foram precursores do movimento: as obras de Jean Baudrillard (*Le système des objets*, de 1968) e de Abraham Moles (*Théorie des objets*, de 1972), malgrado muitas diferenças, compartilhavam a intenção de descrever o papel das coisas materiais na sociedade de consumo moderna e, sobretudo, a valorização da função sígnica dos objetos. Nessa perspectiva, a cultura material é equacionada a um sistema de comunicação por meio do qual as sociedades criam e expressam conteúdos discursivos de modo semelhante ao que ocorre com os códigos verbais. As ferramentas analíticas da linguística são consideradas, por decorrência, as mais bem capacitadas a deslindar seu sentido, que se apresenta, agora, como o verdadeiro objeto de estudo, independentemente do fato de seu suporte ser material, iconográfico ou verbal. Assim, o mesmo pansemiotismo que colocava positivamente o problema dos significados na agenda das humanidades contribuía, desde o seu início, para diluir as especificidades dos diversos mecanismos discursivos sob a pretensa homogeneidade de uma gramática geral.

Os dois elementos anteriores – o foco em sociedades mais contemporâneas e a abordagem semiótica – penetraram também na arqueologia. Para citar um pioneiro, o trabalho de James Deetz sobre a cultura material do passado colonial norte-americano (*In small things forgotten: an archaeology of early American life,* publicado em 1977) não visava unicamente à reconstituição de visões de mundo comunitárias a partir de artefatos que haviam merecido dos folcloristas tradicionais e dos estudiosos das artes decorativas e da arquitetura vernacular somente uma atenção classificatória e pouco interpretativa; também incitava os arqueólogos a explorar perfis cronológicos e societários antes reservados a historiadores que se limitavam à documentação escrita. Abria-se, assim, o caminho para a consolidação da arqueologia histórica, o que permitia superar algumas dicotomias sedimentadas, mas improdutivas; isto é, o estudo das sociedades modernas e contemporâneas podia, do mesmo modo que os grupos pré-históricos ou as civilizações antigas, beneficiar-se da análise da cultura material (cf. Orser; Fagan, 1995).

Não é exagero dizer que, nos anos 1970, a cultura material impôs-se à atenção de vários domínios, dos *American studies* à sociologia do consumo, amalgamando tendências que contemplavam o crescente interesse pelas relações cotidianas, pelo compartilhamento de valores menos eruditos ou formalizados e pelos comportamentos das camadas baixas da escala social (Harvey, 2010, p. 3), como prova de que as preocupações acerca da cultura material não se limitavam às tribos dos antropólogos ou às sociedades desaparecidas dos arqueólogos. A consolidação de uma sociedade de consumo de massas, após a Segunda Guerra Mundial, já incitava os estudiosos a considerarem, na análise social, o universo das coisas materiais, particularmente em sua forma de mercadorias. Agora, a preocupação com os sentidos simbólicos do consumo é que se apresentava, até certo ponto, como novidade. Outra mudança foi o deslocamento de foco do processo produtivo e da circulação – até então, no centro das atenções da economia e da sociologia, tanto clássica como marxista – para o consumo, entendido não somente como ato final da cadeia produtiva, voltado a suprir necessidades, mas também o momento de recepção de mensagem e expressão de valores em um sistema de comunicação. Mary Douglas e Baron Isherwood, em trabalho igualmente pioneiro, de 1979, buscaram, justamente, avançar sobre os aspectos do consumo que haviam permanecido obscuros nas tradicionais teorias sociológicas (em que pesem as precoces e instigantes proposições de Thorstein Veblen sobre o dispêndio conspícuo como marcador de classe, datadas de 1899), tais como as formas de construção da personalidade e da identidade social por meio do consumo de bens ou, ainda, os aspectos rituais que, longe de serem confinados às sociedades ditas "primitivas", permitem ao consumidor moderno posicionar-se em um sistema desenfreado e emocionalmente desestabilizador de movimentação capitalista de bens (Douglas; Isherwood, 1996).

A consideração do consumo como ato social criador de sentidos marcará intensamente a antropologia do consumo nos anos 1980 e 1990, reforçando a dimensão semiológica dos estudos da cultura material das sociedades modernas e contemporâneas. Na visão de um de seus principais expoentes, Daniel Miller, o consumo é um fenômeno de interpretação, de geração e apropriação de sentidos mediante a mobilização dos bens em um mercado de escala abrangente; um fenômeno, portanto, de massas, que não se limita às preferências, aos gostos e escolhas de uma elite; um fenômeno, enfim, que deixa de ser visto com a desconfiança própria de alguns economistas das décadas precedentes, que o consideravam como fundamento do processo de alienação, para ser tratado em sua natureza criadora e positiva (Miller, 1987).

De modo semelhante, no campo da psicologia social insistiu-se sobre os papéis da cultura material na produção social do indivíduo, inclusive como elemento de estabilização do eu. Já que, por definição, a cultura material é dotada de uma fisicidade relativamente fixa e duradoura, capaz de garantir constância das relações em face da dependência psíquica de bens e da necessidade de ancoragem da personalidade por meio de aquisição, posse, uso, dispêndio, exibição etc., o estudo das interações entre o indivíduo e a sociedade

por intermédio da cultura material permite acesso a importantes fenômenos, normalmente desprezados pelas ciências sociais (Csikszentmihalyi, 1993). Um aspecto a ser salientado é justamente a tendência à superação de uma visão mais restritiva, mas com largo curso na disciplina psicológica, que tende a encapsular os problemas anteriormente mencionados na esfera do indivíduo. O que se vê, cada vez mais, é, pelo contrário, um questionamento das articulações sociais que configuram a expressão individual e, ao mesmo tempo, dos mecanismos pelos quais os indivíduos constroem imagens de autodefinição a partir dos referenciais exteriores, inclusive materiais (Dittmar, 1992).

Paralelamente, a reação à *New Archaeology* ou arqueologia processual foi igualmente caracterizada pela influência das abordagens linguisticamente orientadas e pelo foco no universo dos significados. Mais do que elemento de adaptação na relação com o meio, com funcionalidades sobretudo técnicas e econômicas, a cultura material passou a ser considerada prioritariamente em virtude de seu potencial de criar e comunicar sentidos, ou, em outras palavras, pela sua discursividade. Há, entretanto, outros elementos de contribuição: já nos inícios da década de 1980, Ian Hodder – autor que, na sequência, terá grande papel como teórico da arqueologia pós-processual – pressentia os limites dos modelos estruturalistas, excessivamente estáticos, quanto à análise da dinâmica histórica, o que levava a nova corrente a buscar, em autores como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, uma teoria da prática social apta a conferir aos indivíduos capacidades de atuação e interações mais ativas com as estruturas estabelecidas, bem como a uma aproximação com a historiografia dos *Annales*, que começava a conferir maior destaque aos estudos dos fenômenos representacionais (Hodder, 1982). Predominou, em todo caso, a analogia entre a cultura material e o texto, e suas implicações no nível metodológico, isto é, a utilização das ferramentas da linguística e da semiótica para a "leitura" dos elementos materiais. A cultura material é, doravante, uma linguagem cujo código precisa ser decifrado. A metáfora textual imperou amplamente nas variações posteriores dos estudos de cultura material, seja na arqueologia (além de Hodder, Christopher Tilley e Michael Shanks, por exemplo; cf. Tilley, 1990), seja na antropologia (com o já citado Miller, cf. Miller, 1998).

No mais, sob a influência da hermenêutica e da fenomenologia, e de autores como Derrida e Foucault, a explicação lastreada em modelos científicos objetivos cedeu lugar à interpretação, noção mais fluida e que permitiria abordagens multifocais, contemplando percepções diferenciadas, inclusive culturalmente. Questionava-se, assim, do ponto de vista ideológico e também político, a imposição de uma visão única de ciência, por demais unívoca, por demais eurocentrada. Do mesmo modo, a confiança de que dados objetivos podiam ser confrontados para verificar a validade de hipóteses explicativas que norteara a arqueologia processual foi seriamente posta em questão pela convicção dos pós-processualistas de que os registros materiais são suficientemente ambíguos e que sua percepção depende de variantes subjetivas e culturais, em um processo cognitivo no qual são construídos os elementos de compreensão do objeto. O objeto deixa, portanto, de ser um dado inerte a

ser captado para ser visto como resultado da intervenção do sujeito, de modo similar aos significados criados pelos leitores na interação dinâmica com o texto. Não se tratou, por certo, de um caso isolado, senão da irremediável conexão de várias disciplinas ao ambiente intelectual influenciado pelo *linguistic turn*, sobretudo a partir dos anos 1980. As críticas a que deu ensejo tal perspectiva serão retomadas na segunda parte deste capítulo.

Embora predominantes, a consideração da cultura material como natureza discursiva e a preocupação com os fenômenos simbólicos não foram exclusivas, e valeria citar uma vertente francesa que procurou recuperar aspectos da materialidade das coisas, particularmente em sua relação com a corporeidade dos agentes humanos. Jean-Pierre Warnier (Warnier, 1999) propõe resgatar uma sugestão de Marcel Mauss que, imerecidamente, tivera pouca repercussão na antropologia francesa: em um texto de 1936, no *Journal de Psychologie*, Mauss procurava estabelecer as bases de uma análise dos hábitos e posturas corporais. Embora Mauss tencionasse distanciar-se de abordagens tradicionais da arqueologia ou dos estudos de tecnologia, centrados nas técnicas de utilização dos instrumentos, e preferisse enfatizar as "técnicas do corpo", Warnier considera que a dicotomia era mais pedagógica do que ontológica, e que o esforço do antecessor preparava o terreno para um exame das práticas sociais a partir das articulações entre o corpo e a cultura material. Não se trata de focar apenas nas situações em que o corpo manipulava diretamente as realidades físicas, mas também de inserir no campo de observação as relações menos perceptíveis no cotidiano, como a disposição espacial dos elementos no ambiente frequentado pelo corpo. A noção de motricidade insiste, assim, sobre o fato de que a conduta corporal não se dá em um vácuo, mas em função de parâmetros materiais, que oferecem possibilidades e impõem limites. Mais ainda, na concepção defendida por Warnier, não se trata de analisar dois polos distintos, que se definem pela exterioridade de um em relação ao outro; pelo contrário, o universo material pode ser considerado parte da própria corporalidade, em uma síntese que, longe de ser estática, implica interação dinâmica entre corpo, espaço e objetos, daí o foco da análise ser o processo de incorporação, entendida como a apropriação do universo físico mediada pelo corpo.

Trata-se de uma apropriação múltipla, que se desdobra em dimensões psíquicas, sociais e biológicas, e, na concepção de Mauss, encampada por Warnier, é o sujeito que opera as articulações: se a sociedade estabelece os esquemas de referência para que o indivíduo se posicione diante do coletivo, a psicologia individual fornece os mecanismos de interação entre o sujeito corporal e a sociedade. Assim, para o estudioso, o que interessa prioritariamente é o modo singularizado pelo qual o sujeito se apropria das diversas variantes e reproduz, à sua maneira, a existência. Reconhece-se, aqui, um afastamento em relação a todo determinismo (presente em diversas versões do marxismo) e também diante do postulado de uma homologia entre as estruturas (como no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu). Reconhece-se, igualmente, um distanciamento da linhagem que, na antropologia francesa de Durkheim a Lévi-Strauss, priorizara as representações partilhadas, expressadas discursivamente em detrimento de outras dimensões da ação social. A atenção às práticas exercidas

pelo corpo e fundadas na materialidade dos objetos permitiria, senão uma superação, ao menos uma complementação das análises discursivas.

É difícil fazer uma avaliação das abordagens dispensadas à cultura material no âmbito da historiografia, uma vez que os contatos foram esporádicos e fragmentários, e nada equivalente aos debates arqueológicos ou antropológicos ocorreu entre os historiadores. Tomemos um caso que pode ser ilustrativo da situação de precariedade: a escola dos *Annales*. Não por esta ser representativa da totalidade da disciplina – o que seria um julgamento bastante errôneo, de certo modo estimulado por sua ampla difusão entre nós –, mas porque, tendo sido os *Annales* um canteiro de experimentos metodológicos e de intensas discussões teóricas, seria de se esperar que, entre os seus praticantes, a cultura material tivesse sido considerada seriamente como elemento da operação historiográfica. Nada, porém, seria mais falso, e os exemplos que podem ser evocados reforçam essa inquietação. Ninguém deixará de lembrar, é verdade, a contribuição de Fernand Braudel em seu monumental *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, de 1979, no qual há decisiva inserção nos horizontes de uma história socioeconômica da dimensão palpável dos bens que a compunham. Mas trata-se, sobretudo, de uma incorporação temática, de uma atenção que realça os elementos materiais por trás das noções abstratas de capitalismo, mercadoria, circulação etc., sem implicar, porém, uma análise da cultura material propriamente dita, sem fazer dela uma fonte documental com direito à plena cidadania. No ano anterior, 1978, na obra coletiva organizada por Le Goff, Chartier e Revel, e que fará as vezes de um manifesto do grupo, o capítulo dedicado à cultura material, de lavra de Jean-Marie Pesez, limita-se a saudar a conveniência de um aumento dos *corpora* documentais pela inclusão da cultura material e das possibilidades novas que se abririam com ela, mas sem fornecer nenhuma orientação de tratamento mais consistente, nenhuma reflexão acerca das implicações teóricas ou das necessidades metodológicas decorrentes; parece que se confia, muito simplesmente, na transposição mais ou menos genérica dos procedimentos arqueológicos para o campo historiográfico (Pesez, 1978).

Nos anos seguintes, muitos trabalhos, genéricos ou mais monográficos, indicam que o apelo da *Nouvelle histoire* pela renovação das temáticas, incluindo a cultura material, foi atendido sem que, para tanto, fosse necessária uma reformulação profunda do arsenal analítico do historiador. O livro de Daniel Roche sobre o aparecimento das formas modernas de consumo é bem característico: uma forte atenção ao universo das coisas materiais e de seus papeis no jogo das novas sociabilidades que emergem na época moderna (algo já bem explorado pela obra de Michel de Certeau) convive com uma metodologia tradicional, fundada sobretudo na documentação escrita (Roche, 1997). Em outro caso bem conhecido, a inclusão de um tipo particular de segmento material, o iconográfico, pelos trabalhos de Michel Vovelle orientava-se, antes de tudo, pela ampliação do rol de fontes consideradas de maior potencial para abordar os fenômenos de mentalidade e suas temáticas conexas, como as visões acerca da morte, mesma lógica que, aliás, o levava a apostar fortemente nos registros

cartoriais (Vovelle, 1974). O impacto da renovação do repertório temático sugerido pelo autor – e acompanhado por muitos de seus colegas dos *Annales* – é limitado, entretanto, pela reprodução de um método semiótico que pouco contribuía para a renovação da análise iconográfica no campo historiográfico, mesmo que se considere um avanço outro ponto enfatizado por Vovelle: o tratamento serial.

Nesse aspecto, a nova história francesa não se distinguiu muito da situação geral da historiografia, uma vez que houve pouco empenho em refletir sobre as dimensões materiais da organização social e timidez para inserir a cultura material na operação historiográfica. A seguir, abordaremos, sucessivamente, esses dois temas.

Materialidade e sociedade

Um problema fundamental para avaliar as possibilidades de relação entre história e cultura material repousa na própria apreciação da dimensão material da realidade social. Como se dá a existência material desse conjunto de ações e de relações que chamamos sociedade? Um tanto paradoxalmente, a natureza física dos fenômenos humanos é tão ubíqua e impositiva que tendemos a negligenciá-la como um dado óbvio. No entanto, a começar pela própria constituição corporal – deste corpo que é o primeiro patamar físico com o qual lidar e do qual ter consciência –, passando pela paisagem, natural e artificial, e pela pletora de objetos, instrumentos, máquinas etc., a totalidade da ação humana é dotada de dimensão física, ou, em outras palavras, a materialidade é subjacente à vida biológica, psíquica e social. A banalização dessa fisicidade traz consigo, porém, o risco de sua desconsideração no nível cognitivo. Vocacionadas a tratar de relações sociais, de ações humanas e de fenômenos abstratos (ainda que estes remetessem à mais palpável concretude), as ciências sociais repercutiram, cada qual a seu modo, a tendência à desmaterialização de seus objetos.

O problema se insere na longa tradição, no pensamento ocidental em geral, não somente de um dualismo entre a materialidade e a imaterialidade (que se manifesta diversamente: material *versus* ideal; matéria *versus* mente; sensorial *versus* abstrato, e assim por diante), mas também de uma hierarquização que confere *status* superior ao segundo termo da equação em detrimento do primeiro, com repercussões importantes na forma como percebemos o mundo (Prown, 1982, p. 2). De fato, em ampla medida, a marcha triunfante do *linguistic turn*, nas últimas décadas do século XX, e suas manifestações no campo da antropologia simbólica, da arqueologia pós-processual e do multiculturalismo em geral – com sua ênfase nos discursos, nos significados e nos fenômenos representacionais, e sua aposta em instrumentos analíticos linguísticos e na interpretação subjetiva – lançavam raízes em terrenos profundos do pensamento idealista (Boivin, 2008, p. 13). A precedência é conferida ao pensamento, que, por sua vez, é concebido como instância em que se gera o comportamento, e somente a partir daí a interação com o mundo material entra em linha de consideração, situando-se no final da cadeia: pensamento-comportamento-matéria. Reproduz-se, assim, o dualismo cartesiano e algumas de suas implicações ao se separar

conceitualmente, de um lado, a mente, o pensamento, a linguagem e, de outro, o corpo, a prática e a matéria (Knappett, 2005, p. 3, 6).

Outro aspecto paralelo a ser notado é a centralidade do humano. Pode parecer natural que, nas ciências humanas, o humano ocupe um lugar que não só é axial, mas também ordenador, no sentido de estabelecer a subordinação e a posição periférica dos demais elementos. Trata-se, porém, de um antropocentrismo artificialmente construído pelo próprio sujeito do ato de conhecimento, e não de uma condição inscrita na própria realidade. Além disso, o "homem" de que estamos falando é uma entidade abstrata, conceitual, apartada de sua própria materialidade, inclusive corporal, e posto à margem e acima do mundo animal no interior do qual deveria ser considerado. É um homem supraorgânico e supramaterial a partir do qual foram construídas as noções teóricas de sociedade e cultura, assim como seus contrapontos necessários: o animal, o material, o natural (Boivin, 2008, p. 15).

A superação dessa situação constitui a principal e mais recente fronteira do debate sobre a cultura material, particularmente intenso a partir dos últimos anos do século XX. O movimento de reação é amplo, pois se trata de, diante das ciências humanas humanizadas em demasia, resgatar as dimensões biológicas e ecológicas do homem e, para o que mais nos interessa aqui, reconsiderar o social em sua interação com a materialidade. Ao império do *linguistic turn* opõe-se, pois, um *material turn*. Em vários domínios, o culturalismo, que tendia a desmaterializar os objetos (também entendidos como objetos de estudo), foi confrontado por apelos no sentido de uma rematerialização das realidades, da formulação de teorias orientadas pelos objetos, da valorização dos atores não humanos, fossem eles animais ou materiais, da superação da oposição entre coisas e relações, enfim, da incorporação das fontes materiais no processo de conhecimento (cf. Hicks; Beaudry, 2010, p. 3). Por extensão, propugnou-se abordagens que fossem além da analogia textual para a compreensão do papel das coisas materiais, não apenas em virtude dos limites metodológicos intrínsecos que uma semiologia de origem linguística apresenta ao ser aplicada à cultura material (ou às imagens), mas também porque, ontologicamente, tal concepção situava o processo de significação em uma sede cultural autônoma, desencarnada dos elementos (físicos, imagéticos) que vetorizavam os sentidos. Atacava-se, assim, a ideia de que a interação com o universo físico seria secundária, um ato que apenas concretizava uma comunicação formulada em uma instância puramente mental, na qual os significados eram culturalmente compactuados (Olsen, 2003, p. 88).

Vê-se bem que, na base de todas as dificuldades, há a recorrente cisão entre, de um lado, a cultura ou a sociedade e, de outro a matéria. Mais ainda, vemos que toda uma tradição localizou o princípio ativo, gerador da ação humana, em uma esfera altamente mentalizada de padrões culturais ou de interações sociais amplamente abstratas. A cultura material foi, assim, reduzida à passividade, isto é, não sendo dotada de capacidade de ação por si só, é somente o reflexo, fisicamente concretizado, dos impulsos de uma matriz que a precede e que lhe é exterior. Se voltarmos, como um exemplo, ao problema do sentido, reencontrare-

mos a oposição entre a representação conceitual do significado, atributo de uma imanente inteligência humana, e as decorrentes manifestações materiais do significante. A precedência e a ascendência do mental sobre o natural só pode ser, portanto, superada se aceitarmos que a própria formulação conceitual (de valores, significados etc.) se dá na interação com a materialidade e que, em um quadro de relações complexas, as capacidades de atuação não se limitam exclusivamente aos atores humanos. Também as coisas são dotadas de animação, também elas exercem força motriz, também elas atuam socialmente, conformando um quadro de referências, possibilidades e limites ao agente humano, independente de este ter consciência disso ou não. Longe de ser passivamente estruturada pelo homem, a materialidade, pela sua própria fisicidade, age como estruturante da ação humana, e a propriedade de agir, a aptidão a operar (expressas, normalmente, pelo termo *agency* na literatura em língua inglesa), antes reservadas ao humano, estendem-se agora à cultura material, sugerindo uma articulação, e por que não dizer, uma coexistência mais simétricas entre as várias dimensões da realidade. É nessa convivência que matéria e sociedade criam-se mutualmente (Hicks; Beaudry, 2010; Olsen, 2003; Boivin, 2004 e 2008).

Essas são propostas recentes no campo de estudos da cultura material, o que torna compreensível a pouca teorização a seu respeito. Em alguns outros campos, todavia, o mesmo ímpeto já tem uma trajetória mais consolidada, apontando para a formulação de sínteses, e dois deles mereceriam uma rápida menção.

A partir dos anos 1990, os estudos de ciência e tecnologia foram paulatinamente fertilizados pela sociologia do conhecimento científico, e uma das consequências foi a busca de um melhor entendimento dos objetos tecnológicos e de seu papel ativo na sociedade como articuladores da ação no mesmo patamar que os agentes humanos. Tais considerações se dão, no entanto, no bojo de indagações filosóficas de fundo, e um nome central aqui é o de Bruno Latour, filósofo e sociólogo das ciências francês (autor, entre outros, de *Nous n'avons jamais été modernes: Essai d'anthropologie symétrique*, de 1991), que propõe que o sistema de pensamento com que estamos há muito habituados promoveu uma injustificável separação ontológica entre o humano e o não humano, elegendo o homem como medida universal e principal agente no mundo. Trata-se, porém, segundo Latour, de uma ruptura historicamente contextualizada, instaurada pela ciência moderna, embora com raízes anteriores. É a decorrência de um triunfo do humanismo que exila, para além das fronteiras da ação social, a natureza, o mundo animal e a matéria. Nas concepções pré-modernas, pelo contrário, não se poderia identificar nenhuma distinção significativa entre pessoas e coisas, entre cultura e natureza. A Teoria do Ator-Rede (*Théorie de l'Acteur-Réseau*, mais conhecida por ANT, sigla inglesa de *Actor Network Theory*), formulada por Latour e outros, como Michel Callon e John Law, busca reordenar os elementos que compõem a realidade de modo mais equilibrado, mediante composições híbridas, que põem em interação os diversos agentes, humanos e não humanos. Mais do que agrupamentos homogêneos (a sociedade dos homens, por exemplo), que se relacionam com outros agrupamentos mais ou menos estáticos (como o

mundo dos objetos), o conjunto da realidade é visto como redes em que atores mais heterogêneos associam-se em configurações cambiantes, e as entidades, inclusive sociais, existem a partir das relações, não as precedem.

No campo do estudo das imagens, contribuições muito semelhantes se desenvolveram sobretudo a partir do trabalho póstumo de Alfred Gell (*Art and agency: an anthropological theory*, de 1998). Imagens, para Gell, não podem ser consideradas somente como reflexos de um processo de criação e transmissão de sentidos, uma vez que elas são dotadas dos atributos da ação e são parte de um sistema que, funcionando em rede de conexões, gera efeitos concretos sobre os agentes implicados. As imagens são vocacionadas para atuar na sociedade e, pelos seus próprios atributos plásticos, intervir concretamente no curso dos acontecimentos, nos comportamentos humanos. É verdade que Gell considera a imagem (e os objetos em geral) como um agente secundário, cuja atuação se dá a partir da ação social dos humanos; no entanto, uma vez no circuito, os elementos de seu desempenho lhe são próprios, e não conferidos de fora pela percepção que os humanos têm deles. É, certamente, uma posição mais moderada do que aquela de Latour, mas aponta, *grosso modo*, no mesmo sentido, mesmo se Gell esteve mais preocupado com os modos pelos quais os objetos artísticos servem como meio da atuação dos agentes humanos.

O impacto das ideias apresentadas anteriormente alterou consideravelmente a agenda de debates no âmbito dos estudos da cultura material, deslocando a ênfase das questões simbólicas, representacionais, para o campo mais concreto da atuação das coisas materiais e da própria materialidade da sociedade. Talvez ainda seja cedo para avaliar os benefícios de tal perspectiva e, igualmente, ponderar as críticas que já começam a despontar, mas seria interessante, contudo, convidar o historiador a não permanecer insensível às suas implicações, pois, ao olhar para as realidades que estuda, dificilmente poderá enxergar unicamente uma atividade humana em vias de moldar e manipular um universo físico totalmente inerte; outra perspectiva e novas ferramentas de análise serão necessárias para criar um saber histórico que já não será somente, segundo a fórmula convencional, acerca do homem no tempo, mas também sobre a trajetória de uma materialidade viva.

Cultura material: entre história e historiografia

A expressão "cultura material" é irremediavelmente ambígua e suscita problemas ao fundar-se na dicotomia entre dimensões abstratas e físicas da realidade e ao sugerir que os elementos que a compõem decorrem de um processo de corporificação de um fenômeno incorpóreo, daí o falacioso contraste com a cultura imaterial; em ambos os casos, a matriz cultural precederia sua expressão, que poderia se dar material ou imaterialmente. Uma definição conceitualmente mais adequada poderia ajudar a superar algumas dessas aporias e apontar caminhos para uma inserção proveitosa da cultura material na operação historiográfica.

Em um texto seminal, Ulpiano Bezerra de Meneses oferece algumas balizas consistentes para o tratamento propriamente histórico da cultura material. Ao definir cultura material como todo aquele "segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem" (Meneses, 1983, p. 112), o autor enfatiza a intervenção humana que opera a sociabilização da materialidade. A noção de apropriação é, portanto, elemento crucial, pois é por meio dela que a sociedade, a partir de padrões culturalmente estabelecidos e compartilhados, estabelece suas múltiplas interações com o universo material, moldando-lhe a forma, conferindo-lhe papeis e atribuindo-lhe significados. Não se trata, entretanto, de um processo de mão única, pois a cultura material é entendida, a um só tempo, como "produto e vetor de relações sociais" (Meneses, 1983, p. 113); produto porque resulta da ação humana, de processos de interações sociais que criam e transformam o meio físico, mas também vetor porque constitui um suporte e condutor concretos para a efetivação das relações entre os homens. Conviria insistir sobre o fato de não haver uma relação de causa e efeito unívoca que situe as relações sociais na origem de um processo concebido abstratamente. Ao contrário, já no ato de sua concepção, o conjunto de representações, de valores e de ideias que subsidiarão as práticas sociais traz a marca de sua materialidade. Se, no campo de visão do observador, a iniciativa, a decisão de agir (a *agency*) aparece como um atributo de atores humanos, é preciso reconhecer que se trata de uma ilusão à qual fomos habituados pela excessiva concentração de nossa atenção na ação humana. A interação entre sociedade e materialidade tem mão dupla, e o conjunto de representações e práticas que constituem a ação social não é concebível sem sua dimensão física.

Também não é concebível sem sua dimensão temporal. Impõe-se, portanto, dar conta da dinâmica de transformações por que passam não somente os humanos – em sua dupla condição, biológica e social –, mas também a cultura material. Em outras palavras, longe de formar um cenário estático, também as coisas físicas têm uma trajetória, uma vida social com sucessivas mutações. Poderíamos mesmo falar, sem medo de paradoxos, de uma "biografia das coisas". De fato, como vimos, o mundo material foi considerado algo fixo, sem uma dinâmica própria, com sua única força motriz de transformação sendo imposta de fora para dentro. Nessa perspectiva, no nível analítico as coisas são percebidas em um estado mais ou menos congelado, como se sua existência em dado momento fosse parte de uma condição inerente e perene. Autores como Arjun Appadurai e Igor Kopytoff demonstraram, no entanto, que tais condições são transitórias e que as qualificações predominantes em certos momentos (por exemplo, a de mercadoria) expressam estágios de um processo (Appadurai, 1986). Talvez, escrevendo na década de 1980, esses autores tenham enfatizado demasiadamente que as mutações no universo físico decorrem de atribuições de valores de um sistema cultural, mas o essencial a reter, contudo, é a extensão das dinâmicas temporais às coisas materiais.

O trabalho do historiador intervém justamente nessa sucessão de estados da cultura material, e isso duplamente: em primeiro lugar porque, observando os contextos originais

em que as coisas tiveram sua existência social, o estudioso deve estar atento para suas mutações, para o fato de que a cultura material, em consonância com todos os demais elementos da sociedade de que faz parte, tem sua historicidade e, em segundo lugar, o próprio trabalho de análise implica uma dessas mutações, e considerar a cultura material como documento é atribuir-lhe um valor específico, de condutor de informações, situando-a, ao menos provisoriamente, em um estágio terminal. A inserção da cultura material das sociedades do passado (e também do presente) na operação de conhecimento supõe uma alteração radical na própria natureza das coisas, um esvaziamento dos predicados que lhes eram próprios nos contextos sociais e, no mesmo movimento, a atribuição de outras potencialidades, de caráter epistemológico. O documento só existe, portanto, por intervenção do historiador. Ciente dessas metamorfoses e de suas implicações, Meneses propõe o que seria o procedimento metodológico elementar, a "desdocumentalização", ou seja, por intermédio de um ato intelectual, imaginar a cultura material reinserida em seu contexto, funcionando como coisa socialmente viva, a fim de, só então, poder explicar seu papel histórico e suas interações com os homens (Meneses, 1983, p. 110). Essa inversão metodológica, que permite ir do documento descontextualizado (ou melhor, inserido em outros contextos: o museu, o arquivo etc.) ao objeto em seu contexto (ou sucessão deles) aplica-se, no fundo, a qualquer suporte de informação, material ou textual, oral ou iconográfico, embora nem sempre isso fique claro no trabalho historiográfico.

Uma última observação: é preciso cautela para não proceder simplesmente a uma substituição do logocentrismo por um fisicentrismo. A insistência no caráter único da cultura material para a proposição de novas questões e resolução de outras, embora positiva, deve ser ponderada: em primeiro lugar, em função de sua própria especificidade física, a cultura material oferece possibilidades, mas também apresenta limites, inclusive em comparação com outros tipos de fontes. Em segundo lugar, qualquer superioridade é circunstancial, derivada de uma vantagem estratégica criada, justamente, pelo tipo de indagação feita pelo historiador. Nesse sentido, há potencialidades e limites que são desigualmente distribuídos entre as classes documentais, o que incita a uma mobilização diversificada e complementar, em que haja verdadeira interação e não apenas acúmulo. Do ponto de vista heurístico, nada justifica certas fronteiras erigidas entre arqueólogos e historiadores, como nada o justifica do ponto de vista das realidades a serem estudadas. Trata-se somente de opções táticas, de preferências de abordagem ou mesmo de capacidades que são distintamente cultivadas no âmbito de cada uma dessas disciplinas. Do mesmo modo, as afirmações de que a cultura material oferece um acesso em primeira mão, sem a intermediação ideológica própria dos escritos, portanto com maior potencial de veracidade, assim como a evocação de uma maior representatividade das fontes materiais, que permite ultrapassar os limites estreitos das elites letradas e adentrar o território das classes populares (uma "vantagem teórica democrática" nas palavras de Prown, 1982: 2), são todos postulados bem intencionados, mas que precisam ser aplicados com moderação.

Referências

APPADURAI, Arjun (org.). *The social life of things.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BOIVIN, Nicole. Mind over matter? Collapsing the mind-matter dichotomy in material culture studies. In: DeMARRAIS, Elizabeth *et al* (orgs.). *Rethinking materiality: the engagement of mind with material world.* Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, 2004, p. 63-71.

_____. *Material cultures, material minds: the impact of things on human thought, society, and evolution.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BUCHLI, Victor. Material culture: current problems. In: Lynn Meskell; Robert W. Preucel (orgs.). *A companion to social archaeology.* Londres: Blackwell, 2004, p. 179-194.

_____. Introduction, in Victor Buchli (org.). *The material culture reader.* Oxford: Berg, 2004, p. 1-22.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihalyi. Why we need things. In: LUBAR, Steve; KINGERY, David W. (orgs.). *History from things: Essays on material culture.* Washington, Smithsonian Institution Press, 1993, p. 20-29.

DAVID, Nicholas; KRAMER, Carol. Ethnoarchaeology: its nature, origins, and history. *Ethnoarchaeology in acion.* Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 1-32.

DITTMAR, Helga. *The social psychology of material possessions: to have is to be.* Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf; Nova York: St. Martin's Press, 1992.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *The world of goods: towards an anthropology of consumption.* London: Routledge, 1996.

HARVEY, Karen. Practical matters. In: _____. (org.). *History and material culture*. Londres: Routledge, 2010, p. 1-23.

HICKS, Dan. The material-cultural turn. Event and effect. In: HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. (orgs.). *The Oxford handbook of material culture studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. p. 25-98.

_____. BEAUDRY, MARY C. Material culture studies: a reactionary view. In: _____. BEAUDRY, Mary C. (orgs.). *The Oxford handbook of material culture studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 1-21.

HODDER, Ian. *Symbols in action.* Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

KNAPPETT, Carl. *Thinking through material culture: an interdiciplinary perspective*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História,* n. 115, 1983, p. 103- 117.

MILLER, Daniel. *Material culture and mass consumption.* Oxford: Blackwell, 1987.

_____. (org.). *Material cultures: Why some things matter.* Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

OLSEN, Bjornar. Material culture after text: re-membering things. *Norwegian Archaeological Review*, v. 36, n. 2, 2003, p. 87-104.

ORSER JR., Charles E.; FAGAN, Brian, M. *Historical archaeology*. Nova York: Harper-Collins, 1995.

PESEZ, Jean-Marie. Histoire de la culture matérielle. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (orgs.). *La nouvelle histoire.* Paris: Retz, 1978.

PROWN, Jules David. Mind in matter: an introduction to material culture theory and method. *Winterthur Portfolio*, n. 17, 1982, p. 1-19.

ROCHE, Daniel. *Histoire des choses banales: Naissance de la consommation, XVIIe – XIXe siècle.* Paris: Fayard, 1997.

SCHNAPP, Alain. *La conquête du passé. Aux origines de l'archéologie.* Paris: Éditions Carré, 1993.

TILLEY, Christopher. *Reading material culture.* Oxford: Blackwell, 1990.

VOVELLE, Michel. *Mourir autrefois.* Paris: Gallimard, 1974.

WARNIER, Jean-Pierre. *Construire la culture matérielle: L'homme qui pensait avec ses doigts.* Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

WATSON, Patty Jo; LEBLANC, Steven A.; REDMAN, Charles L. *Explanation in archaeology. an explicitly scientific approach.* Nova York: Columbia University Press, 1971.

Capítulo 8

História e antropologia[1]

Maria Regina Celestino de Almeida

Introdução

O diálogo cada vez mais intenso entre a história e a antropologia tem resultado em novos pressupostos teóricos e conceituais para a análise de relações de contato entre povos cultural e etnicamente distintos. Alguns conceitos básicos, como cultura e etnicidade, vistos como produtos históricos que continuamente se constroem nas dinâmicas das complexas relações sociais entre grupos e indivíduos em contextos históricos definidos, permitem compreensões mais amplas e complexas sobre as relações interétnicas e sobre os processos históricos (Thompson, 1981; Mintz, 2010; Barth, 2000). A partir dessas novas perspectivas, uma série de visões estereotipadas, preconceituosas e simplistas têm sido ultrapassadas, revelando sociedades complexas, nas quais indivíduos e grupos étnicos e sociais diversos circulam, interagem, influenciam-se mutuamente e transformam suas culturas, histórias e identidades.

Excelentes exemplos sobre essas novas tendências encontram-se nos mais recentes estudos sobre as sociedades da América colonial e pós-colonial nas quais povos indígenas e africanos foram sendo inseridos, ao longo de quatro séculos, em condições de extrema violência e exploração. Se até meados do século passado, esses povos eram vistos pela historiografia basicamente como mão de obra e/ou vítimas de sistemas opressivos que anulavam suas possibilidades de ação, em nossos dias, essas abordagens já não se sustentam. A perspectiva histórico-antropológica tem fundamentado inúmeras pesquisas empíricas em diferentes tempos e espaços na América, nas quais índios, africanos e seus descendentes são enfocados como sujeitos ativos nos processos históricos nos quais se inserem. Essas novas análises permitem revisões não apenas das histórias desses povos, mas também das histórias regionais e nacionais.

Nessas pesquisas, métodos e fontes da história e da antropologia se articulam, se complementam e se complexificam à luz de pressupostos teóricos interdisciplinares que, presi-

1 Agradeço ao CNPq e à FAPERJ pelo apoio à pesquisa por meio das bolsas de produtividade PQ e Jovem Cientista do Nosso Estado, respectivamente.

dindo tais análises, são ao mesmo tempo por elas reafirmados. Neste capítulo, pretende-se abordar essas tendências, procurando articular questões teóricas e empíricas, e refletir sobre as controvérsias, os limites e as possibilidades que as envolvem.

História e antropologia: questões conceituais e analíticas

Ao se constituírem como disciplinas, no século XIX, história e antropologia pouco dialogavam, e seus métodos, suas teorias, suas fontes e seus temas pareciam nitidamente demarcados em campos específicos de investigação. De um lado, os historiadores dedicavam-se a pesquisas empíricas e diacrônicas baseados fundamentalmente em fontes escritas, por meio das quais visavam reconstruir, com considerável dose de veracidade, o passado de sociedades consideradas históricas; de outro, os antropólogos interessavam-se pelas culturas dos povos vistos como primitivos, tradicionais e a-históricos, analisados, grosso modo, de uma perspectiva sincrônica, a partir de pressupostos teóricos previamente definidos. Ao dualismo antropologia/história associavam-se outros, tais como tradição/modernidade; povos sem história/povos com história; sociedades frias/sociedades quentes; e estruturas culturais/processos históricos. Separados por tantas fronteiras, historiadores e antropólogos fechavam-se em concepções redutivistas que limitavam não apenas seus objetos de estudo, mas também as possibilidades de abordá-los e interpretá-los.

A interlocução entre eles foi se tornando possível a partir de mudanças teórico-metodológicas no âmbito das duas disciplinas, o que ocorreu, como afirma Ginzburg (1981, p. 277-278), quando os antropólogos passaram a interessar-se pelos processos de mudança social, percebendo que seus objetos de estudo não eram imutáveis e estáticos, e os historiadores passaram a valorizar comportamentos, crenças e cotidianos dos homens comuns, tradicionalmente considerados irrelevantes. As mudanças, no entanto, foram gradativas e deram margem a muitas discussões e controvérsias.

Entre os antropólogos, a ideia de buscar uma aproximação com a história já se colocava desde a década de 1950, quando algumas vozes já alertavam para as consequências negativas de não se levar em conta a trajetória dos povos para a compreensão de suas culturas (Krech, 1991, p. 345); no entanto, prevaleceu entre eles a tendência da escola funcionalista britânica, que seguia considerando a história irrelevante para o estudo de sociedades ágrafas. (Mintz, 2010; Krech, 1991, p. 345-349). Assim, a grande maioria dos estudiosos continuou separando os sujeitos antropológicos de seus contextos históricos, recusando o status de fonte histórica às tradições orais e negando a possibilidade de se pensar a história dos povos por eles estudados, concepções estas que incentivavam o eurocentrismo e as concepções sobre sociedades primitivas, fechadas e a-históricas.

Mudanças significativas viriam no final dos anos 1960 e início da década de 1970 a partir de críticas políticas que sugeriam uma reflexão sobre as origens colonialistas da antropologia e sobre as relações de poder embutidas nessas teorias. Vale lembrar os movimentos

políticos do século XX que, protagonizados por vários dos chamados povos "sem história", sem dúvida motivavam essas críticas e incentivam intelectuais a repensarem suas teorias.

Os historiadores, por sua vez, já vinham, desde a Escola dos Annales, abandonando o historicismo do século XIX e dialogando cada vez mais com as demais ciências sociais, na medida em que assumiam novas temáticas e novas abordagens teórico-metodológicas (Bloch, 1965). Uma aproximação mais intensa com a antropologia, no entanto, no sentido de valorizar temas, fontes e métodos comuns de investigação se daria, sobretudo, a partir das décadas de 1970 e 1980 (Burke, 2000).

O principal ponto de encontro entre historiadores e antropólogos tem se dado basicamente no campo da história cultural e da cultura entendida em perspectiva histórica. Nesse campo, fronteiras antes nitidamente demarcadas tornam-se tênues ou até desaparecem em abordagens interdisciplinares que valorizam igualmente as mais variadas fontes (de ambas as disciplinas), extraindo delas novos dados por meio dos quais são repensados tanto sistemas culturais de diferentes épocas, quanto processos históricos. Mudanças teórico-metodológicas no interior das duas disciplinas permitiram, portanto, a ampliação do diálogo entre seus estudiosos, com consideráveis benefícios para ambos os lados, o que resultou na complexificação, historicização e ampliação de alguns conceitos básicos para se pensar as relações de alteridade.

Para os historiadores, como observou Burke (2000, p. 246), foi fundamental a incorporação das compreensões antropológicas sobre cultura tanto no sentido malinowskiano – como "artefatos herdados, bens, processos técnicos, ideias, hábitos e valores " – como geertziano – enquanto "dimensões simbólicas da ação social". Da mesma maneira, o conceito de tradição tem sido também entendido em termos antropológicos, prevalecendo a ideia de "reprodução cultural" no sentido de que "[…] as tradições não persistem automaticamente por inércia". Tal ideia foi aprofundada por vários "teóricos da recepção", segundo os quais, "tudo o que é recebido, é recebido segundo a maneira do recebedor", enfatizando-se pois a apropriação no lugar da transmissão e negando-se "[…] a possibilidade de encontrar sentido fixos nos artefatos culturais" (Burke, 2000, p. 248).

A prática de procurar compreender o significado de objetos, comportamentos e mentalidades levando em conta diferenças culturais entre os agentes em contato foi uma contribuição essencial da antropologia para a história e marcou importantes estudos das décadas de 1970 e 1980. Afinal, como lembrou Davis (1981, p. 267), enquanto os historiadores tendiam a considerar hábitos e comportamentos superstição e irracionalidade, os antropólogos já buscavam e encontravam sentidos relacionados às culturas dos grupos por eles estudados. Segundo ela, trabalhos históricos sobre o medo e a perseguição à feitiçaria foram os primeiros a se beneficiar da observação etnográfica. Observar minuciosamente processos vivos de interação social, os modos de interpretar o comportamento simbólico e buscar compreender como as partes de um sistema social se combinam foram, segundo a autora, algumas das principais práticas antropológicas adotadas pelos historiadores.

Desde então, a história do cotidiano e a atuação dos homens comuns foram se tornando temas relevantes para os historiadores, visto que camponeses, mulheres, "fanáticos", degredados, cativos e inúmeros outros atores, antes marginalizados nas interpretações históricas, tiveram suas ações valorizadas por intermédio de pesquisas voltadas para a identificação dos significados de seus comportamentos e mentalidades. Da mesma maneira, índios, africanos e seus descendentes, tradicionalmente vistos por historiadores como mão de obra e/ou vítimas passivas de sistemas opressores, e por antropólogos e/ou folcloristas como portadores de culturas tradicionais prestes a desaparecer, tornaram-se também agentes históricos, cujas ações foram ganhando novos significados. Sob o olhar histórico-antropológico, esses significados passaram a ser vistos como múltiplos, variáveis e sujeitos a contínuas alterações conforme os agentes, suas culturas, seus lugares sociais, seus tempos e seus espaços.

Ao valorizar as culturas dos povos, grupos ou indivíduos como elementos também explicativos das realidades sociais, entendendo-os do ponto de vista histórico e social, os historiadores contribuíram para desconstruir a ideia essencialista de cultura. Fundamental nesse sentido foi o trabalho de E. P. Thompson. Historiador marxista e estudioso da classe operária inglesa, o autor valorizou o cultural, associando-o ao conceito de classe e consciência de classe que, segundo ele, se formam conjuntamente, no processo histórico, no qual, em um fazer-se contínuo combinam-se a ação humana e os condicionamentos. Cultura, para Thompson, é um produto histórico e dinâmico que deve ser apreendido no processo histórico, no qual homens e mulheres vivem suas experiências (Thompson, 1981, p. 182). Cultura e classe, ambas entendidas enquanto processo, associam-se e são formadas através tempo, pela própria experiência dos atores sociais.

Entre os antropólogos, cabe ressaltar a contribuição de Sidney Mintz e Eric Wolf, igualmente preocupados em enfatizar o dinamismo, a variabilidade e a historicidade da cultura (Mintz, 2010). Além disso, destacaram a importância de se perceber que um sistema cultural apresenta variabilidade no que se refere a intenções, consequências e significados dos atos escolhidos pelos indivíduos. Pessoas situadas em posições socialmente diferentes podem até agir da mesma maneira, mas essas ações muito provavelmente não terão para elas o mesmo sentido, tampouco as mesmas consequências. Os homens agem e se relacionam, pois, conforme seus lugares sociais e seus objetivos. Uma visão que não estabeleça o entrosamento dinâmico entre o social e o cultural termina por não levar em conta as possibilidades de variação tanto na cultura quanto na estrutura social, e superestimar as limitações das estruturas culturais e sociais é negligenciar as possibilidades de ação humana que fluem delas ou através delas. Se na maior parte das vezes os homens agem de acordo com padrões sociais, estes não são malhas de ferro, havendo sempre possibilidades de escolhas e alternativas, que variam de grupo para grupo, conforme as condições. Wolf e Mintz, seguindo a linha do pensamento de Thompson, enfatizam que cultura é um produto histórico para ser entendido historicamente e defendem seus aspectos sociológicos e históricos, entendendo-a como processo.

Em nossos dias, a noção de cultura entendida de forma essencialista, isto é, como fixa, imutável e pura tem sido bastante questionada nos meios acadêmicos. Cresce, entre os antropólogos, a tendência de considerar a historicidade das culturas, porém há diferentes formas de entendê-la. O contexto histórico e as mudanças culturais são às vezes valorizados como "estado", desconsiderando, de certa maneira, a ideia fundamental de história como processo, tão bem explicitada por Marc Bloch (1965) quando afirma que ao historiador não interessa saber o que é, nem como era, mas como o que era passa a ser o que é, ou seja, como uma significação desliza para outra no complexo jogo das relações sociais. Afinal, embora dialoguem cada vez mais historiadores e antropólogos têm formações teóricas e metodológicas próprias e, na difícil tarefa de conjugá-las, enfrentam alguns desafios.

No exercício de pensar as culturas em termos históricos e antropológicos, surgem vários dilemas, alguns deles básicos nas ciências sociais. Como estabelecer relações entre estruturas sociais (e culturais) e processos históricos; ações autônomas dos homens na história e determinações estruturais; estruturas e evidências empíricas? Tais questões remetem ao problema epistemológico básico da relação entre teórico e empírico na apreensão do real. O estruturalismo é um elemento extremamente complicador na aproximação da antropologia com a história, visto que estabelece a primazia do teorismo a-histórico na apreensão da realidade social (Mckay, 1981-1982, p. 193). Seu método de conhecimento propõe um movimento que se faz do abstrato ao concreto e, então, de volta ao abstrato. O problema central do pensamento estruturalista é estar continuamente vacilando entre proclamar a complementariedade das análises históricas e estruturais, e afirmar sua oposição. Embora Lévi-Strauss tenha considerado o estruturalismo compatível com o materialismo histórico, porque simplesmente complementa a investigação "superestrutural", é muito difícil estabelecer seu status epistemológico, ou seja, até que ponto, afinal, seriam as estruturas (tais como descobertas por Lévi-Strauss e tão valorizadas pelos estruturalistas) simples representações teóricas para serem revisadas de acordo com as evidências empíricas? (Mckay, 1981-1982)

Tais questões têm sido enfrentadas por historiadores e antropólogos que procuram cada vez mais valorizar os processos históricos como elementos explicativos e transformadores das culturas dos povos por eles estudados. Dentre eles, cabe destacar Rosaldo e Sahlins, antropólogos de formação estruturalista, cujos trabalhos têm contribuído para evidenciar a importância de se estabelecer articulações entre as chamadas estruturas culturais e os processos históricos. Rosaldo, em seu estudo sobre os Ilongot, percebeu a importância da perspectiva histórica nos estudos etnográficos a partir de sua própria vivência entre eles, o que enriquece seu argumento, segundo o qual "[...] a vida humana é igualmente dada e ativamente construída" (Rosaldo,1980, p. 14). Ao afirmar que a vida dos Ilongot deriva muito mais da ação humana do que de planos socialmente dados, o autor alerta para a importância de acabar com as dicotomias entre estrutura e processo, padrão cultural e transmissão cultural, pois em seu estudo demonstrou que a sociedade Ilongot pode ser muito mais bem

compreendida em seu desenvolvimento por meio do tempo do que como um sistema de estruturas eternas.

Marshall Sahlins também abandonou, em parte, suas concepções estruturalistas, embora de certa maneira ainda se deixe influenciar por elas, sobretudo se compararmos seu trabalho com o de Rosaldo. Em *Ilhas de história*, o autor se colocou contra a oposição entre estrutura e história, e contra a lógica cultural autônoma, que, segundo ele, não têm sentido diante das transformações. Porém, sua análise (em parte talvez por não se basear em pesquisa de campo) aponta para uma preocupação maior em perceber e explicar as estruturas culturais que influenciam as ações dos homens do que o contrário (Sahlins, 1990). Nesse sentido, seu trabalho é bastante diferente do de Rosaldo, que, partindo também de um *a priori* teórico, demonstra grande abertura para questioná-lo a partir de sua própria vivência e da realidade empírica que pôde observar em seu contato direto com os Ilongot. Ao contrário de Sahlins, Rosaldo demonstra maior interesse em compreender como as ações humanas atuam sobre eventos, instituições e ideias ao longo do tempo, do que como categorias culturais previamente estabelecidas informam essas ações.

Sobre essas questões, cabe citar uma coletânea coordenada por Jonathan Hill (1988), que reúne artigos cujo objetivo é repensar a distinção analítica entre mito e história por meio de narrativas, rituais e oratórias dos índios da América do Sul, como forma de reinterpretar a história do contato. Os vários autores da obra buscam acabar com a ideia de sociedade sem história e questionar dualismos como estrutura/evento e estrutura/processo, procurando perceber como outros grupos lidam com o tempo e como entendem as mudanças. Tal como Rosaldo, buscam repensar a etnografia levando em conta uma participação maior dos atores, mas na difícil tarefa de relacionar estrutura e processo, os procedimentos teóricos e metodológicos desses pesquisadores variam, no amplo leque de suas tendências, a valorizar mais ou menos as estruturas ou os processos históricos. As diferentes abordagens desses autores que, afinal, partem de um mesmo pressuposto – a historicidade da cultura – revelam a complexidade da questão (Hill, 1988, p. 2-17).

A partir dessas tendências teóricas, antropólogos e historiadores têm analisado situações de contato, repensando e problematizando alguns conceitos básicos referentes ao tema. A compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências dos homens que a vivenciam permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de intensa violência. Nesse sentido, o conceito de aculturação se altera e, em vez de se opor à resistência, passa a caminhar junto com ela.

Se no início dos anos 1970 os processos de aculturação já eram questionados e complexificados, em nossos dias os estudos interdisciplinares tendem a priorizar as ideias de circulação, apropriação e ressignificação cultural, valorizando não apenas as atuações, mas também os interesses e possíveis significados que os povos e indivíduos atribuíam às mudan-

ças por eles experimentadas. Além disso, o conceito de tradição também tem sido repensado, prevalecendo hoje o pressuposto de que, ao ser transmitida, ela sempre se modifica de acordo com a compreensão do receptor. Isso implica valorizar mais a apropriação do que a transmissão e reconhecer a historicidade dos mitos, continuamente reelaborados para responder aos desafios de situações do presente.

Para o estudo de grupos subalternos, convém considerar, ainda, a tendência atual da história política de rejeitar a ideia de oposição rígida entre dominadores e dominados, incorporando as ideias de pacto, negociação e cultura política para a análise de suas relações sociais. Trata-se, na verdade, de uma leitura antropológica das relações de poder, no sentido de buscar significados distintos para acordos e estratégias comuns entre grupos cultural, social e etnicamente diversos. Valoriza-se cada vez mais os fatores subjetivos e culturais nas práticas políticas desenvolvidas pelos atores, por meio de análises interdisciplinares que permitem identificar culturas políticas de grupos subalternos construídas nas relações de conflitos e acordos com os demais agentes com os quais interagem. A concepção dos historiadores sobre o conceito de cultura política envolve a compreensão das atuações políticas de atores individuais e coletivos segundo seus próprios códigos culturais, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências e suas sensibilidades.

Nessa perspectiva, povos indígenas e africanos na América, "aculturados" e "dominados", não se anularam enquanto agentes históricos e políticos, antes se inseriram nas sociedades coloniais e pós-coloniais, misturaram-se com diversos grupos étnicos e sociais e incorporaram novas práticas culturais e políticas que souberam utilizar para amenizar perdas ou obter possíveis ganhos. Pesquisas em diferentes tempos e espaços na América revelam como índios, africanos e seus descendentes assumiram, grosso modo, as culturas políticas do Antigo Regime e dos novos estados nacionais latino-americanos. Eles participaram intensamente de suas instituições, valendo-se de suas regras e códigos para alcançar seus próprios objetivos continuamente modificados pela dinâmica de suas relações. Perderam muito, não resta dúvida, mas nem por isso deixaram de agir.

Essa compreensão é possível a partir de pesquisas interdisciplinares e empíricas, que, partindo dos pressupostos teóricos anteriormente apontados, contribuem para reafirmá-los.

Fontes e métodos para os estudos de relações de contato: limites e possibilidades de análises interdisciplinares

As pesquisas interdisciplinares que articulam fontes e metodologias históricas e antropológicas impõem alguns desafios tanto para os historiadores quanto para os antropólogos. Afinal, como bem lembrou Trigger (1982), não se trata simplesmente de uma justaposição de análises sobre um mesmo tema, abordando separadamente elementos antropológicos e históricos em interpretações distintas que não se articulam. Essa foi a tendência inicial da etno-história, no início do século XX, quando sua metodologia limitava-se, para antropólogos e historiadores, ao uso de fontes documentais para falar do passado dos índios (Krech,

1991:347). Essa prática pode ser observada, por vezes, nos próprios capítulos de uma obra, nos quais se distribuem, separadamente, os conteúdos tratados, ou seja, a trajetória histórica dos povos antes considerados "sem história" e, posteriormente, a análise de seus sistemas e aspectos culturais.

Essa tendência já não se sustenta diante das novas perspectivas teóricas da antropologia e da história, e, além disso, não caracteriza uma abordagem interdisciplinar. Para tanto, não basta simplesmente ter um conhecimento respeitável da metodologia e dos dados históricos e antropológicos, pois "[…] os etno-historiadores devem dominar ainda a arte de usar essas duas abordagens de maneira integrada" (Trigger, 1982, p. 1-19). É preciso pensar a história culturalmente e a cultura historicamente. Trata-se de uma arte, como afirma Trigger (1982), pois implica integrá-las em um só movimento de análise por meio do qual o historiador procura ler as fontes com um olhar antropológico, buscando os significados das ações dos agentes a partir de suas próprias culturas; e o antropólogo procura compreender as culturas dos povos com um olhar histórico, entendendo-as como resultado de trajetórias e experiências vivenciadas por esses povos ao longo do tempo.

Esse tem sido o caminho seguido pelas pesquisas atuais da etno-história, sobre a qual há muitas controvérsias, inclusive sobre o próprio conceito da disciplina. A definição tradicional de etno-história como reconstrução da história de um povo que previamente não tinha história escrita tem sido questionada por vários autores, que a consideram insuficiente. Dentre eles, Krech, segundo o qual ela deve essencialmente considerar a própria compreensão dos povos sobre sua história (Krech,1991, p. 349). A maioria dos estudos da atualidade seguem essa direção. Sider afirma que etno-história nomeia uma luta constante dos povos para compreender e construir suas próprias histórias (Sider,1994, p. 115).

Dessa maneira, as abordagens interdisciplinares atuais de historiadores e antropólogos têm caminhado no sentido de cruzar e articular informações e interpretações produzidas pelas duas disciplinas, analisando-as sempre em um contexto histórico e valorizando a ação e compreensão que os próprios povos ou indivíduos estudados têm sobre suas ações, trajetórias e relações. Para isso, lançam mão dos mais diversos tipos de fontes, questionando-as e problematizando-as a partir de pressupostos teóricos e conceituais renovados por sua crescente interlocução.

Esse exercício, no entanto, envolve alguns problemas e limitações, dentre os quais as possibilidades de se incorrer em anacronismos, pelo uso de comparações inadequadas. Dados históricos e etnográficos revestem-se de significados em contextos temporais e culturais específicos, e sua utilização para explicar situações semelhantes em contextos diversos pode ser extremamente rica, como tem sido demonstrado por vários autores, porém requer cuidados especiais para se evitar apropriações indevidas. Deve-se lembrar, sobretudo, que as culturas, as etnicidades e os significados das ações humanas e dos objetos são dinâmicos, de modo que projeções de elementos ou situações sociais, históricas ou etno-culturais em tempos diversos devem levar em conta os processos de mudança.

Sobre as fontes, convém lembrar que os registros escritos sobre grupos marginalizados e, sobretudo, sobre os povos ágrafos são, grosso modo, além de lacunares, filtrados por concepções etnocêntricas, preconceituosas e equivocadas. É, portanto, tarefa do investigador problematizar seus conteúdos e identificar diferentes significados que objetos, classificações étnicas, qualificações e comportamentos podem comportar para os diferentes agentes sociais, conforme tempos, espaços e as dinâmicas de suas relações. Isso tem sido feito por vários pesquisadores que, lendo nas entrelinhas dos documentos, identificam contradições, questionam afirmativas e procuram entendê-las à luz dos pressupostos teóricos aqui apresentados e dos contextos históricos nos quais os registros foram produzidos.

Multiplicam-se pesquisas que procuram compreender comportamentos e relações dos povos indígenas e africanos inseridos nas sociedades coloniais e pós-coloniais, levando em conta suas culturas continuamente transformadas na dinâmica de suas relações. Processos inquisitoriais, cartas e relatos de missionários, narrativas de viajantes, correspondências entre autoridades, petições dos súditos ao Rei (incluindo os que ocupavam os estratos mais inferiores da sociedade, tais como brancos pobres, índios, negros, mestiços etc.), documentos paroquiais diversos, mapas estatísticos, censos demográficos, depoimentos orais, fontes literárias das mais diversas analisados sob esse enfoque possibilitam novas interpretações sobre vários temas, envolvendo relações interétnicas. Nessa perspectiva, entre as atitudes de submissão e rebeldia, tradicionalmente atribuídas aos índios e negros em suas relações com os grupos dominantes, identificam-se inúmeras e variadas estratégias de adaptação e acordos por eles desenvolvidos para fazer frente às condições violentas e adversas de seus cotidianos.

Dessas análises surgem sociedades muito mais complexas e dinâmicas, nas quais grupos e indivíduos deixam de se apresentar como blocos monolíticos, agindo de maneira unívoca em conformidade com papéis e lugares étnicos e/ou sociais a eles atribuídos. Estudos de casos concretos e localizados, enfocando diretamente os atores, levam à desconstrução dessa ideia, revelando suas múltiplas formas de ação e interação continuamente alteradas entre acordos e conflitos. A preocupação atual dos historiadores em superar generalizações, estreitando o olhar sobre os agentes, suas experiências e redes de relação contribuem para desmontar discursos e imagens, e para revisar categorias, entendendo-as também como construções históricas, cujos significados, longe de serem fixos, alteram-se conforme tempos, agentes e espaços.

Sobre isso, cabe ressaltar as imprecisões de diferentes tipos de fontes para classificar povos e indivíduos nas mais variadas categorias étnicas. Eles podem aparecer sob classificações diversas, conforme os registros, o que têm levado os pesquisadores a levantar instigantes questões sobre as razões dos aparentes equívocos. Identificados, em geral, por meio do cruzamento de diferentes fontes, esses equívocos podem apontar para a própria fluidez e pluralidade das identidades étnicas que continuamente se reconstruíam nas sociedades coloniais e pós-coloniais. A problematização dessas contradições à luz da ideia de identidades plurais e históricas que continuamente se transformam levam os autores a pensar nos

possíveis usos e apropriações dessas identificações, que podem ser feitos por interesse tanto dos registradores, quanto dos registrados.

Nessa perspectiva, estudos histórico-antropológicos têm demonstrado a capacidade dos povos indígenas e africanos de rearticular culturas, tradições e identidades mesmo submetidos às mais violentas condições. Essas pesquisas têm se ampliado nas últimas décadas, englobando uma variada gama de temas, espaços e temporalidades.

Religiosidades e adaptações culturais

O estudo sobre religiosidades tem sido particularmente beneficiado pelas novas abordagens interdisciplinares. Análises mais complexas sobre concepções e práticas religiosas permitem pensar o catolicismo colonial em seu duplo papel de instrumento de dominação, mas também de resistência e de reconstrução sociocultural e identitário para grupos subalternos, como índios, africanos e seus descendentes na América. Os diferentes significados atribuídos às instituições e às práticas do catolicismo, conforme os diferentes agentes em contato, têm sido observados nas mais variadas fontes históricas por meio de análises histórico-antropológicas. Além disso, com base nas questões colocadas anteriormente, já não se sustenta mais uma visão segundo a qual o catolicismo e a suposta fé pré-colombiana dos índios são vistos como sistemas imutáveis (Pompa, 2003, p. 22). As trocas, os hibridismos, as diferentes formas de compreensão do que um diz ao outro são, atualmente, fatores indispensáveis para se entender as religiosidades praticadas na América.

Desde os anos 1970, as complexas relações entre índios e missionários deixaram de ser vistas simplesmente como dominação, e as concessões, tolerâncias e apropriações de elementos culturais indígenas por parte dos jesuítas em suas práticas de catequese têm sido amplamente demonstradas por inúmeros autores. A tendência atual é priorizar as próprias formas de compreensão e uso da religiosidade por parte dos conversos tanto africanos, quanto indígenas. Para isso, historiadores e antropólogos recorrem a conhecimentos sobre as culturas africanas e ameríndias que, devidamente contextualizadas em relação aos grupos estudados, lançam novas luzes sobre os possíveis significados atribuídos às novas práticas.

Mais do que procurar persistências e mudanças importa tentar desvendar seus possíveis significados para os diferentes atores. Esquemas mentais diversos para se entender o mundo e as coisas levavam a diferentes compreensões de uma mesma realidade ou evento; sendo assim, o que os padres poderiam entender como conversão ou submissão talvez fosse algo bem diverso para os convertidos. É necessário, portanto, refletir sobre como os processos de mudança iam sendo vividos e elaborados pelos diferentes grupos, com os sentidos que lhes iam sendo atribuídos e, inclusive, com novas formas de identificação gradualmente construídas nesse processo.

Fundamental, portanto, é tentar perceber como os atores viviam essas mudanças, para o que se torna necessário retomar as questões colocadas por Mintz (2010) sobre os diferentes significados que as mesmas ações podem comportar dependendo do lugar social

dos indivíduos. Cabe lembrar também Sider (1994), para o qual, ao se tratar de grupos étnicos em posição subalterna, cultura deve ser entendida como luta constante para não compartilhar significados. Estudos recentes sobre mitos e tradições dos povos indígenas da atualidade em posição subalterna nas sociedades envolventes revelam que reelaborar suas tradições, articulando-as com elementos novos e atribuindo-lhes significados compatíveis com as situações vividas no presente, constitui para eles uma necessidade de sobrevivência e de fortalecimento da autoestima do próprio grupo (Hill, 1996).

Ao buscar equivalências nos universos religiosos dos povos que pretendiam catequizar utilizando designações locais para transmitir concepções religiosas cristãs, os missionários davam-lhes instrumentos para que assimilassem os ensinamentos à sua própria maneira. Vale ressaltar, ainda, as dificuldades de compreensão entre padres e índios por conta da complexidade da língua, que não expressa apenas objetos materiais, mas também ideias e culturas, e formas de entender o mundo e as coisas. Deduz-se daí os limites de compreensão entre uns e outros, e os inúmeros equívocos nas interpretações de comportamentos. Como lembrou Pompa, as categorias cosmológicas foram repensadas à luz da nova realidade colonial, o que levou à construção de uma linguagem religiosa de mediação, linguagem essa que podia adquirir significados distintos conforme os agentes. A prática da conversão não implicava apenas traduzir línguas, mas igualmente traduzir tradições, tarefa bem mais complexa e complicada. Segundo Monteiro (2001), "[…] no dia a dia das missões vem à tona a tensão entre o projeto jesuítico de transformar os índios em um rebanho inerme e os projetos dos índios de manter elementos cruciais do seu modo de ser".

Em *O mármore e a murta*, Viveiros de Castro (1992) analisou muito bem a inconstância típica dos Tupinambás que tanto confundiu os jesuítas, levando-os a oscilar entre elogios sobre a excelente receptividade dos índios à doutrina cristã e a perseverança em seus maus costumes. Tal comportamento ambíguo para os portugueses era, segundo o autor, condizente com as características culturais daqueles índios, que eram bastante abertos e receptivos aos outros e aos novos elementos culturais, absorvidos por eles, porém, ao seu próprio modo. O misto de abertura e teimosia, docilidade e inconstância, entusiasmo e indiferença com que os Tupinambá receberam o evangelho compreende-se, segundo o autor, quando se percebe seu "[…] obscuro desejo de ser o outro, mas segundo os próprios termos" (Viveiros de Castro, 1992, p. 26).

Índios, africanos e seus descendentes tornaram-se cristãos e participaram intensamente de sacramentos, festas, instituições e rituais cristão, atribuindo-lhes, com certeza, significados próprios, por vezes difíceis de serem percebidos. No desafio de desvendá-los, pesquisas recentes têm se debruçado sobre grupos específicos, procurando identificar, além de suas características culturais pré-contato (quando possível), suas trajetórias e as dinâmicas de suas relações como fatores fundamentais para a compreensão dos sentidos atribuídos às novas práticas assumidas. É fundamental atentar para um aspecto bastante enfatizado nas

pesquisas recentes: as reelaborações de tradições e mitos se fazem tendo como referencial as situações presentes.

Movimentos messiânicos de resistência a partir de práticas religiosas analisados sob o enfoque histórico-antropológico revelam múltiplos significados para os diferentes atores. Ronaldo Vainfas (1995), por intermédio de fontes inquisitoriais, estudou o ritual da Santidade de Jaguaripe, demonstrando a apropriação e ressignificação de elementos do catolicismo no movimento, que acabou por desafiar a própria ordem colonial. Analisou fontes históricas com um olhar antropológico e evidenciou a historicidade do mito tupi reelaborado a partir dos novos desafios vivenciados na colônia. Conhecimentos da cultura banto permitiram a Robert Slenes (1999) e a Marina de Mello e Souza (2001) perceber signos africanos nas estatuetas de nó de pinho usadas por africanos e seus descendentes no vale do Paraíba, no século XIX. Vários trabalhos têm revelado o papel fundamental das irmandades religiosas como instituições que permitiram aos africanos e aos afrodescendentes reconstruir redes de sociabilidade e rearticular identidades sociais e étnicas na colônia (Soares, 2000).

Sem subestimar a violência e os prejuízos causados aos povos indígenas e africanos pelas imposições religiosas, cabe reconhecer o interesse de muitos deles em assumir a identidade cristã, uma vez que, por meio dela, inseriam-se nas sociedades coloniais e pós-coloniais e reelaboravam relações sociais, culturais e identitárias. A conversão ao cristianismo lhes oferecia instrumentos não só para se adaptar às sociedades envolventes, como também para contestar as ordens dominantes, conforme revelam vários estudos.

Etnicidade, grupos étnicos e política: processos de etnogênese na América

Identidades, categorias e classificações étnicas têm sido problematizadas e repensadas a partir das novas tendências teóricas aqui apresentadas. Entendidas como categorias históricas construídas nos processos de interação entre grupos étnicos e sociais diversos, elas também se revestem de diferentes significados conforme os tempos, os espaços e os agentes em contato. Isso é válido tanto para as categorias amplas e genéricas (tais como índios, negros, mestiços, pardos, caboclos etc), como para os etnônimos mais específicos referentes às identidades dos povos nativos da América e da África. Tal como a cultura, a identidade já não é vista como fixa, única e imutável. Compreendida como construção histórica, seu caráter plural, dinâmico e flexível tem sido evidenciado em inúmeros estudos sobre reelaborações identitárias de índios, africanos e seus descendentes em diferentes espaços e temporalidades na América.

Com base nos trabalhos de Max Weber (1994) e, mais recentemente, de Frederick Barth (2000) e Abner Cohen (1978), os estudos atuais sobre etnicidade já não consideram a cultura e muito menos as relações consanguíneas como elementos definidores de grupo étnico, em vez disso, priorizam suas dimensões políticas e históricas. Nos anos 1920, Weber já alertava para o papel da ação política comum como elemento de formação e manutenção

do sentimento de comunhão étnica. Barth, no final dos anos 1960, bastante influenciado pelas ideias do primeiro, enfatizava que as distinções étnicas não dependem da ausência de interação social, tampouco são destruídas por processos de mudança e aculturação. Valorizava também a ação política, o caráter organizacional e o sentimento subjetivo de pertencimento ao grupo como fatores essenciais nos processos de sua formação. A autoatribuição e atribuição por outros foi um fator especialmente enfatizado pelo autor para pensar sobre as fronteiras entre os grupos étnicos e os critérios de inclusão e exclusão. Afinal, os membros individualmente podiam circular, disse ele, porém os grupos se mantinham enquanto se sentiam distintos dos demais.

Sobre a relação entre etnicidade e cultura, convém retomar Weber para o qual mais do que informar a criação dos grupos étnicos, a cultura pode ser por eles criada. A partir dele, muitos autores têm discutido os limites e as dificuldades de se considerar a cultura como elemento-chave para definir grupos étnicos, limites esses que se aplicam principalmente a grupos cujo longo e intenso processo de contato proporcionou tantas misturas e mudanças que fica difícil detectar traços culturais distintivos entre eles e os demais grupos com os quais interagem. Manuela Carneiro da Cunha, por exemplo, afirmou que, em situações de intenso contato, a cultura adquire uma nova função e "[…] tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos" (Carneiro da Cunha, 1987, p. 99). Esses são os sinais distintivos que, segundo a autora, podem ser escolhidos ou até inventados com a função de estabelecer o contraste com os demais grupos, de modo a afirmar a identidade assumida. Sem aprofundar essa discussão, importa ressaltar os limites da identificação de tais sinais quando se trata de grupos nos quais muitas vezes eles não podem ser detectados.

Esse é um desafio, por exemplo, para o estudo das reconstruções identitárias de índios, africanos e afro-descendentes em diferentes regiões e temporalidades do Brasil e da América. Transformaram-se e misturaram-se tanto, em violentos processos de contato com guerras, migrações, deslocamentos forçados, inserções e interações intensas com as sociedades envolventes, que se torna muito difícil detectar entre eles sinais de descendência ou manutenção de traços culturais distintivos, inclusive pela limitação das fontes. Não obstante, o sentimento de comunhão étnica que lhes dá coesão pode ser identificado por vários outros fatores, dentre os quais destacam-se a ação política comum e a construção de uma memória coletiva que os unifica e fortalece em busca dos direitos assegurados com base nas identidades étnicas. Nesse sentido, cabe lembrar Cohen (1978), segundo o qual os grupos se fortalecem e se mantêm distintos enquanto se preservam as distinções políticas e econômicas relacionadas às diferenças étnicas.

Movimentos de reafirmação étnica de índios e afro-descendentes multiplicam-se atualmente no Brasil e na América incentivados pelas constituições dos vários estados do continente que, reconhecendo a pluralidade étnico-cultural de seus respectivos estados, asseguram-lhes direitos coletivos, sobretudo quanto à terra. Esses movimentos evidenciam

ações políticas desses grupos ancoradas em reafirmações de identidades étnicas e, além disso, convidam os intelectuais a repensarem teorias e conceitos sobre as múltiplas formas de rearticulação identitária e cultural vivenciadas em processos históricos de intensas interações étnicas e sociais em períodos anteriores.

Se vários grupos indígenas considerados extintos no século XIX reaparecem hoje em várias regiões da América reivindicando direitos, convém considerar que, de fato, eles nunca desapareceram, como lembrou Oliveira (1999). Foram invisibilizados por concepções políticas, ideológicas e acadêmicas que os viam como assimilados, misturados e dispersos na massa populacional. No nordeste brasileiro, vários deles reconstroem suas origens a partir dos aldeamentos missionários do século XVIII, o que aponta para a rearticulação identitária e cultural desses povos em meio às intensas interações vividas no período colonial.

A partir dessas perspectivas, desenvolvem-se na América inúmeros estudos de caso sobre as reconstruções culturais e identitárias dos mais variados povos indígenas, africanos e seus descendentes em tempos e espaços variados e, no caso dos índios, as novas abordagens incluem tanto os de dentro, quanto os de fora das fronteiras de sociedades coloniais e pós-coloniais. Etnônimos têm sido problematizados, reconhecendo-se neles considerável dose de invenção, como lembrou Monteiro (2001), afirmação que é válida tanto para os indígenas, quanto para os africanos. Os diversos grupos étnicos foram classificados conforme os interesses e as compreensões limitadas dos agentes registradores, tendo dado margem a muitas generalizações e equívocos que misturaram, dividiram e criaram muitos grupos. Estes últimos, no entanto, participaram ativamente desse processo, tendo assumido em muitas situações as novas formas de identificação que lhes eram atribuídas.

Os processos de etnificação, entendidos como mudanças culturais e identitárias impostas por situações de contato, têm sido analisados de forma articulada aos chamados processos de etnogênese, isto é, movimentos dos próprios povos indígenas que, em resposta às mais variadas situações de contato e violência, reelaboram práticas e relações culturais, políticas, econômicas e sociais, construindo, para si e para os outros, novas formas de identificação (Boccara, 2001). Identidades dadas ou impostas, portanto, podiam ser incorporadas conforme possíveis ganhos a elas associadas, o que tem sido evidenciado em diversos estudos histórico-antropológicos.

Assim, se, os povos indígenas e africanos foram capazes de, em situações de contato, reelaborar suas culturas, fizeram o mesmo com suas identidades. Além dos etnônimos para classificar grupos específicos, deve-se considerar também as classificações em categorias mais gerais. Os inúmeros e diferenciados grupos étnicos que habitavam a América tornaram-se todos índios, negros, mestiços, pardos, caboclos, etc., na classificação dos europeus. Identidades genéricas e impostas, porém, em muitos casos, assumida por eles como condição que lhes garantia alguns direitos jurídicos.

De acordo com Sider (1994), os processos de destruição e construção de identidades de povos submetidos a um poder dominante caminham junto com a destruição e constru-

ção de suas histórias. Dentre as diferentes estratégias desenvolvidas por esses grupos para fazer frente à violência com que se deparavam, incluem-se reconstrução de mitos, tradições, memórias, histórias e identidades (Hill, 1996).

Estudos recentes têm apontado para a contínua reconstrução de histórias e memórias coletivas por intermédio da reelaboração de mitos e tradições orais que, longe de serem vistos como estruturas frias de relações simbólicas fechadas, são compreendidos como mais um gênero de narrativas históricas criativamente expandidos para formular novas interpretações coletivas do passado. Trata-se, segundo Hill, da necessidade de poeticamente construir uma compreensão compartilhada do passado histórico que lhes permita compreender sua presente condição como resultado de suas próprias maneiras de fazer história. A isso o autor chama retomada de poder étnico.

Afirmar a reconstrução identitária e a afirmação de identidades étnicas de grupos indígenas e afro-descendentes não significa negar a condição de intensa mistura e mestiçagem tão característica das sociedades coloniais e pós-coloniais da América. Aldeias indígenas (missionárias ou não), quilombos, vilas, cidades e sertões foram espaços de intensos processos de mestiçagem, nos quais africanos, índios, brancos pobres e mestiços conviviam e se misturavam, rearticulando identidades e culturas. Nesse sentido, os conceitos de fronteira e mestiçagem têm sido igualmente repensados (Boccara, 2000; Gruzinski, 2001). Divisões rígidas e dualismos dão lugar às ideias de fluidez e porosidade para se pensar sobre eles, levando em conta as intensas interações dos mais diversos povos e indivíduos que circulavam entre fronteiras muito tênues do ponto de vista físico, cultural e identitário.

Povos indígenas, africanos e seus descendentes reelaboraram identidades em resposta às situações de contato por meio de intensa convivência e ressocialização com vários outros grupos étnicos e sociais. A tendência das pesquisas atuais é procurar compreender os diferentes processos históricos que os levaram a assumir uma ou outra forma de identificação, considerando seus interesses e culturas continuamente transformados.

Deduz-se daí a importância de se historicizar as categorias étnicas e os processos de mestiçagem, na medida em que eles ganham significados específicos conforme as situações, os tempos e os grupos estudados. Além disso, as identidades são plurais e, no caso das populações indígenas, por exemplo, podem ter sido identificados ou assumido a dupla identidade de índios mestiços, da mesma maneira que podem também ter priorizado uma ou outra, conforme a especificidade das situações e dos agentes com os quais atuavam, como têm demonstrado várias pesquisas. Se os significados dessas categorias se alteram com o tempo, convém lembrar que os interesses das populações igualmente se alteram, podendo levá-las, portanto, a assumir ou valorizar mais uma ou outra. De acordo com Guillaume Boccara (2000), as lutas de classificação desenvolvidas em torno dos diferentes grupos ameríndios constituem uma dimensão fundamental da luta social, de classe ou étnica e remetem ao fato de saber o significado de "ser índio" em um momento determinado da história.

O mesmo pode-se dizer com relação às categorias de classificação para africanos e afro-descendentes. Ao longo do tempo, essas categorias adquiriam significados diversos, e vários historiadores têm refletido sobre os usos e apropriações das diferentes formas de classificação por parte de registradores e registrados (Mattos. 2000). Deve-se, pois, considerar as implicações políticas, econômicas e sociais envolvidas nas formas de classificações étnicas, na medida em que ser classificado de uma ou de outra maneira podia – e pode – implicar perdas ou ganhos políticos e/ou sociais. Disputas por classificações étnicas podem ser entendidas, portanto, como disputas políticas e sociais (Boccara, 2000). Essas questões têm sido levantadas atualmente por pesquisadores que, problematizando a ideia da mestiçagem, buscam seus sentidos plurais e estratégicos para os diferentes agentes.

Reafirmo, pois, a importância da historicização das categorias étnicas, bem como dos próprios processos de mestiçagem, para a compreensão dos diferentes significados que os termos adquirem conforme os tempos, os espaços e os agentes sociais em contato. As identidades são, hoje, entendidas como construções fluidas, múltiplas e cambiáveis, que se constroem por meio de complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem. Essas abordagens tornaram-se possíveis a partir da aproximação entre historiadores e antropólogos, que, ao estreitarem o diálogo, reformularam conceitos e teorias fundamentais para refletir sobre relações de contato.

Considerações finais

Como observou Thompson (1981, p. 17), o mundo real avança sobre os gabinetes e impõe aos intelectuais a tarefa de questionar conceitos e teorias para procurar entender e explicar a realidade que se apresenta. Historiadores e antropólogos têm aceitado o desafio, e de sua interlocução crescente resultam novas formas de compreensão sobre as culturas, as identidades e as relações interétnicas entre povos etnicamente diversos. Questionam e interpretam documentos históricos com indagações etnológicas, analisam culturas dos povos e indivíduos, procurando entendê-las em contextos históricos definidos e articulados às relações sociais e interétnicas por eles estabelecidas. Nessas práticas, deparam-se com dificuldades e controvérsias que foram apresentadas de maneira muito sintética neste capítulo. A abordagem interdisciplinar continua suscitando discussões complexas do ponto de vista teórico, metodológico e conceitual que não foram aqui privilegiadas; em vez disso, enfocou-se a considerável contribuição dessa abordagem, por meio da qual povos indígenas, africanos e seus descendentes ganham novo lugar nas histórias do Brasil e da América.

Referências

BARTH, Frederick. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (org). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p. 25-67

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América.1965.

BURKE, Peter.*Variedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BOCCARA, Guillaume. Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Paris, 2001. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/426.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

COHEN, Abner. Organizações invisíveis: alguns estudos de caso". In: _____. *Homem bidimensional*. A antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAVIS, Natalie. Anthropology and history in the 1980s: the possibilities of the past. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. XII, n. 2, 1981, p. 267-274.

GINZBURG, Carlo. "Anthropology and history in the 1980s: A nomment": *The Journal of Interdisciplinary History,* v. XII, n. 2, 1981, p.277-278.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

HILL, Jonathan (org.) *Rethinking history and myth*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.

_____ (org.). *History, power and identity – ethnogenesis in the Americas, 1492-1992.* Iowa City, University of Iowa Press. 1996.

KRECH, Shepard. "The State of Ethnohistory. *Annual Review of Anthropology*, v. 20, 1991, p. 345-375.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jahan 2000.

McKAY, Ian. "History, Anthropology, and the concept of culture. *Labour/Le travailleur*, n. 8, n. 9, 1981/19821, p. 85-241.

MINTZ, Sidney W. "Cultura: uma visão antropológica". *Tempo.* Revista do Departamento de História da UFF, v. 14, n. 28, Niterói: EDUFF, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores estudos de história indígena e do indigenismo.*Campinas. Tese de Livre Docência apresentada à UNICAMP, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução missionários, tupi e "tapuia" no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSC, 2003.

ROSALDO, Renato. *Ilongot headhunting 1883-1974*. California: Stanford University Press, 1980.

SAHLINS, Marshal. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SIDER, Gerald. Identity as history ethnohistory, ethnogenesis and ethnocide in the Southeastern United States" In: *Identities Global Studies in Culture and Power.* New Hampshire, v.1, n. 1, p.109-122, 1994.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor – identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marina de Mello e. Santo Antônio de nó-de-pinho e o catolicismo afro-brasileiro. *Revista Tempo.* Rio de Janeiro: Sette Letras, n. 11, 2001, p. 27-44.

THOMPSON, E. P. *Miséria da teoria.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRIGGER, Bruce G. "Etnohistory: problems and perspectives. *Etnohistory.* Texas, v. 29, n. 1, 1982, p.1-19.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios – catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, v. 35, 1992. p. 26.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas: *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994, p. 267-277.

Capítulo 9

História oral: velhas questões, novos desafios

Marieta de Moraes Ferreira

Refletindo sobre o estatuto da história oral

A proposta deste capítulo é enfocar algumas questões básicas relacionadas com a história oral, tais como seu estatuto, suas possibilidades, seus desafios e suas limitações. A primeira pergunta que se coloca é: o que é, afinal, história oral? Tomando como ponto de partida a necessidade de precisar seu estatuto, é possível reduzir a três as principais posturas adotadas para responder a essa pergunta. A primeira advoga ser a história oral uma técnica, a segunda, uma disciplina e a terceira, uma metodologia .(Ferreira; Amado, 2006)

Os que defendem a história oral como técnica privilegiam as experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca, como tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelos de organização de acervo etc. Essa orientação nega qualquer pretensão metodológica ou teórica, uma vez que "A chamada 'história oral' não passa de um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador em pesquisa e para a posterior conservação das fitas" (Roger, 1986, p. 23-28).

Alguns defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais, e muitos deles são cientistas sociais cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral escritas), que utilizam as entrevistas de forma eventual, sempre como fontes de informação complementar, e que nem sempre defendem conscientemente a "postura técnica". A essas pessoas, entretanto, somam-se as que efetivamente concebem a história oral como uma técnica, negando-lhe qualquer pretensão metodológica ou teórica.

Os que postulam *status* de disciplina para a história oral baseiam-se em argumentos complexos, por vezes contraditórios entre si. Todos, entretanto, parecem partir de uma ideia fundamental, a de que a história oral inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos; esse conjunto, por sua vez, norteia as duas outras instâncias, conferindo-lhes significado e emprestando unidade ao novo campo do conhecimento." (Mikka, 1988, p. 124-36)

E quais conceitos, ideias, características e direções integrariam a história oral, permitindo conferir-lhe o *status* de disciplina segundo esse grupo de estudiosos? Nesse ponto surgem dificuldades, pois os autores divergem, partindo de pontos de vista diferentes e até opostos, sem fornecer argumentos mais consistentes. De qualquer forma, os postulantes da história oral como disciplina reconhecem nela uma área de estudos com objeto próprio e capacidade (como o fazem todas as disciplinas) de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática, no caso específico, questões como as imbricações entre história e memória, entre sujeito e objeto de estudo, entre história de vida, biografia e autobiografia, entre diversas apropriações sociais do discurso etc.

Há ainda os que consideram a história oral como um método de investigação e têm como pressuposto, portanto, defender a história oral como metodologia. Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho –, funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da história oral, o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de *suscitar*, jamais de *solucionar* questões, ou seja, formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas.

As soluções e explicações devem ser buscadas na historiografia e na teoria da história, em que se agrupam conceitos capazes de pensar os problemas metodológicos gerados pela pesquisa histórica. O entrevistado "se esquece" sempre de um conjunto específico de acontecimentos que vivenciou? Cada grupo de informantes situa em datas diferentes determinado fato histórico? Sendo uma metodologia, a história oral consegue enunciar perguntas como essas, mas, exatamente por ser uma metodologia, não dispõe de instrumentos capazes de compreender os tipos de comportamento descritos. Apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo, pois se dedica, entre outras coisas, a pensar os *conceitos* de história e memória, assim como as complexas *relações* entre ambos.

A interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico, mas é a teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores, aí incluídos os que trabalham com fontes orais.

Exatamente o mesmo ocorre com outras metodologias: a demografia histórica, por exemplo, está apta a elaborar tabelas e séries relativas às populações, a construir metodologias de trabalho para esse material e formular questões importantes sobre tais dados, mas deve procurar fora dela própria – na teoria – subsídios para compreender as questões que suscita; o mesmo se passa com a história econômica, a genealogia, a história cultural etc.

Afinal, qual a importância de toda essa discussão? Que diferença ela poderá fazer para quem trabalha com fontes orais? A nosso ver, pode fazer uma grande diferença, e nosso ponto de vista é que esse debate está bem no centro da definição do que é a história oral,

dos seus usos e dos rumos que poderá tomar. Se considerarmos a história oral uma técnica, nossa preocupação se concentrará exclusivamente em temas como organização de acervos e realização de entrevistas (temas em si relevantes, mas, como esperamos ter demonstrado, muito aquém das possibilidades da história oral). Se concebermos a história oral como disciplina, há dois caminhos possíveis, ambos, a nosso ver, problemáticos: "esquecermos" as questões de caráter teórico, deixando de abordá-las em nossos trabalhos, ou tentarmos encontrar respostas para elas apenas no âmbito da história oral.

No primeiro caso, o resultado serão os numerosos trabalhos, com conclusões óbvias – porque coladas aos dados das entrevistas, sem possibilidade de maior capacidade de análise –, que sempre deixam uma pergunta no ar: seria mesmo preciso fazer uma pesquisa para chegar a isso? São trabalhos que se limitam a reproduzir as palavras dos entrevistados, que exploram uma ideia já comprovada (utilizando trechos de entrevistas para corroborá-la), que não conseguem problematizar qualquer aspecto da pesquisa.

No segundo caso – buscar respostas teóricas no âmbito da história oral –, o resultado, em nosso entender, é mais danoso: como é impossível explicar algo sem meios adequados para fazê-lo (explicar questões teóricas pela via da metodologia), os textos, para tentar contornar o problema, são pontilhados de referências ligeiras à "seletividade da memória", aos "entrelaçamentos entre tradição oral e escrita" e às "imbricações entre sujeito e objeto de estudo", confundindo os leitores iniciantes e nada revelando.

A despeito de todas essas diferenças de posicionamento, algumas ideias básicas condensam perspectivas e temas reconhecidos por grande parte da bibliografia como específicos da história oral, mesmo por autores que não postulam para esta o *status* de disciplina autônoma: o testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória, o que obriga o historiador a levar em conta perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos históricos, como as relações entre escrita e oralidade, memória e história, ou tradição oral e história; o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezada, característica que permitiu, inclusive, que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos.

Na história oral existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular, isto é, são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo, o que leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas em uma rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa e a buscar caminhos alternativos de interpretação; a pesquisa com fontes orais apoia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevista, que são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando, assim, elementos e perspectivas às vezes ausentes de

outras práticas históricas — porque tradicionalmente relacionados apenas a indivíduos —, como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano.

A história do tempo presente, perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão históricas; na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes, e a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes; a narrativa, a forma de construção e organização do discurso são valorizadas pelo historiador, pois, como lembrou Alessandro Portelli, fontes orais são fontes narrativas. Tudo isso chama atenção ao caráter ficcional das narrativas históricas, seja as dos entrevistados, seja as do entrevistador, o que pode acarretar mudanças de perspectiva revolucionárias para o trabalho histórico (Ferreira e Amado, 2006).

Percursos e desafios

Definidos alguns pressupostos básicos do debate sobre o estatuto da história oral, nosso próximo passo é apresentar o percurso por ela percorrido. A discussão acerca dos problemas metodológicos da história oral, que nos anos 1960 e 1970 de modo geral despertava pouco interesse entre os historiadores, na virada para o século XXI passou a ocupar um espaço importante, o que é explicado, em grande parte, pela resistência dos especialistas em incorporar ao seu universo de pesquisa a possibilidade do uso de fontes orais. Tal desinteresse e desconfiança resultam, por sua vez, de formas arraigadas de conceber a história e a validade de suas fontes. Nas últimas duas décadas grandes transformações marcaram o debate historiográfico, e a objetividade das fontes escritas foi definitivamente posta em questão.

A consolidação da disciplina da história e a profissionalização do historiador no século XIX impuseram o domínio absoluto dos documentos escritos como fonte, em detrimento da tradição oral, expulsando a memória em favor do fato. A criação dos arquivos nacionais, paradigmas de instituição organizada em torno da fonte escrita, conduziu ao desenvolvimento dos estudos dos períodos mais remotos, assegurando a supremacia da história medieval e erigindo a análise do político em abordagem essencial para se chegar a uma história científica. Paralelamente, vinculava-se a tradição oral ao anedótico ou ao passado recente, às sociedades sem escrita, às classes populares, estabelecendo-se, assim, uma hierarquia dos campos de conhecimento, de fontes e de objetos.

Esse modelo, dominante no século XIX, privilegiava a história política e, do ponto de vista da periodização, enquanto a história antiga e medieval recebiam maior atenção e constituíam objeto de reflexões mais aprofundadas, a história contemporânea era marginalizada e definida apenas como um apêndice cronológico, sem identificação teórica. A justificativa para tal posicionamento era a concepção de que uma história só nasce para uma época quando esta já está totalmente morta, o que implicava a crença em um passado fixo

e determinado. Foi nesse quadro que se colocou uma condição indispensável para se fazer uma história científica: a visão retrospectiva. Mas o que, exatamente, queria dizer isso?

A afirmação da história como uma disciplina que possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifração de documentos, implicou a concepção da objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente. Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica. Se era verdade que a competência do historiador se devia ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados, visto que, para que os traços pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Desde que um evento era produzido ele pertencia à história, mas, para que se tornasse um elemento do conhecimento histórico erudito, era necessário esperar vários anos, para que os traços do passado pudessem ser arquivados e catalogados (Noiriel, 1998).

Com base na alegação da impossibilidade de lhe serem aplicadas regras científicas, foi assim recusado à história contemporânea o estatuto de história. No plano teórico, a história deveria ser identificada com o passado, o que excluiria o período mais recente, e, no plano metodológico, colocavam-se em questão as fontes contemporâneas, raras em razão dos limites legais para a consulta e, ao mesmo tempo, superabundantes em virtude da ampliação da noção de arquivo.

Após ter desfrutado de amplo prestígio durante todo o século XIX, esse modelo entrou em processo de declínio. A fundação, na França, da revista *Annales,* em 1929, e da École Pratique des Hautes Études, em 1948, daria impulso a um profundo movimento de transformação no campo da história. Em nome de uma história total, uma nova geração de historiadores, conhecida como "École des Annales", passou a questionar a hegemonia da história política, imputando-lhe um número infindável de defeitos: era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva e psicologizante. Em contrapartida, esse grupo defendia uma nova concepção, em que o econômico e o social ocupavam lugar privilegiado.

Essa nova história sustentava que as estruturas duráveis eram mais reais e determinantes do que os acidentes de conjuntura, e seus pressupostos eram que os fenômenos inscritos em uma longa duração são mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude, e que os comportamentos coletivos têm mais importância sobre o curso da história do que as iniciativas individuais. As realidades do trabalho e da produção, e não mais os regimes políticos e os eventos, deveriam ser objeto da atenção dos historiadores. O fundamental era o estudo das estruturas, em que assumia primazia não mais o que é manifesto, o que se vê, mas o que está por trás do manifesto, e o que importava era identificar as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais e engendram as formas do discurso. Daí a afirmação de uma separação radical entre o objeto do conhecimento histórico propriamente dito e a consciência subjetiva dos atores.

Essa nova maneira de fazer história não alterou, contudo, a postura anterior no que diz respeito ao período de interesse e às fontes, uma vez que, da mesma forma como na história *metódica*, os períodos que receberam maior atenção e se tomaram alvo dos estudos renovadores foram prioritariamente o medieval e o moderno. O século XX manteve o estigma de objeto de estudo problemático, e a legitimidade de sua abordagem pela história foi constantemente questionada. A impossibilidade de recuo no tempo, aliada à dificuldade de apreciar a importância e a dimensão a longo prazo dos fenômenos, bem como o risco de cair no puro relato jornalístico, foram mais uma vez colocados como empecilhos para a história do século XX. E ainda que Jacques Le Goff tenha apontado a conquista da história contemporânea pela nova história como uma tarefa urgente, pouco foi feito nesse sentido, de modo que contemporâneo podia ser matéria das ciências sociais em geral, mas não da história. Com isso, a história do século XX tornou-se uma história sem historiadores.

A transformação que se operou no campo da história a partir da França, e que se difundiu para outros países, tampouco questionou o predomínio absoluto das fontes escritas; pelo contrário, o reafirmou. Ao valorizar o estudo das estruturas, dos processos de longa duração, a nova história atribuiu às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental. Em contrapartida, ao desvalorizar a análise do papel do indivíduo, das conjunturas, dos aspectos culturais e políticos, também desqualificou o uso dos relatos pessoais, das histórias de vida e das biografias. Condenava-se a sua subjetividade, levantavam-se dúvidas sobre as visões distorcidas que apresentavam, enfatizava-se a dificuldade de se obter relatos fidedignos e alegava-se também que os depoimentos pessoais não podiam ser considerados representativos de uma época ou um grupo, pois a experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações. Não é preciso dizer que os historiadores identificados com a tradição dos *Annales* excluíram as possibilidades de incorporação do uso das fontes orais.

Entretanto, a partir da década de 1980, registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares e, paralelamente, a história cultural ganhou novo impulso, ocorreu um renascimento do interesse pelo político e foram incorporados à história o estudo do contemporâneo e os debates em torno da memória.

A memória em debate

O aprofundamento das discussões sobre as relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Por sua vez, a expansão dos debates sobre a memória e suas relações com a história veio oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado (Rousso, 1993).

Segundo Patrick Hutton (1993), o interesse dos historiadores pela memória foi em grande medida inspirado pela historiografia francesa, sobretudo a história das mentalidades coletivas que emergiu na década de 1960. Nesses estudos, que focalizavam principalmente a cultura popular, a vida familiar, os hábitos locais, a religiosidade etc., a questão da memória coletiva já estava implícita, embora não fosse abordada diretamente.

Um dos primeiros autores a chamar a atenção para o tema da memória, segundo Hutton, foi Philippe Ariès, que destacou o papel dos rituais comemorativos com a função de fortalecer os laços familiares no final do século XVIII e início do século XIX. Ariès chamava a atenção também para o papel dos monumentos, das comemorações em torno das figuras políticas ilustres ao longo do século XIX, e para como eles se relacionavam com a emergência dos Estados nacionais. Seguindo a trilha aberta por Ariès, surgiu um novo gênero na historiografia na década de 1980, a história das políticas de comemoração (*History of the politics of commemoration*), cujo pioneiro foi Maurice Agulhon, que analisou a imagem da República na França (1789-1879) em sua obra *Marianne au combat* (1979).

É nesse contexto que a formulação teórica do sociólogo Maurice Halbwachs (1994) ganha destaque, passando a integrar o universo teórico dos historiadores. De acordo com ele, a memória envolve uma relação entre a repetição e a rememoração. Importa, porém, ressaltar que, ao analisar a repetição das memórias, Halbwachs observou que ela ocorre juntamente com a sua revisão. Outro ponto relevante de sua pesquisa é a formulação de que a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém, porque, na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós (Hutton, 1993).

Essa contribuição fornece elementos para a elaboração de uma história das comemorações e, ao pesquisar as imagens nas quais os atores históricos representam seu mundo, os historiadores podem identificar as estruturas da imaginação coletiva e o poder do grupo social que as criou.

Tomando como referência as contribuições de Halbwachs, Pierre Nora (1984-1993), em sua obra *Les lieux de mémoire,* propõe uma nova história das políticas de memória e uma história das memórias coletivas da França. A valorização de uma história das representações do imaginário social e da compreensão dos usos políticos do passado pelo presente promoveu uma reavaliação das relações entre história e memória, e permitiu aos historiadores repensar as relações entre passado e presente e definir para a história do tempo presente o estudo dos usos do passado. Nora aprofunda ainda a distinção entre o relato histórico e o discurso da memória e das recordações. A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica por meio de uma exposição lógica dos acontecimentos e das vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente (Vilanova, 1994).

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (Pollak, 1993).

Se por um lado essas transformações no campo da história podem ser avaliadas como positivas, na medida em que permitem uma reflexão histórica menos segura dela mesma, porém mais viva, diagnósticos recentes de especialistas renomados chamam a atenção para a crise epistemológica que acompanha o abalo das antigas certezas dos historiadores. O questionamento da crença em um passado fixo e determinável, a perda de confiança na quantificação, o abandono de certos objetos históricos ou o questionamento de noções como mentalidade, de categorias como classes sociais, de classificações socioprofissionais e de modelos de interpretação (estruturalista, marxista, demográfico) fizeram a história, no dizer de Roger Chartier (1993), perder a sua posição de disciplina confederadora das ciências sociais. Por sua vez, o refluxo dos grandes modelos explicativos levou a uma grande dispersão, fazendo que as principais tradições historiográficas perdessem sua unidade, explodindo em proposições múltiplas e, por vezes, contraditórias.

Todas essas mudanças criaram um espaço novo para o estudo dos períodos recentes e a incorporação das fontes orais, mas também permitiram a permanência de antigas resistências.

A força das tradições

A coleta de depoimentos pessoais mediante a utilização de um gravador iniciou-se na década de 1940 com o jornalista Allan Nevins, que desenvolveu um programa de entrevistas voltado para a recuperação de informações acerca da atuação dos grupos dominantes norte-americanos. Esse programa veio a constituir o Columbia Oral History Office, organismo que serviu de modelo para outros centros criados nos anos 1950 em bibliotecas e arquivos no Texas, em Berkeley e em Los Angeles. Esse primeiro ciclo de expansão do que se chamou história oral privilegiou o estudo das elites e se atribuiu a tarefa de preencher as lacunas do registro escrito por meio da formação de arquivos com fitas transcritas.

A plena expansão desse processo, que constituiu um verdadeiro *boom*, teve lugar apenas na segunda metade dos anos 1960, prolongando-se ao longo da década de 1970, especialmente nos Estados Unidos. As lutas pelos direitos civis travadas pelas minorias – negros, mulheres, imigrantes etc. – seriam agora as principais responsáveis pela afirmação da história oral, que procurava dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados e tirar do esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo. A história oral afirmava-se, assim, como instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social – uma história oral militante.

A penetração da história oral na comunidade dos historiadores, apesar de alguns pontos de afinidade com a nova história, que valorizava o estudo dos excluídos, continuou, porém, enfrentando fortes resistências. É verdade que nos Estados Unidos e na Inglaterra o uso das fontes orais encontrou maior aceitação, propiciando o desenvolvimento de uma linha expressiva de trabalho voltada para o estudo da classe trabalhadora e das minorias, e deve-se assinalar ainda a originalidade da história oral britânica, que não se caracterizou prioritariamente como acadêmica ou universitária.

Na França, a forte presença da "École des Annales" e o domínio da abordagem estrutural e quantitativa da história, como já foi dito, revelaram-se fatores inibidores do uso das fontes orais, garantindo o culto do registro escrito. O que se pode perceber, portanto, é que de início a história oral se desenvolveu em grande medida fora da comunidade dos historiadores e, ainda que guardando as especificidades próprias dos diferentes países com suas distintas tradições historiográficas, o fetichismo do documento escrito, a crença na objetividade das fontes e a concentração do interesse nos períodos mais remotos do tempo destinaram à discussão sobre a história oral – ou mesmo apenas sobre o uso das fontes orais – um espaço bastante restrito no contexto dos debates teórico-metodológicos dos historiadores.

No entanto, as transformações recentes ocorridas no campo da história em geral e na história do século XX, em particular, geraram uma nova discussão sobre o papel das fontes históricas, permitindo que a história oral ocupasse um novo espaço nos debates historiográficos atuais. Vejamos, então, que transformações foram essas.

Em primeiro lugar, a emergência da história do século XX com um novo estatuto, definido por alguns como a história do tempo presente, portanto, como portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos que, sob certo aspecto, condicionam o trabalho do historiador, coloca obrigatoriamente em foco os depoimentos orais. Além disso, as próprias transformações das sociedades modernas e as consequentes mudanças no conteúdo dos arquivos, que cada vez mais passam a dispor de registros sonoros e visuais, impulsionam a tendência a uma revisão do papel das fontes escritas, visuais e orais.

Por outro lado, o retorno do político e a revalorização do papel do sujeito estimulam o estudo dos processos de tomada de decisão. Esse novo objeto de análise também dá maior oportunidade ao uso dos depoimentos orais: os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os meandros tortuosos dos processos decisórios, e muitas decisões são tomadas por meio da comunicação oral, das articulações pessoais; o número de problemas resolvidos por telefone ou pessoalmente não para de crescer. Para suprir essas lacunas documentais, os depoimentos orais revelam-se de grande valia.

A linha historiográfica que explora as relações entre memória e história rompe com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o aquele é construído segundo as necessidades deste. Ainda que baseada nas fontes escritas, possibilita uma maior abertura, capaz de neutralizar, em

parte e indiretamente, as tradicionais críticas feitas ao uso das fontes orais, consideradas subjetivas e distorcidas.

Ao esquadrinhar os usos políticos do passado recente ou ao propor o estudo das visões de mundo de determinados grupos sociais na construção de respostas para os seus problemas, essas novas linhas de pesquisa também possibilitam que as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espelham determinadas representações. Assim, as possíveis distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa.

Todos esses aspectos que têm caracterizado as transformações no campo da história a partir da década de 1970 abriram, sem dúvida, um espaço para o reconhecimento do uso das fontes orais. No entanto, novos desafios e dificuldades se colocam para que se possa garantir uma maior legitimidade para a história oral no universo dos historiadores.

Construção de fontes ou dever de memória?

As sociedades contemporâneas passaram a ter uma verdadeira "obsessão pela memória" (Ferreira, 2006, p. 195-203), e o passado tornou-se uma das preocupações centrais no mundo ocidental. Houve um deslocamento do foco do futuro-presente para o passado-presente, e vários estudos indicam que febres de comemoração do passado tomaram conta da Europa e dos Estados Unidos, podendo-se falar no desenvolvimento de uma cultura memorialista ou uma *inflação de memórias*, para usar as palavras de Andreas Huyssen (2000:21). Nos Estados Unidos, o exemplo mais recente é o 11 de setembro, que passou a ser uma data marcante para a rememoração do atentado ao World Trade Center, evento sobre o qual são produzidos a cada ano documentários, exposições e programas de TV.

Na virada para o século XXI, pôde-se também detectar um grande comprometimento das sociedades contemporâneas com o chamado "dever de memória". De acordo com Olivier Lalieu, em seu artigo *L'invention du devoir de mémoire* (2001), essa expressão foi criada para designar uma espécie de culto aos mortos, vítimas de atos de repressão e de traumas políticos, culto esse que produz desdobramentos e obrigações nos domínios históricos, jurídicos, financeiros e políticos.

Nesse contexto, o ato de testemunhar ganha um novo significado, e as vítimas ou seus descendentes transformam-se em agentes fundamentais para o exercício do dever de memória, entendido agora não apenas em sua dimensão de culto aos mortos, de dever de lembrança e homenagem, mas também como direito de reclamar justiça e conquistar resultados concretos nos domínios político, judicial e financeiro.(Heymann, 2007)

De fato, o desenvolvimento em diferentes países e grupos sociais de políticas memoriais envolvendo eventos traumáticos, como forma de lutar contra o esquecimento de indivíduos vitimados pela opressão, tem implicado cada vez mais a ideia de responsabilidade oficial de governos e sociedades no sofrimento vivido pelas vítimas e tem propiciado a reivindicação de medidas compensatórias não só para reparar as injustiças, mas para impedir

possíveis repetições futuras de processos de violência e discriminação. Iniciados a partir do Holocausto na Europa, projetos de memória dessa natureza têm encontrado ressonância nos últimos tempos em diferentes sociedades, como na África do Sul, nos países da América Latina egressos das ditaduras militares, ou, ainda, no Leste Europeu após a queda dos regimes comunistas (Ferreira, 2006).

Entretanto, o abuso das políticas memoriais, para usar as palavras de Todorov, teria transformado as lembranças em armas políticas e garantido uma sacralização para os testemunhos que conduz à valorização de uma representação do passado a partir essencialmente de destinos individuais. A afirmação dessas práticas políticas tem provocado intensos debates e críticas nas comunidades dos historiadores e tem levado ao questionamento dos instrumentos legais utilizados pelos estados na gestão de passados e nos processos de sacralização de memórias (Todorov, 2002).

No campo das reminiscências há uma tendência a *sacralizar* ou *banalizar* o passado, como afirma Todorov (2002, p. 189-195). A sacralização está relacionada ao isolamento de uma lembrança, negando-se a possibilidade de interlocução entre o passado e o presente. Uma população que sacraliza a memória de um trauma, por exemplo, não permite a reconstrução histórica do evento e sua discussão no presente. Aquele passado fica cristalizado e passa a ser alvo de rituais relacionados à afirmação da identidade do grupo, processo que impede o esquecimento, mas também pode dificultar um trabalho de reelaboração da memória. No polo inverso está uma postura de banalização e, nesse caso, o presente passa a ser lido como repetição do passado. As lembranças são trazidas a todo momento, e os acontecimentos do presente são assimilados a partir do prisma de um evento do passado. O perigo da sacralização e da banalização é que essas perspectivas reforçam a perpetuação de rótulos como o do herói, da vítima ou dos moralizadores, visto que, ao se privilegiar um dever de memória, muitas vezes acaba-se resvalando nesses extremos. Qual seria a outra possibilidade de relação com o passado? Em vez de uma militância pela memória, seria necessário pensar em um trabalho sobre a memória.

Nessa conjuntura, uma pergunta torna-se relevante: como os historiadores se inserem nas comemorações do passado e no debate público sobre elas engendrado? Se por um lado eles estão presentes nos projetos editoriais e aceitam participar de comissões judiciárias (comissões constituídas por especialistas com diferentes formações, nas quais os historiadores têm destacado papel para verificar e avaliar os aspectos históricos de processos criminais e atestar ou não sua veracidade) e discussões na mídia, por outro não conduzem o calendário das comemorações, tampouco são responsáveis pelos termos desse debate (Ferreira, 2005). O terreno do contemporâneo é amplamente ocupado pelos jornalistas e outros profissionais da comunicação, além das testemunhas, o que coloca questões adicionais para o historiador.

Um ponto que tem gerado polêmica está relacionado à definição de conteúdos históricos sancionados por legisladores, que podem estar em desacordo com a produção historiográfica. O estabelecimento de políticas memoriais vinculadas ao atendimento de reivindica-

ções de reparação por parte das vítimas ao Estado muitas vezes se choca com a interpretação de eventos históricos e coloca sob suspeita o saber produzido pelos historiadores, bem como seu papel no espaço público (Heymann, 2007). Questiona-se a autoridade dos especialistas para discutir temas históricos, atingindo-se a própria profissionalização do historiador, e abre-se, assim não só uma disputa entre interpretações historiográficas divergentes, mas uma competição entre diferentes atividades profissionais, como as dos jornalistas, legisladores e profissionais da história no que diz respeito à legitimidade de seus praticantes para acessar o passado e analisá-lo.

Diante desse quadro, muitos historiadores têm se manifestado, apontando os perigos dos processos de sacralização da memória e argumentando que o estabelecimento de leis que definam como devem ser tratados certos eventos históricos cria sérios riscos. A imposição legal de uma visão da história, segundo eles, transforma uma memória em valor inconteste, eliminando qualquer possibilidade de discussão sobre os temas históricos (Heymann, 2007).

É preciso destacar que as críticas dos historiadores às leis memoriais têm como alvo principal a definição legal de um conteúdo para o passado histórico, e não o fato de as leis estabelecerem a obrigatoriedade de determinados temas para o estudo e o ensino do passado. A grande preocupação da comunidade dos profissionais da história são as intervenções que as políticas de memória impõem na apreciação de eventos do passado e as consequências dessas iniciativas na produção do saber histórico. Esse tipo de interferência, além de restringir a liberdade de pesquisa, subordina a história à memória e anula a possibilidade do questionamento das fontes primárias, primeira premissa do ofício do historiador.

Esse aspecto do debate ganha cores ainda mais intensas e desdobramentos ainda mais profundos quando a comunidade dos historiadores se volta para as discussões teóricas e metodológicas, que é quando a questão da subjetividade emerge como elemento de crítica fundamental.

Segundo a pesquisadora argentina Beatriz Sarlo (2007), a partir dessa supervalorização da memória os historiadores passaram a rever os objetos da pesquisa histórica, revalorizando os estudos do cotidiano e dando ênfase especial às biografias dos personagens comuns e aos testemunhos orais. O reconhecimento desse tipo de abordagem teria levado a uma "guinada subjetiva". Passou-se a observar que todos os atores históricos seriam inventivos, ou seja, o fato de não se regularem unicamente por uma ideologia hegemônica teria permitido a formação de suas identidades particulares. Essa focalização da historiografia nos indivíduos, no entender de Sarlo, foi incentivada pela noção de que o passado pode ser interpretado por sua lógica interna e de que o sujeito histórico observado na sua subjetividade é o melhor caminho para se alcançar esse fim.-

Nas palavras de Beatriz Sarlo, estamos vivendo em uma época de grande subjetividade, na qual o "eu" passou a receber privilégios, principalmente por se opor à hegemonia simbólica dos meios audiovisuais e por constituir um meio jurídico e moral de se reconhecer o

mal causado às vítimas das ditaduras militares e guerras recentes. Essa valorização do "eu" no contexto atual, sustentada por interesses políticos e culturais, onde há o temor de uma "perda de memória", deve ser objeto de uma arguta crítica. Um caminho apontado pela autora para garantir esse olhar crítico é colocar o foco nos limites ao uso dos testemunhos na modernidade.

Ainda segundo Sarlo, o principal argumento nessa linha, levantado já por Walter Benjamin, sustentava que os homens atingidos pelo choque avassalador da Primeira Grande Guerra não mais conseguiam transmitir o vivido, na medida em que retinham apenas nuvens de acontecimentos. Ainda que o autor tenha buscado encontrar a saída para esse impasse propondo a redenção do passado pela memória, pode-se reconhecer as dificuldades de sua proposta diante da impossibilidade de garantir a consistência do relato e a própria existência da experiência.

Essas dificuldades têm sido retomadas mais recentemente por outros pensadores, que apontam a aceleração do tempo cultural, tecnológico e moral como uma limitação para a transmissão dos relatos entre gerações, ou seja, indicam uma crise de autoridade do passado sobre o presente. Outro argumento evocado que vem se somar a esses debates é o da impossibilidade de se estabelecer um sistema de equivalência entre o eu do relato e a experiência. De acordo com essa perspectiva, não existe uma relação verificável entre o eu textual e o eu da experiência, constituindo, assim, o gênero autobiográfico apenas uma máscara do autor, ou seja, todo relato autobiográfico seria, na verdade, idêntico à ficção em primeira pessoa.

Toda essa discussão tem tido reflexos para o uso da história oral, e novamente o estatuto da história oral e suas possibilidades de uso voltam à cena. Na atualidade estão sendo realizados inúmeros projetos, por diferentes instituições, que visam registrar, por meio da coleta de relatos orais, as experiências vivenciadas pelas populações envolvidas em grandes traumas, e o grande tema que inaugurou esse tipo de iniciativa e que pode ser chamado de movimento testemunhal foi o Holocausto.

Diante desses debates acerca do "dever de memória" e das críticas à "guinada subjetiva" e à "exaltação do testemunho", que têm estado presentes em algumas linhas historiográficas da atualidade e têm colocado grandes desafios para os historiadores, cabe perguntar qual o significado e a importância de se produzir um acervo de depoimentos orais de atores sociais envolvidos em eventos fundadores, sejam eles traumáticos ou não. Como enfrentar a ameaça da sacralização da memória das lutas contra a ditadura militar brasileira? Como constituir, a partir da coleta de depoimentos orais, uma fonte histórica passível de uso crítico e de questionamento e confronto pelos historiadores?

O "dever de memória" é uma premissa que está presente nos projetos testemunhais, e a ideia central postula a necessidade de se preservar a memória do que ocorreu com o objetivo de tentar evitar futuras manifestações de autoritarismos e desrespeito aos direitos humanos. A questão é saber se a divulgação de uma narrativa da memória é capaz de atuar dessa maneira nos rumos do presente, isto é, talvez seja elucidativo deixar claro que

a memória em si não é boa nem má. Muitas vezes os benefícios que se procura extrair dos projetos testemunhais podem ser desvirtuados por conta das formas assumidas pelas rememorações. É possível lembrar uma violência com o objetivo de evitar a sua repetição, porém pode-se acionar essa mesma memória para justificar vinganças violentas no presente. Tal é o princípio dos revanchismos sociais que estão longe de favorecer a um apaziguamento de conflitos (Bresciani, 2004).

A realização dos projetos testemunhais coloca alguns problemas para serem pensados pela história enquanto disciplina, e os resultados desses projetos podem ser vistos como a escrita de história, especialmente pelo grande público. Isso aponta para uma questão importante: o que distingue as vozes da memória dos resultados de um trabalho que pode ser realizado a partir dessas vozes?

Essa questão não pode ser respondida a partir de uma oposição simplista entre a memória e a história, pois tal reducionismo tende a associar a memória ao falso e a história à verdade. Esse é um tema que vem sendo discutido pela historiografia há décadas, e obras importantes já foram produzidas nos campos da história da memória ou história das representações (Lavabre, 2001). A memória foi incorporada como um problema pela disciplina histórica e, para os nossos propósitos, cabe apontar algumas reflexões propiciadas pelo trabalho com os projetos testemunhais.

Uma consideração importante diz respeito às relações entre as memórias trazidas pelos testemunhos e a utilização política desse passado rememorado. Paul Ricoeur chama a atenção para uma relação entre o exagero na exortação da memória e uma desvalorização do papel do historiador. De acordo com esse autor, "a memória possui uma vantagem em relação à história, que é o reconhecimento. [...] A história não reconhece, reconstrói" (Ricouer, 2000). O reconhecimento atrela-se, portanto, mais facilmente às verdades testemunhais, e as críticas oferecidas pelos historiadores podem enfrentar um julgamento público desfavorável se propuserem leituras diferenciadas sobre as narrativas socialmente aceitas. A liberdade fica restrita quando se trabalha com acontecimentos que já foram julgados publicamente. Enquanto o juízo judicial é definitivo, o do historiador é revisionista.

A história se reescreve permanentemente, mas não aleatoriamente. A operação histórica envolve a "combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita", como afirma Michel de Certeau (1982). A disciplina histórica, longe de postular o historicismo do século XIX, oferece procedimentos de análise próprios capazes de propor uma elaboração específica do passado. Esse *domínio* pode ser visto como fruto da combinação apontada por Certeau, que forjou ao longo dos anos métodos e critérios de análise. O historiador pode vir a ser um intérprete dos equívocos políticos do passado e dos mecanismos de construção das memórias, não se deixando levar pelos rótulos fáceis da banalização ou da sacralização da memória e, a partir da análise histórica, ele pode, inclusive, relativizar as memórias, ou melhor, questionar a função desse passado rememorado. Esquecer também é uma das faces do campo da memória, portanto, estudar o que é esquecido e o que é lembrado parece

fundamental para entender o presente. Huyssen se pergunta: "Por que estamos construindo museus como se não houvesse mais amanhã?" (Huyssen, 2000, p. 20). Ou, dito de outra maneira, qual o lugar do passado nos nossos dias?

É nesse sentido que se devem entender os embates próprios do campo da memória, visto que a todo momento indivíduos e grupos tomam posições diante dos acontecimentos e, ao fazer isso, utilizam-se memórias e reelaboram o passado recente. Como já foi dito, essas memórias em circulação, expressas, por exemplo, nos projetos testemunhais, não são boas ou más em si mesmas. Sobretudo, cabe dizer que essas memórias, mais do que possibilitar uma compreensão do passado, atuam no tempo presente, e, no terreno da atualidade, é importante estar atento ao papel que cabe ao historiador.

Como todas essas transformações impactam os usos da história oral e o trabalho do historiador? Em grande parte, a recuperação das memórias desses eventos traumáticos é feita por intermédio da implementação de projetos testemunhais que usam a história oral como instrumento para a constituição de bancos de depoimentos das vítimas, e o grande desafio que se coloca para o historiador é o processo de sacralização desses testemunhos que, por virem de perseguidos e vítimas, não podem ser objeto de questionamento e de confrontação. Esse tipo de postura deixa, efetivamente, os pesquisadores que trabalham com essas temáticas em posição desconfortável para exercer seu ofício, mantendo sempre uma postura de crítica e de questionamento de suas fontes. Evidentemente, todos esses debates reacendem velhas discussões sobre os usos dos depoimentos orais e a carga de subjetividade que eles carregam. Se, por um lado, esses problemas criam novas resistências para a história oral, por outro lado nos obrigam a reforçar suas reflexões teóricas e seus cuidados metodológicos na realização de suas pesquisas.

Assim, os eventos traumáticos da história recente podem oferecer uma oportunidade ímpar de se repensar o passado e, nesse sentido, a história da África do Sul e da Bósnia são casos contemporâneos que têm recebido grande atenção, pois representam embates pela memória e oferecem ao historiador do tempo presente a oportunidade de pensar sobre como os relatos orais estão sendo utilizados nos projetos testemunhais. No Brasil, um episódio traumático da história recente, a tortura e os assassinatos sofridos pelos opositores do regime militar, recentemente resultou em um projeto testemunhal de maiores dimensões intitulado *Memórias reveladas*, que se encontra em desenvolvimento. Diante desse quadro, cabe perguntar: como a memória está sendo reelaborada? Que questões essa profusão de memórias coloca para a escrita da história? Como o historiador pode pensar o seu lugar nesses constantes embates de memória? A ideia é partir desses casos para refletir sobre as articulações entre a memória e a história nos projetos testemunhais da atualidade.

No trabalho *Memória dos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT)*, em coautoria com Alexandre Fortes, procuramos apontar as possibilidades de uso para pesquisa com materiais dessa natureza, destacando algumas questões recorrentes nas entrevistas, tais como o ingresso do depoente na militância política, a articulação dos diferentes grupos para a

formação do PT, o papel de Lula como liderança capaz de aglutinar forças tão diversificadas e o significado do partido para os movimentos sociais e para a consolidação da democracia no Brasil (Ferreira; Fortes, 2008).

Um desafio a ser enfrentado por esse tipo projeto é o fato de serem iniciativas de entidades ou segmentos políticos que estão comprometidos com a defesa de uma causa e a construção de uma dada interpretação do passado, e convidam historiadores para participar da realização e divulgação dos depoimentos de militantes. Trata-se, sem dúvida, de um projeto de memórias político-partidárias, mas que, ao utilizar a metodologia de história oral, propõe um uso ampliado do acervo para além de sua utilização como mero instrumento laudatório. Dessa maneira, a produção desse conjunto de fontes para o estudo de lutas sociais e a denúncia de massacres e eventos traumáticos contribui para a preservação da memória dos movimentos sociais, tornando-se uma referência de fundamental importância para a consolidação das lutas pela cidadania e em defesa dos direitos humanos.

Pela sua própria natureza, esses projetos trazem também elementos significativos para a reflexão sobre as fronteiras entre história e memória. Tais preocupações ganham peso ainda maior em um contexto em que a necessidade de balanço de experiências coletivas trágicas impõe um "dever de memória", como ocorre nos cenários pós-ditaduras latino-americanas, especialmente quando a produção dessas memórias se dá no contexto da crise dos parâmetros tradicionais de produção da verdade histórica que marca a cultura pós-moderna (Sarlo, 2007).

Entretanto, como a sistematização ponderada e a reflexão crítica sobre décadas de experiência por praticantes de diversos países já demonstraram claramente, a história oral pode ser perfeitamente incorporada ao arsenal de recursos à disposição do historiador por meio da observância de exigentes procedimentos metodológicos (Ferreira e Amado, 1998). Na verdade, boa parte das ressalvas dirigidas à história oral aplica-se igualmente a qualquer outro tipo de evidência relatada, aí incluídas fontes escritas das mais tradicionais (atas, relatórios etc.), que, muitas vezes, são liberadas de um escrutínio mais cauteloso por força do fetiche da palavra escrita. A grande particularidade é que, no caso da história oral, os historiadores participam interativamente tanto da geração do documento, quanto da articulação da trama institucional que define seu contexto de emergência tanto no mundo acadêmico, quanto fora dele. O quanto isso pode ser um problema ou uma vantagem dependerá da combinação de uma série de fatores.

O historiador faz a história. O compromisso do historiador com o presente no exercício de seu ofício não deveria estar associado a uma militância em prol de uma memória social específica. Por meio dos instrumentos da história, seria possível propor uma mudança de perspectiva do dever de memória para o trabalho com ela. O historiador não tem o monopólio sobre a memória, mas ele detém instrumentos para lidar com a pluralidade e a fragmentação dela. É certo que a análise sobre os fatos ocorridos, a identificação dos episódios e a reflexão sobre esse passado recente será resultado de um esforço de escrita da história. Um trabalho sobre o terreno da memória, mas próprio à história.

Referências

BÉDARIDA, François. Temps présent et présence de l'histoire. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions. 1993.

BON MEIHY, José Carlos Sebe (org.). *(Re) introduzindo a história oral no Brasil.* São Paulo: Xamã/USP, 1996.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. Le regard d'un historien moderniste. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Editions, 1993.

_____. *Et ali. Inquiétudes et certitudes de l'histoire. Le Débat. Histoire politique société*. Paris, n. 103, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Entre vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1994.

_____. Uma memória em disputa: Vargas e as comemorações. In: *Getúlio Vargas: da vida para a história.* Porto Alegre: Prova, 2005.

_____. *Oralidade e memória em projetos testemunhais.* In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PASAVENTO, Sandra Jathy. *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____.; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2006.

_____.; FORTES, Alexandre. *Muitos caminhos, uma estrela. Memórias dos militantes do PT.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

GILLIS, John. *Comemorations: the politics of national identity* Princeton: Princeton University Press.1994.

GRELE, Ronald J. *Envelopes of sound. The art of the oral history.* 2. ed. Nova York: Praeger, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la memoire*. Albin Michel. Paris, 1994.

_____. *Historia y Fuente Oral*, nº 14: *Por una historia sin adjetivos*. Barcelona, 1995.

HEYMANN, Luciana Quillet. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In. GOMES, Ângela de Castro. *Direitos e cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. *Un histoiren et son temps présent.* In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. Ecrire l'histoire du temps présent. Paris: CNRS Editions, 1993.

HUTTON, Patrick. *The History of mentalities. The new map of cultural history. History and theory*, 1981, p. 237-259.

_____. *History as an art of memory*. University of Vermont. University Press of New England. USA, 1993.

HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *L'histoire et le métier d'historien en France – 1945-1995*. Paris: Ed. Maison des Sciences de l'Homme, 1995.

JOUTARD, Philippe. *L'Histoire orale: bilan d'un quart de siècle de reflexion méthodologique et de travaux.* 18th International Congress of Historical Sciences. Montréal, 1995, p. 205-228.

KAMMEN,Michael. *Carls Becker redivivus or, is everyone really a historian?* History and Theory, v. 39, n. 2, 2000.

LALIEU, Olivier. L´invention du devoir de memóire. Vingtième Siècle. *Revue d´Histoire*, Paris, n. 69, 2001.

LAVABRE, Marie-Claire. Peut-on agir sur La mémoire? Revista *Les Cahiers Français,* n. 303, de julho-agosto de 2001.

LEVI, Giovanni. *Les usages de la biographie*. Annales – Economie, Société, Civilisations, n. 6, 1989, p. 1325-36.

MIKKA, Ian. *What on earth is oral history?* In: ELLIOT, James K. (ed.). *New trails in history*. Sydney, Australian Press, 1988.

NOIRIEL, Gérard. *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?* Paris: Hachette, 1998.

NORA, Pierre (org.). *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984-1993. 7 vol.

POLLAK, Michael. *L'historien et le sociologue*: le tournant épistémologique des années 1960 aux années 1980. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. Ecrire l'histoire du temps présent. Paris: CNRS Editions, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, n. 10, 1992, p. 200-15.

PROST, Antoine. *Douze leçons sur histoire.* Paris, s. ed, 1994.

RICOUER, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Le Seuil, 2000.

ROGER, William. Notes on oral history. *International Journal of Oral History*, v. 7, n. 1, 1986, p. 23-8.

ROUSSO, Henry. *La mémoire n'est plus ce qu'elle était*. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. Ecrire l'histoire du temps présent. Paris: CNRS Editions, 1993.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva.* São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007.

THOMPSON, Paul. *The voice of the past*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. The memory and history debates: some international perspectives. *Journal of Oral History Society*, v. 22, n. 2, 1995, p. 33-43.

TODOROV, Tzevetan. *Memórias do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Diadorim: Editora Ltda., 1994.

VOLDMAN, Danièle. *Définitions et usages.* Les Cahiers de I'IHTP, n. 21, 1992, p. 33-53.

Capítulo 10

História e Biografia

Benito Bisso Schmidt

Introdução

Sempre houve um público leitor ávido por biografias, seja em busca de modelos (ou contramodelos) de conduta, seja a procura das "verdades" íntimas dos personagens retratados, sobretudo dos mais famosos, que permitissem saciar sua curiosidade *voyeurista*, desnudando-os no seu lado "demasiadamente humano", trazendo-os como que para mais perto do "comum dos mortais". Tal interesse parece ter se acentuado na atualidade, o que se reflete no vertiginoso aumento do número de narrativas biográficas e também autobiográficas difundidas na forma de livros, filmes, minisséries televisivas, *blogs* etc. No campo do conhecimento histórico especificamente, ao menos no que diz respeito a suas vertentes mais destacadas, a biografia, depois de um longo período de ostracismo, ao longo do qual foi considerada um gênero menor e antiquado, mais afeito aos amadores do que aos profissionais, e pouco capaz de possibilitar uma compreensão efetiva do passado, voltou a ocupar o primeiro plano da cena historiográfica, sendo praticada, nas mais variadas latitudes, por historiadores de destaque em diversas áreas temáticas. O que motivou esta revalorização da biografia? Que relações a história manteve com a biografia ao longo do tempo? Quais as discussões teóricas e metodológicas suscitadas pela biografia histórica hoje? Como os historiadores brasileiros têm se inserido nesse panorama de debates? São essas as questões que o presente capítulo pretende abordar, com a brevidade necessária a uma publicação deste tipo.

História e biografia: uma relação delicada

Em seu sentido geral de narrativa escrita que tem por objeto a história de uma vida particular, o gênero biográfico nasceu junto com o gênero histórico na Grécia do século V. Porém, o contexto da *pólis* grega, ao privilegiar o coletivo, a relação horizontal entre os cidadãos, não favoreceu a produção de biografias. Afinal, o destaque a um indivíduo específico poderia implicar uma afronta ao funcionamento da democracia e sugerir a possibilidade do domínio de um sobre os demais. Assim, foi somente a partir do século IV que o gênero biográfico difundiu-se com mais intensidade, sobretudo nas culturas helenística

e romana. Porém, em geral, na Antiguidade a biografia era vista como distinta da história, como bem expressa a famosa sentença de um dos mais destacados praticantes do gênero, Plutarco (nascido por volta de 45 d. C.), que, no prefácio de "Vida de Alexandre", parte de sua obra *Vidas paralelas*, afirmou: "Não escrevemos histórias, mas Vidas". Enquanto com Tucídides a história passou a reivindicar a possibilidade de enunciar um discurso verdadeiro sobre o passado, a biografia manteve seu elo com a imaginação e, nessa perspectiva, cabia aos biógrafos, ao contrário dos historiadores, não encontrar testemunhos confiáveis capazes de atestar o que realmente aconteceu, mas construir narrativas sobre personagens reais que transmitissem lições de vida aos leitores, ainda que à custa do sacrifício da verdade. Nesse sentido, pode-se dizer que as biografias antigas participavam de um regime de historicidade específico, o da "história mestra da vida" (*historia magistra vitae*), segundo o qual cabe ao passado iluminar o futuro, oferecendo exemplos e contraexemplos de ação e de conduta que devem ser imitados ou refutados pelos homens do presente (Hartog, 1997). As já citadas *Vidas paralelas* de Plutarco são um bom exemplo dessa forma de se compreender e de se escrever o tempo. Em uma formulação célebre, o autor explicou suas motivações para apresentar, de maneira comparada, as vidas dos grandes homens gregos e romanos: "a história dos grandes homens é como um espelho que eu olho a fim de trabalhar para, em alguma medida, regrar a minha vida e me conformar à imagem de sua virtude". Da mesma maneira, o outro grande biógrafo da Antiguidade, Suetônio (nascido em torno de 70 d. C.), em *Vidas dos doze césares*, apresentou as biografias dos governantes romanos ou como modelos de conduta (caso de Tito, por exemplo) ou como exemplos funestos de atitudes desmedidas e vícios (caso de Nero e de Calígula, entre outros). Portanto, a escrita das "vidas" na Antiguidade, como as de Plutarco e Suetônio, tinha, sobretudo, um objetivo moral, no sentido de oferecer aos homens do presente um repertório de ações a serem imitadas ou refutadas.

Tal função moral da biografia e sua separação da história persistiram na Idade Média, período em que floresceram as hagiografias, as vidas de santos, as quais guardavam igualmente um objetivo pedagógico, no sentido de oferecerem aos leitores/ouvintes (já que os textos hagiográficos eram lidos em voz alta nas celebrações religiosas) modelos de conduta, de virtude, de caridade, de castidade, de fé. Como ressalta Michel de Certeau (1982, p. 273), ao contrário da biografia moderna, que acompanha a evolução das potencialidades de um indivíduo ao longo do tempo, na hagiografia tudo é dado na origem, o santo já está predestinado à santidade e qualquer indecisão sua entre o vício e a virtude emerge na narrativa apenas como forma de conferir dramaticidade à trama; afinal, se a vida do santo é contada, é porque sua santidade já foi atestada pelo milagre. No que tange à relação entre hagiografia e história, François Dosse (2009, p. 137-138) afirma sobre a primeira: "como gênero literário, seu regime de verdade permanece distinto daquilo que se espera do historiador. Distante do pacto de verdade que a escrita histórica pressupõe, a vida de santo ensina ao leitor algo bem diverso do fato atestado. [...] Trata-se menos de conhecer a vida autêntica de um indivíduo do que de edificar o leitor".

O desgaste gradual dos valores medievais, a emergência correlata do individualismo e a redescoberta da Antiguidade favoreceram a produção de biografias menos estereotipadas. Plutarco tornou-se o grande modelo dos biógrafos renascentistas, mas o rol dos "biografáveis" foi ampliado, passando a incluir mulheres, artistas e até mesmo indivíduos de outras culturas. A noção de exemplaridade continuou pautando a escrita biográfica, porém, cada vez mais fortaleceu-se a tensão entre a ideia do indivíduo como exemplar e a ideia do indivíduo como único (Burke, 1997, p. 95). Tal tensão marcou o gênero biográfico ao longo do período moderno, condensando-se na figura do herói. Assim, as biografias modernas, por um lado, em consonância com o movimento de individualização que atravessou as sociedades ocidentais, ressaltavam as qualidades singulares do herói, inclusive sua possibilidade de transgredir as normas sociais em prol de ideais que só se realizariam no futuro (o que se vincula à noção de progresso, tão cara à modernidade); por outro, procuravam mostrar como esse herói encarnava valores e qualidades coletivas de um grupo restrito (a nobreza, no caso das biografias cavalheirescas), da nação ou mesmo de toda a humanidade.

Ao longo do século XVIII, a figura do herói sofreu uma crise. O seu caráter semidivino foi contestado, em nome da razão, pela filosofia das Luzes. Além disso, os valores guerreiros encarnados pelos heróis passaram a ser progressivamente considerados ultrapassados por uma sociedade que aspirava à pacificação. Voltaire, por exemplo, propôs a substituição do herói pelo grande homem, aquele que servia à pátria e à humanidade de modo incondicional, inclusive com o sacrifício da própria vida. Não é à toa que os revolucionários franceses dedicaram o seu Panteão aos "grandes homens", a quem a pátria devia manifestar seu eterno reconhecimento. Nestes, porém, persiste a tensão entre individualidade e exemplaridade. A escrita de suas vidas sublinhava seus méritos pessoais, acessíveis a todos os cidadãos, mas, simultaneamente, evocava os valores que se buscava transmitir à sociedade, como os da moderação, do civismo, do desprendimento, entre outros. Cabe salientar que foi justamente no final do século XVII e na primeira metade do XVIII que a palavra biografia apareceu registrada nos dicionários europeus: *biography*, em inglês, em 1683*; biographie*, em alemão, em 1709; e *biographie*, em francês, em 1755.

O século XIX, por sua vez, foi marcado por um grande debate a respeito do indivíduo na história, o que, obviamente, repercutiu sobre os caminhos do gênero biográfico. O historiador inglês Thomas Carlyle, por exemplo, em 1840, deplorava o fato de viver em uma época cética em relação ao heroísmo: "o período no qual nós vivemos – dizia ele – parece negar a existência de grandes homens, e negar até mesmo que sua existência seja desejável". Em contrapartida, na sua perspectiva, "[...] a história universal [...] não é no fundo outra coisa senão a história dos grandes homens. [...] É justo considerar que a alma de toda a história do mundo é a história de seus heróis". No lado oposto, o romancista russo León Tolstói minimizava o papel das ações individuais nos grandes movimentos da história. No posfácio de *Guerra e paz*, ele observou, referindo-se às guerras napoleônicas na Rússia: "um acontecimento no qual milhões de homens se mataram, onde mais de meio milhão encon-

traram sua morte, não pode ter por causa a vontade de um só homem [...] há uma infinidade de causas e nenhuma delas pode ser chamada de a verdadeira causa".

Neste mesmo período, constituiu-se progressivamente um novo regime de historicidade, diametralmente oposto ao da *historia magistra*. Nele, as lições da história são substituídas pela exigência de previsões, cabendo ao futuro – ou melhor, ao que se imagina como futuro, visto sempre como melhor que o passado e o presente – conferir sentido ao passado. É nessa concepção "futurista", base da ideologia do progresso, que se apoiam algumas das grandes filosofias da história do século XIX, como o positivismo e o marxismo. Em ambas, as transformações históricas aparecem como produtos de forças impessoais, leis naturais e imutáveis, cabendo ao indivíduo uma ínfima margem de atuação.

Auguste Comte, fundador do positivo, postulava que o homem exerce muito pouca influência sobre a história, pois essa seria determinada por "forças exteriores [...] segundo leis sobre as quais ele nada pode". Portanto, ao contrário do que prega certo senso comum historiográfico, o positivismo, enquanto teoria da história, não valoriza os chamados "grandes homens"; foi, sim, uma determinada apropriação de tal teoria pelos historiadores que motivou essa ênfase, afinal, são sobretudo as ações individuais dos grandes líderes políticos, militares e religiosos que emergem com mais clareza nos documentos oficiais, matéria-prima dos historiadores ditos "positivistas", que aspiravam a estabelecer uma relação neutra e objetiva com o passado. Além disso, o positivismo guarda uma perspectiva política claramente elitista, segundo a qual cabe aos "mais capazes" – ou seja, àqueles que compreendem e colocam em marcha as "leis da história" – dirigirem a sociedade, o que possivelmente colaborou para que a historiografia inspirada por essa matriz filosófica conferisse destaque em suas narrativas ao papel desempenhado pelos membros das elites.

Na obra de Marx, a ênfase também não recai sobre as ações individuais, mas nos atores coletivos – as classes – e nos grandes movimentos estruturais. Assim, por exemplo, embora o título de um de seus livros mais conhecidos – *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852 – remeta a um personagem individual, esse não assume, ao longo da narrativa, o papel de protagonista. Ao contrário, Marx faz questão de acentuar a pouca capacidade do sobrinho de Napoleão, chamado-o mesmo de "cérebro de toucinho" e acentuando que ele não ascendeu ao trono por suas qualidades pessoais: "a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a uma personagem medíocre e grotesca desempenhar um papel de herói". Nesse livro, o autor, em formulação bastante conhecida, expressou de maneira sintética a sua concepção dialética a respeito da relação entre ação humana e determinação estrutural, o que passou a constituir um dos grandes temas de debate entre os pensadores marxistas: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado". Percebe-se, assim, porque, na historiografia marxista mais clássica, a biografia não foi um gênero muito valorizado. Afinal, qual seria o sentido de

se estudar trajetórias pessoais se, de acordo com tal perspectiva, os indivíduos enquanto tais teriam um peso mínimo, ou mesmo nulo, na explicação das tramas históricas?

Da mesma forma, a historiografia oitocentista, que então ganhava uma configuração disciplinar e lugares institucionais próprios, ao contrário do que apregoam as simplificadoras críticas de Lucien Febvre à "história historicizante", não teve na biografia um de seus eixos principais, preferindo investir em entidades despersonalizadas e/ou coletivas ao indicar os sujeitos e formular os nexos causais de suas narrativas: a nação, o Estado, a civilização, o povo, o meio geográfico, a raça. Nesse panorama, a biografia foi admitida apenas como gênero acessório, mas fundamental na implementação da pedagogia cívica e patriótica das nações em construção.

Porém, e paradoxalmente, apesar da biografia se apresentar nesse período apenas como "uma subdisciplina auxiliar da história, um de seus múltiplos materiais de construção" (Dosse, 2009, p. 170), o século XIX marcou o triunfo do eu, do individualismo, da introspecção, o que se manifestou das mais variadas formas: nos autorretratos, no gosto pelos diários e memórias, nos romances, nas autobiografias – desnudar-se, revelar-se, conhecer-se são palavras de ordem da burguesia oitocentista e, em tal contexto, as biografias também ganharam destaque, mas, sobretudo, no campo literário. Afinal, a ideologia individualista que então se consolidava encontrava grande respaldo nas narrativas que enfocavam as vidas de indivíduos que se sobrepunham à sociedade e contrariavam as forças do destino. Assim, apesar de ser a época da descoberta da força das multidões, ou talvez por causa disso, o século XIX deu proeminência ao indivíduo como fonte de inspiração e objeto de reflexão.

O nascimento da Sociologia nessa mesma época está ligado ao interesse por compreender (e controlar) o funcionamento da ação coletiva. Com esse objetivo, por exemplo, François Simiand, economista e sociólogo, investiu, na virada do século XIX para o século XX, contra o que chamava de "ídolos da tribo dos historiadores", entre os quais destacava "o 'ídolo individual', ou o hábito inveterado de conceber a história como uma história dos indivíduos, e não como um estudo dos fatos, hábito que conduz comumente a ordenar as pesquisas e os trabalhos em torno de um homem, e não em torno de uma instituição, de um fenômeno social, de uma relação a ser estabelecida [...]" (apud Le Goff, 1990, p. 42). Críticas como essa tiveram grande influência sobre os fundadores da *École des Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre. Não é a toa que o primeiro definiu, em seu clássico livro testamento *Apologia da história ou o ofício do historiador*, a história como "ciência dos homens – no plural! – no tempo". Não se pode deixar de assinalar, entretanto, que Febvre voltou-se, em algumas de suas obras mais importantes, para personagens individuais da época moderna, como Lutero, Rabelais e Margarida de Navarra, mas com o objetivo de compreender fenômenos coletivos, em especial as "utensilagens mentais" próprias de determinados contextos. Assim, por exemplo, estudou Rabelais e sua obra para responder à pergunta: "era possível ser ateu no século XVI?", à qual respondeu negativamente.

De acordo com Hartog, no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, instaura-se progressivamente um novo regime de historicidade, o presentismo, que, contra a celebração do passado e a ideia de progresso, afirma o presente como único horizonte temporal possível (Hartog, 1997, p. 12-13). A historiografia respondeu a tal mutação, de forma nem imediata nem direta, voltando sua atenção para outras temporalidades, como a "longa duração" de Fernand Braudel ou a "história imóvel" de Le Roy Ladurie, ou ainda com a história das mentalidades, a qual buscava, como afirmava Le Goff (1986, p. 71), compreender o que havia de comum entre Cristóvão Colombo e o último de seus marinheiros. A concepção de Braudel sobre as três temporalidades da história é ilustrativa dessa perspectiva. Para ele, o tempo curto dos eventos e das ações individuais deve ser objeto de atenção dos jornalistas por ser o mais superficial e caprichoso, cabendo ao historiador ocupar-se dos ciclos médios e das "prisões de longa duração", essas, sim, mais importantes no entendimento do passado.

Além disso, em termos metodológicos, após a década de 1950, verificou-se o avanço da história quantitativa e serial. Nessa concepção, as ações individuais (nascer, morrer, casar, cultivar a terra, rezar...) serviam apenas como dados para a construção de amplas séries estatísticas, percebidas como as únicas capazes de captar os movimentos de média e longa durações: a demografia, os ciclos econômicos, as atitudes diante da morte, entre outros.

Enfim, à medida que a história se constituiu como uma disciplina com pretensões científicas, a biografia foi progressivamente exilada de seus domínios, o que não impediu que ela continuasse a ser praticada, em geral por historiadores "menores", ou como matéria-prima para a elaboração das grandes sínteses, ou visando à construção de referências identitárias propícias à difusão de uma pedagogia nacionalista, ou, ainda, como forma de atender ao gosto de um público sempre sedento por títulos do tipo "A vida secreta de...". Contudo, tais narrativas normalmente eram menosprezadas pelos historiadores "científicos", cada vez mais preocupados com o estrutural e o coletivo. Entretanto, desde a década de 1980, verifica-se uma "redescoberta", a partir de outros referenciais, desse gênero, o qual, ainda nos anos 1990, se impôs, embora não sem ressalvas, como forma legítima de se escrever e de se compreender a História. Mas o que motivou essa transformação?

A "volta" da biografia ao campo do conhecimento histórico

Em termos gerais, a chamada "volta" da biografia parece estar relacionada às falhas do regime de historicidade presentista, fenômeno assim explicado por Hartog (1997, p. 15): "Esste presente, já inquieto, descobriu-se em busca de raízes e de identidade, preocupado com a memória e as genealogias. [...] Como se se desejasse preservar, e de fato reconstituir, um passado já desaparecido ou a ponto de apagar-se". Assim, incapaz de saciar-se por si mesmo, o presente voltou-se ao passado em busca de pertencimentos reais ou imaginários. A moda "retrô", o gosto por filmes e romances históricos e o in-

teresse pela memória, pelo patrimônio e pelas comemorações de efemérides nacionais constituem sintomas importantes dessas "falhas do presentismo". Pode-se pensar, então, que o interesse contemporâneo pelas biografias, inclusive por parte dos historiadores, acompanha essa onda de história-memória, ou seja, os personagens do passado passaram a ser "ressuscitados" – ou, mais precisamente, recriados – com o objetivo de converterem-se em referências para os homens do presente e/ou como ícones de um passado idealizado, servindo de reforço a determinadas identidades de classe, gênero, raça, geração, região, religião, nação, entre outras.

No campo das ciências humanas, e da história em particular, a retomada das pesquisas biográficas relaciona-se com a crise do paradigma estruturalista, segundo o qual a história deveria, "antes de mais nada [...] identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas de discurso". Em contrapartida, os historiadores atuais "quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais" (Chartier, 1994, p. 101-2).

Tal intenção manifestou-se em diversos contextos historiográficos. Na França, alguns membros da chamada "3ª geração dos *Annales*", ou, mais simplesmente, da "nova história", como Georges Duby, Jacques Le Goff e Michel Vovelle, antes voltados às pesquisas sobre o imaginário e as mentalidades coletivas, dedicaram obras importantes a personagens individuais: o cavaleiro medieval Guilherme Marechal, o rei-santo Luís IX (o São Luís) e o poeta francês revolucionário Théodore Desorgues, que viveu na virada do século XVIII para o XIX, respectivamente. Esses autores procuraram se manter fiéis à noção de história-problema dos *Annales*, encontrando no estudo biográfico outra forma de compreender os contextos sociais nos quais viveram os personagens enfocados. Sobre isso diz Duby (1993, p. 137-138):

> [...]eu podia ser acusado de trair o "espírito dos Annales". Eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um "grande homem". Mas, na realidade, não me desviava nem um milímetro de meu percurso. [...] continuava atendo-me à história-problema, à história questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal".

Entre os historiadores marxistas britânicos, alguns também se voltaram à pesquisa de trajetórias singulares, como E. P. Thompson, que escreveu sobre os artistas e literatos William Morris (1988) e William Blake (1993), e Christopher Hill, que dedicou um livro a Oliver Cromwell, líder da Revolução Inglesa do século XVII (1988). Nesse caso, o interesse principal parece ser resgatar o papel da ação individual nos processos históricos como forma de se questionar o determinismo do marxismo estruturalista. Thompson, especifica-

mente, buscou, por meio dos personagens por ele analisados, trazer à tona outras tradições contestatórias que foram derrotadas, mas que, no seu entender, podem ajudar a iluminar e inspirar as lutas do presente. Nesses casos, verifica-se o interesse dos autores em estabelecer uma relação dialética entre indivíduo e sociedade, como fica claro no seguindo trecho da obra de Hill:

> Em relação ao século XVII, as décadas decisivas são as de 1640 a 1660. Nelas, a figura preponderante é Oliver Cromwell. Qualquer estudo sobre sua pessoa, por consequência, não será apenas a biografia de um grande homem. Deverá incorporar os acontecimentos da época em que ele viveu e que se revelaram cruciais para o posterior desenvolvimento da Inglaterra e de seu império. Espero sugerir, neste estudo, algumas das implicações que decorreram dos atos de nosso biografado (Hill, 1988, p. 14).

Por fim, entre outros exemplos que poderiam ser citados de correntes historiográficas nas quais o gênero biográfico ganhou destaque nas últimas décadas, destaca-se a micro-história, originalmente italiana, hoje internacional, prática historiográfica que tem como princípio unificador "a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados", caracterizando-se essencialmente pela redução da escala de observação dos fenômenos examinados e pelo estudo intensivo do material documental (Levi, 1992, p. 136-139). Uma das preocupações dos historiadores que se valem dessa perspectiva é justamente avaliar a extensão da liberdade individual em diferentes contextos, mesmo diante de sistemas normativos opressivos e totalizadores. Tal questão foi trabalhada, por exemplo, no famoso livro de Carlo Ginzburg sobre o moleiro Menocchio, processado pela Inquisição no século XVI por professar uma estranha cosmogonia. O historiador italiano apontou para a singularidade do personagem, para a sua atipicidade em relação aos padrões sociais e culturais da época em que viveu; porém, em conhecida passagem, ressaltou os limites dessa singularidade: "[...] da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um" (Ginzburg, 1987, p. 27).

Enfim, desde diferentes tradições historiográficas, a biografia passou a ser valorizada como forma de enfrentar melhor, ou ao menos de outra forma diferente, temas e problemas caros a elas, como o funcionamento do feudalismo, a revolução burguesa na Inglaterra e a relação entre normas sociais e ações individuais.

Que desafios teóricos e metodológicos se colocam àqueles que decidem apostar na biografia como forma de compreensão e de escrita da História?

A biografia histórica: questões teóricas e metodológicas

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a biografia histórica é, antes de tudo, história, portanto, precisa se pautar pelos procedimentos de pesquisa e pelas formas narrativas próprias a essa disciplina que se propõe a explicar e/ou a compreender o passado. Assim, a prática do gênero, pelo menos em âmbito acadêmico, deve estar subordinada às regras do métier, entre as quais se destacam a necessidade de se ter como guia de investigação um problema de pesquisa histórico formulado a partir de referências conceituais e de fontes documentais apropriadas, e a de se expor os resultados do trabalho em um texto que remeta "para fora" do texto, ou seja, que indique os procedimentos analíticos utilizados e os materiais empíricos que subsidiaram a investigação.

Uma das primeiras perguntas que deve ser feita pelo historiador interessado em realizar uma biografia é: por que vale à pena biografar esse indivíduo? Ou, melhor ainda: que dimensões do passado são possíveis de se conhecer pesquisando a trajetória de determinado personagem? Deseja-se com isso dizer que uma biografia não se justifica por si só, mas pelo que ela pode contribuir para o avanço das discussões próprias ao conhecimento histórico. As respostas a tais questões podem ser bastante variadas. Por vezes, a importância da atuação do indivíduo biografado em determinado contexto parece legitimar a investigação sobre sua vida, já que, sem a compreensão de suas experiências, seria impossível compreender/explicar certos processos e acontecimentos. Em outros trabalhos, especialmente os que se voltam para personagens obscuros, a justificativa da investigação tende a se basear na possibilidade de que eles sejam representativos de um grupo social maior ou de que seus percursos ajudem a compreender problemas mais amplos, como a circularidade entre a cultura de elite e a cultura popular na Europa pré-industrial – caso de Ginzburg em *O queijo e os vermes* – ou as margens de ação individual na história – caso da micro-história como um todo. Mas esse entendimento não pressuporia uma ideia elitista de que aos "grandes personagens" cabe um tratamento individualizado, restando aos "pequenos" legitimarem-se por sua representatividade ou como "casos" de processos mais amplos? Sobre isso, são adequadas as seguintes palavras da historiadora Adriana Barreto de Souza (2003, p.96):

> Ainda predominam dois usos da biografia: a biografia representativa e o estudo de caso. Os dois, no entanto, acabam negando o próprio biográfico como lugar de produção de uma escrita da história. A escolha de uma trajetória de vida pelas pesquisas que trabalham com a ideia de representatividade ocorre em função não do que há de singular nessa trajetória. Seu valor está no fato de sintetizar várias outras biografias, presentes no texto por meio apenas de números e quadros estatísticos. Dessa forma, o que legitima seu estudo continua sendo procedimentos clássicos da história social, pautados na generalização. Daí o termo, representativo. [...]
> O trabalho com a ideia de estudo de caso valoriza ainda menos o biográfico como lugar de produção de um discurso histórico. O nome define bem o procedimen-

> to adotado. Primeiro, se procede a uma análise macroestrutural para, só depois, quando já estão elaborados seus quadros explicativos, ter início a análise biográfica. Sua função, assim, é unicamente ilustrativa.

Recoloca-se aqui a questão velha como o mundo, e fundamental àqueles que desejam realizar biografias históricas, da relação entre indivíduo e sociedade. Como escrever uma vida evidenciando o seu caráter ao mesmo tempo social e particular? De que maneira dar conta do feixe de relações que determinam as características e ações de todo o indivíduo, sem reduzi-lo a elas? Em se tratando da narrativa biográfica, como não incorrer naquilo que o historiador Charles Firth chamou de "paradoxo do sanduíche" (apud Loriga, 1998, p. 248), ou seja, na tendência de se distribuir os parágrafos como camadas que pouco ou nada se relacionam: uma de contexto, outra de biografia, outra de contexto, e assim sucessivamente? Problemas complexos sem dúvida, retomados, com algumas variações (escolha pessoal *versus* destino, livre arbítrio *versus* lei natural, existencialismo *versus* estruturalismo, sujeito *versus* estrutura) em toda a história do pensamento ocidental, mas que não podem estar ausentes da agenda teórica dos historiadores interessados em investigar as vidas de indivíduos de outros tempos.

Da discussão anterior, decorre o próprio entendimento do que se entende por "contexto", seguidamente associado, de forma metafórica, a expressões como "palco", "panorama" ou "pano de fundo", que implicam, consciente ou inconscientemente, a compreensão de que os "atores", aqueles que protagonizam a trama, só devem aparecer depois que o "cenário", outra expressão recorrente, está montado. Da mesma maneira, nas discussões sobre biografia não é incomum se ouvir a frase: "é preciso inserir o indivíduo no contexto", como se esse último preexistisse ao primeiro, desconsiderando que o contexto não é algo homogêneo e estático, mas sim composto por múltiplas e dinâmicas relações sociais entabuladas por indivíduos, inclusive aquele que se escolheu para biografar.

Seguindo a sugestão do antropólogo Gilberto Velho, talvez se possa pensar o contexto não como uma configuração fixa e pré-moldada, mas como um "campo de possibilidades", espaço para formulação e implementação de projetos individuais e coletivos; projeto nesse caso designando não um plano perfeitamente organizado e racionalizado, mas "a conduta organizada para atingir finalidades específicas". Diz o autor:

> Os *projetos* individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de *projetos* diferentes, até contraditórios. Suas pertinência e relevância serão definidas contextualmente" (Velho, 1999, p. 46).

Essa é apenas uma possibilidade de se pensar a relação entre indivíduo e sociedade de maneira menos dicotômica e mais tensionada, no sentido de dar conta, em um estudo biográfico, dos condicionamentos sociais e das singularidades individuais, resguardando-se ainda o aspecto dinâmico de tal interação. Afinal, como ressalta Velho (1999, p. 48), "os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam por meio de seus projetos. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente".

Além disso, e retomando a discussão anteriormente esboçada sobre representatividade, é necessário pensar se a legitimidade da biografia histórica não pode se assentar em outra premissa que não a da relação metonímica do indivíduo biografado com uma coletividade mais ampla, seja ela a classe, a sociedade, a nação, a comunidade de gênero, geração, etnia, religião etc. Indo mais longe, é possível mesmo perguntar: existe o indivíduo "médio", no sentido de estatisticamente mais frequente e, por isso, "representativo"? Caso positivo, como identificá-lo? Médio em relação a que parâmetros? Pensemos em nós mesmos: até que ponto somos representativos de um grupo social para além do sentido político da representação? Será que, em vez de privilegiar a representatividade, a biografia não poderia ser útil justamente para evidenciar a multiplicidade que se esconde por detrás de categorias aparentemente homogêneas e questionar a excessiva coerência que seguidamente os historiadores emprestam aos movimentos da História? Sobre isso, diz a historiadora Sabina Loriga (1998, p. 249):

> Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas e na maneira pela qual os indivíduos, 'façam' eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder.

Outra questão que deve ser levada em conta pelos historiadores que se dedicam à biografia diz respeito à própria concepção de indivíduo, criação da modernidade ilustrada em sua reação ao coletivismo medieval e ao universalismo cristão. Essa "criatura", o indivíduo, é fruto de múltiplas práticas discursivas e não discursivas, que vão das linguagens artísticas e científicas que o tomam por objeto a partir do Renascimento às formas de identificação civil e policial que se difundem no século XIX, e desponta como um ser unitário, coerente, plenamente racional e objetivo, senhor de si e de suas atitudes. É desde esse entendimento que o nome próprio se torna um "designador rígido", capaz de assegurar a constância daquele que o porta para além de todas as variações de lugares e momentos. Torna-se, assim, possível escrever a história do indivíduo X desde o nascimento até a morte, a sua *biografia*, já que seu nome assegura certa coerência e constância à narrativa apesar, ou por causa, de todas as transformações verificadas; essas podem ser significadas como amadurecimento,

evolução, ou, em sentido contrário, decadência, mas não abalam o pressuposto da unidade inerente à noção de indivíduo. Pierre Bourdieu tece uma severa crítica aos pesquisadores que tomam essa unidade do eu como natural, como um pressuposto para os seus métodos e interpretações, e que, desse modo, incorrem no que chama de "ilusão biográfica", ou seja, no pressuposto "de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma 'intenção' subjetiva e objetiva, de um projeto", ideia que se expressaria no uso de expressões como "já", "desde então", "desde pequeno", "sempre", comuns nas biografias e nas histórias de vida (Bourdieu, 1996, p. 184).

Esse "sujeito tradicional pleno" foi, ao longo do tempo, questionado em várias frentes: o marxismo destacou o peso dos condicionamentos materiais na condução das ações coletivas e individuais, a psicanálise apontou para o papel fundante do inconsciente na conformação da psique, o romance moderno enfatizou a descontinuidade e o aleatório constitutivos de toda a existência, a filosofia da linguagem e a crítica literária estruturalista "mataram" o indivíduo/autor, desconsiderando-o como origem dos significados linguísticos e fonte explicativa dos textos por ele produzidos. Porém, muitas narrativas biográficas parecem ainda desconsiderar tais questionamentos, pois, como escreve Loriga, "[...] aceitar as incertezas do passado e renunciar ao simulacro da integridade individual é um empreendimento no mínimo complicado". E continua: "Parece-me que o estudo do passado continua a privilegiar uma concepção aritmética do indivíduo, pré-psicanalítica e mesmo pré-dostoievskiana – concepção que não oferece ao personagem homem senão uma alternativa: desempenhar o papel de um ser consciente e coerente ou, então, o de um peão no tabuleiro de xadrez da necessidade" (Loriga, 1998, p. 245).

Como se pode construir uma biografia histórica sem partir dos pressupostos da integridade e da unidade individuais? De que maneira é possível escrever uma vida sem pensá-la como um projeto coerente e orientado a um determinado fim, dado desde o nascimento? Mais uma vez, não há respostas precisas, mas indicações possíveis. Bourdieu, em consonância com sua sociologia objetivista, propõe que se entenda os acontecimentos biográficos como "colocações e deslocamentos no espaço social", afirmando ainda que

> [...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (Bourdieu, 1996, p. 190).

Já Levi (1996) e Loriga (1998), mesmo resguardando as diferenças entre história e literatura, consideram que os historiadores podem se inspirar nessa última, sobretudo nos

romances modernos de autores como Proust, Joyce e Musil, para buscar soluções narrativas visando, por exemplo, dar conta do caráter complexo da identidade e de sua formação progressiva, não linear e contraditória, e a ir além de um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Sobre esse último ponto, diz Levi:

> [...] raramente nos afastamos dos esquemas funcionalistas ou da economia neoclássica; e estes supõem atores perfeitamente informados e consideram, por convenção, que todos os indivíduos têm as mesmas disposições cognitivas, obedecem aos mesmos mecanismos de decisão e agem em função de um cálculo, socialmente normal e uniforme, de lucros e perdas. Tais esquemas levam, pois, à construção de um homem inteiramente racional, sem dúvidas, sem incertezas, sem inércia. A maioria das biografias assumiria, porém, outra feição se imaginássemos uma forma de racionalidade seletiva que não busca exclusivamente a maximização do lucro, uma forma de ação na qual seria possível abster-se de reduzir as individualidades a coerências de grupo, sem renunciar à explicação dinâmica das condutas coletivas como sistemas de relação" (Levi, 1996, p. 180-181).

Estes autores, por diferentes caminhos, parecem querer demonstrar que biografar é evidenciar o "fazer-se" do personagem enfocado ao longo do tempo, e que tal movimento não é linear e unidirecional, mas contextualmente delineado, sujeito, pois, a diferentes injunções e ritmos, bem como a incertezas, descontinuidades, oscilações e incoerências. Afinal, a cada momento da vida, todo o indivíduo tem diante de si um futuro incerto e indeterminado, diante do qual faz escolhas no âmbito de um campo de possibilidades, esse, sim, historicamente determinado. Se, para os historiadores, tais futuros já são passados, e os resultados das escolhas feitas, conhecidos, torna-se importante recuperar, na medida do possível (e esse possível inclui a disponibilidade de fontes), o caráter dramático de toda a existência, ou seja, o âmbito da incerteza, do talvez, do hipotético, do poderia ter sido, do que não se realizou. Somente dessa forma a biografia será capaz de exprimir o "demasiadamente humano" da existência, ou seja, a angústia de se querer uno quando se é múltiplo e de se deparar com inúmeros caminhos quando a vida só pode ser uma.

O gênero biográfico entre os historiadores brasileiros

O gênero biográfico encontrou um lugar muito preciso no projeto de escrita da história do Brasil levado a cabo pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, sob o patronato do Imperador D. Pedro II, como parte de sua política de centralização do Estado com base, entre outros pontos, na constituição de uma comunidade imaginária nacional, o que pressupunha a configuração narrativa de um passado para o país há pouco independente e, em consequência, a reflexão a respeito da maneira como se deveria pesquisar e escrever a histórica brasileira.

Anteriormente, salientou-se, para o caso da Europa, que a disciplina histórica na primeira metade do século XIX conferiu um espaço bastante limitado aos indivíduos e às suas biografias, e no Brasil não foi diferente. A monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, do pesquisador alemão Carl Friedrich Phillip Von Martius, que, em 1840, venceu um concurso do Instituto, não continha uma só palavra a respeito dos grandes homens ou dos heróis. Da mesma forma, nem Francisco Adolfo de Varnhagen nem Capistrano de Abreu, consagrados como "pais fundadores" da historiografia brasileira, têm biografias históricas entre suas obras mais significativas. Apesar disso, o último escreveu numerosas notícias biográficas para a *Revista do IHGB*, porém, como assinala Armelle Enders, para ele, assim como para a maioria dos historiadores brasileiros que se entregaram a tal exercício, tratava-se simplesmente de "esboços", de "apontamentos", que deveriam servir para "colorir afrescos mais vastos", para ornar a sua história geral do Brasil (Enders, 2000, p. 25). Percebe-se aqui um primeiro uso da biografia entre os historiadores do período: o de servir como "matéria prima", como subsídio, para projetos historiográficos mais amplos, nos quais a história era pensada a partir de lógicas não calcadas na ação individual, em especial a do processo inexorável e teleológico, condicionado por leis gerais, de construção da Nação. No caso de Varnhagen, a escrita biográfica também podia ser um espaço para discussões eruditas referentes, por exemplo, à autenticidade e proveniência das fontes e à confirmação da fidedignidade dos fatos, típicas de um conhecimento que aspirava à cientificidade. (Santos, 2008, p. 342-343). Nesse mesmo sentido, buscou, em diversos de seus artigos de cunho biográfico, indicar, por meio de notas de rodapé, as fontes documentais que subsidiavam a sua narrativa, denotando uma preocupação em provar a veracidade das informações prestadas.

Apesar da biografia não dar o tom da história do Brasil que então se constituía, no ano seguinte à fundação do IHGB, seu primeiro-secretário, Januário da Cunha Barbosa, inspirando-se em Plutarco, propôs um projeto de escrita histórica que incluía "arrancar ao esquecimento, em que jazem sepultados, os nomes e feitos de tantos ilustres brasileiros, que honraram a pátria por suas letras e por seus diversos e brilhantes serviços". Tal clamor concretizou-se já no segundo número da *Revista do IHGB*, publicado em 1839, que passou a conter a rubrica intitulada "Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes etc...", a qual foi desaparecendo paulatinamente nas décadas finais do século XIX. O objetivo da seção era constituir um panteão nacional, no qual figurassem os nomes capazes de servir como modelos para os homens do presente. Portanto, a escrita biográfica produzida no Brasil no século XIX vinculava-se ao regime de historicidade da história *magistra vitae*, cujo objetivo, como foi visto anteriormente, era estimular nos leitores a imitação das ações dos "grandes homens" do passado.

Várias foram as discussões sobre quem deveria compor esse "panteão de papel" em elaboração (Enders, 2000). Por exemplo: os homens nascidos em Portugal poderiam integrá-lo? E os envolvidos no episódio da Inconfidência Mineira que haviam lutado contra os ascendentes de D. Pedro II? De maneira geral, o panteão formulado por esses letrados foi

bastante ecumênico, privilegiando a figura do "brasileiro ilustre", próxima da do "grande homem" formulada pelas academias iluministas europeias, louvado por personificar a excelência do homem comum, letrado, benfeitor da humanidade e, sobretudo, um exemplar servidor do Estado (Enders, 2000, p. 43; Oliveira, 2009, p. 16). As vidas desses homens, porém, não guardavam interesse em si, mas somente na medida em que representassem encarnações momentâneas de um processo bem mais amplo: a construção da Nação, essa sim o grande personagem da história.

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, é possível detectar certas continuidades, mas também significativas especificidades, em relação a essa compreensão do papel da biografia na construção da história nacional. No estudo de Lucia Maria Paschoal Guimarães sobre o IHGB no período entre 1889 e 1938, não se percebe uma grande atenção dos membros da instituição às vidas dos "brasileiros ilustres", pelo menos em suas obras mais significativas.

Com o final da Primeira Grande Guerra, diante da crise de valores éticos e políticos desencadeada pelo conflito, diversos pensadores europeus questionaram os pressupostos da racionalidade científica e o suposto universalismo dos princípios liberais, bem como certos determinismos calcados na tríade clima/meio/raça, voltando, em muitos casos, a conferir importância ao papel do indivíduo na história. Tal debate teve forte impacto na intelectualidade brasileira. Entre o final da década de 1920 e a de 1950, com destaque para os anos 1930 e 1940, literatos e historiadores "[...] compreenderam a revisão da biografia como mais um aspecto necessário entre as estratégias de atualizar análises sobre a realidade nacional" (Gonçalves, 2009, p. 26). Isso significava também repensar as fronteiras entre a história e a literatura, já que, na discussão então travada sobre o gênero biográfico, indagava-se se a aproximação entre tais campos não seria um caminho de renovação da própria história nacional. Entre os autores envolvidos nessa discussão destaca-se Octávio Tarquínio de Sousa, para quem as biografias permitiriam humanizar a história nacional, ao possibilitarem o conhecimento das qualidades e defeitos dos homens do passado, de modo a permitir "[...] que o ato de conhecer o outro, em especial os grandes de nossa terra, fosse um caminho de aprendizado sobre o passado brasileiro e, mais, uma reificação poética de que a constituição de certas identidades, em particular a identidade nacional, consubstanciava-se na história" (Gonçalves, 2009, p. 331). Ressoa nessa proposta a perspectiva da "história mestra da vida", mas em moldes renovados: mais do que erigir modelos idealizados de conduta, o historiador biógrafo deveria, segundo tal perspectiva, buscar compreender os personagens por ele enfocados como vias de acesso a outras épocas, como instrumentos para pensar a tensão entre indivíduo e sociedade, enfim, para se construir uma história mais viva e plural – questões, aliás, que retomam toda a força na atualidade.

Tal aposta no gênero biográfico, obviamente, não foi comum a todos os historiadores do período. Basta lembrar que as três obras consagradas como matrizes do moderno pensamento social brasileiro, inclusive da historiografia – *Casa-grande & senzada*, de Gilberto

Freire (1933); *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936); e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (1942) – investiam em lógicas explicativas muito distantes daquela que privilegia os indivíduos e suas ações. Aliás, a "panteonização" dessas obras e autores pela crítica (e pelos historiadores) acabou por obscurecer outras tradições historiográficas que conferem à biografia um lugar de destaque.

Com o progressivo estabelecimento da universidade como lugar privilegiado da produção historiográfica nos anos 1960 e 1970, assistiu-se ao crepúsculo da biografia como forma legítima de se pensar e escrever a história. Sob a dupla influência da segunda geração dos *Annales* e do marxismo, as interpretações mais inovadoras da história brasileira no período voltaram-se aos movimentos de média e longa durações, para as estruturas sociais e econômicas e para os atores coletivos. Claro está que, junto aos alunos dos demais níveis de ensino e ao grande público, livros didáticos e outras obras de divulgação consagradas às vidas dos "grandes vultos" continuaram a ter considerável circulação, inclusive por estímulo do regime militar que também buscava, por meio do exemplo de brasileiros ilustres, difundir uma pedagogia cívica e patriótica. Mas, na academia, os indivíduos perderam espaço na explicação das tramas históricas.

Acompanhando a tendência internacional de renovação historiográfica já examinada anteriormente, e podendo inspirar-se de forma criativa em correntes e obras com procedências nacionais variadas, como a nova história francesa, o novo marxismo britânico e a micro-história italiana, desde meados dos anos 1980 diversos historiadores brasileiros voltaram a apostar na biografia como forma de lidar com problemas de pesquisa bastante diversos. Não se trata, cabe dizer, de um movimento homogêneo, muito menos de uma escola, mas de pesquisas produzidas em lugares institucionais diversificados que parecem expressar uma preocupação mais ampla: a de repensar interpretações consagradas sobre a história brasileira a partir dos percursos de determinados indivíduos em contextos específicos.

Porém, não se pode esquecer que o impulso de valorização da biografia como forma de se (re)escrever a história brasileira partiu especialmente de jornalistas, os quais produziram obras com esse teor que alcançaram grande sucesso midiático e de vendas. Isso pode ser creditado às já comentadas falhas do regime de historicidade presentista e à consequente valorização nostálgica de memórias e personagens de outros tempos.

Em virtude da mencionada falta de unidade dos trabalhos biográficos elaborados pelos historiadores brasileiros nas últimas décadas, torna-se difícil fazer um balanço de conjunto dessa produção, porém, é possível apontar alguns temas e problemáticas preponderantes, apesar do risco de muitas omissões.

As já referidas inspirações da micro-história italiana e da "história vista de baixo" britânica motivaram diversos historiadores brasileiros a biografarem indivíduos pertencentes às classes populares e a outros grupos excluídos socialmente. Assim, por exemplo, alguns pesquisadores examinaram os percursos de militantes brasileiros ou estrangeiros que atu-

aram no Brasil, ligados às principais correntes que animavam o movimento operário nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, como o socialismo, o sindicalismo e o anarquismo. Tais estudos evidenciaram que a militância não pode ser compreendida apenas por referência às ideologias formalizadas e aos "níveis" de desenvolvimento socioeconômico, pois resulta de múltiplas experiências públicas e privadas, de inúmeras relações sociais e de incontáveis influxos culturais.

Em outro campo temático, historiadores da escravidão e do período pós-abolição vêm se dedicando a rastrear percursos de escravos e libertos, evidenciando a diversidade de suas experiências, obscurecidas por interpretações gerais como a que postula uma dicotomia absoluta e anacrônica entre escravidão e liberdade ou a que advoga que, após a abolição, os libertos foram completamente excluídos socialmente. Dessas pesquisas resulta um panorama muito mais heterogêneo que expressa as margens de ação e de escolha possíveis aos subalternos, mesmo diante de sistemas normativos extremamente violentos e opressivos. Também biografias de mulheres evidenciaram as múltiplas barreiras de gênero que obstaculizaram a sua atuação, mas também as formas criativas por elas utilizadas para burlar tais impedimentos.

Os "grandes personagens" não foram esquecidos pelos historiadores-biógrafos contemporâneos, mas mereceram outro tratamento, sobretudo no sentido de evidenciar que eles não estavam predestinados a exercer papéis de destaque na vida pública brasileira, pois seus percursos rumo à "grandeza" não resultaram apenas de qualidades inatas, e sim foram traçados historicamente em meio a configurações sociais diversas, nas quais essas qualidades puderam se manifestar. Além disso, tais investigações seguidamente dedicaram-se a perscrutar os agentes e processos que forjaram as memórias relativas a esses personagens, examinando os mecanismos de sua "panteonização" na história brasileira. Nesse âmbito, resta salientar que historiadores consagrados em seus campos de atuação têm escrito biografias de "grandes personagens" para coleções dirigidas aos não especialistas o que, por um lado, contribui para despertar o gosto dos leitores comuns pela história, e, de outro, reatualiza o caráter pedagógico da escrita biográfica.

Por fim, desde outra perspectiva teórica, aquela oriunda do pensamento de Michel Foucault, alguns historiadores procuraram examinar as práticas discursivas e não discursivas, bem como as formas de subjetivação, que configuraram determinados sujeitos histórico. Por esse caminho, não tomaram os personagens enfocados e suas ações como pontos de partida da pesquisa, mas como resultados de inúmeros agenciamentos, relações de poder e de saber, exclusões, silenciamentos e práticas de si.

Todos estes exemplos mostram que os historiadores brasileiros, de maneira bastante inventiva, têm sabido aproveitar as discussões travadas internacionalmente sobre o gênero biográfico para repensar personagens, temas e problemas caros à historiografia brasileira.

Conclusão

Ao tratar do retorno de questões e gêneros que haviam sido desprezados pela *École des Annales*, tais como o acontecimento, a história-narrativa, a história política e a biografia, ao primeiro plano da produção historiográfica, Jacques Le Goff assinalou: "Essas voltas são equívocos. Se cada uma delas pode ser aceita pela nova história e se os partidários da nova história não raro delas deram o exemplo, é porque cada um desses gêneros históricos (ou quase) volta com uma problemática profundamente renovada". Porém, ele também advertiu: "Mas também é a volta, quase a desforra de historiadores tradicionais ou neotradicionais que parecem aqueles emigrados de após a Revolução Francesa, que não haviam 'nada aprendido e nada esquecido'" (Le Goff, 1990, p. 7-8).

A biografia tem aparecido como uma grande novidade para os historiadores, inclusive brasileiros, frequentemente incluída em seminários e publicações como essa, que pretendem dar conta dos "novos domínios da história". Entretanto, como foi apontado, o gênero biográfico é tão antigo quanto o gênero histórico, com o qual, aliás, sempre manteve relações ambíguas. Nos últimos anos, ele renovou-se e, nesse processo, seus praticantes precisaram enfrentar problemas antigos e recentes que dizem respeito à disciplina histórica como um todo: a relação entre indivíduo e sociedade, entre unidade e fragmentação, entre narração e explicação, entre outros. Nem todas as biografias recentemente publicadas, contudo, são "novas", no sentido de possibilitarem uma compreensão inovadora do passado. Boa parte delas, aliás, retoma modelos narrativos e interpretativos já bastante criticados por diferentes correntes de pensamento. Assim, cabe aos historiadores interessados em escrever vidas dialogarem com debates teóricos, metodológicos e historiográficos que incidem diretamente sobre as possibilidades e os limites da biografia histórica, alguns dos quais foram indicados no presente capítulo. Só assim serão capazes de mostrar que esse gênero, já tão velho, pode ainda renovar-se e indicar novas possibilidades de se compreender, escrever e construir a história.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo moderno. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 10, n. 19, 1997.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 7, n. 13, 1994.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DOSSE, François. *O desafio biográfico*: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar/Ed. UFRJ, 1993.

ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro. A produção dos vultos nacionais no segundo reinado. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 14, n. 25, 2000.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço*: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao Silogeu*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. Como escrever a história da França? *Anos 90*. Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, julho de 1997.

HILL, Christopher. *O eleito de Deus*: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

_____. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil Oitocentista. Tese (Doutorado em história), Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SANTOS, Evandro dos. Francisco Adolfo de Varnhagen entre debates, métodos, cópias e obras: como produzir biografias no século XIX. In: SCHMIDT, Benito Bisso; PESSI, Bruno (orgs.). *Anais*: produzindo história a partir de fontes primárias. VI Mostra de Pesquisa do APERS. Porto Alegre: CORAG, 2008.

SOUZA, Adriana Barreto de. Trajetórias militares, política imperial e escrita da história. *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul: UCS, v. 2, n. 3, janeiro/junho 2003.

THOMPSON, E. P. *William Morris*: romantic to revolutionary. Stanford: Stanford University Press, 1988.

THOMPSON, E. P. *Witness against the beast*: William Blake and the Moral Law. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Capítulo 11

Micro-história

Henrique Espada Lima

"Micro-história" é um termo ambíguo. A expressão, destituída de explicações adicionais, pode facilmente sugerir o interesse focado no universo de acontecimentos minúsculos que ficam fora ou à margem das grandes narrativas históricas. Uma história das coisas pequenas e dos temas circunscritos, voluntária ou involuntariamente tomando distância das estruturas, dos processos históricos de longa duração e dos grandes modelos interpretativos. Uma abordagem mais próxima àquela proposta pelo historiador mexicano Luis González y González, que em suas *Invitaciones a la microhistoria*, desde os anos 1960, utilizava a expressão como sinônimo da história que "flui do material humilde" das memórias familiares e populares, a história "mátria" do rincão natal, irmã da *petite histoire* e da *local history* (Rojas, 1999).

Esse conjunto de proposições certamente fala muito sobre o horizonte de ideias que a expressão "micro-história" foi capaz de mobilizar ao longo das últimas décadas, mas também carrega, como veremos, um grande potencial de mal-entendidos. A expressão foi e vem sendo usada de modos distintos para descrever perspectivas históricas diferentes, às vezes opostas. Qualquer tentativa de introduzir o leitor à "micro-história" deve começar, portanto, definindo de que micro-história se está falando.

Nas duas últimas décadas, no campo de discussão sobre as possibilidades, os limites e as metamorfoses da história social, a micro-história adquiriu um lugar de destaque e, nesse contexto, ela foi identificada pelos praticantes da disciplina histórica com um debate intelectual cujos contornos iniciais remontam à Itália dos anos 1970 e 1980. Uma coleção de temas e palavras-chave, livros e empreendimentos comuns, um conjunto de historiadores e suas obras deu conteúdo a essa expressão. Aí está o ponto de partida deste capítulo, que tentará localizar o debate e seus protagonistas, bem como tentar compreender o significado da micro-história e suas transformações.

Um debate italiano sobre a história social

A origem do debate sobre a micro-história articula-se de perto com a trajetória da história social na Itália. Dotada de tradições historiográficas importantes, marcadas pela his-

tória "ético-política", focada na história intelectual, da política e do Estado, a historiografia italiana que emergiu após a Segunda Guerra tinha uma dívida importante com a filosofia da história e a especulação teórica de tradição croceana (ligada ao pensamento do filósofo e historiador italiano Benedetto Croce, que havia sido uma das figuras intelectuais dominantes da primeira metade do século). Mesmo a reflexão histórica marxista, que tentava tomar distância do pensamento liberal de Croce, não escapava inteiramente a essa influência (para isso basta citar a enorme influência de Croce sobre um pensador fundamental do marxismo italiano, Antonio Gramsci).

Do ponto de vista dos estudos históricos, esse quadro intelectual inspirava uma abordagem pouco permeável ao intercâmbio com as ciências sociais e, portanto, distante da matriz intelectual que deu origem à história social em outros contextos. Remonta à década de 1950 o início da transformação desse quadro, que acontece em paralelo ao contexto de internacionalização da pesquisa histórica que se intensifica nesse período. Esse processo, sobre o qual muito já se falou (Lima, 2006; Eley, 2005), foi marcado por uma intensa mobilidade de pesquisadores, de livros e de modelos de pesquisa. Não por acaso, são as tradições mais consolidadas de investigação no campo da história social que encontram aí seu campo de expansão. Projetos coletivos e a circulação de pesquisadores que vinham de instituições acadêmicas marcadas pelo forte intercâmbio interdisciplinar – sobretudo francesas, inglesas e norte-americanas – envolvem diretamente o contexto intelectual italiano nesse período. Também muitos historiadores que se tornaram expoentes do debate histórico italiano posterior fizeram parte de sua formação em instituições francesas e inglesas, ou colaboravam proximamente com as novas revistas acadêmicas que surgiam ou se consolidavam nesses mesmos anos, como a inglesa *Past and present* e os *Annales* franceses.

Não por acaso, a tradição francesa de pesquisa se destacava, na medida em que muitos historiadores ligados à *VI Seção* da *École Pratique des Hautes Études* (que se tornou em 1975 a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*), seguindo os caminhos do seu diretor Fernand Braudel, voltaram-se para o estudo da Itália na época moderna, intensificando uma troca historiográfica (e uma circulação de pesquisadores) que permanece até hoje.

Assim, entre os anos 1950 e 1960, as bases para uma história social na Itália são construídas, por um lado, com o crescente interesse pela historiografia internacional e a consequente intensificação do diálogo com as ciências sociais, em especial a sociologia, a economia e a antropologia social. Por outro lado, essa aproximação acontecia também em um momento em que triunfavam os grandes e sofisticados modelos interpretativos que marcavam as ciências sociais naqueles anos. Daí a multiplicação de estudos sócio-históricos, demográficos e econômicos, baseados em extensas pesquisas quantitativas e seriais que vinham exercendo um forte impacto sobre os métodos e temas dos historiadores. A história social "triunfante" do final dos anos 1950 e início da década seguinte era então marcada por essa aproximação "científica", "quantitativa" e "estrutural" (para citar três palavras-chave entre os cientistas sociais de então) das realidades do passado, bem como uma forte

convicção de que seu "questionário" de pesquisa (marcado também, é preciso dizer, por uma perspectiva fortemente materialista) era suficientemente completo para fazer frente aos grandes desafios interpretativos para a compreensão do presente e do devir histórico. Essa convicção era compartilhada por diferentes matrizes interpretativas que cobriam desde os modelos marxistas até os modelos liberais, passando pelos teóricos da modernização e do desenvolvimento.

Naturalmente, a relação da historiografia italiana com essas grandes matrizes da história social não era homogênea. Graças à vitalidade própria das suas tradições históricas – tanto da história ético-política quando do marxismo gramsciano – um universo de combinações e empréstimos recíprocos deram matizes particulares a esse debate nascente sobre a história social. Um exemplo está exatamente na aproximação com os Annales: ainda que o programa de pesquisa braudeliano e os seus grandes modelos interpretativos ocupassem de modo importante a discussão dos historiadores italianos interessados nas origens do período moderno (e, nesse sentido, *O Mediterâneo* de Braudel, com a centralidade que dera em sua síntese ao espaço da península, teve um efeito reorganizador sobre o debate em torno do século XVI italiano), sua recepção foi muitas vezes temperada pela desconfiança com relação à sua ênfase nas permanências e estruturas e, consequentemente, suas pretensões explícitas de retirar a política do centro da indagação sobre a história.

Também característico desse cenário é o interesse recíproco entre os historiadores italianos e o debate inglês sobre a história social. É desnecessário insistir na importância fundamental da "descoberta" de Gramsci para as reflexões de autores como Eric Hobsbawm e outros que foram responsáveis por estabelecer alguns dos parâmetros intelectuais e políticos da história social britânica e anglo-americana. Mas é preciso mencionar que o claro paralelo entre *Past and Present*, a revista fundada em 1952 pelos historiadores marxistas (e também alguns não marxistas) britânicos, e *Studi Storici* – publicada pelo *Istituto Gramsci* desde 1959 – não se manifestava apenas na tentativa de atualizar a ligação entre o pensamento marxista e o sofisticado debate histórico inspirado pela história social, mas também na grande circulação de textos e historiadores que ajudou a promover.

A conjuntura intelectual entre o fim dos anos 1950 e o correr da década seguinte – período formativo para a maior parte dos historiadores que se envolveram nos primeiros passos do debate sobre a micro-história – aliava na Itália tanto uma atmosfera intelectual cambiante, marcada pelo influxo das ciências sociais, quanto um horizonte político em transformação. A crise de boa parte do marxismo europeu após o fim do regime estalinista e a denúncia de suas atrocidades (seguida da invasão da Hungria pela União Soviética em 1956), colocou boa parte da intelectualidade de esquerda na Europa em busca de novos pontos de partida para a renovação (ou para a recusa peremptória) da herança marxista, com consequências inevitáveis para o desenvolvimento do debate intelectual entre cientistas sociais e historiadores. A percepção de um verdadeiro impasse das agendas políticas do operariado industrial que haviam sido centrais na definição do campo político por mais de

um século somava-se ao aparecimento ou a intensificação de outras agendas políticas que não estavam inteiramente contempladas no quadro original: as lutas anticoloniais e antirracistas, os movimentos feministas e pelos direitos civis, as reivindicações estudantis, que já começavam a anunciar o espaço que tomariam no centro do palco nos anos vindouros. O final da década de 1960 chega com uma intensificação desse quadro, marcado tanto pela radicalização política quanto pela experimentação intelectual. Como em outros lugares – na Europa e alhures – esse quadro político e cultural foi vivido intensamente na Itália.

O impacto desse quadro cambiante sobre as ciências sociais e a história não é de modo algum surpreendente. Em primeiro lugar porque o grande arco das disciplinas das chamadas "ciências humanas" nunca foram lugar de consenso construído sobre um paradigma homogêneo e compartilhado. Dinâmicas políticas, institucionais e mesmo geracionais sempre tiveram um impacto direto ou indireto sobre suas perguntas, suas orientações, seus conceitos e suas ferramentas intelectuais. Em segundo lugar, porque as transformações na dinâmica sociopolítica colocavam diretamente em causa precisamente alguns dos modelos interpretativos que haviam dado forma ao debate intelectual no período, desafiando a força explicativa de alguns dos seus conceitos mais caros (como "modernidade" ou "desenvolvimento"), redefinindo a relevância relativa dos seus atores sociais e políticos (como o Estado ou a "classe"), a centralidade de sua hierarquia de importâncias e casualidades, enfim, alguns dos aspectos mais sólidos do seu questionário comum.

No campo da história social, um dos resultados paradoxais desse momento de "crise" foi exatamente a multiplicação de temas de pesquisa que caracterizou aquela "explosão de história" diagnosticada pelo historiador Pierre Nora em 1971, ao inaugurar uma influente coleção de livros de história publicada por uma das mais importantes editoras da França. O desenvolvimento da história social na Itália coincide, portanto, com um momento em que o próprio horizonte da disciplina começava a testar os seus limites. Quando, no início dos anos 1970, os temas que marcariam a micro-história começam a emergir nas reflexões dos historiadores sociais na Itália, o eco desse rico debate é evidente.

Da microanálise à micro-história

Seria temerário apontar uma origem única para micro-história, e podemos dizer que não há um, mas vários pontos de partida para os fios que acabaram por tecer a trama do debate. Como as páginas anteriores procuraram mostrar, um desses pontos está certamente na intensificação do interesse italiano pela história social, com a circulação de pesquisadores, livros e ideias. Esse "caminho italiano" para a história social se articula em um conjunto de iniciativas institucionais importantes, como a criação de áreas de pesquisa nas universidades, o nascimento de novas revistas acadêmicas, bem como as traduções de parte a parte e a publicação de empreendimentos editoriais comuns.

Um exemplo disso está na grande obra coletiva publicada a partir de 1972 pela editora Einaudi (Turim), *Storia d'Ialia*. Organizada por Ruggiero Romano e Corrado Vivanti, dois

historiadores italianos que haviam feito parte da sua formação na França e com fortes ligações com os Annales, a coleção – que, englobando suas continuações foi publicada até os anos 1990 – foi marcada fortemente não só pelo caráter propriamente totalizante que marca as várias tradições da história social, mas também pela perspectiva "estrutural" inspirada no modelo braudeliano, pela abertura aos "novos" temas da história social que passaram a multiplicar-se naquele momento e pela forte participação de historiadores não italianos.

Será outro empreendimento coletivo no campo da nova história social na Itália que ganhará, entretanto, importância primordial no debate que começa a dar seus primeiros passos: a revista *Quaderni storici*. Fundada em 1966 com um título um pouco mais longo – *Quaderni storici delle marche* –, passa a ser publicada com o novo título em Bolonha em 1970. Inicialmente dirigida por Alberto Caracciolo (1926-2002) e Pasquale Villani (1924) – dois historiadores com fortes ligações tanto com as tradições marxistas quanto com os Annales – a revista torna-se rapidamente lugar de encontro entre historiadores italianos de diferentes gerações e status acadêmico, assim como estudiosos consagrados do estrangeiro. Em poucos anos, *Quaderni storici* passa a integrar também toda uma nova geração de historiadores, encabeçada por nomes como Edoardo Grendi (1932-1999), Giovanni Levi (1939), Carlo Ginzburg (1939), Luisa Accati (1942), Carlo Poni (1927) e vários outros, incorporados ao longo da década ao comitê editorial da revista.

Quaderni storici foi provavelmente a publicação histórica italiana mais claramente sintonizada com o debate da história social no início da década de 1970 e tomou rapidamente (mas não sem contestação) a dianteira na discussão sobre os parâmetros da renovação historiográfica na Itália. Isso era demonstrado não apenas pelo esforço evidente de atualização com os temas correntes e a atenção sobre a produção mais recente que circulava no debate histórico internacional, mas aparecia também no esforço de capturar a colaboração de historiadores mais jovens, engajados em suas pesquisas em curso, cujos textos eram atraídos para os encontros acadêmicos promovidos pela revista e pela publicação dos seus números temáticos. Os temas "clássicos" da história social, desde as questões que envolviam a discussão dos "modelos interpretativos" do desenvolvimento e da modernização, passando pelos debates metodológicos da história econômica e da história agrária, ocupavam um lugar importante entre seus assuntos principais. Mas é também notável a precoce abertura da revista para temáticas como a história da família e da comunidade, bem como as inovações no campo da demografia histórica, a aproximação entre a história e a antropologia, o interesse pelo folclore e a cultura material, e, também, a temática então recentíssima da história oral. Outro aspecto digno de nota era a atenção sobre os grupos sociais subalternizados e marginalizados, presentes em números monográficos sobre o mundo camponês e as religiões populares, a história das mulheres e das minorias religiosas, a história do crime.

É nesse contexto que os *Quaderni storici* capturam pela primeira vez o debate que nos interessa aqui, introduzido por uma figura-chave nessa história: Edoardo Grendi. O historiador genovês havia feito parte de sua formação na Inglaterra na *London School of*

Economics – um dos polos mais importantes da pesquisa interdisciplinar no período – onde desenvolveu um trabalho sobre o movimento operário inglês e suas relações com o trabalhismo. De volta à Itália, inicialmente em Turim e mais tarde em Gênova (e à redação dos *Quaderni storici,* em 1970), Grendi trouxe uma bagagem heterogênea, formada tanto pela leitura intensa da antropologia econômica e social (de Raymond Firth a Fredrik Barth, passando pela forte influência de Karl Polanyi), quanto pelo contato com a novíssima história social britânica e anglo-americana, que ele passa a comentar e resenhar na Itália (às vezes de modo bastante crítico). Seu programa de pesquisa – inspirado metodologicamente por um amplo arco de influências tanto da antropologia quanto da história social (sobretudo, mas não exclusivamente, britânica), das quais se apropria originalmente – passa a se construir sobre a história moderna do território lígure e genovês, interrogando-se sobre os grupos sociais e a morfologia das suas formas associativas, base da construção de uma verdadeira etnografia de uma sociedade de antigo regime que constituirá o conjunto dos seus trabalhos nas duas décadas seguintes.

"Microanálise e história social", um artigo de Grendi publicado nos *Quaderni* em 1977, é o primeiro momento em que se pronuncia de modo mais claro uma proposta metodológica construída em torno da ideia de uma "microanálise social" (que já havia sido citada de passagem em alguns artigos no ano anterior). Em um contexto de debate sobre as definições e métodos da história social, Grendi sintetizava uma definição que vinha sendo amadurecida naqueles mesmos anos em seus debates com seu colega de Turim e também colaborador dos *Quaderni*, Giovanni Levi, e que dizia respeito à necessidade de a história social levar a sério a lição da antropologia, voltada para a análise das relações econômicas em conjunto com as relações sociais, políticas e culturais, a partir da referência empírica recolhida na observação direta (Lima, 2006, p. 182). Para Grendi, o que se desenhava era a "recondução da história a uma contextualização e a uma vocação analítica em que o objeto de análise é basicamente indicado pela série ou a rede de relações sociais" (Grendi, 2009, p. 35). O ponto de partida de uma história social entendida como "história das relações entre pessoas e grupos", edificada a partir da reconstrução em escala reduzida das redes de relações interpessoais verificadas no tratamento intensivo das fontes seriais, em um recorte circunscrito (o bairro urbano ou a comunidade rural, por exemplo).

O ponto de partida era, portanto, uma visão marcada por um empirismo radical voltado à reconstrução totalizante ("holística") das realidades sociais estudadas, metodologicamente inspirado pelo "trabalho de campo" antropológico (mas em clara oposição a qualquer análise estrutural ou funcionalista) e pela abordagem "substantivista" do historiador da economia e antropólogo vienense Karl Polanyi. O embate direto encontrava-se na recusa ao uso anti-histórico de categorias analíticas como "classe" (na chave marxista) ou "mercado" (na chave liberal) –, bem como a crítica aos modelos interpretativos da transformação histórica definidos por uma hierarquia de relevâncias predefinida. A insatisfação tanto com os mode-

los da história econômica em vigor, quanto com o marxismo que marcava as interpretações sobre a transformação social e a lógica das associações sociais, era evidente.

Grendi retomará com profundidade a discussão sobre o caminho que o levava da antropologia à microanálise em um interessantíssimo livro sobre Polanyi, publicado em 1978, e que permanece sendo uma referência importante das influências e dos propósitos que deram origem à micro-história, ainda que tenha se tornado virtualmente invisível no debate posterior (Grendi, 1978).

O tema da microanálise (ou "micro-história", como logo em seguida passa a circular de modo mais difuso) reaparecerá pontualmente e com mais intensidade nos anos seguintes, relacionado a vários artigos publicados a partir de meados dos anos 1970 nas páginas de *Quaderni storici* e outras revistas. Despontam aí imediatamente as figuras de Grendi e de Giovanni Levi, historiador treinado em história econômica e com quem Grendi compartilhava o intenso interesse pela antropologia social e pela contribuição da história social. Além deles, alguns dos seus alunos em Turim – como Sandra Cavallo, Sandro Lombardini e Osvaldo Raggio (e, mais tarde, entre outros, Simona Cerutti e Maurizio Gribaudi) – passaram a ocupar-se em suas pesquisas em dar um conteúdo empírico ao projeto da "microanálise histórica".

A referência ao debate passa a ser uma constante tanto como tema de números monográficos dos *Quaderni Storici* (aparecendo como referência na introdução de Grendi ao volume sobre "Famiglia e comunità", em 1976, e no número dedicado a "Azienda agraria e microstoria", em 1978), seja, um pouco depois, como nome de uma coleção de publicações em uma editora prestigiosa (*Microstorie*, 1981-1992, Einaudi). Nas páginas da mesma revista o tema reaparece também em um importante artigo publicado em 1979 por Carlo Poni e Carlo Ginzburg, intitulado "O nome e o como: troca desigual e o mercado historiográfico" (Ginzburg e Poni, 1991).

Poni, historiador do mundo agrário bolonhês e estudioso da cultura material camponesa, era colega de Carlo Ginzburg na Universidade de Bolonha, e eles escreveram o artigo no âmbito da comemoração dos cinquenta anos da revista francesa *Annales*. Refletindo sobre a longa relação entre a historiografia italiana e a sua "irmã" francesa, os autores identificavam um desequilíbrio em que, por um lado, a França havia entrado com seus modelos interpretativos e suas ferramentas de estudo extensivo e serial, ao passo que a Itália havia participado com a extraordinária riqueza dos seus arquivos. O prognóstico de Ginzburg e Poni propunha, por outro lado, uma transformação desse quadro, atribuindo à "micro-história" o papel de reequilibrar essas trocas.

Por um lado, os autores italianos atribuíam "a voga crescente das reconstituições micro-históricas" às transformações políticas e intelectuais que pelo menos desde o início da década haviam colocado sob suspeita os grandes modelos interpretativos triunfantes da história social que, na França, era corporificada pelo legado braudeliano. Em contraposição, a "micro-história" aparecia como uma resposta em vários planos a essa insatisfação, na medida

em que aceitava o desafio de construir uma "história impregnada de antropologia", voltada a investigar as dimensões negligenciadas da experiência histórica. Do ponto de vista metodológico, propunha-se o seu estudo intensivo e entrelaçado, em escala reduzida, à pesquisa extensiva sobre a documentação serial, própria da história quantitativa e estrutural, para reconstituir a complexidade das relações que ligam os indivíduos à sociedade. O "centro de gravidade" de tal "investigação micronominal" encontrava-se nas "linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina", que "dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido" (Ginzburg; Poni, 1991, p. 175).

O artigo de Ginzburg e Poni apontava para várias direções, em parte reapresentando as propostas "microanalíticas" avançadas por Grendi, em parte apontando caminhos novos. Era, de todo modo, uma peça de provocação intelectual que apresentava ao leitor mais uma ideia do que propriamente um programa de pesquisa. Em um debate que produziu pouquíssimos textos programáticos, entretanto, "O nome e o como" permaneceu por muito tempo uma referência importante para identificar os fundamentos da proposta micro-histórica.

Um paradigma indiciário?

A contribuição de Carlo Ginzburg ao debate sobre a micro-história é inegável. Entretanto, tendo começado sua colaboração nos *Quaderni storici* em 1978, ele não havia participado diretamente das primeiras discussões sobre a microanálise, ainda que tenha encontrado aí, como já reconheceu mais de uma vez, um eco familiar das suas próprias preocupações intelectuais (Ginzburg, 2007).

Essas preocupações foram intensamente exploradas em um artigo também publicado em 1979, intitulado "Sinais: raízes de um paradigma indiciário", no qual Ginzburg discutia a emergência de um "paradigma científico" alternativo nas ciências humanas no século XIX, que ele recuperava em um conjunto diverso de contribuições que iam desde as observações metodológicas do crítico de arte italiano Giovanni Morelli até a psicanálise de Sigmund Freud, passando pela semiótica de Charles S. Pierce e as aventuras detetivescas de Sherlock Holmes, personagem de Conan Doyle. Esse paradigma, cujas origens remontariam ao saber venatório primitivo, apresentava elementos comuns com a medicina e com outras formas de conhecimento que se baseavam na leitura de indícios, pistas, fragmentos e sintomas. A história, com sua salutar incapacidade de se desvencilhar dos elementos singulares, individuais e irrepetíveis, disciplina indiciária por excelência, encontrava seus próprios fundamentos epistemológicos nesse paradigma, que se contrapunha àquele triunfante da física e da ciência moderna, para quem não há outro conhecimento científico possível senão o das regularidades e das universalidades (Ginzburg, 1989).

"Sinais" era uma reflexão epistemológica sobre a história em geral, mas apresentava-se também como uma oportunidade para pensar questões levantadas pela própria investigação histórica de Ginzburg, como se revela de uma leitura atenta de seus livros mais importan-

tes até ali, como "Os andarilhos do bem" (publicado em 1966) e "O queijo e os vermes" (1976). Especialmente este último, mais tarde reconhecido como um exemplo de pesquisa micro-histórica (ainda que originalmente não houvesse se apresentado como tal), onde o estudo intenso e filológico do processo de um moleiro friulano chamado Menocchio, perseguido pela Inquisição no final do século XVI, dava a Ginzburg a oportunidade de explorar, por intermédio de um caso excepcional, uma realidade cultural que não havia deixado testemunho direto. A realidade obscura de uma cultura camponesa autônoma, bem como suas relações circulares com a cultura letrada no início da era moderna, eram investigados em profundidade por meio dos vestígios indiretos encontrados na particular cosmogonia do moleiro.

O estudo de um caso singular havia permitido a Ginzburg explorar e redefinir um problema historiográfico muito mais amplo: uma pretensão intelectual que representava amplamente a proposta micro-histórica em seu conjunto. Com a contribuição de Ginzburg, a imagem de um "paradigma indiciário" tornou-se parte integrante do debate, mesmo que não tenha recebido a adesão de outros "praticantes" da micro-história. De todo modo, sua formulação teórica acabou por fornecer elementos para uma reflexão mais ampla sobre o lugar da micro-história no panorama de renovação da história social vivido naqueles mesmos anos, acrescentando ao vocabulário da discussão teórica sobre a história um elemento indubitavelmente original.

No fim da década de 1970, a micro-história toma forma como uma frente diversificada de investigação. Muito distante de uma "escola" ou uma proposta metodológica coerente, era – como reconheceram mais tarde alguns de seus principais protagonistas -– uma caixa vazia à qual se havia anexado um rótulo. Faltava preenchê-la.

Micro-histórias

> "Microstorie" quer ser um experimento, uma proposta, uma verificação de materiais; uma reordenação de dimensões, de personagens, de pontos de vista. E também, mas não necessariamente, a história dos pequenos e dos excluídos. É a história dos momentos, das situações, das pessoas que, indagadas com olhar analítico, em âmbito circunscrito, recuperam peso e cor. O exame dos contextos concretos na sua complexidade faz emergir novas categorias interpretativas, novas tramas causais, novos terrenos de investigação.

Com essas palavras se apresentava, em 1981, uma coleção de livros publicados sob um denominador comum – *microstorie*, isto é, micro-histórias. A coleção havia sido proposta por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi à Editora Einaudi, de Turim, e, como mostrava a sua apresentação, propunha a micro-história a partir de uma chave plural e amplamente experimental. A ênfase na complexidade da realidade, cuja análise atenta seria capaz de produzir

tanto quadros interpretativos quanto objetos novos de investigação, reafirmava a pretensão cognitiva do empreendimento. Não há dúvida de que essa apresentação diz muito sobre o espírito com que a micro-história era reivindicada por aqueles historiadores que haviam colocado para si a missão de dar a ela um conteúdo empírico.

O volume que abria a nova coleção consistia na investigação detetivesca de Carlo Ginzburg sobre a figura de Piero della Francesca ("Investigando Piero"). Nesse livro, bastante distante do ponto de vista temático dos seus trabalhos anteriores sobre a feitiçaria e as culturas populares, Ginzburg dedicava-se a revisitar a interpretação de um dos mestres da pintura do Renascimento italiano a partir da exploração em detalhe, e com grande erudição, de algumas das anomalias iconográficas dos seus quadros. O verdadeiro inquérito sobre Piero era reivindicado por Ginzburg não apenas como um exemplo adicional de como a análise detalhada de um caso excepcional poderia lançar luz sobre questões de grande fôlego, mas também como um experimento que levava ao limite o teste sobre o alcance interpretativo de uma investigação "indiciária".

O segundo volume que se apresentava ao leitor da nossa coleção vinha organizado por Edoardo Grendi, reunia oito artigos do historiador inglês Edward P. Thompson (alguns dos quais seriam reunidos em alguns anos em *Costumes em comum*) e intitulava-se "Sociedade patrícia e cultura plebeia". Em uma longa introdução, Grendi reconduzia a inspiração thompsoniana ao âmbito reivindicado pela micro-história: não apenas a abordagem "relacional" de Thompson e o seu diálogo com a antropologia, mas também sua capacidade de analisar densamente dimensões aparentemente negligenciáveis, como a *rough music* ou as cartas anônimas de ameaça na Inglaterra setecentista – para encontrar ali interpretações e nexos insuspeitados sobre a cultura dos trabalhadores e suas formas de protagonismo.

Se Thompson era dado a ler sob o título de "micro-histórias", o mesmo foi feito, nos anos seguintes com trabalhos de outros historiadores não italianos, como Jean-Claude Schmidt (*O Santo labrador*, 1982), Natalie Zemon Davis (*O retomo de Martin Guerre*, 1984) ou Paul Boyer e Stephen Nissenbaum (*A cidade possuída*, 1986), entre outros, bem como antropólogos como Anton Blok (*A máfia em uma aldeia siciliana*, 1986) e Gregory Bateson (*Naven*, 1988).

Dos 23 livros que foram publicados sob o título de "Microstorie", boa parte é composta por pesquisas originais de historiadores ligados ao ambiente intelectual que fomentava o debate sobre a micro-história. O livro de Raul Merzario, por exemplo, intitulado *Paese stretto* (em tradução canhestra, *Vilarejo apertado*, 1981), era a reconstituição minuciosa das estratégias matrimonias de uma aldeia camponesa italiana por mais de um século, em uma análise que aliava a demografia e a antropologia. Ao livro de Merzario juntaram-se ainda outros trabalhos produzidos por então jovens historiadores, como o livro de Franco Ramella (*Terra e tear*, 1983) sobre o mundo semi-industrial e seus sistemas de parentesco na região da Biela no século XIX, marcado por uma leitura original da relação entre o mundo operário em formação e suas raízes camponesas; o livro de Alessandro Portelli sobre Terni

(*Biografia de uma cidade*, 1985), que explorava com intensidade as possibilidades da história oral para a reconstrução da história fragmentada da grande cidade industrial italiana destruída pela Guerra; ou, ainda, o livro de Osvaldo Raggio sobre a constituição do estado genovês entre os séculos XVI e XVII a partir das práticas locais e o uso da violência em uma sociedade tradicional (*Vingança privada e parentesco*, de 1990).

A lista é grande e diversificada, compondo um quadro heterogêneo no plano temático e metodológico, com resultados e pretensões bastante distintos. Se fosse preciso escolher, entretanto, o livro que se tornaria a referência mais bem acabada do programa de pesquisa que havia dado origem à proposta microanalítica, esse é certamente o trabalho de Giovanni Levi, *Herança imaterial*, publicado na coleção em 1985.

No livro, Levi iniciava com a breve história de Giovan Battista Chiesa, que havia tido certo sucesso em sua curta carreira como padre exorcista no Piemonte do século XVII. A partir do episódio envolvendo Chiesa, o livro passa a tentar reencontrar seu nexo com o mundo camponês em transformação onde sua história fazia sentido. Voltando-se para Santena, uma pequena aldeia piemontesa não muito distante de Turim, de onde Chiesa era vigário e seu pai havia exercido funções administrativas décadas antes, Levi dedica-se à reconstrução minuciosa das "vicissitudes biográficas" de cada habitante do vilarejo que havia deixado algum vestígio documental, por um período de 35 anos (Levi, 2000, p. 45). Esse exercício de microanálise de "um lugar banal e de uma história comum" era colocado a serviço de um problema historiográfico de grande envergadura: em confronto com os modelos de interpretação da "modernização" e definidos pela "consolidação agressiva do poder centralizador do Estado absolutista e a generalização das relações de mercado" que se haviam imposto a um mundo camponês inerte e bestializado, Levi propunha colocar no centro da pesquisa exatamente uma comunidade camponesa qualquer, para investigar não apenas os mecanismos de transformação social que haviam destruído o sistema feudal, mas também – e sobretudo – a capacidade de invenção e protagonismo de uma comunidade diante de forças externas aparentemente inescapáveis.

"Herança imaterial" mobilizava uma extraordinária pesquisa empírica aliada a uma problematização sofisticada, em intercâmbio direto com a antropologia social e econômica e a história social, e em diálogo com autores tão distintos quanto Edward Thompson, Alexander Chaianov, Karl Polanyi e Fredrik Barth. Sua análise fina voltava-se para a leitura dos comportamentos sociais e suas lógicas e valores intrínsecos, revelados nas estratégias matrimoniais e familiares, no funcionamento do mercado de terras, no exercício limitado dos poderes locais, construindo um modelo interpretativo dinâmico de uma sociedade de antigo regime em franca transformação. Uma das marcas da análise proposta por Levi encontrava-se na atenção sobre as "estratégias" de indivíduos e grupos, seu uso consciente (ainda que limitado) dos recursos materiais e imateriais, sua capacidade de agir nos interstícios e descontinuidades dos sistemas normativos e das estruturas sociais. Realidades contraditórias que eram lidas como o verdadeiro lugar onde se poderia capturar de modo mais realista a dinâmica da mudança social.

Alguns anos depois da publicação de "Herança imaterial", ao escrever um ensaio de balanço sobre a micro-história, Giovanni Levi apontava o seu pertencimento a uma quadro mais geral de reação aos paradigmas em crise das ciências sociais, uma resposta heterogênea e marcada, como vimos, pelo trabalho experimental. Entre os poucos elementos que julgava comuns aos historiadores que participavam do empreendimento, Levi destacava a tentativa de resgatar a complexidade da realidade humana, empregando, em suas palavras, "um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos" (Levi, 1992, p. 135). Essa imagem proposta por Levi certamente se apresenta em vários dos trabalhos que reivindicaram a inspiração micro-histórica, muitos deles desenvolvidos sob sua orientação direta ou indireta nos anos seguintes. Em 1993 foi publicado o último volume da coleção *Microstorie*, a monografia de Edoardo Grendi sobre uma pequena aldeia da Liguria entre os séculos XVI e XVII –*O cervo e a república: o modelo lígure de antigo regime*. Considerando o conjunto dos seus títulos, não resta dúvida de que se por um lado a micro-história já havia deixado de ser uma caixa vazia a procura de um conteúdo, também não havia se tornado um programa unificado de investigação. Ao contrário, alguns comentadores chegaram mesmo a identificar não uma, mas duas vertentes da microanálise histórica, a primeira voltada para a contextualização histórico-cultural (identificada antes de tudo com Ginzburg) e outra voltada para a contextualização social, por intermédio da reconstrução das redes de relações sociais e onde o primado das relações interpessoais colocava-se em primeiro plano (Lima, 2009, p. 138-139).

Mas esse quadro um pouco esquemático mal disfarçava o fato de que o projeto micro-histórico – se é que de "projeto" se pode falar – era heterogêneo, marcado por empréstimos e trocas, onde os limites entre as contextualizações "culturais" e "sociais" eram constantemente borrados. Além disso, o próprio quadro historiográfico contra o qual a micro-história havia se levantado em meados dos anos 1970 também tinha se transformado substancialmente. Para reencontrar o impulso comum que permitiu à micro-história ocupar um lugar destacado no panorama de renovação da história social, é preciso olhar com mais atenção como o debate se desenvolveu nos anos seguintes, além das fronteiras italianas.

Jogos de escalas

De modo talvez não tão surpreendente, a micro-história nunca adquiriu um prestígio tão grande na ltália quanto angariou em outros lugares. Ainda que historiadores como Grendi, Levi ou Ginzburg tivessem um lugar inegável na academia italiana, isso não garantiu necessariamente um reconhecimento comparável para os historiadores mais jovens. Não por acaso, muitos destes, que haviam se formado no arco de influência do debate, acabaram por encontrar uma melhor recepção no mundo acadêmico francês do que no italiano – como Simona Cerutti, Maurizio Gribaudi e Sabina Loriga, que se tornaram professores

da École des hautes études en sciences sociales. A essa diáspora poderíamos somar, aliás, também a transferência de Ginzburg em meados dos anos 1980 para a Universidade da Califórnia, em Los Angeles, Estados Unidos.

O reequilíbrio das trocas historiográficas acabou por introduzir o debate sobre a micro-história em um horizonte mais amplo de rediscussão da história social. A recepção dessa área, sobretudo a partir da década de 1990, acompanhava a tradução (ainda que limitada) de alguns dos trabalhos mais importantes a ela relacionados, bem como o prestígio e a visibilidade do trabalho de alguns historiadores, dos quais obviamente se destaca Carlo Ginzburg, a quem a micro-história foi intensamente associada.

Na França, por outro lado, a recepção da micro-história foi também alimentada pela colaboração mais próxima e pelo interesse recíproco, marcado pela discussão sobre a microanálise social e suas dimensões metodológicas. Assim, por exemplo, *Herança imaterial* foi publicado na França com um longo prefácio de Jacques Revel (traduzido também na versão brasileira). Revel havia sido um dos responsáveis pelo trânsito historiográfico entre a França e a ltália durante a década de 1970 e acabou se tornando também um fomentador da micro-história na França, tendo sido diretor das pesquisas de doutorado de alguns dos "micro-historiadores" mais jovens. Ele chamava a atenção para a originalidade do livro de Levi – e da micro-história que ele ilustrava – em sua capacidade de recolocar de modo mais veemente uma questão comum à toda história social, isto é, a de considerar o "social" não como algo dado de antemão, mas exatamente aquilo que a investigação histórica deve ser capaz de construir como objeto (Levi, 2000, p. 36).

Em outras palavras, Revel reconhecia a pretensão intelectual da micro-história de recusar a compreensão do "social' – ou do "contexto", como se queira (social, cultural ou outro) – como uma realidade de contornos previamente definidos e estruturados, que o historiador reconhece e na qual deve simplesmente encontrar o lugar coerente do seu objeto de pesquisa. Ao contrário, a pretensão estava exatamente em revelar, por intermédio do estudo intensivo em escala reduzida da trama fina do tecido social, dimensões desconhecidas desse "contexto" e da dinâmica complexa das suas transformações. A palavra "escala" não está aqui por acaso, uma vez que, tomada emprestada das proposições do antropólogo norueguês Fredrik Barth por Giovanni Levi e incorporada ao vocabulário do debate, apontava para uma dimensão fundamental da operação historiográfica proposta pela micro-história, para quem a dicotomia entre o "micro" e o "macro" não era pensada, como era comum na história social em geral, a partir de uma hierarquia explicativa fixa, em que um é reflexo ou dimensão coerente do outro, mas sim como uma conexão dinâmica que poderia ser analisada como um problema de "escala" (Lima, 2006, p. 259). A alteração controlada da escala de observação poderia ser então uma operação que permitiria colocar em relevo e explorar em detalhe aspectos fundamentais de um problema de pesquisa de qualquer dimensão.

O "Jogo de escalas" proposto pela micro-história passa a ser um ponto crucial do debate sobre a sua capacidade de renovar os métodos e os objetos de investigação da história

social. Com esse sentido foi recuperado em uma coletânea organizada por Jacques Revel e publicada originalmente em 1996, agrupando as contribuições de um evento científico sobre a microanálise que envolveu historiadores e antropólogos, e que tinha como título, precisamente, "Jogos de escalas" (Revel, 1998). A coletânea reunia os proponentes originais da microanálise na Itália – Levi e Grendi –, além dos jovens historiadores italianos que haviam produzido seus livros então recentes sob inspiração micro-histórica e que militavam academicamente na França – Maurizio Gribaudi, Sabina Loriga e Simona Cerutti –, além do grupo francês que vinha discutindo com atenção essa área – Alban Bensa, Marc Abélès, Paul-André Rosenthal, Bernard Lepetit e o próprio Revel. O tema central da coletânea, o lugar da micro-história e da microanálise social, vinha discutido pontualmente tanto do ponto de vista historiográfico, quanto metodológico com o recurso à noção de "escala" e com todas as suas ambiguidades.

Ambiguidades porque, ao fim e ao cabo, também a ideia de "escala" dificilmente constituía um indicador homogêneo para a investigação, afinal, como alguns participantes da coletânea não deixaram de reconhecer, o próprio uso da expressão não indicava em si a prioridade do "micro" sobre qualquer outra grandeza de escala (Revel, 1998, p. l4). Mais uma vez, em um contexto de discussão sobre o legado da micro-história para o debate sobre a história social e sua relação com a antropologia – era ainda seu caráter experimental e heurístico que se sobressaía em relação a qualquer ideia de síntese ou ortodoxia. Expressivo nesse sentido era a ênfase de Revel no elemento de unidade que poderia existir no horizonte de discussões provocadas pela microanálise e a micro-história, ou seja, sua capacidade de tornar "problemáticos" – e, portanto, desnaturalizados –objetos, recortes, modelos explicativos, formas de investigação e os modos de exposição da história social (Revel, 1998, p. 38).

A micro-história e suas transformações

Tentando capturar o quadro de "questões e posições" comuns que se levantaram no amplo quadro de referências da micro-história, Giovanni Levi apontou como centrais "a redução da escala, o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação como paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e a rejeição do relativismo" (Levi, 1992, p. 159). Esse elenco heterogêneo capturava as várias frentes de pesquisa e os diversos embates que haviam constituído o horizonte da micro-história na sua primeira década e meia de existência. A distância que já separava então as primeiras discussões sobre essa área, em meados da década de 1070, do panorama historiográfico contemporâneo não se resumia apenas à passagem do tempo. Em seus princípios, a micro-história pretendia insurgir contra as simplificações totalizantes de uma história social que parecia acreditar ter encontrado as ferramentas e os modelos definitivos para a compreensão das grandes questões históricas. Ao fazer isso, unia-se a outras vozes dissonantes tanto no campo da história quantos das suas disciplinas irmãs, que se empenharam nas décadas seguintes em renegociar

os limites e as ferramentas intelectuais das ciências humanas. O "senso comum historiográfico" dominante foi, desde então, profundamente alterado. As tradicionais hierarquias explicativas da história social foram confrontadas por histórias que chamavam a atenção sobre os grupos marginais, as histórias das identidades locais, étnicas, sexuais e de gênero. Em um contexto no qual "cultura", "representações" e "discursos" tornaram-se tão ou mais comuns no vocabulário histórico do que "classe", "estruturas" e "organização social" haviam sido uma geração antes, a própria história "social" foi colocada em questão por uma história "cultural" que desafiava sua centralidade interpretativa (Lima, 2009, p. l48; Eley, 2005). Em alguns casos – como na versão hiperconstrutivista que pretendia que a história não fosse outra coisa senão um discurso narrativo indistinguível de qualquer relato ficcional – a própria pretensão cognitiva da história como um conhecimento empiricamente verificável foi colocada em questão.

Desse quadro, a micro-história foi ao mesmo tempo parte atuante e resultado, produtora e produto de um panorama historiográfico que não deixou de transformar-se continuamente. No caminho, seu programa original foi igualmente alterado, incorporando novas questões e se contrapondo às novas simplificações que passaram a também ocupar um lugar importante no debate histórico.

Exatamente pela sua capacidade de reagir a e de dialogar com um panorama historiográfico cambiante, a micro-história e as questões por ela levantadas foram capazes de ser incorporadas e combinadas a contextos historiográficos e de pesquisa profundamente diferentes daqueles em que ela havia sido originalmente pensada. Muito recentemente, na apresentação de uma coletânea de ensaios de micro-história produzidos por historiadores brasileiros, Giovanni Levi retomou uma questão essencial que pode ajudar a entender essa qualidade. Para Levi, o objetivo inicial do programa dessa área teria sido, "no fundo, mostrar não a fragilidade das generalizações em história, mas que aquilo que o historiador pode e deve generalizar são as perguntas, as quais podem ser colocadas em contextos de temporalidades e espacialidades diferentes, deixando às situações singulares a sua especificidade irrepetível" (*apud* Oliveira it al. (ags), 2009).

Levi tocava diretamente uma das críticas que a micro-história havia recebido ao longo dos anos, isto é, da sua suposta ênfase nas particularidades e o seu suposto abandono de qualquer pretensão em compreender os contextos amplos e de produzir modelos históricos generalizáveis. Mais do que simplesmente descartar essa crítica fácil – que, como vimos, certamente não faz jus às grandes ambições intelectuais que inspiravam os micro-historiadores desde o princípio –, Levi retomava a questão da "generalização" sob outro prisma, talvez mais complexo. A capacidade de a micro-história produzir perguntas capazes de serem transportadas para contextos espaciais e temporais distintos talvez explicasse, afinal, sua aptidão para se comunicar com contextos historiográficos tão distintos.

A partir do momento em que a micro-história foi capturada pelo radar do debate histórico brasileiro, na segunda metade da década de 1980 ela rapidamente se tornou uma

referência importante para o então jovem debate sobre a história social no Brasil. No início, a referência mais importante foi o trabalho de Carlo Ginzburg, seguindo de perto as sugestões metodológicas contidas em *O queijo e os vermes* e *Mitos, emblemas, sinais* (Ginzburg, 1989); desde então houve um interesse continuado e atestado, entre outras coisas, pela tradução brasileira da maior parte dos seus livros. A partir de meados da década de 1990, as referências à micro-história ampliaram-se e foram enriquecidas com novas traduções e novas referências, contudo, não se tratou apenas de um impulso genérico de "atualização" historiográfica.

Um olhar atento sobre o rico e diversificado debate brasileiro sobre a história social nos últimos trinta anos não pode deixar de notar que a micro-história teve aí um impacto importante, ainda em curso. Um impacto que não pode ser reduzido a uma simples mimetização de temas de pesquisa ou de apontamentos metodológicos, mas deve ser encontrado na capacidade que tem a micro-história de combinar-se com os próprios caminhos tomados pelo debate histórico no Brasil, fornecendo sugestões originais de investigação, talvez um quadro renovado de discussões teóricas e certamente um conjunto de perguntas que vem sendo incorporadas ao próprio quadro cambiante e inovador dessa historiografia.

No início deste capítulo, falávamos do potencial que a expressão "micro-história" poderia ter para produzir mal-entendidos, e o mais perigoso deles talvez seja imaginar que ela não passa de mais um elogio ao "*small is beautiful*", uma justificativa mais ou menos sofisticada para se fazer histórias sem outra pretensão que não seja contemplar as singularidades locais e individuais por si mesmas. Como vimos, nada é tão distante da micro-história quanto esse impulso de fazer dela um álibi intelectual para se contar histórias banais. Sua proposta sempre foi a de considerar a realidade histórica de um modo mais rico e complexo, olhando com intensidade analítica aspectos dessa realidade em escala reduzida e, com isso, sua ambição era a de fazer novas perguntas e encontrar respostas que permitissem qualificar a nossa compreensão geral dos processos que são o cerne de toda investigação do passado, uma ambição que certamente continuará a justificar a atenção que vem suscitando naqueles interessados em testar e ampliar continuamente os limites do saber histórico.

Referências

ELEY, Geoff. *A crooked line: from cultural history to the history of society*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

_____. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

_____. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: _____. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.

_____.; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/ DIFEL, 1991, p. 169-l78.

GRENDI, Edoardo. *Polanyi: Dall'antropologia economica alla microanalisi storica*. Milano: Etas Libri, 1978.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. l9-38.

LEVI, Giovanni. "Un problema di scala", In VV.AA. *Dieci interventi sulla storia sociale*. Turim: Rosemberg & Sellier, 1981.

_____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p.133-161.

_____. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.13I-154.

_____. Carlo Ginzburg. In: MUNHOZ, Sidnei; LOPES, Marcos Antônio. *Historiadores do nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010, p.13-29.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. De la "microhistoria local" (mexicana) a la "microhistoria de escala" (italiana). *Prohistoria*, n. 3, 1999, p. 207-229.

Capítulo 12

História e textualidade

Ciro Flamarion Cardoso

Este capítulo trata de três temas distintos, embora vinculados: a convicção de muitos historiadores de ser pertinente, em história, interrogar-se acerca das estruturas textuais dos testemunhos de qualquer tipo (ou seja, não necessariamente escritos) usados como fontes, o que pode levar à adoção de métodos que permitam formalizar e captar aquelas estruturas em forma útil à utilização desses testemunhos como fontes para fazer História; a pragmática linguística anglo-saxônica e seu entrelaçamento eventual com a filosofia analítica; e o postulado de teoria e método – neste caso, limitado ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo – que consiste em ver, nos textos que produzem os historiadores, meros "artefatos literários" ou efeitos de um discurso (entendido, nesse caso, como rede categorial) dotado de certas características (em especial seu caráter narrativo).

Os historiadores e os discursos: contatos com a linguística e a semiótica

Razões pelas quais os historiadores procuraram um contato com a linguística e a semiótica

Os historiadores se aproximaram da linguística e da semiótica, em primeiro lugar, por razões vinculadas ao método histórico visto em sua expressão mais simples e mais tradicional. Já em sua codificação famosa, feita no final do século XIX, tal método via a *hermenêutica* – ou crítica de interpretação – como o primeiro passo na crítica interna dos testemunhos:

> A regra que se deve seguir é, portanto, começar por compreender o texto em si mesmo antes de perguntar o que dele se pode utilizar em história. Assim, chegamos a esta regra geral do método: o estudo de qualquer documento deve começar por uma análise do seu conteúdo (Langlois; Seignobos, 1946 [1897]: 103).

Já se considerava então a determinação do sentido de um texto como uma operação linguística: atingir a compreensão do que dizia ou significava mediante uma análise baseada no conhecimento das especificidades da linguagem da época em que o texto se gerou; além disso, outras coisas eram também consideradas, como os hábitos culturais difundidos naquela época, o autor (quando conhecido) e o contexto de uso das palavras no texto. No século XX e no nosso, uma operação desse tipo se entende como uma descodificação; e continua a ser encarada como uma etapa necessária, previamente à utilização de um texto como fonte. Ora, trata-se de um tipo de operação que tem muito a ganhar se a ela forem aplicados métodos linguísticos e semióticos.

Em segundo lugar, os historiadores procuraram a linguística e a semiótica – entre outras possibilidades – ao se interessarem cada vez mais por temas como a arte, a literatura, o cinema, mais em geral todo o imaginário social, os objetos culturais, as ideologias, passando a tratá-los como objetos dignos de estudo histórico por si próprios. Na medida em que a semiótica lhes fez perceber que a noção de *texto* pode aplicar-se tanto a objetos verbais como não verbais, tornou-se possível que estudassem coisas heterogêneas em sua natureza com o emprego dos mesmos métodos de corte linguístico e semiótico. Ao perceber-se essa possibilidade, passou a ser necessário obter algum conhecimento das maneiras de trabalhar com essas disciplinas.

Por muito tempo, apesar de já no final do século XIX se apontar a importância de uma descodificação cuidadosa dos testemunhos, previamente ao seu uso como fontes, os historiadores, em sua maioria, tiveram pouca preocupação com isso, predominando uma relação muito tradicional deles com os documentos, visto que estavam interessados unicamente no conteúdo, vendo as fontes só como suportes de informação. Por trás dessa atitude ocultava-se um postulado implícito: o conteúdo pode ser atingido de maneira imediata, bastando ler o texto, ou, se formularmos o postulado ao contrário, veremos aparecer a noção de que a dimensão discursiva do texto, a forma de sua estruturação interna, não seria pertinente para o historiador.

Encontros dos historiadores com a linguística e a semiótica

O primeiro encontro significativo ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, sob o signo da busca de formas mais confiáveis ou rigorosas para trabalhar com o vocabulário. Em 1952, Z. Harris propôs, com tal finalidade, a análise distribucional, ponto de partida para um exame do conteúdo dos textos mais sistemático do que no passado, mediante indexações baseadas em distribuições de frequências relativas ao uso das palavras. De fato, tal modo de estudar os textos – lexicografia, lexicologia – não mudava radicalmente a exterioridade do pesquisador com relação às estruturas discursivas. A análise no nível do vocabulário desarticula o discurso, não permitindo, por tal razão, a percepção das suas estruturas verbais, sintáticas e semânticas. Uma modalidade mais complexa de estudos nessa linha foi desenvolvida por I. de Solla Price e, desde a década de 1960, ampliada e modificada na França, num

enfoque em termos do campo semântico. Tomando uma unidade lexical escolhida segundo as hipóteses do trabalho que estivesse sendo desenvolvido, em conjunto com os lexemas que a cercam à direita e à esquerda (de três a cinco palavras), é possível estudar as relações de distribuição e os índices de concordância (ocorrência, oposição, incompatibilidades), por exemplo, e aparece a possibilidade de analisar os enunciados a partir de hipóteses extralinguísticas relativas às ideologias.

O segundo encontro dos historiadores com a linguística e a semiótica teve como cenário, quando começou, o auge estruturalista francês da década de 1960. Os estruturalistas haviam tratado de elevar a linguística a paradigma de todas as disciplinas humanas e sociais, e isso acontecia em uma época em que os linguistas, até então interessados majoritariamente na análise de unidades pequenas (fonologia; ou, no máximo, análise de um enunciado da ordem da frase, situado entre duas pausas da comunicação), começavam a voltar-se para o que foi denominado linguística do discurso, tratando, assim, de descobrir as estruturas que organizam os grupos de frases em um discurso completo. Isso deveu muito à influência do folclorista Vladimir Propp e dos formalistas russos, cada vez mais lidos a partir dos anos 1960.

O discurso pode ser definido de diferentes modos. Pode ser considerado sinônimo de "fala" no sentido dado ao termo por Saussure (uso contingente da língua pelos falantes, em oposição à "língua" entendida como sistema de signos). Discurso pode, também, ser sinônimo de "enunciado", "mensagem" ou "texto", isto é, uma unidade linguística transfrástica, maior do que a frase. Formas de definição mais teorizadas o veem como o conjunto das regras que encadeiam as frases ou grupos de frases para formar um enunciado dotado de coerência, ou, ainda, como o enunciado visto nas condições – linguísticas e, eventualmente, também sociais – de sua produção, portanto, a partir do processo que o gerou.

A análise do discurso, nas duas últimas acepções do termo, pode efetuar-se de duas maneiras diferentes. Existe, de um lado, uma análise semântica do discurso. A semântica, tradicionalmente definida como teoria do conteúdo das significações, define-se hoje em dia, sob a influência conjunta de Saussure e de Chomsky, como estudo das significações, ao mesmo tempo gerativo (mediante investimentos sucessivos de sentido em patamares ou níveis diferentes), sintagmático (não exclusivamente classificatório) e geral (ou seja, sem que as categorias fiquem vinculadas a um sistema significante único). De outro lado, há a análise semiótica do discurso. A semiótica se interessa pela expressão das significações e por sua produção, tratando de descobrir e especificar como é possível chegar a significar alguma coisa.

História e análise semântica

Apontamos que a primeira aproximação dos historiadores à linguística não implicou um exame do discurso como tal, mas, mesmo assim, as técnicas de análise de conteúdo desenvolvidas até então permitiram um rigor maior na seleção do conjunto de textos que constituirá o objeto da análise (*corpus*), bem como uma uniformização do tratamento de-

les por meio de procedimentos de regulação e formalização; além disso, tornou possível a comparação de diversos textos pelo estabelecimento de enunciados mínimos e classes de equivalência.

Nessa forma de trabalhar, a modalidade mais influente foi de início a que sistematizou P. Guiraud. Trata-se de um método inclinado à quantificação e que procura estabelecer relações numéricas e probabilísticas constatáveis entre as unidades menores de um texto para se chegar à lexicometria, que poderia ser definida como uma estatística dos exemplos.

O trabalho começa com a edição do *corpus* escolhido para a pesquisa, digitando-o no computador segundo certas regras que, a seguir, permitam sua indexação, que, por sua vez, conduz ao estudo das frequências das formas lexicais ou funcionais; passa-se, depois, ao estabelecimento das palavras-chave cuja frequência situa-se em nível superior à frequência normal, ou das palavras-tema ao redor das quais se ordena o pensamento. Analisam-se ainda a repartição das palavras no texto e as estatísticas sintagmáticas (coocorrências).

Embora houvesse precursores, o que começou a ser feito por volta de 1960 era algo novo, uma forma de fazer história bastante diferente de tudo o que anteriormente se conhecia. Como sempre ocorre com as novidades que se revelam profícuas, também nesse caso alguns ultrapassaram logo o que era razoável. Certos autores cederam, muito antes de Hayden White ou de Dominick LaCapra, ao que podemos chamar "euforia panlinguística", sendo Alphonse Dupront um bom exemplo.

Paralelamente aos esforços lexicométricos e lexicográficos, também surgiu, na década de 1960, um método mais ambicioso, o dos campos semânticos, cuja aplicação exigia um conhecimento linguístico razoável. Com o auxílio do computador, o historiador processa o seu *corpus* para estabelecer três tipos básicos de relações verificáveis no nível das redes de sentido em que se inserem as palavras: as oposições, associações (que são sempre contextuais), e identidades (sintagmas intercambiáveis). Existe um manual famoso que reflete essa etapa dos estudos e aplicações de tipo histórico (Robin, 1973).

Na década seguinte começou a aplicação sistemática de métodos análogos a uma documentação não verbal, em especial à iconografia considerada como fonte. O aperfeiçoamento dos métodos de análise textual conduziu a uma precisão maior das maneiras de trabalhar, que se reflete, por exemplo, no manual de Laurence Bardin, altamente útil a historiadores desejosos de aplicar o tipo de métodos de que estamos falando. Em especial, Bardin ajuda a solucionar os problemas da pertinência do *corpus* com relação às finalidades da pesquisa, como também as dificuldades ligadas à escolha das unidades de registro e de contexto, no quadro de um trabalho semântico (Bardin, 1978).

Se o emprego de métodos desse tipo começou impregnado de pretensões que às vezes chegavam a uma espécie de ilusão positivista de descobrir significações unívocas "deixando o texto falar por si mesmo", tal ingenuidade não foi durável. Muitos autores estenderiam sem dificuldade ao trabalho com textos em geral o que Starobinski escreveu sobre a literatura:

> Na mesma medida em que pretendemos atingir as obras na configuração que tenham *em si*, desenvolvemos os vínculos que as fazem existir *para nós*. As estruturas intrínsecas só se tornam evidentes se aceitarmos abordá-las de fora, iluminando as suas formas próprias com uma luz extrínseca, formulando-lhes perguntas que elas estão muito longe de formular por si mesmas. Assim, a interpretação deve reconhecer-se finalmente como aquilo que anima ao mesmo tempo a escolha do objeto e o trabalho de restituição. Está presente até mesmo no desejo sincero de diminuir o papel do intérprete e reconhecer os "fatos objetivos" (Starobinski, 1974, p. 176).

A semiótica: estudos semióticos em história

Um dos grandes avanços das ciências sociais no século XX consistiu a descoberta da existência e da onipresença de múltiplas programações sociais do comportamento. Em sua maior parte, o que os indivíduos fazem está programado pela sociedade que integram, e nenhum comportamento pode ser compreensível ou identificável como pertencente a uma modalidade qualquer – incluindo a categoria das ações consideradas casuais ou espontâneas – se não se achar previsto em uma codificação socialmente difundida.

As programações do comportamento diferem entre si conforme os setores de ação a que se vinculem e mudam à medida que as estruturas do social se modificam. A sua função é tornar homogêneas as comunidades, independentemente de sua fragmentação em grupos de diversos tipos (classes sociais, por exemplo), embora existam também programações mais limitadas, referidas só a certos grupos específicos. As programações podem variar muito em suas características, para além da extensão variável de sua socialização, isto é, algumas são conscientes, outras não; algumas são passageiras, outras mais duráveis.

Um dos fatores que impediu durante muito tempo a percepção dessas programações foi o fato de que elas "[...] permitem margens ou ilusões de casualidade e espontaneidade muito diferenciadas, que, por sua vez, são geralmente programadas. Permitem, amiúde até preveem, que o indivíduo se sinta ator" (Rossi-Landi, 1975, p. 118).

Podem-se citar muitos precursores, desde a Antiguidade, que perceberam certos elementos do que viria a ser a semiótica; entretanto, como disciplina específica, ela só teve início com as ideias fundadoras de Charles Sanders Peirce (1839-1914), filósofo, e de Ferdinand de Saussure (1857-1913), linguista (Peirce, 1974; Saussure, 1967). Foi sobretudo por meio da semiótica que os cientistas sociais exploraram as programações sociais do comportamento.

Não podemos descrever aqui o longo processo que conduziu, da semiótica inicial que se via como uma teoria geral dos signos e códigos (repertórios estruturados de signos), passando pela "crise do signo", àquela percebida como uma teoria da significação (nos termos de Peirce, de um predomínio do signo passou-se ao da semiose). Impôs-se cada vez mais aos semiotistas a consciência de que os sistemas de que se tenta estudar a significação não

são todos redutíveis a unidades; ou, quando o são, tais unidades nem sempre são sígnicas. Em especial, os que se ocupavam com a análise semiótica de sistemas de significação não exclusivamente verbais se viram quase sempre forçados a trabalhar com unidades maiores do que o signo, que, em uma analogia linguística, seriam da ordem da frase, ou maiores (por exemplo: o "sema" de Eric Buyssens; o "mitema" de Claude Lévi-Strauss). Progressivamente, o próprio conceito de signo veio a ser encarado como ingênuo e atomístico, e a ser abandonado em favor de outros, tendentes a transformar a semiótica em um estudo, já não dos signos, mas dos sistemas de significação, fossem estes sígnicos ou não. Foi grande, para tanto, a influência de Roland Barthes. Esses desenvolvimentos levaram a concentração a ser cada vez mais, na visão de como os sistemas de significação se realizavam nos textos ou discursos, definidos como formações semióticas verbais ou não verbais singulares, fechadas e contendo um sentido e uma função integrais. Ora, a semiótica textual e discursiva resultante, muito mais do que a semiótica sígnica precedente, podia ser um instrumento de grande interesse para os historiadores (Cardoso, 1997; este livro contém numerosos exemplos de como é possível utilizar métodos semióticos na pesquisa histórica).

Uma vertente anglo-saxônica heterogênea e um duplo equívoco: a pragmática linguística, a filosofia analítica e as reviravoltas "linguística" e "crítica"

Comecemos com John L. Austin. Este, mesmo não usando a expressão, pode ser situado no domínio da *pragmática* – estudo do uso da linguagem nos discursos e das marcas específicas que, na língua, demonstram sua vocação discursiva. As análises da pragmática linguística se interessam pelas intenções de comunicação do locutor e pelos efeitos de recepção desenvolvidos em função das situações em que ocorre a enunciação. Austin era um filósofo, mas suas ideias serviram de base a uma sociologia dos *speech acts* (atos de fala).

Ele distinguiu, em uma primeira aproximação, os *enunciados constativos*, que descrevem um ato realizado, dos *enunciados performativos*, que cumprem aquilo que anunciam. Assim, por exemplo, se eu digo que "um caminhão acaba de bater em um carro", trata-se do relato de um fato, sujeito a uma sanção em termos de ser verdadeiro ou falso o que se afirma. Mas quando o presidente de uma banca afirma que esta, em sessão secreta, deliberou pela aprovação da tese defendida diante dela por um doutorando, este próprio ato de fala é que transforma o doutorando em doutor, em virtude da autoridade para tanto delegada pela universidade à banca, analogamente a que, em caráter prévio, instâncias sociais mais englobantes haviam delegado às universidades a função de conceder titulação. Já uma notícia em um jornal de que tal pessoa tornou-se doutor por deliberação da banca é um enunciado constativo, e não performativo. Nos enunciados performativos, o ato de *dizer* equivale a um *fazer*. Pierre Bourdieu retomou essa noção ao falar da linguagem de autoridade, cuja eficácia depende de condições sociais, entre elas a delegação institucional dessa autoridade; exemplos dela seriam os sermões, as conferências e os discursos dos políticos.

Austin incluiu os enunciados performativos no que denominou "atos ilocucionários" ("ilocução" é neologismo destinado a opor-se a "elocução"). Os atos ilocucionários tirariam sua força de convenções socialmente difundidas, permitindo a um locutor utilizá-los para obter determinada ação de parte de seu(s) interlocutor(es). Os atos ilocucionários foram classificados em vários tipos. Para dar um exemplo, os atos ilocucionários comportamentais designam atitudes e comportamentos (e os verbos que os expressem) socialmente difundidos em relação a outrem, como pedir desculpas, felicitar, dar as boas-vindas, beber à saúde de algo ou alguém, desafiar, protestar... Austin criou ainda a expressão "perlocucionário" para qualificar o efeito – variável, não determinável *a priori* – produzido pelo ato ilocucionário sobre o receptor.

Outro filósofo da linguagem foi John R. Searle, criador da expressão *speech acts*, que seria a unidade mínima da comunicação linguística. Searle usava noções relacionadas à intenção, significação e convenção, em função das quais se pode determinar a finalidade específica (em inglês, "*point*") dos atos ilocucionários. A finalidade de uma ordem é conseguir que o interlocutor desempenhe determinada ação; no caso de uma promessa, obrigar-se a cumprir o conteúdo desta; no de uma descrição, representar a realidade segundo os critérios do verdadeiro e do falso. Searle distinguia os atos ilocucionários que exigem a presença de elementos extralinguísticos para se cumprir (por exemplo "entronizar") dos que não a exigem (por exemplo "prometer"). Os atos ilocucionários poderiam ser *assertivos*, cuja finalidade é mobilizar a responsabilidade do locutor quanto à verdade da proposição que enuncia; *diretivos*, cuja finalidade é obter algum tipo de ação do interlocutor (pedir, ordenar, comandar, suplicar, solicitar, desafiar, provocar); *comissivos* (no sentido, em inglês, de "*to be committed to*"), cuja finalidade é comprometer o locutor a desempenhar alguma ação no futuro (por exemplo, quando um político faz uma promessa eleitoral); *expressivos*, cuja finalidade é expressar um estado psicológico convencional como sincero (agradecer, felicitar, desculpar-se, dar os pêsames); *declarações*, cuja finalidade é instaurar, da parte de um locutor autorizado e em contextos específicos, quase sempre institucionais, uma relação entre o conteúdo proposicional e a realidade, isto é, declarar a guerra ou declarar que alguém se torna doutor (Blanchet, 1995).

Os escritos de Austin e Searle sofreram diversas críticas e aperfeiçoamentos de parte de linguistas – entre eles Dieter Wunderlich – que mostraram haver neles, por exemplo, uma identificação apressada entre "ações" e "verbos" quando se trata das ilocuções. A importância principal dos estudos mencionados, no tocante à caracterização da relação entre a linguagem (e seus produtos discursivos orais ou escritos) e a ação foi o fato de terem confirmado e ampliado a convicção de que, uma vez inscrita a linguagem no plano da ação, os textos podem, então, considerar-se ao mesmo tempo produto do social e um dos elementos intervenientes na produção ativa do social. Outrossim, as tipologias de proposições avançadas por diferentes autores foram adotadas ou modificadas para o estabelecimento de

tipologias de textos, segundo algum critério ou variável majoritariamente presente em cada texto considerado, e usadas, por exemplo, em análises de conteúdo.

A pragmática linguística terminou por confluir com certas correntes filosóficas, entre elas a filosofia analítica – muito especialmente na forma em que essa expressão (anteriormente usada para designar uma corrente filosófica associada a Bertrand Russell, Ludwig Wittgenstein e George Edward Moore, mas que com o tempo passara a se referir ao que havia de específico na filosofia anglo-saxônia em contraste com as filosofias europeias continentais) se aplica à filosofia pragmática à maneira de Richard Rorty.

O assim chamado "*linguistic turn*" (virada linguística) ao surgir invocou em apoio de suas noções não só as noções do jovem Wittgenstein, como também as do jovem Richard Rorty, pelo fato de ter o filósofo norte-americano usado a expressão pioneiramente, na década de 1960, no título de um de seus livros, reeditado em 1992. Ora, isso foi, no fundo, algo de natureza equívoca, repudiado pelo próprio Rorty em uma autocrítica quando da reedição do livro em questão (Rorty, 1992). Independentemente disso, importa considerar que tal "virada" proclamada nos estudos humanos e sociais baseia-se em um tipo de visão específica da linguagem, cuja função diverge da que apresenta em outros sistemas de leitura e interpretação; isto é, não se trata, como nas análises semióticas correntes, de aplicar aos objetos estudados sistemas de códigos que foram primeiro percebidos na análise das línguas naturais e, em seguida, generalizados para sistemas não verbais de significação. Trata-se, na verdade, de ver como a própria língua pode engendrar a realidade do mundo que acreditamos perceber, ou seja, só somos capazes de ver aquilo que nomeamos para reconhecê-lo. O que podemos dizer a respeito do mundo ele é; ele é para nós como nos aparece, visto que não há como aceder às coisas em si fora das representações e das semioses. Esta visão, cujo ápice de influência se deu nos países anglo-saxônicos, se bem que na verdade fosse bem mais fundamentada em correntes filosóficas originadas na Europa continental do que na pragmática linguística ou na filosofia analítica, sem dúvida as invoca igualmente. Centra-se na análise da linguagem, de sua lógica, de suas funções, de seu poder gerativo de criar mundos, e a ênfase é cognitiva ou epistemológica.

Falamos de um duplo equívoco, então, eis aqui o segundo. Entre os historiadores, a "virada crítica" dos *Annales*, no final da década de 1980, mencionada na Introdução deste volume, foi marcada por uma ambiguidade sem remédio. Isso se deveu ao fato de que, a uma fidelidade à trajetória precedente da revista – análise social, contato com as ciências sociais, crença na cientificidade da história, definida, na linha de Marc Bloch, como ciência voltada para as sociedades humanas no tempo, vendo-se este último como o objeto específico dos historiadores–, quis associar uma aproximação com a filosofia analítica ou pragmática. Ora, o pragmatismo ou filosofia analítica à maneira de Rorty, quando aplicada aos estudos das ciências humanas e sociais, é incompatível com o *desideratum* de cientificidade realista e análise empírica preservado, apesar de tudo, pelos *Annales* da "terceira geração", isto é, da fase pós-1969 (Noiriel, 1997, p. 123-145).

A caminho de um discursivismo radical
Da percepção das programações sociais do comportamento ao debate sobre a relação entre pensamento e linguagem

Tratamos anteriormente da descoberta da existência de múltiplas programações sociais do comportamento e da constituição da semiótica como disciplina específica (Rossi-Landi, 1975).

A linha semiótica derivada de Saussure foi a mais influente no conjunto, entretanto, surgiram divergências acerca do significado dos achados do linguista e semiotista suíço. Desde muito cedo, no seio das subdisciplinas derivadas de Saussure – como a fonologia estrutural –, surgiu uma interpretação "fundamentalista" (e reducionista) das concepções fundadoras do autor. Manuel Rubio Carracedo explica que a descoberta saussuriana não foi a da autonomia da língua com relação ao sujeito e ao contexto, e sim o modelo linguístico como troca entre o sistema da língua, o sujeito falante e o contexto histórico e social (ponto de vista que foi também defendido depois por Julia Kristeva e Marshall Sahlins). O sistema da língua é a base da significação linguística, mas esta depende também das aportações criadoras do sujeito falante e do contexto social e histórico em que se realizem. Afirmar que o sujeito não é a fonte do sentido, e sim somente o âmbito em que o sentido se produz e manifesta, constitui uma conclusão reducionista, arbitrária e excessiva, que a fonologia estrutural posterior derivou da delimitação metodológica do campo de estudo efetuada por Saussure, que não tinha intenção ontológica nem era uma declaração de princípios (Rubio Carracedo, 1987, p. 17).

A forma filosófica principal que tomou essa discussão teve a ver com o debate sobre existir ou não uma relação indissolúvel entre linguagem e pensamento (e, por conseguinte, conhecimento). É válido afirmar essa relação em oposição a uma visão dualista que consideraria a linguagem e o pensamento como fenômenos independentes, mas acreditar na dependência e até mesmo na unidade orgânica de ambos não significa confundi-los como se fossem algo idêntico e permutável, uma vez que são elementos de uma mesma unidade, embora permaneçam distintos. O pensamento e o uso da linguagem, quando considerados nos processos do conhecimento e da comunicação, devem ser encarados como dois elementos indissociáveis de uma unidade, isto é, nenhum deles pode manifestar-se independentemente em uma forma taxativa ou "pura". São, porém, aspectos distintos de um mesmo processo, e não uma coisa única. Sua unidade não os identifica nem confunde, e o desenvolvimento de cada um mostra autonomia relativa. Por exemplo, o elemento sonoro da linguagem tem suas próprias leis de evolução e não se pode estabelecer uma correlação simples entre cada modificação que ocorre na língua e cada mudança ocorrida no pensamento. Desse modo, se é correto afirmar a unidade do pensamento e da linguagem, é excessivo confundi-los em uma identidade.

Ao se tratar da relação entre linguagem e realidade, a afirmação do papel ativo da linguagem no processo do conhecimento, perfeitamente aceitável, não tem razão alguma de

ser associada a outra – espúria – de ser a linguagem um produto de uma modalidade da natureza humana abstrata, o *homo symbolicus* –algo que escamotearia o seu caráter de artefato histórico-social, e cuja afirmação resulta do desvio já mencionado que se operou no achado de Saussure. A linguagem suscita, sem dúvida, uma visão da realidade, mas o faz ao longo de um processo em que se impõem ao indivíduo que pensa, enquanto efetua sua apreensão ontogenética do mundo, os modelos formados no contexto da experiência filogenética da espécie humana, transmitidos por meio da educação (que é necessariamente linguística, se bem que não *exclusivamente* linguística). O fator subjetivo no conhecimento associa-se ao fato de ser o indivíduo humano, tanto quanto a própria linguagem, um produto histórico e social, uma síntese das relações sociais (Schaff, 1974, p. 141-268).

Sendo assim, no caso específico da história-disciplina, se alguém afirmar, como Hayden White, que escrever história não vai além de impor uma forma narrativa, prefigurando, dessa maneira, o campo com um objeto de percepção mental antes que qualquer outra operação possa ocorrer (ver, a respeito, a Introdução deste volume), nada me obriga a estar de acordo com isso; nem com uma opinião como a de Alun Munslow, de que o modelo formal de White oferece a posição teórica mais satisfatória de como a narrativa histórica funciona para o historiador (Munslow, 1997, p. 153). Temos aí somente opiniões que competem com outras. Em caso algum, embora muitas vezes se tente passar essa ideia, foram "provadas" as noções pós-modernas que exageram em demasia o papel fundador do discurso na geração do conhecimento nas ciências sociais e em história. Trata-se, pelo contrário, de uma postura reducionista resultante de um entendimento unilateral e extremo da relação entre linguagem e conhecimento. A semiose está por toda parte, sem dúvida, mas fica muito longe de *esgotar* a realidade em que é percebida como elemento (sem dúvida, dotado de enorme importância). Dizer que a semiose é onipresente é aceitável, mas afirmar que a semiose é o único que existe configura um reducionismo sem sentido. E, seja como for, a atividade científica não tem como demonstrar nem refutar o realismo ontológico ou epistemológico, uma vez que as escolhas a respeito são opções filosóficas de base, feitas pelos pesquisadores no ponto de partida do trabalho científico, opções cujas modalidades continuam todas disponíveis.

O textualismo radical: a história como "efeito do discurso" e o convencimento pela retórica

Como se viu na Introdução deste volume, a posição epistemológica pós-moderna sobre a história-disciplina é *desconstrucionista* e acredita no papel central do elemento discursivo como fator constitutivo do conhecimento em história. O conceito central para essa postura é, pois, o de *discurso*. O discurso, pretendem os desconstrucionistas, seria uma esfera social específica, dotada de lógica própria. "Discurso", usado desse modo, designaria um sistema de significados formador de uma rede de categorias – não devendo ser confundido, portanto, com outras coisas habitualmente chamadas também de discursos, como textos, livros,

falas ou outros exemplos empíricos de textos –; corresponde àquilo que Michel Foucault denominou "episteme". Não se trata de um meio de transmissão de significados *previamente presentes no social*, mas sim de um componente ativo na geração dos significados sociais, um corpo coerente de categorias mediante o qual, no contexto de uma situação histórica dada, os indivíduos apreendem e conceituam a realidade social e em função do qual desenvolvem suas práticas. O discurso funciona como uma rede conceitual que torna visível, especifica, diferencia e classifica.

Mediante tal rede, os indivíduos dotam de significado o referente social (ou seja, estabelecem setores dele como objetos) e se concebem e conformam a si mesmos como sujeitos agentes. Com essa noção de discurso (padrão de significados), passar-se-ia da dicotomia tradicional – a realidade social em contraste com a subjetividade (as representações) – para uma situação ternária – realidade, ou contexto, ou referente social/discurso/indivíduos humanos –, sendo o discurso aquilo que, por um lado, transforma setores do social em objetos e, por outro, transforma os seres humanos empíricos (individualmente considerados) em sujeitos agentes.

Consequência importante dessa postura é, para os pós-modernos, a proibição de hierarquizar normativa ou epistemologicamente as diferentes produções dos historiadores, uma vez que, para eles, com efeito, não há obras históricas que possam ser mais "verdadeiras" ou ontologicamente plenas do que quaisquer outras. O fato de que, em dadas circunstâncias históricas, um referente específico se converteu em objeto de grande difusão não garante que tal vá acontecer em todos os casos (em diferentes partes do mundo, por exemplo), nem do mesmo modo, visto que o processo discursivo que cria um dado objeto é possível, mas não necessário. Outrossim, referentes mais ou menos análogos podem ser articulados discursivamente em formas heterogêneas, que gerarão objetos diferentes entre si. Tais objetos (históricos, sociológicos, antropológicos etc.) são todos passageiros e instáveis em função da das construções discursivas, e não da instabilidade do referente social. Todos os objetos, sem exceção, são forjadas a partir do contraste com outras possibilidades de objetivização e mediante a exclusão delas, isto é, cada objeto construído exige uma alteridade, um exterior constitutivo.

Para dar um exemplo, a identidade feminista, como na construção de qualquer objeto e do sujeito ativo que lhe corresponde, dependeu, para surgir, de condições discursivas específicas que permitiram a um dado referente social converter-se em referente identitário (ao mesmo tempo em que fizeram que outros referentes identitários possíveis fossem ignorados ou excluídos), dando uma configuração momentaneamente fixa ou estável – ou a aparência de algo assim – a determinada identidade. Segundo Joan W. Scott, a identidade feminista – isto é, as mulheres entendidas como sujeito de direitos – surgiu por ter aparecido um espaço discursivo (moderno-liberal) que permitiu a elas apreciarem a sua situação social, política e legal em termos do par igualdade/diferença, ou igualdade/privação, o que gerou uma nova consciência de si mesmas e, concomitantemente, a lógica prática correspondente. A origem

dessa nova forma de identidade feminina estaria na interação entre um discurso integrado pelas categorias de igualdade, liberdade e direitos, por um lado e, por outro, a situação social das mulheres. O aparecimento dos discursos universalistas, em especial os do individualismo abstrato, do dever social e dos direitos sociais foi o que permitiu que as mulheres se concebessem como agentes políticos – por mais que tais discursos, inicialmente, negassem às mulheres a ação política. Uma contradição central foi percebida no discurso que reconhecia as mulheres como agentes civis encarregadas da reprodução social, construindo-as, portanto, nesse nível, como sujeitos, mas, ao mesmo tempo, negando-lhes a integração plena ao mercado de trabalho, a ação política e a igualdade de direitos. Assim, a identidade feminista não passa de uma das muitas articulações possíveis da identidade feminina, não se tratando de uma espécie de realização plena, mais verdadeira do que outras, nem de uma encarnação suprema daquela identidade. Não foi o referente social, alguma posição ou situação social das mulheres em si e por si mesma – a desigualdade entre homens e mulheres quanto a direitos, ação política, acesso ao mercado de trabalho etc. – o que gerou o feminismo e a luta feminista, pois estes últimos estão em relação causal com os domínios discursivos em que os significados mesmos das "mulheres" e de seus direitos foram construídos (Scott, 1996).

O lado positivo do pós-estruturalismo e do pós-modernismo consistiu em ter chamado a atenção para o poder constitutivo do discurso (entendido como sistema categorial) no aparecimento tanto dos sujeitos quanto dos objetos sociais. E, no caso da escrita da história, em salientar as estruturas retóricas, em especial o caráter narrativo dos escritos históricos, como algo relevante na produção do sentido e do convencimento, bem como apontar que não é sempre possível separar a forma e o conteúdo de um argumento. O imaginário social tem, sem dúvida, um papel de peso, antes pouco explorado, em temas como esses. O lado negativo do pós-modernismo – grave – está em absolutizar esse fator além de qualquer limite razoável.

É verdade que existem posturas pós-modernas menos radicais. Neville Morley, por exemplo, afirma: "Podemos não ser persuadidos só pela retórica, mas não podemos descartar a possibilidade da [sua] influência" (Morley, 2006, p. 35). Com uma formulação assim limitada posso concordar, pelo menos em princípio; contudo, em suas análises historiográficas, o próprio Morley sempre termina por exagerar e priorizar o papel da retórica na tentativa de persuadir o público leitor. Outrossim, em se tratando de estudos que tenham a ver com campos de pesquisa em que se trabalhe com conteúdos específicos, abordados ao longo de um tempo considerável por diferentes autores (ou seja, que não sejam pesquisas de tipo estritamente historiográfico), sobretudo quando esses temas suscitaram intervenções de especialistas de diversas disciplinas – por exemplo, historiadores, arqueólogos, antropólogos, agrônomos e outros –, parece-me muito difícil encontrar casos em que a retórica tenha sido o elemento mais importante para dar conta das grandes mudanças de opinião ou de paradigma. Em um artigo, dei um exemplo concreto de História Antiga, o da "hipótese causal hidráulica", cujo progressivo abandono ao longo de algumas décadas decorreu de um

convencimento baseado não em argumentos retóricos, mas na convergência dos achados e conclusões de numerosas pesquisas empíricas levadas a cabo em várias partes do mundo, realizadas com metodologias diversas por especialistas de saberes variados, alguns dos quais haviam começado sua busca pensando comprovar aquela hipótese, mas se viram levados pela própria dinâmica de seus estudos a mudar de ideia. Para mais detalhes e para uma bibliografia seletiva a respeito desse debate específico tomado como exemplo, veja-se o artigo (Cardoso, 2008, p. 111-115).

Uma primeira coisa a indagar talvez seja: qual é o *status* ontológico de algo que – se acreditarmos nos pós-modernos –, ao que parece, existe por si mesmo – a realidade ou o referente social, que, em si, não é gerada(o) pelo discurso, só é "objetivada(o)" por ele –, mas, ao mesmo tempo, não é em si e por si um objeto de conhecimento (o discurso é que pode vir a constituir setores seus como objetos)? Da mesma maneira, como considerar seres humanos – aparentemente, indivíduos – que também existem por si na estruturação ternária a que aludimos (referente social/discurso/seres humanos) – posto que obviamente não é o discurso que gera os seres humanos fisicamente existentes –, mas que não são, em si ou por si, sujeitos de ações sociais, até que alguma configuração discursiva os constitua como tais? Parece estranha, por exemplo, a existência de um referente social que funcione e se reproduza por si mesmo, levando a coisas tão complexas quanto as diferenciações econômico-sociais, mas, ao mesmo tempo, seja capaz de existir e se transformar em uma espécie de limbo, até ser objetivado pela intervenção discursiva.

Nas pesquisas concretas levadas a cabo dentro dos princípios desconstrucionistas ou pós-modernos – bem poucas, afinal de contas, se comparadas com uma vociferante intervenção nos debates epistemológicos e teóricos –, a preferência por atribuir o papel causal à dimensão discursiva aparece com frequência como algo arbitrário, derivando muito mais de um postulado teórico, uma escolha ou algo preconcebido – que a análise viria só ilustrar– do que da própria análise.

Assim, por exemplo, William H. Sewell Jr. afirma que o surgimento da consciência de classe dos operários franceses coincide com a onda grevista que teve lugar na França em 1833, durante a qual se intensificou a colaboração ativa e prática dos membros de diferentes ofícios; mas acredita também que essa onda de greves e a experiência prática da colaboração dos trabalhadores entre si são fatores insuficientes para explicar o aparecimento da consciência de classe, embora constituem uma "base importante", um fator "favorável". Todavia, o fator causal por excelência para que a identidade de classe substituísse a de ofício foi, segundo ele, que os operários começassem a dar sentido à sua situação mediante o uso que fizeram então do discurso liberal e, em especial, da categoria de "cidadão" (Sewell Jr., 1980, p. 213).

Essa sua opinião ou preferência não decorre, em absoluto, da análise empreendida, nem está de fato embasada; mas, se estivesse, isto é, se houvesse ocorrido um esforço do autor no sentido de medir o grau de importância da onda grevista como fator, existem por acaso maneiras de estabelecer convincente ou consensualmente que uma onda de greves seja

"suficiente" ou "insuficiente" como fator causal interveniente em um processo determinado? Sewell parte, simplesmente, do postulado teórico desconstrucionista de que são sempre os discursos (entendidos como redes categoriais) que geram as identidades, nesse caso, a de operário. Em suma, os pós-modernos "desconstroem" o *homo oeconomicus* ou a história social, alegando serem unilaterais e estarem a serviço da manipulação exercida por certos núcleos de poder, só para cair no *homo symbolicus*, igualmente unilateral; no entanto, por que uma unilateralidade seria melhor do que a outra? Como justificar a antipatia sistemática pelo econômico-social nas explicações? E a postura pós-moderna, com seu próprio unilateralismo, por acaso não serve a foco de poder algum? Porém, os pós-modernos nunca dizem a qual "poder do saber" estão vinculados, nem "desconstroem" seus próprios discursos, só os alheios.

Que se trate, em certos casos, de verdadeira ojeriza ou antipatia pelos fatores socioeconômicos nas explicações às vezes fica bem evidente:

> [...] a velha discussão sobre a base social do movimento operário [...] tornou-se obsoleta e teve de ser reformulada, pois o que explica o aparecimento do movimento operário como forma de identidade e de prática não são tanto as mudanças socioeconômicas quanto a interação destas com um regime discursivo, que converte em objetos identitários entidades ou fatos como a propriedade, o trabalho, a exploração, a posição de classe ou a exclusão do sistema político (Cabrera, 2001, p. 122, nota 25).

Em que, exatamente, seriam "obsoletas" ou pouco convincentes as análises que o autor critica – como sempre, no caso dos pós-modernos, *sem o exercício de uma refutação detalhada de tipo historiográfico*? E, ao afirmar que algo *teve* de sofrer reformulação, não estamos lidando com um discurso determinista, já que estabelece a necessidade de que algo se dê? Por que, então, a opinião que Cabrera prefere seria melhor que alguma outra? E se examinarmos a passagem anterior, como se deram as "mudanças socioeconômicas" – que são mencionadas como fator para descartá-las em parte –, ao que parece sem a incidência de objetos ou sujeitos constituídos de modo prévio pelo discurso? O fator ou setor discursivo que constitui objetos e sujeitos do social seria criador só em certos casos, admitindo-se enorme autonomia às mudanças socioeconômicas em outros? E, se são autônomas, por que não podem ter forte incidência no que venha a ocorrer?

Vimos, na Introdução, outro problema em perguntas desprovidas de boas respostas: como se constitui, de onde vem, como muda o discurso, entendido na acepção mencionada de moldura categorial ou imaginário social?

Podemos constatar ainda, nas análises pós-modernas, contradições frequentes, lapsos e escorregadelas no tocante à questão do sujeito. Assim, por exemplo, ao estudar como se constituíram as categorias de "operário" e "classe trabalhadora" no Egito, Zachary Lock-

man, em um artigo de 1994, após expor a solução "discursiva" pós-moderna tradicional ao problema que formula, surpreendentemente agrega que o processo em questão foi criativo; nele, os próprios operários desempenharam um papel-chave: os egípcios não só assimilaram certo conjunto de práticas importadas da Europa, mas também as combinaram com elementos tomados de outros sistemas de significado. Isto é, ele está dizendo que os operários egípcios desempenharam um papel ativo na conformação de sua própria identidade e de sua visão de mundo. Embora logo antes tenha proclamado o "discurso" como gerador das identidades do tipo "operário" e "classe trabalhadora", não parece ter se dado conta de que, em determinado momento, em aberta contradição com os postulados pós-modernos que adotara, apresentou os trabalhadores egípcios como sujeitos racionais em si e por si ao manipularem criativamente diversos níveis discursivos; e não, como sujeitos constituídos discursivamente (Lockman, 1994, p. 185-187).

Em forma análoga, em seu trabalho já citado, William H. Sewell Jr. (1980, p. 197, 280) afirma que a institucionalização liberal do direito de propriedade e da liberdade de indústria (que proibia a associação dos trabalhadores e determinava a repressão estatal a esta) estimulou alguns militantes operários a reformularem o ponto de vista dos trabalhadores: de um tal processo de rearticulação discursiva deveria vir a nascer a nova identidade operária e, novamente, nesse caso, a identidade operária é atribuída não ao efeito de um discurso desencarnado, mas sim à ação deliberada e racional de certos "militantes operários" que, portanto, agiram como sujeitos não *a posteriori* da construção discursiva de sua identidade, mas sim *a priori*, criando-a (o que, sem dúvida, me parece bem mais convincente).

Conclusão

A descoberta das programações sociais do comportamento e os achados da pragmática linguística foram passos positivos e relevantes no domínio dos estudos de que se ocupam dos homens em sociedade, entretanto, dada a forte tendência existente, ao discutir suas consequências teóricas e metodológicas, ao exagero desmedido, à unilateralidade e ao reducionismo, torna-se necessário exigir, nos debates historiográficos acerca da "discursividade" ou "textualidade", que as afirmações e críticas sejam sempre acompanhadas de comprovações ou refutações historiográficas suficientemente abundantes, consistentes e variadas. Se não forem, não há razão alguma para levá-las a sério.

Um pós-moderno como Ankersmit reconhece, um tanto ingenuamente, "que em quase todos os expoentes da historiografia pós-moderna se percebe uma inclinação para o ecletismo"; ele compara as variantes dessa historiografia –aliás, em sua imensa maioria, como também reconhece, uma análise do que outros historiadores fazem, sobretudo os do século XIX, mais do que obras de História voltadas para temáticas que exijam trabalho de arquivo, por exemplo – a "uma espécie de 'lista de compras'" de ingredientes para usar na avaliação historiográfica (Ankersmit, 2006, p. 106-109). Tudo isso soa no mínimo estranho e voluntariamente vago, pois não?!

Os pós-modernos têm todo o direito de acreditar no discursivismo radical, usando-o, ao pesquisar, como postulado de base de que derivarão pressupostos específicos em cada trabalho a ser empreendido; os leitores avaliarão a seguir o que realizaram e, provavelmente, emitirão opiniões variadas acerca dos resultados obtidos, como sói ocorrer. Absolutamente ilegítimo, pelo contrário, é pretender que tal discursivismo radical, tendo sido comprovado (quando não o foi nem pode ser, não havendo como comprovar – ou derrubar – postulados teóricos de base), seja algo obrigatório e, portanto, que quem nele não acreditar esteja defasado ou, de alguma forma, "errado" ao adotar como ponto de partida nas pesquisas outros postulados cognitivos.

O paradoxo pós-moderno principal consiste em, por um lado, afirmar que em história não há verdades, só versões, nem mesmo havendo história, mas sim histórias; e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, pretender que, em epistemologia, teoria e método, o que afirmam os pós-modernos ser o único que faz sentido. Ser cético radical quanto a certas coisas, mas não no relativo a outras, pode constituir, sem dúvida, atitude conveniente quando aplicada em proveito próprio, mas não é consistente.

Referências

ANKERSMIT, Frank R. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia.* São Paulo: Contexto, 2006, p. 95-114.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo.* Lisboa: Edições 70, 1978.

BLANCHET, Philippe. *La pragmatique.* Paris: Bertrand-Lacoste, 1995.

CABRERA, Miguel Ángel. *Historia, lenguaje y teoría de la sociedad.* Madrid: Cátedra, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, história.* Campinas: Papirus, 1997.

_____. Combatiendo la arrogancia epistemológica. Algunos caminos que se podrían recorrer. *Edad Media: Revista de Historia.* 9, 2008, p. 105-128.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos.* São Paulo: Renascença, 1946.

LOCKMAN, Zachary. Imagining the working class: culture, nationalism, and class formation in Egypt, 1899-1914. *Poetics Today,* v. 15, n. 2, 1994, p. 157-190.

MORLEY, Neville. Narrative economy. In: BANG, Peter F.; IKEGUCHI, Mamoru; ZICHE, Harmut G. (orgs.). *Ancient economies, modern methodologies: archaeology, comparative history, models and institutions.* Bari: Edipuglia, 2006, p. 27-47.

MUNSLOW, Alun. *Deconstructing history.* Londres; Nova York: Routledge, 1997.

NOIRIEL, Gérard. *Sobre la crisis de la historia.* Madrid: Cátedra, 1997.

PEIRCE, Charles Sanders. *La ciencia de la semiótica.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

ROBIN, Régine. *Histoire et lingüistique.* Paris: Armand Colin, 1973.

RORTY, Richard. *The linguistic turn: recent essays in philosophical method.* Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. Programación social de los comportamientos. In: M. Sabbatini *et al. Diccionario teórico-ideológico.* Buenos Aires: Galerna, 1975.

RUBIO CARRACEDO, Manuel. *El hombre y la ética: Humanismo crítico, desarrollo moral, constructivismo ético.* Barcelona: Anthropos-Editorial del Hombre, 1987.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística general.* Buenos Aires: Losada, 1967.

SCHAFF, Adam. *Linguagem e conhecimento.* Coimbra: Almedina, 1974.

SCOTT, Joan C. *Only paradoxes to offer: French feminists and the rights of man.* Cambridge: Harvard University Press, 1996.

SEWELL Jr., William H. *Work and revolution in France: The language of labor from the Old Regime to 1848.* Nova York: Cambridge University Press, 1980.

STAROBINSKI, Jean. La littérature, le texte et l'interprète. In: LE GOFF Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *Faire de l'histoire. II. Nouvelles approches.* Paris: Gallimard, 1974, p. 168-186.

Capítulo 13

História e imagem: iconografia/iconologia e além

Ulpiano T. Bezerra de Meneses

Introdução

Gottfried Boehm, um dos grandes teóricos da imagem visual, afirma sem atenuantes: "A questão da imagem não dispõe de *um lugar único* e não pode, consequentemente, ser afrontada como um problema *coerente"* (Boehm, 2010, p. 28). Com efeito, à medida que no conhecimento vulgar, assim como nos domínios científicos, a visualidade foi sendo percebida como componente cada vez mais importante em nossas vidas; além disso, à medida que a imagem visual, nas suas diversas modalidades, tecnologias e funções, foi penetrando todos os tempos e espaços de nossa contemporaneidade, os métodos, seu alcance e seus objetivos foram perdendo definição e especificidade, e não se trata tão somente de propor interdisciplinaridades ou transdisciplinaridades abstratas. Não há como unificar e normatizar critérios e abordagens com pretensões de universalidade, e é ocioso insistir no fato de que tal estado de coisas, embora percebido predominantemente em nosso tempo, permitiu abrir novas e amplas perspectivas também para a produção de conhecimento histórico.

Tal estado de coisas, porém, não será objeto de atenção particular aqui, no entanto, convém ressaltar que é imprescindível que o historiador rompa as limitações nas quais se deixa com frequência aprisionar pela redução da imagem apenas a "documento visual" e a tarefas taxonômicas e de leitura iconográfica. É igualmente crucial que o pesquisador se familiarize com as inúmeras variáveis que definem a natureza da imagem e a multiplicidade de significados e papéis que ela pode assumir historicamente, e, ainda que não deva percorrer todos os caminhos previstos, não pode ele se furtar a uma cartografia em que são incessantes os desdobramentos fornecidos pela antropologia, pela sociologia, pela história, pela história das técnicas, pela história da arte, pela psicologia e psicanálise, pelas ciências da percepção e da cognição, da comunicação, da informação e da computação, pela neurofisiologia e neuroestética, pela filosofia e pela estética, pela semiótica e pela linguística, pelos estudos culturais, de cultura material, de cultura visual...

Não poderia, assim, ser objetivo deste texto recomendar um caminho singular ou mesmo prioritário, nem seria isso possível com o multiforme repertório de competências exigidas ou o acúmulo incessante da bibliografia – que aqui será simplesmente mostrada, e não sistematicamente referida. Obviamente, apontarei descaminhos e algumas rotas seguras, mas a primazia, contudo, terá sempre que ser determinada pela natureza dos problemas históricos propostos, e pela capacidade de as fontes disponíveis (visuais, materiais ou verbais) conseguirem encaminhá-los.

Iconografia/iconologia

Trajetória inicial

De longe, a abordagem mais corrente entre historiadores para a análise de imagens visuais, inspirada em Erwin Panofsky, é a iconográfica, principalmente ao longo da segunda metade do século passado (Mahíques, 2008-2009). Privilegiando o significado das imagens, a iconografia compartilha com a semiótica, cuja voga é um pouco posterior (e que teve menos impacto), uma reação explícita e consistente contra o puro formalismo que vigia na história da arte na virada do século XIX para o XX. Ambas também compartilham o tratamento da imagem predominantemente como um suporte sígnico e tendem a nele identificar propriedades intrínsecas suficientemente estáveis.

O termo Iconografia, em sua raiz etimológica (*eikon*, imagem; *graphia*, descrição), pressuporia um papel descritivo, capaz de alimentar classificações, comparações, tradições, circulação etc. Reduzida à sua versão mais simples, porém, melhor seria reconhecer que a pesquisa iconográfica busca identificar na imagem "a significação interna de significações externas" (Boehm, 2010, p. 29). Já a iconologia implica um passo adiante na elaboração de teorias, generalizações, integração de informação e perspectivas. Hoje é este segundo termo que tem curso mais amplo e absorveu iconografia. Aliás, o termo iconologia surgiu antes que iconografia, já que encabeça o título de uma obra de Cesare Ripa, surgida em 1593, *Iconologia overo descrittione dell'imagini universali cavate dall'Antichità et da altri luoghi*, destinada a suprir as necessidades de "poetas, pintores e escultores para representar as virtudes, os vícios, os afetos e as paixões humanas". Do Renascimento ao século XIX, inúmeras obras constituíram repertórios de tipos de imagens, como emblemas e alegorias, retratos ou repertórios de antiguidades, e muito dessa tradição essencialmente empírica se mantém ainda hoje.

É com o chamado grupo de Aby Warburg (1866-1929), que congregava historiadores da arte austríacos ou alemães refugiados do nazismo, que a iconografia atinge sua maioridade. Nomes como Erwin Panofsky, Fritz Saxl, Ernst H. Gombrich e Edgard Wind circularam no Instituto Warburg, criado em Londres em 1933, em torno da fantástica biblioteca que seu patrono trouxera de Hamburgo. Warburg procurou, desde 1912, fazer da iconologia a base de uma "ciência da arte", desenvolvendo uma antropologia da memória social, fundamentada nas imagens e apoiada em fontes heterogêneas. Central no seu pensamento é o conceito de *sobrevivência*, que permite diferenciar o potencial das imagens e compreender

tramas que elas tecem. No seu último projeto, inacabado, montou pranchas com imagens diversas que dialogavam entre si – uma antecipação extraordinária, ainda que incipiente, do hipertexto da era digital.

Erwin Panofsky (1892-1968) exilou-se primeiro em Londres e depois em Princeton, nos Estados Unidos, tendo produzido vasta e influente bibliografia, com estudos sobre a pintura holandesa, a arquitetura gótica, a perspectiva renascentista e outros temas. Com ele a iconografia atinge a maior visibilidade possível, em virtude da eficiência que seu método de análise visual comportava e de seu rigor, apesar da aparente simplicidade. Os desenvolvimentos mais sistematizados encontram-se em *Estudos de iconologia,* de 1939. Mas é com o primeiro capítulo de *Significado nas artes visuais* (1955) que se consolida sua proposta, desdobrada em três níveis de significações.

O primeiro – o pré-iconográfico – é basicamente descritivo e se fundamenta na experiência cotidiana complementada pelo conhecimento de repertórios para definir informação factual, bem como expressiva. Assim, aqui se identificam pelas formas os objetos (seres humanos, animais, coisas) e as relações primárias, que podem construir os eventos, por exemplo, o significado de um chapéu ou de um aperto de mão.

O segundo nível é o da análise iconográfica propriamente dita. Aqui, trata-se das significações secundárias, das convenções, fórmulas, motivos artísticos, temas e conceitos. Entre as referências necessárias está o conhecimento de outras imagens da época e o "patrimônio cognitivo" do observador. Duas mulheres trazendo respectivamente um ramo de oliveira e uma balança, e coroando um rei só podem representar paz e justiça.

O último nível é o mais complexo, o da interpretação iconológica, à procura de uma espécie de "mentalidade de base". O fundamento está na filosofia das "formas simbólicas" desenvolvida por Ernst Cassirer (1874-1945), isto é, tais formas funcionam como "sintomas", uma vez que são partes separadas de uma mesma realidade que pode ser recomposta. O visível é sintoma do invisível, e todo objeto, toda imagem significam mais do que a aparência e podem conduzir à circunscrição de um inconsciente coletivo, uma cosmovisão, um espírito da época. Uma história da cultura teria que integrar todos os sintomas – das artes visuais e de outras "expressões de uma civilização", como a literatura, a filosofia, a política, as instituições etc. É como sentido intrínseco ou conteúdo que se pode apreender a atitude básica de uma nação, um período, uma classe, uma religião, uma filosofia etc. Nesse nível, além do senso comum e de uma vasta erudição, é exigível competência em várias áreas das humanidades (principalmente o conhecimento das "tendências fundamentais da mente humana").

Balanço

A repercussão das propostas de Panofsky foi considerável e rápida não só no campo da história da arte, mas também em diversas outras disciplinas interessadas na visualidade. Os textos de base se transformaram em venerandas escrituras, e já se falou em uma verdadeira "infecção".

Novas perspectivas, sem dúvida, foram abertas e até mesmo redundaram na institucionalização de projetos documentais de altíssimo interesse ainda hoje ativos. Um imenso número de encontros, simpósios e seminários ao longo destes 60 anos demonstra o impacto da obra desse autor. No entanto, tal difusão nem sempre fez jus às exigências originais, mas produziu reducionismos e verdadeiras mecanizações metodológicas.

Cumpre notar que o terceiro passo indicado por Panofsky, sua iconologia – pensada como uma nova história da cultura – nunca constituiu, para o comum de seus seguidores, uma meta prioritária, de certa maneira pela amplitude e indefinição de horizonte. Nesse rumo, a iconografia ganha projeção, mas em parte se transforma em um instrumento taxonômico, classificatório e de identificação empírica. Por sua vez, um levantamento em repertórios bibliográficos confirmaria que o termo se banalizou e é utilizado frequentemente para se referir a simples coleções ou séries de imagens. Além disso, é muito comum que *iconologia* e *iconografia* sejam empregados como termos intercambiáveis.

Seja como for, convém examinar com mais cuidado os avanços e os descaminhos trazidos pelas propostas de Panofsky. Antes de mais nada, ele contribuiu, como já se assinalou anteriormente, para romper os grilhões da pura visibilidade, que dominava setores da história da arte em seu tempo e tirar dos estudos estilísticos e biográficos a primazia de enfoque. Não é de se estranhar que Lionello Venturi, importante historiador da arte considerada em sua soberana autonomia, lamentasse que a iconografia havia se transformado em obstáculo para a "apreensão das obras".

De certa forma, a atenção trazida à problemática do sentido também contou no estímulo às abordagens semióticas. A semiótica, nas suas diversas modalidades, é um instrumento precioso de análise da imagem – embora me pareça que ela seja mais produtiva na formulação de questionamentos pertinentes do que nas respostas imediatas, principalmente de caráter histórico.

Mesmo ao tratar de obras singulares, Panofsky contribuiu para levar adiante a preocupação de Warburg com a organização de "famílias de imagens" e, de certa maneira, abriu caminho também para a possibilidade de elaborar "histórias das imagens" – o que, porém, ainda hoje permanece a descoberto. Enfim, crédito também merece o esforço de superar as compartimentações de fatos culturais na tentativa de montar o que ele entendia por história da cultura.

Panofsky também tem sido objeto, nestes últimos anos, de uma revisão crítica que apontou várias ressalvas (Cassidy, 1993). Por certo, não cabe cobrar-lhe, anacronisticamente premissas e procedimentos hoje correntes, como a aceitação da natureza artefatual da imagem, sua vida social, sua agência etc., nem insistir no parco interesse demonstrado por contextos econômicos e técnicos de produção das imagens, ou no próprio papel da tecnologia, das ideologias, dos usos e das funções etc.

Mais relevantes são três questões que selecionei. De início, é procedente uma limitação que, todavia, só tem sentido diante da pretensão de construir uma história da cultura: a inclusão, para análise, apenas de imagens artísticas – nem mesmo atentando para o caráter historicamente variável do cânone artístico. Claro que seu objetivo era história da arte renascentista (e medieval), mas o que é problemático é a consideração da cultura hegelianamente como expressão do espírito – em detrimento da apreensão histórica integral do domínio visual.

Outro foco de ressalvas é seu idealismo epistemológico, tendo sido criticada sua pretensão de verdade e objetividade incontaminadas por ideologias. Além disso, é preciso citar os riscos do diagnóstico de um "espírito da época" ou "visão de mundo" –alvo maior da iconologia, que corre o risco de se diluir ao tomar como premissa as "tendências essenciais da mente humana". Idealisticamente, o significado iconológico corresponderia à capacidade da mente de representar. Por certo, nessa medida é tarefa ingrata identificar historicamente, em sociedades complexas e socioculturalmente diferenciadas, configurações culturais homogêneas (ou em harmoniosa articulação).

Hoje existe um variado arsenal de categorias e instrumentos analíticos que, mesmo sem qualquer referência à iconologia panofskyana, aproximam-se desse terceiro nível na integração da imagem visual a uma trama de práticas culturais e sociais, examinadas para iluminar o funcionamento e transformação de uma sociedade. Penso, por exemplo, em representações sociais tais como concebidas na psicologia social, ou na memória cultural proposta por Jan e Aleida Assmann, ou, ainda, nas reciclagens que a sociologia da arte vem fazendo do fato social total inicialmente formulado por Mauss.

A terceira ressalva é a excessiva dependência textual que tal iconografia pressupõe. Pior é tomar o texto como matriz e, portanto, a imagem como sua ilustração. Mesmo quando existe uma fonte verbal, são histórias e vetores orais, mais que textos, que servem de estímulo, não a Bíblia, por exemplo, mas os sermões ouvidos. Além disso, Carlo Severi, como se verá mais adiante, assinala, no estudo das tradições iconográficas, como a geração de imagens pelos textos está longe de ser a regra geral. Ao contrário, pode-se acrescentar que muitas vezes é a imagem que gera textos, como documentam inúmeros casos, a começar pela Antiguidade.

A Iconologia pós-Panofsky

Os estudos iconológicos (no sentido mais amplo do termo) hoje se diversificaram e se multiplicaram, tornando difícil dar conta da bibliografia, ainda que seletivamente – e nem isso é propósito nosso aqui. Assim, para dar uma ideia do estado da arte e assinalar contribuições que possam ampliar as perspectivas do historiador, escolhi apenas três encaminhamentos: a iconologia crítica de Mitchell, a antropologia da imagem de Belting e a tradição iconográfica de Severi.

A iconologia crítica e a cultura visual

William J. T. Mitchell é indubitavelmente hoje uma das grandes referências nos estudos visuais, campo para o qual migrou vindo da filosofia e da crítica literária na Universidade de Chicago. Da sua vasta obra, de leitura indispensável para quem deseja trabalhar com imagens, retenho tão só o que representa sua preocupação corrente. Embora sem renegar Panofsky como ponto de partida, mas reconhecendo a necessidade de responder ao que se vem chamando de "era pós-panofskyana", dirige o que batizou de "iconografia crítica" em direções bem mais amplas que a da história da arte. Naturalmente, ao se apropriar de novas problemáticas, abriu fecundos horizontes para entendimento da sociedade contemporânea – mas continua apto a alimentar igualmente estudos históricos. Para caracterizar tais novas problemáticas vale a pena reproduzir a síntese com que ele elenca seus objetos de pesquisa:

> [...] as "meta-imagens", formas de imagens reflexas e autocríticas; as relações das imagens com a linguagem; o estatuto da imaginária mental, do fantasmagórico e da memória; o estatuto teológico e político de imagens no quadro do iconoclasmo e da iconofobia; a interação entre o virtual e o real, entre as imagens ficcionais e reais, cuja distinção é bem exposta na língua inglesa entre "*images*" e "*pictures*". A iconologia também encontrou material no domínio das ciências, examinando o papel das imagens na pesquisa científica, em particular (como é meu caso) no fenômeno da imagem "natural" (por exemplo, o fóssil e o espécime-tipo) e na questão da especiação e da morfologia evolutiva. Paralelamente, o avanço das ciências da vida no século passado (Mitchell, 2009, p. 340).

No limite, chega até à imagem biodigital, a bioimagem, resultante da fusão de máquina e consciência/pensamento, que se projeta em direção à chamada era pós-humana. Esse amplíssimo panorama se insere em um espaço de pesquisa em acelerado desenvolvimento, os estudos de cultura visual, que Mitchell caracteriza como o "estudo da percepção e da representação visuais, em particular a construção social do visível e – igualmente importante – a construção visual que deriva do social" (Mitchell, 2009, p. 339). O campo da cultura visual é amplo, extremamente diversificado e, por isso mesmo, ambíguo; mas o propósito final de estudar a construção social do visível e, mais ainda, a construção visual do social, contribui para fornecer uma linha de condução coerente e densa.

O corpo e a antropologia da imagem

Hans Belting, respeitado historiador da arte alemão e teórico da visualidade, propõe uma antropologia da imagem, que tem como foco o corpo na condição de agente de percepção e de ação e, como premissa para o entendimento, a concepção, a produção e a memória das imagens. Daí ele afirmar que as imagens não estão na parede (ou na tela), nem apenas

na cabeça, mas elas *acontecem*, têm lugar – e sempre por intermédio da transmissão e da percepção. Preocupado com o observador sem corpo, mas sobretudo com a injustificável imagem incorpórea, Belting é incisivo:

> As imagens adquiriram uma existência abstrata. Em nossa cultura ocidental, o paradigma da imagem mais correntemente empregado e o mais significativo permanece o do quadro pendurado na parede, isto é, uma imagem privada de corporeidade própria e de movimento, aquela que vamos ver nos museus. A marca de tal experiência é tão insistente que dela fizemos um *leitmotiv* de nosso pensamento, apesar da história moderna das imagens cinematográficas e televisuais. Essa concepção da imagem persiste e domina ainda todas as teorias, a despeito das numerosas tentativas da psicanálise (para citar apenas um exemplo) de associar imagem e olhar em uma gama de relações muito diversificada (Belting, 2004, p. 9).

A reversão dessa postura e a introdução da corporalidade nas relações entre homens e imagens serve de ponto de partida para o reconhecimento do caráter artefatual da imagem – ensejando múltiplas implicações, como se verá mais adiante. É crescente o número de estudiosos da visualidade que incluem a corporalidade no trabalho com imagens, como Herman Rodenburg ou Paul Vandenbroek. Creio, porém, que a especialista da arte do Iluminismo Barbara Stafford e a antropóloga C. Nadia Seremetakis merecem menção especial .

Embora não tome o mesmo rumo que a iconologia de Belting, Stafford (2007) também se filia a uma matriz corporal, mas abre caminho para o que vem sendo denominado "Neuroestética" – campo de importância vital para iluminar pesquisas de usos e funções das imagens e análises de recepção, além de estudos sobre o papel, por exemplo, de emblemas, símbolos, colagens, mídia eletrônica, ilusões, automatismo e intenções, fórmulas visuais, a necessidade de imitar, as implicações da representação narrativa e não narrativa etc., na construção da cognição e de objetos mentais mediados pela imagem. Trata-se de "veneráveis questões" que, a seu ver, para serem devidamente trabalhadas, carecem da convergência das humanidades e das ciências biológicas.

Semeretakis, por sua vez, teorizou sobre a "memória sensorial", com a qual as narrativas e as imagens têm muito a ver. Com efeito, a sociedade organiza hierarquias sensoriais que derivam da seleção e dos privilégios referidos aos *modos de representação*. Diz a autora que a memória não pode ser confinada a uma esfera puramente mentalista ou subjetiva, pois consiste em uma prática material culturalmente mediada e que é ativada por atos corporificados e objetos semanticamente densos" [como determinadas imagens] (Seremetakis, 1994: 9, 128).

As tradições iconográficas e a antropologia da memória

O antropólogo Carlo Severi (do Collège de France e da EHESS/Paris), tendo como ponto de referência a obra de Panofsky, mas partindo das propostas de Aby Warburg, formula como objeto da iconologia a *tradição iconográfica*. Não, é claro, uma simples genealogia de motivos (eventualmente modos de representar), e sim o veículo de uma memória social. Nisso Warburg reconhecia a íntima relação entre a representação icônica e o pensamento de uma cultura e apontava o potencial próprio da imagem para orientar a inferência visual – o que reforça o uso mnemônico da imagem. Severi começa por se perguntar por que chamamos somente "orais" as tradições dos povos que não dispõem do uso da escrita, já que muitos etnólogos hoje em dia estão conscientes de que tais tradições são tanto iconográficas como orais, fundamentadas na imagem tanto quanto na palavra. Recusa como falaciosa a simetria entre tradição oral/tradição escrita, apontando inúmeras situações em que, embora a memória social pareça apoiar-se na palavra escrita, não há dúvida de que o papel da imagem é constitutivo do processo de transmissão dos conhecimentos. E completa:

> O que se confronta com a escrita, nessa oposição, não é somente a palavra dita. A palavra e a imagem articuladas em conjunto numa técnica da memória, especialmente no contexto de enunciação ritual, constituem a alternativa que prevalece, em muitas sociedades, em detrimento do exercício da escrita" (Severi, 2003, p. 77).

Substitua-se "contexto de enunciação ritual" por "cerimônias" e "performance" e teremos, nas sociedades complexas, a possibilidade de compreender muitos fenômenos que a visualidade ajuda a desvendar.

Mas o que é uma tradição iconográfica? Severi observa que há dois modos de construir memórias sociais: por intermédio da narração ou pragmaticamente (o que ele chama de memória ritual). Esta última "tende a criar um número relativamente estável de imagens cada vez mais complexas, cada vez mais 'carregadas' de significados e cada vez mais persistentes ao longo do tempo" (Severi, 2007, p. 148). Nada há de imitativo nos suportes mnemônicos desta memória "mostrada", pois a tradição cultural opera com condições pragmáticas, não com contextos semânticos.

A Imagem como documento

A alforria incompleta do documento visual

Antes que em meados do século passado os próceres do grupo dos *Annales* alforriassem, como se acredita, a imagem visual para servir de fonte histórica, é no século XVIII que começa a se afirmar o potencial cognitivo da imagem. Alain Schnapp (1994, p. 40) testemunha a novidade de propósitos introduzida em texto do famoso astrônomo e antiquário do Vaticano, Francesco Bianchini, ao publicar, em 1747, sua *La istoria universale provata con monumenti e figurata con simboli*: os símbolos não são agora tratados apenas

como figuras do passado, mas também como um meio de informação, prova histórica. Não me parece que se trate de caso avulso ou singular, já que o Século das Luzes produziu outras manifestações de um interesse documental crescente pela imagem, principalmente na França. Disso é testemunho a *Encyclopédie,* de Diderot e D'Alambert (1759-1795), que usa imagens para esclarecer informações dos verbetes, inclusive sobre técnicas de trabalho ou ferramentas de outros tempos. Também se deve assinalar a coleta e arquivamento de imagens relativas à Revolução Francesa durante seu próprio curso: caricaturas revolucionárias e antirrevolucionárias, gravuras, desenhos, etc., que depois vão compor repertórios utilizados por historiadores do oitocentos.

Mas é somente no século XIX que a imagem assume com intensidade sua capacidade documental, em especial com a rápida divulgação da fotografia, abundantemente empregada em geografia, antropologia, etnografia, arqueologia, ciências biológicas, astronomia, história da arte, arquitetura e urbanismo, e assim por diante. Surgem os arquivos fotográficos, que já assumem compromissos históricos, como os do Victoria & Albert Museum, em Londres, ou do Cabinet des Médailles, em Paris. Infelizmente, a história se manteve apartada desse novo horizonte em que se gestaram a antropologia visual e a sociologia visual.

Em suma, apesar da alforria chancelada pelos *Annales*, o documento visual não ganhou até agora direitos de cidadania plena no fortim da história, pois se trata de uma cidadania de segunda classe. Saiu da senzala, mas ainda não se instalou na casa grande. Ninguém hoje ignora, em sã consciência, que a imagem pode ser fonte histórica, mas tratá-la efetivamente como tal é que é problemático. A raiz desse fato está na formação básica do historiador, ainda de natureza exclusiva ou preponderantemente logocêntrica, com desconfiança ou restrições para tudo aquilo que tenha caráter concreto ou afetivo. Além disso, a palavra é, como não poderia deixar de ser, seu instrumento de expressão. Quando o historiador não consegue moderar a força gravitacional da palavra, tende a transformar a imagem em texto, e o pior nisso é que se esvazia ou deforma a *natureza visual* da imagem visual, que passa a ser tratada como um recipiente neutro, inodoro, insípido, incolor, frágil embalagem à espera da inserção de um significado *a priori* integralmente elaborado e tendo em si sua própria identidade. Tal perspectiva idealista não se sustenta e, em vez de reconhecer relações dinâmicas e dialéticas, ressuscita dualismos estéreis, como espírito/matéria, pessoas/coisas, sujeito/objeto, ativo/passivo. Enfim, também por aí se associa ideia a expressão verbal e, portanto, se faz dos objetos mera duplicação de um discurso verbal ou verbalizável, desprezando a materialidade não verbal do meio empregado e, por outro lado, ignorando que tanto a ideia produz a forma, quanto é produzida por ela. Em outras palavras, se há um pensamento visual, não é apenas um pensamento verbal que se vale oportunisticamente de vetores visuais complacentes, mas um pensamento que só pode perfazer-se adequadamente de modo visual.

Para se convencer das consequências negativas dessas premissas todas, basta examinar, por exemplo, o grande número de estudos de ideologia, imaginário e mentalidades que

utilizam fontes visuais. Entretanto, é como se a visualidade das imagens não fosse ativa na produção dos conteúdos que carreiam e como se a grande meta fosse justamente a transcodificação do visual para o verbal, logo reduzido à escrita para maior comodidade do pesquisador. O efeito mais nocivo, porém, entre nós, encontra-se em alguns manuais de orientação da pesquisa histórica, em que a imagem é reduzida imediatamente a tema e ilustração, de modo que as conclusões de análises dependem exclusivamente do que as fontes textuais já haviam postulado.

Marcelo Léo, a quem agradeço a indicação, chamou-me a atenção sobre uma opinião de Giulio Carlo Argan, historiador da arte e da arquitetura pertinente ao assunto tratado ao falar de pintura, Argan insiste no seu caráter processual, já que as intervenções na história são ações e, conseguinte, o quadro também deve ser encarado como uma ação que se realiza, um empreendimento que se assume e não se sabe como terminará, segundo a qual todas as partes de uma obra de arte formam uma totalidade harmônica, não passa de um preconceito a ser eliminado. A arte é realidade e vida; ora, a realidade e a vida não são coerentes. Quando mudam as circunstâncias enquanto o artista está compondo um quadro, este último registrará a mudança, e será acabado de uma maneira diferente de como fora iniciado.

Por fim, seria oportuno aprofundar o questionamento das raízes da oposição que confronta palavras e imagens visuais, uma vez que elas se encontram no conflito entre razão e afetividade, racionalidade e sensorialidade, pensamento lógico e pensamento mágico, conflito que Freud definiu como relação dialética que está na base da civilização mediterrânica. Facundo Tomás (2005) aponta derivações desse conflito nos iconoclasmos, proibições de imagens figuradas, aniconismo etc. Uma marca decisiva ocorre com o monoteísmo, que abandonará os panteões antigos e, com eles, a imagem visual referida aos diversos deuses. O grande suporte do Deus único e sua mensagem será a palavra, o texto, o livro sagrado, repositório fixo e definitivo; com isso, o texto se aproximará da noção de verdade, em detrimento da imagem visual.

Nessa mesma linha, o sociólogo Niklas Luhmann vai mais longe ao denunciar como permanecemos seduzidos por uma tradição de falsa hierarquia, que inferioriza a percepção e privilegia a concepção – legitimando o logocentrismo. Vale a pena transcrever suas reflexões:

> Estamos ainda enfeitiçados por uma tradição que ordenou hierarquicamente as faculdades psicológicas, relegando a "sensorialidade" – isto é, a percepção – a um nível inferior em comparação com as funções superiores, reflexivas da razão e do entendimento. [...] Na antiga tradição europeia esta valoração hierárquica reside na ideia de que os humanos são distintos dos animais, o que sugere a desvalorização das faculdades que os humanos compartilham com os animais, especialmente a percepção dos sentidos. Além disso, a percepção fornece somente distinções factuais/temporais, e não unidades que persistam ao longo do tempo (ideias). O modo de contato exclusivo dos humanos, em consequência, acredita-se residir no pensamento (racional) (Luhmann, 2000, p. 5-6).

Documentos visuais/documentos verbais

Três observações cautelares merecem atenção. Antes de mais nada, há um engano quando se imagina que é a natureza visual do documento que responde pela natureza visual do problema histórico que se quer pesquisar. Como em qualquer domínio da história, é imperioso mobilizar todo e qualquer tipo de documento disponível que seja pertinente à problemática em causa. Por certo, tratando-se de uma problemática visual, convém que haja fontes visuais, mas, no limite, nem mesmo isso é condição *sine qua non.* Por exemplo, trabalhar com descrições de objetos visuais pode ser indispensável para muitos objetivos.

Como se viu anteriormente, com Luhman, a hierarquia entre os sentidos e a razão, ou entre o visual e o verbal (principalmente escrito), não se sustenta. E, da mesma maneira, ao inverso, uma pretensa prioridade em si da fonte visual. Além disso, é preciso estar atento para a variabilidade histórica dos arranjos. Por exemplo, Zainab Bahrani (2003, p. 4), discorrendo sobre a combinação de escrita/representação visual na Assíria, revela o surgimento de uma forma de presença essencial da coisa ou do ser figurado, que nada tem a ver com as noções de representação como mímese ou cópia, tradição legada pelos gregos ao Ocidente. Além disso, na tradição assírio-babilônica, palavra e imagem se interpenetram:

> [...] a representação, longe de aspirar à mímese, está concebida como fazendo parte do real. [...] *salmu* (é) a palavra acadiana para imagem, que eu defino como um sistema de representação visual, mas defendo que ela não deve ser separada do sistema da escrita, nem ser diretamente equacionada com o conceito europeu de imagem (Bahrani, 2003, p. 6).

A complementaridade das fontes é sempre bem-vinda, mas a expectativa de convergência, contudo, nem sempre é útil ou desejável – salvo no nível empírico elementar. O que torna a complementaridade legítima e benéfica é o respeito à lógica específica que rege cada fonte e que deve orientar a análise crítica a que tem de se submeter qualquer tipo de fonte. Com efeito, fonte visual e fonte verbal pertencem a sistemas de representação diversos e, portanto, comunicam informação e significados diferentes. Basta lembrar que a imagem visual se realiza no espaço e fornece de imediato a totalidade de coisas, pessoas, eventos e suas relações; já a fonte verbal se realiza no tempo, acumulando unidades de informação em sequência, podendo explorar com mais eficácia relações temporais. A fonte escrita, por sua vez, faz jus a um acréscimo de especificidade por compartilhar algo de visualidade. Em suma, ambas as fontes desvendam aspectos diversos de um mesmo objeto de conhecimento.

A imagem como artefato

Muito do que se expôs anteriormente deixa claro que a imagem visual não é puro conteúdo em levitação, nem mera abstração. Ela deve ser considerada, antes de mais nada, coisa material, artefato.

Mitchell (2008) nos oferece a ocasião de uma distinção prática, que, infelizmente, não tem aplicação imediata em nossa língua. Já nos referimos à sua proposta de evitar a ambivalência da imagem distinguindo entre *picture* e *image*, vocábulos que, em português, são coincidentes e que teríamos que traduzir imperfeitamente como imagem material e imagem imaterial. *Picture* é a imagem que se dependura na parede ou se faz imprimir e circular espacialmente; já *image* é aquilo que aparece em uma *picture*. A oposição imaterial/material ajuda a entender a distinção, mas, ensina o autor, os dois lados são materiais: a imagem mental precisa da mente-corpo do observador como suporte material, e a imagem material é vetor de uma imagem que pode ser copiada em outro meio, como uma fotografia, uma descrição, uma memória. Ambas compartilham materialidade e imaterialidade.

A fotografia foi uma das primeiras modalidades de imagem a ter seu caráter artefatual reconhecido, por causa das implicações facilmente apreensíveis de contexto, usos e práticas – e significações. Considerando apenas o contexto, uma foto 3 X 4 em um documento de identidade é diversa da mesma imagem em uma carteira, que simboliza a lembrança de pessoa querida. Ainda a mesma imagem em um porta-retratos no escritório cauciona o reconhecimento de valores sociais envolvendo, por exemplo, a família. Novamente essa imagem, agora na parede de uma instituição, acrescenta valores de memorial e continuidade institucional. E assim por diante: em um museu, no jornal, em um cartaz etc.

Uma das consequências imediatas da aceitação da natureza artefatual da imagem é que se torna indispensável pesquisar sua vida pregressa. Com efeito, a imagem teve uma vida pregressa antes de se recolher (ao fim de sua primeira existência social) a museus, arquivos, coleções, galerias, gabinetes, repertórios, e assim por diante. É nesse particular estado de descarte que temos acesso a ela. Trata-se, efetivamente, de descarte dentro de um ciclo de vida que, entretanto, abre espaço para um novo ciclo – que poderíamos *grosso modo* denominar documental.

Os trabalhos inovadores de Kopytoff e Appadurai são sempre mencionados quando se trata da "vida social" dos objetos (no nosso caso, especialmente objetos visuais). No entanto, aqui a perspectiva é um pouco diferente, envolvida com a natureza documental da imagem, e não, como lá, com a base cultural da vida econômica e a sociologia da cultura.

O conhecimento da vida pregressa da imagem demanda, assim, uma operação paradoxal, que poderíamos chamar "desdocumentalização". Portanto, para utilizar a imagem como documento, deve-se retratar, procurando pistas diversas, os caminhos que ela percorreu, antes de ser diagnosticada e aposentada e receber o *status* de documento. Tal percurso deve ser feito ao inverso. A arqueologia, que se vale sistematicamente desse procedimento, pode esclarecê-lo, pois os artefatos arqueológicos – que são os documentos-chave da disciplina,

juntamente com os traços ambientais – precisam ser apreendidos a partir do descarte, reciclagem, manutenção e reparos, consumo, circulação, fabricação, obtenção de matérias primas. Tudo isso pode nos levar a recortes espaciais, temporais, sociais, funcionais, simbólicos, ideológicos, econômicos, políticos etc., muito variados.

A vida pregressa, como se disse, não se esgota com o processo de arquivamento/musealização. Também é um processo de ressignificação seminal da imagem, que não pode ser deixado de lado pelo historiador, visto que tratar a imagem como artefato e historicizar sua vida social tem, ainda, uma vantagem que se poderia chamar de profilática, isto é, evita que ela seja despida da participação em múltiplas esferas da vida social para se circunscrever à função de representação, como se estivéssemos em uma esfera rarefeita e vivêssemos em uma floresta de símbolos, carente de substância, imaterial. A história assim semiotizada passa a depender exclusivamente de sentidos e ideias – naturalmente sempre relativizados. Se Barthes imaginava que o fato não tinha senão existência linguística, está aí a imagem para desmenti-lo. Não se nega o caráter discursivo da imagem, nega-se que ele seja exclusivo ou sempre predominante. A imagem tem extraordinário potencial linguístico, que pode ser exercido poderosamente, mas não compõe um sistema linguístico por natureza, tem vida fora dele. E, como artefato, nas suas trajetórias pode aclarar condições materiais da produção/reprodução social – e, ainda, chamar a atenção para integrar a visão ao conjunto de nossos demais sentidos.

O Poder da imagem

Imagem e poder

O poder das imagens é o título de um livro pioneiro publicado em 1989 por David Freedberg e que teve então grande impacto, a começar pelo fato de se apresentar como um estudo das relações entre as imagens (não apenas artísticas) e as pessoas, dentro de vários recortes históricos e diversificada temática: aniconismo, imagens de peregrinação, imagens votivas, devocionais, mágicas, idolatria, censura, iconoclasmos etc. O subtítulo também é significativo*: Estudos de história e teoria da resposta*, pois acentua o caráter dialógico da imagem e sua faculdade de produzir efeitos.

Que a imagem tem uma vinculação íntima com o poder já se sabia. Na Antiguidade a posse de imagens constituía crédito social. No final da República romana, Salústio (*Bellum Jugurthinum,* 85, 10) testemunha o uso da expressão *homo multarum imaginum* para indicar distinção entre nobres. Uma coletânea como a organizada por Gordon Fyfe e John Law (1988) serve de exemplo quanto às "figurações do poder" como parte da dimensão visual das relações sociais.

O que tem agora despertado atenção, na trilha apontada por Freedberg, são as imagens que recebem tratamento humano, não só aquelas que, no mito, se transformam em seres vivos (Pigmalião, Afrodite Cnídia etc.), mas também as que são vestidas, adornadas, alimentadas, exibidas, destruídas... Uma versão mais complexa dessa perspectiva desemboca

no binômio performance/performatividade que, no dizer de Jerôme Baschet (2010, p. 10), ao introduzir os trabalhos de uma importante coletânea dedicada ao tema, "está ocupando o centro da ribalta". Em resumo, ele aponta três referências que caracterizam a temática: a tentativa de extrair da teoria dos atos de fala uma categoria aplicável à imagem ("atos de imagem"); a explicitação da capacidade ativa da imagem em engajar o espectador em uma performance; e, por fim, a abordagem da imagem como inscrita no seio de uma performance ou cerimônia.

A "agência" das imagens

O grande escritor renascentista francês Michel de Montaigne, nos seus *Essais* (II, 18), declara literalmente: "Não fiz meu livro mais do que meu livro me fez". Em um modismo em que se está um tanto desfigurando (principalmente por deslocamento de contexto), a teoria do ator-rede (ANT), cujos mentores originais foram Bruno Latour e Michel Callon, postula-se que não se faça mais distinção na interação entre humanos e não humanos (incluindo artefatos – como as imagens – e estruturas organizacionais). Consideram-se todos interagentes de direito pleno, segundo o princípio da "simetria generalizada". O antropólogo inglês Alfred Gell (1998) conceituava sua inovadora e controvertida teoria antropológica da arte como aquela que considera os objetos artísticos na condição de pessoas. Para completar, com sua respeitável autoridade na área, Mitchell publicou há pouco um livro intitulado provocativamente *What do pictures want*? Afinal, o que desejam as figuras? Segundo ele, precisamos descartar a ideia de que as imagens são objetos inertes, dóceis portadoras de significados; ao contrário, são dotadas de desejos, necessidades, apetites, pulsões. O objetivo do autor é:

> […] olhar as variedades da animação ou vitalidade que são atribuídas às imagens, a agência, motivação, autonomia, aura, fecundidade ou outros sintomas que fazem das imagens "signos vitais", que entendo não apenas como meros signos *de* coisas vivas, mas signos *como* coisas vivas. Se a questão "o que desejam as figuras?" faz algum sentido, deve ser porque reconhecemos que as figuras são algo como formas de vida, impulsionadas por desejos e apetites (Mitchell, 2005, p. 6).

O que concluir de todas essas afirmações tão peremptórias? Que se trata de metáforas? Ou, de fato, de uma fé vitalista? Ou pelo menos, de um caso de fetichismo? Nada disso, a meu juízo. Tais posturas abrem caminho para uma compreensão mais aprofundada de que as imagens (e demais artefatos) têm o potencial de produzir efeitos, gerar transformações, dispor de agência (aqui entendida basicamente como potência de ação). Mais que isso, são integrantes da interação social (sem que precisemos forçosamente reconhecer em nossos contextos o princípio de simetria da ANT).

Assim, poder-se-ia concluir com J. Reginaldo Gonçalves, refletindo sobre texto de Roy Wagner, que as imagens participam da "instituição das pessoas sociais":

> Desse modo, mais do que simplesmente expressar nossas identidades pessoais e coletivas, os objetos [sem esquecer a subclasse das imagens], na verdade, nos constituem enquanto pessoas; na medida em que aprendemos a usá-los, eles nos inventam. Em outras palavras, sem os objetos não existiríamos; pelo menos não existiríamos enquanto pessoas socialmente constituídas (Gonçalves, 1995, p. 61).

De todo modo, fica patente a insuficiência da pesquisa histórica que se limitar ao circuito já tão percorrido de produção, circulação e consumo de imagens. É preciso primeiro ampliar a noção de consumo para a de apropriação e interlocução e, ao mesmo tempo, examinar os efeitos produzidos – seu papel na interação social, sempre inserido nas trajetórias que for possível identificar. Também se faz necessário o aporte da teoria da recepção não só na sua versão original, literária, ou na sua adaptação à história da arte, como ainda na perspectiva da sociologia dos comportamentos culturais e na do conhecimento (que inclui as representações sociais). Uma vertente contemporânea da sociologia da recepção procura interrogar os processos pelos quais os indivíduos se apropriam diferencialmente do que lhes é oferecido, negociam e reconstroem, dentro de seus lugares sociais, novos sentidos para suas ações.

É oportuno lembrar que, para se exercer, o poder das imagens não exige forçosamente uma relação mimética, semelhança visual. O caso da *imago* medieval é exemplar. Partindo da premissa de que ela é o fundamento da antropologia cristã (desde a primeira menção do homem na Bíblia ele é chamado de "imagem"), Schmitt (2002, p. 23-25) procura definir as fronteiras que a distinguem da imagem da tradição mimética grega. Assinala que a cultura clerical chegava a colocar no mesmo patamar negativo a *imitatio* e as "macaquices" das mímicas e malabarismos dos *jongleurs*. Na *imago*, as formas figurativas e as cores devem ser tratadas como "índices de realidades invisíveis que transcendem as possibilidades do olhar" (Schmitt, op. cit., p. 24), sem pretender representar. Procuram tornar presentes, "presentificar" tais realidades, por isso são comparáveis a uma aparição, a uma epifania.

Por um lado, tal orientação abre espaço para reconhecer funções não linguísticas na imagem, filtrar o excesso de investimento na crença de que ela age como uma tela refletora de outras realidades, e eliminar ou reduzir a saturação simbólica de certas abordagens. Por outro lado, é preciso saber que se pode relativizar o papel do referente – ou pelo menos, convencer-se de que a pesquisa histórica das imagens não se resume na busca do "real" representado.

História e imagem

Esta última reflexão, além de outras muitas dispersas anteriormente, já seriam suficientes para estabelecer padrões de relação desejável entre história e imagem. Outras poderiam ser incluídas (Burke, 2008). Aqui, porém, selecionei o que completa o eixo de preocupações deste capítulo.

Imagem e memória

A associação entre imagem e memória costuma ser apontada como "natural". Com efeito, a imagem visual, na sua condição de conteúdos de consciência sensível, concreta (Meyerson), parece dotada da capacidade de fixar estados de coisas – o que, em última análise, significa a aceitação da natureza fenomênica do real. Nesse contexto é que Warburg e, depois, Severi, postularam o que poderia ser a tradição iconográfica.

No caso da fotografia, a capacidade de estabilização se potencia, contudo, mesmo quando a imagem é abstrata, isto é, quando abstrai os estados de coisas (as contingências de espaço e tempo), para fixar "essências" (o conceito, que define algo independentemente de sua aparência) – mesmo aí a imagem tem uma função mnemônica, pois é necessário lembrar-se do elenco total de características na identificação desse algo.

Há imagens que se destinam programaticamente a terceirizar memórias, como é o caso do *souvenir*, do cartão postal e de outros objetos visuais. A imagem padroniza os modos de ver e promove a lembrança subjetiva que já estava paradoxalmente prevista e antecipada na própria produção em série, comercialmente oferecendo-se à escolha do consumidor.

De certa maneira, os álbuns de família são uma modalidade mitigada de memória terceirizada em virtude do rigor das convenções, das poses já definidas, das situações memoráveis e das excluídas, e assim por diante. Já os monumentos públicos e os memoriais se caracterizam por se fundamentarem na memória sem rememoração, ou melhor, na partilha de uma memória objetivada a serviço de uma narrativa.

O caráter sensorial e afetivo da imagem e sua força evocativa fazem que, muitas vezes independentemente de sua natureza, mas por suas relações biográficas, objetos visuais sirvam de gatilho para a rememoração, deixando em segundo plano os conteúdos específicos do suporte.

Visões do passado

Não raro se tem afirmado que os artefatos (incluindo as imagens) são a única (*sic*) classe de evento histórico que ocorreu no passado e sobrevive no presente. Serviriam, portanto, de ocasião para experimentar ou reexperimentar esse "outro" que é o mundo passado. Não me parece que seja uma afirmação pacífica, pois, antes de mais nada, desconsidera que o que vem de outros tempos agora integra o presente no qual interajo. Não há presente puro, homogeneamente sincrônico, visto que este sempre se compõe de múltiplas temporalidades, com suas marcas e efeitos próprios. Uma imagem antiga deveria ser também considerada uma coisa do meu presente, ainda que sua temporalidade repercuta na minha forma de apropriação.

Seja como for, conviria acentuar, primeiro, que as imagens não contribuem apenas para representar o passado, mas também para construí-lo; em seguida, que os diferentes modos de representação visual – fotografias, pinturas, gravuras, esculturas, cinema, objetos tridimensionais etc. – deixam marcas específicas nessa produção do passado.

Nessa ordem de ideias, é comum se falar em visões do passado quando se examinam os complexos processos de produção de significados com que tanto as narrativas dos historiadores quanto as representações sociais articularam presente e passado, em particular pela mediação da imagem (Guimarães, 2007).

Também é corrente, nesse quadro, aproveitar-se do conceito de regimes de historicidade, de François Hartog, entendidos como as formas segundo as quais uma sociedade se relaciona com o tempo e trata de seu passado, assim como a maneira peculiar de definir uma consciência de si. Mas já que se introduziram como ingredientes a visão e as imagens, seria mais enriquecedor trabalhar, também, com os regimes de visualidade, sejam, por exemplo, os escópicos de Christian Metz ou Martin Jay, sejam os de "imagéité" de que tratam Jacques Rancière e tantos outros.

Nessas condições, passaríamos mais eficazmente da visão (marcada, antes de mais nada, como fato perceptivo e sensível, é claro, à historicidade das estruturas perceptivas) para a visualização, fato social. Assim, evita-se o risco de supor a existência de uma percepção que coincida com a identidade (estável) de um objeto visual.

Em todo caso, não convém simplesmente polarizar essa oposição. Anthony Woodiwiss (2001, p. viii), em uma obra em que investiga como as teorias sociais e os teóricos veem, ou pensam que veem o mundo, procura problematizar essa diferença entre conceituar a visão como supostamente uma faculdade natural, por oposição a um construto histórico e social, a visualização. Afirma que, em outras palavras, trata-se da familiar distinção sociológica entre o privilégio concedido à observação – o chamado empiricismo ingênuo – e o reconhecimento de que a observação sempre se deixa penetrar por valores ou teorias – virtualmente, todas as demais posições na teoria social.

A caracterização dos regimes escópicos é indispensável, ainda, para demarcar duas implicações fundamentais. A primeira diz respeito à aceitação popular de que ver é conhecer. Ainda que contraditada pelo paradigma científico contemporâneo, que radicaliza a oposição já colocada desde sempre na filosofia grega entre *doxa* (opinião, conhecimento sensível) e *episteme* (conhecimento controlado, inteligível), essa premissa é explorada exaustivamente em nossos dias nos chamados *living museums*, "docudramas", cenários de época etc., assim como nos jornais televisivos.

A segunda implicação enquadra-se na crítica geral ao oculocentrismo de nossa sociedade e, no caso dos "antropólogos do sensorial", mais especificamente na crítica à epistemologia ocidental, que percebe/concebe o universo em termos de espaço mais que por outras mediações sensoriais – modelo que está longe de ser universal (Classen, 1993, p. 121-122).

O historiador e a imagem visual

A necessidade de libertar a imagem de sua gaiola epistemológica (a redução a documento) e confrontá-la com as múltiplas problemáticas do campo visual faz que o historiador se depare com várias alternativas e caminhos possíveis. Ainda mais que, como foi dito no início, nesse campo não há unidade normativa de abordagens e métodos.

Valeria a pena, pois, em uma caracterização bem grosseira e superficial – mas que ajuda na reflexão – esboçar algumas dessas principais alternativas. Não incluí aqui o domínio da história da arte *como tal*, apesar de sua importância estratégica e de seu diversificado potencial, porque deveria ser inserida em quadros que não foram objeto de análise neste capítulo.

Uma dessas alternativas, que eu denominaria "história das imagens", pode provocar restrições por causa de sua generalidade e pretensões de síntese. Por certo, não se poderiam dispensar os cortes e as seleções de todo tipo, dentro de determinada e ampla formação social; no entanto, a dispersão e a fragmentação dos estudos exige uma arena para confrontos e interlocuções. Penso, como referência, na história das imagens na Europa moderna de Maurice Daumas (2000), que merece menção. Há, também, certo número de coletâneas com focos mais centrados, e o século XIX tem merecido preferência.

Uma segunda alternativa – esta a mais corrente entre nós – seria o estudo de um universo de documentos visuais, que pode ser uma coleção, caso em que se teria uma plataforma mais complexa para enriquecer a análise, ou um conjunto documental coletado em torno de um tema. São estudos em que domina uma visão redutora da iconografia, marcadamente taxonômica e que, quando avança para as aspirações iconológicas propostas por Panofsky, normalmente se limita a indicações de ideologia e imaginário, esvaziando a imagem completamente de seus compromissos visuais, como já foi notado.

Excepcionalmente, no limite, poderia tratar-se até mesmo de uma imagem singular, mas o risco de fetichização é grande, até mesmo quando se trata de imagens-ícones em determinada "iconosfera". Em suma, o *handicap* maior dessas opções é novamente limitar a imagem a uma função documental – naturalmente aumentando o risco de elaboração de uma "história documental", que deixa tanta coisa de fora. Nada disso, porém, diminui o interesse de um tipo de tarefa de grande valor: a publicação de repertórios documentais – preferencialmente sob a forma de *catalogues raisonnés*.

Enfim, alternativa que me parece mais consentânea com os papeis desempenhados pelas imagens e sua capacidade de gerar efeitos, seria estudar qualquer problemática em qualquer dos múltiplos campos consolidados da disciplina – mas introduzindo a dimensão da visualidade, o que significa que as imagens visuais deverão estar presentes, mas não deveriam ser elas*, enquanto documento*, o foco gravitacional da atenção. Elas devem ser tratadas *também* como componentes do jogo social em causa, e seria dispensável explicitar que às fontes visuais deveríamos acrescentar qualquer tipo de fonte capaz de encaminhar a problemática histórica proposta. Nessa perspectiva, uma história visual não seria mais um feudo com personalidade própria e barreiras de acesso, mas uma história (econômica, social, política, cultural, institucional, de gênero, do cotidiano, das minorias etc.) em que se introduzisse a inescapável dimensão visual e seus efeitos.

Referências

BAHRANI, Zainab. *The graven image: representation in Babylonia and Assyria.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.

BASCHET, Jerôme. Images en acte et agir social. In: BARTHOLEYNS, Alain Dierkens Gil; GOLSENNE, Thomas (orgs.). *La performance des images.* Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 2010, p. 9-14.

BELTING, Hans. *Pour une anthropologie de l'image.* Paris: Gallimard, 2004.

BOEHM, Gottfried. Ce qui se montre. De la différence iconique. In: Alloa, Emmanuel (org.). *Penser l'image* .Dijon, Les Presses du Réel, 2010, p.27-48.

BURKE, Peter. *Testemunha visual: história e imagem.* Bauru, EDUSC, 2008.

CASSIDY, Brenda (org.). *Iconography at the crossroads.* Princeton: Index of Christian Art / Princeton University, 1993, p. 3-16.

CLASSEN, Constance. *Worlds of sense: exploring the senses in history and across cultures.* London: Routledge, 1993.

DAUMAS, Maurice. *Images et sociétés dans l'Europe moderne.* Paris: Armand Colin, 2000.

FREEDBERG, David. *The power of images: studies in the history and theory of response.* Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

FYFE, Gordon; LAW, John (orgs.). *Picturing power: visual depiction and social relations.* London: Routledge, 1988.

GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory.* Oxford: Oxford University Press, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O templo e o fórum. Reflexões sobre museus, antropologia e cultura. In: BOMENY, Helene B. *et al. A invenção do patrimônio.* Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p.55-66.

GUIMARÃES, Manoel L. S. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista* (São Paulo). n. 15, sér. 2., jul.-dez. 2007, p. 11-307.

LUHMANN, Niklas. *Art as a social system*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

MAHÍQUES, Rafael García. *Iconografía e iconologia*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2008-2009. 2 vols.

MITCHELL, William J. T. *What do pictures want?* Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

_____. Four fundamental concepts of image science. In: ELKINS, J. (org.). *Visual literacy.* London: Routledge, 2007, p. 11-30.

_____. Iconologie, culture visuelle et esthétique des médias. *Perspective* (Paris), n. 3, 2009, p.339-342.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais.* São Paulo: Perspectiva, 1979.

RENFREW, Colin; ZUBROW, Ezra B. W. (orgs.). *The ancient mind: elements of cognitive archaeology.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 40-44.

SCHMITT, Jean-Claude. *Le corps des images: Essais sur la culture visuelle au Moyen Âge.* Paris: Gallimard, 2002.

SCHNAPP, Alain. Are images animated? The psychology of statues in ancient Greece. In: SEREMETAKIS, C. Nadia, Implication. In: SEREMETAKIS, C. N. (org.). *The senses still: Perception and memory as material culture in modernity.* Boulder: Westview Press, 1994, p. 123-144.

SEVERI, Carlo. Warburg anthropologue ou le déchiffrement d'une utopie. De la biologie des images à l'anthropologie de la mémoire. *L'Homme* (Paris), n. 165, 2003, p. 77-128.

_____. *Le principe de la chimère: Une anthropologie de la mémoire*. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure, 2007.

STAFFORD, Barbara M. *Echo objects: the cognitive work of images*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

TOMÁS, Facundo. *Escrito, pintado: dialéctica entre escritura e imágenes en la conformación del pensamiento europeo.* Madrid: Machado Libros. 2. ed. corrrigida e aumentada, 2005.

WOODIWISS, Anthony. *The visual in social theory.* Londres: The Athlone Press, 2001.

Capítulo 14

História e Fotografia

Ana Maria Mauad

Marcos Felipe de Brum Lopes

Quais são as principais tendências e problemas associados à inserção da fotografia na pesquisa de história? Qual o papel da prática fotográfica na produção dos sentidos atribuídos à experiência histórica? Para responder a essas questões, o presente texto discute a noção de documento fotográfico e os conceitos para a sua utilização na análise historiográfica. Na sequência, apresenta uma breve história dos usos e funções da fotografia dos séculos XIX ao XXI e, por fim, sistematiza os cuidados teóricos e metodológicos no uso de imagens fotográficas na pesquisa histórica.

Fotografia e conhecimento histórico: aproximações

Fotografia: imagem documento e imagem monumento

Os estudos sobre fotografia e história inscrevem-se no campo da história da cultura visual, fruto dos desenvolvimentos e revoluções da consciência historiográfica, que incorporou ao seu conjunto de fontes e documentos tudo aquilo que é produzido por mulheres e homens no mundo. Tal transformação ultrapassou a epistemologia da prova rumo à leitura histórica que valoriza o processo contínuo de produção, dialeticamente material e imaterial, das sociedades humanas.

O cruzamento entre a imagem fotográfica e a história se dá a partir do estatuto técnico das fotografias e seus sentidos de autenticidade e prova, que as transformam em testemunhas oculares de fatos. Mas as evidências históricas não são peixes em um oceano a serem fisgados ao sabor das marés pela isca do historiador, da mesma maneira que a imagem não é captada pelo olhar neutro. A evidência histórica e a imagem são constituídas por investimentos de sentido, e a fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)apresentar o passado.

A partir de Heródoto, a evidência histórica se tornou uma questão do olho e da visão. No século XX, observamos um deslocamento da evidência histórica do olho para o pensamento, da visão para a reflexão, do visível para o não visível. Essa reformulação associa-se à consolidação, na oficina da história, do princípio hipotético dedutivo, traduzido pela

grande virada de que fala Le Goff, ou seja, se no século XIX, o princípio era o documento, na contemporaneidade, o princípio é o problema.

Isso não quer dizer que o historiador tenha abandonado suas fontes e que os registros históricos deixaram de mediar as formas de produzir conhecimento e representações sobre o passado. O que de fato se coloca, no primeiro plano da problemática do documento, da evidência, do registro, ou, ainda, do testemunho em história (termos que, apesar de não serem sinônimos, associam-se em uma ampla bibliografia), são justamente os usos e funções das evidências no seio das sociedades que as produziram. Desloca-se do objeto, da ruína, do papel, da imagem, para as práticas sociais que produziram os objetos, construíram aquilo que hoje é ruína, utilizaram os papéis e criaram as imagens. Na busca pelo sentido da evidência, indaga-se sobre a sociedade que a gerou, ao mesmo tempo que se atribui valor de conhecimento a essa evidência.

É importante considerar a fotografia simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. (Le Goff, 1985) No primeiro caso, considera-se a fotografia a marca de uma materialidade passada, que nos informa sobre determinados aspectos desse passado, como condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Como documento e monumento, a fotografia informa e também conforma visões de mundo.

Portanto, a revolução, na consciência historiográfica, ampliou o horizonte da investigação histórica ao incorporar um conjunto amplo de registros que não se limitavam ao verbal escrito. A história deixou de ser definida pelo surgimento da escrita linear e ampliou seus sentidos para compreender que os olhos que veem registram em imagens suas experienciais visuais. A elaboração de linguagens, o uso de equipamentos e as condições de sua utilização são definidos e redefinidos por sujeitos históricos que incorporam as práticas sociais de ver e conhecer.

Fotografia como fonte e objeto da história

Qual o papel das imagens técnicas, notadamente a fotografia, como evidência, registro, fonte, mas também como uma versão da história? São múltiplas as experiências embutidas na prática de fotografar, consumir imagens e agenciar seus usos e funções sociais, daí a impossibilidade de definir fotografia no singular. A pluralidade de sentidos que podem ser atribuídos às fotografias revelam suas transformações no curso da experiência histórica contemporânea e obriga considerar qual o problema que essa fonte busca resolver, ou, ainda, qual a questão que necessariamente se levantou e para a qual somente as fotografias teriam a resposta.

Ao longo do século XX e adentrando no XXI, a herança oitocentista, que reforçava o estatuto realista da representação fotográfica do mundo visível, atualizou-se por meio da fotografia de documentação social e se transformou por sua incorporação no campo ampliado das artes visuais (Rouillé, 2009).

Do ponto de vista conceitual, a ampliação dos circuitos sociais da imagem fotográfica foi acompanhada pela elaboração de teorias sobre o fotográfico, como forma de relacionar as atitudes de ver e conhecer. Nos debates, encontramos posturas variadas, desde a não relação oitocentista entre o sujeito que olha e a imagem que elabora (imagem objetiva sem autor, aparição e espelhamento do mundo na fotografia), até a relação necessária entre mundo, imagem e fotógrafo por intermédio da mediação da fotografia autoral e do saber-fazer do operador. A valoração cultural da experiência sensível em relação ao mundo interfere de forma direta na maneira como as fotografias são compreendidas, seja como fonte, seja como objeto dos estudos históricos.

Sabine Kriebel inicia sua breve história das teorias sobre fotografia evidenciando as características de maleabilidade e multiplicidade dessa prática e sua relação estreita com a experiência social que a produz. A autora faz os seguintes questionamentos: teorizamos o objeto? Suas funções? A prática fotográfica como uma experiência social? Ou o seu lugar no discurso? Ou, ainda, como a fotografia opera na sociedade? Mas que fotografia? A de imprensa? A artística? A publicitária? A documental? A erótica? Sua resposta para esse conjunto de indagações é de natureza histórica, pois implica recuperar o debate entre posturas materialistas, fenomenológicas, narrativistas e psicanalíticas. (Kriebel, 2007, p. 4)

Vale enfatizar aqui dois movimentos das teorias sobre fotografia. O primeiro ocupa o século XIX e boa parte do XX, no qual a compreensão da prática fotográfica e seus resultados se deslocam da natureza para a sociedade. Se no século XIX a fotografia era considerada uma extensão da natureza, uma escrita da luz, a crítica do século XX vai trazer sua fatura para dentro da experiência social. O filósofo alemão Walter Benjamin e o semiólogo francês Roland Barthes são referências fundamentais nesse processo de transformação da fotografia de natureza em história.

Walter Benjamin (2008), em seu texto "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica", publicado postumamente em 1955, aponta que as imagens técnicas, entre elas o cinema e a fotografia, romperam com o valor cultual do objeto artístico e, consequentemente, com sua aura, na medida em que os aproximava do público por intermédio de sua reprodutibilidade. Com a destruição da aura, o valor artístico deixa de ser o resultado de um culto, passando a uma experiência política. Onde havia a estetização da política, ele propunha a politização da arte.

Benjamim compreendia que a tecnologia, a matéria e o processo fotográfico determinariam o sentido da imagem. Assim, o daguerreótipo ainda mantinha a aura de sua unicidade, ao passo que novas técnicas de captura da imagem e sua reprodutiblidade, já em 1890, culminando com o instantâneo fotográfico a partir de 1920, inauguram um novo tipo de sentido fotográfico.

Os usos da fotografia nas reportagens ilustradas dos magazines nos anos 1930, segundo Benjamin, reproduziam os valores da sociedade capitalista por intermédio da aproximação de paisagens estrangeiras, das novidades e celebridades colocadas a serviço do entreteni-

mento e dos modismos. Nada seria inacessível, e até mesmo a pobreza e o sofrimento seriam estetizados pelos ângulos elegantes e pelas bem cuidadas reproduções. Nesse contexto, a fotografia serviria à estetização do mundo, sendo um meio de alienação por meio do uso da magia da técnica naturalizada.

O único caminho que Benjamin vislumbrava para recuperar a fotografia da massificação e multiplicação capitalistas seria mobilizar a linguagem e associá-la a palavra crítica, direcionando os sentidos da fotografia para fins revolucionários. Dessa maneira, a associação entre palavra e imagem garantiria a recuperação do revolucionário valor de uso da imagem, e a força da razão expressa pela palavra ancoraria o sentido polissêmico da imagem fotográfica, ideia esta que influenciará novos pensamentos sobre o tema.

Durante as décadas de 1950 e 1960, Roland Barthes afirmava que a fotografia, ao contrário do que se propagava no século XIX, seria uma forma de codificação ideológica e historicamente contingente, passível de ser analisada pela semiótica. O resultado desse processo não redundaria em uma análise formalista e a histórica, mas em uma abordagem crítica e histórica das estruturas de poder naturalizadas pelo lugar assumido pela fotografia no moderno discurso mitológico.

Barthes desdobra suas considerações sobre fotografia e semiologia nos ensaios de 1961 e 1964, reunidos na coletânea *O óbvio e o obtuso* (Barthes, 1990), voltando-se para a análise da relação entre imagem e estrutura linguística. Dialogando com Benjamin, o autor radicaliza criticamente a capacidade de ancorar o sentido que o texto verbal exerce sobre a imagem, ao considerar que o texto escrito aprisiona o visual, transformando a fotografia em um *analogon* da natureza, ou, ainda, em uma mensagem sem código. Dessa maneira, todo o sentido adquirido pela fotografia seria aquele conotado pela sua relação com o verbal, e este só se realizaria no processo de circulação das imagens. Vinte anos depois, em 1980, com a publicação da obra *Câmara clara*, Barthes se deslocaria da semiologia estruturalista para uma poética da fotografia, continuando a ser uma importante referência para se pensar o fotográfico.

Um terceiro teórico, que não consta no balanço de Kriebel, mas que contribuiu decisivamente para se pensar a fotografia como experiência social e histórica, é o filósofo tcheco Vilém Flusser (2002), na obra *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*, publicada originariamente em 1983. Conduzido pela hipótese de duas grandes viradas na cultura humana (a invenção da escrita linear e invenção das imagens técnicas), Flusser afirma que as imagens técnicas rompem o logocentrismo da experiência sensível e orientado pela escrita linear. A imagem técnica situa-se na evolução da cultura ocidental como uma resposta à "textolatria" oitocentista. No entanto, o resultado da massificação de imagens técnicas é devastador para a cultura, pois esta substitui o real por sua imagem, criando a ilusão de experiência enquanto se vive no plano das imagens e seus efeitos.

As reflexões de Flusser não se limitam a um materialismo simplificado por uma redutora noção de ideologia, mas investem efetivamente nos meios de produção (a câmera

fotográfica e seus operadores). O autor concebe as imagens técnicas dentro dos processos sociais, identificando como estes se transformam em cenas por intermédio da mediação das imagens.

Flusser identifica nas imagens técnicas uma espécie de princípio mágico do mundo pós-industrial, que seria a separação entre o produtor e o seu produto, entre o fotógrafo e a imagem que elabora. Aproximando-se de Benjamin, defende que a crítica pelas imagens técnicas pode ser feita pelo sujeito social que, ao fotografar, não se contente com a condição passiva de fazer funcionar um programa que "vem de fábrica" e está inscrito no aparelho pela lógica da produção industrial em série. A função crítica da fotografia seria a de desmagicizar a imagem ao valorizar a consciência histórica, que havia sido diluída pela profusão das imagens naturalizadas.

Do ponto de vista dos estudos históricos, o pensamento de Flusser é fundamental tanto por historicizar os processos de alienação e reificação da imagem fotográfica no mundo pós-industrial, como por aportar um conjunto de conceitos e categorias a um campo geralmente limitado a abordagens descritivas dos processos e procedimentos técnicos. A magia da técnica e seus efeitos são históricos e merecem uma crítica que venha desse campo de estudos.

O segundo movimento se define a partir de 1960 até a atualidade e tem como problemática o referente fotográfico e seus desdobramentos na natureza fotográfica, buscando os sentidos do fotográfico na ontologia da imagem e em seus atributos estéticos, políticos e fenomenológicos. Sabine Kriebel divide os debates entre uma postura referencialista (que aceita a fotografia com um referente fora da imagem que a sustenta) e outra antirreferencialista (a dita pós-moderna, que defende que cada imagem fotográfica institui uma nova situação, radicalmente independente das condições materiais que a geraram). A compreensão da historicidade e dos usos sociais da imagem (práticas artísticas, discursos de poder etc.) é comum a essas abordagens.

Nesse quadro de radicalizações, Kriebel recomenda prudência entre uma posição extremamente materialista que reduz a fotografia ao congelamento de um passado, que seria resgatado pela análise, e outra de viés idealista, que reduziria as imagens aos seus efeitos sem considerar os processos que a geraram. Deve-se enfatizar a importância dos meios de produção visual, associando a tecnologia fotográfica aos seus sentidos sociais, políticos e psicológicos, enfim a sua historicidade (Kriebel, 2007). Diante da crescente autoridade e onipresença da digitalidade e da virtualidade, a ideia de que a fotografia é algo que não somente olhamos por meio de, mas olhamos para, torna os debates urgentes e produtivos.

No Brasil, as reflexões sobre a fotografia tem um caráter interdisciplinar. Em 1994, foi publicado um balanço historiográfico com propósito de identificar questões teóricas e metodológicas nas obras de autoria nacional que fizeram uso da fotografia em uma perspectiva histórica desde os anos 1970. As autoras definiram cinco categorias temáticas (Carvalho et al., 1994, p. 255):

- *Repertório documental*: obras com preocupações marcadamente documentárias, cujo tratamento da fotografia é eminentemente empírico;
- *Processamento técnico*: fotografia vista como unidade documental passível de tratamento técnico especializado;
- *História da fotografia*: trata da trajetória temporal e espacial de diferentes suportes fotográficos;
- *Teoria e metodologia*: abordam diretamente o tema sob o prisma conceitual e metodológico, desenvolvendo reflexões sobre a natureza, significação e linguagem da fotografia e suas especificidades como fonte para a pesquisa histórica;
- *Significação histórica*: obras que, apesar de apresentarem procedimentos tanto de ordem documental quanto conceitual, diferenciam-se dos demais por efetivamente utilizar a fotografia como fonte de pesquisa para o conhecimento dos processos sociais de construção de sentidos. As funções sociais estruturantes da fotografia transformam sua história em história da visualidade.

A intercessão das categorias apresentadas acentuou-se nos últimos vinte anos. Destacamos o pioneirismo de Boris Kossoy, nos anos 1970, com várias reedições, nas pesquisas sobre a fotografia oitocentista e na delimitação de uma heurística adequada à fotografia como fonte e objeto de investigação histórica (Kossoy, 2009); o estreitamento das relações entre história e antropologia pelas contribuições de Miriam Moreira Leite (1993), cuja obra precursora incorpora a historicidade da representação espacial na fotografia, bem como a sua dimensão de lembrança e relíquia no circuito familiar; o importante investimento de Annateresa Fabris (2008) na delimitação conceitual da fotografia como prática social pela apresentação da noção de circuito social da imagem fotográfica, além de seus trabalhos sobre a fotografia no campo ampliado das artes, sempre com ênfase na dimensão histórica dessas experiências; o trabalho conceitual de Ulpiano Bezerra de Meneses (2005), que investe em uma epistemologia histórica que supera limites do verbal rumo a uma história da visão, do visível e do visual.

Outros exemplos servem de medida para a fertilidade dos estudos sobre história e fotografia: os catálogos de exposições acompanhados de textos críticos de profissionais reconhecidos nos estudos das imagens fotográficas; periódicos acadêmicos dos núcleos e laboratórios de pesquisa com imagem das universidades valorizam a discussão teórico-metodológica em torno de temas específicos de significação histórica; a regularidade na publicação dos Anais do Museu Paulista e do Museu Histórico Nacional, que vem investindo nos estudos da visualidade de forma interdisciplinar; o aumento da produção de teses e dissertações nos programas de pós-graduação em história, cujos critérios de avaliação passaram a incorporar o uso crítico, não simplesmente ilustrativo, das imagens fotográficas.

Do ponto de vista da organização dos espaços de pesquisa e debate sobre a fotografia, consolidaram-se grupos de trabalho sobre imagem na Associação Nacional de Histó-

ria (ANPUH) e no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), fomentando as associações interinstitucionais. Destaque para "Mundos da imagem: do texto ao visual", tema do III Encontro Nacional de História Cultural, em 2006, e as edições do Encontro Nacional de Estudos da Imagem, da Universidade Estadual de Londrina. Por fim, lembramo-nos do trabalho precursor do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense, criado em 1982 pela iniciativa das professoras Ismênia Lima Martins e Eulália L. Lobo. Atualmente, o LABHOI é um centro de referência internacional no debate teórico-metodológico sobre o uso de fontes orais e visuais, rumando a uma nova escrita da história que associe palavras e imagem na produção do texto historiográfico (www.historia.uff.br/labhoi).

Esses esforços, entre outros, dialogam com os debates internacionais e são responsáveis pela delimitação, no Brasil, da fotografia como um problema historiográfico.

Fotografia e os sentidos da história contemporânea

Cultura visual e a modernidade fotografada

Michel Frizot (1997) questiona a linearidade com a qual foi estruturada a história da fotografia desde 1839. Segundo a corrente de interpretação criticada pelo autor, exemplarmente teleológica, todos os usos da câmera escura, desde o século XVI, e as pesquisas químicas da sensibilidade à luz, cooperaram para o surgimento do que se chamou fotografia, como se todos os sujeitos envolvidos a desejassem de antemão. O discurso inaugural da história oficial da fotografia assumia o daguerreótipo como consequência natural desses esforços primitivos, e Frizot afirma que tal interpretação esconde um "engodo" revelador da necessidade francesa de suplantar a Inglaterra no domínio das técnicas em um tempo de revoluções industriais.

Utilizando a ideia de pontos-cardeais que apontam para direções diferentes, em vez de sentido linear, Frizot concebe como continentes os precursores e experimentadores da produção de imagens através da luz e da sensibilidade química. A proposta espacializada do autor estabelece as práticas sociais dos sujeitos como campos articulados em vários tempos distintos, sem recorrer, necessariamente, à narrativa teleológica e unidirecional. Os continentes Niépce, Daguerre, Talbot e Bayard incorporam diversos traços da cultura visual do século XIX, divergindo segundo usos e funções definidos historicamente.

Em que pese a ausência do isolado e frustrado inventor Hercule Florence, o representante francês de uma expedição científica russa que explorava o Brasil, a ideia de Frizot é redefinir as várias histórias de invenções e técnicas fotográficas em termos espaciais. As áreas (os continentes fotográficos) que se podem explorar, recuperar e abandonar segundo demandas historicamente produzidas é o que podemos chamar economias visuais das quais todas as fotografias são um produto. São as demandas e práticas sociais, as experiências históricas dos sujeitos envolvidos que influenciaram nas trajetórias dos meios fotográficos, e não uma irreversível caminhada em direção à perfeição técnica. (Rouillé, 2009, p. 30)

As economias visuais, no contexto das descobertas dos processos fotográficos, estruturaram-se sobre as transformações das sociedades ocidentais. Por isso, os meios fotográficos podem ser classificados como modernos e urbanos (Rouillé, 2009, p. 39-48). O sujeito moderno, usuário das máquinas a vapor, que se desloca em uma velocidade nunca antes experimentada, agente de transformações do tempo e do espaço, vê na fotografia uma imagem ideal, pois que real, agregando-a ao seu conjunto de novidades, redefinindo os regimes de visualização e veracidade: nasce o verdadeiro fotográfico, que articula uma série de rupturas que a fotografia teria inaugurado (Rouillé, 2009, p. 62-63). Antes, uma imagem pictórica que traduzia a realidade, subjetiva por definição, cujo produto final interpunha, entre imagem e realidade, o homem; agora, uma imagem-máquina que reproduzia o mundo em todos os detalhes, objetiva e cujo produto final unia, fisicamente, mundo e imagem.

A expansão dos espaços e a diminuição do tempo implicaram uma imagem mais livre das contingências humanas, ao passo que a união do princípio fotográfico com a necessidade da analogia visual é o que garante a confiabilidade no verdadeiro fotográfico. Analogia, mecanicidade e garantia da existência da coisa representada são as molas do verdadeiro fotográfico, no século XIX, indispensáveis ao mundo industrial (Rouillé, 2009, p. 80).

Entre retratos e paisagens – os circuitos sociais da fotografia oitocentista

O circuito social da fotografia oitocentista orienta-se fundamentalmente pela produção de dois tipos de fotografia: retratos e paisagens. Os retratos fotográficos atualizam a tradição dos pintados a óleo, das miniaturas em porcelana, dos camafeus e outros adornos e relíquias. Desde a época do daguerreótipo, do ferrótipo ou do ambrótipo (variações de suporte para a fixação de uma imagem que ainda era única), a imagem técnica democratiza a modalidade de representação do retrato em virtude das transformações ocorridas na própria economia visual do século XIX. A imagem técnica, mediada pela operação de dispositivos mecânicos, tem o duplo efeito de ampliar as possibilidades da produção de imagens pela facilidade com que os artistas se capacitavam para o trabalho, o que barateava os custos de produção, e de agilizar a produção de retratos, multiplicando a demanda e sua produção.

O sucesso do retrato fotográfico revela um novo ordenamento da sociedade ocidental em torno do indivíduo, da família nuclear e dos mecanismos de autorrepresentação das camadas burguesas em ascensão. É um fenômeno moderno, da mesma natureza das reformas urbanas das grandes capitais, do trem a vapor, da lâmpada elétrica e do cinematógrafo, que contou com investimento de capitais e com a criação de um circuito social de produção, circulação e consumo de imagens. Envolveu oficinas fotográficas destinadas a suprir uma demanda reprimida de autorrepresentação, por meio de diferentes modalidades de impressão, acondicionamento e distribuição das imagens.

É interessante notar que o universo temático dos retratos fotográficos oitocentistas definiram estratégias de construção das identidades e alteridades sociais. Do ponto de vista

da identidade de classe, o retrato fotográfico burguês moldou a face das camadas médias endinheiradas, à semelhança dos códigos pictóricos de representação da aristocracia, atualizando seu modo de vida por meio de um dispositivo de representação moderno – a câmera fotográfica. Essa prática articulava um universo de signos de distinção que os retratados reconheciam como próprio de um novo tempo: indumentária, estética facial, pose e adereços para a *mise-en-scène* do retrato, serviram de elementos de reconhecimento da emergência de um novo código de comportamento, tipicamente burguês.

As paisagens foram a outra modalidade de fotografia que se produziu em larga escala no século XIX. Produzidas por fotógrafos, que poderiam ser também retratistas, as fotografias de paisagens incluíram uma gama bastante variada de temas e lugares, que visavam consolidar o comércio de vistas e estampas, bastante concorrido na economia visual oitocentista. A demanda por esse tipo de imagem pode ser inserida no mesmo movimento do retrato fotográfico, de ampliação e consolidação dos códigos de comportamento burgueses. Associavam-se, portanto, às viagens de turismo, aos deslocamentos profissionais, a vivência do bucólico e a reificação do cotidiano por parte dos indivíduos abastados e suas famílias se prestavam a construir representações de domínios imperais e conquistas empresariais, por parte dos aparatos de poder do estado e da economia.

A produção de vistas fotográficas apoiava-se nos cânones da pintura de paisagem, utilizando chapas de formatos médio e grande, operadas por fotógrafos que se capacitavam no ofício. No Brasil a produção de fotografias de paisagem, mas também de retratos, contou com o apoio do Imperador D. Pedro II, ele próprio um fotografo amador, que não somente incentivou a arte fotográfica por meio de premiações e honrarias oferecidas aos fotógrafos (como a de 'fotógrafo da casa imperial'), como também contratou fotógrafos para registrar tanto a ação das comissões imperiais de obras e melhoramentos, como também figurar a grandeza do Brasil imperial, que circulava em imagens nas exposições dentro e fora do Brasil. Em tais imagens ratificavam-se os protocolos de representação do moderno ao sul do Equador, uma civilização tropical.

Perigo social, alteridade cultural e raça como um fenômeno visual

Como imagem-mecânica, moderna e urbana, a fotografia prestava reverência à sociedade que a viu nascer, e o fazia ecleticamente, nunca se limitando ao retrato do material urbano. A fotografia teve a função de tematizar o urbano e o moderno por intermédio de representações dos seus opostos, ou seja, os domínios coloniais e os homens e mulheres que estavam distantes da modernidade e da civilização, duas noções etnocentricamente construídas.

Ao longo dos séculos XIX e XX, podemos destacar a alteridade social e cultural como um tema fotográfico recorrente. Intimamente ligadas a questões históricas, como as identidades nacionais, o controle social, o colonialismo e o imperialmismo, as teorias racialistas e

o conhecimento antropológico, fotografias que buscavam vizualizar o "outro" compuseram grandes inventários do mundo.

Os produtos visuais dessas práticas fotográficas são tão variados que se torna difícil qualquer generalização, portanto, não se pode eleger algum produto fotográfico, como o cartão-postal e sua circulação entre colônias e metrópoles, por exemplo, que represente melhor a relação entre imagem técnica e alteridade cultural, uma vez que essa relação será sempre definida segundo os regimes de verdade e valoração cultural historicamente processados e, também, segundo a economia de publicação, consumo e circulação de imagens em determinado período histórico.

Poucas décadas após seus inventos, as fotografias começaram a servir aos Estados liberais e capitalistas na composição de conhecimento e informação visual a respeito dos indivíduos sob sua autoridade. No século XIX, a organização dos governos ocidentais inaugurou novas formas de controle social, nos quais a fotografia desempenhou um papel relevante. Podemos apontar algumas faces dessa tradição, como a fotografia policial, médica, geográfica, topográfica, etnográfica, entre outras. Não raro, as tipologias relacionavam-se entre si, como é o caso da fotografia médica e policial, e as teorias racialistas e criminológicas do século XIX dependiam de dados visuais para indicar condições médicas e psicológicas, atribuindo aos indivíduos propensões ao crime e vagabundagem, além de fazerem parte de contextos discursivos de poder e controle social mais amplos, os quais articulavam o visual e o verbal, texto e fotografia, estatística e técnicas de classificação e arquivamento (Tagg, 2009, p. 25; Sekula, 1992, p. 373-375).

Os manipuladores do aparato fotográfico eram versados em frenologia, antropometria e psicologia, como é o caso de Francis Galton e Alphonse Bertillon, dois dos mais famosos fotógrafos policiais (Sekula, 1992, p. 357-364). Isso amplia a conceituação do verdadeiro fotográfico exposto anteriormente, já que, além da analogia e da mecanicidade, a fotografia é investida de discursos científicos típicos da modernidade oitocentista. Em um processo de "violência semântica" (Tagg, 2009, p. 14), o significado das imagens é produzido e garantido pela articulação entre ciência e Estado, a ponto de não haver espaço para outras interpretações, senão aquelas elaboradas pelo campo discursivo de poder.

Nesses contextos, a fotografia era a prova contra a qual qualquer manifestação visual do mundo real poderia ser medida. Criadas a partir das teorias frenológicas e antropométricas, as imagens entravam em um círculo de significação que reiterava a noção de raça e "classe perigosa" como um dado visual e classificável, essencial para a produção de tipos sociais e para a comprovação da existência de raças (Sekula, 1992, p. 373; Evans, 2006, p. 229).

Ao mesmo tempo em que governos liberais e Estados capitalistas buscavam ordenar seus espaços de controle social por meio da visualização e classificação de homens e mulheres, os modos de ver a alteridade definiam também a relação entre europeus e não europeus nos territórios coloniais. Nesse caso, a fotografia se relacionava ao estabelecimento e à sustentação do poder colonialista europeu sobre seus domínios (Hight; Sampson, 2004, p. 7).

Essas relações se davam em níveis plurais. Podemos destacar variações colonialistas da fotografia policial e antropológica, visando ao conhecimento eurocêntrico dos povos sob a autoridade europeia. Enquanto fotografias poderiam ser utilizadas para o exercício de poder sobre o corpo do fotografado, outros tipos de imagens, de circulação e consumo diferenciados, estabeleciam os lugares de observação, mantendo as distâncias tanto físicas quanto sociais entre observador-sujeito e observado-objeto. Relatos de viagem, revistas de turismo e cartões-postais articulavam a alteridade cultural ao pitoresco da geografia e ao exotismo dos costumes, satisfazendo o observador estrangeiro que se recusava a viver ou mesmo se deslocar para um ambiente eurocentricamente julgado hostil (Hight e Sampson, 2006, p. 5). No Brasil, pode-se destacar grandes inventários produzidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que, em articulação entre o Estado e a imprensa, mobilizou fotógrafos para acompanhar sua Marcha para o Oeste, em um verdadeiro trabalho colonizador dos chamados "vazios" brasileiros.

Atualmente, os estudos que investem nas relações entre fotografia e imaginação geográfica (Schwartz; Ryan, 2006) ultrapassam os binarismos nós/outro, Oriente/Ocidente para identificar práticas fotográficas e modos de ver que negociavam lugares sociais nas colônias e influenciavam, na Europa, os costumes da metrópole. Por intermédio de estudos de recepção e audiência, alguns têm identificado essas influências nas produções literárias ocidentais, na medida em que o regime de verdade do qual a fotografia participa assegura seu lugar social como divulgadora de dados visualizáveis de áreas remotas do mundo (Hight; Sampson, 2006, p. 7).

O longo século XX e a democratização do meio fotográfico

As fotografias produzidas dentro do regime documental, em diferentes circuitos sociais, compõem um catálogo no qual surge uma história redefinida pelo estatuto técnico do dispositivo da representação: a câmera fotográfica. Nesse outro tipo de escrita da história, o local de sua produção (as agências de produção da imagem: família, Estado e imprensa) e o sujeito da narrativa (os fotógrafos), dividem com os institutos históricos e as academias literárias a tarefa de imaginar a nação e instituir os lugares de sua memória.

Se, por um lado, a imagem fotográfica ajudou a consolidar a ordem instituída nos espaços nacionais e capitalistas, no empacotamento do mundo em imagens palatáveis pela publicidade e colunismo social dos magazines ilustrados, por outro, desempenhou ao longo do século XX um importante papel nas lutas políticas, nos movimentos sociais e nas políticas de construção de identidades sociais. Na diversificação dos seus circuitos sociais, a fotografia vem multiplicando seus usos e suas funções, colocando aos estudos históricos o desafio de "ver como 'fotografias' todas as lembranças acumuladas nessa intensa circulação intercontinental sobre o planeta fotografia e aceitá-las como objetos patrimoniais fotográficos, quer sejam artísticos, quer não, sobre papel ou não, impressos ou não, argênteos ou

pigmentados: do cartão postal ao conjunto de imagens médicas, do livro à fotografia de amador, todos descendentes de ideias fotográficas ancestrais" (Frizot, 1997, p. 43).

O circuito social da fotografia, no decorrer do século XX, tornou-se cada vez mais complexo, no entanto, podemos delimitar no mundo contemporâneo ocidental dois circuitos fundamentais para a imagem fotográfica: o público e o privado. Por meio deles poderíamos identificar a produção de imagens de caráter público e privado, reconhecendo o intercâmbio entre essas esferas.

Podemos distinguir, entre outras possibilidades, dois tipos de fotografia pública: a institucionalizada, associada ao Estado e ao Capital, produzida pelas agências do Estado para dar visibilidade às ações estatais em compasso com as estratégias de persuasão e publicação do poder político, que também é uma mercadoria que se insere no mercado de trocas da produção de notícias pela imprensa burguesa, liberal e capitalista; e a fotografia engajada. Em compasso com a configuração de uma cultura visual plural e diversificada ao longo do século XX, a questão social também emergiu na cena pública de distintas maneiras e em diferentes locais, alimentada pelos movimentos sociais e políticos de procedências e tendências também variadas, ou seja, do movimento operário às demandas de liberdade sexual, passando pelas lutas em favor dos direitos civis e dos movimentos pós-coloniais, tudo isso captado por profissionais atentos ao calor dos acontecimentos.

Assim, a experiência fotográfica do novecentos redefiniu as formas de acesso aos acontecimentos históricos e sua inscrição na memória pública, a ponto de podermos contar a história do século XX por meio de suas imagens. Ao mesmo tempo, a produção de imagens fotográficas voltadas para o registro de processos, situações e sujeitos históricos contribui significativamente para a configuração dos sentidos atribuídos ao espaço público na contemporaneidade.

Vale ressaltar que todo o processo de produção de sentido pela fotografia, bem como seu valor autoral, envolve o investimento por parte do sujeito-fotógrafo na produção de uma imagem que provoque ressonância no campo social no qual desenvolve sua experiência fotográfica. Esse investimento é o resultado de um trabalho social de produção de sentido definida pela relação entre o sujeito e o mundo visível, com apoio dos recursos, técnicas e concepções do meio do qual provém (Kracauer, 1980). Além disso, existem relações sociais que sustentam a eficácia da imagem fotográfica e que estão relacionadas ao regime visual do qual procedem. Assim, uma fotografia adquire valor histórico tanto pela sua capacidade de responder às demandas visuais do circuito social (produção, circulação, consumo e agenciamento) organizados por diferentes instâncias da cena pública (imprensa, mercado, Estado, movimento social etc.), quanto pelos recursos técnicos e estéticos utilizados para esse trabalho.

No âmbito dos processos de transformações e adaptações da experiência fotográfica, a noção de engajamento do olhar dos fotógrafos pode ser delimitada pelas posições que estes ocupam nos espaços sociais, suas mediações culturais, experiências e práticas propriamente

fotográficas que vão adquirindo ao longo da sua trajetória. Portanto, segundo as formas como capitaliza essa experiência adquirida, o fotógrafo assume uma postura em face da realidade social que fotografa e, assim, consegue seu reconhecimento profissional.

Quando se articula a prática fotográfica e engajamento político a um projeto no qual o fotógrafo se associa para orientar seu arco de ação, confere-se à produção fotográfica, mais do que uma intenção pessoal, um sentido de investimento autoral. Vale lembrar que, ao longo de uma trajetória, os projetos podem se modificar, entretanto, não cessam de existir como condição própria da experiência fotográfica. Esses projetos não são absolutamente individuais, mas compartilhados por uma comunidade de sentido que fornece apoio para a ação e projeção individuais de cada fotógrafo. Possuem características variadas, podendo estar vinculadas profissionalmente a uma agência de notícias, a um órgão da imprensa, a um movimento social, a uma vanguarda artística, a um projeto de pesquisa etc. No entanto, reafirma-se que os projetos são os meios pelos quais os fotógrafos realizam a sua inscrição no mundo social, ao qual desejam dar sentidos pelas imagens.

Em todos esses casos a fotografia se torna pública para cumprir uma função política que garante a visibilidade do poder, das estratégias de poder, ou, ainda, das disputas por poder. A fotografia pública é produzida por agências de produção da imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública. É, portanto, o suporte de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico uma versão dos acontecimentos, a qual é construída por uma narrativa visual e verbal, ou seja, intertextual, mas também multitemporal: o tempo do acontecimento, o tempo da sua transcrição pelo modo narrativo; o tempo da sua recepção no marco histórico da sua publicação, dimensionado pelas formas de sua exibição – na imprensa, em museus, livros, projetos etc. A fotografia pública produz visualmente um espaço público nas sociedades contemporâneas, em compasso com as visões de mundo as quais se associa.

Os usos privados da fotografia não são menos complexos, pois se relacionam com as formas como as sociedades históricas recolhem, preservam e processam os fragmentos de experiências cotidianas. Fotografar os rituais da vida privada implica na realização de escolhas que são orientadas por um conjunto de valores sociais das experiências dos sujeitos históricos, compreendidos no âmbito da sua classe, seus gênero, a geração e etnia, portanto, são carregados de historicidade.

Os eventos familiares passaram a ser valorizadas como lembranças afetivas, na medida em que os rituais de passagem próprios à consolidação da família burguesa agregaram valor simbólico à construção da identidade familiar e de seu próprio patrimônio afetivo. Por meio desse processo garantiram a construção da memória futura, do legado pessoal ou familiar para a sua descendência, evidenciado na análise dos álbuns de família oitocentista. Em tais álbuns, o predomínio do retrato de estúdio obedecia a regras de figuração próprias, interditando a presença de situações mais cotidianas, tanto pelos limites técnicos de captura da imagem, quanto pelos limites estéticos de autorrepresentação burguesa oitocentista.

O processo de industrialização dos produtos e procedimentos fotográficos, com a compartimentação das câmeras, a disseminação do filme de rolo de base flexível, e a divulgação pela publicidade das companhias de materiais fotográficos, a ideia de que fotografar não era uma atividade só para profissionais e amadores iniciados, mas para qualquer um que soubesse apertar um botão, potencializou a capacidade de registro fotográfico. O sentido de privacidade das sociedades contemporâneas foi reformulado pelas atividades, vivências e situações cotidianas fotografáveis, de modo que cada indivíduo portador de uma câmera portátil passou a ser o cronista da sua história, de seus familiares e amigos.

O desdobramento do processo de industrialização do dispositivo fotográfico levou à transformação da própria natureza do princípio fotográfico, que de analógico passou a numérico. A entrada no mercado de imagens de câmeras digitais e a consolidação da imagem numérica, suplantando a analógica, levou a radical transformação dos espaços de autorrepresentação dos sujeitos, em uma simbiose cada vez mais complexa entre o público e o privado, a ponto de podermos fazer a pergunta que intitula o item final desta seção.

O que existe hoje ainda é fotografia? Algumas considerações sobre a imagem digital/numérica

A partir dos anos 1980, a fotografia sofreu grandes transformações na sua produção, circulação e em seu consumo. Do ponto de vista da história, para essa nova realidade novas ferramentas de leitura se fazem necessárias, e parece ser esse tipo novo de imagem o que mais carece de instrumental teórico e metodológico.

Um exemplo da situação é a falta de consenso sobre a nomenclatura a ser utilizada para as imagens digitais. Para Rouillé, o termo fotografia digital é erroneamente empregado, uma vez que a imagem digital não possui o fator que diferencia a fotografia analógica dos outros meios de produção de imagem, a saber, a transferência de energia da luz para os elementos químicos na superfície sensível (Rouillé, 2009, p. 453).

Sabine Kriebel (2007, p. 38-43), por sua vez, concede à imagem digital um lugar diminuto na genealogia de teorias que propõe e se limita a apontar dois autores – William J. Mitchell (não confundir com W. J. T. Mitchell) e Lev Manovich –, que representariam dois polos do debate. Mitchell defende que a fotografia digital promove uma ruptura com relação à fotografia analógica, e um de seus argumentos é a finitude da imagem digital (se aumentada, o observador perde informação ao se deparar com grades de pixels que limitam o detalhamento visual), ao passo que a imagem analógica é infinita em suas informações (se aumentada, o observador pode encontrar mais detalhes na imagem).

Para o leitor dos nossos dias, fica claro o problema do argumento de Mitchell em seu texto de 1992, uma vez que a indústria de câmeras fotográficas já disponibiliza equipamentos que produzem imagens digitais de altíssima resolução e, de acordo com Manovich, no que se refere ao observador e consumidor de fotografias, o pixel praticamente não mais existe (Kriebel, 2007, p. 41). Ao contrário de Mitchell, Manovich argumenta que a foto-

grafia digital inovou e rompeu com alguns aspectos da produção de imagens, mas também reforçou muitos deles (Kriebel, 2007, p. 40). Manovich critica a fotografia analógica como o referencial contra o qual se mede o nível de verdade da imagem digital, pois, para ele, ideias como "a fotografia normal" e "fotografia não manipulada" não servem para definir a imagem digital, já que a objetividade analógica não existe *a priori* para ser subvertida por um novo tipo de imagem (Kriebel, 2007, p. 41).

O argumento da total ruptura defendido por Mitchell e Rouillé estabelece que, enquanto a fotografia analógica mantém uma relação física com o mundo – indicialidade –, a digital estaria livre de associações materiais com a realidade. De fato, grandes transformações ocorreram com a imagem digital. O regime de verdade que a fotografia analógica fundou e perpetuou foi modificado pela possibilidade de manipulação informática dos arquivos de imagem e, sobretudo, pela vulgarização das ferramentas de manipulação. A crença na verdade, explorada por Rouillé e mencionada anteriormente, foi redefinida pela fotografia digital.

Mas é bom lembrar que a manipulação sempre foi uma possibilidade na fotografia analógica e, por outro lado, não é obrigatória na fotografia digital. Além disso, verdade não é um conceito a-histórico, como bem se sabe, e depende de um sistema de crenças e discursos socialmente elaborados. Analogia e verdade não são intercambiáveis, bem como não o são digital e mentira.

A limitação da ideia de ruptura total entre analógico e digital, quando não desenvolvida propriamente, está no determinismo técnico que definiria o meio. Ao longo deste capítulo, chamamos atenção para o fato de que *a* fotografia é uma categoria problemática, já que as contingências históricas e os campos discursivos das imagens é que definem aquilo que se chamará fotografia. Portanto, destituir a imagem digital dos seus aspectos fotográficos apenas em função do processo de formação da imagem no interior da câmera não parece o melhor caminho.

O próprio Rouillé identifica um circulo vicioso de debates sobre fotografia quando aborda o peso da indicialidade, do traço e da contiguidade física nos escritos sobre o tema. Ele mostra como a crença na fotografia-documento dependeu da relação física e química da fotografia com o mundo, empobrecendo, muitas vezes, os aspectos não visuais, narrativos e imateriais que envolvem a fotografia enquanto experiência histórica e prática social (Rouillé, 2009, p. 66-67). Considerar o digital uma prática não fotográfica com base na ausência do fator químico seria expulsar o determinismo técnico pela porta da frente e fazê-lo entrar novamente pela janela.

A pragmática de muitas imagens digitais ainda é fotográfica. As câmeras possuem lentes ópticas, enquadram no formato bidimensional, retangular, e podem produzir imagens coloridas e em escala de cinza. A fotografia digital pode ser impressa, mas não necessita de revelação. Pode, ainda, ser exposta e apreciada em galerias e museus. A substituição do negativo e da prata por grades de pixels e tradução matemática de impulsos elétricos mudou radicalmente o processo de formação da imagem no interior da câmera. Porém, não significa que essa transformação retire, totalmente e de uma vez por todas, uma imagem do circuito social que, historicamente, podemos classificar de fotográfico.

Apresentamos duas razões para esse argumento: o termo fotografia digital compreende o uso da luz (foto), da escrita (grafia) e da tecnologia de escrita binária (digital), e a própria nomenclatura já aponta para as diferenças entre esta e as demais fotografias. Finalmente, segundo a perspectiva de fotografia como experiência histórica e prática social que propomos, a fotografia digital deverá ter suas especificidades e campos de discurso identificados sem ser confundida com outras práticas e experiências, porém articulada com os múltiplos aspectos da cultura visual que tem na fotografia um elemento essencial.

Fotografia e história: orientações teóricas e metodológicas

Fotografia como prática social e experiência histórica

No século XIX, tanto entusiastas quanto detratores da fotografia organizavam suas ideias em torno da objetividade da imagem; assim, do ponto de vista da câmera em relação ao objeto mundano, tudo seria fotografável. Deste lado da balança, pesa o positivismo fotográfico e toda a sua carga de exatidão matemática, responsável por cópias fidedignas e isentas do mundo visível.

Por outro lado, desde a confecção de câmeras fotográficas até a recepção das imagens, o processo é marcado por escolhas históricas dos sujeitos envolvidos: químicos, físicos, fotógrafos, impressores, leitores etc. Diante da aparente reprodutibilidade incontornável que a fotografia oferece, os responsáveis pelo manuseio técnico do aparato fotográfico tratam de definir quais são os temas fotografáveis e de que maneira devem ser representados.

Lembramos, então, que essa é uma atitude de representação ideologicamente elaborada, presente tanto nos esforços pela manutenção dos cânones artísticos nas fotografias, quanto nos processos de inovação e vanguarda, transformação técnica e de impressão. A ideia de que o mundo é fotografável apenas pelas leis da física e da química é complexificada pelas seleções e recortes que a fotografia é capaz de estabelecer em um determinado tempo e espaço, pelos valores em disputa na delimitação do visível e invisível e pelos limites que deverá ultrapassar no alargamento ou estreitamento do fotografável.

As tradições epistemológicas conflagram, de um lado, noções de prova e registro (o estatuto realista do documento direto e do testemunho objetivo); de outro, ideias de representação e interpretação (o documento e o testemunho indireto mediado por códigos de expressão). Na relação entre fotografia e história, o mundo fotografável é definido e redefinido constantemente, pois a fotografia é produto de práticas e experiências históricas de mediação cultural. A manipulação dos atributos técnicos da imagem é exercida por indivíduos que agregam o valor de suas experiências às suas imagens, representando-as nos produtos do seu trabalho. Nisso consiste a fotografia como uma experiência histórica, que nos permite abordar fotografias como imagem documento e monumento.

A definição de fotografia como prática social nasce no momento em que o historiador tem um conjunto de questões sobre o papel da fotografia na produção de sentido social, em determinado tempo e lugar do mundo, e quer identificar as práticas sociais de produção e

consumo das imagens, os sujeitos envolvidos, instituições financiadoras e público de recepção, enfim, os campos discursivos nos quais as fotografias circulam.

Como imagem técnica, a fotografia depende de um aparato mecânico. Ao longo da trajetória das fotografias, os aparatos – as câmeras – se modificaram, obedecendo às demandas visuais dos grupos envolvidos na produção e no consumo das imagens. Esse é um dos componentes que fazem da fotografia um processo plural, pois os aparatos serão tão variados quanto o forem as fotografias, estas produtos daqueles. O saber-fazer fotográfico pode ser acompanhado pelo historiador desde a confecção das câmeras, que envolve processos industriais e capitalistas, competências científicas e relações de trabalho.

Ao nível da produção da fotografia pelo manuseio do aparelho, o saber-fazer fotográfico é organizado pela competência técnica do fotógrafo e o reconhecimento social de que essa competência o credencia criar um novo mundo em forma de imagem dado a ver a terceiros. Esse novo mundo mediado culturalmente é resultado da fotografia enquanto uma prática social, variando segundo o tempo e o espaço em que tal prática se desenrola.

Na medida em que todas as "coisas" são mediadas por relações sociais específicas, são também redefinidas por elas, pois mediação cultural é entendida, nesse contexto, como processo ativo de transformação (Williams, 2007, p. 274-275). Ela permite incorporar à fotografia a noção de experiência histórica, pois prática implica num fazer, e em um processo de estar e produzir o e no mundo.

O encontro da prática com experiência se apoia nas formas simbólicas da cultura e nas produções materiais dos sujeitos fotógrafos (separadas analiticamente, mas inseparáveis no processo histórico), dos leitores de imagens na imprensa, das instituições agenciadoras de fotografias, das famílias que produzem memória na forma de álbuns etc. Nunca é demais lembrar que a experiência histórica está articulada com o presente do historiador, como este elabora suas questões e organiza seu olhar em direção ao passado. A própria definição do processo como histórico implica uma postura dialética entre prática social dos sujeitos no passado, suas experiências históricas e as evidências que são produtos dessas relações, coletadas e processadas no presente da pesquisa.

Portanto, a incorporação da história dos meios fotográficos na elaboração do objeto de pesquisa depende do entendimento de história como um processo social, no qual sujeitos produzem o mundo por meio de mediação cultural. Operacionalizando os conceitos, podemos conceber experiências históricas nas quais as fotografias – meios – transformam e criam sentidos sociais sobre a *realidade mediada*, de acordo com a prática social do fotógrafo – *mediador*. Tudo isso terá importância para a construção da noção de autoria, incidindo sobre o mediador cultural que aborda a realidade em termos de visualidade. Nesse oceano de possibilidades, propomos uma fundamental ancoragem: o tratamento de fotografias na pesquisa histórica deverá incorporar a história do meio na elaboração do objeto de estudo, a fim de compor um quadro que defina as fotografias como práticas sociais e experiências históricas.

Conclusão em quatro pontos

Por tudo que já foi dito neste capítulo, podemos apontar, dentre os cuidados teóricos, a questão da autoria fotográfica, o problema do realismo fotográfico e a necessidade de se referenciar historicidade da experiência que produz a fotografia. Dentre os cuidados metodológicos, a escolha de se trabalhar com séries fotográficas, ou com fotografias únicas a maneira de fotoícones, que potencializam um acontecimento, uma vivência ou um silêncio. O desdobramento de tais escolhas vai levar a necessidade da organização de bancos de imagens e fichas de registro, enfim, um conjunto de estratégias de análise que devem responder à demanda do problema proposto.

Por fim, podemos sintetizar quatro pontos essenciais:

1. A produção: o dispositivo que medeia o sujeito que olha e a imagem que elabora. A ação de olhar gera a manipulação de um dispositivo tecnológico, com regras definidas historicamente e associadas às tecnologias da visão (Meneses, 2005).
2. O produto: a imagem consubstanciada em matéria, sua capacidade de potencializar a matéria como objetivação de trabalho humano, em um processo de produção de sentido social e como relação social. As imagens nos contam histórias, atualizam memórias, inventam vivências, imaginam a história, demarcam o campo do visível e do invisível.
3. O agenciamento: o processo social que envolve a trajetória das imagens como artefatos, como objetos que são guardados, distribuídos, manuseados, arquivados e destruídos. As biografias das imagens traduzem relações sociais diferenciadas e superam a compreensão da imagem fotográfica como texto e a concebem materialização de uma prática social.
4. A recepção: o valor atribuído à imagem pela sociedade que a produz estrutura um regime de recepção da visualidade e seus espaços: informação, arte, intimidade etc.

Esses quatro aspectos orientam de forma ampla a análise histórica de fotografias e a ênfase irá variar de acordo com problematização proposta pelo estudo. Ainda assim, não é demais ressaltar que os estudos históricos devem discutir o estatuto epistemológico das imagens. A noção de fonte histórica há de ser problematizada combatendo a visão ingênua de que as fontes contêm o passado, revelando-se ao olhar do presente, por sua pura existência. É necessário que perguntas lhes sejam feitas.

O contexto histórico não deve ser concebido como pano de fundo de uma *mise-en-scène* política ou cultural, completamente dissociada do problema proposto. Ao contrário, a elaboração dos quadros de historicidade ou das lógicas de racionalidade deve partir da materialidade das experiências sociais, dos seus indícios, vestígios, restos e pistas. As imagens visuais, como documentos/monumentos, permitem-nos conhecer por ângulos poucos habituais a urdidura das relações sociais e experiências passadas, elucidando no presente sua alteridade. No entanto, não basta olhar, é fundamental estranhar.

Referências

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In:_____. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, Walter. *Sobre la fotografía.* Valencia: Pre-textos, 2008.

CARVALHO, Vânia Carneiro et al. Fotografia e história: ensaio bibliográfico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, n. 2, jan/dez 1994, p. 235-300.

EVANS, Andrew D. Capturing race: anthropology and photography in German and Austrian prosioner-of-war camps during World War I. In: HIGHT, Eleanor M.; SAMPSON, Gary D. (eds.). *Colonialist photography: imag(in)ing race and place*. Nova York: Routledge, 2004, p. 226-256

FABRIS, Annateresa, *Fotografia e arredores*. São Paulo: Letras Contemporâneas, 2008.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: Ensaios para uma futura filosofia da fotografia.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

FRIZOT, Michel. Os continentes primitivos da fotografia in Maria Inêz Turazzi (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 27, 1997, p. 36-45.

HIGHT, Eleanor M.; SAMPSON Gary D. (eds.). Introduction. *Colonialist photography: imag(in)ing race and place*. Nova York: Routledge, 2004.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

KRACAUER, Siegfried. Photography. In: TRACHETENBERG, Alan (ed.). *Classic essays on photography.* New Haven: Leete's Island Books, 1980.

KRIEBEL, Sabine T. Theories of photography: short history. In: ELKINS, James (ed.). *Photography theory*, Londres/Nova York: Routledge, 2007, p. 3-49.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *Enciclopédia Einaudi*, n. 1. Lisboa: Imprensa nacional/Casa da Moeda, 1985.

LEITE, Mirian Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica***.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma "história visual". In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2005.

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea.* São Paulo: Senac, 2009.

SEKULA, Allan. The body and the archive. In: BOLTON, Richard (ed.). *The contest of meaning. Critical histories of photography.* Massachusetts: The MIT Press, 1992.

SCHWARTZ, Joan M; RYAN, James R. (eds.). *Picturing place: photography and the geographical imagination*. London/New York: I.B.Tauris. 2006.

TAGG, John. *The disciplinary frame. Photographic truths and the capture of meaning.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade.* São Paulo: Boitempo, 2007.

Capítulo 15

História e cinema

Alexandre Busko Valim

Introdução

Pensar o cinema a partir da história social não é algo novo. Tradicionalmente, considera-se o cinema um fenômeno complexo em que se entrecruzam fatores de ordem estética, política, econômica ou social. Todavia, a preocupação com esse tipo de enfoque cresceu bastante nas últimas décadas, e os motivos para esse interesse estão ligados não somente ao atual estágio das concepções sobre a história, mas também ao paulatino reconhecimento da relevância de se estudar a emissão, a mediação e a recepção de filmes de maneira integrada. Questões antes desvalorizadas ou deixadas em segundo plano hoje estimulam um vasto e profícuo campo de investigação.

Desde a década de 1940, autores brasileiros como Paulo Emílio Salles Gomes, Salvyano Cavalcanti de Paiva, Alex Viany, Octávio de Faria e José Carlos Avellar têm discutido parâmetros para análises sociais do cinema. A cultura literária cinematográfica que esses e outros autores ajudaram a edificar constitui uma importante memória da consciência a respeito da necessidade de se modernizar o pensamento sobre o cinema, todavia, foi somente a partir da década de 1990 que alguns historiadores passaram a abordar e a problematizar consistentemente os meandros dos processos entre a emissão e a recepção de filmes. Desde então, experiências interessantes têm sido feitas por pesquisadores brasileiros e, embora muitos resultados não tenham sido publicados, o crescente interesse pelo cinema nos programas de pós-graduação em história pode ser constatado pelo volume de pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento, atestando a vitalidade da "história visual" no meio acadêmico.

Mais do que elaborar um panorama sobre a evolução dos estudos na área, pretendo discutir neste capítulo algumas questões que considero importantes para a reflexão teórica e metodológica ligada ao estudo do cinema no âmbito da história. Apontarei uma relação entre questões diversas, que se entrecruzam em uma possível história social do cinema, ligadas à emissão, à mediação e à recepção de filmes, bem como outras ligadas à ideologia e à hegemonia. Nesse sentido, ao abordar trabalhos orientados por correntes específicas dos estudos culturais ingleses, da história cultural francesa e dos estudos de comunicação,

tenciono desenvolver e apresentar um conjunto de ferramentas úteis para a elaboração de uma abordagem teórica e metodológica que possa tratar adequadamente o cinema nas suas complexas relações com o social.

É importante ressaltar que abarcar todos os aspectos que podem estar presentes em uma análise de filmes sob essa ótica extrapola as possibilidades deste capítulo, até porque a cada enfoque caberá uma abordagem diferenciada, que dependerá das afinidades e questões de cada historiador. Para a reflexão sobre as questões a serem abordadas – com foco em aspectos socioculturais e políticos –, me basearei em filmes característicos do denominado "estilo clássico" hollywoodiano (Bordwell, 2005, p. 277-301); no entanto, isso de forma alguma significa que tais questões não possam ser dirigidas a outros tipos de produção cinematográfica.

De acordo com David Bordwell (2005, p. 277), a narrativa cinematográfica pode ser estudada como uma (1) representação, isto é, o conjunto de ideias que compõem a trama, (2) a estrutura, mais próxima de uma abordagem sintática e (3) o ato, o processo dinâmico de apresentação de uma história a um receptor. De modo distinto do autor, que privilegia a primeira e a segunda perspectivas, exploro menos a função (2), do que as origens da narrativa, aquilo que ele denomina semântica da narrativa (1), bem como o seu efeito (3).

Podemos, *grosso modo*, distinguir algumas categorias de filmes, como aquelas que reproduzem os estereótipos das correntes de pensamento dominantes ou dominadas. De qualquer maneira, os filmes sempre têm necessariamente uma ligação com as relações sociais, independentemente do modo como elas se dão. Nesse sentido, a natureza da análise está intimamente ligada ao gênero cinematográfico (policial*, noir,* drama*,* romance*,* aventura *etc*.), tema de que tratarei em um subcapítulo específico.

História social do cinema: algumas injunções

O conjunto de problemas que se colocam para o estudo das relações entre as sociedades e os meios de comunicação, o seu caráter necessariamente multidisciplinar e a diversidade das abordagens e tendências metodológicas que aí se cruzam e se contrapõem faz que a história social do cinema seja, na maioria das vezes, uma tarefa complexa, e por que não dizer ousada. Não é difícil encontrar historiadores que utilizam filmes em seus trabalhos, mas que tendem a se ver como retardatários, convencidos da importância de uma abordagem historiográfica da história do cinema, mas apreensivos com a falta de formação em análise ou teoria do cinema. Como aponta John E. O'Connor (1990, p. 8), existe pouca comunicação entre os historiadores do cinema e historiadores que utilizam filmes. Embora muitos historiadores reconheçam a necessidade de compreensão dos filmes "nos seus próprios termos", eles relutam em estudar o aparato teórico dos estudos de cinema, que, por ser bastante amplo, constitui um obstáculo entre as duas disciplinas. Nesse sentido, o ideal em um bom estudo de filmes no âmbito da história é sempre ter como norte o equilíbrio entre a teoria cinematográfica, a crítica cinematográfica e a história do cinema.

Autores como Robert Allen e Douglas Gomery (1995) e William Guynn (2006) salientaram que compreender plenamente todos os elementos presentes em uma ou mais produções cinematográficas exige muitas vezes trabalhar como historiador da economia, das instituições, das técnicas, da cultura etc. Com efeito, o cinema é uma instituição inscrita no meio social e, além disso, os filmes contêm elementos da produção nacional e internacional, o que os leva a serem influenciados por mecanismos econômicos globais, mesmo que importantes especificidades regionais estejam presentes. Guynn, por exemplo, apoiado em estudos da narratologia e da semiologia do cinema, defende que o melhor caminho é a busca de análises sobre as representações das relações sociais, em vez de procurar a imitação do passado até ao mais ínfimo pormenor na busca de anacronismos, algo tão presente na posição teórica de autores como Marc Ferro.

Retomando e aprofundando algumas questões levantadas por Marc Ferro, Michèle Lagny (1997, p. 187-207) argumenta que todo processo de produção de sentido é uma prática social, e que o cinema não é apenas uma prática social, mas um gerador de práticas sociais, ou seja, o cinema, além de ser um testemunho das formas de agir, pensar e sentir de uma sociedade, é também um agente que suscita certas transformações, veicula representações ou propõe modelos. Sendo assim, investigar os meios pelos quais alguns filmes buscam induzir os indivíduos a se identificar com as ideologias, as posições e as representações sociais e políticas dominantes e quais as rejeições a essas tentativas de dominação propicia uma visão mais crítica da sociedade. A resistência aos significados e mensagens dominantes pode favorecer novas leituras e novos modos de apropriação do cinema, usando a cultura como recurso para o fortalecimento e a invenção de significados, identidades e formas de vida. Nesse sentido, convém notar que a cultura é um terreno de disputas, no qual grupos sociais e ideologias políticas rivais lutam pela hegemonia, e, também, que os indivíduos vivenciam essas lutas mediante imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados não somente pelo cinema, mas pela mídia de uma forma geral. Trabalhos elaborados a partir da década de 1970, como os de Marc Ferro (1992), Michèle Lagny (1997) e Pierre Sorlin (1985) contribuem para desvelar a complexa teia social em que tais disputas estão imersas.

Como esses autores indicaram, é fundamental que a interpretação de um ou mais filmes seja feita observando-se o contexto de sua produção, para que possamos compreender como ele se relaciona com as estruturas de dominação e com as forças de resistência, bem como as posições ideológicas que propalam nos debates e nas lutas sociais em andamento. Ao interrogar um filme, vários filmes, ou parte de um ou mais filmes mediante determinada opção metodológica, deve-se tratar esse objeto de estudo como um conjunto de representações que remetem direta ou indiretamente ao período e à sociedade que o produziu. A análise das narrativas e do momento de produção dos filmes comprova que estes sempre falam do presente, dizem algo a respeito do momento e do lugar que constituem o contexto de sua produção.

Trabalhos desenvolvidos por historiadores brasileiros e de outros países têm tornado difícil a sustentação da noção romântica e mística da arte como a criação do "gênio", que transcende a existência, a sociedade e a época. Prefiro o ponto de vista de que ela é antes uma construção com vários fatores históricos intervenientes, isto é, de que o cinema não se desenvolve independentemente de forças tecnológicas, econômicas e ideológicas. Em outras palavras, o cinema é altamente mediado, mas, ainda que esse seja um ponto de tensão, sobretudo entre cinéfilos e historiadores, ele não é o único.

Outra discussão candente nos estudos sobre a relação entre cinema e história diz respeito à suposta capacidade que os filmes têm para "retratar" o passado de forma significativa e precisa, de uma forma análoga aos trabalhos desenvolvidos por historiadores profissionais. Em um artigo publicado em 1988, Hayden White exortava os historiadores a reverem a sua abordagem do material visual. Segundo White, na era da fotografia e da cinematografia, as fontes históricas seriam tão frequentemente visuais (ou audiovisuais) quanto verbais. Desde o conceito de "historiofotia", cunhado por ele para dar conta de uma suposta incapacidade da história em reconhecer a especificidade dos meios de comunicação visual, outros autores têm criticado o que seria uma tentativa de dominar a imagem por parte de alguns historiadores, reduzindo-a a uma mera ilustração, um simples complemento de um discurso escrito. No mesmo ano, e fortemente influenciado por White, Robert Rosenstone publicou um artigo em que identificava dois pressupostos problemáticos nos estudos de história do cinema. Em primeiro lugar, uma ampla aceitação de que a prática da história escrita seria a única forma possível de compreensão das relações entre o passado e o presente; depois, a ideia de que a história escrita espelharia a realidade. Em diversos trabalhos, autores como White (1988) e Rosenstone (2006) têm elaborado espetaculosas e provocativas defesas acerca das vantagens que a narrativa cinematográfica teria em relação ao discurso histórico, duvidando da existência de linhas demarcatórias entre as práticas profissionais de historiadores e cineastas. Assim, por meio de filmes que dramatizam determinados acontecimentos, tais autores defendem que o cinema teria a capacidade de visualizar, contestar e revisar a história. Superficialismos, generalizações e condensações parecem não incomodar aqueles que defendem o cinema como a melhor forma de se fazer uma espécie de "história pós-moderna". Distorções cronológicas subordinadas a estruturas dramáticas, simplificações de eventos complexos, exigências do *star system* que exageram ou confundem papéis, maiores destaques para o espetacular do que o analítico, redução da observação histórica em favor da evocação do pitoresco, são aspectos presentes no cinema e comumente minimizados ou esquecidos por essa corrente.

Ainda que nos últimos anos a historiografia relacionada à história do cinema tenha se ampliado e se tornado mais sofisticada, enfatizando o estudo dos sistemas de produção, de contextos históricos e excelentes análises de recepção, o pós-estruturalismo ainda lança uma longa sombra no campo. Diante disso, proponho uma análise pautada no circuito consumo/mediação/produção (*circuito comunicacional*), com vistas a tratar corretamente as

mediações institucionais e culturais que regulam, permitem ou impedem a produção e o consumo de filmes, indo ao encontro da trajetória das imagens.

No que diz respeito às produções culturais, e mais especificamente ao cinema, pode-se afirmar que há vários níveis de emissão e recepção. *Grosso modo*, a partir da década de 1950 a ênfase, principalmente nos estudos de comunicação, transferiu-se do emissor para o receptor, ou seja, do poder da mídia/emissores para o poder da audiência/receptores. A preocupação com a recepção dentro de uma proposta de história social do cinema é incontornável, todavia, autores como Jesús Martín-Barbero (1997) ou Janet Staiger (2005), dentre outros, oferecem saídas interessantes para os obstáculos geralmente encontrados no estudo da recepção de filmes.

Apesar de os filmes serem uma fonte documental importante para o estudo das representações, eles não nos dizem muita coisa sobre o público que os viu e menos ainda sobre o sistema em que foram produzidos. Por isso, os filmes em si mesmos têm muito pouca serventia como objeto de análise para esse tipo de investigação. A observação de um filme pode informar o historiador sobre certa característica acerca de seu *status* como produto de consumo, mas a observação pouco revelará sobre o negócio que o produziu, distribuiu ou exibiu. Os filmes em si mesmos nos dizem pouco sobre os modos de produção, as estruturas organizativas, as situações de mercado, as tomadas de decisão dos executivos, as relações de trabalho ou as situações de mercado, por isso a importância de se investigar outros meios de comunicação que ajudaram os filmes a estabelecer certa hegemonia ou domínio cultural de instituições existentes e valores em detrimento de outros.

Nesse sentido, não me interessa tanto o modo como indivíduos perceberam tais filmes, mas principalmente como revistas populares, programas de rádio, anúncios, suplementos literários em jornais de grande circulação e outros produtos da vida cultural interpretaram as produções. Esses veículos fornecem informações valiosas sobre atitudes e tendências difundidas, até porque os públicos escolhem os filmes pelas representações em revistas, televisão, jornais, conversas e outros contatos sociais. Desse modo, outros meios de comunicação devem ser estudados em conjunto com esses filmes, visto que sua utilização como discurso social sobre os filmes pode enriquecer bastante a análise.

Convém notar que, ao trabalhar com filmes, jornais e revistas, certamente não damos conta da opinião pública em torno de determinado tema. A diversidade no ato de leitura é citada por vários autores, como Michel de Certeau (1994), Mark Jancovich e Lucy Faire (2003), e Janet Staiger (2005), segundo os quais a presença e a circulação de uma representação não indicam de modo algum o que ela significa para seus usuários. Assim, além da presença de uma representação, é necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam, e só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização.

Dar voz ao público significa considerar o encontro de um indivíduo socialmente construído com um texto materialmente escrito. Dessa forma, o público, a rigor, é inventado

pelas obras e por suas formas, ao passo que no mundo social percebe-se uma permanente negociação entre o leitor e a obra. O lugar dos estudos de recepção é, necessariamente, o de uma natural interdisciplinaridade, uma vez que, nas análises que visualizam com destaque o público e as apropriações de mensagens, são centrais a questão cultural e a produção de estratégias e práticas de natureza política e social, nas quais a questão do poder é central.

Nos últimos vinte anos, os pesquisadores que passaram a considerar a exibição como aspecto importante para o estudo da história do cinema têm demonstrado como a exibição foi historicamente determinante no desenvolvimento da indústria cinematográfica ao longo de todo o século XX. Tais estudos revelaram como as diferenças entre as práticas de exibição de distintas cidades ou pequenas comunidades tornam complexa a relação entre o ato de ir ao cinema e outras práticas sociais. Considerando a audiência como um conjunto de práticas difundidas socialmente, penso que nenhuma história séria do cinema pode ser feita omitindo-se a audiência de um dado filme ou conjunto de filmes.

Espiões, monstros, gângsteres e companhia: o gênero cinematográfico nas relações entre cinema e história.

Considero que um filme, produzido em Hollywood ou não, sempre transmite um conteúdo ideológico, mesmo que não intencionalmente. Esse fenômeno ocorre por causa do processo de produção, pois há elaboração, acumulação, formação e produção de ideologia, e, se esse conteúdo ideológico reproduz a ideologia dominante, é porque ela exerce todo o seu peso sobre aqueles que realizam e consomem os filmes. Os filmes mostram imagens de vidas, de atitudes e de valores de grupos sociais, criados a partir de aspectos reconhecíveis, porém muito selecionados, desses grupos. Dessa forma, o público tende a interpretar como verdadeiras as descrições de lugares, atitudes e modos de vida de que não tem um conhecimento prévio.

No tocante ao cinema, a ideologia se refere especificamente à maneira como as lutas de poder são levadas a cabo no âmbito do discurso, ou, para ser mais preciso, da significação. No bojo de tais relações, acredito que um bom modelo para o estudo não somente de filmes, mas também de outras fontes – como revistas, jornais e músicas – esteja entre duas vertentes teóricas: a "Escola de Frankfurt" e a "Escola de Birmingham". Os estudos de autores que trabalham com essas vertentes, como Douglas Kellner (2001), oferecem bons exemplos de como questões de "classe" e "ideologia" são utilizáveis para a análise e a crítica da política dos textos culturais.

Se os indivíduos podem produzir seus próprios significados com os textos veiculados pela mídia, é porque a hegemonia é negociada, renegociada e vulnerável a ataques e à subversão, em uma relação em que o próprio cinema, contraditoriamente, oferece recursos que os indivíduos podem acatar ou rejeitar na formação de suas identidades, em oposição aos modelos dominantes. Em virtude da complexidade dos produtos culturais veiculados pelo cinema, é necessária uma ampla abordagem crítica a fim de se analisar satisfatoriamente tais

textos. O estudo do que denomino de "circuito comunicacional" requer, assim, uma análise da produção e da economia política dos textos, bem como da interpretação textual, assim como o exame da recepção por parte do público e de seu uso por diferentes atores sociais.

A recepção de filmes, todavia, tem sido comumente evitada por historiadores em função de sua complexidade, e parte dessa dificuldade está relacionada à importância que os gêneros cinematográficos podem assumir em um trabalho sobre cinema e história.

A partir da década de 1960, as publicações sobre os gêneros fílmicos cresceram exponencialmente e criaram um campo de estudo separado daquele dos gêneros literários. Ainda que não se tenham dedicado especificamente ao gênero fílmico, dois trabalhos elaborados naquele momento merecem destaque. Em *The fantastic*, publicado originalmente em 1970, Tzvetan Todorov procurava dissociar sua abordagem dos gêneros literários das elaboradas anteriormente e oferecer uma base segura para que outros estudos sobre os gêneros pudessem ser feitos. Todorov distinguia entre os tipos tradicionalmente reconhecidos (épico, histórias curtas, poesia lírica etc.) e novos tipos sugeridos pela crítica moderna. O autor chamou os tipos reconhecidos "históricos", ao passo que os "teóricos" eram definidos por críticos, ensaístas, jornalistas etc. A formulação apresentada por Todorov considerava o leitor como parte imprescindível do surgimento e da manutenção dos gêneros, e formulava questões difíceis de serem respondidas, como: pode um texto ser fantástico para um leitor e não para outro? Para ele, todos os textos fantásticos causavam uma hesitação no leitor entre duas leituras: o estranho e o maravilhoso. E, de outro modo, todos os textos que causassem hesitação entre o estranho e o maravilhoso seriam considerados parte do gênero fantástico.

A teoria de Todorov tem seu paralelo na elaborada por E. D. Hirsch Jr, que em *Validity in interpretation*, publicado em 1967, aprimorou a noção de gênero no processo de leitura não somente em leituras comuns ou interpretações de gêneros literários específicos, mas para todo o ato de leitura, literário ou não. Hirsch Jr. desenvolveu a ideia de que os detalhes de sentido que o intérprete compreende são fortemente determinados e constituídos por expectativas de significado, e essas expectativas surgem da concepção que o intérprete tem do significado que está a ser expresso. Para o autor, uma concepção preliminar do intérprete de um dado texto é constitutivo de tudo o que ele entende posteriormente, e os resíduos desse entendimento permanecem até que essa concepção seja alterada. Ao relacionar o "gênero" com o "tipo de significado", o autor expandiu a noção de gênero e, de acordo com Rick Altman (2004, p. 5-11), inadvertidamente evidenciou a extensão do problema, isto é, que gêneros literários e fílmicos vão além das classes gerais de textos que expressam determinados tipos de significados.

As inovações de teorias como a de Todorov e Hirsch Jr. residem em considerar seriamente os leitores e os seus hábitos de leitura na composição dos gêneros. Desde então, diversas abordagens contribuíram para consolidar o campo de estudos dos gêneros fílmicos como uma área importante dentro da teoria do cinema.

Autores de variadas tendências, como Thomas Schatz (1981) e Dudley Andrew (1984), têm pensado o gênero como uma categoria com múltiplas conexões e, nessa perspectiva, os gêneros fornecem as fórmulas que orientam as produções. Constituem outrossim as estruturas que definem os textos individuais, de forma que as decisões são programadas e baseadas primeiramente em critérios de gêneros. Assim, a interpretação de um *Western* depende diretamente das expectativas que uma audiência nutre sobre os *Westerns.* Tais aspectos são orientados pelo gênero, o que evidencia a versatilidade do termo.

Para Dudley Andrew, por exemplo, os gêneros têm uma função que abrange toda a economia do cinema, a qual é composta por uma indústria, uma necessidade social da produção de mensagens, um vasto número de pessoas, tecnologia e um conjunto de significados e práticas. Nesse sentido, o gênero seria uma rara categoria que envolve todos os aspectos dessa economia, muito embora na maioria das vezes sua inter-relação seja difícil de ser percebida.

O gênero como um conceito complexo, de múltiplos significados, também pode ser identificado, de acordo com Altman (2004, p. 49-68), como um "rascunho" (uma fórmula que precede, programa e modela a produção industrial); como uma "estrutura" (uma moldura em que os filmes são criados ou, como assevera Edward Buscombe em um artigo publicado originalmente em 1970, "a moldura dentro da qual a história pode ser contada" (2005, p. 308); como um "rótulo" (uma categoria central nas decisões e comunicações entre distribuidores e exibidores); e como um "contrato" (a observação requerida por cada gênero de sua audiência). Para Buscombe, aliás, o prazer estético que surge a partir da combinação entre novidade e familiaridade poderia ser pensado tanto na perspectiva estrutural como na contratual.

Os gêneros também podem ser entendidos como uma definição da indústria fílmica e reconhecidos pela audiência de massa. Partindo do pressuposto de que os gêneros são amplamente reconhecidos pelos espectadores, cabe a indagação: como surge esse reconhecimento? Autores como Siegfried Kracauer (1988) encontraram a resposta para essa questão em circunstâncias culturais. Uma posição que nos ajuda a pensar os gêneros na emissão e recepção de filmes é a adotada por Jesús Martín-Barbero, para quem os gêneros são um grande motor e ponto de ancoragem da indústria cinematográfica no "aparato" perceptivo das massas (1997, p. 199-200). Para ele, o gênero não é somente qualidade da narrativa, e sim o mecanismo a partir do qual se obtém o reconhecimento, "enquanto chave de leitura, de decifração do sentido e enquanto reencontro com um 'mundo'". Nos gêneros, as "condições de leitura" serão tomadas e trabalhadas sistematicamente a partir do espaço da produção. Para o autor, um gênero será não só um registro temático, um repertório iconográfico, um código de ação e um campo de verossimilhança, mas também um registro da "concorrência cinematográfica", e até mesmo uma oportunidade de especialização para as casas produtoras. Martín-Barbero emprega o termo como algo que ocorre *pelo* texto, e não *no* texto, posto que em sua avaliação um gênero é, antes de tudo, uma "estratégia de comunicabilidade", e

é como marca dessa comunicabilidade que um gênero se faz presente e analisável no texto (1997, p. 302). Nesse sentido, a atenção ao gênero se faz importante em um filme desde a sua produção até a sua exibição em um determinado contexto.

Já alguns teóricos de gêneros fílmicos, como Thomas Schatz (1981) e Leo Braudy (1977), optaram por mapear as origens industriais dos gêneros, sua aceitação pelo público, sua descrição e sua terminologia, comumente apresentando resultados que indicam uma comunicação integral e uniforme entre a indústria fílmica e audiências amplamente esparsas em termos de tempo, espaço e experiência. Dessa forma, para um gênero fílmico constituir-se como tal, precisa ser definido pela indústria e reconhecido pela audiência de massa, ou seja, industrialmente certificado e compartilhado publicamente.

A teoria dos gêneros fílmicos se torna cada vez mais complexa à medida que o pesquisador desvela as múltiplas relações entre um filme, ou grupo de filmes, e as dimensões de um dado contexto histórico. Desse modo, os gêneros podem ser vistos como categorias com identidades e limites, estáveis e nítidas. Tal assertiva torna-se clara quando observamos que nem sempre um gênero fílmico proposto pelos produtores coincide com aquele compreendido pelos espectadores.

Em virtude da complexidade que uma discussão sobre o gênero fílmico pode assumir, muitos trabalhos sobre cinema evitam abordar um filme, ou um grupo de filmes, que apresente características mal definidas ou cruzadas. Assim, boa parte dos trabalhos elaborados sobre cinema utiliza recortes que são definidos a partir de gêneros dotados de limites claros e identidades estáveis.

Se alguns filmes são classificados a partir de gêneros assim caracterizados, nada mais natural do que certas produções assumirem tais identidades. Por essa razão, alguns filmes podem pertencer inteira e permanentemente a um único gênero. Nessa perspectiva, embora os filmes geralmente sejam fruto de uma combinação de diferentes técnicas de iluminação, estilos de filmagem, justaposição de diversos sons, diferentes locações etc., são tratados nos textos a seu respeito como se pertencessem de modo inequívoco a um único gênero. Assim, cada filme é tido como um exemplo de todo um conjunto de características presentes em um gênero, levando muitos autores a afirmar que este ou aquele filme "pertence a", ou "é membro" de um gênero. Sob esse aspecto, mesmo os trabalhos que dividem os gêneros em subgêneros quase nunca deixam dúvidas sobre quais os filmes que merecem ser considerados representantes do gênero em questão. Se parece lógico que alguns filmes apresentem características pertencentes a mais do que a um único gênero, parece razoável supor que, em relação aos gêneros, em contextos históricos distintos os filmes possam ser vistos de formas diferentes. Em *Hollywood Abroad,* por exemplo, um interessante trabalho sobre a recepção de filmes hollywoodianos em países como Turquia, Japão e Austrália, os autores exploram a complexidade e a diversidade na interpretação e reinterpretação de filmes por diferentes públicos a partir de referências contextuais específicas (Stokes; Maltby, 2004).

Considero, todavia, que os gêneros devam ser estudados juntamente com outros textos, em uma perspectiva sincrônica, uma vez que o estudo de fatores concomitantes permite que possíveis similaridades entre textos sejam lidas e, consequentemente, reconhecidas. Dito de outro modo, ainda que os gêneros comportem certas similaridades, sua variação é necessária. Autores que trabalham nessa perspectiva têm apontado que, se por um lado os gêneros precisam descrever situações de acordo com certos padrões, por outro esses padrões precisam variar.

Embora os filmes possam ser categorizados a partir de um amplo espectro de variáveis, os gêneros costumam ser definidos a partir de um número limitado de características. Nesse sentido, segundo alguns autores, para dois filmes pertencerem a um mesmo gênero precisam ter uma mesma estrutura, um mesmo assunto e um modo comum de configurar esse assunto, ou seja, o gênero fílmico diria respeito a conjuntos de filmes que partilhariam uma mesma semântica e sintaxe (Altman, 2004, p. 22-24). Todavia, para alguns autores, estrutura e assunto nem sempre precisam coincidir. Nesse sentido, é recorrente entre a crítica especializada a crença de que filmes como *Taxi Driver* ou *Star Wars* teriam uma configuração não tão próxima do suspense ou da ficção científica, mas sim dos *Westerns.* Em alguns casos, aponta Robert Stam, a busca de identidades supostamente submersas pouco pode contribuir para o debate acerca dos gêneros, por tratar-se de uma espécie de "taxonomia estática" (Stam, 2003, p. 150). De fato, abordar os gêneros hollywoodianos como um mero sistema de classificações certamente culminará em uma perspectiva bastante pobre. Todavia, uma análise que tenha o impacto social de um filme, ou grupo de filmes, como elemento contributivo para o entendimento de seu tipo de significado pode evitar a inércia a que Stam se referiu e resultar em uma abordagem mais flexível e profícua.

Outro fator presente nos filmes hollywoodianos é o uso do mesmo material em vários filmes. Nesses filmes, a natureza repetitiva proporcionada por estruturas narrativas similares está presente de uma forma tanto intratextual quanto intertextual, e essa repetição faz que haja um efeito cumulativo nos filmes, que está relacionado a situações, temas e ícones repetidos. Assim, diante da previsibilidade dos filmes hollywoodianos, mais importante do que as decisões particulares ou o resultado delas acabam sendo os desfechos de um tipo de cinema que passou a ser denominado "excessivamente óbvio".

A familiaridade que o reconhecimento de uma fórmula traz para o espectador, e que em essência muda pouco, certamente é um dos fatores que tornou o cinema norte-americano tão popular a partir da primeira metade do século XX, mesmo porque, nesse caso, a reafirmação de determinadas mensagens mostrou ser mais influente do que uma novidade. A ingestão implícita que essa receita propiciou levou a uma reciclagem das fórmulas utilizadas em Hollywood. Segundo Rick Altman (2004, p. 144-152), a interação intertextual entre, por exemplo, *Westerns* e musicais fez com que quase nunca os filmes mantivessem fortes relações com a cultura que os produziu. Para o autor, esse fator reforçou a dependência dos filmes hollywoodianos com relação ao uso simbólico de imagens-chave, sons e situações semelhantes; no entanto, devemos observar que mesmo havendo um intenso

diálogo intertextual, como defende Altman, todo filme está eivado de historicidade, motivo pelo qual sempre trará as marcas de seu tempo. Por essa razão, acreditamos haver mais riscos do que vantagens na ênfase de que os filmes em questão podem ser mais produtos reciclados com referências múltiplas e já testadas, do que produtos com conexões com a cultura que os produziu. Ainda que muitos desses filmes sejam marcados por referências a outras produções e pela simplificação da história e das relações humanas, acredito que, em termos de uma história social do cinema, a perspectiva de que uma forte intertextualidade tem o condão de obnubilar interferências contextuais na produção cinematográfica pode soar bastante antitética. Nesse sentido, concordo com Darko Suvin quando assevera que os resultados das convenções de gênero são apenas parcialmente transgredidos (normalmente pelo contato com outros gêneros e formas). Para ele, essas convenções guardam uma base comum entre os produtores, o interesse dos leitores (ou espectadores) e os protagonistas que fazem as mediações econômicas e ideológicas entre eles (Suvin, 1988, p. 15-16).

Atualmente, uma abordagem marxista interessante no trato de filmes é aquela adotada por Douglas Kellner (2001), para quem a importância do gênero nos filmes produzidos em Hollywood reside na promoção do *American dream,* de seus mitos e de suas ideologias. A sua afirmação torna-se ainda mais relevante se tomarmos como gêneros temas recorrentes em filmes hollywoodianos produzidos entre meados da década de 1940 e fins da década de 1990, como o anticomunismo ou o antiterrorismo.

A relação que um gênero mantém com um dado texto cria um pano de fundo para que ele se torne compreensível. Sob esse ponto de vista, podemos abordar o anticomunismo ou o antiterrorismo como gêneros ou subgêneros, pois os filmes que veicularam esses tipos de mensagens apoiavam-se em representações que tornavam compreensíveis as mensagens veiculadas nos filmes. Para Kellner, os gêneros hollywoodianos ensinam que o dinheiro e o sucesso são valores importantes; que o Estado, a polícia e o sistema legal são legitimadores do sistema, e que os valores e instituições norte-americanas são basicamente leais, benevolentes e benéficos para a sociedade de modo geral. Mas existem exceções, como as que habitam o gênero *noir.* Sob a atmosfera política da Guerra Fria, o *film noir* trouxe para as telas do cinema um mundo repleto de medos, paranoias, corrupção, personagens oportunistas violentos e amorais, detetives particulares, policiais e marginais de toda espécie.

Ainda que as discussões de críticos acerca dos gêneros sejam um fenômeno recente, a crítica tem um papel importante em determinar não apenas a sua existência, mas também as suas fronteiras e o seu significado, e, ao fazer intercessões entre as audiências e os filmes, entre a sociedade e a indústria, o crítico exerce o papel de um mediador e, por essa razão, torna-se um protagonista essencial para os trabalhos que procuram avaliar o impacto social de um filme. Os críticos exercem, dessa maneira, uma função que precisa ser integrada aos trabalhos sobre a história do cinema e seu papel deve ser estudado em conjunto com a análise das temáticas do filme, na comparação com os filmes preexistentes e no estudo dos tipos de personagens e tipos de relações; uma perspectiva assim pode nos dizer muito sobre o

período abordado. Gêneros cinematográficos, como o *thriller*, o *film noir*, a ficção científica, o romance ou o drama estão intimamente ligados à mensagem que o filme pretende passar. Pensar os gêneros em um universo cultural significa considerá-los instrumento de mediação fundamental entre produtores, produtos e receptores da cultura; portanto, entendê-los dentro desse contexto é um passo essencial para a compreensão da relação história-cinema. Sendo peça chave para o entendimento do cinema a partir da história social, a historicidade dos gêneros cinematográficos pode desvelar caminhos até então pouco ou mal percorridos.

Saliento, porém, que em um único filme podem estar presentes discursos que antagonizam, que constituem, mudam ou reforçam os valores e leituras da realidade, em um nítido processo político. Os textos, de maneira geral, não reproduzem mecanicamente a ideologia dominante, portanto, são sempre leituras preferenciais, mas não unívocas.

Nas trilhas do cinema: o "circuito comunicacional" das representações sociais

Por meio do que denomino "circuito comunicacional", compreendo o sentido de uma cena à medida que tomo sua relação com todo o filme, e inversamente, apreendo o sentido do filme, na medida em que compreendo o sentido das cenas. Outrossim, o circuito comunicacional se constitui mediante a relação que os filmes mantêm com seu contexto e com outros meios, contato que dinamiza a veiculação de representações sociais e a sua compreensão pelos atores sociais. É desse modo que o sentido do todo determina a função e o sentido das partes. Além disso, o sentido é algo histórico, ou seja, é uma relação do todo e das partes encarada por nós de determinado ponto de vista, em um determinado tempo, para uma dada combinação de partes, ou seja, não é algo acima ou fora da história, mas parte de um circuito comunicacional, sempre historicamente definido. O sentido e a significação das representações são, portanto, contextuais.

O circuito comunicacional pressupõe um campo de entendimentos compartilhados entre o ouvinte e o orador, sem o qual não se é capaz de nele ingressar. Assim, conhecer de forma diretamente comprovável as motivações dos agentes em si mesmas e as ações e decisões que orientam a ação social ou coletiva é uma tarefa quase sempre impossível ou muito difícil de ser realizada. No entanto, tratadas adequadamente, as representações sociais podem ser uma forma de auxiliar na compreensão das motivações que orientam as ações dos seres humanos em determinadas situações ou conjunturas.

Procuro reler as tensões existentes nas relações entre os sistemas de normas que tentam impor uma ideologia e as várias formas de recepção dessas tentativas: oposições, apropriações, conflitos. Em se tratando de cinema, a consideração de que as representações podem ser examinadas não somente no nível individual, mas também no modo como elas se difundem a ponto de se tornarem verdadeiras representações sociais – podendo, inclusive, integrar estruturas maiores –, permite que possamos nos aproximar um pouco mais dos diferentes usos do cinema (objeto cultural) que, como já foi dito, somente são acessíveis para o investigador de maneira aproximativa e fragmentária.

A noção de representação na psicologia social utilizada por Serge Moscovici, por exemplo, é composta por três níveis e pode ser usada para pensarmos a relação entre filmes, jornais, rádio e revistas. A primeira corresponde ao nível psíquico (individual); as demais ao social ou coletivo (representações de representações) (Moscovici, 1978). Adaptando-se, poderíamos ter o filme como o primeiro estágio dessas representações, rádio e jornais como um segundo estágio, e revistas como o terceiro estágio, mais ligado, por estar em um nível mais amplo, a questões ideológicas também mais amplas. De acordo com Ciro Flamarion Cardoso, as representações sociais antecedem e preparam a ação e, nessa perspectiva, tanto Cardoso quanto Moscovici entendem as representações como produto e processo das interações sociais. Desse modo, concordo com Cardoso quando, ao enfatizar o caráter dinâmico das representações sociais, assevera que representar algo "não é somente duplicá-lo, repeti-lo, reproduzi-lo, é também reconstituí-lo, retocá-lo, mudar-lhe a constituição em um sentido que seja funcional a determinados grupos e seus interesses" (Cardoso, 2004, p. 1-2). Ainda segundo o autor, *objetivação* e *ancoragem* seriam os dois processos que regeriam a emergência e a organização de uma representação, sendo a primeira ligada ao processo de formação de uma representação social e a segunda, ao modo como ela é modulada e praticada em função dos grupos, dos sistemas de pensamento e dos quadros interpretativos preexistentes. A *objetivação* que "constrói" uma representação se daria mediante três processos: *seleção*; *formação de um esquema figurativo*, e *naturalização* (Cardoso, 2004, p. 3-7).

Outra questão importante apontada por Cardoso refere-se ao sistema central, ou *núcleo central,* da representação, que é o seu sistema estruturante, elemento fundamental da representação, já que determina tanto a sua significação quanto a sua organização. Ligando-se às normas, aos valores, às expectativas, à implicação pessoal, às finalidades pessoais de uma prática, à memória coletiva e à história favorece o consenso e a homogeneidade cultural e psicológica de um grupo (ou de um individuo). Por essa razão, é imprescindível que o lugar de recepção das mensagens e o sujeito histórico que as reelaborou sejam adequadamente historicizados. Pode-se, pois, definir recepção como um contexto complexo e multidimensional em que as pessoas vivem o seu cotidiano e, ao viver esse cotidiano, inscrevem-se em relações históricas de poder que extrapolaram as próprias práticas cotidianas.

Como foi dito, o ferramental teórico e metodológico vai depender das questões que um dado trabalho pode suscitar. Diante disso, opto por um estudo mais específico da linguagem cinematográfica, em termos de estrutura narrativa, pois acredito que alguns recursos da semiótica podem estar presentes para uma avaliação satisfatória dos traços ideológicos existentes nos filmes escolhidos. Ainda que minha proposta esteja voltada para a observação/análise de aspectos comuns ou predominantes, aponto alguns elementos que são importantes para observarmos e compreendermos as representações presentes em filmes, como o enquadramento, a iluminação, a montagem (ordenação propriamente dita do filme), o espaço, o tempo, o movimento, o ritmo, a música e os diálogos. Para tratar adequadamente desses elementos, alguns recursos da semiótica podem ser bastante operacionais, pois examinam os filmes como *textos* a *interpretar*, cujo sentido pode ser destrinchado analiticamente.

Uma perspectiva semiótica para a análise de filmes que efetivamente oferece elementos para uma história social do cinema é aquela adotada por Ciro Flamarion Cardoso, o qual, ao apresentar uma série de abordagens para a organização das imagens cinematográficas, delineamento dos modos como a trilha sonora se relaciona com as imagens, os pontos de vista e de escuta, e algumas categorias narratológicas – como o relato, a narração e a diegese –, oferece um conjunto de possibilidades que podem ser aplicadas em diferentes momentos de uma análise histórica de filmes. Com o propósito de elaborar uma interpretação mais acurada dos filmes, alguns elementos dessa vertente semiótica são de grande valia. Para tratar da narrativa dos filmes, um bom caminho é a observação dos níveis semânticos do discurso presentes nas sequências, quais sejam o *figurativo,* o *temático* e o *axiológico* (Cardoso, 1997, p. 172-202). O trabalho com o sistema semio-discursivo, tal qual o utilizado por Cardoso, contribui não apenas para a sistematização dos vários elementos significativos presentes nos filmes, mas também auxilia na interpretação e na inserção desses textos no circuito comunicacional, discutido anteriormente.

Para J. M. Caparrós Lera (1997, p. 89-102), o ideal no estudo da estrutura narrativa de um filme, ainda que muito trabalhoso, é fazer a análise detalhada dos diversos elementos que a compõem plano a plano. Entretanto, para uma abordagem de vários filmes ou sequências de vários filmes, uma proposta que se mostra viável, ainda que demasiadamente sumarizada, é a de Karsten Fledelius, composta basicamente pelos seguintes tópicos: contextualização histórica e fílmica, processo de criação artística e industrial, produção, distribuição, exibição, análise do filme, elementos ideológicos e estéticos, contextualização na mídia e impacto do filme (Lera, 1997, p. 97-98). Os elementos para a análise de filmes que proponho podem ser discutidos dentro das proposições desse autor. Assim, no trato dos filmes, a análise das produções deve ser elaborada a partir de suas sequências. Considerando tais pressupostos e o levantamento teórico elaborado ao longo do texto, a análise pode ser feita em quatro etapas:

- *Contextos de produção e relato*: cotejamento entre o relato do filme – isto é, a história do filme, aquilo que se narra – e o contexto de sua produção, permitindo, assim, uma comparação do contexto produtivo com o relato, de maneira a compreender um pouco melhor as intenções e escolhas feitas ao longo da concepção e produção do filme.
- *Narrativa*: a ação narrativa produtora da obra. Ao se discutir a narração de um filme ou de um grupo de filmes, deve-se observar a representação do sentido dos enunciados por meio dos tipos de narradores, como aparecem, e quais os recursos utilizados.[1] Alguns desses recursos podem ser caracterizados como "iconotextos".

1 Nos filmes hollywoodianos pelo menos três tipos de narradores aparecem com frequência: o narrador diegético, o justadiegético e o extradiegético. O narrador diegético é aquele que narra seu ponto de vista, ou recursos fílmicos que sublinham o que se mostra (textos de todos os tipos ou iconotextos; músicas e imagens; personagens que assumem funções narrativas). O narrador justadiegético é o personagem que narra um passado, durante uma ação que se desenrola no presente. Já o narrador extradiegético é aquele que narra em *off*, seja anônimo ou não, e está fora do universo ficcional do filme, isto é, fora do universo diegético.

Um iconotexto surge por intermédio de um ou mais protagonistas ou recursos cinematográficos, como imagens, músicas, textos, entre outros. Nos filmes produzidos em Hollywood, tais recursos geralmente aparecem por meio de *closes* de jornais, faixas, cartazes, cartas, telegramas, retratos, fichas e músicas. Essas unidades pictóricas "adicionais", que podem trabalhar sobre a declaração ou ter um curso próprio, referem-se a uma declaração omitida na narração, agindo como um personagem envolto na trama. Embora possam reforçar uma dada mensagem mediante oposição ou negação de uma ideia, nos filmes tais unidades geralmente indicam uma afirmação. Assim, certos personagens podem encarregar-se de certas funções na narração, pelo meio da fala, como um narrador em *off*, por exemplo, ou por meio de recursos fílmicos, como os iconotextos.

- *Níveis semânticos:* ordenação em níveis semânticos do discurso. A representação do sentido dos enunciados pode ser elaborada a partir dos níveis semânticos citados anteriormente. No *nível semântico figurativo* são alocadas as referências a uma representação que o filme pretende construir. Nesse nível, existe a *formação de um esquema figurativo*, que seleciona um material e faz que ele pareça coerente ao ator social. Essas referências podem ser construídas com o objetivo de afirmar ou negar uma determinada representação, mas também podem ser elaboradas almejando a uma representação incerta, ambígua.

  A recorrência dessas referências no *nível semântico figurativo* e a confluência com o *nível semântico temático* mostram como algumas mensagens são "acionadas" mediante o que denominei anteriormente iconotextos, isto é, retratos, utilização de closes em matérias de jornal, fichas policiais, cartazes de protesto, imagens reais, bandeiras, músicas enfatizando determinada ação, entre outros. Assim, *o nível semântico temático* diz respeito à formação de um esquema figurativo que foi construído em relação ao objeto. Sua especificidade está no entrecruzamento entre as representações, de modo que elas percam seu caráter de reconstrução e tornem-se parecidas com uma entidade autônoma, natural e objetiva. Tais artifícios remetem geralmente a sistemas de valores que consistem na atividade de enraizar uma representação no espaço social por meio de construções bipolarizadas. É precisamente no *nível semântico axiológico* que devemos observar como as narrativas trabalham com oposições que comumente se circunscrevem e reforçam as diferenças entre coragem/covardia, defesa/ataque, paz/guerra, heróis/bandidos, verdade/mentira, entre outros. Como delineei anteriormente, essas construções se expandem e se tornam cotidianas, isto é, permitem a utilização concreta e funcional da representação social.
- *Redes temáticas ou representacionais*: composição das principais redes temáticas, isto é, o conjunto de temas caracterizadores dos filmes. A partir da identificação de redes temáticas, ou ainda, de redes e sub-redes temáticas, é possível "ler" as

principais representações existentes em tais produções. Em vários filmes produzidos em Hollywood, por exemplo, as principais redes temáticas geralmente se referem à oposições entre os Estados Unidos da América e um inimigo externo, geralmente alienígena ou localizado em outros países. Todavia, várias redes secundárias auxiliam a fixação de ideias e contribuem para tornar inteligíveis tanto os valores positivos relacionados aos Estados Unidos, como os negativos relacionados aos seus antagonistas.

A feitura de um método que conjugasse as proposições apresentadas por autores como Michèle Lagny, Karsten Fledelius, Douglas Kellner, Rick Altman, entre outros, com o sistema semio-discursivo exposto por Ciro Flamarion Cardoso deve-se à ênfase com que os primeiros tratam elementos contextuais e à propriedade com que o segundo se dedica ao rigor analítico. Assim, com a composição teórico-metodológica apresentada, pretendo associar a atenção ao circuito emissão/mediação/recepção, com uma análise apropriada e uniforme dos sentidos dos enunciados. Todavia, não menos importante em minha opção foi a preocupação em elaborar um método que evidencie o caráter dinâmico das representações sociais e que possa desvelar satisfatoriamente as intrincadas e complexas relações entre o cinema e a história.

Gostaria de salientar que, no tocante à análise fílmica pelo historiador, não existem fórmulas prontas ou receitas previamente programadas. Neste texto, procurei tratar de alguns caminhos que considero adequados para uma abordagem das relações entre cinema e história sem, é claro, desconsiderar que muitos outros são possíveis. O importante ao analisar tais documentos, de todo modo, é ter no horizonte que os filmes precisam ser decupados, ou seja, é preciso dividir e reorganizar a narrativa de acordo com as questões consideradas essenciais em dada pesquisa. Assim, ao se familiarizar com a "linguagem cinematográfica", o historiador pode tecer as suas considerações sobre tais documentos de modo mais preciso. Na narrativa clássica, unidades de tempo, espaço, ação e pontuações padronizadas são alguns dos elementos que geralmente resultam em narrativas suaves e meticulosamente lineares. Esses são alguns dos elementos que o historiador interessado nesses documentos poderá analisar.

Conclusão

Ao longo do texto, tentei evitar tanto uma análise determinística, que equacionasse de forma rígida a cultura e a ideologia, quanto uma perspectiva que proporcionasse uma primazia analítica aos textos e aos sistemas de discurso. Ao abordar o consumo cultural de filmes, as suas diversas e inventivas práticas de leitura, procurei estabelecer um posicionamento crítico e analítico que não negligenciasse o contexto social em que a cultura foi utilizada e reproduzida. Quase quarenta anos após o surgimento dos primeiros trabalhos elaborados por historiadores profissionais sobre as relações entre o cinema e a história, mui-

tos estudos centrados no cinema ainda adotam um viés reducionista ou, então, idealizam o material fílmico. Entre os problemas, destaco o desinteresse pelo modo como os filmes são interpretados por outros sujeitos no momento em que estão sendo exibidos. Por vários anos esses esforços detiveram-se em "leituras unidirecionais" que diziam respeito apenas ao seu contexto de produção, desconsiderando o seu impacto social e, embora tenha havido louváveis exceções, parte da produção sobre o cinema no campo da história não apenas desconsiderou um imenso volume de documentos, como também poucas vezes tratou de forma adequada a recepção do cinema em revistas e jornais, entre outros. Pensar o cinema no âmbito da história significa ir além das possibilidades de interpretação que temos como espectadores e adentrar em vastas searas, pouco ou mal exploradas, onde se entrecruzam o cinema, a cultura e a sociedade.

Referências

ALLEN, Robert C.; GOMERY, Douglas. *Teoria y practica de la historia del cine.* Barcelona: Ediciones Paidos Ibérica, 1995.

ALTMAN, Rick. *Film/Genre.* Londres: British Film Institute, 2004.

ANDREW, Dudley. *Concepts in film theory.* Nova York, 1984.

BORDWELL, David. O cinema clássico hollywoodiano: normas e princípios narrativos. In: RAMOS, Fernão (org.). *Teoria contemporânea do cinema.* São Paulo: Senac, 2005.

BRAUDY, Leo. *The world in a frame: what we see in films.* Nova York: Anchor, 1977.

BUSCOMBE, Edward. A ideia de gênero no cinema americano. In: RAMOS, Fernão (org.). *Teoria contemporânea do cinema.* São Paulo: Senac, 2005.

CARDOSO, Ciro F. *Sobre as representações sociais*. Niterói, 2004.

_____. *Narrativa, sentido, história*. Campinas: Papirus, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRO, Marc. *Cinema e história.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GUYNN, William. *Writing history in film*. Nova York: Routledge, 2006.

HIRSCH Jr, Eric Donald. *Validity in interpretation.* New Heaven: Yale University Press, 1967.

JANCOVICH, Mark; FAIRE, Lucy. *The place of audience.* Londres: British Film Institute, 2003.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia.* Bauru: Edusc, 2001.

KRACAUER, Siegfrid *De caligari a hitler: uma história psicológica do cinema alemão.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988.

LAGNY, Michèle. *Cine y historia: problemas y métodos en la investigación cinematográfica*. Barcelona: Bosch, 1997.

LERA, J. M. Caparrós. Análisis crítico del cine argumental. *História, Antrolopologia y Fuentes Orales. Voz e Imagen* (Barcelona), n. 18, 1997.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

O'CONNOR, John. *Image as artifact: The historical analysis of film and television.* Malabar: Robert E. Krieger Publishing Company, 1990.

ROSENSTONE, Robert. *A história nos filmes, os filmes na história.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

SCHATZ, Thomas. *Hollywood genre: formulas, filmmaking, and the studio system.* Nova York: Random House, 1981.

SORLIN, Pierre. *Sociología del cine*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

STAIGER, Janet. *Media reception studies.* Nova York: New York University Press, 2005.

STAM, Robert. *Introdução à teoria do cinema.* Campinas: Papirus, 2003.

STOKES, Melvyn; MALTBY, Richard (orgs.). *Hollywood abroad: audiences and cultural exchange.* Londres: British Film Institute, 2004.

SUVIN, Darko. *Positions and presuppositions in Science Fiction.* Kent (Ohio): The Kent State University Press, 1988.

TODOROV, Tzvetan. *The fantastic.* Ithaca: Cornell University Press, 1975.

WHITE, Hayden. Historiography and Historiophoty. *The American Historical Review,* v. 93, n. 5, dez. 1988, p. 1193-1199.

Capítulo 16

História e Informática[1]

Célia Cristina da Silva Tavares

Evolução técnica da informática

Na primeira edição do livro *Domínios da história,* de 1997, Luciano Figueiredo autor do capítulo intitulado "História e informática: o uso do computador", alertava que "o uso do computador na história é um debate que se anuncia. Diante de sua generalização não é impossível deixar de fazer uso da informática, mas não é possível deixar de se preparar para debater as implicações metodológicas de suas aplicações" (Figueiredo, 1997, p. 421). Passada mais de uma década, e diante da vertiginosa penetração tecnológica no cotidiano do homem atual, Asa Briggs e Peter Burke sugerem que, antes mesmo de se discutir a relação e o impacto do uso da informática para os historiadores, deve-se questionar o quanto a "evolução dos computadores" tem modificado a nossa relação com o mundo (Briggs e Burke, 2006, p. 278). Perceba que os autores não se referem ao fenômeno no mesmo tom que, em geral, ele é apresentado nos meios de comunicação, isto é, o de uma "revolução", uma vez que eles consideram o processo de sofisticação da tecnologia informática como um processo evolutivo.

De qualquer maneira, é inegável que as transformações tecnológicas, aliadas à crescente produção de equipamentos e programas em atendimento às demandas de mercado, vêm fazendo uma significativa alteração de usos, costumes e práticas, especialmente entre os mais jovens. Basta ver o que fazem em seus telefones celulares que, além do seu uso habitual de comunicação por voz, imagem e texto, possuem agora uma série de recursos de ligação com a internet, localização por GPS, sem mencionar inúmeras outras funções que muitas pessoas de gerações mais velhas não conseguem usar – nem, por vezes, entender. A rapidez como essas inovações surgem e muitas vezes migram para outras funções é impressionante e

1 Este capítulo não poderia ter sido desenvolvido sem o acumulado de horas de conversas com Fernando Manuel Gaspar Martins e sua revisão crítica deste texto, especialista que é em animação em 3D e efeitos especiais, amigo informático que mais de uma vez fez-me pensar sobre o assunto. Sinceros agradecimentos.

causa enorme ansiedade nos consumidores, sempre em busca do mais moderno e atualizado equipamento ou do mais sofisticado programa.

Um exemplo ilustrativo desse cenário pode ser dado com uma situação de trato social. Em Nova Delhi, uma família indiana foi a uma recepção de casamento de primos e levou uma historiadora brasileira que estava de visita à cidade. O pai é professor de arquitetura, a mãe trabalha em casa e a filha é estudante universitária. Tratava-se de um jantar elegante, com abundante quantidade e variedade de pratos típicos, sempre muito condimentados. A historiadora brasileira estranhou o fato de ver batatas no cardápio, não esperava que elas existissem na Índia. O pai da família informou que a batata era originária da Rússia e por ela fora introduzida na Índia. A professora brasileira discordou e disse que a origem da batata é americana, mas a família, em uníssono, protestou que não. Enquanto a discussão foi levada pelos mais velhos, a filha do casal, discreta e rapidamente, digitou no seu iPhone, para, em seguida, levantar a cabeça e dizer: "ela tem razão! A batata é originária da América". Como a conversa girava em torno de alimentos, a brasileira aproveitou e informou que a castanha de caju, tão abundante na Índia, também era americana. Nova onda de protestos, nova consulta rápida no iPhone e nova constatação da verdade. Em segundos, um debate que podia consumir muito tempo durante o jantar e talvez, em outras épocas, resultasse em alguma pesquisa posterior em livros e bibliotecas, foi fulminado pela consulta imediata à internet, por intermédio de um telefone celular com acesso à rede mundial e o desvendar da dúvida, provavelmente na Wikipédia, localizada por meio do Google. Sinais dos tempos!

Tanto em termos de conhecimento quanto no de informação, os computadores pessoais, a Internet, as comunidades de relacionamento, o Twitter, o conceito de *World Wide Web*, os novos *tablets* e inúmeros outros gadgets invadiram a vida de muitos seres humanos nos últimos vinte anos e, dessa forma, possibilitam uma constante conexão entre as pessoas, uma intensa circulação de imagens, narrativas (blogs), registros jornalísticos, convocações para manifestações políticas – basta observar o papel que essas tecnologias assumiram na recente onda de revoltas no mundo muçulmano.

A discussão aqui proposta tem de partir, assim, dessa perspectiva de mudanças generalizadas que a humanidade está a trilhar. Não se pode falar da relação história e informática sem perceber que as alterações de comportamento afetam tudo e todos para além do nosso campo de estudo, também não é muito seguro arriscar um prognóstico do que virá a acontecer, pois a velocidade das transformações tecnológicas tem se mostrado vertiginosa e não parece prudente indicar as linhas de força desse gigantesco processo em constante movimento, justamente porque é vasto e variado.

É preciso ressaltar, ainda, que a questão agora não se refere apenas ao uso do computador, como problematizava Luciano Figueiredo, em 1997. Outros aspectos do mundo da informática devem ser considerados em um capítulo que se proponha fazer esta análise, portanto, é necessário incluir reflexões sobre o uso da internet por parte do historia-

dor, especialmente do Google, poderosa ferramenta de busca, entre outras atribuições que possui; da possibilidade de acesso a livros digitalizados e da pesquisa geral de informações.

A questão do armazenamento, tanto das informações como de fontes e de bibliografia que interessam ao pesquisador em História também passa pela informática e merece atenção. Até mesmo o ensino de História tem de sofrer uma análise mais atenta, pois se apresentam e disseminam inúmeros cursos de educação à distância que tem no espaço cibernético o substituto do exercício da prática da sala de aula. São, portanto, temas de enorme atualidade, sobre os quais a reflexão teórica é anda limitada, correndo o risco de se apresentar como discussão banal, conforme alertou Carlo Ginzburg, em conferência proferida em Porto Alegre (2010) – com vários trechos disponíveis na Internet, pois foi editada e postada no YouTube – belo exemplo, aliás, do que se pretende analisar no presente capítulo.

O computador e o historiador

Desde a década de 1960, os historiadores que trabalhavam com longas séries de informações geradas por fontes demográficas e econômicas começaram a usar computadores, sobretudo porque a capacidade de armazenamento e a possibilidade de trabalhar com programas com modelos matemáticos e estatísticos proporcionavam segurança nas análises dos registros em seu conjunto. Muitos dos trabalhos ancorados na história quantitativa se desenvolveram com a ajuda de grandes computadores existentes em universidades da França e dos Estados Unidos.

Por outro lado, à medida que os computadores pessoais (micro computadores, tanto os de mesa quanto os portáteis) foram se disseminando, ao longo das décadas de 1980 e 1990, e por também terem sido barateados, muitos historiadores perceberam que, usando computadores, teriam, no mínimo, uma "máquina de escrever" mais prática, pois os programas de edição de texto facilitavam (e facilitam!) enormemente a tarefa de redigir – tanto para revisões ortográficas, quanto para inserção de reflexões ao longo do texto sem a menor dificuldade, dispensando as emendas em textos manuscritos ou datilografados (Figueiredo, 1997, p. 419-421).

A título de ilustração, é interessante notar a enorme preocupação que Ernesto Ruiz tem com os editores de texto, em artigo publicado nos Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) de 1991. Cuidadosamente, o autor define as diferenças entre *hardware* e *software*, além de explicar termos que, nos dias de hoje, foram incorporados à linguagem geral, como o *scanner* (Ruiz, 1991, p. 28) – no Brasil, inclusive, criou-se o verbo *escanear*, neologismo que tanto repugna os puristas da língua portuguesa. Trata-se de um texto fundador que demonstra, pelo cuidado em definir programas e equipamentos, o quanto a maioria dos historiadores desconhecia o recurso do uso de computadores, seus aplicativos e equipamentos associados.

No entanto, a ideia central do artigo é discutir a medida das transformações que o uso do computador permitia na comunicação do texto histórico. Apostando no aspecto

multimídia dos computadores, Ruiz apontava a superação da estrutura e da linearidade da comunicação desenvolvida no Ocidente desde a introdução da imprensa por Gutenberg graças a esse avanço tecnológico (Ruiz, 1991, p. 30). Nesse aspecto, parece haver uma supervalorização do que os recursos multimídias proporcionavam naquele momento.

Sem desmerecer a contribuição de Ruiz, o fato é que, atualmente, os inúmeros recursos de comunicação da informática tornam possível enquadrar melhor o saldo das transformações promovidas por esses recursos audiovisuais na construção da narrativa histórica. Um bom exemplo pode ser visto em um filmete de oito minutos, encomendado pelo governo polonês para ser exibido na Exposição Mundial de Shangai de 2010, dedicado a contar a história da Polônia. Por meio de elegante uso da computação gráfica e da animação em computador, o filme apresenta aquele país desde o início da formação de aldeias na região, passando pela conversão ao cristianismo, os confrontos com inimigos históricos até chegar à entrada na Comunidade Europeia.

O trabalho quase não apresenta texto narrativo – algumas poucas frases aparecem, tais como "por mais de cem anos a Polônia desapareceu dos mapas" ou "foi na Polônia que foi iniciada a II Guerra Mundial" –, em contraste com o uso abundante de imagens e música. A apresentação dos ícones da formação histórica daquele país, que se desmancham em imagens que se sucedem cronologicamente, de forma deslumbrante, torna a mensagem muito vigorosa. Foram usados todos os mais avançados recursos tecnológicos proporcionados pela informática – é possível ver personagens célebres e anônimos em cenários muito bem ilustrados, com efeitos especiais engenhosos, no mais puro gênero cinematográfico. No entanto, a apresentação em si mesma é linear e, de certo modo, conservadora, em tom de "história oficial", veiculando a imagem de uma Polônia resistente e, em seguida, próspera. As referências ao domínio soviético são negativas e breves, com grande destaque ao movimento *Solidariedade*, apenas para citar um exemplo do tom oficial do filmete, que celebra o ingresso da Polônia na ordem capitalista do Ocidente. O que se quer dizer com isso é que, por mais revolucionárias que sejam as técnicas da informática, o conteúdo da mensagem pode ser muito conservador, na verdade.

Na década de 1990, após o trabalho de Ernesto Ruiz, tornou-se comum a abordagem do tema *História e informática* em termos técnicos, como na obra de M. J. Lewis e Roger Lloyd-Jones (1996), concentrados em expor o passo a passo para a montagem de banco de dados e planilhas, após ligeira reflexão mais geral. No entanto, as reflexões dos autores sobre a relação historiador e computador são interessantes e permitem perceber que, ainda na década de 1990, a maioria dos historiadores repudiava o uso dessa poderosa ferramenta. Os autores fizeram questão de ressaltar que o computador não era nada além do que uma ferramenta: "*the computer is not a magic box that will solve all your problems,*

any more than using it in your historical study is simply an exercise in number crunching"[2] (Lewis; Lloyd-Jones, 1996, p. 17).

O fato é que, para além da discussão sobre o uso mais corriqueiro dos editores de texto, o computador acenava com a possibilidade de trabalhar com bancos de dados ou bases de dados, outro tipo de programa que foi visto como muito útil, uma verdadeira contribuição ao trabalho de pesquisa, na linha indicada pelos autores norte-americanos mencionados anteriormente. Entre os historiadores brasileiros, Guilherme Pereira das Neves menciona o humanista Comenius, que, no século XVII, imaginou um projeto de sistematização rigorosa de todo o conhecimento humano. O autor se questiona, então, se os computadores não seriam a resposta para os anseios daquele humanista, guardadas as devidas proporções, apostando no potencial dos bancos de dados:

> [...] ao contrário da maioria dos procedimentos adotados por cada pesquisador individual para coletar e para organizar as suas informações, um banco de dados obedece sempre a certos requisitos, a certos padrões, que fazem com que as suas informações tornem-se acessíveis a outros pesquisadores, sem que estes tenham que passar pela penosa etapa de examinar novamente as fontes (Neves, 1990, p. 213).

A padronização e sistematização promovidas pelos bancos ou bases de dados serviriam, portanto, para consolidar pesquisas que, dessa forma, seriam úteis a mais de um historiador. No entanto, isso não significa criar uma panaceia que daria conta de todas as atribuições metodológicas que o trabalho em história requer, pois "o historiador deve recolher, de inúmeros textos, informações sem conta, que cumpre classificar e ordenar, a fim de tê-las sempre acessíveis e disponíveis" (Neves, 1990, p. 209) Ou seja, o computador, o banco de dados ou qualquer outro instrumento informático que o pesquisador utilize, nunca vai substituir a atuação do profissional de história, a escolha de critérios e referências que cabe somente a ele estabelecer.

Passados mais de vinte anos, o texto de Guilherme Pereira das Neves possui alguns trechos verdadeiramente divertidos, a exemplo de quando o autor afirma que "ainda não é possível dispor, no Brasil, dos micros portáteis, dotados de baterias e que podem ser levados aonde há necessidade deles" (Neves, 1990, p. 211). Esses tempos já chegaram e, de fato, contribuem enormemente para as pesquisas de muitos historiadores, constituindo-se em poderosa ferramenta de pesquisa. Pode-se mesmo dizer que os computadores portáteis tornaram-se companheiros fundamentais dos historiadores dedicados à pesquisa arquivística ou mesmo livresca.

O uso e a difusão de bancos ou bases de dados, indicada de forma pioneira, no Brasil por Guilherme Pereira das Neves, tem sido a tônica de diversos trabalhos e ocupam significativa

2 O computador não é uma caixa mágica que resolverá todos os seus problemas, e tudo o que exceder seus uso em estudos históricos é simplesmente processamento de números.

importância para adensar algumas das reflexões aqui apresentadas (Aguiar, 2010). Especialmente em abordagens como a prosopografia e a análise de redes sociais, "com as possibilidades que foram oferecidas pela informática no trabalho de grandes quantidades de informação e com a crescente familiaridade dos historiadores com o computador" (Camarinhas, 2010, p. 28) houve um significativo impulso e o desenvolvimento de trabalhos complexos, em geral referentes a elites políticas e econômicas.

Outro aspecto que deve ser indicado é a formação de grupos de pesquisadores envolvidos com a temática história e computação. No exterior existem a Association for Computer and the Humanities (ACH) e a Association for History and Computing, fundadas, respectivamente, em 1966 e 1976, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Segundo José Cláudio Alves de Oliveira, surgiu:

> [...] outra similar [à inglesa] na Áustria. Franceses e portugueses criaram associações similares em 1987 e os países escandinavos e a Suíça, no ano seguinte. Em 1990, 25 países tinham suas próprias organizações nacionais, e a Associação de História e Computação (AHC), criada em Londres em 1986, transformou-se numa organização de caráter internacional, agrupando todas as demais organizações nacionais (Oliveira, 2005).

Já no Brasil, existe uma organização similar, fundada em 1991, chamada de Associação Brasileira de História e Computação (ABHC). Todas elas, as estrangeiras e a brasileira, têm como objetivo discutir e difundir reflexões sobre os constantes avanços tecnológicos e a suas utilidades para a pesquisa e o ensino em história. Tais iniciativas refletem, por outro lado, as deficiências que muitos pesquisadores experimentam no uso do computador e de seus programas. É notável que muitos alunos bolsistas não percebem o que é a estruturação de um banco de dados, por exemplo, porque mecanizaram apenas a prática do preenchimento de dados nos campos já previamente definidos pelos pesquisadores.

Apenas um exemplo retirado de experiência pessoal: um bolsista, ao preencher o campo "cidade de origem" de determinado banco de dados utilizado em uma pesquisa de iniciação científica, que servia para indicar o nascimento dos agentes históricos estudados na investigação, por vezes utilizava, para o caso do Rio de Janeiro, formas abreviadas, que variavam de RJ a R.J. e até mesmo apenas Rio. Essa aparente insignificante incongruência pode alterar dramaticamente a informação de quantas pessoas nasceram na cidade, pois o pesquisador que fizer o filtro no campo de busca do programa do banco de dados, vai obter registros parciais em relação aos totais que teria alcançado caso o registro da informação fosse uniforme. Esse exemplo, que pode ser considerado até pueril, serve para dimensionar o que realmente deve ser a informática para os historiadores: um importantíssimo instrumento, uma ferramenta extremamente útil que, se não for usada com habilidade e prudência, pode se tornar completamente inútil.

"Google it": a história e a Internet

A expressão "Google it" já se tornou usual no mundo de língua inglesa, aparecendo, inclusive, em filmes de Hollywood, em cenas nas quais pais incentivam os filhos a procurarem informações no famoso motor de busca da poderosa empresa norte-americana. Claro está que, hoje em dia, o Google não é apenas um motor de busca que se sobrepôs a todos os outros que existiam antes, inclusive aos de melhor qualidade, como o Altavista. Hoje, o Google possui outras frentes de negócios, tais como um browser, o Chrome; um eficiente ambiente de gerenciamento de imagens, o Picasa; um inovador administrador de e-mails, o Gmail; e os impressionantes gerenciadores de ruas e orientadores geográficos, o Google Maps e o Google Earth, isso para nomear apenas algumas das inúmeras iniciativas da empresa. Claro que a Internet não se resume ao Google, mas é inegável que essa empresa sufocou, de maneira impressionante, outros empreendimentos anteriores ao seu surgimento, criando o que Asa Briggs e Peter Burke denominaram "tecnopólio" (Brigss e Burke, 2006, p. 304).

Mas vale sublinhar para os incautos que Internet é muito anterior ao Google. Na verdade, segundo Darnton, "a Internet, pelo menos como termo, data de 1974. Foi desenvolvida a partir da ARPANET (rede limitada que possibilitava conexões entre universidades de tecnologia de ponta, apoiada por uma agência militar americana), surgida em 1969 e de experimentos anteriores com comunicação entre redes de computadores" (Darnton, 2010, p. 40). Apesar disso, curiosamente, Asa Briggs e Peter Burke assinalam que "em 1991, o livro *Technology 2001. The future of computing and communications*, escrito por figuras de destaque em computação e publicado pelo MIT, não fazia referência à Internet. Nem as palavras "World Wide Web" ou "ciberespaço" figuravam no índice (Briggs e Burke, 2006, p. 300). De qualquer forma, o princípio de ligar computadores em rede e promover, dessa maneira, a troca de informações, foi se generalizando, especialmente no ambiente universitário, com uso intensivo de mensagens de e-mail. Claro que daí a enveredar para a forma comercial o passo foi curto, surgindo, assim, o primeiro provedor, por volta de 1979.

Somente em 1989, um físico inglês, especializado em ciência da computação, Tim Berners-Lee, concebeu a *World Wide Web*, uma rede de alcance mundial, conectando documentos em hipermídia ancorados na Internet, que podem ser executados por diversos usuários. Em 1991 foi publicado o primeiro *website* (por vezes agora chamado apenas de site ou sítio), que foi também o primeiro diretório. A partir daí essa tecnologia se espalhou de maneira vertiginosa, com vários usos, para o bem ou para o mal. Foram criadas inúmeras páginas usando imagens, textos, vídeos e hiperlinks, nas quais basta clicar em determinado link para acessar outra página da rede. Foi esse procedimento que acabou definido, na linguagem informática, como "navegar", ação dependente de um browser ou navegador – software necessário criado, aliás, pelo mesmo Tim Berners-Lee, em 1990.

Como não havia censura, alguns logo consideraram a *Web* como o ambiente mais democrático da história em termos de disponibilização de informações. Ginzburg discordou dessa ingenuidade, na palestra já citada, ao afirmar que a *Web* só é "potencialmente

democrática" (Ginzburg, 2010), pois não elimina, antes reforça as tensões sociais, no mínimo porque apenas alguns sabem dominar ou têm acesso a todas as linguagens do ambiente cibernético.

De todo modo, na altura em que surgiu, a *Web* disponibilizava, indiscriminadamente, desde entretenimento geral, formas de comunicação e de aproximação de pessoas no campo afetivo, até informações científicas abalizadas, passando, é claro, pela pornografia – aliás, uma das temáticas mais comuns na rede até hoje. Foi então que surgiram, no final do século XX, os motores de busca, poderosos indexadores dos conteúdos das páginas, que viabilizavam acessar as informações contidas nessas publicações, por intermédio da pesquisa de apenas uma palavra ou uma expressão. Lycos, Yahoo, Altavista e Google são os mais conhecidos e têm como base poderosas empresas de informática que movimentam milhões de dólares. Há ainda uma série de motores de busca específicos para atividades como medicina e direito, além dos regionalizados ou limitados geograficamente, como no caso do sistema voltado para a Índia ou Rússia, sem esquecer dos *metasearch,* motores que utilizam outros motores e apresentam os melhores resultados. Também se difundiram na rede mundial os blogs e, mais recentemente, as redes sociais, gerais ou de pesquisadores, como Orkut, Facebook, Café História, só para citar os mais badalados no momento, responsáveis pela conexão de milhões de pessoas que podem discutir em tempo real ou apenas deixar registradas reflexões sobre qualquer tipo de tema ou interesse.

Não cabem aqui as explicações técnicas mais detalhadas, senão as referidas às possibilidades da informática para a pesquisa histórica. Atualmente, o historiador tem acesso a uma quantidade quase infinita de informações, distribuídas em centenas de milhares de sites que oferecem análises de fatos históricos, cronologias, biografias, reproduções de imagens de quadros, esculturas, obras arquitetônicas, músicas, dicionários, enciclopédias, embora parte desse material não siga padrões acadêmicos ou científicos, seja na seleção de fatos ou temas, seja na análise destes. Se por um lado isso cria uma sensação de liberdade e agilidade, por outro dá margem à circulação de toda sorte de informações inconsistentes ou superficiais. Darnton sugere, diante desse quadro, que é necessária a redefinição do conceito "informação", pois a rapidez de circulação e a abundância e sua origem múltipla criaram variações fundamentais para o que significou anteriormente (Darnton, 2010, p. 49).

Assim, se há um aspecto produtivo e útil na busca de informações na Internet, há também o aspecto negativo, presente na difusão de conteúdos inverídicos, por vezes apresentados com aparência de verdade. Darnton afirma que "mais de um milhão de blogs foram criados nos últimos anos. Proporcionaram o surgimento de uma coleção riquíssima de histórias sobre a difusão de informações incorretas, algumas das quais soam como lendas urbanas", difundidas a uma velocidade estonteante. E não apenas em blogs, mas em todas as formas de comunicação e de estabelecimento de redes, a informação circula rapidamente. Um exemplo recente e divertido retirado do Notícias UOL, no dia 11 de maio de 2011, a cidade de Roma quase parou, pois, mesmo não sendo feriado oficial, muitas lojas não abri-

ram, muitos trabalhadores não saíram de casa, muitas crianças não foram às escolas, porque havia sido veiculada na rede uma profecia de um certo Bendandi, falecido no fim da década de 1970, que previra, para esse dia exato, um terremoto que destruiria a cidade. Esse desconcertante episódio ocorrido no século XXI indica o impacto que blogs e outros registros feitos na rede podem causar, criando uma "realidade textual" que Darnton considera muito perigosa (Darnton, 2010, p. 42).

Em relação ao Google propriamente dito, na qualidade de poderoso instrumento de busca textual, Roger Chartier afirma que, como resultado da forma de pesquisa proporcionada por esse motor, "temos um mundo de fragmentos descontextualizados, justapostos, indefinidamente reconstituíveis, sem que seja necessária ou desejável a compreensão da relação que os inscrevia na obra da qual tenham sido extraídos" (Chartier, 2009). Para o autor, há um entendimento "ingênuo de todo livro, de todo discurso, como um banco de dados que fornece 'informações' àqueles que as procuram" (Chartier, 2009) – o que atenderia, primordialmente, aos interesses da empresa californiana. Critica, ainda, o fato de só haver um formato para esse conteúdo, a tela do computador, enquanto o códice pode assumir diversos tamanhos e formas, muitas vezes definindo a relação do leitor com o que se encontra nele inserido.

Ginzburg, por sua vez, compreende a crítica de Chartier, mas ressalta que a leitura fragmentada sempre foi possível por meio da chamada "leitura diagonal" do texto, não sendo uma atribuição exclusiva do Google. O historiador italiano lembra que a leitura fragmentária é um recurso antigo, assinalando que os índices que os historiadores conhecem há muito tempo são exemplo disso. Para ele, as pessoas sempre alternaram uma leitura mais densa com leituras mais pontuais, fragmentadas, conforme o tipo de interesse em tal ou qual texto para sua pesquisa.

Ginzburg demonstra ser mais otimista em relação ao potencial do Google. Ele chega a propor uma tese, que ainda vai ser muito discutida, segundo a qual "o Google é uma extensão, uma prótese do nosso corpo e de nossa mente. Uma prótese capaz de grandes *feeds* dos quais jamais seremos capazes" (Ginzburg, 2010). Afirma também que o Google é um poderoso instrumento de homogeneização cultural, pois possibilita relações imprevisíveis; que ele pode ser considerado importante parceiro da pesquisa histórica, mas, ao mesmo tempo, um instrumento que pode até negar a história, porque no "presente eletrônico o passado se dissolve". Diz ainda que idealizar o Google não tem sentido, mas também ignorar a energia que ele gera é inútil. De qualquer maneira, ele considera que o tema Google ainda está subteorizado e, portanto, merece o acúmulo de mais dados para se definir melhor o papel que possa desempenhar no cotidiano dos historiadores.

Não obstante as críticas frontais de Chartier e Darnton ou mesmo o otimismo prudente de Ginzburg, o fato é que a presença da Internet no trabalho do pesquisador em história cresce como bola de neve e não é possível evitá-la. É imprescindível saber se conduzir minimamente nesse cipoal de informações escritas, visuais e auditivas, oferecidas em abundância para todos, ou quase todos, nas práticas hoje correntes do ofício do historiador.

Fontes Históricas e informática: preservação, armazenamento e consultas

Um dos aspectos mais discutidos pelos historiadores, assim como arquivistas e bibliotecários, tem sido a possibilidade dos recursos informáticos serem usados para garantir a preservação de documentos e livros.

Em uma primeira abordagem que assuma uma perspectiva otimista, pode-se apenas pensar que só há vantagens nesse procedimento. Papéis que sofrem a ação desgastante do tempo, oxidando, amarelando, ficando quebradiços, destruindo-se ou desmanchando-se, por vezes nas mãos dos próprios historiadores, podem ser perpetuados e guardados no momento em que forem digitalizados por intermédio do uso de scanners ou de fotografia digital. Assim, dessa maneira, transformados em imagens podem ser armazenados em meios cada vez mais diversificados e práticos: CDs, DVDs – os mais antigos – Blu-Rays, Pen Drivers, HDs externos, estes cada vez menores e, inversamente, com mais capacidade de acumulação de dados. Já existem HDs externos com 1,5 terabyte de capacidade.

Apenas a título de exemplo de material guardado em meios físicos como os citados anteriormente, deve-se mencionar, para o caso luso-brasileiro, o Projeto Resgate, que desde 1995 fez um esforço de reunião de documentos relativos à história do Brasil que foram depositados em arquivos estrangeiros, especialmente em Portugal, que produziu 380 CD-ROMs de documentos digitalizados, capturados em sua maioria no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU). Essa coleção tem apoiado um número significativo de estudos recentes, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado dedicados a pesquisas sobre o período colonial.

Isso apenas para o caso de armazenamento em meio físico. Se considerados os recursos disponibilizados na Internet, o espectro de capacidade de guarda de informações aumenta muito mais. Existe uma tendência a se desenvolver a *computação em nuvem* (*cloud computing*), ou seja, "muitos aplicativos, assim como arquivos e outros dados relacionados, não precisam mais estar instalados ou armazenados no computador do usuário ou em um servidor próximo. Esse conteúdo passa a ficar disponível nas 'nuvens', isto é, na internet" (Alecrim, 2010). Melhor traduzir "na nuvem", pois se refere, na verdade, à nuvem de computadores interligados que ficam responsáveis pela guarda das informações e arquivos armazenados.

Não é preciso muita imaginação para construir cenários em que uma quantidade quase ilimitada de documentos possa ser acessada por inúmeros pesquisadores em toda a face da Terra, bastando para isso aceder com algum equipamento – e aí podem ser computadores, tablets e até telefones celulares – a uma conexão de alta qualidade e velocidade, dotado de algum aplicativo – desde que o usuário possua recursos para pagar por tudo isso. Um bom exemplo disso é o Dropbox, aplicativo gratuito que permite acumular cerca de 2 gigabytes (mais do que isso, passa-se a pagar) de documentos, filmes e imagens, além de permitir compartilhá-los em download, a partir de endereços públicos que o próprio aplicativo cria,

viabilizando o envio de arquivos muito pesados, cujo envio por e-mail é impossível. Trata-se, portanto, de um aplicativo que não apenas armazena conteúdo na nuvem, como também viabiliza a troca de informações e trabalhos.

Por outro lado, não é de hoje que muitas instituições de pesquisa – bibliotecas nacionais, arquivos nacionais e museus – têm feito um enorme esforço de digitalização de seus acervos documentais e bibliográficos com o objetivo de disponibilizar material para pesquisas. Hoje, por exemplo, já é possível fazer um estudo com certa qualidade sobre temas relacionados à Inquisição de Lisboa, porque é possível baixar os documentos disponibilizados pelos Arquivos Gerais da Torre do Tombo referentes àquele tribunal, tornando possível que jovens pesquisadores brasileiros façam suas leituras sem a custosa viagem a Portugal.

Portanto, é impossível negar a importância e o impacto que essas inovações proporcionam para a pesquisa histórica. Trata-se de um enorme avanço em termos de possibilidade de análises documentais, uma ampliação de arcos de estudos e trocas de experiências de pesquisa. No entanto, mais uma vez, não se trata da realização do sonho de Comenius, já mencionado anteriormente. Há implicações graves que devem ser consideradas, e aí se faz necessário novamente refletir sobre o papel do Google.

Nos últimos anos o Google tem feito a digitalização de "milhões de livros pertencentes aos acervos das principais bibliotecas de pesquisa, incluindo muitos ainda protegidos por copyright, e disponibilizando os textos para buscas on-line" (Darnton, 2010, p. 21), projeto conhecido como Google Book Search. Se, por um lado, é extremamente prático, do ponto de vista daqueles que não tem acesso a instituições de pesquisas distantes, de outro, apresenta vários perigos, em função do tipo de acordos que estão associados a esse processo de digitalização, sobretudo quanto aos direitos autorais (Darnton, 2010; Chartier, 2009).

Enquanto um dos agentes que participaram das negociações para a assinatura de contrato de permissão do projeto do Google, Darnton faz um histórico das negociações desenvolvidas por ele com a poderosa empresa norte-americana e apresenta seus maiores receios. Um deles refere-se ao fato de existir a possibilidade de, no futuro, o que hoje é proposto como livre acesso gratuito venha a ser cobrado, por conta de alguma mudança nas diretrizes da empresa Google, que, como vimos, exerce um "tecnopólio" sobre os livros disponibilizados. É justamente por temer a desvalorização das bibliotecas tradicionais que Darnton critica fortemente o projeto do Google, pois, uma vez que não haverá digitalização da totalidade dos livros, certamente serão excluídos livros fundamentais para estudos específicos, com forte prejuízo para pesquisas originais (Darnton, 2010, p. 53-54).

Infelizmente, porém, os entusiastas da Internet e do Google nutrem uma convicção na infalibilidade deles que não procede. Basta citar o que disse um usuário da rede em seu chat pessoal: "se até o Google falha, não há mais esperança no mundo". Essa frase espelha bastante o nível de expectativas que o senso comum tem depositado no ambiente cibernético. É Darnton que alerta, com tremenda perspicácia:

> [...] o Google cometerá erros. Apesar de sua preocupação com qualidade e controle de qualidade, livros serão esquecidos, páginas serão puladas, imagens serão borradas e muitos problemas vão acontecer na tentativa de reproduzir textos com perfeição. Um dia acreditamos que o microfilme resolveria o problema da preservação de textos. Agora aprendemos a lição. Como no caso do Google, nada garante que as cópias do Google vão durar. Bits se degradam com o passar do tempo. Documentos podem se perder no ciberespaço por conta da obsolescência da mídia em que estão registrados. Hardware e software veem se tornando indistintos a um ritmo preocupante. A menos que o problema da preservação digital seja resolvido, todos os textos que nasceram digitais pertencem a uma espécie em risco de extinção (Darnton, 2010, p. 56).

São argumentos que merecem atenção, apesar de que, do ponto de vista técnico, não poder haver degradação de bits, pois se trata de combinação binária de zeros e uns. Mas o restante do argumento é verdadeiro: os textos nascidos digitais podem se degradar em relação ao seu suporte de guarda, afinal, os homens sabem como preservar documentos e livros em papel há muito tempo. Mesmo que muitíssimos se tenham perdido, caso sejam observadas as condições de aclimatação prescritas nos manuais de arquivistas e bibliotecários, podem-se conservar papéis por centenas ou milhares de anos.

A rapidez das mudanças da informática nos últimos tempos torna-se o maior argumento para que se avalie com prudência as potencialidades da *Internet* e da *Web* em termos de preservação e disponibilização documental. Um simples exemplo: os pesquisadores que armazenaram arquivos em disco flexível com capacidade de 360 kilobytes não têm como acessá-los atualmente, pela obsolescência dos drives de leitura, senão apelando para o "velho" procedimento de redigitarem os conteúdos impressos em papel. Na velocidade em que os equipamentos, programas e aplicativos são criados hoje em dia, não é uma observação de somenos importância.

No entanto, a recomendação de prudência não significa a defesa de qualquer obscurantismo anti-informático. O próprio Darnton sugere que as bibliotecas devem operar como "centros nervosos de transmissão de impulsos eletrônicos" (Darnton, 2010, p. 59), combinando sua tradicional função de fórum de pesquisa, associando todo material impresso, cuidadosamente preservado, e documentos digitais.

Ensino de história e computação

Seguem-se apenas algumas reflexões sobre tema vasto e polêmico como é o da penetração do uso da informática no ensino de história e os discutidos cursos de educação à distância. Citando mais uma vez a conferência de Ginzburg, as "escolas precisam da Internet", ou seja, é necessário, atualmente, aprender a usar os instrumentos oferecidos pela rede mundial. Por outro lado, é importante lembrar que o acesso em si mesmo não é algo tão generalizado, como por vezes se imagina, e existem multidões de "excluídos digitais" que ainda não alcançam o mundo da informação e das redes digitais.

Pensando no caso brasileiro, mas não só nele, é no espaço da sala de aula, especialmente de escolas públicas, que se podem criar condições de aprendizado do uso tanto dos computadores, quanto da Internet, proporcionando acesso a essas "ferramentas cognitivas" (Matta, 2001, p. 17) a um número significativo de pessoas. Para tanto, é fundamental que existam computadores disponíveis e o necessário estabelecimento de conexão à rede mundial para que professores e alunos exercitem essas possibilidades de novos modelos de ensino/aprendizagem. Nesse sentido, nos primeiros anos do século XXI, houve uma grande tendência de criação de políticas públicas de distribuição de computadores nas escolas de muitos países, em geral, para os alunos das séries iniciais.

Um exemplo claro disso pode ser visto na experiência de Portugal com um portátil de pequenas proporções, distribuído (com necessária participação em dinheiro dos pais), a partir de 2008, a crianças da escola básica do país, batizado de *Magalhães*, nome do famoso navegador português do século XVI. Em alguns casos, a experiência foi bem-sucedida, proporcionando uma dinamização das práticas em sala de aula, mas também decorreram muitos problemas da experiência, desde softwares de pouco utilidade e qualidade que vinham instalados na máquina até uma questão de ordem prática: muitos professores não estavam familiarizados com o uso do computador e evitaram a aplicação desses instrumentos tecnológicos.

Este não é um problema que possa ser ignorado e deve ser enfrentado em qualquer situação de aplicação do uso do computador em escolas: os professores precisam também ser instruídos no uso do computador, devem aprender a superar o medo e a desconfiança que, muitas vezes, sentem com relação a essa tecnologia. Se os alunos parecem ter mais destreza no manuseio do equipamento, em geral, não sabem dar uma utilidade mais sofisticada ao seu uso. A combinação entre habilidades e competências do processo de ensino/aprendizagem deveria constar da prática da utilização do computador e da informática.

No Brasil existem projetos para o ensino e utilização de computadores para professores e alunos. Um deles é de iniciativa federal e chamou-se Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), criado em 1997. Assim, já existe um processo de informatização gradual das escolas. Também já se iniciou a distribuição de notebooks pelo governo federal e, gradativamente, por estados e prefeituras. Na medida em que "a informática favorece uma atitude exploratória e lúdica", (Matta, 2001, p. 78), ela promove o protagonismo do aluno no processo ensino/aprendizagem e desenvolve as competências e habilidades fundamentais para sua inserção nas expectativas do mundo moderno. Mas, como sempre, cabe a ressalva de que a tecnologia em si não garante a qualidade da mensagem. Somente "a interação entre as linguagens sonora, visual e verbal pode significar um avanço no processo cognitivo, despertando, por intermédio dessas ferramentas, novas possibilidades no processo de ensino/aprendizagem" (Rocha, 2006, p. 34).

Nesse sentido, é certo que, para o ensino de história, o uso do computador em sala de aula tem procurado atrair o interesse dos alunos, uma vez que a disciplina não é bem vista

por um número significativo deles. Por meio de exposições multimídias, por meio de um programa de apresentação chamado Power Point, oferecido pela Microsoft, muitos professores de história têm a possibilidade de explorar aspectos diversos da matéria que, de outra forma, seriam de difícil utilização. No entanto, muito se fala atualmente do conceito de hipermídia aplicado ao ensino de história. Como já sabemos, as hipermídias permitem a navegação em busca de informação de toda sorte – textos, imagens, sons, tabelas (Matta, 2001, p. 69) e a forma mais comum seria estabelecer tarefas para os alunos com o objetivo da produção de uma apresentação ou de um texto. Assim, os alunos ficariam responsáveis pela autoria do material trabalhado, a partir das pesquisas desenvolvidas, sugerindo uma nova relação no processo de ensino/aprendizagem na qual o professor seria, antes de tudo, um condutor do processo, e não mais o centro da produção de conhecimento em sala de aula. A eventual difusão dessas tecnologias de ensino/aprendizagem, no plano pedagógico, são evidentemente discutíveis.

Anita Correia Lima de Almeida e Keila Grinberg apresentam uma interessante proposta de trabalho, para o caso específico do uso da Internet nas aulas de história. As autoras propõem as WebQuests, conceito criado por Bernie Dodge em 1995, que:

> são atividades – ou oficinas – de ensino/aprendizagem desenvolvidas especialmente para ajudar a usar a Internet e, sobretudo, lidar com a grande quantidade de informação disponível na rede. A ideia é utilizar o que a Internet tem a oferecer, que não é pouco, como todos sabemos, mas, ao mesmo tempo, fazer com que o professor seja capaz de ajudar seus alunos a não se perderem na floresta (Almeida; Ginberg, 2009, p. 207).

As autoras demonstram que o sugerido não difere muito, em termos essenciais, do que no passado era pedido aos alunos: fazer uma pesquisa. O que os alunos faziam era copiar o que encontravam em enciclopédias e livros especializados para depois apresentarem aos professores. Esse procedimento, com a Internet, ficou facilitado, mas seu risco foi agravado, na medida em que, não raro, os alunos sequer leem o que transportam da Internet para o papel. As WebQuest buscam oferecer aos professores possibilidades de redefinir e controlar o uso desses instrumentos.

Almeida e Grinberg explicam o método:

> [...] a atividade parte de um tema (a guerra entre persas e gregos na Antiguidade, por exemplo) e de um problema (como eram formados os exércitos persas), traduzidos EM uma tarefa (você é um espião grego infiltrado na Pérsia e precisa elaborar um relatório sobre os exércitos persas, sem ser descoberto). Para realizar a tarefa, ou seja, elaborar seu relatório sobre os exércitos persas, o aluno precisará consultar uma série sites na internet [...] ou trechos de textos, artigos e livros previamente escolhidos pelo professor e disponibilizados em recursos [...] (Almeida; Grinberg, 2009, p. 208).

Tudo isso, associado a tarefas de autoavaliação, poderia, em tese, inserir os alunos em uma atividade a um só tempo escolar e lúdica, engajando-os no processo de produção do conhecimento. Esse é apenas um exemplo, entre muitos outros, do que pode ser feito no espaço da sala de aula para tornar a relação Internet/aula de história algo mais proveitoso para os envolvidos.

Outra tendência que merece registro são os softwares educacionais, que crescem dia a dia no mercado, os quais estão divididos em categorias, segundo seu formato (tutoriais, exercício e prática, jogos e simulação) e prometem abordagens inovadoras e inventivas, embora algumas não passem de modelos lineares de apresentação de conteúdo (Rocha, 2006, p. 42-46). Para ser realmente uma novidade no processo de ensino/aprendizagem, a linguagem hipertextual tem de, obrigatoriamente, possibilitar que professores e alunos tenham uma relação dialógica e interativa capaz de viabilizar um processo de conhecimento por parte do leitor (Rocha, 2006, p. 81).

Enfim, uma tendência hoje muito forte na educação em geral e em especial no ensino de história tem sido a educação a distância em nível de ensino superior. No Brasil, essa modalidade foi regulamentada pelo decreto Decreto n. 2.494, de 1998, sendo definida como uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com mediações de recursos didáticos de maneira informal. A partir daí, as universidades federais e estaduais desenvolveram uma série de programas atendendo a orientação da nova lei, e hoje existem várias licenciaturas em história efetivadas por esse meio.

Mais uma vez, não inventaram a roda, no caso da educação a distância, na medida em que modalidades dela já existiam mesmo antes da difusão de computadores e da Internet, com o uso de revistas, do rádio e da televisão. A disseminação da tecnologia de informática, a difusão dos computadores e a propagação da Internet, especialmente em sua modalidade de conexão de alta qualidade, apenas potencializaram e intensificaram a sua prática (Rurato; Gouveia, 2004). Os entusiastas da proposta imaginavam uma "universidade sem paredes", que poderia "eliminar as salas de aula" (Briggs; Burke, 2006, p. 309).

Sem dúvida, trata-se de mecanismo capaz de difundir o ensino de história e de qualificar professores que já ministram a disciplina, mas não possuem a devida habilitação. A educação a distância consegue alcançar rincões recônditos de um país de grandes dimensões, como o Brasil, mas a aceitação do modelo não é pacífica e sofre muitas críticas voltadas para a qualidade da formação oferecida. Além disso, um dos aspectos mais citados nas críticas é o fato de tirar a oportunidade da socialização no espaço da sala de aula, justamente o que os entusiastas do modelo de ensino a distância acreditam e desejam demolir. Seja como for, não há como negar que a essa modalidade de educação é uma iniciativa intimamente ligada às novas tecnologias e que, bem ou mal, tem possibilitado a formação de muitos professores de história.

Interfaces

Interface faz parte daquele grupo de palavras que se pode chamar de polissêmico, tem mais de um significado, dependendo da área em que seja aplicada – na informática, na comunicação, na ecologia ou na física. Aqui ela está sendo utilizada no sentido de se propor uma interconexão de tudo que foi apresentado no presente capítulo.

Em tempo muito curto, ainda mais para os historiadores – profissionais mais afeitos a analisar longas séries de anos passados – inúmeras mudanças de natureza tecnológica avassalaram o cotidiano dos indivíduos em todo o mundo. Segundo Pierre Lévy, as novas tecnologias de comunicação proporcionam a partilha de memória, de percepção e de imaginação, gerando uma espécie de aprendizagem coletiva, uma troca de conhecimentos que ele vê de maneira altamente promissora (Lévy, 2004).

No entanto, apesar desse entusiasmo até certo ponto legítimo, convém evitar o deslumbramento com o avanço das tecnologias cada vez mais sofisticadas. A postura crítica com relação à difusão do uso do computador e à presença cada vez maior da Internet no dia a dia dos indivíduos é uma atitude obrigatória, e é quase inevitável não se empolgar com a ideia de ter acesso a enormes quantidades de fontes, livros, textos de estudos específicos, que viabilizariam muitos estudos de historiadores que não poderiam fazê-los por falta de recursos para apoiar as pesquisas. Mas vale o alerta: o que para as máquinas é apenas uma questão de capacidade de armazenamento, para os homens significa o esforço hercúleo de processar tanta informação. Bombardeados constantemente por uma enorme quantidade de conteúdos, específicos e gerais, as pessoas, inclusive os historiadores profissionais, precisam filtrar e controlar essas informações para poder processá-las de forma qualificada.

O mais importante, porém, é que, na realidade altamente conectada das pessoas do presente, os historiadores podem estabelecer mais trocas, mais convergências, mais interfaces em sua incessante busca do passado.

Referências

AGUIAR, Leandro Coelho. Uso de bases de dados pela historiografia: práticas, metodologias e seus impactos na preservação, recuperação, disseminação e acessibilidade das informações históricas. *Anais do XX Encontro Regional de História*. ANPUH/SP: Franca, 2010.

ALECRIM, Emerson. *O que é cloud computing (computação nas nuvens)?* Publicado em 23 dez. 2008. Atualizado em 08 dez. 2010. Disponível em: http://infowester.com/cloudcomputing.php.

ALMEIDA, Anita Correia Lima de; GRINBERG, Keila. As WebQuests e o Ensino de História. In: ROCHA, Helenice et al. *A escrita da história escolar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*: *de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CAMARINHAS, Nuno. *Juízes e administração da justiça no antigo regime*: *Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010.

CHARTIER, Roger. O Google e o futuro do livro. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mais, 29 nov. 2009. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2911200912.htm.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros*: *passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. História e informática: O uso do computador. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GINZBURG, Carlo. Conferência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nov 2010. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=wSSHNqAbd7E.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*: *o futuro do pensamento na Era da Informática*. São Paulo: Editora 34, 2004.

LEWIS, M. J.; LLOYD-JONES, Roger. *Using computer in history: a practical guide*. New York: Routledge, 1996.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Procedimentos de autoria hipermídia em rede de computadores, um ambiente mediador para o ensino-aprendizagem de história.* Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, 2001.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. Ciberhistória. *Revista Museu,* 2005. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br.

NEVES, Guilherme P. das. O sonho de Comenius: o uso de microcomputadores em uma pesquisa de História Social. *Anais do IV Encontro Regional da ANPUH-RJ*. Rio de Janeiro, 1990.

ROCHA, Simone. *Hipertexto e ensino de história: análise do trajeto de leitura em ambiente hipermídia.* Dissertação (Mestrado em ciências da linguagem). Universidade do Sul de Santa Catarina, 2006.

RUIZ, Ernesto. O passado como mensagem: o uso dos computadores pessoais na comunicação do conhecimento histórico. In: *Anais da X Reunião da SBPH.* Curitiba: SBPH, 1991.

RURATO, Paulo; GOUVEIA, Luís Borges. *História do ensino a distância*: *uma abordagem estruturada*. Disponível em: http://hdl.handle.net/10284/635.

Conclusão

Avanços em xeque, retornos úteis

Ronaldo Vainfas

Acerca dos novos domínios e das modalidades epistemológicas do conhecimento histórico

É chegado o momento de concluir o volume, esboçando um balanço do que apresentamos aqui como novos domínios da história à luz da tipologia epistemológica da área apresentada por Ciro Cardoso na introdução da obra. Tratarei, portanto, dessas duas questões, relacionando-as na medida do possível.

Entre os "novos domínios" aqui apresentados, vários deles, longe de constituir "novidade", são bastante tradicionais, por vezes clássicos, como a história das relações internacionais, embora tenham passado por processos de renovação, em graus variáveis, nas últimas décadas. Nesse caso, trata-se de avaliar o avanço que cada um desses campos pôde alcançar, quer os realmente novos, quer os renovados, embora antigos. Qualquer avaliação desse tipo só faz sentido em nossa disciplina se considerarmos o ritmo e a qualidade da produção historiográfica, matéria suficientemente contemplada em cada um dos capítulos. A produção historiográfica pode funcionar, ao mesmo tempo, como evidência empírica e prova argumentativa de eventuais avanços, recuos ou estagnações – de preferência às reflexões conceituais e abstratas.

A tipologia apresentada na Introdução funciona, por sua vez, como um quadro de referência bastante útil para se pensar três modalidades possíveis – sem dúvida as principais – da epistemologia história: o *reconstrucionismo*, entendido como a reconstrução do passado a partir das evidências factuais e documentais, de maneira indutiva, de modo a alcançá-lo na sua feição a mais verdadeira possível ou, quando menos, com ótima verossimilhança; o *construcionismo,* que atribui ao sujeito historiador o papel de produzir um conhecimento possível acerca do passado, sempre à luz do presente e a partir de hipóteses hipotético-dedutivas ancoradas em modelos teóricos; e o *desconstrucionismo*, que desloca o foco para as estruturas discursivas, consideradas a única ou a principal matéria de estudo, do que resulta a sub-valorização, ou mesmo eliminação, das evidências e realidades históricas por si mesmas, na medida em que a história é concebida somente como texto ou narrativa.

No entanto, há duas questões relacionadas ao modelo anterior que gostaria de comentar, não para refutá-lo *in totum*, é óbvio, senão para matizá-lo conforme minhas próprias convicções acerca da história enquanto disciplina ou ciência – diferentes, em certa medida, daquelas externadas pelo autor do texto inaugural. Ficará o leitor contemplado com dois textos de balanço, cujo contraste poderá ser de interesse em um livro de tipo teórico-metodológico.

Em primeiro lugar, penso que, como toda tipologia, também esta funciona melhor enquanto ponto de partida para a reflexão, e não como modelo fechado, de modo que, na prática historiográfica, vários elementos de cada uma das três modalidades enunciadas podem estar presentes em uma mesma pesquisa, por vezes de forma harmoniosa e coerente, outras vezes de maneira desconexa. O próprio autor da introdução concebe a chamada *nova história*, como se viu, enquanto modalidade epistemologicamente híbrida do conhecimento histórico, a meio caminho do construcionismo e do desconstrucionismo.

De todo modo, é possível constatar, sem dificuldade, que um mesmo livro pode combinar a valorização do fato histórico tradicional com a do discurso de determinado agente histórico acerca de tal ou qual questão. Nesse caso a modalidade *construcionista* dominante estaria combinada com elementos de um *desconstrucionismo* flexível. A própria admissão de evidências históricas indiscutíveis, bem como de agentes históricos extratextuais, com motivações e interesses específicos, relegaria qualquer filosofia desconstrucionista a um papel secundário no arcabouço teórico de uma pesquisa como essa. Em contrapartida, se a presumida pesquisa buscasse sobrevalorizar o discurso em si, em prejuizo do agente histórico que o produziu, e não obstante a admissão de uma realidade factual externa à narrativa, os resultados seriam teoricamente inconsistentes ou pouco convincentes.

Em segundo lugar, embora Ciro Cardoso afirme que "*todas* as posturas epistemológicas" por ele examinadas "continuam presentes e ativas, sendo falso acreditar que alguma delas tenha sido refutada com consenso", uma leitura atenta do texto permite inferir que a tipologia por ele laborada obedece a dois critérios: o primeiro (principal) diz respeito à natureza conceitual de cada uma das modalidades e o segundo (secundário, por vezes implícito) diz respeito à sucessão das citadas modalidades no tempo.

O *reconstrucionismo* parece estar associado à "escola metódica" do século XIX e início do XX, em especial quanto à "crença em uma cognoscibilidade científica ilimitada baseada na acumulação indutiva de dados e fatos". Embora afirme que "há ainda hoje e houve recentemente historiadores reconstrucionistas relativamente numerosos", alguns deles "positivistas à moda antiga" (dos quais dá exemplos), considera que "a visão reconstrucionista da história-disciplina perdeu força ao longo do século XX". O *construcionismo*, por sua vez, está associado, principalmente, aos paradigmas racionalistas hipotético-dedutivos construídos entre a segunda metade do século XIX e a década de 1960, com destaque para os diversos marxismos (a começar pelo pensamento de Marx e Engels; ao modelo baseado no pensamento de Max Weber; ao chamado movimento dos *Annales*, na França, particularmente entre 1929 e 1969).

O *desconstrucionismo*, enfim, aparece fortemente associado ao que o autor qualifica com o pensamento *pós-moderno* disseminado a partir dos anos 1970-1980. Cardoso insiste mais nos aspectos teóricos dessa modalidade do que na sua inserção temporal – mormente quanto ao *discursivismo radical* que tende a caracterizá-la – assunto verticalizado no Capítulo 12 do presente volume. A chamada nova história, por sua vez, desenvolvida por intermédio de várias ramificações a partir do final da década de 1960, seria, segundo Ciro Cardoso, uma formulação híbrida, "com um pé em cada mundo" (construcionismo e desconstrucionismo).

Trata-se de um modelo classificatório de epistemologias da história que retoma – em alguma medida, embora de forma atenuada – críticas frontais de Cardoso à difusão do *paradigma pós-moderno* (irracionalista), em prejuízo do modelo *iluminista* (racionalista), como no texto clássico publicado em *Domínios da história* (1997). Não é o caso de polemizar em detalhe com o modelo apresentado (no mínimo porque a erudição do autor em matéria de teoria e filosofia da história é imbatível), senão de enunciar divergências que irão embasar minhas reflexões na presente conclusão:

a. Antes de tudo, o sequenciamento cronológico das modalidades epistemológicas que Ciro apresenta na ordem em que apareceram entre os intelectuais, sugerindo que o reconstrucionismo declinou, sem desaparecer, ao longo do século XX. De minha parte, como veremos a seu tempo, considero que uma das principais características de diversas correntes historiográficas contemporâneas reside exatamente na revalorização dos eventos e das evidências documentais, ao menos na pesquisa concreta. Nesse sentido, se o *reconstrucionismo* chegou a "perder força" ao longo do século XX, renasceu com ânimo bastante revigorado nas últimas décadas.
b. A modalidade *desconstrucionista,* por sua vez, enquanto portadora de um questionamento das realidades históricas (factuais ou estruturais) em favor das estruturas narrativas, alimentou (e alimenta), sem dúvida, inúmeros debates teórico-metodológicos. Mas não foi (nem vai) muito além disso. Quero dizer que o *discursivismo* – ao menos o discursivismo radical (Foucault, Hayden White) – simplesmente não triunfou como paradigma da pesquisa historiográfica. A crescente valorização das representações e dos discursos, enquanto objeto de estudo dos historiadores, não me parece suficiente para reconhecer qualquer grande impacto do desconstrucionismo na pesquisa concreta. Ciro Cardoso poderá estar de acordo com essa opinião, na medida em que hoje considera a chamada *nova história* uma modalidade ambivalente, *além de reconhecer que o discursivismo produziu muito pouco, a rigor, em termos historiográficos* (Capítulo 2). Acrescentaria, de minha parte, que nem mesmo a "velha" história das mentalidades adotou qualquer teoria *desconstrucionista* da história – se considerados, é claro, os grandes livros de publicados por historiadores como Jacques Le Goff, Le Roy Ladurie, Georges Duby, Jean Delumeau, Phillipe Ariès etc. – e não os artigos "teóricos" (muito anódinos) que vários deles produziram nos anos 1970 e 80.

c. Se assim é, penso que o *construcionismo*, de maneira geral, nunca perdeu terreno para o *desconstrucionismo* em termos de pesquisa historiográfica, apesar das polêmicas intermináveis em torno de "giros linguísticos", de pós-modernismos, de pós-estruturalismos etc. Algumas vertentes do *construcionismo*, sim, parecem ter perdido fôlego nos últimos trinta anos, sobretudo alguns tipos de marxismo (o althusseriano, o economicista, o stalinista) e as grandes sínteses produzidas na França, por exemplo, durante a chamada "era braudeliana". No entanto, elementos-chave do construcionismo permaneceram vigorosos e até se enriqueceram com a multiplicação de temas e objetos (condenada, por muitos, nos anos 1980, por "fragmentar" a história). Refiro-me, fundamentalmente, à persistência de uma história-problema e ao compromisso do historiador com a tarefa de interpretar/explicar a sociedade estudada, o enredo ou (que seja) o indivíduo escolhido como tema de pesquisa. Até mesmo a micro-história, que deliberadamente reduziu ao mínimo a escala de investigação e renunciou às explicações generalizantes, por opção teórica, longe está de ser discursivista.

d. Um aspecto central do *construcionismo,* porém, parece ter sido abalado com a multiplicação de objetos e campos de investigação específicos: o método hipotético-dedutivo. A verticalização temática das pesquisas, bem como a preocupação cada vez maior com o tratamento das fontes e das evidências empíricas, têm conduzido os historiadores, nos diversos campos, a valorizarem muito mais o diálogo com a documentação e com a factualidade nela registrada. O aparato conceitual, que no apogeu do construcionismo, por assim dizer, era considerado essencial ao trabalho do historiador, funciona hoje como um meio útil e necessário para problematizar os objetos; mas perde em importância, seja para as metodologias de pesquisa mais específicas, seja para as evidências factuais que permitam a *reconstituição* histórica dos objetos de investigação. Os historiadores parecem cada vez mais convencidos de que não lhes cabe comprovar a validez de teorias, senão *reconstruir* experiências históricas particulares. Não por acaso, há quem qualifique boa parte da historiografia contemporânea como *neo-historicista,* apontando seu demasiado apego à pesquisa arquivística e a metodologias dedicadas a refinar a análise das fontes. Voltaremos a esse último ponto no final da conclusão.

Seja como for, penso que a qualificação de tal ou qual modalidade epistemológica ou paradigma teórico eventualmente dominante em determinado campo da história depende, como em toda pesquisa, das evidências empíricas. Nesse caso, depende da análise dos resultados historiográficos de cada campo, quando não do exame de obras específicas. Essa é uma afirmação de cariz "empiricista"? Talvez seja. Mas longe está de flertar com qualquer versão *desconstrucionista* da história e tampouco se refugia em algum tipo de "inocência epistemológica". Essa "era da inocência", como diz o próprio Ciro, já passou.

Avanços e dilemas metodológicos em áreas recentes

Vale começar pelo que parece ser um avanço difícil de negar: o crescente uso da informática no trabalho do historiador, tema de Célia Tavares (Capítulo 16). É claro que, também nesse caso, muitos apontam diversos problemas, a começar pelo perigo da "informatização do planeta" (o que, na verdade, é fato consumado). Mas é indiscutível o impacto positivo da revolução (ou evolução) da informática para a comunicação e a informação, em geral, e para a produção e a divulgação do conhecimento científico em particular, tudo isso em escala planetária.

No campo da pesquisa histórica, não obstante problemas operacionais ou mesmo éticos (o crescente recurso ao plágio, uma autêntica epidemia na atualidade), o trabalho do historiador tem sido imensamente facilitado pelo uso do computador nas últimas décadas. Foi-se o tempo em que a ajuda do computador se limitava ao editor de texto, pois, atualmente, os pesquisadores se apoiam nas infinitas possibilidades que a informática oferece para a construção de bases de dados e se beneficiam de um número quase infinito de sites e páginas na Web acessados por meio do *Google* e outras ferramentas de busca. É possível acessar obras raras na íntegra, artigos de periódicos, fontes impressas ou manuscritas (digitalizadas e disponíveis on-line) e iconografia de todo tipo. As grandes bibliotecas do mundo podem chegar em segundos à oficina do historiador – e bastaria isso para constatar que o saldo da revolução da informática para a pesquisa histórica é altamente positivo.

O mesmo consenso já não ocorre em certas áreas muito especializadas, que, desenvolvidas, *grosso modo*, a partir da década 1970, refinaram bastante o seu aparato conceitual nos últimos vinte anos. A história da cultura material, por exemplo, tema da contribuição de Marcelo Rede (Capítulo 7), embora procure superar a *New Archaeology* (demasiado antropologizante) para se afirmar como arqueologia histórica (valorizadora da diacronia e da mutação social), ressente-se da pouca receptividade da comunidade de historiadores, de forma geral, incluindo o movimento dos *Annales* em suas várias gerações. A produção historiográfica nesse campo ainda é bastante prisioneira de uma visão passiva e estática da *materialidade*, além de muito confinada aos estudos sobre a Antiguidade e a Idade Média. O campo é muito mais frequentado e valorizado por sociólogos e, sobretudo, por antropólogos, principalmente os dedicados à "antropologia do consumo" no mundo contemporâneo. No tocante à história do Brasil, os estudos são raríssimos, a exemplo dos trabalhos histórico-arqueológicos de Funari sobre o quilombo de Palmares (1996) e os de Guimarães sobre os quilombos de Minas Gerais no século XVIII (1996).

Algo de semelhante ocorre com a produção historiográfica dedicada às culturas visuais – ou nelas apoiadas – embora sejam relevantes as diferenças entre os estudos sobre o cinema e sobre a fotografia de um lado, e de outro, os estudos sobre a iconografia (em um sentido mais amplo).

A historiografia dedicada a esta última tem já grande tradição, datada das primeiras décadas do século XX, em especial a inspirada nos métodos iconológicos de Erwin Panofsky.

A Iconologia há muito se separou da tradicional história da arte para configurar um campo especializado. Atualmente se ramifica em vertentes que alguns incluem em uma "era pós-panofskyana", voltada para estudos de meta-imagens, processos de iconoclasmo e iconofobia etc. (Iconologia crítica); estudos sobre as representações do corpo (antropologia da imagem); estudos sobre tradições iconográficas (Carlo Severi, Collège de France).

A historiografia dedicada à história das imagens já é campo consolidado, embora permaneça um tanto apartado da historiografia mais convencional apoiada em fontes escritas. Mas o diálogo entre os estudiosos das imagens e o conjunto dos historiadores parece ser, em geral, mais profícuo, sobretudo no caso de pesquisas que incorporam a "dimensão da imagem" seja qual for o tema ou objeto de pesquisa. Essa é, aliás, a alternativa mais recomendada por Ulpiano Bezerra de Menezes (Capítulo 13), de preferência ao confinamento da iconologia em nicho fechado. Basta citar o estudo de Jean-Claude Schmitt sobre a cultura visual na Idade Média (2002) ou os de Maurice Daumas sobre o matrimônio e o amor no Antigo Regime por meio das imagens (2004), para se comprovar a potencialidade da iconologia histórica, enquanto método, ou da iconografia, enquanto fonte de pesquisa.

No caso do cinema, seria inexato afirmar que o campo é absolutamente novo, ao menos no que diz respeito ao valor dos documentários como fonte histórica – fato admitido desde o tempo dos Irmãos Lumière, no final do século XIX. A obra de Siegfried Kracauer (1988) sobre a psicologia do cinema alemão, inserido na história do cinema, tornou-se referência obrigatória, tão logo foi publicada, em 1947, para os interessados no sentido social e político do cinema. Havia, pois, alguma tradição, ainda que fragmentada, na história do cinema, antes de Marc Ferro sustentar, nos anos 1970, que tanto o documentário como o filme de ficção podiam ser fontes e/ou objeto da pesquisa histórica. A historiografia especializada somente decolou, no entanto, a partir da década seguinte, em especial nos Estados Unidos, país onde se publicam muitos estudos não somente sobre a história do cinema norte-americano mas também sobre a indústria cinematográfica (Kornis, 1992).

A polêmica também se acirrou nas últimas décadas, como expõe Alexandre Valim (Capítulo 15), opondo-se o modelo de análise contextual (Marc Ferro) ao modelo semiótico (Pierre Sorlin). Mas também nesse domínio, como se lê no citado capítulo, ainda "existe pouca comunicação entre os historiadores do cinema e historiadores que utilizam filmes". Um campo de estudos que tem enfrentado esta incomunicabilidade, em outro sentido, é o da *nova história militar* (Capítulo 6). A historiografia norte-americana tem protagonizado, uma vez mais, essa tendência, bastando citar a importância da obra de Stephen Ambrose (2010) sobre a batalha das Ardenas, publicado em 1997, na concepção do filme *O Resgate do soldado Ryan* (2001), de Steven Spielperg. Eis um caso em que um grande cineasta se inspirou na historiografia para renovar o gênero dos filmes de guerra.

No caso da fotografia, também os debates teórico-metodológicos avançaram muito nos últimos anos e, como indicam Ana Mauad e Marcos Brum Lopes (Capítulo 14), o grande desafio é o de consolidar não só os estudos que tomam a fotografia como documento, mas

também os que fazem da fotografia o objeto da investigação, inscrita no campo da cultura visual de determinada sociedade. Estudos sobre representações de grupos (classes sociais, famílias, comunidades) e/ou sobre fotógrafos importantes (desde um ponto de vista social em conexão com o uso das tecnologias disponíveis à época – em vez de estudos biográficos) são alguns dos caminhos trilhados pelos historiadores da área. Mas os dilemas não são pequenos, sobretudo nos estudos sobre o *tempo presente*, no mínimo porque há polêmica sobre se a imagem digital, hoje predominante, ainda pode ser considerada como fotografia.

Uma avaliação de conjunto sobre as relações da história com a cultura material e com as culturas visuais não pode deixar de sublinhar os avanços da discussão teórica que, em certos casos, mais do que em outros, parece prevalecer sobre a própria produção historiográfica. Se assim é, isso talvez se deva ao fato de serem campos relativamente novos e metodologicamente interdisciplinares ainda em processo de construção identitária. Não parece justo, por outro lado, dizer que tais áreas tendem a isolar-se por conta de suas exigências técnicas muito especializadas – nem sempre contempladas na formação profissional dos historiadores. Afinal, cada campo dos estudos históricos possui exigências metodológicas cada vez mais especializadas. Enfim, é preciso considerar, nesse debate, a resistência de boa parte dos historiadores em face desses novos campos, atitude não raro derivada da "canonização" dos documentos escritos na tradição historiográfica. Tal resistência é muito menor hoje do que fora ontem, mas ainda existe.

Novidades e ambivalências em áreas tradicionais ou consolidadas

A resistência dos historiadores à história as culturas visuais, em suas várias versões, ainda foi mais tenaz (e ainda é) em relação à história oral, cujo desenvolvimento se relaciona, em boa medida, aos estudos sobre a memória e a história do tempo presente iniciados na década de 1960 e aprofundados na década seguinte sob a inspiração da historiografia francesa. Alguns chegam a duvidar de que possam existir *fontes orais*, uma vez que, em qualquer de suas variantes, os documentos são construídos pelo historiador em vez de produzidos pela sociedade que se pretende examinar. Os próprios historiadores que utilizam fontes orais em suas pesquisas – cada vez mais numerosos – divergem muito sobre o estatuto da história oral, como indica Marieta de Moraes Ferreira (Capítulo 9): a história oral seria uma técnica de pesquisa, uma disciplina específica ou uma metodologia de investigação?

Seja como for, desde a publicação da obra de Pierre Nora em sete volumes (1984-1993), os estudos sobre a memória ganharam relevo em conexão com a tradicional história contemporânea ou com a chamada *história do tempo presente*. A historiografia apoiada em fontes orais, seja exclusiva, seja ancilarmente, está hoje consolidada e parece dar contribuição muito importante, a meu ver, sobretudo quando reproblematiza os *grandes eventos* enquanto objeto da pesquisa histórica, de preferência as investigações centradas em micro-temas, experiências individuais ou coletivas (comunidades étnicas, religiosas, profissionais etc.).

Diversos campos de estudo apresentados no presente volume podem ser considerados novos ou, se tradicionais, passaram por renovação extraordinária em seus objetos e metodologias de pesquisa. No caso de campos tradicionais bastante renovados (em princípio enquadráveis no *reconstrucionismo*), o caso da história das relações internacionais é exemplar. Ela passa por giros epistemológicos formidáveis, todos provocados pela globalização e pela multiplicação de agências ou instituições supranacionais – hoje tão ou mais importantes que os Estados nacionais erigidos e/ou consolidados nos séculos XIX e XX. Estevão de Rezende Martins (Capítulo 4) não deixa dúvidas de que a complexidade crescente do cenário internacional tem estimulado a construção de conceitos novos, capazes de dar conta da crescente "erosão da autoridade estatal" em curso no século XXI. Também a nova história militar, tema que examinei em parceria com Luiz Carlos Soares (Capítulo 6), também deixou de ser uma "história da guerra" convencional para se transformar em uma história sociocultural das batalhas e/ou em uma história conceitual dos conflitos contemporâneos. Bastaria mencionar, para confirmá-lo, a antropologização dos temas e objetos da historiografia atual dedicada às guerras em várias épocas, bem como os novos conceitos aplicáveis ao *tempo presente* (guerra assimétrica, terrorismo de Estado).

A renovação teórica também pode ser vista, com nitidez, até mesmo na mais nobre das áreas do *construcionismo,* como é a história social, em particular nos estudos sobre os movimentos sociais, tema de Hebe Matos (Capítulo 5). Novamente aqui a chave da renovação se encontra na antropologização do objeto, presente na preocupação com a construção das identidades coletivas em conexão com a ação social no tempo. Hebe Mattos sugere, com toda razão, que "o culturalismo marxista de E. P. Thompson e a chamada história vista de baixo tiveram um papel pioneiro nesse deslocamento", embora a principal referência antropológica dos historiadores do social, na atualidade, seja a abordagem de Fredrik Barth, com sua ênfase nos processos generativos, tributários da construção de fronteiras étnicas e sociais, bem como das interações e conflitos daí decorrentes". A sociologia weberiana também recuperou o seu lugar na historiografia social, pela valorização que Weber sempre dispensou às identidades e às motivações conscientes para a compreensão de processos históricos concretos, de preferência às dinâmicas e lógicas estruturais ou impessoais.

O campo mais criativo nesse processo de renovação da pesquisa histórica talvez resida na micro-história, tema de Henrique Espada Lima (Capítulo 11). Não tanto por reduzir a escala de observação – embora seja esse o elemento-chave da metodologia de pesquisa e de *construção* do objeto na microanálise – senão pela ousadia em combinar, paradoxalmente, o recorte minúsculo do social com horizontes investigativos bastante amplos, nos quais alguns modelos generalizantes se fazem presentes na problematização.

É o que se vê, por exemplo, no percurso de um Edoardo Grendi, um dos fundadores da micro-história italiana, cujo ponto de partida, segundo Espada, residia em uma visão marcada por um empirismo radical voltado à reconstrução totalizante («holística») das realidades sociais estudadas, metodologicamente inspirado pelo «trabalho de campo» an-

tropológico (mas em clara oposição a qualquer análise estrutural ou funcionalista) e pela abordagem «substantivista» do historiador da economia e antropólogo vienense Karl Polanyi. O embate direto encontrava-se na recusa ao uso anti-histórico de categorias analíticas como "classe" (na chave marxista) ou «mercado» (na chave liberal), bem como a crítica aos modelos interpretativos da transformação histórica definidos por uma hierarquia de relevâncias predefinida. É também o que se percebe na abordagem de Giovanni Levi, cujo livro clássico, *Herança imaterial*, mobilizou uma extraordinária pesquisa empírica aliada a uma problematização sofisticada, em intercâmbio direto com a antropologia social e econômica e a história social, e em diálogo com autores tão distintos quanto Edward Thompson, Alexander Chayanov, Karl Polanyi e Fredrik Barth".

A biografia histórica, por sua vez, é um campo em que a renovação convive com a reedição de perspectivas tradicionais, embora o saldo seja a favor da primeira. É o que demonstra Benito Schmidt (Capítulo 10), ao elencar diferentes tradições historiográficas que passaram a incluir os estudos biográficos na sua pauta de investigações. Os historiadores franceses da "terceira geração" dos Annales (Duby, Le Goff, Vovelle) publicaram excelentes biografias mantendo-se "fiéis à noção de história-problema" e buscando, no estudo biográfico, "outra forma de compreender os contextos sociais nos quais viveram os personagens enfocados". O mesmo vale para os historiadores britânicos que abandonaram o marxismo economicista dos anos 1960 em favor de uma história sociocultural, a exemplo de E. P. Thompson e Christopher Hill. A micro-história, por sua vez, "originalmente italiana, hoje internacional", também produz biografias de primeira linha, convencida de que redução da escala pode revelar fatores não observáveis em uma perspectiva totalizante, isto é, fatores novos e não meramente complementares aos oferecidos pelos estudos generalizantes.

Não há como negar que, em contrapartida, a apologia de uma história-narrativa, por vezes inspirada no discursivismo, e muito mais no mercado editorial, tem estimulado "biografias históricas" em que a história e a ficção literária se embaralham. Trata-se de uma volta do romance histórico que deixa muito a desejar, enquanto pesquisa historiográfica, embora possa causar algum deleite ao leitor comum – a exemplo de recente biografia sobre Maria Antonieta, entre outras biografias (Lever, 2004). O tradicional romance histórico *travestido de biografia histórica* justifica plenamente as críticas de Pierre Bourdieu a um gênero que, mais que tudo, produz ilusões (Bourdieu, 2006).

A história do tempo presente, tema de Márcia Menendes Motta (Capítulo 1), é outro campo que apresenta ambivalências talvez mais perspicazes do que as da biografia histórica, a começar pelo fato de que se autodefine por meio de uma delimitação temporal imprecisa. Por vezes se confunde com a nova história política na linha desenvolvida por René Rémond, enlaçada com a ciência política, outras vezes se apresenta como o estudo de eventos atuais (ultracontemporâneos), analisados em perspectiva diacrônica, por vezes na longa duração. O que os historiadores do tempo presente não resolvem – e dificilmente resolverão – é quando começa o *presente* passível de uma investigação histórica apartada da tradicional

história contemporânea. O mundo pós-1945? A década de 1960? O mundo pós-1989, que encerrou, para alguns, o curto século XX, ao derrubar a ilusão do "socialismo real"?

Seja como for, a melhor contribuição historiográfica da história do tempo presente reside nos estudos sobre os significados contraditórios de eventos ou processos-chave na história contemporânea, o que faz da *memória coletiva* (melhor dizendo memórias coletivas) seu principal objeto de investigação. A chamada "querela os historiadores" sobre o Holocausto dos judeus pelos nazistas dá exemplo excelente do tipo de história que o estudo do presente pode oferecer. Nesse particular, sai fortalecida a história oral enquanto metodologia de investigação, ao municiar os historiadores para a *reconstrução* de memórias conforme a identidade e a consciência dos agentes envolvidos em determinado episódio ou processo. A história do tempo presente também compartilha objetos e abordagens com certa vertente da chamada nova história política, sobretudo quando busca reconstruir os *imaginários sociais* ou memórias que disputam a verdade histórica sobre determinados fatos.

Essa nova história política (NHP) tem sido, por sua vez, um campo de forte polêmica, justamente quando voltada para questões do "tempo presente" ou envolvida nos confrontos entre memórias do passado recente, sobretudo na historiografia europeia e norte-americana. Alguns põem em xeque a "novidade" da história política, outros preferem sublinhar o *revival* da história política tradicional, muitos valorizam uma NHP ancorada na ciência política ou na história cultural e, nesse último caso, de cariz antropologizante, ciosa dos aspectos simbólicos do poder e das culturas políticas, em particular.

No presente livro, Sônia Mendonça e Virgínia Fontes (Capítulo 3) oferecem um modelo para pensar historicamente a política pela ênfase na necessária recentralização do Estado enquanto objeto e de suas relações com as classes sociais. A história política em si é confinada ao tipo de historiografia predominante no século XIX, qualificada como positivista; a NHP é posta em xeque, em especial a versão sobrevalorizadora dos "adornos do poder" e, de maneira geral, por conta da imprecisão/inconsistência do conceito de cultura política. Ciro Cardoso também aponta que "a história política tendeu a abandonar as ingenuidades do narrativismo tradicional em favor de posições mais de acordo com a moderna ciência política", e adensa a crítica a uma NHP (Capítulo 2), não pela valorização de temas políticos na pesquisa histórica (que, a rigor, sempre foi tendência forte, ainda que ocasionalmente desprestigiada), senão pela "desconstrução dos objetos tradicionais da história política". Os riscos estariam no crescente prestígio de estudos sobre a microfísica do poder, com sua evidente inspiração foucaultiana, e/ou na pretensão quiçá determinista que alguns autores enxergam no conceito de cultura política, em claro desafio a outros tipos de determinismo, a exemplo dos ancorados na dinâmica econômico-social.

Polêmicas à parte, os dois capítulos sugerem que a história política foi de certo modo eclipsada, ao longo do século XX, pela história social ou econômica, seja a inspirada pela segunda geração dos *Annales*, seja a inspirada por diversos tipos de marxismo. Também parece certo que a história política teve o seu prestígio ou respeitabilidade resgatados pela historio-

grafia das últimas décadas. A novidade parece mesmo residir na aproximação com a ciência política, de um lado, e com a antropologia, de outro – conforme indicam os citados capítulos 2 e 3 – mais do que na influência de Foucault ou dos diversos discursivismos. E valeria lembrar, para explicar esse *revival*, a revalorização da *sociologia histórica do poder* ancorada em Max Weber, como sugere Julliard em artigo clássico (Julliard, 1974) – e, acrescento, por conta própria, a obra do sociólogo alemão Norbert Elias, autor de reconhecimento muito tardio entre os historiadores.

Nos diversos estudos de história política voltados para sociedades de Antigo Regime, é enorme a influência de livros como *O processo civilizador* (Elias, 1989, 1993) e *A sociedade de corte* (Elias, 2001), ambos originalmente publicados na década de 1930, o primeiro sobre a história dos costumes, entre os séculos XIII e XVIII, com ênfase na etiqueta, e o segundo sobre as redes de interdependência entre classes e grupos sociais no contexto das monarquias absolutistas da Europa. No caso da historiografia francesa, em particular, obviamente marcada pela obra de autores hipercríticos da história política tradicional (Bloch, Febvre), a profusão de livros sobre os Valois, sobre Luís XIV e sobre o absolutismo destroçado pela revolução de 1789 dão prova inequívoca de que a história política ali resgatou, quando menos, o seu *status*.

Nos estudos sobre história contemporânea, no caso dos trabalhos desenvolvidos em conexão com a ciência política, o livro de ensaios de René Rémond constitui, sem dúvida, uma referência importante para os estudiosos de partidos políticos, processos eleitorais e mídias políticas (Rémond, 1996). O mesmo vale para Raoul Girardet, inspirador de várias pesquisas voltadas, nos últimos anos, para o estudo de lideranças, fatos políticos e instituições de poder, sobretudo com o livro *Mitos e mitologias políticas* (Girardet, 1987). Enfim, vale mencionar Bronislaw Backso, referência recorrente nas pesquisas sobre o poder simbólico com seu modelo sobre a força das paixões, dos emblemas e do imaginário coletivo na ação política e na própria mudança social (Backso, 1978).

Estaríamos, no caso de Backso, próximo ao determinismo que alguns conferem à cultura política nos estudos históricos? Provavelmente muito próximos. Em outras pesquisas concretas, por outro lado, principalmente as dedicadas ao estudo de lideranças políticas locais, a redes clientelares ou à reconstituição de mandatários políticos – muito recorrentes em pesquisas sobre sociedades de Antigo Regime – é possível perceber a presença velada da *teoria das elites* – de cariz liberal – como sugerem Mendonça e Fontes (Capítulo 3), misturada com um narrativismo por vezes pedestre.

Persistência do construcionismo, sentidos da antropologização

Quero crer que o balanço realizado nos itens anteriores permite ao menos relativizar a crise dos paradigmas explicativos em nossa disciplina, e por que não dizer na ciência histórica ou no "estudo cientificamente conduzido" que a caracteriza (Febvre, 1977, p. 43). Isso

equivale a reconhecer que o construcionismo, de maneira geral, resistiu muito bem à onda a um só tempo discursivista e desconstrutivista que estimulou muita discussão teórica, mas pouca produção historiográfica. Em uma visão de conjunto, é com enorme dificuldade que se poderia destacar o discursivismo como paradigma forte nos diversos campos ou metodologias apresentados no presente livro. Pelo contrário, percebe-se um refinamento bastante cuidadoso de métodos e problemas de investigação, alguns impensáveis há uns trinta ou quarenta anos.

É verdade que muitos desses campos incorporaram a preocupação com a discursividade, seja textual, seja imagética, enquanto dimensão relevante, quando não essencial, das pesquisas concretas. Nada, porém, que corresponda a uma renúncia à evidência histórica factual ou ao abandono de sistemas de causalidade explicativos em favor de textualidades radicais; nada que signifique o abandono da problematização teórica (ainda que implícita) na delimitação dos objetos de pesquisa nos diferentes campos. O declínio de certas vertentes construcionistas não implicou, em resumo, a derrocada do construcionismo em geral.

Um traço bastante recorrente nos mais diferentes campos parece residir na aproximação com a antropologia, o que é perfeitamente claro na nova história militar de viés sociocultural, na versão culturalista da nova história política, na história do tempo presente, na história oral, na história da cultura material, na micro-história, na história dos movimentos sociais etc. A questão das identidades coletivas ou individuais coloca-se no primeiro plano, o estudo das diferenças de todo tipo afirma-se sem prejuízo da lógica das contradições e dos conflitos.

A antropologização dos objetos de investigação histórica parece ter abandonado o flerte (para alguns, casamento) com a antropologia estrutural de Lévi-Strauss, isto é, com a supervalorização do "tempo frio" (típica das "sociedades primitivas") nas sociedades complexas (históricas). Esse flerte com a antropologia estrutural foi bastante nítido em certos estudos de história das mentalidades, com recortes geográficos muito específicos e temporalidades demasiado extensas – inscritas no conceito (a rigor braudeliano) de "longa duração". Michel Vovelle alertou há décadas sobre os riscos desse tipo de antropologização valorizadora da "inércia na história" ou da mudança lenta, quase imperceptível (Vovelle, 1987).

Mas o tipo de antropologização hoje presente na historiografia parece longe desse risco. É o que indica Maria Regina Celestino de Almeida (Capítulo 8), ao realçar o movimento de mão-dupla que hoje caracteriza a relação entre antropólogos e historiadores (parte deles, na verdade). Entre os antropólogos, muitos passaram a se interessar "pelos processos de mudança social, percebendo que seus objetos de estudo não eram imutáveis e estáticos"; entre os historiadores, vários passaram a valorizar comportamentos, crenças e cotidianos dos homens comuns". O principal ponto de encontro entre historiadores e antropólogos, segundo a autora, "tem se dado basicamente no campo da história cultural e da cultura entendida em perspectiva histórica". No caso da História, diria que o encontro tem se ramificado em diversas direções, sendo possível percebê-lo em áreas outrora improváveis

de "antropologizar-se", como a história das batalhas (em diversas épocas) ou a história econômica (em escala micro-histórica ou na perspectiva dos estudos sobre a cultura material).

Para ilustrar esse encontro – e nada além disso – o estudo do antropólogo Marshal Sahlins (que abandonou o estruturalismo de formação) dá exemplo definitivo, ao questionar, em pesquisa concreta, a oposição entre estrutura e história, bem como a lógica cultural autônoma das sociedades (Sahlins, 1990). No caso dos historiadores, um excelente exemplo pode ser visto na vasta obra de E. P. Thompson sobre as tradições populares na Inglaterra do século XVIII (a exemplo do *charivari*), ele que, em certo livro lembrado por Regina Celestino, definiu a cultura enquanto "um produto histórico e dinâmico que deve ser apreendido no processo histórico", em meio a suas experiências de vida concretas.

Em todos esses casos e áreas de pesquisa não se pode comprovar qualquer triunfo do discursivismo radical, tampouco o desaparecimento de uma história-problema, aspecto central da modalidade *construcionista* da epistemologia histórica. Os defensores do "antropologismo" petrificante na abordagem histórica, da frialdade da história ou do chamado *linguistic turn* bem que tentaram, mas perderam a batalha em sua cruzada desconstrucionista.

Atualidade do reconstrucionismo, revalorização do evento

Começo este item final com uma citação de artigo publicado por Francisco Falcon sobre o conceito de historicismo e suas vertentes desde a historiografia romântica do século XIX até a atualidade, passando obviamente pela escola metódica alemã liderada por Leopold von Ranke. Afirma Falcon que discutir o historicismo é como navegar entre dois rochedos:

> [...] um a ameaçá-lo de banalização e outro a proclamar sua não atualidade. Difícil decidir sobre qual dos dois é o mais terrível: o primeiro mascara um desconhecimento disfarçado de aparente familiaridade; o segundo tenta devolver ao passado um espectro que ainda insiste em permanecer entre os viventes (Falcon, 1997, p. 5).

Falcon reconstitui, com sua conhecida erudição, as diversas linhagens do historicismo, demonstrando à farta o equívoco que há na associação direta e meramente retórica entre historicismo e positivismo ou entre historicismo e empiricismo. Além disso, entre afirmações contundentes e indagações provocativas, sugere que o historicismo é muito mais atual do que muitos supõem, inclusive aqueles que jamais se admitiriam enquanto "historicistas", como a endossar os preconceitos comumente associados ao termo. Embora relacione, de certo modo, a persistência (mais do que renascimento) do historicismo à "crise da história", muito discutida na década de 1990 (hoje muito menos) – e nisso o texto mais enuncia do que argumenta – Falcon lança uma provocação interessante, a de que a "crise da história", referindo-se à década de 1990, tinha mais a ver com "tendências oriundas do próprio território do historiador, e não apenas de perigos externos ou internos" (Falcon, 1997, p. 26).

Qual território seria esse? Uma excessiva preocupação com as evidências factuais, um esforço de "produzir conhecimento *verdadeiro*". Em resumo, segundo Falcon, "[...] tanto as 'novas histórias' como a 'velha história mantêm, em princípio, um compromisso básico com o *realismo histórico*".

Falcon aponta o relativo declínio de uma história mais conceitual em benefício de uma história mais apegada ao trabalho arquivístico e às evidências documentais. Não considera o historicismo a "encarnação do mal", porém lastima, nas entrelinhas, a sua persistência, por vezes radical, no trabalho do historiador.

De minha parte, não lastimo, como faz o grande mestre, a persistência do historicismo, por vezes silenciosa, outras vezes assumida, no trabalho dos historiadores, mas estou plenamente de acordo com o argumento central acerca da presença de um ânimo historicista tenaz na pesquisa histórica contemporânea, o que pode ser comprovado, de diversas maneiras, pelo que consta dos capítulos do presente livro, em sua grande maioria.

Vale dizer que, atualmente, diversos historiadores não se amofinam mais com o rótulo de *historicistas* ou *neo-historicistas* que alguns críticos lhes imputam, ao contrário do que ocorria no final do século XX. O historicismo tem sido mesmo revisitado enquanto "escola" ou metodologia que, partindo de historiadores assumidos, propôs uma teoria legítima para a cientificidade da história. Em nossa própria bibliografia recente, um livro intitulado A *dinâmica do historicismo* (2008) pode ser de grande utilidade para os interessados em conhecer mais de perto o que foi/é, afinal, o chamado historicismo.

Limito-me, aqui, a citar o capítulo daquele livro assinado por Estevão de Rezende Martins que, sem ocultar os aspectos "desagradáveis" do historicismo (como a relação entre o historicismo clássico e a construção ideológica das nacionalidades no século XIX), realça suas *utilidades*. Dentre elas, as que me parecem mais afinadas com o apego ao "realismo histórico" que Falcon vê na historiografia atual são (conforme o roteiro de Martins): a metodologia de pesquisa rigorosa e crítica das fontes em busca das ideias e fatos que "caracterizam, exprimem e revelam" as sociedades no tempo; a busca de causalidades históricas na própria história – e não no sagrado, na natureza ou nas ideologias – a partir de evidências factuais; e a concepção do conhecimento histórico como produto do sujeito individual – o historiador – em contato com os documentos (Martins, 2008, p. 24).

A valorização da pesquisa empírica e do diálogo com as fontes, sem afetar a onisciência do historiador, tampouco reduzir as evidências factuais a meras ilustrações, é um legado do historicismo clássico que os historiadores atuais, queiram ou não assumi-lo, parecem cultivar nos respectivos campos. Isso significa a ruína do *construcionismo*? Longe disso, penso que se trata de uma combinação entre a epistemologia construcionista, ancorada em modelos teóricos, e a reconstrucionista, apoiada em pesquisa sistemática de documentos. Significa ao menos o declínio do modelo hipotético-dedutivo na produção historiográfica? Penso que sim, a julgar pelo crescente apego dos historiadores ao que as fontes revelam nos diversos campos de pesquisa. A busca de uma *reconstituição* possível do passado é, atualmente, uma

característica comum aos vários domínios da história – velhos, novos ou renovados – e, nesse sentido, o interesse pelas evidências factuais equilibra-se, quando não superam, a fidelidade a quaisquer aparatos teóricos ou hipóteses de base conceitual.

O construcionismo não sai derrotado dessa "viragem" – se é que se trata disso – mas cede espaço para os procedimentos indutivos, reconstrucionistas e, por que não dizer, historicistas. De qualquer maneira, o desconstrutivismo não tem nada a ver com essa equação, pois foi-se o tempo em que a fonte ou o dado empírico, tomada(o) não raro de modo aleatório, à guisa de ilustração, era suficiente para demonstrar tal ou qual modelo ou hipótese teórica formulada de antemão. Neo-historicismo? Talvez. Atualidade do reconstrucionismo? Sem dúvida.

A revalorização da evidência empírica conjuga-se, na historiografia contemporânea, com a ênfase no fato, no episódio singular que, apesar de sua singularidade, seria capaz de iluminar estruturas ou sistemas mais gerais e complexos em perspectiva histórica. Nova prova da atualidade do historicismo ou reconstrucionismo? Tudo indica que sim.

O fato histórico se erige cada vez mais como tema de pesquisas, seja o fato episódio de grande repercussão (base da construção de memórias), o fato social, seja o fato minúsculo, quase incidental, na vida cotidiana de determinada sociedade. O fato, seja qual for, aparece, em vários livros, como variável decisiva, outras vezes como pretexto, muitas vezes como objeto em si mesmo da investigação, isto é, como ponto de partida e de chegada, e isso já preconizava Pierre Nora, ao falar da "volta do acontecimento", em artigo datado de 1974, voltado sobretudo para a história mediata, a história do tempo presente. Mas a volta do acontecimento tornou-se, sem trocadilho, um fato indiscutível na pesquisa histórica.

Na história do tempo presente ou na nova história política, vários episódios funcionam, ao mesmo tempo, como tema e objeto: o *11 de Setembro,* nos Estados Unidos (2001), o massacre de Civitella, na Itália (1944), diversos fatos do Holocausto perpetrados pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial, a caça às bruxas em Salem (Massachusetts) no século XVII, ou em Zugarramurdi (Espanha), no século XVI. O mesmo vale para a nova história militar com suas pesquisas socioculturais sobre batalhas em diversas épocas. A micro-história sempre valorizou ao extremo os fatos minúsculos que uma pesquisa micro-analítica exige esclarecer para o bem da narrativa. Poderia multiplicar os exemplos, em vários campos, ilustrativos da crescente centralidade dos fatos na pesquisa histórica.

Robert Darnton, com o bom humor ácido (e algum exagero) que sempre expôs em seus textos, fala da ascensão sub-reptícia de uma "história dos incidentes", centrada na descrição do fato em si e nas narrativas e versões construídas sobre eles. Uma história pulverizada em diversos campos, típica de tabloides ou romances – assassinatos, motins, escândalos (Darnton, 2005).

Fatos gerais, fatos minúsculos, a revalorização do fato é uma prova do compromisso do historiador, na atualidade, com o *realismo histórico.* Isso tem a ver, sem dúvida, com a crítica de Carlo Ginzburg a Michel Foucault, que, no livro sobre o assassino Pierre Rivière,

limitou-se a apresentar versões sobre o crime, considerando-as verdadeiras, cada uma a seu modo, recusando-se a ajuizar sobre o fato. Tem a ver com a crítica que o mesmo Ginzburg fez aos historiadores da feitiçaria que, *discursivistas* ao extremo, consideravam que os fatos registrados nos processos inquisitoriais não passavam de projeções textuais de um saber demonológico, sem valor etnográfico (Ginzburg, 1986). Tem a ver com a crítica que ele fez a Natalie Davis comentando *O retorno de Martin Guerre,* justamente porque a autora afirmou, na introdução da obra, que *imaginou* os fatos que não encontrou na documentação. Em matéria factual, afirma Ginzburg, o historiador não pode inventar nada (Ginzburg, 1992). Vale a pena terminar essa conclusão com certa ideia do mesmo autor, pois ela resume o que penso sobre os domínios da história – velhos ou novos: a história é uma "ciência do particular" – não uma ciência *galileana*, baseada em modelos abstratos (Ginzburg, 1990). Argumento de autoridade? Só parcialmente. Na verdade, o argumento é, mais modestamente, o de um historiador que só ousa enfrentar a história se tiver um *corpus* documental na alça da mira.

Referências

AMBROSE, Stephen. *Soldados cidadãos*. *Do desembarque do exército americano nas praias da Normandia à Batalha das Ardenas e à rendição da Alemanha. 7 de junho de 1944 a 7 de maio de 1945.* Rio de Janeiro: Bibliex, 2010.

BACKSO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi* (Antropos – Homem). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda/Editora Portuguesa, 1978, vol.5.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral.* 8. edição. Rio de Janeiro, FGV, 2006, p. 183-191 (texto original de 1979).

CARDOSO, Ciro. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DARNTON, Robert. História, eventos e narrativa: incidentes e cultura do quotidiano. *Vária História,* Belo Horizonte, v. 21, n. 34, 2005, p. 290-304.

DAUMAS, Maurice. *Le Mariage Amoureux – histoire du lien conjugal sous L'Ancien Regime.* Paris: Armand Colin, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989 (vol. 1) e 1993 (vol. 2).

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FALCON, Francisco. Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatual. *Tempo.* Niterói: v. 2, n. 4, 1997, p. 5-26.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, vol. 1.

FUNARI, Pedro Paulo. A arqueologia de Palmares – sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João; GOMES, Flávio (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 26-50.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143-180.
GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades: à margem de Il ritorno de Martin Guerre, in *A micro-história e outros ensaios.* Lisboa: Difel, 1992, p. 179-202.
GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e palmares – Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João; GOMES, Flávio (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.139-162.
KORNIS, Mônica Almeida. História e cinema: um debate metodológico. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro,* v. 5, n. 10, 1992, p. 237-250.
KRACAUER, Siegfried. *De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão.* Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
LEVER, Evelyne. *Maria Antonieta.* Rio de Janeiro: Perspectiva, 2004.
MARTINS, Estevão Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: Flávia Varella et. al. (orgs). *A dinâmica do historicismo*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008, p.15-48.
NORA, Pierre (org.). *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984-1993, 7 volumes.
RÉMOND, René. *Por uma história política.* 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996
SAHLINS, Marshal. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
SCHMITT, Jean-Claude. *Le corps des images: essais sur la culture visuelle au Moyen Âge.* Paris: Gallimard, 2002.
VOVELLE, Michel. A longa duração. In: *Ideologias e mentalidades.* São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 259-298.